



**SEGURANÇA PÚBLICA
NAS FRONTEIRAS**
Arco Central



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO CENTRAL

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Levi Mello do Amaral Junior

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Celso Peroli

**DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Rogério Bernardes Carneiro

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

Ricardo Guanaes Cosso

COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Camilo Baptista

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SEGURANÇA
PÚBLICA, PROGRAMA E PROJETOS ESPECIAIS**

Alex Jorge das Neves



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO CENTRAL

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

2016@ Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para a venda ou qualquer fim comercial. As pesquisas apresentadas refletem as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Cidadania.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes

Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Central

Ministério da Justiça e Cidadania – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Michel Misse

Equipe responsável da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Direção Geral:

Rogério Bernardes Carneiro, Isabel Seixas de Figueiredo, Anael Aymoré Jacob e Cristina Gross Villanova

Coordenação:

Gustavo Camilo Baptista, Cristina Neme, Cíntia Liara Engel, Alex Jorge das Neves e Cristiane Torizu

Equipe de Apoio:

Ana Carolina Cambeses Pareschi, Cléverson Luis Muller, Daniel Garcia, Daniel Pedroso de Lima, Edivaldo Fortunato Pereira, Gileno Euzébio da Silva, Gustavo de Souza Rocha, Hernany Bueno de Araújo, José Camilo da Silva, Julia Loures Nunes, Laíza Mara Neves Spagna, Patrícia Moellmann, Rodolfo Farah Vicente Filho.

Diagramação:

AGCOM

Equipe Técnica

COORDENAÇÃO NACIONAL – EQUIPE NECVU

Coordenador Geral:

Michel Misse – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
/ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Coordenador Operacional:

Luís Felipe Zilli – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Assistentes de Coordenação Geral:

Heloísa de Oliveira Duarte – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
(NECVU/UFRJ)

Alexandre Vieira Werneck – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Supervisores Regionais:

Brígida Renoldi – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Universidade Nacional de Misiones, Argentina) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Daniel Veloso Hirata – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Fernando Rabossi – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Joana Domingues Vargas – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Pesquisadores NECVU:

Klarissa Almeida Silva
Carolina Christoph Grillo
Jeferson de Lara Scabio

Bolsistas NECVU:

Alexandre Pereira
Bruna Silva
Camille Porto
Carolina Luz
Gabriela Paes
Gustavo Muniz
Marcelle Decothé
Natália Alves
Paula Napolião
Paulo Couto Filho
Renan Rodrigues
Thábata Alves

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Rio Grande do Sul (RS):

Profª. Drª. Adriana Dorfman – Departamento de Geografia da Universidade Federal do **Rio Grande do Sul**
(UFRGS) – Coordenadora

Erika Collischonn – Pesquisadora
Daniela Seixas Grimberg – Pesquisadora
Kim Ueda Soares – Pesquisador
Arthur Borba Colen França – Pesquisador
Gil Passos de Mattos – Pesquisador
Felipe Akauan da Silva – Pesquisador

Paraná (PR) e Santa Catarina (SC):

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo – Departamento de Sociologia da Universidade do Oeste do **Paraná**
(UNIOESTE) – Coordenador

Jaqueline Aparecida Alves dos Santos – Pesquisadora
Sandra Cristiana Kleinschmitt – Pesquisadora
Cristina Maria Quintão Carneiro – Pesquisadora
Sandra Regina Belotto – Pesquisadora
Patrícia Daiana Loebens – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Campo Grande (MS-Campo Grande):

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior – Departamento de História da Universidade Federal do **Mato Grosso do Sul**
(UFMS) – Coordenador

Marco Aurélio Machado de Oliveira – Pesquisador
Antônio Firmino Oliveira Neto – Pesquisador
Giovani França Oliveira – Pesquisador
Maíra Balieiro – Pesquisadora
Patrick Alif Fertrin Batista – Pesquisador
Rebecca Joplinn Rocha Pinheiro – Pesquisadora
Thays Haiumy dos Santos Falcão – Pesquisadora
Tito Carlos Machado de Oliveira – Pesquisador
Hélio Maciel dos Santos – Pesquisador
Luiza Figueiredo – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Dourados (MS-Dourados):

Profª. Drª. Lisandra Pereira Lamoso – Departamento de Geografia da Universidade Federal da **Grande Dourados**
(UFGD) – Coordenadora

Jones Dari Goettert – Pesquisador
André Luiz Faisting – Pesquisador
Ucleber Gomes Costa – Pesquisador
Fábio de Lima – Pesquisador
Larissa Sangalli – Pesquisadora

Mato Grosso (MT):

Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do **Mato Grosso**
(UFMT) – Coordenador

Lilian Bazzi – Pesquisadora
Luzia Severo Lins Filho – Pesquisadora
Priscila de Oliveira Xavier Scudder – Pesquisadora

Lucas Xavier Rodrigues – Pesquisador
João Batista Alves dos Santos – Pesquisador
Cristiane Alves da Cunha – Pesquisadora

Rondônia (RO):

Profª Drª Raquel Wiggers – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
Coordenadora

Araci Maria Labiak – Pesquisadora
Águido Akell Santos de Carvalho – Pesquisador
Natã Souza Lima – Pesquisador
Isabelle Brambilla Honorato – Pesquisadora

Acre (AC):

Profª Drª Marisol de Paula Reis – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Acre (UFAC) –
Coordenadora

João Silva Lima – Pesquisador
Eurenice Oliveira de Lima – Pesquisadora
Leticia Helena Mamed – Pesquisadora
Maria de Jesus dos Santos Silva – Pesquisadora

Amazonas (AM) e Roraima (RR):

Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodrigues – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) – Coordenador

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Pesquisador
Daniel Tavares dos Santos – Pesquisador
Américo Alves de Lyra Junior – Pesquisador
Kalinda Félix de Souza – Pesquisadora
Juliana Rocha dos Santos Porto – Pesquisador
Dheikline Santos Praia – Pesquisadora
Rafael Carletti Marcolino da Silva – Pesquisador
Marcos Flávio Portela Veras – Pesquisador
Lilian Débora Furtado Lima – Pesquisadora
Vagne Costa de Albuquerque – Pesquisador
Paulo Afonso Sampaio de Lima – Pesquisador

Amapá (AP):

Profª Drª Jânia Perla Diógenes Aquino – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) –
Coordenadora

Ed Carlos de Sousa Guimarães – Pesquisador
Miquéias Serrão Marques – Pesquisador
José Luis dos Santos Leal – Pesquisador
Bruno Lucas Camilo dos Santos – Pesquisador

Pará (PA):

Prof. Dr. Wilson José Barp – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Coordenador

Luis Fernando Cardoso e Cardoso – Pesquisador
Fernanda Valli Nummer – Pesquisadora
Ida Lenir Maria Pena Gonçalves – Pesquisadora
Evillys Martins de Figueiredo – Pesquisadora
Renata Alencar Beckmann de Lima – Pesquisadora

SUMÁRIO

MATO GROSSO

MATO GROSSO	29
Introdução	29
Particularidades da Situação de Fronteira	30
Mercados Ilegais	30
Criminalidade Local	33
Situação da Segurança Pública	34
Recomendações	36
Bibliografia	37
Cáceres	38
Histórico.....	38
Diagnóstico da Segurança Pública em Cáceres	41
Instituições de Segurança Pública.....	41
Cadeia Pública de Cáceres	48
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	49
Fotos do Município de Cáceres	56
Comodoro	57
Histórico.....	58
Diagnóstico da Segurança Pública em Comodoro.....	59
Instituições de Segurança Pública.....	59
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	64
Fotos do Município de Comodoro	71
Histórico.....	73
Diagnóstico da Segurança Pública em Pontes e Lacerda	74
Instituições de Segurança Pública.....	74
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	80
Fotos das Instituições e do Município de Pontes e Lacerda	88

Porto Espiridião.....	89
Histórico.....	90
Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Espiridião	91
Instituições de Segurança Pública.....	91
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	97
Fotos do Município de Porto Espiridião	102
Vila Bela da Santíssima Trindade	103
Histórico.....	104
Diagnóstico da Segurança Pública em Vila Bela da Santíssima Trindade	105
Instituições de Segurança Pública.....	105
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil.....	110
Fotos das Instituições e do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade	115
Barra do Bugres.....	116
Histórico.....	117
Diagnóstico da Segurança Pública em Barra do Bugres.....	119
Instituições de Segurança Pública.....	119
Campos de Júlio	124
Histórico.....	125
Diagnóstico da Segurança Pública em Campos de Júlio	126
Instituições de Segurança Pública.....	126
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	128
Mirassol D`Oeste.....	129
Histórico.....	130
Diagnóstico da Segurança Pública em Mirassol D`Oeste	130
Instituições de Segurança Pública.....	131
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	135
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	136
Nova Lacerda	137
Histórico.....	137
Diagnóstico da Segurança Pública em Nova Lacerda	138

Instituições de Segurança Pública.....	138
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	140
São José dos Quatro Marcos.....	141
Histórico.....	142
Diagnóstico da Segurança Pública em São José dos Quatro Marcos.....	142
Instituições de Segurança Pública.....	143
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	147
Tangará da Serra	149
Histórico.....	149
Diagnóstico da Segurança Pública em Tangará da Serra.....	152
Instituições de Segurança Pública.....	152
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	157
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	158

MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul.....	163
Introdução	163
Breve histórico	164
Características demográficas e socioeconômicas.....	165
Segurança Pública, Violência e Criminalidade	166
Mercados Ilegais	168
Instituições de Segurança Pública	171
A questão indígena	176
Recomendações.....	177
Referências Bibliográficas	178
Antônio João	178
Histórico.....	179
Diagnóstico da Segurança Pública em Antônio João	179

Instituições de Segurança Pública.....	180
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil.....	182
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	186
Conclusão	186
Fotos do Município de Antônio João.....	187
Aral Moreira	188
Histórico.....	188
Diagnóstico da Segurança Pública em Aral Moreira	189
Instituições de Segurança Pública.....	189
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil.....	192
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	196
Conclusão	197
Fotos do Município de Aral Moreira.....	198
Bela Vista	198
Histórico.....	199
Diagnóstico da Segurança Pública em Bela Vista	200
Instituições de Segurança Pública.....	200
Instituições de Justiça e de representação da Sociedade Civil	203
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça e Representações da Sociedade Civil.....	204
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	208
Conclusão	208
Fotos do Município de Bela Vista.....	209
Coronel Sapucaia	209
Histórico.....	210
Diagnóstico da Segurança Pública em Coronel Sapucaia	211
Instituições de Segurança Pública.....	211
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e Representações da Sociedade Civil	214
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	219
Conclusão	222
Fotos do Município de Coronel Sapucaia	223
Corumbá.....	223

Histórico.....	224
Diagnóstico da Segurança Pública em Corumbá	226
Instituições de Segurança Pública.....	226
Instituições de Justiça e de representação da Sociedade Civil	231
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	233
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça e Representações da Sociedade Civil	233
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	237
Conclusão	238
Fotos do Município de Corumbá.....	240
Dourados	240
Histórico.....	241
Diagnóstico da Segurança Pública em Dourados.....	242
Instituições de Segurança Pública.....	242
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	250
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	252
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	252
Conclusão	260
Fotos do Município de Dourados	260
Mundo Novo	261
Histórico.....	262
Diagnóstico da Segurança Pública em Mundo Novo.....	263
Instituições de Segurança Pública.....	263
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	268
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	270
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	271
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	273
Conclusão	275
Fotos do Município de Mundo Novo	275
Paranhos	276
Histórico.....	277
Diagnóstico da Segurança Pública em Paranhos	278
Instituições de Segurança Pública.....	278

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	281
Conclusão	285
Fotos do Município de Paranhos.....	285
Ponta Porã.....	286
Histórico.....	287
Diagnóstico da Segurança Pública em Ponta Porã.....	288
Instituições de Segurança Pública.....	288
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	292
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	293
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	294
Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil	296
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	297
Percepção da dinâmica urbana	301
Os mercados ilegais	302
Impacto das operações conjuntas no município.....	304
Situação do sistema prisional	307
Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais.....	308
Conclusão	309
Fotos do Município de Ponta Porã	309
Porto Murtinho	310
Histórico.....	311
Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Murtinho	311
Instituições de Segurança Pública.....	311
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	314
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	316
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil.....	316
Conclusão	320
Fotos do Município de Porto Murtinho.....	320
Sete Quedas	321
Histórico.....	322
Diagnóstico da Segurança Pública em Sete Quedas	322
Instituições de Segurança Pública	322

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	325
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	328
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	331
Conclusão	335
Fotos do Município de Sete Quedas.....	336

Amambaí.....337

Histórico.....	337
Diagnóstico da Segurança Pública em Amambaí	338
Instituições de Segurança Pública.....	338
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	341
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	342

Anastácio.....344

Histórico.....	344
Diagnóstico da Segurança Pública em Anastácio	345
Instituições de Segurança Pública.....	345
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	348
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	349

Aquidauana351

Histórico.....	351
Diagnóstico da Segurança Pública em Aquidauana.....	352
Instituições de Segurança Pública.....	352
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	354
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	356

Bodoquena357

Histórico.....	358
Diagnóstico da Segurança Pública em Bodoquena.....	359
Instituições de Segurança Pública.....	359
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	361

Bonito.....	362
Histórico.....	363
Diagnóstico da Segurança Pública em Bonito	364
Instituições de Segurança Pública.....	364
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	368
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	369
Caarapó.....	371
Histórico.....	371
Diagnóstico da Segurança Pública em Caarapó	372
Instituições de Segurança Pública.....	372
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	375
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	378
Caracol	379
Histórico.....	379
Diagnóstico da Segurança Pública em Caracol	380
Instituições de Segurança Pública.....	380
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	382
Deodápolis.....	383
Histórico.....	384
Diagnóstico da Segurança Pública em Deodápolis	384
Instituições de Segurança Pública.....	384
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	387
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	389
Dois Irmãos do Buriti.....	390
Histórico.....	390
Diagnóstico da Segurança Pública em Dois Irmãos do Buriti	391
Instituições de Segurança Pública.....	391
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	393
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	395

Douradina	396
Histórico.....	397
Diagnóstico da Segurança Pública em Douradina	397
Instituições de Segurança Pública.....	397
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	400
Eldorado	401
Histórico.....	401
Diagnóstico da Segurança Pública em Eldorado	402
Instituições de Segurança Pública.....	402
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	404
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	406
Fátima do Sul	407
Histórico.....	408
Diagnóstico da Segurança Pública em Fátima do Sul	408
Instituições de Segurança Pública.....	408
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	411
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	413
Glória de Dourados	414
Histórico.....	415
Diagnóstico da Segurança Pública em Glória de Dourados.....	415
Instituições de Segurança Pública.....	416
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	418
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	420
Guia Lopes de Laguna.....	421
Diagnóstico da Segurança Pública em Guia Lopes da Laguna	421
Instituições de Segurança Pública.....	422
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	424
Iguatemi	425
Histórico.....	426

Diagnóstico da Segurança Pública em Iguatemi	426
Instituições de Segurança Pública.....	426
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	429
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	431
Itaporã.....	432
Histórico.....	433
Diagnóstico da Segurança Pública em Itaporã	434
Instituições de Segurança Pública.....	434
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	436
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	438
Itaquiraí.....	439
Histórico.....	440
Diagnóstico da Segurança Pública em Itaquiraí	441
Instituições de Segurança Pública.....	441
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	443
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	445
Japorã	446
Histórico.....	447
Diagnóstico da Segurança Pública em Japorã	447
Instituições de Segurança Pública.....	447
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	449
Jardim.....	450
Histórico.....	451
Diagnóstico da Segurança Pública em Jardim	451
Instituições de Segurança Pública.....	451
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	455
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	457
Jateí.....	458
Histórico.....	459

Diagnóstico da Segurança Pública em Jateí	459
Instituições de Segurança Pública.....	460
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	462
Juti	463
Histórico.....	464
Diagnóstico da Segurança Pública em Juti	464
Instituições de Segurança Pública.....	465
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	467
Ladário.....	468
Histórico.....	469
Diagnóstico da Segurança Pública em Ladário	469
Instituições de Segurança Pública.....	469
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	472
Laguna Carapã	473
Histórico.....	474
Diagnóstico da Segurança Pública em Laguna Carapã	474
Instituições de Segurança Pública.....	474
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	477
Maracaju	478
Histórico.....	478
Diagnóstico da Segurança Pública em Maracaju	479
Instituições de Segurança Pública.....	479
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	482
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização.	483
Miranda.....	485
Histórico.....	485
Diagnóstico da Segurança Pública em Miranda.....	486
Instituições de Segurança Pública.....	486
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	490

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 491

Naviraí 493

Histórico..... 493
Diagnóstico da Segurança Pública em Naviraí..... 494
Instituições de Segurança Pública..... 494
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil 498
Instituições de Fiscalização: Receita Federal 500
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 500

Nioaque 502

Histórico..... 502
Diagnóstico da Segurança Pública em Nioaque..... 503
Instituições de Segurança Pública..... 503
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil 506
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 508

Novo Horizonte do Sul 509

Histórico..... 510
Diagnóstico da Segurança Pública em Novo Horizonte do Sul 511
Instituições de Segurança Pública..... 512
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 515

Rio Brilhante 516

Histórico..... 516
Diagnóstico da Segurança Pública em Rio Brilhante 517
Instituições de Segurança Pública..... 517
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil 520
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 521

Sidrolândia 523

Diagnóstico da Segurança Pública em Sidrolândia..... 523
Instituições de Segurança Pública..... 524
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 526

Tacuru	527
Histórico.....	528
Diagnóstico da Segurança Pública em Tacuru.....	528
Instituições de Segurança Pública.....	528
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	531
Vicentina	532
Histórico.....	533
Diagnóstico da Segurança Pública em Vicentina	533
Instituições de Segurança Pública.....	533
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	537
Taquarussu	538
Histórico.....	539
Diagnóstico da Segurança Pública em Taquarussu	539
Instituições de Segurança Pública.....	539
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	542

RONDÔNIA

RONDÔNIA.....	545
Introdução	545
Situação de fronteira.....	546
Criminalidade local	546
Recomendações.....	548
Bibliografia	548
Abunã – Distrito de Porto Velho	548
Histórico.....	549
Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Velho, município capital onde se localiza Abunã ..	550
Instituições de Segurança Pública.....	551

Percepção dos operadores da Polícia Militar	553
Aspectos Qualitativos da Segurança Pública	554
Fotos das instituições e do distrito de Abunã, Porto Velho.....	557
Alta Floresta d'Oeste	558
Histórico.....	559
Diagnóstico da segurança pública.....	559
Instituições de Segurança Pública.....	559
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	562
Percepção dos operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça e de Representação da Sociedade Civil.....	563
Fotos Das Instituições e do Município de Alta Floresta do Oeste	566
Alto Alegre dos Parecis	566
Histórico.....	567
Diagnóstico da Segurança Pública	567
Instituições de Segurança Pública.....	567
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	569
Percepção dos operadores das instituições de segurança pública e de representação da sociedade civil.....	570
Fotos das Instituições de Alto Alegre dos Parecis.....	573
Cabixi.....	573
Histórico.....	574
Diagnóstico da Segurança Pública em Cabixi	574
Instituições de Segurança Pública.....	574
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	575
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.....	575
Fotos das Instituições de Segurança Pública de Cabixi	577
Campo Novo de Rondônia	578
Histórico.....	579
Diagnóstico da Segurança Pública	579
Instituições de Segurança Pública.....	579
Instituições de Representação da Sociedade Civil	581
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	582
Fotos da Entrada da Cidade e do Grupamento da Polícia Militar de Campo Novo de Rondônia..	588

Colorado do Oeste	589
Histórico.....	589
Diagnóstico da segurança pública.....	590
Instituições de Segurança Pública.....	590
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	593
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	594
Fotos do Acesso e de Aspectos da Cidade de Colorado do Oeste	596
Costa Marques.....	596
Histórico.....	597
Diagnóstico da Segurança Pública em Costa Marques.....	597
Instituições de Segurança Pública.....	597
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil.....	600
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	602
Aspectos Qualitativos da Segurança Pública	604
Guajará-Mirim.....	607
Histrio.....	608
Diagnóstico da Segurança Pública em Guajará-Mirim.....	608
Instituies de Segurança Pública.....	608
Instituies de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	612
Instituies de Fiscalização: Receita Federal	613
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	613
Aspectos Qualitativos da Segurança Pública	616
Fotos de Guajará-Mirim	629
Nova Mamoré	630
Histrio.....	630
Diagnóstico da segurança pública.....	631
Instituies de Segurança Pública.....	632
Instituies de Representação da Sociedade Civil	634
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	635
Fotos de Nova Mamoré	639

Pimenteiras do Oeste	640
Histórico.....	640
Diagnóstico da Segurança Pública em Pimenteiras do Oeste	641
Instituições de Segurança Pública.....	641
Instituições de Representação da Sociedade Civil	644
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	644
Percepção da criminalidade local.....	646
Aspectos Qualitativos da Segurança Pública	646
Fotos de Pimenteiras do Oeste	654
Vilhena	655
Histórico.....	656
Diagnóstico da Segurança Pública em Vilhena	656
Instituições de Segurança Pública.....	657
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	661
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	662
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	663
Aspectos Qualitativos da Segurança Pública	665
Fotos de Vilhena.....	670
Anexo	673

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa: Segurança Pública nas Fronteiras desenvolvida pelo grupo de pesquisa NECVU da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira, realizado pelo grupo de pesquisa Retis, da mesma universidade, fazem parte do empenho empreendido pelo Governo Federal na perspectiva da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), inserida no Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto 7.496, de 8 de junho de 2011. Os estudos foram idealizados e financiados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania (SENASP/MJ) e tiveram o objetivo de apresentar uma fotografia da fronteira brasileira.

Ao idealizar a política de fronteira, notou-se a lacuna de informações qualificadas acerca dos reais problemas da fronteira, as dinâmicas de criminalidade locais e as especificidades sociais, econômicas e culturais das diversas regiões, estados e municípios.

Desse modo, um dos eixos orientadores da ENAFRON foi investir em diagnósticos e pesquisas que sustentassem a reflexão e atuação política nesses territórios. Foi firmado, assim, um termo de cooperação técnica entre a SENASP e a UFRJ, paralelamente com dois grupos de pesquisa, o NECVU, responsável pela realização de uma pesquisa sobre a segurança pública nas fronteiras e o Retis, responsável pela análise de dados secundários, com a proposição de índices e análises comparadas sobre as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e estruturais de todos os municípios da fronteira.

Ao todo, a pesquisa contou com a participação de mais de 50 pesquisadores, 11 universidades federais e com a participação de incontáveis gestores do governo federal, estadual e municipal, especialmente aqueles responsáveis pela implementação da política de fronteira. Foram dois intensos anos de pesquisa de campo e mais um ano para compor todas as sistematizações, análises e revisões do relatório. Dessa forma, essa é uma das maiores iniciativas de coleta de informações financiadas pelo Ministério da Justiça, sendo, ainda, um marco na produção de dados e reflexões sobre as fronteiras brasileiras.

É, assim, com grande satisfação que a SENASP lança esses resultados. Esperamos com eles qualificar as políticas desenvolvidas e dialogar com gestores em vários níveis de governo. Além disso, almejamos ampliar o debate e produção de pesquisas sobre a temática, aproximando os municípios de fronteira do interesse e elaboração acadêmica e expandir uma rede de pesquisadores e formadores de opinião sobre o tema, nas diversas universidades localizadas nas regiões de fronteira, para que essa produção do conhecimento sobre as nossas fronteiras continue e seja cíclico.

O presente Relatório do Arco Central apresenta o detalhamento da pesquisa realizada nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, trazendo considerações sobre as especificidades locais de cada município envolvido no diagnóstico, trazendo uma grande quantidade e qualidade de dados sobre a criminalidade e as dinâmicas de sociabilidade dos municípios, além de nos levar, enquanto leitores, para os diversos mundos contidos na extensa fronteira brasileira do Arco Central do país.

Boa leitura!

Celso Perioli
Secretário Nacional de Segurança Pública



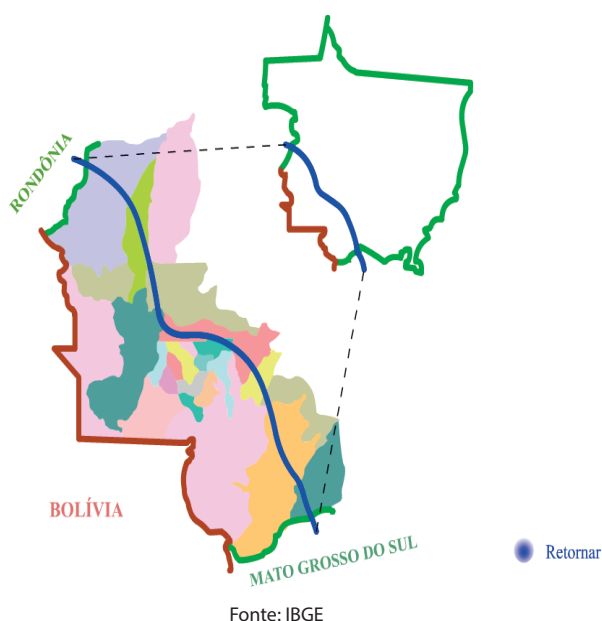
MATO GROSSO

MATO GROSSO

Introdução

Em Mato Grosso, onde o Brasil estabelece 983 km de fronteira com a Bolívia, 28 dos 141 municípios deste estado situam-se na faixa de fronteira, perfazendo uma população de quase 500 mil habitantes em um território de 170,7 mil km², correspondendo, respectivamente, a 20% dos municípios do estado, 15% de sua população e 19% de seu território. São eles: Araputanga, Barão de Melgaço, **Barra do Bugres**, **Cáceres**, **Campos de Júlio**, **Comodoro**, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, **Mirassol do Oeste**, Nossa Senhora do Livramento, **Nova Lacerda**, Poconé, **Pontes e Lacerda**, **Porto Esperidião**, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, **São José de Quatro Marcos**, Sapezal, **Tangará da Serra**, Vale de São Domingos e **Vila Bela da Santíssima Trindade**.

Mapa Estado de Mato Grosso e Faixa de Fronteira
ESTADO DE MATO GROSSO



Na pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras”, onze dos vinte e oito municípios (grifados em negrito) foram eleitos como amostra para realização do diagnóstico quantitativo que compreendeu a aplicação de questionários para os representantes das instituições de Segurança Pública, Justiça Criminal e de Fiscalização. Os municípios de Cáceres, Comodoro, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade foram igualmente selecionados para a realização de pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas e um grupo focal com lideranças locais.

Particularidades da Situação de Fronteira

O Estado de Mato Grosso faz fronteira com a Bolívia em uma extensão de 750 km de fronteira seca e 230 km de fronteira molhada, boa parte desta está concentrada no Pantanal Mato-grossense. A faixa de fronteira de Mato Grosso caracteriza-se por um baixo índice de desenvolvimento humano (menos de 0,725 registrado pelo Estado) e por ter mais de 30% de sua população (à exceção da de Campos de Júlio, de Tangará da Serra e de Pontes e Lacerda) vulnerável à pobreza, com baixa escolaridade e inserida em ocupação informal ou subemprego.¹ A economia baseia-se essencialmente na pecuária extensiva, na agricultura familiar e, cada vez mais, no agronegócio. Sua estrutura fundiária assemelha-se à do Estado de Mato Grosso do Sul, em geral, apresentando forte concentração de terras, baixa densidade demográfica e não absorção da mão de obra no trabalho rural nem em outras atividades econômicas que pudessem ser alternativas a este. Em consequência muitos dos municípios da faixa dependem, consideravelmente, de recursos públicos dos governos da esfera estadual e, principalmente, federal.

Não há, na fronteira terrestre com a Bolívia, nenhum município situado na linha de fronteira tampouco cidade-gêmeas. Entretanto, o município de Cáceres, e em menor medida, o de Porto Espiridião se destacam por estabelecer fortes vínculos de sociabilidade com o país vizinho, em especial com San Matias.² Em razão disso, é mais forte entre os habitantes destes municípios a percepção de que é necessária uma maior integração econômica e cultural com país vizinho. Na atualidade, Cáceres e a pequena cidade de San Matias, de aproximadamente 13.000 habitantes e dela distanciada de 98 km, relacionam-se por meio de complementações comerciais que resultam da diferença de câmbio, própria às regiões transfronteiriças, algumas lícitas e outras ilícitas. A passagem de mercadorias ilícitas, todavia, é intensa. A Bolívia é um dos três países latino-americanos produtores de drogas e o maior exportador de pasta básica e cocaína para o Brasil. Assim, Cáceres e toda a fronteira seca do Mato Grosso são, respectivamente, corredor e rota de passagem de drogas, especialmente da pasta básica, mas também de maconha, assim como, em uma intensidade sensivelmente menor, do tráfico de armas e do contrabando de mercadorias diversas.

Mercados Ilegais

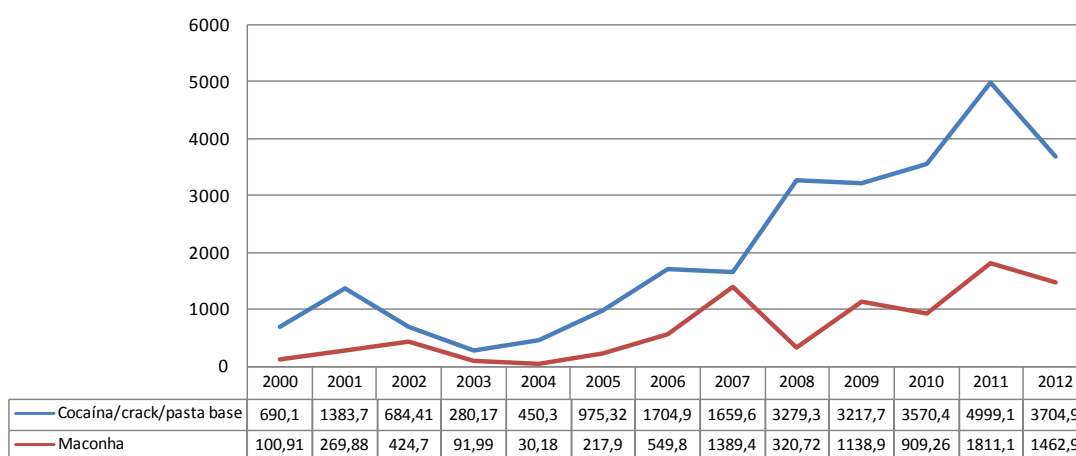
O gráfico, a seguir, mostra com base em dados de uma série histórica de 12 anos, a evolução da apreensão realizada pela Polícia Federal no Estado. Observa-se o aumento

¹ Ver, para os municípios selecionados no estudo, os índices de vulnerabilidade social apresentados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2013.

² No município, também fronteiriço, de Vila Bela há pouco contato entre a cidade sede e o país vizinho, a inexistência de estradas asfaltadas contribuindo para isso, o mesmo ocorre em relação ao município de Comodoro.

significativo da apreensão da pasta base e seus derivados a partir de 2006 e seu forte crescimento em 2008 e em 2011. A queda da apreensão em 2012 coincide com a longa greve da Polícia Federal no ano de 2012. Dados da Polícia Federal informam ainda que, nos anos de 2011 e de 2012, os maiores índices de apreensão de pasta básica e seus derivados foram registrados em Mato Grosso, superando o de Mato Grosso do Sul e o de São Paulo, que eram até então os mais elevados.

Apreensão de Cocaína/crack/pasta base e de Maconha pela Polícia Federal no Mato Grosso 2000-2012 (em quilograma)



Fonte: DPF/MJ

As drogas e demais mercadorias ingressam na Bolívia por via terrestre, por meio da BR- 070, de rodovias estaduais não pavimentadas, estradas vicinais “cabriteiras”, além de trilhas e caminhos dentro de fazendas. Por meio fluvial, nos rios Guaporé, Jauru, Paraguai, especialmente na região pantaneira numa faixa de mais de 200 km formada por rios, corixos e alagados. Por via aérea, em geral, avionetas com cargas de até 400 a 500 quilogramas.

Muitos são os *modus operandi* e estratégias dos envolvidos no tráfico na fronteira de Mato Grosso para a passagem e transporte da droga, seja eles mulas, seja atacadistas. Por sua natureza ilegal e para escapar da repressão, tais métodos são constantemente inovados, mudando de acordo com as estratégias dos órgãos de repressão. Os mais comuns utilizados pelas mulas são camuflar, de inúmeras formas, a pasta base em veículos, os chamados “mocós”, e transitar por cabriteiras (estradas vicinais de terra), de forma a evitar a fiscalização. Outro procedimento consiste em carregá-la em mochilas (até vinte quilos por viagem), a pé, passando por fazendas que atravessam a fronteira em um trajeto que dura de dois a três dias e para o qual a mula recebe 100 dólares por quilo. Foi dito, por um dos nossos interlocutores, que, em San Matias, no território boliviano, existe casa de repouso para a recuperação da mula andarilha que, em média, realiza quatro viagens ao mês. Finalmente, usa-se também, na região de Cáceres, transportá-la dentro de ônibus amarrada ao corpo, em roupas ou calçados, ou bem por meio da sua ingestão em forma de cápsula para, depois ser expelida em seu destino. Em Vila Bela de

Santíssima Trindade, o ingresso se dá por meio das fazendas, nas quais, o proprietário das terras do lado brasileiro da fronteira é também proprietário do lado boliviano. A droga é transportada em aviões de pequeno porte: os aviões desceriam em pistas de pouso ilegais abertas nas fazendas – forma que, segundo os entrevistados, estaria se tornando menos frequente. Mais recentemente, tem sido empregado em Cáceres o arremesso por avioneta que lança cargas em áreas de fazenda sem fiscalização, sendo resgatadas pela mula andarilha com uso de GPS. Em outros municípios da fronteira do Mato Grosso, tais como em Comodoro e em Pontes e Lacerda, esse método vem sendo empregado há mais tempo e é o mais utilizado. A pasta básica que atravessa a fronteira no corredor de Cáceres segue por Cuiabá e de Mato Grosso para outros estados, em particular para o Estado de Goiás, cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais. Essa atividade é altamente lucrativa, tendo em vista o alto preço que alcança o produto final nos grandes centros.

Além das drogas, transitam, vindos da Bolívia para o Brasil, vários outros produtos ilegais oriundos de contrabando e também armas. Como é comum na fronteira, atividades de intercâmbio econômico são pautadas por diferenças cambiais, ora favoráveis para um país, ora para outro. Mas, ao que parece, o descaminho e o contrabando não têm sido apenas opções de sobrevivência para os mais pobres da região. Segundo os operadores entrevistados, essa atividade, em grande escala, vem sendo realizada por grupos cada vez mais articulados para tentar burlar o sistema de segurança. Quanto às mercadorias ilícitas que circulam do Brasil para a Bolívia, destacam-se os veículos roubados (motos e camionetes, principalmente), além da evasão de divisas. A entrada desses bens roubados e de dinheiro na Bolívia, com a qual, segundo o que foi relatado, o governo boliviano é conivente, visa ao financiamento do tráfico de drogas realizado por mulas ou pequenos atacadistas. Para alguns dos nossos interlocutores, a circulação de mercadorias e pessoas saindo do Brasil deveria ser mais controlada, privilegiando-se barreiras na entrada da Bolívia e não apenas em sua saída. Por fim, se os métodos de transporte dos traficantes formiguinhas e dos pequenos atacadistas ganham visibilidade, porque são menos tolerados e sofrem maior repressão, tendo em vista, entre outros, o perfil socioeconômico daqueles nele envolvido, os métodos e organização de passagem, estoque, transporte e distribuição dos grandes atacadistas são menos conhecidos e reprimidos, a não ser quando ocorrem grandes operações da Polícia Federal, tal como ocorreu em Porto Espiridião (ver *infra*). Ainda assim, tudo indica que o tráfico de drogas está fortemente enraizado em toda a região, sendo importante fonte de renda direta e indireta para muitos e movimentando a economia local. As razões que levaram ao seu alastramento na fronteira de Mato Grosso se devem a uma série de fatores, entre eles, a existência de uma vasta fronteira seca com pouca fiscalização e inúmeros caminhos de passagem; a posição geográfica central, com estradas facilitando o acesso a grandes centros de distribuição; o espaço aéreo sem vigilância; a falta de oportunidade de trabalho na economia formal ou a atração exercida por ser atividade extremamente lucrativa; a facilidade de penetração na economia formal.

Criminalidade Local

Apesar do envolvimento dos municípios de fronteira com o tráfico de drogas, esse envolvimento, especialmente daqueles de menor porte, não afeta o sentimento de segurança da população. Dada a distância da linha de fronteira, a passagem e circulação de drogas e de outras mercadorias ilícitas—tais como veículos roubados de outros estados e introduzidos na Bolívia como moeda de troca—, bem como a passagem de foragidos da justiça de todo o Brasil para o país vizinho são considerados pelos habitantes locais problemas afeitos à fronteira. Nesse sentido, um grande esforço é feito por estes no sentido de diferenciar a região da fronteira da do município, onde a criminalidade local é baixa e a vida, em geral, tranquila e pacata, diferentemente do que é normalmente veiculado sobre a região, geralmente rotulada em sua totalidade como afeita ao tráfico e ao banditismo.

Cabe notar, entretanto, que furtos e roubos de veículos caracterizam a criminalidade nos municípios da faixa de fronteira e, devido a sua incidência, são categorias computadas pela Secretaria de Segurança Pública, conforme mostra as estatísticas apresentadas ao longo deste trabalho, por município. Nas cidades mais populosas da faixa e de maior urbanização, como Cáceres, Tangará da Serra e Pontes e Lacerda, estabelece-se uma maior conexão entre violência e o tráfico de drogas. Em Tangará da Serra, foi registrado que a entrada da droga se daria por Nova Olímpia. Nessa região do agronegócio, o envolvimento no tráfico é visto como o mais fácil caminho de se obter dinheiro, e não como falta de opção de trabalho. Entre os operadores de Segurança Pública e também para a sociedade civil local desses municípios maiores, o uso e o tráfico de drogas seriam fomentadores dos crimes locais, estando presentes direta ou indiretamente tanto em ocorrências simples como o furto, quanto em eventos graves, como o roubo e o homicídio, principalmente naquele referente ao acerto de contas entre envolvidos. Mas para outros, a questão é mais complexa, sendo necessário distinguir mais claramente o uso do tráfico de drogas (o que implicaria mudança na legislação) com uma abordagem do usuário voltada para a saúde pública. Nesse sentido, salienta-se a não tolerância da população em geral em relação ao comportamento dos jovens, especialmente dos jovens pobres, mais visados por esse tipo de envolvimento e também mais criminalizados por serem aqueles cuja ação mais afeta o sentimento de medo e de insegurança da população.

O contrabando compareceu como ocorrência relevante em Tangará da Serra e também Cáceres, Pontes e Lacerda e Vila Bela de Santíssima Trindade. Além dos problemas relacionados às mercadorias ilícitas, cabe ressaltar, conforme será mostrado, que as dinâmicas de ocupação e desenvolvimento da região favoreceram, ao longo dos anos, as condições que geram conflitos relacionados à disputa pela posse de terras, como também os crimes ambientais. Esses crimes, antes frequentes na região, foram diminuindo ao longo dos anos, embora ainda compareçam como problema em Comodoro, Mirassol D'Oeste, Tangará da Serra e Vila Bela de Santíssima Trindade. Na atualidade, encontram-se

na lista dos registrados como mais frequentes a violência contra mulher e o abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, o que mostra uma maior sensibilidade e a não aceitação social de comportamentos antes permitidos e considerados normais.

Situação da Segurança Pública

A razão população/efetivo da Polícia Militar é a mais adequada para se avaliar a ação de presença da polícia ostensiva, que tem forte impacto sobre o sentimento de segurança da população. Conforme mostra a tabela, Vila Bela de Santíssima Trindade e Porto Espiridião são os municípios que apresentam o menor quantitativo de policiais militares. Trata-se de duas cidades que, embora reclamem um maior número de policiais, não parecem diretamente afetadas por crimes mais violentos.

População dos municípios da amostra, razão população/ efetivo da PM e razão população/efetivo da PC

	Pop (estim. 2012)	Pop/efetivo PM
Estado	*	411
Barra do Bugres	32.464	1.159
Cáceres	88.897	421
Campos de Júlio	5.494	610
Comodoro	18.651	746
Mirassol D'Oeste	25.684	734
Nova Lacerda	5.648	1.130
Pontes e Lacerda	42.063	738
Porto Espiridião	11.188	1.598
São José dos Quatro Marcos	18.894	1.050
Tangará da Serra	87.145	726
Vila Bela de Santíssima Trindade	14.770	1.641

* As informações referentes ao Estado foram obtidas na Pesquisa Perfil de Segurança Pública que não toma por referência a estimativa de 2012.

Barra dos Bugres apresenta um baixo quantitativo de policiais para o tamanho de sua população e para os problemas que enfrenta. Já São José dos Quatro Marcos apresentou um número alto de homicídios em 2012. Cáceres que apresenta, conforme veremos, alta densidade institucional é de todos os municípios o mais policiado. Trata-se aqui de se cobrir uma frente estratégica. O problema é que, como resultado da repressão, outras rotas rapidamente se abrem, multiplicando-se ou deslocando-se para outros meios. Em Cáceres, por exemplo, as rotas vêm se deslocando para o meio fluvial. Em Tangará da Serra, o problema não é o quantitativo de policiais militares, mas o da Polícia Civil e a situação de precariedade desta instituição no município.

Outras variáveis do diagnóstico quantitativo e, especialmente o diagnóstico qualitativo, serão daqui para frente analisadas visando apontar deficiências ou não relativas aos órgãos de segurança pública. Um aspecto a salientar, no que diz respeito

ao policiamento de fronteira é a atuação do Grupo Especial de Segurança da Fronteira (GEFron), que foi criado em 2002 e que atua em barreiras fixas e móveis, ao longo da BR-174 e nas estradas vicinais. A base central encontra-se situada em Porto Espiridião. O grupamento atua no controle das atividades ilícitas e ilegais que se desenvolvem na região e vem, desde 2007, realizando ações de patrulhamento rural em conjunto com o INDEA, que faz o controle da febre aftosa nas fazendas e enfrenta, na atualidade, o controle da doença afeita à sanidade animal, que representa um grave ameaça à região.

O GEfron queixou-se de estar mal aparelhado, da falta de efetivo e da falta de investimento no trabalho de inteligência policial e em tecnologias apropriadas ao trabalho realizado. Em Cáceres, foi dito que, apesar da presença de vários órgãos de segurança e do tamanho do efetivo da Polícia Militar, é necessária uma maior coordenação nas ações conjuntas das forças, sendo o maior problema o não compartilhamento de informações, prejudicando o trabalho coletivo e o de cada órgão. A necessidade de incrementar a integração das instituições policiais no nível operacional foi uma afirmação recorrente entre os operadores. Foi também citada a necessidade de uma maior participação do Exército e, sobretudo, da Aeronáutica na vigilância do espaço aéreo da fronteira. Bastante consensual, em Cáceres, e também em Porto Espiridião, foi a avaliação de que as ações conjuntas ou as operações planejadas são ineficazes. Foi dito que, devido a curta duração destas operações, elas não permitem trocas e aprendizados efetivos e surtem pouco efeito no enfrentamento à ação dos criminosos, que apenas suspendem as suas atividades no período em que elas ocorrem. Em Pontes de Lacerda, segundo os operadores, o problema mais sério é o de falta de efetivo. Os entrevistados partilham um entendimento em torno da dificuldade de fixar os policiais nas cidades de fronteira. Verificou-se também, no geral, a falta de articulação das instituições com a sociedade civil. Exceção feita ao município de Comodoro, que é exemplar no protagonismo da sociedade civil para prover segurança e na articulação e integração de todas as instituições de segurança pública, da justiça criminal e da sociedade civil organizada no enfrentamento dos problemas que assolam todos os municípios da fronteira de Mato Grosso. O caso de Comodoro deve ser reconhecido como “Boa Prática”, divulgado e disseminado.

Finalmente, diferentes visões quanto à situação da segurança pública na fronteira de Cáceres e das instituições que são por ela responsáveis foram identificadas nos discursos dos nossos interlocutores da sociedade civil. Uma dessas entende que há, mais recentemente, foco e investimento excessivos na questão da segurança e da periculosidade da fronteira, que tem contribuído para a criminalização das populações que nelas habitam e tem desviado o foco dos problemas mais importantes que as afetam (falta de opções de emprego, educação, lazer; falta de regularização e excessiva concentração da terra) e das oportunidades que oferecem a situação de fronteira de interação social e de integração econômica, até mesmo como formas de se enfrentar o tráfico de drogas.

Recomendações

- Maior atenção do Poder Público Federal e Estadual a toda esta região estratégica e não apenas à Cáceres;
- Aparelhamento do policiamento de fronteira, com aumento do efetivo, treinamento especializado e tecnologia, além de melhores salários.
- Realizar vigilância aérea com uso de Balões, mais baratos e eficazes que veículos aéreos não tripulados
- Realizar barreiras do lado brasileiro para a entrada na Bolívia
- Estimular programas continuados de redução da vulnerabilidade policial à corrupção;
- Disseminar padrões de policiamento comunitário nos municípios de fronteira, visando à segurança local;
- Disseminar padrões de entrosamento entre policiamento ostensivo e atividade investigativa nos municípios de fronteira;
- Disseminar padrões de entrosamento entre as polícias estaduais e federais.
- Disseminar padrões de organização da sociedade civil nos municípios de fronteira para auxiliar no provimento e controle da segurança dos cidadãos.
- Estimular uma maior participação dos atores sociais nas definições de políticas de Segurança Pública, nacionais e estaduais, adotadas nos municípios de fronteira que conhecem melhor a realidade cotidiana local, podendo contribuir para um desenho mais eficaz de política pública na área.
- Adotar Programas de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescentes
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos para o enfrentamento da violência conjugal de gênero.
- Disseminar padrões de respeito aos cidadãos e à diversidade cultural na ocasião da abordagem e revista;
- Disseminar padrões de direitos humanos e acesso à justiça aos envolvidos em mercados ilegais;
- Reconhecer que é meta impossível impedir o trânsito e comercialização do contrabando e da droga e estimular o debate para a adoção de políticas alternativas, entre elas a de esclarecimento da população quanto aos problemas e malefícios que estes podem acarretar no nível individual e social.

Bibliografia

ATLAS do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

BRASIL. IBGE Cidades. Histórico dos municípios. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. Faixa de fronteira–Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF. Brasília: Secretaria de Programas Regionais/Ministério da Integração Nacional, 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMPOS NETO, M.F. “Mulas Humanas” no Narcotráfico Internacional Bolívia-Brasil.

DAN, V.L. O acesso à cidade: questões socioeconômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira. Dissertação de Mestrado – Unioeste – Campus Foz do Iguaçu, 2010.

MACHADO, L. O. Sistemas, fronteiras e território. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeografado).

SIMÃO, A.V. Juventude em discurso: História de vida de jovens aprisionados no município de Cáceres/MT. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, PPGE, 2014.

SILVA, R.B. Os chiquitano de Mato Grosso–estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2007.

Cáceres

O município de Cáceres foi criado por Lei Provincial nº 01 de 28 de maio de 1859. Limita-se a norte com Glória D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Curvelândia, Lambari D'Oeste e Porto Estrela. A sul com Poconé, República da Bolívia e Corumbá. A leste com Poconé, a oeste com República da Bolívia e Porto Esperidião.



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510250&search=mato-grosso|caceres>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: em 1874 foi elevado à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres.
Área (2010): 24.351,408 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Glória D'Oeste, Mirassol D'Oeste e com Lambari D'Oeste, a nordeste com Barra do Bugres e com Porto Estrela, a leste com Nossa Senhora do Livramento e com Poconé, em uma faixa que se estende do sul a região sudoeste com a Bolívia e a oeste com Porto Esperidião.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 87.942 habitantes
Densidade demográfica: 3,61 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 930.296,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.582,13
IDH-M (2010): 0,708
Gentílico: cacerense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A vila de São Luís de Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. As razões para a fundação do povoado foram a necessidade de defesa e incremento da fronteira sudoeste de Mato Grosso; a comunicação entre Vila Bela da

Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo rio Paraguai, com a capitania de São Paulo; e a fertilidade do solo no local, com abundantes recursos hídricos. Em 1860, a Vila-Maria do Paraguai (nome dado em homenagem a rainha reinante de Portugal) já contava com sua Câmara Municipal, mas só em 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro e ao fundador da cidade. Em 1938, o município passou a se chamar apenas Cáceres. A navegação pelo Rio Paraguai permitiu o comércio com Corumbá, Cuiabá e outras praças, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho, de grande expressão em suas épocas.

Em 1914, São Luís de Cáceres recebeu a visita do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, que participava da Expedição Roosevelt-Rondon. Conta-se que ele ficou encantado com o comércio local, cujo carro-chefe era a loja “Ao Anjo da Ventura”, de propriedade da firma José Dulce & Cia, que também era dona do vapor “Etrúria”. As lanchas que deixavam Cáceres com destino a Corumbá levavam poaia (ou ipecacuanha), borracha e produtos como charque e couro de animais e voltavam carregadas de mercadorias finas, como sedas, cristais e louças vindas da Europa. No início de 1927, Cáceres viveu dois acontecimentos marcantes: a passagem da Coluna Prestes por seus arredores, que provocou a fuga de muitos moradores, e o pouso do hidroavião italiano Santa Maria, o primeiro a sobrevoar Mato Grosso.

A partir de 1950, as mudanças passaram a ser mais rápidas. No início dos anos 60, foi construída a ponte Marechal Rondon, sobre o rio Paraguai, que facilitou a expansão em direção ao noroeste do Estado. A chegada de uma nova leva migratória causada pelo desenvolvimento agrícola que projetou o polo de produção no Estado e no país mudou o perfil de Cáceres, cuja ligação com a capital, Cuiabá, foi se intensificando à medida que melhoravam as condições da estrada ligando as duas cidades. É nesse período que ocorre a emancipação dos novos núcleos com a criação dos distritos de distrito de Mirassol D’Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jauru, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Estrela, Glória D’Oeste e Lambarí D’Oeste.

Nas décadas de 1960 e 1970 a concentração de terras na região e a expulsão dos pequenos agricultores contribuíram para que os fluxos migratórios resultassem no crescimento desordenado da cidade e para a segregação socioespacial de grande parte da população de Cáceres. A crise econômica da década de 1980 teve reflexo no aumento das desigualdades sociais e da informalidade no espaço urbano (DAN, 2010). Na atualidade, a informalidade, a situação de rua, a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência doméstica são problemas que vêm tendo atenção de programas com recursos do governo federal. Não há, entretanto, nenhum centro de recuperação (Centro de Atenção Psicossocial – CAPS) mantido pelo poder público para usuários de drogas, que é problema crescente na região.

A população indígena de Cáceres é expressiva com a presença de índios chiquitanos. A forma de inserção desses índios na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia tem contribuído para reforçar o estigma de criminoso, a eles atribuídos (envolvidos em roubo de gado, de carro, tráfico de drogas, etc.), especialmente aos que vivem no lado boliviano (SILVA, 2007).

A grande propriedade caracteriza a estrutura fundiária do município de Cáceres. Esta estrutura de concentração de terras resulta em baixas densidades demográficas, poucos empregos rurais e baixa qualificação tecnológica da mão de obra rural. A pecuária de corte é a principal atividade econômica, destacando-se, também, pequenos produtores de gado de leite. O reflorestamento com teca encontra-se em ampliação e espera-se que, assim como os assentamentos decorrentes da reforma agrária, possibilitem maiores concentrações demográficas (PREFEITURA DE CÁCERES PDD, 2010). A indústria de maior porte em Cáceres está vinculada à bovinocultura, com a presença de estabelecimentos tais como frigoríficos e curtumes.

O município é polo regional de saúde e educação (com a presença da Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres–IFET). É praça bancária e centro de serviços decorrentes da presença de instituições públicas, tais como: Batalhão do Exército, Polícia Federal, INDEA (Instituto de Defesa Agrícola), IBAMA, Polícia Rodoviária Federal, INCRA, EMPAER (Empresa Matogrossense de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural), além de outras instituições. O município depende, consideravelmente, de recursos públicos do governo federal e estadual, já que, em 2012, 7.067 famílias estavam inscritas no programa Bolsa-família e 37% da sua população, (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013) é vulnerável à pobreza. Tal fato representa grave problema quando se sabe que a economia local, baseada na pecuária extensiva, não emprega e tende a empurrar a mão de obra local para as atividades ilícitas e ilegais, tais como o contrabando e o tráfico de drogas.

Uma das grandes potencialidades do município é o turismo, tendo em vista a beleza de seu ecossistema. No curso do Rio Paraguai as cheias ocorrem de dezembro a março (verão) e o curso mínimo dá-se em julho (inverno). Destaca-se a pesca esportiva no rio Paraguai, realizada no entorno do município de Cáceres. Nos últimos anos, Cáceres procurou estruturar-se como importante porto fluvial no contexto matogrossense, incorporando-se à política de Integração Latino-Americana, buscando a implantação do sistema de transporte intermodal, e a ligação por rodovia com a Bolívia e, conseqüentemente, uma saída para o Pacífico. Cáceres evidencia-se, assim, em razão da sua situação em termos de convergências e distribuição de fluxos, como localização estratégica e como grande opção para profundas transformações socioeconômicas para a região e para o Estado de Mato Grosso.

Fonte: Adaptado de (IBGE) -Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos Vicente Ferreira–Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM, Prefeitura Municipal de Cáceres.

Diagnóstico da Segurança Pública em Cáceres

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012): 88.897 habitantes	
Homicídios (2012): 16	
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Força Nacional, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, o Conselho Tutelar, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.	
Instituições de Defesa: O Exército e a Marinha	
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 421 habitantes	
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 855 habitantes	

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal									
População (estimativa em 2012) = 88.897 habitantes									
Homicídios (2012): 16									
Unidades		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
		4 delegacias		3 batalhões e unidades		1 delegacia		1 delegacia e 2 postos de fiscalização	
Efetivo		Delegados		Oficiais		Delegados		Delegados	
		4		9		4		2	
		Agentes		Praças		Agentes		Agentes	
		97		202		33		41	
		Peritos				Outros servidores			
		7				22			
		Legistas							
		5							
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições		Antigas e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições		Antigas e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Computador		7		29		40		6	
Impressora		1		6		6		3	
Telefone fixo		2		3		2		1	
Fax		1		1		-		-	
Scanner		2		4		4		3	
Internet		Com acesso		Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica		-		1		-		2	
Estação de rádio digital		-		-		1		-	
Equipamento de visão noturna		-		-		2		-	
Aparelho de TV		-		5		2		2	
Gravadores		-		2		2		-	
Máquina Fotográfica		1		2		6		-	
Filmadora		1		1		3		-	
Tipos de veículos		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
		Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas		3	-	10	3	32	5	6	-
Viatura para mais de cinco pessoas		3	-	-	1	1	-	-	-
Moto		1	-	6	2	1	-	-	-
Embarcação sem motor		-	-	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor		-	-	-	-	1	-	-	-
Avião		-	-	-	-	-	-	-	-
Helicóptero		-	-	-	-	-	-	-	-
Cavalo		-	-	-	-	-	-	-	-
Bicicleta		-	-	12	6	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível		Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
		Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade		Frequentemente atende as necessidades		*	

Segurança Pública nas Fronteiras

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Celulares corporativos	2	10	-	2
Rádio em viaturas (digital)	-	-	5	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	10	-	6
Rádio portátil (HT)	-	20	6	3
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	3	5	10	2
Arquivos em ficha de papel	2	1	2	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	15	25	12	4
Colete antibalísticos	97	40	30	41
Escudos	-	6	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	97	40	15	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	9	*	*
Carabina	2	2	-	2
Espingarda	1	-	5	3
Metralhadora	1	-	-	-
Submetralhadora	-	2	5	-
Fuzil	-	-	5	-
Revólver	-	50	-	-
Pistola	12	20	53	41
Arma de condutividade elétrica	*	1	*	*
Bomba de efeito moral	*	-	*	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	2	2
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes	Suficientes	Suficientes	Quantidade suficientes, mas tipos insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Não	**	Não	*
Capacidade	*	**	*	*
Média de presos/mês	*	**	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	*	*	**	*

Polícia Civil

Há, no município de Cáceres, quatro delegacias, quatro delegados de polícia, 97 agentes, 7 peritos e 5 legistas. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Cáceres utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de munição e de armas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel (fichas e tabelas). Há inclusão de dados no Infoseg e desde 2002 são produzidas estatísticas, mas o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e também do Centro Regional de Inteligência. Em Cáceres, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho ainda estão em fase inicial. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como o GEFron; no ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Civil–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	21
Roubo	374
Roubo de veículos	113
Furto	1312
Furto de Veículo	84
Consumo de Entorpecentes	124
Tráfico de Entorpecentes	118

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Cáceres é constituído de nove oficiais e 202 praças. Além do policiamento ostensivo na cidade, a PM realiza o policiamento da cadeia pública e alguns de seus policiais são destacados para dar apoio ao GEFron e ao INDEA na fiscalização dos postos avançados de fronteira.

No Batalhão de Cáceres, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e fichas e tabelas de papel. São produzidas, e divulgadas regularmente, informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg; porém, não há integração com sistemas de informações de outras instituições, tais como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de roubo, furto e agressões.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação

da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o GEFRON. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Cáceres, a Polícia Militar tem uma relação ainda incipiente com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Militar–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Agressão/Vias de Fato	56
Ameaça	223
Apropriação Indébita	08
Atrito Verbal	05
Entorpecente	136
Estupro	06
Furto à residência	106
Furto a transeuntes	47
Furto a estabelecimento comercial	50
Furto veículo	17
Homicídio	10
Lesão corporal	285
Porte ilegal de arma de fogo	32
Receptação	18
Rixa	16
Roubo a pessoa	99
Roubo à residência	13
Roubo de Veículo	65
Roubo de estab.comercial	26
Veículo recuperado/localizado	61
Outros Contra o Patrimônio	5
Dirigir sem Habilitação	12
Perturbação do Sossego Alheio	6
Trânsito e acidentes	718

Fonte: Comando Regional (de Cáceres) VI Oeste – Gestão de Planos e Operações Dados de Bos 6o BPM.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Cáceres, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foi considerada insuficiente; falta roupa de aproximação de incêndio, capacete, luva de borracha, galê, capa de chuva, bota de borracha e macacão completo para proteção contra produtos perigosos. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate e de armamentos foi considerada

suficiente. Esta unidade não tem computadores ligados à internet. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado não soube responder se esta unidade faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Cáceres participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Cáceres não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são as polícias Civil e Militar e o IBAMA.

Polícia Federal

A delegacia da Polícia Federal em Cáceres foi inaugurada há 32 anos. Nesta unidade, utilizam-se sistemas de administração para gerir o estoque e organizar protocolos. Nesta delegacia, há conexão com a internet, com velocidade de 2 MB/s. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: registro de ocorrências, registro de inquéritos e dados em tabelas ou listas em papel e o uso de fichas de papel em fichários. O banco de dados desta unidade está integrado, aos sistemas de informação, tais como a SERPRO e o Infoseg.

Entre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e o combate ao crime ambiental. A Polícia Federal do município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). O entrevistado não soube avaliar se tal participação modifica e melhora as suas condições de atuação. Também não soube dizer se a unidade participou do ENAFRON ou do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Neste mesmo ano, as unidades da Polícia Federal de Cáceres participaram das Operações Sentinela. Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Judiciário Estadual e Justiça Estadual. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Receita Federal e a Polícia Militar. Não há cooperação com as polícias de outros países.

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício Anual de 2012, na Operação Sentinela, realizada com a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, o GEFron, o Ibama, demais órgãos policiais e de fiscalização e também o Exército, foram presas em flagrantes 121 pessoas e realizadas diversas apreensões³. O mesmo relatório informa ainda que, em

3 <https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=5933646&seAbrirDocNoBrowser=1>

2012, a Delegacia de Polícia Federal de Cáceres apreendeu, em ações controladas (com apreensões e prisões também em outros estados), 1.071kg de cocaína (MJ,2013:34), o que corresponde a um quarto do que foi apreendido no Estado.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Cáceres, utiliza-se apenas sistema de protocolo. Não há sistemas de informação na unidade. Há produção de estatísticas e registros de ocorrências, desde 2005, e integração das informações produzidas a sistemas de boletim de acidente de trânsito e de multa. O posto dispõe de internet com velocidade de 256KB/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Sentinela. Oito de seus policiais foram designados para as operações. Os maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Cáceres foram a Polícia Federal, as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal.

Em Cáceres há apenas uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Força Nacional

Existe a Força Nacional no município, mas o questionário não foi respondido.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cáceres foi criado em junho de 2010 e apresenta um número desigual de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas por algum conselheiro e a principal preocupação tratada é o envolvimento de jovens na criminalidade. Há efetiva participação de representantes da sociedade civil no Conselho Municipal, mas baixa participação de órgãos do poder público. O Conselho Municipal de Segurança de Cáceres recebe demandas da comunidade, principalmente, por meio dos integrantes do Conselho e por parte de outros representantes/lideranças das comunidades. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a truculência e a discriminação nas abordagens, além da falta de condição de trabalho e de efetivo. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender as demandas da comunidade é o desconhecimento do trabalho do policial. O principal assunto discutido refere-se a problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado concorda totalmente com a afirmação de que após a criação do Conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária							
Efetivo	Juízes	8	Promotores	7	Defensores	5	Conselheiros	5
	Funcionários	96						
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Qualidade das instalações internas	Novas e em boas condições		Inadequadas		*		**	
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições		Inadequadas		*		**	

Justiça

O município de Cáceres é uma comarca de entrância intermediária de Vara Mista, onde se encontram instaladas as varas: criminal; execuções penais; violência doméstica; inventário e pensão alimentícia. Além disso, tem juizado especial criminal, vara de execução penal e vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de dois carros para até cinco pessoas e considera-se a quantidade de combustível suficiente.

Há internet com velocidade de 4 MB/s. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente e o sistema de informação não está integrado a outro sistema do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializado na Infância e Juventude, mas o questionário não foi respondido. Apurou-se, entretanto que há um Centro Socioeducativo que se encontra sob jurisdição do Poder Judiciário por meio da Vara da Infância e Juventude e da Curadoria da Infância e da Juventude do Ministério Público. O Centro funciona em um prédio que antes abrigava a Delegacia de Polícia Civil e, apesar de ter passado por reformas, apresenta estrutura inadequada e problemas de abastecimento de água. O centro preparado para atender 20 internos sempre funciona em situação de superlotação, às vezes com o dobro de internos.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Cáceres são: a falta de recursos materiais; a falta de recursos humanos; a falta de segurança no trabalho e a suspeita de envolvimento de efetivos de Segurança Pública em atividades ilegais. Desde o ano de 2009, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Participam também, de alguma maneira, de operações de fronteira e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Cáceres são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado indicou que as parcerias com o IBAMA e a Receita Federal deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram as denúncias de desmatamento, de tráfico e as participações nas Operações Revólver.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Tutelar no município de Cáceres, mas o questionário não foi respondido.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe A	
Efetivo	Auditores	6
	Técnicos	-
	Terceirizados	-
	Analistas-tributários	8
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

A Receita Federal de Cáceres dispõe de três caminhonetes oficiais e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet com velocidade da conexão de 100MB/s. A Receita Federal de Cáceres participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). O auditor fiscal entrevistado não acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações Ágata, Sentinela e Imediata.

Cadeia Pública de Cáceres

Operadores informaram que a cadeia Pública de Cáceres foi projetada para 240 vagas. Entretanto, por ocasião da pesquisa, esta abrigava 430 presos, isto é, quase o dobro de sua lotação. O maior problema enfrentado pela administração é o de controle da violência entre os detentos, muitas vezes envolvidos em disputa de gangues e o controle da violência dos agentes em relação aos detentos. A estrutura física da ala

feminina foi considerada precária, apesar de o prédio ter sofrido reforma, após ter sido interditado por insalubridade. A precariedade revela-se também na estrutura utilizada pelos funcionários, com banheiro improvisado e falta de água potável. O perfil dos detentos é majoritariamente de jovens, acusados de tráfico de drogas, principalmente, e de roubo. Entre os principais problemas apontados, destacam-se: a falta de servidores em geral e de guardas em particular. Para os entrevistados, falta um projeto claro do Estado quanto ao trabalho pretendido com os presos e presas, se de ressocialização ou de apenas repressão e incapacitação. De qualquer forma, a alta taxa de reincidência dos presos em geral revela que nem um modelo nem o outro estão funcionando. Foi ainda enfatizada a falta de projetos de acompanhamento e reinserção do preso libertado. Não há políticas específicas do governo nos diferentes níveis, voltadas para a população encarcerada. Por sua vez, convênios para atendimento de saúde, ou para promover atividades laborais, têm sido resultado de iniciativa e de esforço dos representantes dessas instituições locais.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Cáceres situa-se a 215 km da capital Cuiabá. Localiza-se a 80 km da fronteira e a 98 km da cidade de San Matias na Bolívia, situada a aproximadamente 790 km de Santa Cruz de La Sierra e a 400 km de San Ignacio de Velasco. Desenvolve fortes vínculos de sociabilidade com a cidade de San Matias, vivendo ambas de complementações comerciais que resultam da diferença de câmbio, algumas lícitas e outras ilícitas, próprias às regiões transfronteiriças. Os operadores das instituições entrevistados concordaram, em sua maioria, que as atividades ilícitas dinamizam a economia do município e que este apresenta características únicas de criminalidade, se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Entretanto, há divergências quanto à afirmativa de que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município; as justificativas, para tanto, variam: os que discordam da afirmativa argumentam que há preconceito associado às cidades de fronteiras, sendo estas consideradas “terras sem lei”. No caso de Cáceres, o tráfico de drogas, torna-a fortemente estigmatizada, o que vem dificultando o seu desenvolvimento. Acreditam que a potencialidade do turismo na região e as outras vantagens que a cidade oferece, tais como bons serviços na área de saúde e de educação, acabam sendo subsumidas nesta imagem negativa construída sobre a cidade. Afirmam alguns que, de um lado, a pobreza do município boliviano vizinho não apresenta atrativos comerciais para Cáceres, de outro, os produtos baratos (tais como roupas), vindos da Bolívia, prejudicam o comércio da cidade. Já os que concordam com a afirmativa destacam que – infelizmente – os mercados ilegais aquecem a economia local, seja o do tráfico de drogas, seja o do contrabando, este último podendo até mesmo ser encontrados no comércio legal local.

Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Cáceres é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando de diversas mercadorias; tráfico de drogas e armas; furto e roubo de veículo local, ou roubado de outros estados, que é enviado para a Bolívia por meio de estradas vicinais (as cabriteiras); evasão de divisas, além de exploração sexual infantojuvenil; disputa por terras e imigração ilegal.

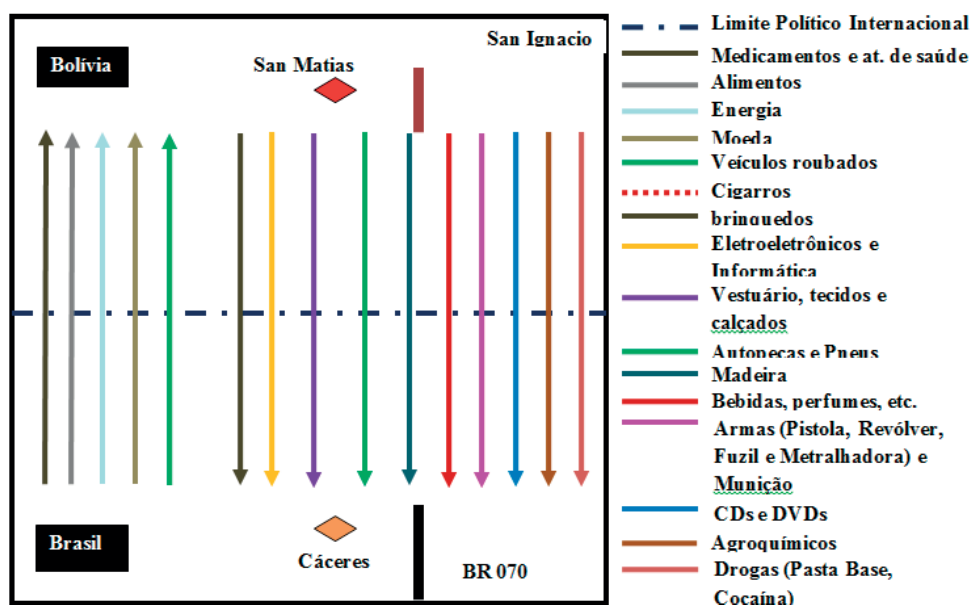
Há um grande fluxo de moradores de San Matias à Cáceres que vêm visitar parentes e realizar compras, principalmente de alimentos, bem como buscar atendimento médico ou dentário. Esta cidade depende do município de Cáceres em diversas esferas, entre elas, o fornecimento de energia elétrica. Apesar das desconfianças e estigmatização dos bolivianos, é forte a presença destes em Cáceres, e no cotidiano das duas cidades, os procedimentos de identificação de cidadão estrangeiro não são requisitados. Muitos bolivianos ali se instalam e, com os filhos matriculados nas escolas, recebem ajuda governamental, como a do Programa Bolsa Família.

Já o fluxo de brasileiros a San Matias destina-se à realização de compras de produtos mais baratos, tais como roupas, pneus, gasolina e brinquedos, perfumes, bebidas e produtos eletrônicos em geral, tendo em vista a existência de um mini *freeshop* instalado nesse pequeno município do país vizinho de aproximadamente 13.00 habitantes, a maioria predominantemente rural.

Das mercadorias ilícitas que circulam do Brasil para a Bolívia destacam-se os veículos roubados (motos e camionetes, principalmente), além da evasão de divisas. Na percepção dos operadores, a entrada desses bens e de dinheiro na Bolívia, com a qual o governo boliviano é conivente, visa ao financiamento do tráfico de drogas, atividade extremamente lucrativa, tendo em vista o alto preço que alcança o produto final desta atividade nos grandes centros. Segundo médico legista e estudioso do tema entrevistado, o cálculo a ser feito é o seguinte: um quarto de tonelada de folha de coca faz um quilo de pasta base; já um quilo de pasta base faz três de crack. Um quilo de crack faz quatro mil pedras, que são vendidas nas grandes cidades a R\$ 10,00 reais, perfazendo, assim, 40 mil reais. Seguindo o raciocínio anterior, um quilo de pasta base renderia 120 mil reais. A apreensão de 177 quilos de pasta base, fato ocorrido na semana anterior à realização da entrevista, resultaria no cálculo aproximado e impressionante de 21 milhões de reais. Isso mostra como esse mercado criminal é extremamente lucrativo. Segundo a percepção dos operadores locais, tal capitalização permite a este mercado adquirir equipamentos cada vez mais sofisticados para o seu funcionamento e proteção.

A figura que se segue ilustra as principais dinâmicas existentes entre as cidades de Cáceres e de San Matias:

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na Fronteira de Cáceres com a Bolívia (San Matias)



Diz-se que Cáceres é considerada a segunda porta de entrada das drogas no país. Das drogas que circulam, a mais comum é a pasta base de cocaína, matéria-prima obtida nas primeiras fases de separação da cocaína das folhas de coca. Mas, já foram apreendidas também na região, ainda que em menor medida, cocaína e crack, que são os seus subprodutos. O tráfico de armas também é mencionado.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Cáceres

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinasa funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são de motocicleta, de veículos, à transeunte e à residência, sendo citado também o furto ao comércio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: aplicação de cheques sem fundos, pequenos golpes populares, fraude ao comércio e falso sorteio, concurso ou premiação. Quanto a extorsões, foram assinaladas extorsão mediante furto ou roubo de veículo e mediante posse de foto de situação privada. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e em situações

domésticas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Cáceres sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infantojuvenil. Já os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, furto e embriaguez ao volante. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

“Foi feita referência à existência, no município, de “bocas” e “boqueiros”, os quais atuavam de forma desorganizada, sendo responsáveis pelo micro tráfico que abastece a cidade. Já o roubo de veículos, especialmente o de moto, foi descrito como uma atividade organizada, como a do tráfico na fronteira, exigindo uma logística mais complexa para o seu funcionamento.

Alem dos crimes relacionados ao uso e tráfico de drogas, foram assinalados como conflitos mais frequentes, no município, os crimes relacionados à Lei Maria da Penha, tais como atos de violência nas relações conjugais, violência doméstica e sexual contra criança e outras violências presentes nas relações cotidianas da população, e além deles, os acidentes e os problemas relacionados ao trânsito em geral.

Tráfico de Drogas na Fronteira

Operadores de instituições de segurança pública afirmaram que as estratégias dos envolvidos no tráfico na fronteira, seja eles mulas, seja atacadistas, mudam de acordo com as estratégias dos órgãos de repressão. Muitos e variados são métodos de transporte. Os mais comuns utilizados pelas mulas são camuflar, de inúmeras formas, a pasta base em veículos, os chamados “mocós”, e transitar por cabriteiras (estradas vicinais de terra), de forma a evitar a fiscalização. Outro método é carregá-la em mochilas (até vinte quilos por viagem), a pé, passando por fazendas que atravessam a fronteira em um trajeto que dura de dois a três dias e para o qual a mula recebe 100 dólares por quilo. Foi dito que, em San Matias, no território boliviano, existe casa de repouso para a recuperação da mula andarilha que, em média, realiza quatro viagens ao mês. Mais recentemente, tem sido empregado o arremesso por avioneta (sobrevoadando o espaço aéreo brasileiro), que lança cargas em áreas de fazenda sem fiscalização, sendo resgatadas pela mula andarilha com uso de GPS. Finalmente, usa-se também transportá-la dentro de ônibus amarrada ao corpo, em roupas ou calçados, ou bem por meio da sua ingestão em forma de cápsula para, depois de transportada, ser expelida em seu destino.

As mulas humanas, especialmente aquelas que ingerem cápsulas, foram objeto de estudo muito detalhado e ilustrado do médico legista entrevistado (Campos Neto, 2011). A análise das cápsulas engolidas, a identificação dos métodos mais fidedignos de

detecção (tomografia computadorizada) e os problemas acarretados à estrutura e aos profissionais da saúde nessa atividade de detecção tornam o seu trabalho inovador na área de medicina legal. Segundo o autor, no período entre janeiro de 2005 e dezembro de 2010, passaram 101 mulas pelo Hospital Regional de Cáceres, presas para a realização de exames por imagens para confirmação da presença de cápsulas. Em entrevista, o autor afirmou que as cápsulas seriam manufaturadas na região de Santa Cruz de La Sierra, por meio do emprego de diferentes camadas de invólucro com coloração diferenciada e com carimbo. A cor determinaria a origem e destino da droga e o carimbo, a sua qualidade. Mais recentemente o *insufilm* tem sido utilizado de forma a evitar a detecção realizada pelos métodos mais comuns, tal como o Raio X. As cápsulas são ingeridas em grande número. Das que foram detectadas, a maior quantidade chegou a perfazer o peso total de 1.600kg em um só indivíduo. Uma cápsula em geral tem 15 gramas. Segundo o entrevistado, basta 1.2 gramas para se configurar uma overdose. Quanto ao perfil das mulas, os dados oficiais trazidos pelo estudo mostram que em geral são jovens, do sexo masculino, mas há também mulheres, porém, no ano de 2007, o de maior apreensão e prisão, o número destas ultrapassou o dos homens. Dos que foram identificados pelo autor: “..a maioria usa drogas para consumo, tem desestrutura social e familiar importante (e) conhecem os seus riscos de vida...” (2011: 58). Quase nenhuma informação sobre quem as contrata e o funcionamento da rede do tráfico é obtida em interrogatório, pois invariavelmente afirmam ser a primeira vez que se envolvem no transporte da droga.

Se os métodos dos traficantes formiguinhas e dos pequenos atacadistas ganham visibilidade, os métodos e organização dos atacadistas são menos conhecidos ou divulgados a não ser quando ocorrem grandes operações da Polícia Federal, tal como ocorreu em Porto Espiridião.

Do ponto de vista da Segurança Pública, o estudo fornece importantes informações e recomendações para uma melhor intervenção na área, visto que acompanhou de perto não somente o *modus operandi* das mulas, mas também dos policiais do GEFron, apontando os diversos problemas e dificuldades enfrentados por estes em seu trabalho cotidiano de fiscalização e repressão ao tráfico de drogas na região. (Alguns deles já citados no capítulo “Porto Espiridião”, quando do detalhamento do funcionamento e estrutura do GEFron).

O estudo, cujo trabalho de campo foi realizado em 2008, identificou os locais importantes para o tráfico de drogas na fronteira da região de Cáceres: entroncamentos, cabriteiras, postos de fiscalização e pontos de entrada de drogas. Foram identificados quatro postos fixos de fiscalização: 1) Limão: BR – 070 km 778; 2) Corixa: BR 070, km 822 (onde ponto fixo do Exército está sendo atualmente desativado); 3) Corixinha localizado na estrada “Toca Vaca”. Vários pontos de passagens de drogas e de entrada de carros

roubados foram sinalizados, sendo identificadas diversas trilhas de caminhada por dentro das fazendas até chegar ao Rio Jauru. A utilização do Rio Jauru para o transporte até Cáceres é, segundo o autor, facilitada pela falta de fiscalização no local e falta de estrutura fluvial, barcos, lanchas, etc. dos órgãos de repressão e fiscalização (2011:36-40).

Contrabando

A presença da fronteira, as diferenças cambiais, as distâncias dos centros econômicos de ambos os países, a pobreza e a necessidade de consumo movimentam o contrabando e o descaminho na região, muitas vezes realizados como forma de sobrevivência. Mas registram-se outros tipos de situações. Segundo um operador entrevistado, na passagem da fronteira, não há como fazer o pagamento do imposto, (o posto da Aduana não funciona em tempo integral) de modo que se possa entrar ou sair com o material do país, o que dificulta a ação da polícia e acaba colocando quem se encontra em situação irregular na clandestinidade. Quanto ao comércio, a percepção é a de que aquele que funciona de forma legal localmente por não conseguir competir com o comércio ilegal acaba introduzindo produtos ilegais no rol de suas mercadorias de forma a sobreviver à concorrência. Mas ao que tudo indica a fronteira da região da grande Cáceres é também local de passagem de contrabando em larga escala que visa ao mercado interno brasileiro tendo em vista a apreensão, durante a presença da pesquisa no campo, de três caminhões que trafegavam por cabriteiras e três veículos que atuavam como batedores.

Conflitos de Terras

Além do tráfico de drogas e do contrabando, conflitos de terras que foram muito intensos e violentos nos anos de 1970 e 1980, embora tenham sido bastante reduzidos, ainda ocorrem. Logo na entrada da cidade encontra-se um acampamento de trabalhadores rurais sem terras ali instalados há mais de 10 anos. Há quem defenda a reconfiguração da estrutura fundiária em face dos problemas que a fronteira acarreta. Outros alegam que os assentamentos rurais, na faixa de fronteira, favoreceram o tráfico de drogas e o contrabando. Outros ainda entendem que o relativo apaziguamento dos conflitos de terra se deve à mudança na estrutura de exploração da terra, cada vez mais dependente e subordinada ao grande capital.

Avaliação das Instituições de Segurança Pública

Na percepção dos operadores das instituições de segurança pública, alguns entendem que, apesar da presença de vários órgãos de segurança em Cáceres e do tamanho do efetivo da Polícia Militar (maior do que o da capital), faltaria, para a eficácia da atuação destes órgãos, uma maior coordenação nas ações conjuntas das forças. Conforme

ressaltou um operador entrevistado, o maior problema é o não compartilhamento de informações, prejudicando o trabalho coletivo e o de cada órgão, em particular, no enfrentamento com o tráfico de drogas, que constitui o maior problema da região.

Outros enfatizam a necessidade de um número maior de efetivo policial; especialmente do GEFron que atua na linha de frente da fronteira; investimento no trabalho de inteligência policial; melhor aparelhamento em armamento e em tecnologia e outros recursos (cães farejadores) de detecção de drogas. Foi também citada a necessidade de uma maior participação do Exército e, sobretudo, da Aeronáutica, na vigilância do espaço aéreo da fronteira.

Bastante consensual foi a avaliação de que as ações conjuntas ou as operações planejadas são ineficazes. Foi dito que devido à curta duração destas operações, elas não permitem trocas e aprendizados efetivos e surtem pouco efeito no enfrentamento à ação dos criminosos que apenas suspendem as suas atividades no período em que elas ocorrem. A valorização e fixação do policial que trabalha em fronteira, por meio de incentivos pecuniários, também foi consenso e não apenas entre operadores, ainda que estes fossem mais enfáticos quanto a essa valorização funcionar, entre outras, como forma de diminuir a rotatividade do efetivo e o risco deste ser cooptado por agentes dos mercados ilegais de contrabando e de drogas.

Conclusão

Apesar de sofrer forte concentração de terras e de oferecer poucas opções de trabalho, Cáceres estruturou-se como polo regional, ofertando serviços e sendo referência na área de saúde, educação e turismo na região. O comércio da cidade é diversificado e abastece a região, porém ele é prejudicado pela proximidade da capital e de San Matias. Ainda este seja um município muito pobre, San Matias constitui uma zona franca, oferecendo diversos produtos importados. O município sofre forte discriminação devido à proximidade da fronteira com a Bolívia e com San Matias. Não é apenas o tráfico de drogas que é apontado como maior problema do município, já que este é reconhecido como um dos principais corredores de entrada de drogas do País, mas também por causa dos crimes que lhes estão associados, tais como furto e roubo de veículos, além de evasão de divisas, isso porque financiam este mercado ilícito. Assim, aos crimes contra o patrimônio, que criam insegurança social, comuns na cidade, em razão, entre outros do seu crescimento desordenado, somam-se àqueles que ocorrem em outros estados e são levados para a fronteira.

Uma visão amplamente partilhada pelos entrevistados é a de que a região e a cidade de Cáceres em particular, devido ao seu crescimento desordenado e a sua estrutura urbana deficitária, acumulam problemas de ordem econômica e social que tornam a sua população,

especialmente a de jovens, mais vulnerável às atividades ilícitas que ali se desenvolvem, potencializadas por se tratar de uma região de fronteira. Percepção consensual é a da falha do Estado no provimento da educação, saúde, cultura e no estímulo ao turismo, que tem fortes potencialidades na região. Mas a maior queixa é a da falta de opções de trabalho, de renda e de projetos de qualificação da mão de obra que, na percepção da maioria dos entrevistados, acaba empurrando os jovens para os mercados ilegais.

Apesar de forte presença dos integrantes das instituições de Segurança Pública, Justiça Criminal e de Fiscalização, a percepção que prevalece é a de que há pouca integração entre elas e de que não se partilha, efetivamente, informações. Verifica-se também a falta de articulação destas instituições com a sociedade civil. Disso resulta, entre outros, a falta de confiança da população na polícia, especialmente a que atua ostensivamente e de reconhecimento do trabalho que esta realiza.

Fotos do Município de Cáceres

BR-174



Fórum



Entrada da cidade e acampamento do MST



Polícia Civil



Superintendência da Politec



Rio Paraguai



Cadeia masculina



Celas femininas



Comodoro

O município de Comodoro foi criado em 1986, desmembrado do município de Vila Bela de Santíssima Trindade. Localiza-se a oeste do Estado de Mato Grosso, limitando-se com os seguintes municípios: a norte com o município de Juina, a nordeste com Sapezal, a leste com Campos de Julio, a sul com Nova Lacerda e com Vila Bela da Santíssima Trindade, a sudoeste com a Bolívia e a oeste com o Estado de Rondônia.

Mapa – Comodoro e suas Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510330&search=mato-grosso|comodoro>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Em 1986 foi criado o município, desmembrando-se de Vila Bela da Santíssima Trindade, pela Lei Estadual nº 5.000.
Localização: a oeste do Estado de Mato Grosso
Área (2010): 21.769,715 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A nordeste com Sapezal, a leste com Campos de Julio, a sul com Nova Lacerda e com Vila Bela da Santíssima Trindade, a sudoeste com a Bolívia e a oeste com o Estado de Rondônia.
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 18.178 habitantes
Densidade demográfica: 0,84hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 261.057, 00
PIB per capita (2010): R\$ 14.377,78
IDH-M (2010): 0.689
Gentílico: Comodorenses

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Sendo um Município de grandes dimensões, Comodoro era habitada por uma antiga aldeia dos índios Nambikwára, as terras do atual município, assim foram desbravadas pela comissão de Rondon, e iniciou-se o povoamento graças aos incentivos fiscais, empréstimos e programas do Governo Federal. Em 1983, José Carlos Piovezan, dono de extensa área de terras na região, organizou uma empresa imobiliária com fins de loteamento. Surgiu então Comodoro, que, em 1985, foi elevado a Distrito. Em 1986, foi criado o Município, desmembrando-se de Vila Bela de Santíssima Trindade.

Economia

Com o declínio do ciclo da madeira, o agronegócio ganha importância crescente na economia do município, ocupando uma área total de aproximadamente 300 mil hectares com lavouras e pastagens.

Agricultura: A produção de soja, principal produto agrícola cultivado no município, ocupa uma área em torno de 40 mil hectares (2007), com uma produtividade média de três mil quilos por hectare, a cultura tem excelentes perspectivas de desenvolvimento para os próximos anos, contando com a integração lavoura-pecuária e abertura de novas áreas de plantio. As plantações de arroz, milho, feijão e café ocupam outros 10 mil hectares.

Pecuária: Comodoro tem um rebanho bovino de corte estimado em 300 mil cabeças, e aproximadamente 20 mil vacas em lactação, produzindo cerca de seis milhões de litros de leite/ano (Dados de 2006–Fonte SEMDER- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural), ocupando uma área em torno de 250 mil hectares com pastagens.

Estrutura Fundiária: Da área de 2.174.300 ha, 1.348.066 ha formam as reservas Indígenas Nambiquara, Vale do Guaporé e Enáwené-Nawê, totalizando 61% do território municipal. São 934.865,85 disponíveis para exploração econômica: 61.450 hectares de agricultura, 250 mil hectares de pastagens e 81.504 hectares ocupados por 1.300 assentados em sete projetos do INCRA, que desenvolvem a agricultura familiar.

Indústria, Comércio e Serviços: O setor do comércio e serviços é responsável pela maioria dos empregos gerados no município. São 141 estabelecimentos comerciais; 111 empresas de serviços; 03 agências bancárias e 36 pequenas e médias indústrias.

Turismo: O desenvolvimento do turismo é considerado estratégico pela administração municipal, que vem apoiando a realização de eventos, como feira agropecuária e festa do peão, festivais de pesca, festival da canção e carnaval de rua, e investindo na implantação de uma infraestrutura que possibilite a exploração do potencial natural do município para o eco-turismo.

Fonte: IBGE Prefeitura Municipal de Comodoro. Site: www.brasilchannel.com.br

Diagnóstico da Segurança Pública em Comodoro

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	18.651 habitantes
Homicídios (2012):	4
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça, o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 para 746 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 para 2.664 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) =	18.651 habitantes			
Homicídios (2012):	4			
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	6	Praças	24
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	9		4	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	5		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	-	-	1	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	1	-	1	-
Filmadora	-	-	-	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2	-	1	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	2	-	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-	2	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	-	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-	1	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3	-	7	-
Colete antibalísticos	13	-	7	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	7	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	10	-
Carabina	1	-	1	-
Espingarda	2	-	2	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	2	-
Revólver	1	-	12	-
Pistola	9	-	8	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos e quantidades insuficientes		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	4		*	
Média de presos/mês	10		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	26		*	

Polícia Civil

Existe no município de Comodoro uma delegacia com um delegado e seis agentes. Durante a visita, foi observado que não há salas suficientes e de tamanho adequado para que a Polícia Civil possa desempenhar as suas atividades adequadamente. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial tem conexão à internet, de velocidade não especificada. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Comodoro não utiliza sistemas de controle. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas de registro de ocorrência, dados em tabela ou listas de papel e fichas de papel em fichários. São produzidas estatísticas desde 1993, mas o sistema não está integrado a outro sistema de informação. Não foi feita referência à inclusão das estatísticas no Infoseg. Os dois maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal que atua na região. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com estas. A Polícia Civil deste município participa do GGIM e GGIF, na opinião do entrevistado essa participação melhora as condições de atuação dela. Em Comodoro, a Polícia Civil não troca informações com a os órgãos de segurança do país vizinho. A delegacia de Comodoro integra os municípios de Campos de Júlio e Nova Lacerda.

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em Comodoro

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	10
Roubo	22
Roubo de veículos	0
Furto	290
Furto de Veículo	19
Consumo de Entorpecentes	8
Tráfico de Entorpecentes	22

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

No município de Comodoro, existe um batalhão de polícia e um posto fixo com um capitão e vinte e quatro praças, as instalações atuais da PM no município são bastante precárias, mas nova sede encontra-se em construção. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, há divulgação pública e regular das estatísticas (desde 2007), a inclusão destas no Infoseg, controle dos dados por meio de planilhas e tabelas de papel e utilização de fichas de papel e fichários de ocorrência. Os sistemas de administração utilizados são os de recursos humanos, de estoque, sistema de controle de armas e munição.

No que diz respeito à internet, o respondente informou que a velocidade é de 1 mega. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, tráfico de drogas e furtos.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A instituição participa do GGIM e apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o GEFRON, o GGIF e operações com o Exército brasileiro (um destacamento militar encontra-se instalado desde 1996, na margem direita do Rio Guaporé). Apoia a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, além de participar do ENAFRON e das operações Sentinela. Na opinião do entrevistado, a participação em coletivos colabora para a melhoria das condições de atuação da polícia. Em Comodoro, a Polícia Militar não troca informações com os órgãos de segurança do país o vizinho. A PM de Comodoro atua nos municípios de Campos de Júlio e Nova Lacerda, que fazem parte da Comarca.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	1
	Funcionários	18				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Comodoro tem uma comarca de segunda entrância (intermediária) que integra os municípios de Campos de Júlio e Nova Lacerda, com vara mista cobrindo as especialidades criminal, civil, infância e juventude e execução penal. Suas instalações são consideradas antigas e precisando de reformas. Esta sede judiciária não dispõe de carro. A presença de defensores públicos é ocasional.

Há internet com velocidade de dois megas. Foram expedidos cinquenta e nove mandados de prisão em 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: recursos humanos, sistema de protocolo, sistema de distribuição de autos e sistema de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de inquéritos e de processos criminais e produção de feitos. Os dados também são organizados em fichas de papel e em fichários, além do armazenamento de dados em listas ou tabelas de papel. Encontra-se em uso o Sistema "Apolo", utilizado em todo o Estado pelo Tribunal de Justiça.

O juiz que atua nesta comarca participa do Conselho Municipal de Segurança (CONSEG), e do Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM), e concorda que a participação em coletivos de segurança melhora as condições de atuação do juizado.

Esporadicamente, participa e apoia operações de fronteira. Apesar de não haver juizado especializado em infância e juventude nesta comarca, há uma equipe interprofissional especializada. Além disso, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social–CREAS–vem atuando no município realizando a prevenção à violência, trabalho com o indivíduo e também com os seus familiares, sendo as maiores demandas que nele chegam: negligência, violência física, abuso sexual e violência psicológica. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade no Município é o Conselho Tutelar assistido pelo CREAS.

Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: Excesso de demanda dificultando o atendimento adequado, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, além de falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: maus- tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com o ato infracional.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Comodoro foi considerado, por integrantes da sociedade civil, muito atuante, tanto no que diz respeito à fiscalização de entidades quanto de denúncias e de ações sociais voltadas para as crianças e adolescentes.

Ministério Público

O Ministério Público neste município tem sede própria e as instalações onde este atua são adequadas. Há produção de estatísticas de denúncia desde 2009. Os promotores participam de coletivo de gestão de segurança pública, como o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Os promotores participam esporadicamente de ações na fronteira em situações de necessidade. O MP não participou do ENAFRON de 2012. Os quatro maiores parceiros do MP no município são o Judiciário estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Para o MP, os principais problemas que a situação de fronteira apresenta no município são, em ordem de importância, o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais. As três maiores dificuldades enfrentadas pelo MP nas suas ações no município são: falta de recursos humanos, comunicação deficiente com outros órgãos e falta de apoio do poder público municipal.

Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro (CCCC)

Trata-se de órgão vinculado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público local, responsável, entre outros, pela prevenção da criminalidade no município. Realizam

ações de bem-estar social, como a construção e manutenção de prédios públicos, tais como a Cadeia Pública, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Delegacia da Polícia Judiciária, sede da Polícia Militar, Praças Públicas, entre outros. Os recursos financeiros do CCCC são provenientes das transações penais da Vara Criminal e do Juizado Especial Criminal. O CCCC coordena as atividades dos reeducandos e é responsável pela manutenção da Orquestra Municipal, que integra crianças e adolescentes.

CONSEG

O Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) é entidade de apoio às polícias estaduais nas relações com a comunidade para busca de soluções integradas dos problemas de segurança pública. É composto por várias lideranças da comunidade e representantes do sistema de segurança pública. O Conseg de Comodoro foi criado em 2006.

Cadeia Pública

Em 2013, a unidade prisional contava com 48 vagas, mas nela se encontravam presos 82 detentos, dos quais 12 mulheres e 25 presos oriundos do município de Sapezal–MT. A cadeia trabalha com dois agentes de plantão. Por ocasião da pesquisa de campo, os agentes penitenciários encontravam-se em greve no município e em todo o estado por melhores condições de salário e de trabalho. Em 2010, segundo relatado em algumas entrevistas, o diretor da Cadeia e um agente prisional foram presos e acusados de homicídio e também de participarem do tráfico local. De lá para cá, as instituições da segurança pública e de justiça, bem como a sociedade civil organizada, passaram a ocupar a cadeia pública, que foi reformada graças a verbas advindas do pagamento de penas pecuniárias. Iniciativa também foi feita no sentido de diminuir o tempo do reeducando na cadeia, (visto que todas as reformas foram feitas pelos próprios presos), e promover a sua ressocialização. Mais recentemente, por decisão do GGIM do município, o prédio onde funcionava a Delegacia da Polícia Civil, ao lado da Cadeia Pública, foi transformado em Albergue onde ficarão os presos que trabalham durante o dia e são recolhidos à noite.⁴

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

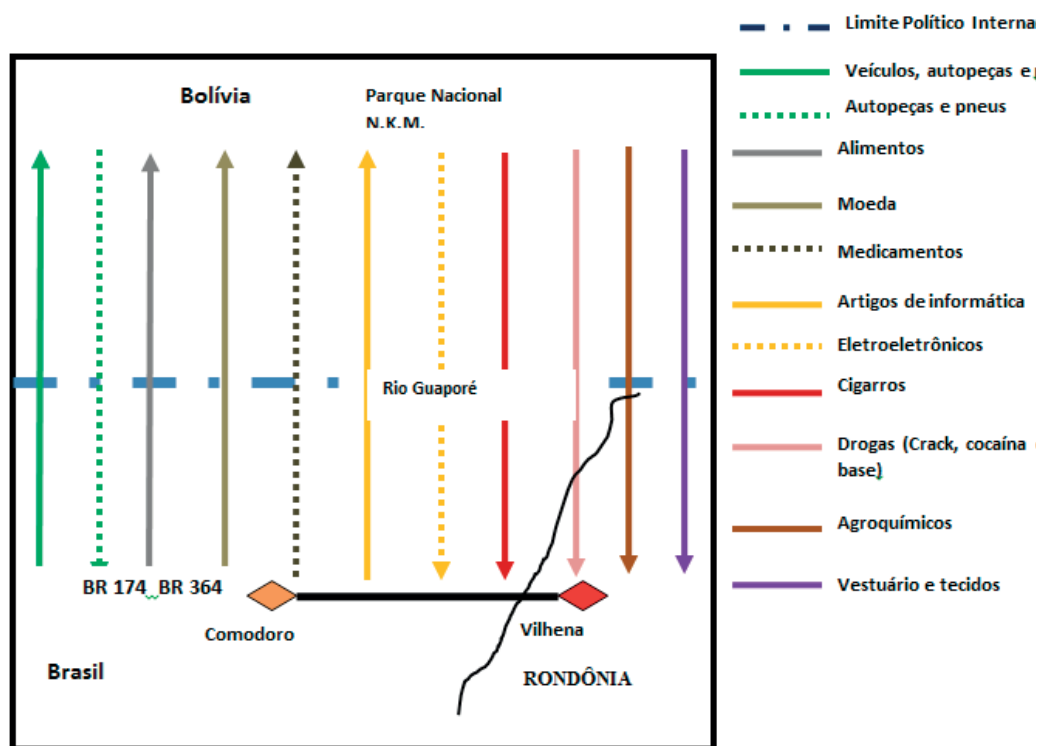
As principais particularidades do município de Comodoro são a sua extensão territorial, a baixa densidade populacional e o fato de este ser circundado por uma grande reserva indígena, que segue a BR-364 entre as sedes dos municípios de Comodoro, em

4 [HTTP://princesadoguapore.com.br/2013/?pg=noticia&id=459](http://princesadoguapore.com.br/2013/?pg=noticia&id=459). Consulta em 08/04/2014

Mato Grosso, e de Vilhena, em Rondônia. O município se situa no entroncamento desta rodovia federal (que liga São Paulo ao Acre, passando por Mato Grosso) e a BR- 174 (que liga Mato Grosso ao Amazonas).

A cidade de Comodoro encontra-se a 644 km a oeste de Cuiabá e a 90 km da fronteira com a Bolívia, sendo a fronteira natural com este país demarcada pelo Rio Guaporé, cujas terras do lado boliviano encontram-se, neste trecho, no Parque Nacional Noel Kempf Mercado. Segundo operadores entrevistados, do lado brasileiro, as reservas indígenas e, do lado boliviano, o parque, que tem a sua fiscalização, na atualidade, quase inexistente, vêm facilitando a passagem de mercadorias ilícitas por via aérea, principalmente, mas também por pequenas embarcações que atravessam o rio de 50 a 60 metros de extensão. Nesse trecho, a fronteira da Bolívia com o município de Comodoro é de cerca de 90 km.

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na Fronteira de Comodoro com a Bolívia



Ainda segundo entrevistados, apesar da localização estratégica de Comodoro, situado no entroncamento de rodovias importantes nas quais circulam mercadorias ilícitas, como o tráfico de drogas e armas e também o contrabando, tanto vindo da divisa com o estado de Rondônia quanto da fronteira do Estado de Mato Grosso com a Bolívia, quase não há fiscalização na região. O GEFRON praticamente nela não atua e a maior demanda é por um posto e também por uma delegacia da Polícia Rodoviária Federal, sendo que o primeiro, já existiu nesta localidade no passado, mas foi desativado. Por essa sua posição estratégica e em razão da economia do município ser voltada para a agricultura familiar, mas cada vez mais, para a agricultura comercial e mecanizada

de grãos (soja e milho), cana de açúcar e pecuária, há uma população flutuante muito grande, oriunda das colheitas sazonais das fazendas, mas também dos garimpos e das instalações de linhões de transmissão de energia elétrica.

O fato de estar próximo à fronteira não foi considerado pelos operadores das instituições de segurança pública mais positivo para o desenvolvimento econômico do município do que se este não estivesse, isso porque, na avaliação dos entrevistados, o tráfico de drogas, que é uma das maiores atividades ilícitas da região, não fomenta o comércio local nem gera empregos. Para estes operadores, o contrabando de mercadorias também prejudica o desenvolvimento do município. Nesse sentido, avaliam não haver vantagem econômica de se estar próximo a um país com tantas carências como a Bolívia. A maioria dos operadores entrevistados concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade, isso porque, na fronteira, os crimes são mais complexos, se comparados com os de municípios que não estão em faixa de fronteira. Também afirmaram que a posse de arma de fogo é mais comum em município de fronteira. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Comodoro foram assinalados: Tráfico de drogas e disputa por terras e, além deles, contrabando, tráfico de armas e crimes ambientais. Foram citados também a mineração ilegal e o trabalho escravo.

Já entre integrantes da sociedade civil entrevistados, embora se falasse dos problemas já aludidos, algumas vantagens de se estar próximo à fronteira foram apontadas. Uma delas é a possibilidade de estudar na Bolívia e de cursar medicina. Outra vantagem é o turismo, ainda que percebido como um potencial a ser mais bem explorado por meio de políticas binacionais. Acordos binacionais nessa e em outras áreas foram avaliados pelas suas limitações, especialmente relacionadas às mudanças de políticas dos governos locais e nacionais de ambos os países.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente foi a venda de drogas, seguido por furtos, tal como descrito na tabela que se segue. Observa-se, entretanto, que esta percepção não foi consensual.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Comodoro

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinasa funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Frequentemente

Os tipos de furtos citados pelos entrevistados foram furto à residência, de veículos e de moto. Já os roubos citados foram a instituições financeiras, de veículos, a estabelecimentos comerciais e roubo de carga. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram citados cheques sem fundos, pequenos golpes populares e fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, em conflitos de propriedade, brigas de bar, conflitos do crime organizado. Outros tipos de situações citadas foram: como resultados de cobranças de dívidas e acidentes de trânsito. Já as causas mais comuns assinaladas para os homicídios dolosos foram situações domésticas, conflitos de terras e de vizinhos. Quanto aos crimes sexuais, o mais comum foi abuso ou exploração sexual de crianças ou menores de idade, ocorrendo também estupros contra mulheres adultas e atos libidinosos.

Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, violência doméstica e crimes contra a dignidade sexual. São também os que mais resultam em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Os atos infracionais mais frequentes no município, no ano de 2012, foram uso de entorpecente, tráfico de drogas e furto.

Entrevistados das instituições de segurança pública e da sociedade civil enfatizaram a particularidade dos municípios desta fronteira com a Bolívia em geral e, de Comodoro, em particular, que, embora pequenos e com um índice de criminalidade diário relativamente baixo, acabam sendo afetados pela proximidade com a fronteira. E isso especialmente no que se refere à facilidade de acesso à droga, impulsionando o consumo, considerado muito mais alto do que em outras regiões, especialmente das populações mais pobres e itinerantes que ali trabalham sazonalmente. Nesse sentido, é considerado forte, no município, o movimento do tráfico doméstico realizado em “bocas”, resultando em um número relativamente grande de flagrantes e de prisão por entorpecentes. Presos pelo tráfico de drogas doméstico no município configuram a maioria. Das presas mulheres, quase todas foram detidas por tráfico de drogas. Segundo um operador entrevistado, o mais comum é a droga chegar na “boca” por distribuidores, sendo o essencial a pasta base e, mais raramente, a cocaína. Na percepção de operadores e da sociedade civil, o furto à residência, de motos ou de objetos pequenos, considerado frequente, seria motivado pela necessidade de manutenção do consumo de drogas de usuários, especialmente jovens, entre 18 a 30 anos. Também foi considerado frequente, em toda região, o furto de veículos, particularmente de camionetes, novas ou usadas, das quais se aproveitaria, nestas últimas, do motor. Segundo um operador entrevistado, a proximidade da fronteira com a Bolívia, onde se destaca o trânsito de veículos furtados para o país vizinho, como moeda de troca para o tráfico, ou da fronteira com o estado de Rondônia, para onde também são levados os veículos destinados aos desmanches estimulou, no município, a ação de receptadores. Foi ressaltado ainda que, tendo em vista a localização do município

na principal via de acesso à região norte e, no outro sentido, dessa para o sul, é intensa a circulação de pessoas e recorrentes os problemas a ela associado, entre eles, a violência, prostituição, acidentes, etc.

As ações de quadrilhas externas, fortemente armadas, atribuídas ao “Novo Cangaço” nos municípios da região, e em Comodoro, nos anos de 2008 e de 2012 foram atribuídas por operadores a ladrões de bancos motivados por adquirir bens móveis e imóveis como produto do roubo, em 2008, e para o financiamento do tráfico de drogas, em 2012. A reação e repressão a essa segunda ação foi muito intensa, resultando, segundo o operador entrevistado, em oito mortos e mais de seis pessoas presas.

O ano de 2008 foi lembrado, por um operador, como o “ápice” da ocorrência do crime de homicídios, quando 22 assassinatos foram cometidos no município, somente no primeiro semestre, relacionados, principalmente, a brigas de gangues de adolescentes advindos de um dos bairros mais pobres e estigmatizados da cidade. Segundo relato de integrantes da sociedade civil, a atuação da polícia no local e a ação conjunta da Assistência Social, da Pastoral da Criança, de Grupos Evangélicos e outros grupos organizados da sociedade civil, além do Ministério Público que doou o valor das multas pecuniárias advindas de crimes ambientais para a construção de praças e campo de futebol no local, foram fundamentais para a transformação e melhoria do bairro e queda da violência.

Tráfico de drogas

Segundo todos os informantes, o maior problema da região, do ponto de vista dos mercados ilícitos, é o tráfico de drogas. Quando realizado por atacado, o tráfico é feito pelo método de lançamento por avionetas, em fazendas da região. Alguns afirmam que esse método já é usado há mais de vinte anos. Um operador enfatizou, entretanto, a frequência desses lançamentos, dando-se de três a quatro vezes por semana quando o avião transporta, em geral, de 250 a 400 quilos do produto. A droga, geralmente a pasta base, é posteriormente recuperada por camionetes e, no momento oportuno, que é definido em razão da movimentação ou não da polícia, é distribuída para mulas que realizam o transporte. Em 2013, ano da realização pesquisa de campo, uma apreensão de 350 quilos de pasta base foi feita pela Polícia Civil com o auxílio da Polícia Militar a 60 km da cidade de Comodoro. Dois veículos que esperavam o lançamento da droga no local, também foram apreendidos, enquanto os seus proprietários fugiram para a mata.⁵ Diz-se que, na região de Comodoro, este transporte é realizado especialmente por caminhão, em “mocós”, para outras regiões do país. Armas, como pistolas e munições, vêm, por vezes, embaladas com a droga, no mesmo pacote. Ainda segundo o mesmo informante, a região, no passado, foi palco de extração ilegal de madeira e alguns dos envolvidos nesse

⁵ <http://lacerdanews.com.br/2013/07/policia-civil-apreende-350-quilos-de-pasta-base-em-comodoro/>

comércio acabaram migrando para a atividade do tráfico de entorpecentes, assumindo, entre outras atividades, a de distribuição. Como foi dito, Comodoro também é rota de passagem, em razão da BR-174 ou 364, que corta a cidade, de tudo o que vem do Acre e Rondônia com destino ao Centro-Oeste e ao Sudeste, e o mesmo ocorrendo na direção contrária. O fato de prevalecer o trânsito da droga de atacado de diferentes origens, conforme relatou um operador entrevistado, faz com que a atuação das organizações criminosas na região, embora tenha a sua presença percebida, não gera medo ou sentimento de insegurança na população.

Conflitos fundiários

Os tipos de conflitos por terra que ocorrem na região são antigos e envolvem, segundo o que foi relatado, tanto produtores rurais como a busca pela terra por integrantes dos movimentos sociais. Há também a ação de grileiros, que buscam tomar a posse forçada de terras sem documentação, com o uso de arma de fogo. Essas ações são fontes constantes de tensão na região. Além dessas referências feitas aos conflitos por disputas por terras que ocorrem na zona rural do município, foi mencionada, pelos operadores da segurança pública, a dificuldade de intervenção da polícia, dado o número reduzido do seu efetivo, que acaba atuando mais na zona urbana do município. Mais recentemente foi identificada, pela Polícia Federal, a ação de grupos criminosos que falsificavam títulos de propriedade do INCRA em Comodoro e Pontes e Lacerda e os revendiam a preços altíssimos.⁶

Violência Doméstica, exploração sexual

Além do preconceito e da discriminação ressentidos pelos indígenas, foram citadas as situações de invasão de suas terras por madeireiros que eram comuns no passado, afetando fortemente as comunidades. Conflitos entre os madeireiros e os índios e entre aqueles e a Polícia Federal, em razão da venda de madeira, foram mencionados. Na atualidade, com o fim da exploração da madeira, o maior problema, apontado por liderança indígena local, refere-se à presença de álcool nas aldeias, sendo esta precipitadora de conflitos domésticos violentos. Uma presença mais efetiva da Polícia Federal foi apontada como saída para o problema.

Na percepção da sociedade civil organizada, particularmente daquela que atua para enfrentamento do fenômeno do abuso e da exploração sexual, é grande a incidência destes problemas no município. No caso do abuso, prevalece a cultura, de origem indígena, de que é direito do pai tirar a virgindade da filha. Esta se revela na expressão local “se eu planto o pé de bananeira eu tenho o direito de comer o primeiro cacho”. A

⁶ <http://www.conversapolitica.com.br/pagina/index/idPagina/2/idPaginaConteudo/2826> consulta em 15/03/2014

este fenômeno, segue outro, mais contemporâneo e relacionado à prevalência de uma cultura hedonista e baseada no consumo que é o fenômeno da exploração sexual. A localização do município no entroncamento de duas rodovias federais e no fluxo de passagem do norte para o sul do país e vice-versa, as colheitas sazonais e os projetos de infraestrutura do governo federal apresentam-se como fator de ocorrência e de enorme risco da exploração sexual. Tal fenômeno, no caso principalmente das meninas e o abuso de álcool e de drogas, no caso dos meninos, são fatores que incidem sobre a evasão da escola, que foi apontada como problema no município.

Avaliação das Instituições de Segurança Pública

Na discussão em grupo, foi relatado que, com a autonomia da Polícia Militar em relação à de Pontes de Lacerda, não apenas a estrutura das forças policiais foi sendo melhorada, como houve um salto de qualidade na atuação da PM em razão da orientação de seus quadros de comando. Foram observadas, com isso, mudanças na postura dos policiais em relação à população e desta em relação aos policiais, contexto em que foi criado o Conseg. A eficiência das forças de segurança é atribuída, entre outros, à sua articulação e às suas relações com o Conselho da Comunidade da Comarca, no CONSEG e, mais recentemente, no GGIM e no GGIF, bem como à efetiva participação das instituições do Ministério Público e da Justiça na melhoria da segurança no município. Mais recentemente, em um esforço que envolveu o GGIM e GGIF, a prefeitura de Comodoro concorreu e foi selecionada para a execução de um projeto de implantação de câmeras de vídeo de monitoramento, financiado pela SENASP. Para tanto, segundo muitos dos entrevistados e participantes da discussão em grupo, foi fundamental a atuação da comissão da qual fizeram parte representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público e da sociedade civil organizada. As câmeras serão controladas pela Polícia Militar e o projeto contribuiu para a aproximação do município aos objetivos do ENAFRON, sendo este programa bem avaliado no município. Uma das demandas atual do conselho é que as rondas da PM sejam realizadas a pé, de bicicleta ou a cavalo, em vez de serem motorizadas. Mas a principal reivindicação, de forma unânime, é a instalação de um posto ou mesmo uma delegacia da Polícia Rodoviária Federal no município.

Quanto às percepções dos operadores da Segurança Pública, no que se refere às melhorias necessárias foram destacadas: uma maior presença do GEFRON na região, em núcleos descentralizados, atuando dentro da estrutura física da Polícia Militar; uma maior presença da Polícia Federal (foram feitos elogios a sua atuação fazendo uso de recursos de inteligência policial); a criação de um sistema capaz de detectar aeronaves ou a presença de uma unidade da Aeronáutica na região; investimentos na atividade de inteligência policial e em tecnologia e uma melhor estrutura das forças de segurança locais. Para um dos entrevistados, as forças de segurança local, em razão destas deficiências, têm conseguido ocupar-se apenas dos problemas domésticos do município e muito pouco daqueles decorrentes da sua localização na fronteira com a Bolívia.

Conclusão

Em Comodoro, a proximidade da fronteira com a Bolívia e o fato de o município ser a principal via de passagem entre o norte e o sul do País acarretam uma série de problemas que afetam a situação de segurança dos seus habitantes. Foram enfatizados, em particular, os problemas relacionados ao tráfico de drogas e os crimes que lhes são associados. Problemas relacionados à população flutuante do município e aqueles que envolvem conflitos de terras e conflitos domésticos intrafamiliares, atitudes preconceituosas contra os indígenas e crimes ambientais também foram sublinhados. Esses problemas, entretanto, vêm encontrando na articulação das forças de segurança, justiça e sociedade civil formas de serem enfrentados. Uma dessas formas é a atuação e discussão dos problemas cotidianos do município, envolver, efetivamente, os operadores da segurança pública, da justiça e da comunidade. Trata-se de um processo que foi se consolidando nos últimos cinco ou seis anos, mas que teve por base a participação da sociedade organizada, por meio do Conselho da Comunidade, que é antigo na cidade e muito ativo.

A participação de todos esses agentes, assim como a conversão das multas pecuniárias e das transações penais em recursos voltados para o município, vem possibilitando a reforma e melhoria das instituições locais, fomentando, de um lado, a prevenção do crime, e, de outro, a reabilitação e reinserção dos presos por meio do trabalho na reforma dos prédios públicos. Isso faz de Comodoro um modelo a ser seguido pelos municípios de pequeno porte de fronteira, tendo em vista o conjunto de boas práticas adotadas. Estas remetem a uma concepção de segurança enquanto responsabilidade dos cidadãos, da sociedade organizada, dos operadores do sistema de justiça criminal, sem eximir, contudo, a do governo em suas três esferas. É nessa direção que se voltam o descontentamento e as maiores queixas em relação à segurança dos habitantes de Comodoro ouvidos na pesquisa.

Fotos do Município de Comodoro

Placa do CCCC



Cadeia Pública



Horta da Cadeia



Pontes e Lacerda

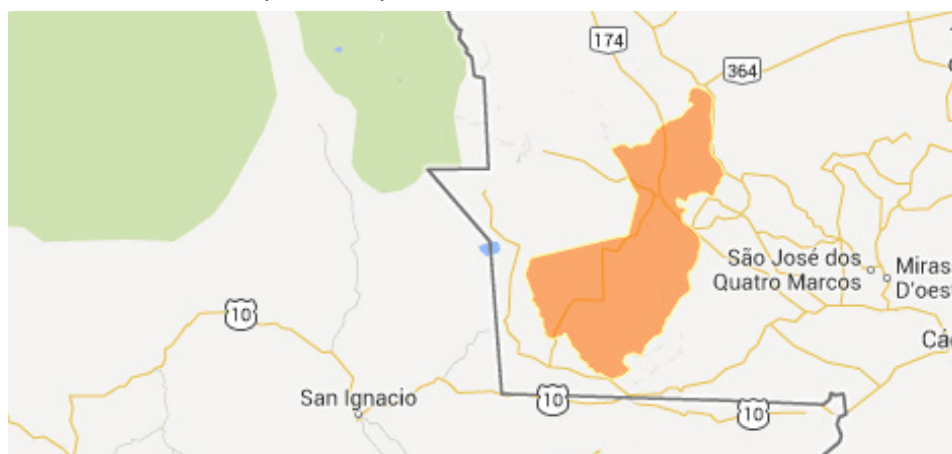
Criada em 1979 e situada a 350 km da capital de Mato Grosso, Cuiabá, Pontes e Lacerda estabelece linha de fronteira ao norte com Nova Lacerda e Campos de Júlio, a nordeste com Tangará da Serra, a leste com Barra do Bugres e com Jauru, a sudeste com Porto Esperidião e, em uma faixa que se estende do sul a oeste, com Vila Bela da Santíssima Trindade.

Em Pontes e Lacerda foi realizada pesquisa qualitativa. Foram realizadas seis entrevistas, três delas com representantes das instituições de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Cadeia Pública de Vila Bela) e três delas com representantes da sociedade civil, além de grupo focal também com representantes da sociedade civil.

Destaque-se que, além do material qualitativo produzido em Pontes e Lacerda, o presente relatório, principalmente suas duas últimas seções, valeu-se também do material qualitativo produzido em Vila Bela da Santíssima Trindade. Optamos por trabalhar de

forma agregada com os dados das duas cidades uma vez que elas fazem parte de uma mesma rota do tráfico de drogas, principal ilícito transfronteiriço praticado na região. Em conjunto, os materiais de Pontes e Lacerda e Vila Bela nos permitiram caracterizar de maneira mais detalhada a articulação dessa rota.

Mapa – Município de Pontes e Lacerda e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510675&search=mato-grosso|pontes-e-lacerda>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual 4.167.
Localização:
Área (2010): 8.558,926 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Nova Lacerda e Campos de Júlio, a nordeste com Tangará da Serra, a leste com Barra do Bugres e com Jauru, a sudeste com Porto Esperidião e, em uma faixa que se estende do sul a oeste, com Santa bela da Santíssima Trindade.
População (2010): 41.408 habitantes
Densidade demográfica: 4,84 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 528.440,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.768,58
IDH-M (2010): 0,703
Gentílico: lacerdense
Homicídios (2011): 43,12/100.000 habitantes
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde hoje se situa o município de Pontes e Lacerda era inicialmente habitada por índios Nambikwara (atualmente cerca de 71 índios vivem na Terra Indígena Sararé, uma área de 67.420 hectares). Em 1906, foi construído o Posto Telegráfico de Pontes e Lacerda pela Comissão Rondon. Até 1976, Pontes e Lacerda era um aglomerado

pertencente à cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, tornando-se um distrito desta naquele ano, por meio da Lei Estadual 3.813. Em 1979, por meio da Lei Estadual 4.167, foi criado o município de Pontes e Lacerda, desmembrando para si parte do território pertencente à Vila Bela da Santíssima Trindade. Na memória local, a origem da cidade está fortemente relacionada ao garimpo e à grilagem de terras que eram praticados na região – os conflitos em torno dessas práticas imprimiram à cidade uma imagem violenta, que hoje se atualiza com as dinâmicas de criminalidade relacionadas ao tráfico e ao consumo de entorpecentes.

Com mais de 656.000 cabeças de gado, Pontes e Lacerda é um dos maiores exportadores de carne de Mato Grosso, sendo detentor das primeiras colocações no ranking de qualidade genética do Brasil. A produção de látex de seringueira (heveicultura), com processamento do produto in natura, a onivocultura e a piscicultura também são fatores importantes na economia Pontes-lacerdense. Os moradores referem-se também à importância do plantio de soja, assim como das mineradoras que se instalaram na região, atraindo moradores de fora para o local. Vulgarmente chamada de “linhão”, é a construção de uma linha de transmissão de energia, é outro fator que estaria movendo a economia local, obra de grande porte que passa pela cidade e que a elegeu como um de seus canteiros. Também o tráfico de drogas parece influenciar fortemente a economia da cidade: muito se fala sobre a suposta ancoragem da economia no dinheiro proveniente do tráfico. Pontes e Lacerda ocupa uma posição central no circuito do tráfico de entorpecentes provindos da Bolívia, basicamente pasta base, que entra pela região e dali segue para ser redistribuído por várias partes do País. Entretanto, na percepção dos moradores, a cidade viveria hoje um franco processo de crescimento econômico, algo que a estaria tornando mais independente do dinheiro do tráfico.

Diagnóstico da Segurança Pública em Pontes e Lacerda

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	42.063 habitantes
Homicídios (2012):	18
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 para 738 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 para 1558 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012) = 42.063 habitantes						
Homicídios (2012): 18						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	

Unidades	2 delegacias		1 batalhão		1 delegacia e 1 posto de fiscalização	
	Delegados	2	Oficiais	2	Delegados	2
Efetivo	Agentes	24	Praças	55	Agentes	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Nova, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, precisando de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Nova, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Nova, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	19		8		4	
Impressora	3		3		2	
Telefone fixo	1		3		2	
Fax	2		1		-	
Scanner	1		2		2	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1		1	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	-		1		-	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	3		-		1	
Filmadora	3		1		-	
Tipos de veículos						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	2	3	-	6	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	-
Moto	-	-	-	4	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	2	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	5		-		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	3		-		6	
Rádio portátil (HT)	-		6		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	3		1		Sim	
Arquivos em ficha de papel	-		3		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	15		5		20	
Colete antibalísticos	26		10		20	
Escudos	-		-		-	
Capacetes	26		-		-	
Placa balística	-		10		-	

Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	5	*
Carabina	2	-	-
Espingarda	2	2	3
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	-	1	-
Fuzil	-	2	1
Revólver	-	12	-
Pistola	26	9	20
Arma de condutividade elétrica	*	-	3
Bomba de efeito moral	*	3	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	-
Outro	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos e quantidades insuficientes	Quantidade suficiente	Tipos e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	*
Capacidade	9	*	*
Média de presos/mês	40	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	**	*	*

Polícia Civil

Existem no município de Pontes e Lacerda duas delegacias com dois delegados e vinte e quatro agentes.

No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial tem conexão à internet de 1mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Pontes e Lacerda utiliza sistemas de controle de viaturas, munição, armas, e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados registros de ocorrências e de inquéritos, é feita a inclusão no Infoseg, e há divulgação pública e regular das estatísticas, e fichas de papel em fichários. São produzidas estatísticas referentes aos períodos entre 2007-2013, mas não está integrado a outro sistema de informação, como o Ministério Público ou a Justiça.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa do GGIM e de outro tipo de coletivo, chamado CBI. Em Pontes e Lacerda, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança do país vizinho. No ano de 2012, a Polícia Civil participou de ações conjuntas no ENAFRON e nas operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Civil em Pontes e Lacerda–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	17
Roubo	232
Roubo de veículos	9
Furto	799
Furto de Veículo	22
Consumo de Entorpecentes	17
Tráfico de Entorpecentes	29

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

No município de Pontes e Lacerda, está situado o 18º Batalhão, que é responsável pelas companhias e pelotões de Figueirópolis, Jauru, Lagos São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista, Nova Lacerda, Comodoro, Campos de Julho e Rondolândia. O Batalhão de conta com 2 oficiais, 55 praças e 28 bombeiros. O entrevistado aponta como o principal problema enfrentado pela instituição a falta de efetivo. Segundo ele, é difícil fixar os profissionais na cidade. Após terem cumprido o período de trabalho necessário, eles acabam pedindo transferência, a ausência de atrativos da cidade e o alto custo de vida contribuem para a alta rotatividade de profissionais.

Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de agressão e “vias de fato”. O entrevistado refere-se à ocorrência frequente de furtos, roubos e homicídios relacionados ao tráfico e consumo de drogas. Entre Janeiro e Fevereiro do ano de 2012, ocorreram 13 homicídios –, número que usualmente representa o total de homicídios no ano – todos eles de alguma forma relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas.

No que diz respeito à internet, o respondente informou que a velocidade é de 200 kbps. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas. Os sistemas de administração utilizados são os de recursos humanos, controle de viaturas, sistema de controle de armas, e munição. São utilizados sistemas de banco de dados, com o controle deles por meio de planilhas e tabelas de papel, e, desde 2010, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente, e o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o GEFRon, a operação “Combatendo a Febre aftosa”, em apoio ao INDEA, e as

operações Sentinela, além do ENAFRON. Entretanto, segundo o entrevistado, em função do pequeno efetivo policial, o apoio dado ao patrulhamento de fronteira resumiu-se às ações realizadas dentro da cidade, não ocorrendo o deslocamento de policiais. Em Pontes e Lacerda, a Polícia Militar não troca informações com os órgãos de segurança do país vizinho.

Corpo de Bombeiros

Em Pontes e Lacerda, existe uma unidade do Corpo de Bombeiros. Segundo o entrevistado, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal são insuficientes: faltam óculos, capas, luvas e capacetes de proteção. Faltam ainda quanto à proteção individual: ladeira de resgate, mochilas e barracas, luvas para salvamento em altura, roldanas e cabos, aparelho de resgate para espaços confinados (peças), Binóculos, GPS, bússola, lanternas e cantis nos equipamentos de salvamento e resgate; além de toda a logística e equipamentos necessários para atendimento a produtos perigosos. Faltam aparelhos pinga-fogo, abafador, enxada, pá, foice, facão, GPS, bússola, sacos de dormir, colchão, barraca, mochila postal flexível, motosserra, óculos de proteção, agente retardante, viatura específica para combate a incêndio. A quantidade de armamento é considerada insuficiente, faltando pistolas. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade é insuficiente, faltando aparelhos HT, repetidora, notebooks, impressoras, tablets, talkbouts, Pabx. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 512kbps. O Corpo de Bombeiros faz registros de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, salvamentos e incêndios.

O Corpo de Bombeiros de Pontes e Lacerda participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), CONSEG e operação Ágata. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão não modifica as condições de atuação dessa instituição. O Corpo de Bombeiros de Pontes e Lacerda não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal.

Polícia Rodoviária Federal

A cidade de Pontes e Lacerda conta com uma unidade da Polícia Rodoviária Federal. Os sistemas de informação existentes e em uso são: SINGER (Sistemas estatísticos de acidentes de trânsito). Há a divulgação pública e regular das estatísticas, produzidas desde 2009, bem como a integração do banco de dados aos sistemas SINGER e de acidentes e multas.

A velocidade de internet não foi informada.

No ano de 2012, esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou da operação Sentinela, designando 10 de seus policiais para a operação, e da operação Cadeado VI. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Pontes de Lacerda foram o IBAMA, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

Em Pontes e Lacerda há, em média, uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal. Na opinião do entrevistado, houve mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, tal como a multiplicação de rotas e transferência de algumas para outros municípios. O entrevistado concorda também que a situação de fronteira gera características únicas de criminalidade, e acredita também que a posse de armas de fogo é mais frequente nesse tipo de região. Os problemas específicos mais comuns da situação de fronteira são tráfico de drogas, de armas e crimes ambientais em ordem de importância, além do contrabando, exploração sexual infantojuvenil, disputa por terras, mineração ilegal e crimes ambientais.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	66				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Pontes e Lacerda tem uma comarca de entrância intermediária de vara mista. As instalações são consideradas novas, adequadas e em boas condições. Esta sede judiciária não dispõe de carro.

1. Há internet com velocidade não especificada.
2. A informação sobre quantidade de mandados não foi fornecida.

Os sistemas de administração existentes e em uso são: recursos humanos, sistema de protocolo e sistema de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de inquéritos, desde 1998, e de processos criminais e produção de feitos, e os dados também são organizados em fichas de papel e fichários.

O juiz que atua nesta comarca participa de operações de fronteira, como o GGIM, e concorda que a participação em coletivos de segurança melhora as condições de atuação do juizado.

Há juizado especializado em infância e juventude nesta comarca, contando com uma equipe interprofissional especializada. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços a comunidade é a prefeitura. As três infrações mais frequentes são furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Conselho Tutelar

Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: excesso de demanda e falta de entidades para receber crianças e atender famílias, além de falta de computadores, veículos e inadequação do veículo existente para as estradas da região. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: violência doméstica e abuso sexual e exploração sexual e abandono da escola.

Ministério Público

O Ministério Público que atua neste município tem sede própria e as instalações onde este atua são adequadas. Desde 2005, há produção de estatísticas de denúncia. Os promotores participam de coletivo de gestão de segurança pública, tais como operações de fronteira (Cata-Grilo e Sentinela) e o GGIM. Os entrevistados não sabem dizer se o MP participou do ENAFRON de 2012. Os quatro maiores parceiros do MP no município são o Judiciário estadual, a Polícia Federal, o IBAMA e a Polícia Civil, e deveria ser incrementada a parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Na percepção do entrevistado, os principais problemas que a situação de fronteira apresenta no município são, em ordem de importância decrescente, o tráfico de drogas, a disputa por terras, a mineração ilegal, o contrabando e crimes ambientais. O entrevistado não especificou quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O fato de estar próximo à fronteira não foi considerado mais positivo para o desenvolvimento econômico do município do que se este não tivesse isso, porque, na avaliação dos entrevistados, o tráfico de drogas não fomenta o comércio local nem gera empregos. Além disso, por não conhecerem a realidade local, as pessoas imaginam que a fronteira é insegura e não investem no município. A maioria dos entrevistados concorda

que atividades ilícitas, como o contrabando, dinamizem a economia do município e concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade, se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria concorda que a posse de arma de fogo seja mais frequente em municípios de fronteira. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Pontes e Lacerda, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, disputa por terras, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente foi de venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Pontes e Lacerda

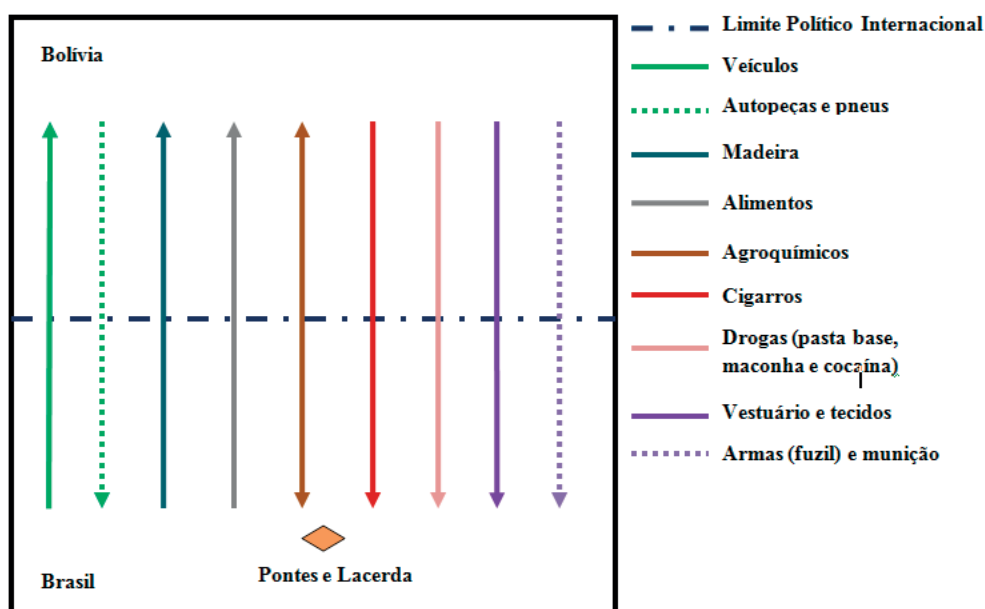
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Os tipos de furto citados pelos entrevistados foram à residência e ao comércio (mais frequentes), além de veículos e a transeuntes. Os roubos mais frequentes citados foram à residência, a estabelecimento comercial, havendo também roubos à instituição financeira, roubo de veículos e assalto a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados fraudes contra o comércio (ocorrência mais frequente), cheques sem fundos e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas foram: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. As causas mais comuns assinaladas para os homicídios dolosos foram em brigas de bar, além de situações domésticas, acerto de contas entre criminosos, controle de mercados ilegais e latrocínio. O representante da justiça citou também uma disputa de uma concessão de linha de ônibus entre as causas de homicídio no município. Os crimes sexuais mais frequentes foram: atentado violento ao pudor de mulheres adultas e abuso sexual de crianças ou menores de idade. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: relativos à Lei Maria da Penha, a roubo e ao tráfico. São também os que mais resultam em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências mais comuns no município. Os atos infracionais mais frequentes no município no ano de 2012 foram uso de entorpecente, tráfico de drogas e furto.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Com uma origem ligada à grilagem de terras, à extração ilegal de madeira e à mineração, desde sua origem Pontes e Lacerda foi uma cidade violenta. Movidos pelos conflitos em torno da terra e do ouro, os homicídios eram rotineiros na cidade. Filho de um antigo policial da cidade, um dos entrevistados relata um evento chamado “apagão”: todas as luzes da cidade se apagavam e, quando as luzes retornavam, cerca de três pessoas apareciam mortas. Ainda segundo este mesmo entrevistado, havia uma espécie de promiscuidade entre as autoridades e a violência cometida e, neste contexto, floresceu uma “cultura” local segundo a qual os conflitos são resolvidos de forma particular, sem o intermédio das instituições, numa lógica da vingança, referida na frase popular do “olho por olho, dente por dente”. Foi observado em campo que é comum os moradores relatarem que tiveram algum parente seu assassinado.

Fluxograma de Mercadorias Pontes e Lacerda/Bolívia



Todavia, os moradores são unânimes em afirmar que os conflitos em torno da disputa por terras e da mineração arrefeceram; os homicídios a eles relacionados praticamente inexistiriam atualmente. Hoje a violência teria outro lastro. “A violência urbana chegou no campo”, diz um dos moradores: de forma lapidar, ao exprimir a sensação de insegurança que parece se espalhar entre os moradores. Esta frase capta a mudança na dinâmica da violência local que, assim como nos grandes centros urbanos, agora estaria relacionada ao tráfico e ao consumo de drogas, apontado como o principal fator responsável pela violência e que preocupa os moradores. Pensando a violência, os moradores estabelecem uma distinção entre tráfico no varejo e o consumo, que seriam os responsáveis pela violência, e o grande tráfico, para o qual a cidade seria apenas local de passagem, pouco impactando a vida local em termos de violência. Alguns moradores, entretanto, questionam essa distinção.

Uma constante na fala dos moradores é a precariedade das instituições de segurança pública e, neste sentido, é unívoca a percepção de que seria necessária uma presença mais efetiva das forças de segurança no município. Fala-se também da promiscuidade entre as forças de segurança locais e a criminalidade, muitas dos esquemas de tráfico contariam com a participação ativa de membros dos agentes de segurança.

É difícil tirar uma conclusão única da fala dos moradores. De um lado, falam ainda de uma cidade segura, apontando para o clima típico de cidade pequena, a imagem de pessoas conversando diante das casas e da tranquilidade de dormir com a porta aberta. De outro, olhando para a violência relacionada ao tráfico e consumo de drogas, os moradores retomam essa mesma imagem de uma cidade pequena para, em um tom saudosista, dizer que ela faz parte do passado – nesse sentido, apontam o investimento dos moradores em tecnologias de segurança como maneira de protegerem a si e seus bens da criminalidade.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A região de fronteira na qual se situa Pontes e Lacerda é reconhecidamente uma porta de entrada para o tráfico drogas, sobretudo pasta base, provindas da Bolívia, assim como, em uma intensidade sensivelmente menor, para o tráfico de armas e para o contrabando de mercadorias diversas. Pontes e Lacerda é um ponto nodal nesta ramificação local dos circuitos do tráfico de drogas, seja na medida em que nela se concentram os articuladores centrais para o tráfico de grande porte, seja porque nela também tem crescido muito o comércio de drogas no varejo, assim como o número de consumidores.

As drogas e demais mercadorias ingressam principalmente pelas fazendas localizadas nas cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade. Voltadas principalmente para a pecuária e mais recentemente, e em menor medida, para o plantio de soja, tais propriedades, em alguns casos, atravessam a fronteira, isto é, o proprietário das terras do lado brasileiro da fronteira é também proprietário do lado boliviano. A droga é transportada em aviões de pequeno porte: os aviões desceriam em pistas de pouso ilegais abertas nas fazendas – forma que, segundo os entrevistados, estaria se tornando menos frequente – ou então fariam o arremesso de sacos, cuidadosamente embalados, para que suportem o impacto, contendo em torno de 40 quilos cada, em locais previamente combinados, onde são então recolhidos em caminhonetes ou enterrados para que posteriormente sejam resgatados⁷. Uma vez que o transporte por avião traz consigo grandes carregamentos, é comum que diferentes traficantes estabeleçam um “consórcio” para financiarem a vinda da droga. As drogas são também transportadas por meio de

⁷ <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/08/pf-apreende-443kg-de-cloridrato-de-cocaina-arremessada-de-aviao-em-mt.html>

“cabriteiras” – estradas de terra e, portanto, não fiscalizadas – que entrecortam as fazendas. Pela via terrestre, a droga entra também em pequenas quantias e, neste caso, o tráfico pode ser feito até mesmo a pé, numa travessia que, dependendo do meio de transporte utilizado, pode durar de 3 horas a 2 dias, as “mulas” recebendo de 300 a 500 reais por quilo transportado⁸. Sem fornecer especificidades, os entrevistados falam ainda na entrada da droga por meio de pequenos barcos. Juntamente com as drogas, mas em menor quantidade, entram também armas – seria relativamente frequente na cidade o uso de armamento de uso exclusivo das forças de segurança.

As fazendas de agropecuária, principalmente de gado, e de plantações de soja, por meio das quais se dá o ingresso da droga, são fundamentais na economia da cidade. Desconfia-se que alguns desses fazendeiros tenham a fazenda apenas como uma fachada para a lavagem de dinheiro provindo do tráfico. Ao mesmo tempo, alguns moradores referem-se à possibilidade de que o fazendeiro desconheça a entrada de drogas por suas terras ou que, conhecendo, prefira não intervir. Agentes da força pública, dizem que uma das formas de transporte da droga é debaixo do assoalho de caminhões que transportam gados. Diariamente, entre 30 a 50 caminhões transitam pelas estradas que passam pela cidade, uma quantidade evidentemente maior do que aquela que pode ser fiscalizada pelas forças públicas locais, que contam com um efetivo pequeno e recursos precários.

Embora parte da droga fique na região, marcada por um acentuado crescimento do tráfico e dos consumidores desde o início dos anos 2000, a maior parte dela segue em viagens mais longas, tendo como destino a capital, Cuiabá, o restante do estado, até diversas regiões do País e até mesmo o exterior. As rotas conduzem tanto para a região Norte e Nordeste, indo para estados como Pará, Maranhão, Bahia, como para o Sudeste, indo para São Paulo e o Rio de Janeiro. Um dos entrevistados fala de um desvio recente por meio da rota que passou a evitar a passagem pela capital, indo para as cidades de Nova Mutum e Guaratã do Norte.

Operações da Polícia Federal de apreensões de drogas e de prisão de traficantes indicam que, na maior parte dos casos, estes são moradores de Pontes e Lacerda, alguns dos quais fazendo parte da elite local⁹. Muitos entrevistados se dizem surpresos pela prisão de alguns dos articuladores do tráfico, que enquanto membros distintos da sociedade, alguns deles participando até mesmo de comunidades religiosas, não despertavam suspeitas dos demais moradores. Apesar das grandes quantias de drogas apreendidas, a percepção local é de que tais traficantes seriam de médio porte, os maiores traficantes não estando situados na cidade. Fala-se da conjugação de traficantes com

⁸ <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/3/materia/229547/t/policia-apreende-7kg-de-pasta-base-de-cocaina->

⁹ <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/07/mp-denuncia-45-por-narcotrafico-na-area-de-fronteira-de-mt-com-bolivia.html>

facções criminosas dos grandes centros – Primeiro Comando Capital (PCC) e Comando Vermelho –, mas é difícil estabelecer os termos da conexão desses traficantes com o restante da cadeia do tráfico, isto é, se os traficantes locais são membros diretos dos grupos que redistribuem o tráfico nos grandes centros do país, ou se apenas revendem a droga para estes grupos. Segundo um dos entrevistados, recentemente foi preso um membro do PCC na região. Além disso, segundo dirigente da penitenciária de Pontes e Lacerda, existem presos em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Maranhão pedindo para serem transferidos para a prisão local.

Uma fala constante nas entrevistas é a de que a economia da cidade é fortemente dependente do dinheiro do tráfico. Além do dinheiro supostamente aplicado na agropecuária, os entrevistados referem-se muito ao dinheiro que é investido no comércio local. Existiriam empresários diretamente ligados ao tráfico: os seus empreendimentos seriam meras fachadas para disfarçar seu envolvimento e lavar o dinheiro ganho ilícitamente. Inexplicável de outro modo é o rápido enriquecimento desses empresários, o que desperta nos moradores um sentimento de injustiça. Ao mesmo tempo, uma vez que não podem guardar seu dinheiro em bancos, os traficantes investiriam seu dinheiro localmente, principalmente em imóveis – no que, dizem os entrevistados, haveria certo cinismo dos comerciantes locais, e mesmo da cidade em sua totalidade, que sabem da origem ilícita do dinheiro, mas nem por isso deixam de se beneficiar da venda de seus produtos. Agregando-se à pressão vinda do crescimento de setores lícitos da economia, a prática da aquisição de bens por traficantes faria dos preços de Pontes e Lacerda bastante altos em nível regional: algo sentido especialmente na compra e aluguel de imóveis, mas que se manifesta também nos itens de consumo imediato. No sentido inverso, uma prática relativamente comum segundo os entrevistados é o empréstimo feito por empresários ao tráfico. Estimulados pela alta taxa de retorno ofertada pelos traficantes, algo em torno de 12%, os empresários emprestariam dinheiro para que traficantes fizessem a compra da droga. Muitos entrevistados dizem que a cidade “para” quando ocorrem operações de repressão ao tráfico, muito embora, ao mesmo tempo, insistam que, com o crescimento da agropecuária, da agricultura e da mineração, entre outros setores, a cidade tem se tornado em alguma medida independente do tráfico.

O crescimento do tráfico e do consumo local seria responsável pela grande quantidade de furtos a residências e a estabelecimentos comerciais que ocorrem na região. Segundo os entrevistados, para alimentar o vício, os usuários praticariam pequenos furtos a residências e a estabelecimentos comerciais. Além de pequenos furtos, e em alguns casos como reações a estes, os moradores apontam ainda o grande número de homicídios praticados na cidade. Os assassinatos teriam tido uma relação direta com o tráfico e consumo de drogas, envolvendo “acerto de contas”, assim como a eliminação de usuários que sabidamente praticam furtos na cidade – em alguns casos levada a cabo pelos próprios moradores, isto é,

pessoas não envolvidas nas redes de tráfico e consumo. Sintomaticamente, os assassinatos de indivíduos relacionados ao tráfico não são lamentados e, em alguns casos, o tom da fala é de alívio pela morte de pessoas que traziam a desordem para a vida local.

Além disso, carros e motos são roubados para serem diretamente trocados por drogas na Bolívia, assim como malotes de dinheiro de comércio e até mesmo bancos são assaltados por membros do tráfico para possibilitar a aquisição de entorpecentes. Entretanto, troca de carros e motocicletas por drogas é algo que estaria se tornando menos frequente, refletindo, de um lado, uma maior estruturação do tráfico, que agora disporia de mais dinheiro para fazer a aquisição direta da droga e, de outro, o estabelecimento de uma lei boliviana, segundo a qual apenas os carros brasileiros com data anterior a 2000 poderiam ser legalizados no país.

Identificando os novos problemas da cidade, a juventude aparece como um ator central na fala dos entrevistados. Segundo eles, os jovens estariam cada vez mais envolvidos no tráfico e no consumo de drogas, exercendo e sendo vítima da violência que entrecorta esse circuito. Mas o caráter problemático da juventude na fala dos entrevistados nos conduz também para um desconforto trazido por práticas mais difusas – reunião de jovens em pontos marcados da cidade feita com som potente e em alto volume, o trânsito em motocicletas pela cidade em alta velocidade, etc. – que tangenciam o tráfico e consumo de drogas, mas que dizem respeito a processos que vão para além dele. Da fala dos entrevistados, parece ser possível depreender que a cidade vem passando por processos de êxodo rural e de urbanização acelerada e desordenada, em um cenário de ausência de políticas públicas capazes de preparar os jovens para se integrarem nesse novo universo social; já não mais destinados a sucederem os pais no trabalho na terra, ao mesmo tempo em que mais abertos a influências externas com aproximação das novas tecnologias de comunicação (internet, principalmente), os jovens parecem crescer relativamente desencaixados das gerações mais velhas, mais independentes de sua moralidade e controle.

Fora o tráfico drogas e armas, poucas são as relações entre Pontes e Lacerda e a Bolívia. Os entrevistados apontam dois empecilhos ao comércio transfronteiriço. Primeiro, insistem que os dois lados da fronteira são marcadamente rurais: o lado brasileiro marcado por grandes fazendas e o lado boliviano por pequenos vilarejos. Além disso, apontam a dificuldade de o comércio se dar de forma legal, em função da ausência de acordos comerciais entre Brasil e Bolívia, que está fora do Mercosul e, mais diretamente, da inexistência de uma aduana na região.

Ainda assim, além do tráfico, e apesar das dificuldades relatadas, ocorre o contrabando e descaminho de mercadorias diversas, tais como madeira, roupas, acessórios, eletrodomésticos, pneus, cigarros, brinquedos, perfumes, etc¹⁰. O ingresso

¹⁰ <http://expressaonoticias.com.br/?pg=noticia&idn=8906>; <http://www.jornaloeste.com>.

destas mercadorias parece operar de forma independente do tráfico. Ainda que alimentem uma região mais ampla que a de fronteira, chegando mesmo a Cuiabá e, às vezes, a outros estados, o contrabando e o descaminho atenderiam, sobretudo, ao mercado local. O baixo preço das mercadorias provindas da Bolívia é visto como uma vantagem pelos moradores, incapaz, entretanto, de compensar o alto custo de vida da cidade. As mercadorias entrariam, seja pelas estradas ilegais abertas pelo tráfico de drogas, seja pelas estradas legais, mediante pagamento de propinas aos agentes das forças públicas. Em alguns casos, parece haver pessoas, especialmente brasileiros, que, nos pequenos vilarejos, comercializam as mercadorias trazidas de Santa Cruz, encurtando a distância. Os entrevistados falam ainda da prática de fretes: pessoas que trabalham no transporte das mercadorias da Bolívia para o Brasil. Além disso, Pontes e Lacerda parece contar com uma quantidade significativa de camelôs nos quais os produtos provenientes de contrabando e descaminho são comercializados.

Segundo os entrevistados, as polícias Militar e Civil contariam com um efetivo reduzido e estariam mal aparelhadas. Eles reclamam da pouca atuação do GEFron, do Exército e da Polícia Federal. No que se refere às polícias Militar e Civil, o problema mais gritante é o de falta de efetivo. Os entrevistados partilham um entendimento em torno da dificuldade de fixar os policiais nas cidades de fronteira. No caso de Pontes e Lacerda, especificamente, esta dificuldade é aumentada em razão do relativo alto custo de vida local.

No caso das polícias civil e militar, a repressão ao tráfico é feita de uma maneira bastante esporádica – no caso da primeira, em função da impossibilidade de realizar investigações mais extensas e, no caso da segunda, da impossibilidade de realizar um policiamento ostensivo. Às vezes, a apreensão de grandes quantias de drogas se dá por meio de acasos, como a queda dos pequenos aviões ou por meio da denúncia de algum morador¹¹. No caso da Polícia Federal, e embora a instituição tenha tido uma atuação frequente na região nos últimos tempos, a atuação é percebida como esporádica e incapaz de reprimir o tráfico, que voltaria a atuar tão logo os agentes da instituição deixam o local. A atuação do GEFron estaria limitada à garantia da segurança do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA). Os moradores demandam ainda a presença do Exército na região de fronteira. Neste mesmo sentido, os moradores elogiam a construção e a administração da nova penitenciária, recentemente instalada na cidade. Superlotada, a cadeia de Vila Bela da Santíssima Trindade, para onde os presos eram enviados antigamente, não conseguiria controlar os internos, que, mesmo presos, continuariam fazendo o uso intenso de drogas.

[br/?pg=noticia&idn=12312](#)

11 <http://reportermt.com.br/policia/policia-apreende-40kg-de-cocaina-arremessados-de-aviao-em-mt/2608>

Conclusão

Pontes e Lacerda ocupa uma posição central na ramificação local do circuito do tráfico de drogas. O tráfico parece ser um fator de peso na economia da cidade. Além disso, nos últimos anos a cidade passou por um crescimento do tráfico no varejo e do número de consumidores. Antes caracterizada por uma violência relacionada aos conflitos de terra e ao garimpo, a cidade passou a conviver com uma violência relativa ao tráfico e consumo: furtos, roubos e homicídios. Com efetivos escassos, as instituições de segurança pública locais não conseguem combater efetivamente a criminalidade. Além disso, agentes das próprias forças de segurança se envolvem nos esquemas do tráfico. As atuações do GEFRon, da Polícia Federal e do Exército também, segundo a percepção local, não ocorrem com a constância necessária para combater de forma efetiva o tráfico.

Fotos das Instituições e do Município de Pontes e Lacerda

Conselho Tutelar



Corpo de Bombeiros



Fórum



Polícia Militar



Polícia Civil



Polícia Rodoviária Federal



Ministério Público



Posto do Gefron



Entrada da Cidade pela Rodovia Estadual MT-473



Posto de Saúde da Família Vila
Matão



Escola Vila Matão



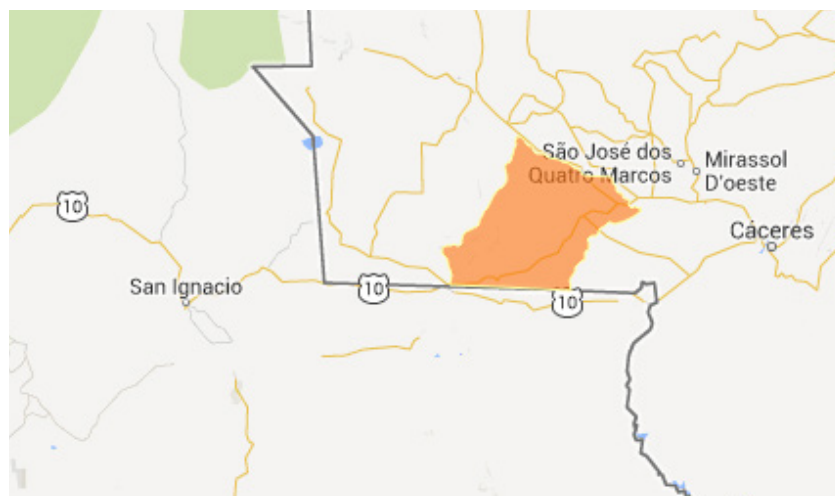
Saída para Bolívia Rodovia
Estadual MT-473



Porto Esperidião

O município de Porto Esperidião foi criado pela Lei Estadual nº 5.012, de 13 de maio de 1986. Localiza-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, limitando-se com os seguintes municípios: ao Norte, Jauru e Figueirópolis D'Oeste; a Nordeste, Glória D'Oeste e São José dos Quatro Marcos; ao Sul, com a República da Bolívia; a Sudoeste, Vila Bela da SS Trindade; a Sudeste, com o município de Cáceres; e a Oeste, com o município de Pontes e Lacerda e São Domingos.

Mapa – Município Porto Esperidião e suas Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510682&search=mato-grosso|porto-esperidiao>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: A cidade de Porto Esperidião foi criada pela lei Estadual nº 5.012, de 13 de maio de 1986
Localização: Sudoeste de Mato Grosso
Área (2010): 5.809,015 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Jauru e com Figueirópolis D'Oeste, a nordeste com São José dos Quatro Marcos e com Glória D'Oeste, a sudeste com Cáceres, a sul com a Bolívia e a oeste com Pontes e Lacerda.
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado

Acesso viário: Sim
População (2010): 11.031 habitantes
Densidade demográfica: 1,9 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,59
PIB (2010): R\$ 134.102,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.246,77
IDH-M (2010): 0.652
Gentílico:portense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

As origens históricas de Porto Esperidião ligam-se às de Vila Bela da Santíssima Trindade. No quadro das Comissões de Linhas Telegráficas que visavam à defesa e à ocupação das fronteiras, de Mato Grosso à Amazônia, a Comissão Rondon instalou um posto telegráfico às margens do Rio Jauru, dando início ao povoado de Porto Salitre. Tal denominação fazia referência à região de salinas, conhecida desde as primeiras penetrações pela região, ainda no século 18. Ali, onde o ancoradouro se encontrava, o barreiro era procurado pelos animais, que o lambiam. A 25 de agosto de 1898, o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques deu início, em São Luíz de Cáceres, a estudos da navegabilidade do Rio Jauru, desde a barra com o Rio Paraguai até o Porto do Registro. Em sua homenagem, em 1920, foi alterado o nome de Porto Salitre para Porto Esperidião. Em meados de 1950, foi desativada a rede de telégrafo. Em 1956, foi construída a segunda e última ponte de madeira sobre o Rio Jauru e a atual ponte de concreto foi aberta ao tráfego em 1982.¹²

Porto Esperidião encontra-se situado a uma distância de 317 km de Cuiabá, às margens da BR-174, que interliga os estados de Mato Grosso e de Rondônia. O município é um divisor de águas, possuindo nascentes que correm para a Bacia Amazônica (Rio Alegre) e para a Bacia do Prata, sendo Jauru o principal rio que banha a sede do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPIRIDIÃO).¹³ A população do município é pobre e predominantemente rural.¹⁴ A principal atividade econômica é a pecuária de corte e a agricultura familiar. Essas atividades quase não geram empregos, contribuindo assim para a situação de vulnerabilidade social do município, embora os indicadores que a detectam tenham diminuído consideravelmente nos últimos 20 anos. As primeiras migrações vieram, ainda durante a década de 1940, com a chegada do Exército Brasileiro e do Posto do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

¹² Fonte: Adaptado de IBGE–Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos vicente Ferreira–Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM.

¹³ Portal da Prefeitura de Porto Esperidião http://www.portoesperidiao.mt.gov.br/?pg=porto_dados_geografico consulta realizada em fevereiro de 2014

¹⁴ Conforme o quadro anterior, no item “vulnerabilidade social”, 49,22% da população é vulnerável à pobreza.

(DNER), encarregado da construção da rodovia e da ponte sobre o Rio Jauru, que foi levada a cabo pelos primeiros migrantes e pelos índios locais. Na década de 1970, a condição de fronteira agrícola deu origem a novas levas de migrantes que mudaram a paisagem local, instalando-se à beira da recém-construída BR-174, e assumindo a economia e o comércio local. Ao longo da história do município, alguns índios chiquitanos, que se movimentam nas áreas de fronteira do Brasil e da Bolívia, foram se instalando nos municípios brasileiros, tendo em vista a melhor qualidade de vida destes. Porém, esta instalação em Porto Espiridião e nos outros municípios da região da grande Cáceres deu-se em suas áreas mais pobres e em seus bairros periféricos, onde permanecem até hoje. A presença e a forma de inserção desses índios na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia têm contribuído para reforçar o estigma de criminoso, a eles atribuídos (envolvidos em roubo de gado, de carro, tráfico de drogas etc.), especialmente aos que vivem no lado boliviano (SILVA, 2007). Esforços vêm sendo feitos pelo poder público local para valorizar a cultura chiquitana e reconhecer sua importância na composição social local.¹⁵

Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Espiridião

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 11.188 habitantes
Homicídios (2012): 2
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e o Conselho Tutelar.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 1.598 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 1.598 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 11.188 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	6	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	8		2	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	3		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		-	

¹⁵ Uma dessas iniciativas é a realização de jogos indígenas visando resgatar o esporte e a cultura indígena do Chiquitano. <http://www.jornaloeste.com.br/?pg=noticia&idn=25950>. Consulta realizada em fevereiro de 2014

Internet	Com acesso		-	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	2		-	
Máquina Fotográfica	2		-	
Filmadora	3		-	
Tipos de veículos				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	3		-	
Arquivos em ficha de papel	6		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	6		2	
Colete antibalísticos	5		4	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	5		-	
Outros	3 (cassetete)		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		3	
Carabina	1		-	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	-		2	
Pistola	7		-	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos e quantidades insuficientes		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	3		*	
Média de presos/mês	10		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	-		*	

Polícia Civil

Existe no município de Porto Esperidião uma delegacia com um delegado e seis agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial tem conexão à internet de 100 mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Porto Esperidião utiliza sistemas de administração, relativos a recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição, de armas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados registros de ocorrências e de inquéritos. É feita a inclusão no Infoseg, além de organização de dados em arquivos de papel, e fichas de papel em fichários. São produzidas estatísticas referentes aos períodos entre 2008-2009 e 2012-2013. O sistema de informação não está integrado a outros sistemas, tais como os do Ministério Público e do Judiciário.

Os dois maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. No ano de 2012, a Polícia Civil participou de ações conjuntas com o GEFRON e Polícia Militar. Participou do Programa de Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

A tabela, a seguir, apresenta o levantamento na sede da polícia judiciária das principais ocorrências no município repassado pela Polícia Civil local:

Principais Ocorrências Polícia Civil–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	7
Roubo	3
Roubo de veículos	1
Furto	32
Furto de Veículo	2
Consumo de Entorpecentes	0
Tráfico de Entorpecentes	1

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

Em Porto Esperidião, existem um pelotão e um posto fixo da Polícia Militar com 7 praças. Estão em uso na unidade sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de estoque, controle de armas, munição e controle de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas. São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais desde 2001, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, tais como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o respondente não soube informar se há conexão e qual a sua velocidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela

Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. Porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Rodoviária Federal. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o GEFron e as operações Sentinela, mas não participou do ENAFRON. Em Porto Espiridião, a Polícia Militar não troca informações com os órgãos de segurança do país vizinho.

Principais Ocorrências Polícia Militar–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Agressão/Vias de Fato	17
Ameaça	25
Atrito Verbal	7
Lesão Corporal	14
Estupro	1
Outros contra os costumes	2
Tentativa de Homicídio	2
Homicídio	1
Roubo	1
Roubo de veículos	1
Furtos	11
Furto de Veículo	2
Outros Contra o Patrimônio	5
Dirigir sem Habilitação	12
Perturbação do Sossego Alheio	6

Fonte: Unidade de Polícia Militar Comando Regional Porto Espiridião

GEFron

O Grupo Especial de Segurança da Fronteira (GEFron) foi criado em 2002 para combater os crimes típicos da região fronteira de Mato Grosso, atuando ao longo dos 750 km de linha seca e 233 km de fronteira molhada entre o Brasil e a Bolívia em barreiras fixas e móveis ao longo da BR-174 e nas estradas vicinais. A base central encontra-se situada em Porto Espiridião. Há, além desta, as bases de Vila Cardoso, Matão e Avião Caído. Desde 2007, o grupamento vem realizando ações de patrulhamento rural em conjunto com o INDEA, que faz o controle da febre aftosa nas fazendas. Essa parceria resultou em uma fiscalização e controle mais expressivo das atividades ilícitas e ilegais que se desenvolvem na região. Além dos recursos e investimento do Governo Estadual, o GEFron, desde a sua criação, vem recebendo investimentos federais (da SENASP), e, desde 2011, especialmente do ENAFRON, que tem procurado melhorar a estrutura material das unidades de segurança pública nas fronteiras. Conforme sintetizam os relatórios do grupamento, algumas metas e orientações têm sido perseguidas: a ação integrada com outros órgãos; ganhar a confiança

da população local; buscar criar mecanismos que reduzam o risco de corrupção de seus profissionais. Em 2012, segundo o relatório, o GEFron contava com 92 PMs e 07 Policiais Civis. Entretanto, segundo um profissional entrevistado, o cálculo a ser feito deve ser outro, tendo em vista atuar no operacional, efetivamente, apenas 13 a 17 policiais por jornada, que se revezam para patrulhar os 750 km de fronteira seca do estado. As maiores demandas dos policiais do grupamento são, portanto, de efetivo, mas também de equipamentos de tecnologia (por exemplo, óculos de visão noturna, equipamentos de comunicação digital, scanner veicular, *bodyscan*, aeronaves não pilotadas; bem como cães farejadores); além de ampliação da base em Porto Espiridião. Também reivindicam a valorização de seu trabalho e alguns direitos, como o adicional por insalubridade.

Pesquisa realizada em 2008 (CAMPOS NETO, 2011) chamava a atenção para as péssimas condições de trabalho e os baixos vencimentos do grupamento nos postos fixos: “As equipes dos postos fixos da BR-070, no caso em particular do “Posto do Limão”, há apenas entre 5 e 7 policiais do GEFron, que cobrem uma escala de plantão de 10 dias direto por 10 dias de descanso (...). E na estrada BR-070, que liga Cáceres a San Matias, há somente duas duas viaturas (...) Quanto aos alojamentos... trata-se de contêineres com paredes de metal com apenas um aparelho de ar condicionado, quase sempre com defeito, (...) em que a temperatura chega a 40°C....() do lado de fora do contêiner, um pequeno banheiro para ser usado por todos ... sendo que durante 6 meses do ano as chuvas são muito intensas no Pantanal. (Quanto ao) armamento usado no Posto fixo do Limão(...):

- 05 – Fuzis 556 mm
- 05 pistolas 40 mm
- Facas – só as de cozinha
- 05 algemas
- 05 coletes balísticos
- Munição para cada fuzil – 2 carregadores com 25 munições”. (2011:67,68)

Em 2011 e 2012, o GEFRON participou da Operação “Contendo a Aftosa” com o INDEA; Operação “Poconé; Operação “Bravo”, com o Exército; Operação “Genesis”, que é coordenada pelo GEFron; Operação “Sentinela” em apoio à Polícia Federal; Operação Ágata do Exército e envolvendo todos os órgãos de Segurança Pública.

Apreensões realizadas pelo GEFron–Ano 2012

ARMAS APREENDIDAS:	44
MUNIÇÕES APREENDIDAS:	499
ENTORPECENTES	134,664 Kg

Principais Ocorrências do GEFron–Ano 2012

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Veículos Recuperados	21
Receptação	2

Roubo	3
Furtos	4
Lesão Corporal	1
Tentativa de Homicídio	2
Homicídio	4
Roubo	3
Furtos	4
Entorpecentes/ Tóxicos	15
Prisão por Mandado	11
Porte/Posse ilegal de armas	24
Contra a Fauna e Flora	8
Evasão de Divisas	7
Contrabando	8
Descaminho	9

Fonte16:GEfron

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	-	Promotores	-	Conselheiros	4
	Funcionários	11				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Porto Espiridião tem uma comarca de entrância inicial de vara única e suas instalações são consideradas novas, adequadas e em boas condições. Esta sede judiciária não dispõe de carro.

Há internet com velocidade de 256 kbps, que foi considerada péssima pelo entrevistado. A informação sobre quantidade de mandados não foi fornecida. Os sistemas de administração existentes e em uso são: recursos humanos, controle de armas, sistema de protocolo, sistema de distribuição de autos e sistema financeiro. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de inquéritos e de processos criminais e produção de feitos, e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel e fichários. Não há produção de estatísticas.

O juiz que atua nesta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Não há juizado especializado em infância e juventude nesta comarca. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade é a prefeitura. O uso de entorpecentes foi apontado como o ato infracional mais frequente.

Conselho Tutelar

Não existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Porto Espiridião. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: falta clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abuso sexual e exploração sexual e abandono da escola.

Ministério Público

O Ministério Público que atua neste município não tem sede própria, e as instalações onde este atua não são adequadas. Não há produção de estatísticas de denúncia. Os promotores não participam de coletivo de gestão de segurança pública. Os promotores desta comarca apoiam operações de fronteira, tais como a Cata-Grilo e a Sentinela. Os entrevistados não sabem dizer se o MP participou do ENAFRON de 2012. Os quatro maiores parceiros do MP no município são o Judiciário estadual, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o MP, os principais problemas que a situação de fronteira apresenta no município são, em ordem de importância, tráfico de drogas, contrabando e disputa por terras. As maiores dificuldades enfrentadas pelo MP nas suas ações no município foram: comunicação deficiente com outros órgãos, falta de cooperação jurídica internacional e falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Aspectos positivos e negativos foram ressaltados quanto ao fato de o município estar próximo à fronteira com a Bolívia. Foram considerados positivos o comércio e a possibilidade de integração entre os dois países; a proximidade de acesso ao Pacífico, cuja rota vem sendo implementada ao longo dos anos; a riqueza da cultura local, de origem chiquitana, entre elas a dança do Curusé, e o fato de a maioria das pessoas locais serem bilíngues. Um dos aspectos negativos mais ressaltados é a pouca atuação do poder público nas suas três esferas: municipal, estadual e federal, para obtenção de melhorias locais, sendo essa situação apontada como a principal razão do não desenvolvimento local e da pouca integração

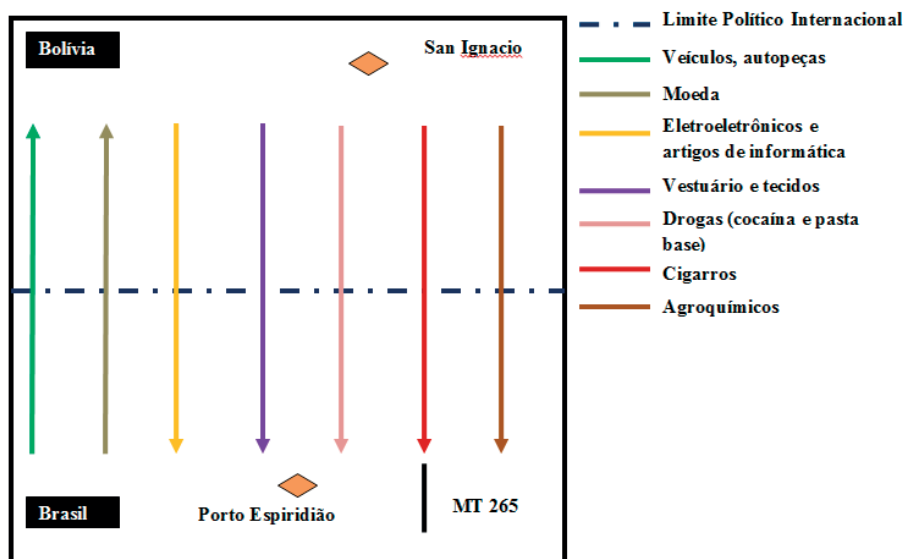
econômica com o país vizinho.¹⁷ O entendimento comum é o de que a falta de alternativas econômicas, além de contribuir para a saída dos jovens do município, tem tornado jovens e adultos vulneráveis às ofertas de trabalho nos mercados ilícitos, como o contrabando e, principalmente, o tráfico de drogas. O mais comum é as pessoas serem utilizadas como mulas para atravessar a droga na fronteira ou transportá-la para outros estados. Foi dito também que, embora haja alguma visibilidade de atividades de tráfico de droga e de contrabando de maior monta no município—dado o rápido enriquecimento de algumas famílias locais—, tais atividades, por não serem tributadas, acabam não gerando renda nem serviços sociais para a cidade, cuja arrecadação permanece pequena. O município é, portanto, bastante dependente das verbas e convênios governamentais, o que revela a situação de pobreza e vulnerabilidade de sua população. Para piorar, devido a sua extensão territorial, boa parte desses recursos acaba sendo gasta na manutenção de vias e pontes. Finalmente, notou-se, entre os entrevistados, uma grande preocupação em distinguir a região da fronteira, da do município; as pessoas trabalhadoras, daquelas envolvidas com atividades ilícitas, a criminalidade local que é muito baixa, da criminalidade de outros estados (que alcança a fronteira para adentrar o país vizinho). Nota-se todo um esforço no sentido de procurar desfazer o estigma—que recai sobre o município e principalmente sobre a fronteira próxima—, de local perigoso, antro de ladrão e bandido (difundido pela mídia para o resto do País, quando da apreensão de drogas na região), e que incide sobre os seus habitantes, especialmente sobre os descendentes de chiquitanos.

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município do Porto Espiridião estar situado próximo à fronteira é considerado tanto positivo quanto negativo para seu desenvolvimento econômico. Na avaliação dos operadores, a atuação do GEFron tem contribuído para um maior desenvolvimento da região, por trazer uma maior segurança para a realização das atividades locais e por contribuir para a valorização das terras. A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas, como o contrabando, dinamizem a economia do município e concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade, se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria concorda que a posse de arma de fogo seja mais comum na fronteira. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Porto Esperidião, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, disputa por terras, imigração ilegal e crimes ambientais. Foram destacados os crimes de tráfico de drogas, contrabando e disputa por terras.

Porto Espiridião encontra-se situada a 204 km da fronteira do Brasil com a Bolívia pela estrada MT-265. A figura que se segue ilustra as principais dinâmicas existentes entre Porto Espiridião e a fronteira com a Bolívia.

¹⁷ O descaso, com a fronteira em geral, seria reflexo da baixa densidade populacional, pequeno número de votos e, em consequência, há pouca atuação dos políticos em busca de melhorias.

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na Fronteira de Porto Espiridião com a Bolívia



Das mercadorias ilícitas que circulam do Brasil para a Bolívia, destacam-se os veículos roubados (motos e camionetes, principalmente), além da evasão de divisas. Na percepção dos operadores, a entrada desses bens e de dinheiro na Bolívia, com a qual o governo boliviano é conivente, visa ao financiamento do tráfico de drogas, atividade extremamente lucrativa, tendo em vista o alto preço que alcança o produto final desta atividade nos grandes centros. Da Bolívia para o Brasil circulam eletroeletrônicos, vestuários e tecidos, agroquímicos, cigarros. Das drogas que circulam, a mais comum é a pasta base de cocaína.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente foi de venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Porto Esperidião

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente	Muito frequentemente

Os tipos de furto citados pelos entrevistados foram à residência, a transeunte, ao comércio de gado. Já os roubos citados foram à residência, de máquina agrícola, de animais, de celular e de carteiras. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes em operações imobiliárias, embora sejam raras. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já a causa mais comum assinalada para os homicídios dolosos foi conflitos de terra. Não houve referência

a crimes sexuais. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: receptação, lesão corporal, tráfico de drogas, porte e posse de armas; são também os que mais resultam em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. O ato infracional mais frequente no município no ano de 2012 foi uso de entorpecente.

Integrantes da Polícia Civil e do GEFRON enfatizaram as dificuldades encontradas para o policiamento na área de fronteira do município de Porto Espiridião. Enumeraram, entre elas, a sua extensão, o escasso povoamento e o acesso dificultado pela qualidade das estradas (especialmente as vicinais), bem como a existência de áreas indígenas. Também foi enfatizado ser este um grupamento bem-sucedido em atuar nas principais vias de acesso à Bolívia, mas que o grande número de estradas vicinais (as “cabriteiras”) e o número insuficiente de policiais vêm dificultando a realização de um trabalho mais efetivo de fiscalização.

Contrabando:

Como é comum na fronteira, atividades de intercâmbio econômico são pautadas por diferenças cambiais, ora favoráveis para um país, ora para outro. Mas, ao que parece, o contrabando não tem sido apenas uma alternativa de sobrevivência para os mais pobres da região. Segundo os operadores entrevistados, essa atividade, em grande escala, vem sendo realizada por grupos cada vez mais bem articulados para tentar burlar o sistema de segurança. Haveria grupos responsáveis pela compra dentro da Bolívia, outros, pelo transporte das mercadorias (geralmente, pelas cabriteiras), além de batedores, que vão à frente para verificar e avisar por rádio se há ou não polícia na estrada. Desse modo, evitam as estradas principais, onde estão instaladas as barreiras fixas e, muitas vezes, fazem a travessia à noite, de maneira a se esquivarem da abordagem dos órgãos de fiscalização.

Tráfico de drogas:

Operadores entrevistados afirmaram que as estratégias dos envolvidos no tráfico, seja eles mulas, seja atacadistas, mudam de acordo com as estratégias dos órgãos de repressão. Muitos e variados são os métodos de transporte. Os mais comuns utilizados pelas mulas são camuflar a pasta base em veículos, os chamados “mocós”; carregá-la em mochilas, a pé, no meio de matas, resgatando-a com uso de GPS, depois de haver sido lançada por avioneta em fazendas locais; transportá-la dentro de ônibus amarrada ao corpo, em roupas ou calçados, ou bem por meio da sua ingestão em forma de cápsula. Os métodos e organização dos atacadistas são menos conhecidos ou divulgados, a não ser quando ocorrem grandes operações da Polícia Federal. Uma dessas operações envolveu uma família tradicional, dona de várias propriedades no município, que foi acusada de

tráfico interestadual.¹⁸ Na percepção de um entrevistado local, este seria um caso entre muitos e que acabou culminando na prisão dos acusados, em razão da investigação ter sido bem-sucedida, feita com métodos de inteligência policial. O caso, entretanto, não teve condenação na justiça, um habeas corpus dado por um juiz de plantão, por ocasião das férias do titular, permitiu aos réus foragir e se instalarem na Bolívia.¹⁹

Conflitos e disputas relacionadas à posse de terra:

A dinâmica de ocupação e desenvolvimento da região tem favorecido, ao longo dos anos, as condições que geram conflitos relacionados à disputa pela posse de terras. No fim dos anos de 1990, conflitos entre fazendeiros, posseiros e grileiros se acirraram e os fazendeiros locais passaram a reagir armando-se e/ou a contratando segurança privada.²⁰ A criação do GEfron, em 2002, foi uma tentativa de dar resposta a esses problemas e àqueles relacionados ao tráfico de drogas, roubo e receptação de veículos. Segundo entrevistados, ainda que os conflitos agrários tenham diminuído, significativamente, eles ainda ocorrem na região, sendo uma das causas de mortes por homicídio.

Avaliação das Instituições de Segurança Pública

Embora se reconheça a importância da atuação do GEfron, especialmente no combate ao tráfico de drogas, e que a situação na fronteira melhorou, desde a sua criação, integrantes da sociedade civil entrevistados dirigiram-lhe algumas críticas. Também manifestou dele esperar uma atuação mais efetiva dentro da cidade, tanto de repressão quanto de interação com a população e com as instituições da sociedade civil. Uma das críticas refere-se à atuação discriminatória, que este grupamento teria em relação à população chiquitana “cidadãos de bem”; outra é seu encastelamento em relação aos problemas da cidade de Porto Espiridião; uma terceira também nesta direção é a de que, após a chegada do GEfron, aumentou o número de bocas de fumo na cidade e este não vem atuando na sua repressão.

Mas de todas as instituições, o Exército é a mais criticada pelos integrantes da sociedade civil, alguns se referindo a ele como “colônia de férias”. Outros ainda enfatizaram a necessidade de um número maior de efetivo policial na fronteira e, sobretudo, do uso de inteligência policial.

Foi bastante consensual a avaliação de que as ações conjuntas ou as operações planejadas são ineficazes. Tendo em vista que os criminosos apenas suspendem as suas atividades no período em que elas ocorrem.

18 <http://midiajur.com.br//storage/webdisco/2011/12/02/outros/7294be2930a335257b3c59e7c6ed1ff8.pdf>

19 <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/363014>

20 <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/081198/cidades2.htm>

Finalmente, houve crítica ao governo federal, que não vem ouvindo as outras esferas do governo e representantes da sociedade civil na formulação de políticas públicas destinadas à região, como a política de segurança pública para a fronteira, ora em curso.

Conclusão

Assim como nos outros municípios da região, Porto Espiridião foi, no passado, local de conflito de terras que amedrontava os seus moradores. Hoje a criminalidade local é muito baixa, mas os moradores se ressentem do estigma que recai sobre a cidade por estar próxima à fronteira. A atuação do tráfico de drogas e do contrabando ganha visibilidade com a presença do GEFron na fronteira próxima, que é vista positivamente pelos agentes públicos e operadores da segurança pública, e com algumas ressalvas por integrantes da sociedade civil. Embora o tráfico de drogas e o contrabando sejam apresentados como problemas da fronteira e não do município, foi identificado o envolvimento de moradores da elite da cidade com estes mercados ilegais. Há um sentimento muito forte de que os principais problemas da região sejam a falta de alternativa de emprego, de educação e lazer, e que isso vem tornando os jovens, principalmente, vulneráveis ao aliciamento das redes de tráfico de drogas que atuam no local.

Fotos do Município de Porto Espiridião

Entrada de Porto Espiridião



Fórum



Polícia Militar



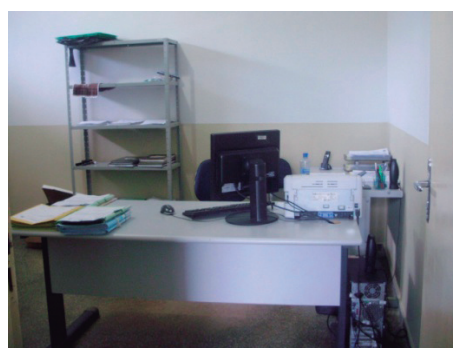
GEFron



Jogos Chiquitanos



Cartório da Polícia Civil



Rodovia MT 175



Rio Jauru

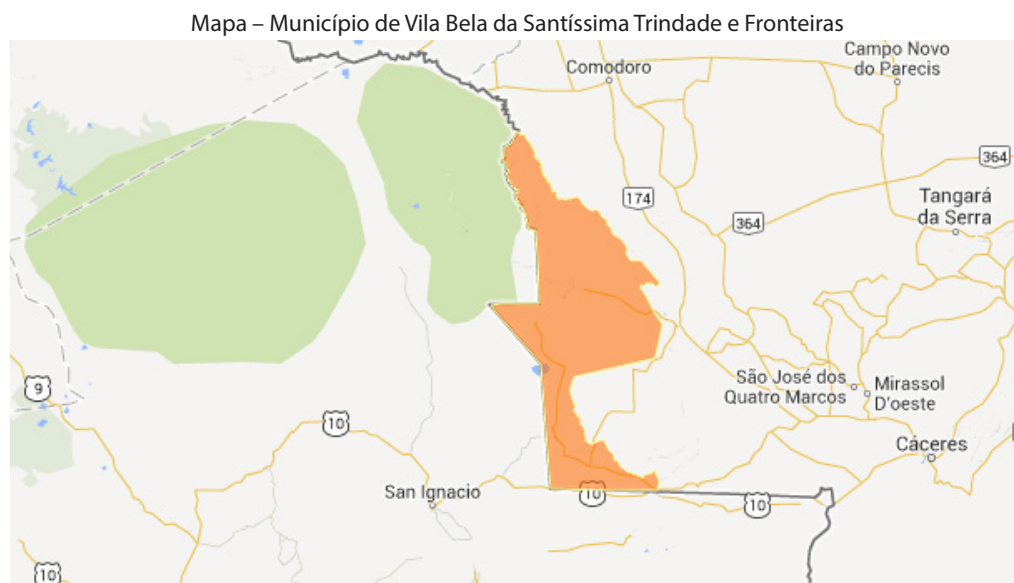


Vila Bela da Santíssima Trindade

Criada a Capitania de Mato Grosso, sua capital foi instalada em 19 de março de 1752, com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. Situada a 419 km da atual capital do Mato Grosso, Cuiabá, Vila Bela estabelece linha de fronteira a norte com Nova Lacerda e com Comodoro, a leste com Pontes e Lacerda, e a Sul e a oeste com a Bolívia. Em 2010, a sua população era de 14.493 habitantes.

Em Vila Bela foi realizada pesquisa qualitativa. Foram realizadas seis entrevistas, três delas com representantes das instituições de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Cadeia Pública de Vila Bela) e três delas com representantes da sociedade. Também foi realizado grupo focal com representantes da sociedade civil. Vale destacar que, além do material qualitativo produzido em Vila Bela, o presente relatório, principalmente nas suas três últimas seções, valeu-se também do material qualitativo produzido em Pontes e Lacerda. Optamos trabalhar de forma agregada com os dados das duas cidades uma vez

que, no que se refere às dinâmicas socioeconômicas e, principalmente, às práticas criminais transfronteiriças, as cidades têm uma íntima relação uma com a outra conforme veremos adiante. Em diálogo, os materiais permitem detalhar melhor tais dinâmicas das cidades.



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510550&search=mato-grosso|vila-bela-da-santissima-trindade>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Criada a Capitania de Mato Grosso, sua capital foi instalada em 19 de março de 1752, com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade.
Localização:
Área (2010): 13.420,978 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Nova Lacerda e com Comodoro, a leste com Pontes e Lacerda e em uma faixa que abrange a região sul e oeste com a Bolívia.
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2010): 14.493 habitantes
Densidade demográfica: 1,08 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,59
PIB (2010): R\$ 246.065,00
PIB per capita (2010):R\$ 16.980,57
IDH-M (2010):0,645
Gentílico:vila-belense
Instituições de segurança presentes no município: material não recebido até 23/09/2013.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 19 de março de 1752, foi criada a Capitania de Mato Grosso e sua capital instalada em 19 de março de 1752 com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. A descoberta de riquezas minerais na região do Rio Guaporé fez com que Portugal se apressasse em povoá-la, temendo que os vizinhos espanhóis fizessem o mesmo. Enquanto

foi capital, a cidade obteve um progresso muito grande devido aos investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais para os novos moradores. Todavia, em 1835, a capital do Estado é transferida para Cuiabá. Com a transferência da capital para Cuiabá, onde havia se formado um centro comercial, a cidade experimentou um claro declínio socioeconômico. Em 1878, a cidade que, havia passado a se chamar Mato Grosso, chegou até mesmo a ser extinta pela Assembleia Legislativa.

Atualmente, a economia da cidade está baseada na agropecuária de gado principalmente e, em menor grau, na agricultura de soja e no extrativismo mineral. Além disso, em razão da riqueza natural da cidade e de seus monumentos históricos, Vila Bela tem um alto potencial turístico que, entretanto, segundo os moradores, é subaproveitado em razão de falta de investimentos.

Diagnóstico da Segurança Pública em Vila Bela da Santíssima Trindade

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 14.770 habitantes
Homicídios (2012): 3
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e o Conselho Tutelar.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 1.641 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 1.343 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 14.770 habitantes				
Homicídios (2012): 3				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	10	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova, mas inadequada e precisando de reformas		Antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		3	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		2	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	2		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	2		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	11		4	
Colete antibalísticos	11		8	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	11		8	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		-	
Carabina	1		-	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		2	
Revólver	-		6	
Pistola	11		3	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente		Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	24		*	

Polícia Civil

Existe no município de Vila Bela da Santíssima Trindade uma delegacia. Segundo o agente entrevistado, o número de ocorrências atendidas pela delegacia é pequeno e o dia a dia de trabalho tranquilo e, embora existam ocorrências ligadas às práticas transfronteiriças, de modo geral, elas estariam ligadas a conflitos domésticos, frequentemente envolvendo o consumo de álcool e drogas. O entrevistado aponta a incongruência de as duas únicas viaturas em funcionamento serem caracterizadas, tornando a identificação dos policiais evidente de modo a dificultar o trabalho de investigação. Além disso, ele indica a precariedade dos equipamentos de que dispõe a delegacia, problema, entretanto, que teria sido parcialmente sanado com a chegada de equipamentos do ENAFRON.

No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet de 1gb. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Vila Bela da Santíssima Trindade utiliza sistemas de administração, tais como o de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, fichas de papel em fichários, além da divulgação pública e regular das estatísticas, e a inclusão no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e o Judiciário, e, segundo o representante da Polícia Civil, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Vila Bela da Santíssima Trindade, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil não apoia cotidianamente grupos de patrulhamento em operação na fronteira, embora, no ano de 2012, tenha participado do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e das Operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em Vila Bela da Santíssima Trindade

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	3
Roubo	10
Roubo de veículos	7
Furto	100
Furto de Veículo	8
Consumo de Entorpecentes	1
Tráfico de Entorpecentes	3

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

Há, no município, um destacamento da Polícia Militar subordinado ao 18º Batalhão situado em Pontes e Lacerda. Segundo o agente entrevistado, o número reduzido de policiais do batalhão impede o desenvolvimento de um trabalho mais efetivo. Segundo ele, a polícia local praticamente não atua na repressão aos crimes relacionados à situação de fronteira e aos crimes ambientais, que se dão na área rural da cidade, região bastante extensa que faz a fronteira imediata com a Bolívia. Ao mesmo tempo, quando precisam atender uma ocorrência em locais mais distantes, a cidade ficaria desguarnecida. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram dirigir embriagado e violência doméstica, esta última, muitas vezes, também relacionada ao consumo de álcool (tais ocorrências aumentariam nos fins de semana, quando ocorrem festas marcadas pelo consumo excessivo de álcool).

No Batalhão de Vila Bela da Santíssima Trindade, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), georreferenciamento de crimes, fichas de papel e fichários de ocorrência. São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 600kbp/s, segundo o entrevistado.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o IBAMA. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o GEFron. A Polícia Militar do município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Vila Bela da Santíssima Trindade, a Polícia Militar não realiza troca de informações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	**	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	**				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade tem uma comarca de entrância inicial com vara única. O entrevistado não especificou quantos juizados e varas especializadas em crimes e infrações existem na comarca. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais funcionando.

O entrevistado não respondeu se há internet na sede judiciária. Estima-se que por volta de 32 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de controle de armas e de recursos humanos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. Existe a produção e a divulgação pública e regular das estatísticas produzidas. O banco de dados não está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivo de gestão, tais como o Conselho da Comunidade. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantão do judiciário, mas não informaram quais seriam as operações.

Ministério Público

As quatro maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Vila Bela da Santíssima Trindade, segundo o representante entrevistado, são a falta de segurança no trabalho, a falta de recursos humanos, a falta de apoio do poder público municipal e a falta de recursos materiais. O Ministério Público do município vem produzindo estatísticas de denúncias desde 2007.

Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivos de gestão de segurança pública, tais como o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O entrevistado não soube responder se há participação do MP nas operações de fronteira (no plano estritamente processual) e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Vila Bela da Santíssima Trindade são a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. Segundo o entrevistado, a parceria a ser incrementada deveria ser com a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram denúncias e inquéritos civis de crimes ambientais, crimes derivados do tráfico de drogas e do roubo de motos. Na percepção do entrevistado, os cinco principais problemas do município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas, a imigração ilegal, disputa por terras e crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Não existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos, abandono e abuso ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e entra em divergência quando é abordado o fato de o município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos os representantes entrevistados concordam que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pois, segundo os representantes, há pouco contato entre a cidade e o país vizinho, a inexistência de estradas asfaltadas contribui para isso. Além disso, segundo eles, os investimentos feitos na cidade são pequenos, em razão de preconceitos referentes à fronteira. Representantes da Polícia Civil e Militar discordaram em que a posse de arma de fogo em Vila Bela da Santíssima Trindade seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Vila Bela da Santíssima Trindade foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, disputa por terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Vila Bela da Santíssima Trindade

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, de veículos, a transeunte, de bicicletas e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples e a mediante sequestro;

o falso sorteio, concurso ou premiação, o cheque sem fundos, as fraudes em operações imobiliárias e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflito por propriedades. Já as cinco causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, conflitos de terra, acerto de contas entre criminosos, conflito legal com a polícia e acidentes de trânsito por embriaguez ou imprudência. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Vila Bela da Santíssima Trindade sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil.

Os crimes mais frequentes que comparecem a julgamento são: furto, homicídio e tráfico de drogas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as infrações que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

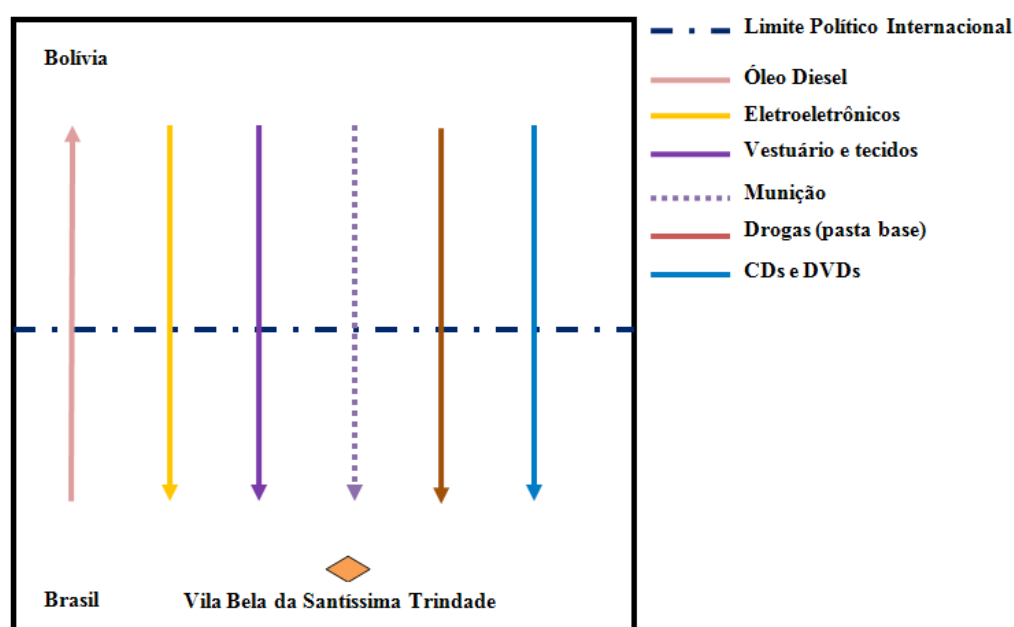
A região na qual se situada Vila Bela da Santíssima Trindade é reconhecidamente “porta de entrada” de drogas, sobretudo pasta base, provindas da Bolívia, assim como, em uma intensidade sensivelmente menor, armas e mercadorias diversas. Ainda assim, embora seja estratégica do ponto de vista geográfico, uma vez que faz fronteira direta com a Bolívia, e embora tenha experimentado um sensível aumento do tráfico no varejo e do consumo de drogas nos últimos anos, Vila Bela se caracteriza mais como uma rota de passagem na qual o tráfico não produz muitos efeitos; o papel de articulador do tráfico fica mais a cargo de Pontes e Lacerda e é lá que se sentem mais diretamente seus efeitos econômicos e violentos.

Os moradores são unânimes ao caracterizar Vila Bela como uma típica cidade do interior: tranquila e pacata. Ainda assim, segundo os moradores, uma mudança vem se desenhando nos últimos anos: o tráfico no varejo e consumo estariam crescendo na cidade, uma pequena parcela da droga que entra por Vila Bela seria comercializada na cidade, sendo os jovens os principais compradores. Além disso, juntamente com a pasta base, os jovens estariam aumentando também o seu consumo de álcool. Segundo os moradores, pequenos furtos seriam cometidos pelos usuários para a manutenção do uso. Embora considerem Vila Bela uma cidade segura, os moradores insistem na precariedade das instituições de segurança pública e na necessidade de uma presença mais efetiva das forças de segurança. Fala-se também da promiscuidade entre as forças de segurança locais e a criminalidade, muitos dos esquemas de tráfico contam com a participação ativa de membros das forças de segurança.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A situação de fronteira de Vila Bela da Santíssima Trindade pouco influi nas suas dinâmicas econômicas e sociais. Os contatos de Vila Bela com a Bolívia são bastante escassos. Ambos os lados da fronteira têm características basicamente rurais, o lado brasileiro constituído de grandes fazendas e o lado boliviano de pequenos vilarejos. Santa Cruz, centro urbano boliviano mais próximo de Vila Bela, fica a aproximadamente 900 quilômetros de distância, de modo que as vantagens econômicas oferecidas pelos baixos preços bolivianos diluem-se no alto custo da viagem. Ao mesmo tempo, as estradas que ligam um país a outro são bastante precárias. Além da distância, os morares apontam dificuldade de o comércio se dar de forma legal, em função da ausência de acordos comerciais entre Brasil e Bolívia, que está fora do Mercosul e, mais diretamente, da inexistência de uma aduana. Ainda assim, é comum que Bolivianos atravessem a fronteira para adquirirem gêneros alimentícios do lado brasileiro. No sentido inverso, muitas mercadorias são trazidas da Bolívia para o Brasil, tais como madeira, roupas, acessórios, eletrodomésticos, pneus, cigarros, brinquedos, perfumes, etc. A entrada da maior parte delas configura os crimes de contrabando e descaminho. Uma parte dessas mercadorias é comercializada na própria cidade, principalmente em lojas especializadas nesse tipo de produto, mas em quantias pequenas, sem efeitos estruturantes para a economia local. Como dissemos antes, para o tráfico de drogas de grande porte, Vila Bela é apenas uma rota de passagem. E o tráfico no varejo, voltado para os consumidores locais, tem relevância pequena para o município. As autoridades locais identificam menos de uma dezena de pontos de vendas de drogas alegando a dificuldade de desbaratá-los (de alguma maneira, os traficantes locais são avisados das operações e, assim, quando a polícia chega ao local, tudo aquilo que poderia incriminá-los já não se encontra ali). Fala-se também em um sistema de entrega por motos.

Fluxograma de Mercadorias Vila Bela da Santíssima Trindade/Bolívia



Principais ilícitos transfronteiriços

Voltadas, sobretudo, para a pecuária e, mais recentemente e em menor medida, para o plantio de soja, as fazendas que compõem a fronteira entre Vila Bela da Santíssima Trindade e o lado boliviano são por onde ingressam as mercadorias lícitas e ilícitas providas da Bolívia. A droga é transportada em aviões de pequeno porte: os aviões desceriam em pistas de pouso ilegais abertas nas fazendas – forma que, segundo os entrevistados, estaria se tornando menos frequente – ou então fariam o arremesso de sacos (cuidadosamente embalados, para que suportem o impacto da queda) contendo em torno de 40 quilos cada, em locais previamente combinados, onde são então recolhidos em caminhonetes ou enterrados para que posteriormente sejam resgatados. Uma vez que o transporte por avião traz consigo grandes carregamentos, é comum que diferentes traficantes estabeleçam um “consórcio” para financiarem a vinda da droga²¹. As drogas são também transportadas por meio de “cabriteiras” – estradas vicinais e, portanto, não fiscalizadas – que entrecortam as fazendas. Pela via terrestre, a droga entra também em pequenas quantias e, neste caso, o transporte da droga pode ser feito até mesmo a pé, numa travessia que, dependendo do meio de transporte utilizado, pode durar de 3 horas a 2 dias. As “mulas” recebem entre R\$ 300 e R\$ 500 por quilo transportado. Sem especificidades, os entrevistados falam ainda na entrada da droga por meio de pequenos barcos. Com as drogas, mas em menor quantidade, entram também armas – seria relativamente frequente na cidade o uso de armamento de uso exclusivo das forças de segurança.

Desconfia-se que alguns dos fazendeiros tenham a fazenda apenas como fachada para a lavagem de dinheiro provindo do tráfico. Ao mesmo tempo, alguns moradores referem-se à possibilidade de que o fazendeiro desconheça a entrada de drogas por suas terras ou que, conhecendo, prefira não intervir. Agentes da força pública dizem que uma das formas de transporte da droga é debaixo do assoalho de caminhões que transportam gados, porém, diariamente, em torno de 30 a 50 caminhões transitam pelas estradas que passam pela cidade, uma quantidade evidentemente maior do que aquela que pode ser fiscalizada pelas forças públicas locais, com pequeno efetivo e recursos precários.

Embora parte da droga fique na região, a maior parte dela segue em viagens mais longas, tendo como destino desde a capital, Cuiabá, e o restante do estado, até diversas regiões do País e até mesmo o exterior. As rotas conduzem tanto para as regiões Norte e Nordeste, indo para estados como o Pará, o Maranhão, a Bahia, como para o Sudeste, indo para São Paulo e o Rio de Janeiro. Um dos entrevistados fala de um desvio recente por meio da rota que passou a evitar a passagem pela capital, indo para as cidades de Nova Mutum e Guaratã do Norte, no norte do estado.

21 <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/08/pf-apreende-443kg-de-cloridrato-de-cocaina-arremessada-de-aviao-em-mt.html>

Os articuladores da entrada da droga se concentram principalmente em Pontes e Lacerda. Operações da Polícia Federal de apreensões de drogas e de prisão de traficantes indicam que, na maior parte dos casos, estes são moradores de Pontes e Lacerda, alguns dos quais fazendo parte da elite local²². Muitos entrevistados se dizem surpresos pela prisão de alguns dos articuladores do tráfico, que, como membros distintos da sociedade, alguns deles participam até mesmo de comunidades religiosas, não despertavam suspeitas dos demais moradores. Apesar das grandes quantias de drogas apreendidas, a percepção local é a de que tais traficantes seriam de médio porte, os maiores traficantes não estão situados na cidade. Fala-se da conjugação de traficantes com facções criminosas dos grandes centros – Primeiro Comando Capital (PCC) e Comando Vermelho –, mas é difícil estabelecer os termos da conexão desses traficantes com o restante da cadeia do tráfico, isto é, se os traficantes locais são membros diretos dos grupos que redistribuem o tráfico nos grandes centros do país, ou se apenas revendem a droga para estes grupos. Segundo um dos entrevistados, recentemente foi preso um membro do PCC na região. Além disso, segundo dirigente da penitenciária de Pontes e Lacerda, existem presos em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Maranhão pedindo para serem transferidos para a cadeia local.

Além do tráfico, os moradores relatam o contrabando e descaminho de mercadorias diversas, tais como madeira, roupas, acessórios, eletrodomésticos, pneus, cigarros, brinquedos, perfumes, etc. O ingresso dessas mercadorias parece operar de forma independente do tráfico. Ainda que alimentem uma região mais ampla que a de fronteira, chegando mesmo a Cuiabá e, às vezes, a outros estados, o contrabando e o descaminho atenderiam, sobretudo, ao mercado local. As mercadorias entrariam seja pelas estradas vicinais abertas pelo tráfico de drogas, seja pelas estradas asfaltadas por meio de propinas dadas aos agentes das forças públicas. Em alguns casos, parece haver pessoas, especialmente brasileiros, que, nos pequenos vilarejos, comercializam as mercadorias trazidas de Santa Cruz, encurtando a distância.

Segundo os entrevistados, as polícias Militar e Civil contariam com um efetivo reduzido e estariam mal aparelhadas. Os mesmos reclamam da pouca atuação do GEFron, assim como do Exército e da Polícia Federal. No que se refere às polícias Militar e Civil, o problema mais gritante é o de falta de efetivo. Os entrevistados partilham um entendimento em torno da dificuldade de fixar os policiais nas cidades de fronteira.

No caso das polícias civil e militar, a repressão ao tráfico é feita de uma maneira bastante esporádica, por causa da impossibilidade de realizar investigações mais extensas no caso da primeira e da impossibilidade de realizar um policiamento ostensivo no caso da segunda. Às vezes, a apreensão de grandes quantias de drogas se dá por meio de acasos, como a queda dos pequenos aviões, ou à denúncia de algum morador relativa

²² <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/07/mp-denuncia-45-por-narcotrafico-na-area-de-fronteira-de-mt-com-bolivia.html>

a determinadas atividades²³. No caso da Polícia Federal, e embora a instituição tenha tido uma atuação frequente na região nos últimos tempos, a sua atuação é percebida como esporádica e incapaz de reprimir o tráfico, que voltaria a operar tão logo agentes da instituição deixam o local. A atuação do GEFron estaria limitada à garantia da segurança do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA). Os moradores demandam ainda a presença do Exército na região de fronteira.

Conclusão

Embora Vila Bela da Santíssima Trindade seja rota de passagem do tráfico de drogas e armas, além de contrabando e descaminho de mercadorias, o esquema de tráfico de mercadorias legais e ilegais que passa pela cidade não é agenciado a partir dela e tampouco tem efeitos nas suas dinâmicas sociais e econômicas. De algum modo relacionado ao tráfico de grande porte, nos últimos anos, nota-se o crescimento do tráfico no varejo e do consumo de drogas, aos quais supostamente estariam relacionados a pequenos furtos praticados pelos usuários para, deste modo, manter seu consumo – um processo, entretanto, com poucos efeitos para a cidade. Os principais problemas com os quais lidam as forças de segurança pública são violência doméstica e transgressões das leis de trânsito, ambas conservando alguma relação com o consumo de álcool.

Fotos das Instituições e do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade

Cadeia Pública



Centro de Referência de Assistência Social



Conselho Tutelar



Fórum



Polícia Militar



Polícia Civil



²³ <http://reportermt.com.br/policia/policia-apreende-40kg-de-cocaina-arremessados-de-aviao-em-mt/2608>

Rio Guaporé (que corta a cidade)



Barra do Bugres

Mapa – Município de Barra do Bugres e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=mato-grosso|barra-do-bugres>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei 545 de 31/12 /43.
Localização:
Área (2010): 6.060,201 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Tangará da Serra, a sudeste com Porto Estrela, a sul com Cáceres, Lambari D'Oeste, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Araputanga e com Jauru e a oeste com Pontes e Lacerda.
População (2010): 31.793 habitantes
Densidade demográfica: 5,25 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 481.374,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.499,19
IDH-M (2010): 0,693
Gentílico: barrense
Homicídios (2011): 34,23/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Conselho Municipal de Segurança Pública e a Justiça.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Antigo distrito de Cáceres, a história do povoamento de Barra do Bugres está intimamente ligado àquele município, que teve início com as penetrações levadas a efeito no Rio Paraguai pelas primeiras bandeiras que subiram o grande rio até suas cabeceiras e posteriormente, com a fundação de Vila Maria, iniciou-se efetivamente o povoado da extensa zona que compreendia aquela parte da capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

Se Cáceres evoluiu freneticamente, graças aos cuidados que lhe dispensou o Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres 4º, Governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, o mesmo não aconteceu com a região que hoje compreende o município de Barra do Bugres, que ficou isolada, sem mesmo ter as vantagens que decorriam da estrada pioneira Vila Bela da Santíssima Trindade.

Somente em 1878, chegaram os primeiros povoadores da zona onde se plantariam os fundamentos da atual cidade de Barra do Bugres. Naquele ano chegou ali PEDRO TORQUATO LEITE ROCHA, procedente de Cuiabá, acompanhado de familiares. Ergueu rancho, iniciou o cultivo de produtos de subsistência, e cuidou de explorar as cercanias do local em busca da preciosa poaia com resultados satisfatórios. Um ano depois precisamente em 1879, chegavam ali PACOAL DE OLIVEIRA CABRAL, que, como seu predecessor, trazia consigo camaradas e praieiros. E assim continuou o povoamento de Barra do Bugres, engrossando ainda mais com a chegada de: NICOLAU GOMES DA CRUZ, MAJOR JOSÉ CASSIANO CORREA, CAPITÃO TIBURCIO VALERIANO DE FIGUEIREDO (ex Comandante da Guerra do Paraguai, terminada em 1870), MANOEL DE CAMPOS BORGES e vários outros. Apoiaram-se na Barra onde há o cruzamento das águas do Rio dos Bugres com a correnteza turvosa do Rio Paraguai, cuja forma (V) da vitória reflete a beleza da natureza num reboliço de cores de águas se misturando, da relva verde dos montes escuros e do céu azul. Nesse lugar acamparam, protegendo-se das intempéries e dificuldades e dos possíveis ataques das tribos da região pertencentes aos UMUTINAS OU BARBADOS. Mais tarde outros exploradores adentraram a região e descobriram outras potencialidades que aqui existiam além da ipecacuanha, como madeiras de lei, borracha nativa, diamante e ouro.

Em 8 de abril de 1896, é criada a Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres, sob a Lei n.º 145, o nome foi escolhido pelos povoadores, com jurisdição em São Luiz de Cáceres, fortalecendo então o já existente núcleo populacional.

Grandes eram as festas de Espírito Santo e de Santa Cruz. Uma cavalaria passava de casa em casa com o programa da festa. O pessoal da cavalaria ia mascarado, menos um, José de Campos Borges, que lia os programas da festa. Os cavalos também iam fantasiados. Nestas festas mais bem organizadas havia leilões, quermesses e quadrilhas.

Em 1910, o Governo do Estado, por meio da Assembleia Legislativa, desapropriou das terras de Manoel de Campos Borges 2.000 hectares de terra para a formação do patrimônio e povoamento de Barra do Bugres (Lei n.º 541).

A intensa procura da poaia transformou em pouco tempo o vilarejo em adensado urbano sempre acrescido por novos forasteiros, que ali vinham buscar fixação. Com a desvalorização dos preços da ipeca, e borracha, decaiu a produção e segue um novo ciclo caracterizado pela extração de madeiras.

Em 1926, os revoltosos da coluna Prestes escreveram aquela que seria uma triste página na história do município. Pelo menos quinze homens perderam a vida em Batalha às margens do Rio Paraguai, tentando defender a cidade; não conseguiram e a vila foi saqueada e incendiada.

O povoamento passa ser um centro comercial e industrial com base na exploração e processamento de madeiras, principalmente o cedro e a peroba, o crescente resultado na exploração das riquezas vegetais do Distrito ficou efetivada por meio de decreto em dezembro de 1940, com a criação de uma Coletoria de Rendas Estaduais, comprovando o volume de bens ali gerados.

Em 31/12/43, a Lei 545 criava o município de Barra do Bugres. O novo município foi instalado a 19 e abril de 1944, coroando a êxito os esforços barrabugrenses, tendo sido nomeado para ocupar a Prefeitura Municipal o professor Alfredo José da Silva.

Em 1948, foram empossados os primeiros vereadores no município, eleitos por sufrágios (votos). Sendo eles: Claret Otaviana Dias, Pedro de Campos Borges, Tito José Parada, Aureliano Maximiniano de Jesus, Almicar Josseti, João Arantes de Souza, Antonio Liria Passos.

E neste mesmo dia toma posse o primeiro prefeito eleito, JOAQUIM MARIANO DE MIRANDA. Aos habitantes do município dá-se a denominação de "BARRENSES" ou "BARRABUGRENSES".

A vida econômica foi transformada com a vinda de colonos de Minas Gerais, São Paulo e do Ceará, trazendo alterações no plano agrícola, porém a pecuária ocupa lugar de destaque nesse período mais recente da economia.

Fonte: IBGE – Cidades- Histórico

Diagnóstico da Segurança Pública em Barra do Bugres

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	32.464 habitantes
Homicídios (2012):	5
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Conselho Municipal de Segurança Pública, a Justiça e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 para 1.559 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 para 2.164 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	32.464 habitantes			
Homicídios (2012):	5			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	14	Praças	26
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas e em boas condições		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	11		5	
Impressora	1		3	
Telefone fixo	12		2	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	1		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	3		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	4	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	1	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		-	
Rádio em viaturas (digital)	2		3	

Rádio em viaturas (analógico)	-	-
Rádio portátil (HT)	-	8
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	41
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	6	5
Colete antibalísticos	6	-
Escudos	-	-
Capacetes	-	4
Placa balística	-	16
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	1	-
Espingarda	2	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	1
Revólver	-	17
Pistola	-	8
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	6	*
Média de presos/mês	30	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	32	*

Existe no município de Barra do Bugres uma delegacia onde atuam 14 agentes. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Barra do Bugres utiliza sistemas de administração, como de estoque, de controle de viaturas e controle de armas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências. Há inclusão de dados no Infoseg.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em Barra do Bugres

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	5
Roubo	100
Roubo de veículos	23
Furto	533
Furto de Veículo	61
Consumo de Entorpecentes	16
Tráfico de Entorpecentes	17

Polícia Militar

No Batalhão de Barra do Bugres, atuam dois oficiais e 26 praças. Nele sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de estoque, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o GEFron. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Barra do Bugres foi criado no ano de 2008, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, tráfico de drogas e envolvimento de jovens na criminalidade. O Conselho Municipal de Segurança de Barra do Bugres recebe demandas da comunidade por meio dos integrantes do Conselho, pela polícia, por outros representantes e lideranças da comunidade e pela participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais, envolvimento com atividades ilegais e falta de efetivo e veículos. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em relação à comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações, a falta de confiança no policial e o descrédito no trabalho preventivo. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e falta de condições de trabalho das polícias civis e militares. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juizes	3	Promotores	2	Conselheiros	4
	Funcionários	46				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reforma		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reforma		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Barra do Bugres tem uma comarca de entrância intermediária com vara mista (júri, Lei Maria da Penha, infância e juventude e execução penal. São 1 juizado especial criminal, 3 varas criminais, 1 vara de execução penal, 1 vara de infância e juventude e 1 juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha.

Há internet com velocidade entre 1 e 2 Gb/s. Estima-se que, por volta de 75 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente.

Os juizes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializado na Infância e Juventude. O entrevistado informou que a estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de 60, a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto é de 46. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são a prefeitura e o conselho tutelar. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

Pelo menos, desde o ano de 2009, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal participam do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Barra do Bugres são a Polícia Militar e a Polícia Civil. Os três principais problemas no município são nesta ordem: contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente no município de Barra do Bugres. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a maioria dos entrevistados, a proximidade com a fronteira é um fato negativo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados das polícias Civil e Militar concordaram que a posse de arma de fogo em Barra do Bugres é mais frequente do que em outros municípios, os outros entrevistados discordaram disso. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Barra do Bugres foram assinalados: disputa por terras, crimes ambientais, contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infanto-juvenil e imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Barra do Bugres

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	**	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, à motocicleta e ao comércio, sendo citado também o furto de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: extorsão simples, extorsões mediante roubo ou furto de veículo, falso sorteio, concurso ou premiação, fraudes pelo telefone (falso sequestro), fraude contra o comércio e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais ou crime organizado; foi citado também o conflito por uso de drogas. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acerto de contas entre criminosos, em brigas de bar, em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Barra do Bugres sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: roubo, furto e tráfico, resultando os três, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Campos de Júlio

Mapa – Município de Campos de Júlio e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510268&search=mato-grosso|campos-de-julio>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 6.561, de 28 de novembro de 1994.
Localização: Centro-Oeste do Brasil (Arco Central)
Área (2010): 6.801,857 km ²
Fronteiras, divisas e limites: Municípios de: Comodoro, Sapezal, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Nova Lacerda.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 5.154 habitantes
Densidade demográfica: 0,76 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,62
PIB (2010): R\$ 395.401,00
PIB per capita (2010): R\$ 78.780,92
IDH-M (2010): 0.744
Gentílico: campo juliense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Esta área, antes de ser colonizada, foi povoada pelos índios Nambikwára e pelos Ená-wenê-nawê, embora, atualmente, não haja área indígena nos limites do município. O início da colonização deu-se por meio da atuação de Valdir Massuti, que trouxe à região, na década de 1980, dezenas de famílias sulistas. Formou-se um povoado, tendo a sua volta milhares de hectares de plantações de soja, a economia que sustenta a região. A Lei Estadual nº 5.000, de 13 de maio de 1986, criou o distrito de Campos de Júlio, sancionada pelo governador Júlio José de Campos. A Lei Estadual nº 6.561, de 28 de novembro de 1994, criou o município de Campos de Júlio, o desmembrando do município de Comodoro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio.

Com base no trabalho de campo, foi apurado que a população do município é flutuante e sazonal, em decorrência das lavouras de grão, da usina de cana-de-açúcar e da construção de pequenas centrais hidrelétricas, chegando a ter, no momento de pico, o dobro da população. Esse desequilíbrio populacional, segundo os operadores entrevistados, acarreta problemas como a prostituição, a exploração sexual, um maior consumo de álcool e de drogas, e, conseqüentemente, mais violência e mais delitos.

Diagnóstico da Segurança Pública em Campos de Júlio

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	5.494 habitantes
Homicídios (2012):	2
Instituições de segurança:	a Polícia Militar, a Justiça e o Conselho Tutelar
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 para 610 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	-

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) =	5.494 habitantes	
Homicídios (2012):	2	
	Polícia Militar	
Unidades	1 batalhão, 1 unidade e 1 posto fixo	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	2	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	-	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	1	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	

Equipamentos de interceptação em ambiente	-
Notebooks	-
Arquivos em ficha de papel	2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar
Algemas	3
Colete antibalísticos	-
Escudos	-
Capacetes	-
Placa balística	5
Outros	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	5
Carabina	-
Espingarda	1
Metralhadora	-
Submetralhadora	-
Fuzil	1
Revólver	3
Pistola	3
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar *

Polícia Militar

No Batalhão de Campos de Júlio, são utilizados sistemas de informação para a divulgação pública e regular das estatísticas, a inclusão destas no Infoseg, e o controle dos dados criminais por meio de planilhas e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 2 GB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas, crimes contra o patrimônio e contra as pessoas. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Campos de Júlio, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente no município de Campos de Júlio. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: violência doméstica, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual. Segundo a entrevistada, a cidade é tranquila e pacata, sendo dignos de registro os pequenos furtos cometidos por adolescentes usuários de álcool e drogas.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O representante da Polícia Militar discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A instituição também considera que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pela violência gerada e despesas para os setores públicos, como hospitais, segurança pública, etc. O entrevistado concorda que a posse de arma de fogo em Campos de Júlio é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando e tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção do entrevistado da Polícia Militar, os crimes mais frequentes foram furtos, extorsões e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Campos de Júlio

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são ao comércio, de veículo e à residência, sendo citados também os furtos de equipamentos agrícolas. Quanto aos roubos, os mais frequentes são: a transeunte, a estabelecimento comercial e à instituição financeira. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e o cheque sem fundos. Os tipos de extorsão citados foram o simples e o falso sequestro, via telefone. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos, em ordem de importância, foram: em brigas de bar, em situação doméstica e em conflito legal com a polícia. Entre os crimes sexuais, considera-se que os dois mais frequentes em Campos de Júlio são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são violência doméstica, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Mirassol D`Oeste

Mapa – Município de Mirassol D`Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510562&search=mato-grosso|mirassol-d'oeste>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 3.698, de 14 de maio de 1976.
Localização:
Área (2010): 1.076,358 km ²

Fronteiras, divisas e limites: a faixa que abrange a região noroeste e norte com São José dos Quatro Marcos, a norte com Rio Branco e com Lambari D'Oeste, a sul com Cáceres e ao sudoeste com Glória D'Oeste.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 25.299 habitantes
Densidade demográfica: 23,5 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 395.174,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.600,43
IDH-M (2010): 0,704
Gentílico: miradolense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Foi Antônio Lopes Molon que fundou o núcleo que deu origem ao atual município de Mirassol d'Oeste. Por volta de 1958, Molon começou a interessar-se por terras em Mato Grosso. Com espírito aventureiro, investiu todo o seu capital nesta região, requerendo terras devolutas por meio do Departamento de Terras do Estado. A seguir decidiu dividir a gleba em lotes rurais e urbanos. Molon montou um escritório de venda de terras, no local da futura Mirassol de Mato Grosso. Para melhor gerir os negócios, associou-se a Mário Mendes, José Lopes Garcia, Nírcia Lopes d'Áuria e Paulo Mendonça. Os negócios progrediram e o escritório de vendas de lotes, antes restrito à pequena localidade, teve de ser ampliado. Mudou-se para Cuiabá. As vendas estouraram e muita gente afluiu ao lugar. A cidade ganhou esta denominação em homenagem aos familiares de Molon, que residiam na cidade de Mirassol, no Estado de São Paulo.

O patrimônio foi oficialmente fundado em 28 de outubro de 1964. O município com o nome de Mirassol d'Oeste foi criado pela Lei Estadual nº 3.698, de 14 de maio de 1976. O termo "d'Oeste" foi acrescentado para que não fosse confundido com o município de Mirassol, no Estado de São Paulo.

Fonte: IBGE – Cidades – Histórico–Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste

Diagnóstico da Segurança Pública em Mirassol D'Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 25.684 habitantes
Homicídios (2012): 4
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, o Conselho Tutelar e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 1835 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 734 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 25.684 habitantes				
Homicídios (2012): 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	13	Praças	33
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		5	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	4	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	7		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	3		3	
Rádio portátil (HT)	2		5	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	3		-	
Arquivos em ficha de papel	5		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	10		20	
Colete antibalísticos	9		10	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		20	

Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	10
Carabina	2	-
Espingarda	3	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	1
Revólver	1	10
Pistola	12	16
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	20
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Tipos suficientes mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	1	*
Média de presos/mês	3	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	142	*

Polícia Civil

Existe no município de Mirassol D'Oeste uma delegacia em que atuam 13 agentes. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Mirassol D'Oeste utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de armas, de munição, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Faz-se também pesquisa no Tribunal de Justiça e no DETRAN dos estados de Goiás e Piauí. Há inclusão de dados no Infoseg, e, desde 2009, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular, mas o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Mirassol D'Oeste, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Mirassol D'Oeste não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, mas, no ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em Mirassol D'Oeste

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	1
Roubo	67
Roubo de veículos	12
Furto	420
Furto de Veículo	31
Consumo de Entorpecentes	11
Tráfico de Entorpecentes	8

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

No Batalhão de Mirassol D'Oeste, estão em uso sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de protocolos e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Não se produz estatísticas nesta unidade. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade não foi informada. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furtos à residência e de agressões domésticas enquadradas na Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário; porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Corpo de Bombeiros. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o GEFron. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de outro coletivo não especificado. Em Mirassol D'Oeste, a Polícia Militar não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinelas.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Mirassol D'Oeste foi criado em 16 de abril de 2010; não existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são mensalmente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, o tráfico de drogas e o envolvimento de jovens na criminalidade. Apenas os conselheiros representantes da sociedade civil participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Mirassol D'Oeste recebe demandas da comunidade primeiramente por meio de integrantes do Conselho, depois pela participação direta dos cidadãos. As

principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são a demora em atender às ocorrências criminais, o abuso de autoridade e a abordagem truculenta. Não foram assinaladas queixas dos policiais militares em relação à sociedade civil. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado não respondeu se, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	47				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Mirassol D'Oeste tem uma comarca de entrância intermediária com varas mistas e especializadas separadas. Não foi informada a quantidade de veículos oficiais que a sede dispõe.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que por volta de 30 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, e de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais não é divulgada publicamente.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, mas não foram especificadas quais ou de que forma.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializada na Infância e Juventude, assim como promotoria e uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Conselho Tutelar.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Mirassol D'Oeste, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de recursos materiais, a falta de recursos humanos e a comunicação deficiente com os outros órgãos. Desde o ano de 2009, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Conselho Municipal e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Participam também de alguma maneira, das operações de fronteira; o entrevistado não soube afirmar se participa do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Mirassol D'Oeste são a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. O entrevistado acredita que as parcerias com o Ministério Público Federal e com o GEFron deveriam ser incrementadas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e a imigração ilegal.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Mirassol D'Oeste. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: envolvimento com ato infracional, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Técnicos	1
	Terceirizados	2
	Analistas-tributários	-
Qualidade das instalações internas	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Adequadas	

A Receita Federal de Mirassol D'Oeste não dispõe de veículos oficiais. Há internet, com velocidade de 1 GB/s. A Receita Federal de Mirassol D'Oeste não participa de coletivos de segurança pública. No ano de 2012, não foram realizadas operações da Receita Federal neste município.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Não houve consenso entre os entrevistados quanto à afirmação de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município. Mas todos concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria não acredita que a proximidade com a fronteira seja positiva para o desenvolvimento econômico do município; alegam que o país vizinho não é desenvolvido e que a fronteira é uma porta de entrada para drogas, o que seduz os jovens para um mercado de trabalho ilícito. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Mirassol D'Oeste seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Mirassol D'Oeste foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, disputa por terras, mineração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Mirassol D'Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinasa funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, ao comércio e de motocicletas; quantos aos roubos foram citados a transeuntes, a estabelecimentos comerciais e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: fraude contra o comércio, fraudes financeiras, pequenos golpes populares e falso sorteio ou premiação; quanto à extorsão foram citadas a de tipo simples e mediante furto ou roubo de veículos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também conflitos em festivais locais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e crimes eventuais. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Mirassol D'Oeste sejam: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil. Os

crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico, roubo e furto; resultando frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Nova Lacerda

Mapa – Município de Nova Lacerda e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510618&search=mato-grosso|nova-lacerda>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 6.722, de 26 de dezembro de 1995.
Localização:
Área (2010): 4.735,085 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Comodoro, a leste com Campos de Júlio, a sul com Pontes e Lacerda e uma faixa com Vila Bela da Santíssima Trindade que se estende de sul a região oeste.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2010): 5.436 habitantes
Densidade demográfica: 1,15hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 105.924,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.368,08
IDH-M (2010): 0,636
Gentílico: novo-lacerdenses
Homicídios (2011): 0,0/100.000 habitantes

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O topônimo Nova Lacerda é homenagem ao advogado e político José Lacerda, natural de tradicional família de Cáceres, em Mato Grosso. A denominação da cidade foi dada pelo paraguaio Rafael Villalva, pioneiro da localidade. O termo “Nova” foi acrescentado para diferenciá-lo do topônimo Pontes e Lacerda, município vizinho,

comumente chamado de Lacerda pelos viajantes e pelos moradores do lugar, e não pelo nome completo Pontes e Lacerda. O município de Nova Lacerda foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.722, de 26 de dezembro de 1995, com território desmembrado dos municípios de Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Fonte: Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos Vicente Ferreira–Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM.

Diagnóstico da Segurança Pública em Nova Lacerda

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 5.648 habitantes
Homicídios (2012): 3
Instituições de segurança: a Polícia Militar e o Conselho Tutelar
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 1.129 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 1558 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012): 5.648 habitantes		
Homicídios (2012): 3		
	Polícia Militar	
Unidades	-	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	3	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
	Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	1	-
Embarcação sem motor	-	-

Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	2	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	10	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	2	
Colete antibalísticos	4	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	4	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	3	
Carabina	-	
Espingarda	1	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	-	
Fuzil	1	
Revólver	3	
Pistola	2	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim	
Capacidade	2	
Média de presos/mês	-	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Polícia Militar

Há um posto fixo da Polícia Militar em Nova Lacerda. Nesse posto não são utilizados sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas e controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e uso de fichas de papel e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, não foi informada a velocidade da conexão da unidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram tráfico de entorpecentes, receptação, furto de veículo, furto e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil localizada em Comodoro, sede da Comarca que, segundo ele, deveria ser mais bem equipada. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o GEFron. Porém, não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Nova Lacerda, a Polícia Militar não tem uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	1
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no município de Nova Lacerda. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; dificuldade no relacionamento com o Ministério Público e dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: envolvimento com ato infracional, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O entrevistado discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para o entrevistado da Polícia Militar, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pois os problemas decorrentes são maiores com destaque para o tráfico de entorpecentes e o furto de veículos. O entrevistado

concorda que a posse de arma de fogo em Nova Lacerda é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Nova Lacerda foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Nova Lacerda

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e de veículo, sendo citado também o roubo a instituições financeiras. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se ser o mais frequente em Nova Lacerda o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as ocorrências que compõem com maior frequência no Conselho Tutelar são abuso sexual ou exploração sexual, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

São José dos Quatro Marcos

Mapa – Município de São José dos Quatro Marcos e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510710&search=mato-grosso|sao-jose-dos-quatro-marcos>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 4.154, de 14 de dezembro de 1979.
Localização:
Área (2010): 1.287,882 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Indiavaí e Araputanga, a nordeste com Rio Branco e Lambari D'Oeste, a sudeste com Mirassol D'Oeste, a sul com Glória D'Oeste e a oeste com Figueirópolis D'Oeste.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2010): 18.998 habitantes
Densidade demográfica: 14,75 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 245.543,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.948,53
IDH-M (2010): 0,719
Gentílico: quatro-marquense
Homicídios (2011): 15,84/100.000 habitantes

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

As origens do município vêm dos projetos de colonização implantados por particulares. Em 1962, Zeferino José de Matos adquiriu extensa área de terras da Imobiliária Mirassol, tornando-se o grande pioneiro do lugar. Devido aos quatro marcos no centro do loteamento, o lugar tomou o nome de Quatro Marcos, sendo acrescentado, posteriormente, o nome de São José, o santo da devoção da comunidade. A Lei nº 3.934, de 4 de outubro de 1977, criou o distrito de São José dos Quatro Marcos. A Lei Estadual nº 4.154, de 14 de dezembro de 1979, criou o município, com a denominação simplificada para Quatro Marcos. A população, incentivada pelo padre Jorge, interveio e exigiu o nome completo, São José dos Quatro Marcos, conseguindo o objetivo por meio da Lei nº 4.637, de 10 de janeiro de 1984.

Fonte: Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos Vicente Ferreira–Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM.

Diagnóstico da Segurança Pública em São José dos Quatro Marcos

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 18.894 habitantes
Homicídios (2012): 6
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Conselho Municipal de Segurança Pública e a Justiça.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 1050 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 2.362 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 18.894 habitantes				
Homicídios (2012): 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	7	Praças	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas precisando de reformas		Antigas mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas precisando de reformas		Antigas mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		3	
Impressora	1		2	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	2		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	6		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	8		4	
Colete antibalísticos	8		5	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		5	
Outros	-		-	

Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	-	-
Espingarda	6	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	1
Revólver	1	6
Pistola	7	4
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	2
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	2
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	2	*
Média de presos/mês	30	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	22	*

Polícia Civil

Existe no município de São José dos Quatro Marcos uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 512 Kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de São José dos Quatro Marcos não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2002, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa do Centro Regional de Inteligência. Em São José dos Quatro Marcos, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de São José dos Quatro Marcos apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal como o grupo que reúne policiais civis da região. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinelas.

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em São José dos Quatro Marcos

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	1
Roubo	23
Roubo de veículos	6

Furto	62
Furto de Veículo	20
Consumo de Entorpecentes	5
Tráfico de Entorpecentes	17

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

No Batalhão de São José dos Quatro Marcos, atuam um oficial e dezessete praças. Nele encontra-se em uso sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2006) por meio do uso de fichas de papel e fichário de ocorrências. As estatísticas não estão integradas ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet a velocidade da conexão da unidade não foi informada. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de embriaguez ao volante e relacionadas à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em São José dos Quatro Marcos, a Polícia Militar não estabelece relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de São José dos Quatro Marcos foi criado no ano de 2010, não existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, o tráfico de drogas e o envolvimento de jovens na criminalidade. Os conselheiros representantes da sociedade civil e os órgãos do poder público não participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de São José dos Quatro Marcos recebe demandas da comunidade por meio de outros representantes/lideranças das comunidades, por meio dos integrantes do Conselho, pela polícia e pela participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em relação à comunidade são o desconhecimento do

trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações e a falta de confiança no policial. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	30				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de São José dos Quatro Marcos tem uma comarca de entrância inicial com vara única. Não foi informado o número de veículos que esta sede judiciária dispõe.

Há internet com velocidade de 120 Kb/s. Estima-se que por volta de 70 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro e de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquiridos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 1992 e o sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de um coletivo de gestão de segurança pública formado por eles, a Polícia Civil e a Polícia Militar. O juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca não há Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, mas há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 foi de 30, quanto ao número de adolescentes que cumpriram

medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto foram 16. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Conselho Tutelar. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de São José dos Quatro Marcos, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de recursos humanos e falta de apoio do poder público municipal. O Ministério Público deste município não produz estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São José dos Quatro Marcos são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o IBAMA e o Judiciário Estadual. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas. O entrevistado não soube informar quais foram as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços no ano de 2012. Os três principais problemas no município são: o tráfico de drogas, o contrabando e a exploração sexual infantojuvenil.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente no município de São José dos Quatro Marcos. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias e a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: envolvimento com ato infracional, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados representantes do Conselho Municipal e da Justiça discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município diferentemente dos representantes das polícias Civil e Militar. A maioria também concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para todos os entrevistados, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município.

A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em São José dos Quatro Marcos é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São José dos Quatro Marcos, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, imigração ilegal, trabalho escravo e a exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

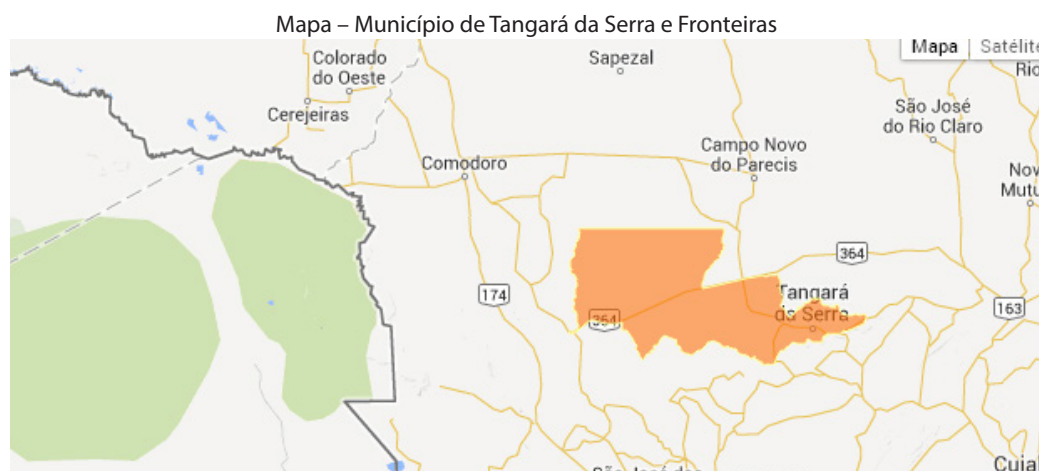
Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de São José dos Quatro Marcos

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinasa funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, de motocicletas, ao comércio e a caixas eletrônicos, à instituição financeira e a propriedades rurais. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados pequenos golpes populares, falso sorteio, concurso ou premiação e falso sequestro a partir de ligação telefônica. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais, em roubo (latrocínio) e em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em São José dos Quatro Marcos sejam: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico, roubo e violência doméstica; resultando os três, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são: envolvimento com o ato infracional, abandono da escola e violência doméstica.

Tangará da Serra



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510795&search=mato-grosso|tangara-da-serra>, acessado em 21 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: 1959.
Localização:
Área (2010): 11.323,640 km ²
Fronteiras, divisas e limites: A norte com Sapezal, a sul com Barra do Bugres, a oeste com Pontes e Lacerda e com Campos de Júlio.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 83.431 habitantes
Densidade demográfica: 7,37 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 1.304.639,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.517,38
IDH-M (2010): 0,729
Gentílico: tangarense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Na década de 1960: os caminhos eram íngremes, obstáculos de difícil travessia, animais ferozes espreitando as picadas abertas por pioneiros para ligar suas terras ao povoado. Chegavam caravanas de toda parte, trazendo consigo famílias inteiras, a maioria procedente do Paraná, São Paulo e Minas. Desembarcavam, abriam uma clareira e erguiam um rancho, plantavam o essencial à subsistência e iniciavam a derrubada da mata para o cultivo do milho, auxiliar indispensável na criação de suínos.

Agrimensores embrenhados nas matas com os demais funcionários da Companhia de Terras descobriram, a cada dia, um novo riacho, aos quais lhes davam nomes; localidades que até hoje mantém as mesmas designações daquele tempo. A tarefa era

difícil, mas havia alegria no semblante de todos. Trabalho árduo que sempre culminava com algum tipo de festa, pois estavam eles construindo o futuro. Sem saber iam deixando, oralmente, narrativas como foram os primeiros anos de Tangará da Serra e quais eram os precursores.

Tangará da Serra, como outras cidades da região, viveu alguns ciclos importantes da economia nacional, e a lavoura cafeeira teve sua importância no seu desenvolvimento, além do milho, arroz e depois da soja, que proliferou na região e acabou se tornando, anos mais tarde, parte do mundo que mais produz esse cereal. Décadas de 1970 e 1980: época da criação da maioria dos municípios mato-grossenses e abertura de vastas fazendas que impulsionaram o progresso e a ocupação definitiva das terras dos Parecis. Desde o primeiro pioneiro até os acontecimentos mais recentes, Tangará da Serra preza-se por ter sua trajetória traçada por homens que souberam valorizar sua terra e sua gente, não esquecendo jamais os valores humanos e sem deixar de contar sempre com a disposição de seus moradores.

Tanto na vida política como religiosa, a cidade teve inúmeras celebridades. Homens simples tinham censo aguçado de responsabilidade, que ergueram sua comunidade e levantaram monumentos que hoje a enobrecem. Além disso, o maior patrimônio tangaraense é seu próprio povo: um legado de famílias que, ao longo dos anos, desde 1959, quando Joaquim Aderaldo de Souza iniciou a colonização das terras adquiridas pela SITA, até o último ato, que continua ocorrendo em todo momento. É com homens e muito trabalho que se constrói uma cidade.

O Município de Tangará da Serra, no exuberante divisor das águas das bacias Amazônica e do Prata, originou-se em 1959, emergente do antigo povoado surgido pelo loteamento das glebas Santa Fé, Esmeralda e Juntinho, localizadas no município de Barra do Bugres.

Os senhores Júlio Martinez, Dr. Fábio Licere e Joaquim Oléa findaram a SITA-Sociedade Imobiliária Tupã para a agricultura que, atraídos pela excelente condição de clima e solo fértil, implantaram o loteamento Tangará da Serra.

Antes, porém, o Marechal Cândido Rondon já havia palmilhado a região em 1913, auxiliado pelos índios Parecis e Nhambiquaras, quando implantou o telégrafo, estudou a Flora e a Fauna presentes, para fornecer subsídios que seriam utilizados no futuro. Rondon abriu a rodovia que sobe os chapadões dos Parecis, cujas marcas ainda estão presentes: a exemplo de sua casa e uma ponte construída sobre o Rio Sepotuba, no interior do Município de Tangará da Serra, ainda preservadas. Depois chegaram os extrativistas, atraídos pela Mata de Poaia: planta com propriedades medicinais, que cobria as encostas da Chapada dos Parecis; onde os tributários do Rio Paraguai têm suas nascentes. Logo

após chegaram os madeireiros, devastando a região para ceder lugar aos colonos, que derrubaram o cerrado e se iniciaram na agropecuária, atividade ainda tão presente no município: base forte da economia tangaraense.

Inspirados pelo canto macio, cheio, vivo e sonoro do pássaro Tangará (uma das aves brasileiras mais famosas) foi que os primeiros visitantes da região aliaram o nome do gracioso pássaro à majestosa Serra de Itapirapuã e batizaram a localidade como Tangará da Serra.

Em 1878, Pedro Torquato Leite e sua família, vindos de Cuiabá, fixaram-se na barra do Rio Bugres. Ali começou a explorar economicamente uma variedade de planta por nome poaia, cujas raízes possuem alto valor medicinal.

O lugar era ocupado pela tribo indígena Bororó Umutína, atualmente em extinção. Como a investigação pelas cercanias foi satisfatória, ergueu o primeiro rancho e, nas imediações, iniciou o cultivo de lavouras de subsistência. No ano seguinte, assim como Torquato, instalou-se no local com a família e alguns camaradas poaieiros, outros aventureiros como Nicolau Gomes da Cruz, Major José Cassiano Corrêa, Capitão Tibúrcio Valeriano de Figueiredo (ex-combatente da Guerra do Paraguai), além de Manoel de Campos Borges e muitos outros. A partir de então, seguiram-se os ciclos normais de uma localidade, assim como ocorre em quase toda colonização. As instituições foram surgindo, como Paróquia local, criada pela Lei nº 145, de 8 de abril de 1896, e ainda as edificações mais apropriadas conforme aumentava o contingente de moradores.

O extrativismo da poaia, borracha e madeira eram a base econômica de Barra do Bugres até então, atividade que exigia a abertura de picadões pela floresta, que fez surgir várias estradas pelo interior.

Diz-se que, em 1908, já havia muitos moradores na localidade. Todos empenhadas em iniciar seus próprios negócios, diversificando as atividades econômicas, mesmo antes de Marechal Cândido Rondon instalar uma linha do telégrafo, a qual possibilitou comunicação com o resto do país. Em 20 de novembro de 1926, passava por Barra dos Bugres a Coluna Prestes, quando os moradores resolveram enfrentar os soldados, mas sem armas e adestramento, sucumbiram. A exploração da madeira e outras riquezas naturais da região estendia-se até a Serra de Itapirapuã, que além dos poaieiros, poucos se arriscavam em concentrar seus afazeres além dela. E, assim, Nova Olímpia era localidade derradeira antes da Serra, mas não prosperava devido à falta de infraestrutura adequada.

Por ocasião da imigração japonesa ao Brasil, por meio de um acordo Brasil- Japão, uma vasta área de terras foi requerida por Kimoto Fugissawa e outros, que compreendia entre o Rio Sepotuba e a Serra de Itapirapuã ou Bocaiuval, no município de Barra do

Bugres, território esse que consta como a planta inicial do Município de Tangará da Serra. Tal área era dividida em 25 glebas, cada uma destinada a uma família japonesa, com exceção de alguns brasileiros. Ocorreu que, por ocasião da Segunda Guerra, ficando o Brasil e Japão em situações adversas, o projeto de colonização da referida área fora desativada com o requerimento indeferido para os japoneses, ficando apenas os brasileiros credenciados a prosseguir com suas terras, sendo dessas glebas que se originou a colonização do território tangaraense, a partir de 1954.

Após a corrida pioneira, que se deu entre 1959 e 1963, a região que compreendia as glebas: Juntinho, Santa Fé e Santa Cândida começou a experimentar o sabor do progresso por meio da convergência de inúmeras famílias para a região e isso continuou fluindo em bom ritmo. As primeiras rodovias foram abertas manualmente, pois não havia tratores de nenhuma ordem. No cerrado, os próprios pneus dos pequenos carros se encarregaram de demarcar estradas e, com o fluxo constante de veículos no mesmo lugar, estradas acabaram sendo abertas. Tais caminhos interligavam Tangará, Progresso e Afonso, descendo a Serra de Itapirapuã até Nova Olímpia.

Fonte: IBGE – Cidades–Histórico

Diagnóstico da Segurança Pública em Tangará da Serra

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 87.145 habitantes
Homicídios (2012): 30
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Segurança e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 para 726 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 para 2.027 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 87.145 habitantes				
Homicídios (2012): 30				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	2 delegacias		1 batalhões e 1 unidade	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	7
	Agentes	39	Praças	113
	Peritos	4		
	Legistas	5		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	21		1	

Impressora	4		1	
Telefone fixo	9		1	
Fax	2		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	1		-	
Máquina Fotográfica	3		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	10	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	1
Moto	1	-	-	5
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	2	2
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	5		1	
Rádio em viaturas (digital)	5		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	1		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	10		3	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		8	
Colete antibalísticos	5		7	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		6	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		15	
Carabina	2		2	
Espingarda	3		3	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	6		10	
Pistola	25		10	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Insuficientes	

Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	**
Capacidade	10	**
Média de presos/mês	20	**
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	*	*

Polícia Civil

Existem no município de Tangará da Serra 2 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 10 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Tangará da Serra utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de armas, de munição, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg, e, desde 1994, são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Centro Regional de Inteligência; também participa de outro coletivo não especificado. Em Tangará da Serra, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Principais Ocorrências Polícia Civil Ano 2012 em Tangará da Serra

Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências
Homicídio	21
Roubo	236
Roubo de veículos	27
Furto	860
Furto de Veículo	83
Consumo de Entorpecentes	53
Tráfico de Entorpecentes	55

Fonte: Mato Grosso – SSP – Polícia Judiciária Civil

Polícia Militar

No Batalhão de Tangará da Serra, atuam 7 oficiais e 113 praças. A sede do comando passou por reformas e ampliações. Nela sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas

computadorizados (banco de dados), de georreferenciamento de crimes e planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de uso de entorpecentes, violência contra mulher e acidentes de trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de outro coletivo não especificado. Em Tangará da Serra, não há relações entre a Polícia Militar e os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Foi relatado que as dificuldades encontradas para se desenvolver ações consistentes se devem à falta de efetivo e de equipamentos. Há apenas uma base comunitária localizada no Jardim Esmeralda e seria necessária a instalação de, no mínimo, mais dois postos, sendo apontada a falta de efetivo como o maior impedimento para tanto. Foi dito ainda que são oferecidos aos policiais, com frequência, cursos de atualização em parceria com o Gabinete de Gestão Integrada de Tangará da Serra.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Tangará da Serra foi criado em março de 2010, e, segundo o entrevistado, não há paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são: os crimes contra o patrimônio; o tráfico de drogas; o envolvimento de jovens na criminalidade; e a pedofilia. Os conselheiros representantes da sociedade civil participam de forma efetiva, ao contrário dos representantes de órgãos do poder público. O Conselho Municipal de Segurança de Tangará da Serra recebe demandas da comunidade, do maior para o menor grau de frequência, por meio de: integrantes do Conselho; outros representantes/lideranças das comunidades; pela participação direta dos cidadãos; e pela polícia. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são: a demora em atender às ocorrências criminais; abuso de autoridade; envolvimento em atividades ilegais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em relação à comunidade são: o desconhecimento do trabalho do policial; o descrédito no trabalho

preventivo e a falta de confiança no policial. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, à estratégia de policiamento e à avaliação do trabalho da polícia. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente. Acredita ainda que uma maior aproximação entre a polícia e a comunidade seria alcançada se a polícia se locomovesse de bicicleta, a cavalo ou mesmo a pé.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final							
Efetivo	Juízes	7	Promotores	5	Defensores	3	Conselheiros	5
	Funcionários	94						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Tangará da Serra tem uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas. São 1 vara criminal, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais.

Há internet com velocidade de 4 MB/s. O entrevistado não estimou quantos mandados de prisão teriam sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como os DJE (publicação de decisão), são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2005, mas o sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de Gabinete de Gestão Integrada Municipal, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Tangará da Serra, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e a Justiça Criminal; o envolvimento de efetivos da segurança pública em atividades ilegais; a falta de recursos materiais; e a falta de segurança no trabalho. Pelo menos, desde o ano de 2005, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM); participam também do ENAFRON, pelo projeto de vídeo monitoramento, em que foram adquiridas 14 câmeras para a prevenção da violência no município. Entretanto não participam, de nenhuma forma, das operações de fronteira. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Tangará da Serra são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Judiciário Estadual e o GAECO. O entrevistado acredita que todas as parcerias citadas deveriam ser incrementadas. No ano de 2012 não ocorreu, por parte desta instituição, nenhuma atuação relacionada a crimes fronteiriços. O principal problema do município para o entrevistado do MP é o tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente no município de Tangará da Serra. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: envolvimento com ato infracional, abuso sexual ou exploração sexual, e violência doméstica.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Audidores	**
	Técnicos	4
	Terceirizados	1
	Analistas-tributários	4
Qualidade das instalações internas	Novas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições	

A Receita Federal de Tangará da Serra não dispõe de veículos oficiais. Há internet, com velocidade da conexão de 2 MB/s. A Receita Federal de Tangará da Serra não participa de coletivos de segurança pública; também não participou de nenhum grupo de patrulhamento no ano de 2012. Os três principais problemas que, se resolvidos,

representariam grande ganho na eficiência da unidade são: falta de funcionários; comunicação deficiente com outros órgãos; baixa presença de outros órgãos federais.

Segundo o entrevistado da Receita Federal, não há ponto alfandegado no município, o principal papel da Agência não é de coerção, mas de apoio e de informações aos contribuintes, atendendo e orientando pessoas físicas e jurídicas. Os municípios que fazem parte desta jurisdição fiscal são: Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela Sapezal, Juína, Nova Marilândia e Santo Afonso.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria discorda também quanto a proximidade com a fronteira ser positiva para o desenvolvimento econômico; argumentam que o motor da economia local é a agropecuária e agricultura, não havendo dependência econômica com o país vizinho. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Tangará da Serra é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, disputa por terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Tangará da Serra

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência e ao comércio, sendo citado também o furto e roubo de veículos e motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados fraude contra o comércio, cheque sem fundos, fraudes financeiras ou comerciais. Quanto a extorsões, foram mencionadas as de tipo simples e as mediante furto ou roubo de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais, em brigas de bar, em roubos e em conflito pela propriedade de algum bem. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Tangará da Serra sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furtos e homicídios, resultando, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

A ocorrência dos crimes violentos de roubo e estupros juntamente com as condições das instituições de Segurança Pública do município, com falta de efetivo e sede precária da Polícia Civil, em via de ser interditada por falta de reforma, deram origem a protesto recente, realizado na cidade, que mobilizou cerca de 8 mil pessoas pedindo uma maior atenção dos governos para a segurança pública no município.²⁴

24 <http://www.24horasnews.com.br/noticias/ver/cidade-em-mt-rparar-e-protesta-apos-roubos-assaltos-estupros-e-mortes.html>

**MATO
GROSSO
DO SUL**

Mato Grosso do Sul

Introdução

Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, o Mato Grosso do Sul abriga uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (IBGE, 2012), distribuídos entre 79 municípios. Deste total de cidades, 44 encontram-se localizadas dentro do espaço definido como “faixa de fronteira”, território que se estende da linha divisória que o Brasil mantém naquela região com Paraguai e Bolívia, até 150 quilômetros para o interior do estado. Dentro do escopo do presente estudo, é importante observar que praticamente metade da população do estado vive em cidades localizadas em área de fronteira.

Todos estes municípios foram estudados pela pesquisa “**Segurança Pública nas Fronteiras**”. No entanto, apenas onze deles receberam levantamentos qualitativos *in loco*, além da coleta de dados secundários. A tabela a seguir apresenta as cidades sul-mato-grossenses situadas na faixa de fronteira, bem como sua população. As cidades que receberam pesquisa qualitativa foram marcadas com asterisco. Já o mapa a seguir ilustra a distribuição destes municípios pela faixa de fronteira no estado.

Tabela – Cidades em faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul	Classificação	População 2012
Amambaí	Faixa de Fronteira	35.523
Anastácio	Faixa de Fronteira	24.041
Antônio João (*)	Linha de Fronteira	8.329
Aquidauana	Faixa de Fronteira	45.943
Aral Moreira (*)	Linha de Fronteira	10.583
Bela Vista (*)	Cidade Gêmea	23.395
Bodoquena	Faixa de Fronteira	7.928
Bonito	Faixa de Fronteira	19.985
Caarapó	Faixa de Fronteira	26.532
Caracol	Linha de Fronteira	5.520
Coronel Sapucaia (*)	Linha de Fronteira	14.254
Corumbá (*)	Cidade Gêmea	104.912
Deodápolis	Faixa de Fronteira	12.259
Dois Irmãos do Buritis	Faixa de Fronteira	10.519
Douradina	Faixa de Fronteira	5.460
Dourados (*)	Faixa de Fronteira	200.729
Eldorado	Faixa de Fronteira	11.790
Fátima do Sul	Faixa de Fronteira	19.024
Glória de Dourados	Faixa de Fronteira	9.911
Guia Lopes da Laguna	Faixa de Fronteira	10.253
Iguatemi	Faixa de Fronteira	15.065
Itaporã	Faixa de Fronteira	21.442
Itaquiraí	Faixa de Fronteira	19.044
Japorã	Linha de Fronteira	7.972
Jardim	Faixa de Fronteira	24.619

Tabela – Cidades em faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul (Continuação)

Mato Grosso do Sul	Classificação	População 2012
Jateí	Faixa de Fronteira	4.005
Juti	Faixa de Fronteira	6.039
Ladário	Faixa de Fronteira	20.267
Laguna Carapã	Faixa de Fronteira	6.636
Maracaju	Faixa de Fronteira	39.095
Miranda	Faixa de Fronteira	25.986
Mundo Novo (*)	Cidade Gêmea	17.251
Naviraí	Faixa de Fronteira	47.899
Nioaque	Faixa de Fronteira	14.287
Novo Horizonte do Sul	Faixa de Fronteira	4.718
Paranhos (*)	Cidade Gêmea	12.673
Ponta Porã (*)	Cidade Gêmea	80.433
Porto Murtinho (*)	Faixa de Fronteira	15.683
Rio Brilhante	Faixa de Fronteira	31.875
Sete Quedas (*)	Linha de Fronteira	10.757
Sidrolândia	Faixa de Fronteira	44.949
Tacuru	Faixa de Fronteira	10.442
Taquarussu	Faixa de Fronteira	3.522
Vicentina	Faixa de Fronteira	5.920
População total Faixa de Fronteira – Mato Grosso do Sul		1.097.469

Fonte: IBGE, 2012

Mapa: Estado do Mato Grosso do Sul e Faixa de Fronteira



Fonte: IBGE

Breve histórico

A história de ocupação e urbanização do Mato Grosso do Sul encontra-se relacionada às atividades de exploração de minério e de agropecuária (principalmente de erva mate), bem como ao uso intensivo da vasta malha fluvial da região para transporte e escoamento de mercadorias, ainda no início do século XVIII. Além disso, a região também assistiu ao desenvolvimento de diversos núcleos urbanos surgidos a partir de fortificações militares que, durante o período colonial, tinham a função de demarcar o território português, defende-lo de possíveis invasões espanholas e dar suporte às caravanas de comerciantes e mineradores que trafegavam pela região.

Já século XIX, quando ainda era pertencente à capitania de Mato Grosso, a região teve vários de seus principais núcleos urbanos destruídos em decorrência dos enfrentamentos entre tropas brasileiras e paraguaias que disputavam o controle daquele território. Municípios como Nioaque, Miranda e Corumbá, por exemplo, tiveram que ser praticamente reconstruídas após o fim da Guerra do Paraguai (1865 a 1869).

No início do século XX, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estreitou os laços comerciais, políticas e sociais entre o sul do Mato Grosso e o estado de São Paulo. A ferrovia favoreceu a consolidação de um forte fluxo migratório para a região, dinamizando a economia local e causando a expansão de diversas cidades ligadas às atividades agropecuárias.

As relações econômicas e políticas entre o sul-mato-grossense e São Paulo são oficializadas em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista. Sob o comando de militares lotados em Campo Grande, cidades da região aderem ao movimento liderado pelos paulistas, instalando um governo dissidente para o então autoproclamado estado de Maracaju, governado pelo então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Martins. Após três meses de enfrentamento com tropas do exército brasileiro, no entanto, os divisionistas foram derrotados e o movimento separatista permaneceria abafado durante as quatro décadas seguintes.

O desmembramento definitivo da região sul do estado do Mato Grosso só ocorreria em 11 outubro de 1977, por força da Lei Complementar nº 3, que instituía o estado do Mato Grosso do Sul. Hoje, o estado tem uma área total de aproximadamente 357 mil km², com densidade demográfica de 6,86 habitantes por km². Dentro do território brasileiro, o estado mantém divisas com Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como fronteiras internacionais com Paraguai e Bolívia.

Características demográficas e socioeconômicas

Grande parte da população que hoje vive o Mato Grosso do Sul tem origem nas ondas de imigrantes paulistas, paranaenses e gaúchos que ocuparam a região ainda no século 18. Atualmente, de acordo com dados do IBGE, o estado abriga aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, distribuídos em 79 municípios.

O estado também possui uma das maiores populações indígenas do país, com cerca de 77 mil habitantes distribuídos por terras indígenas que ocupam uma área de aproximadamente 140 mil hectares. Cidades como Amambai (7.252 indígenas), Dourados (6.631 indígenas), Aquidauana (5.963 indígenas) e Miranda (5.927 indígenas) se destacam por serem aquelas que abrigam os maiores contingentes indígenas do

estado. Entretanto, outros municípios possuem percentuais mais expressivos de seus moradores classificados como índios. É o caso, por exemplo, de Japorã, com 50% de sua população se autodeclarando indígena; Paranhos, com 36% e Tacuru, com 35%.

Outro aspecto que chama a atenção é o baixo grau de instrução formal da população sul-mato-grossense. De acordo com registros do IBGE, quase 72% dos responsáveis por domicílios (25 anos ou mais) possuem apenas o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto. Tomando os níveis de instrução desta parcela da população como *proxy* da escolaridade da população total, observa-se que os habitantes do Mato Grosso do Sul possuem, de modo geral, baixos níveis de escolaridade.

Em termos econômicos, o Mato Grosso do Sul localiza-se em região estratégica, fazendo divisa com grandes centros produtores e consumidores como Minas Gerais, São Paulo e Paraná, bem como fronteiras com Paraguai e Bolívia. Além disso, o estado situa-se na rota de importantes mercados da América do Sul, interligados pela Bacia do Rio Paraguai. A economia sul-mato-grossense sustenta-se basicamente nos setores agropecuário (criação de gado, extração vegetal e indústria rural), mineral, de turismo e prestação de serviços.

A relação da população da faixa de fronteira sul-mato-grossense com os países vizinhos é representada como bastante integrada, havendo referência a uma chamada “cultura de fronteira”. Especialmente em cidades gêmeas ou núcleos urbanos da linha de fronteira, muitos brasileiros trabalham ou chegam mesmo a residir nos países vizinhos, sendo importantes as dinâmicas sociais que atravessam os limites internacionais e colocam os brasileiros e paraguaios ou bolivianos em convívio constante, compartilhando os mesmos espaços de lazer, igrejas, escolas, etc.

Segurança Pública, Violência e Criminalidade

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Datasus), o Mato Grosso do Sul possui taxas de homicídios relativamente estáveis desde o início da década de 2000, com um patamar próximo aos 20 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes durante todo este período. Trata-se de uma taxa elevada, principalmente quando comparada ao nível de 10 mortes para cada 100 mil habitantes, valor acima do qual a Organização Mundial de Saúde considera o problema dos homicídios “epidêmico”. Apesar disso, o Mato Grosso do Sul ainda possui taxas de homicídios menores do que a média nacional, que se aproximou das 30 mortes para cada grupo de 100 habitantes em 2013.

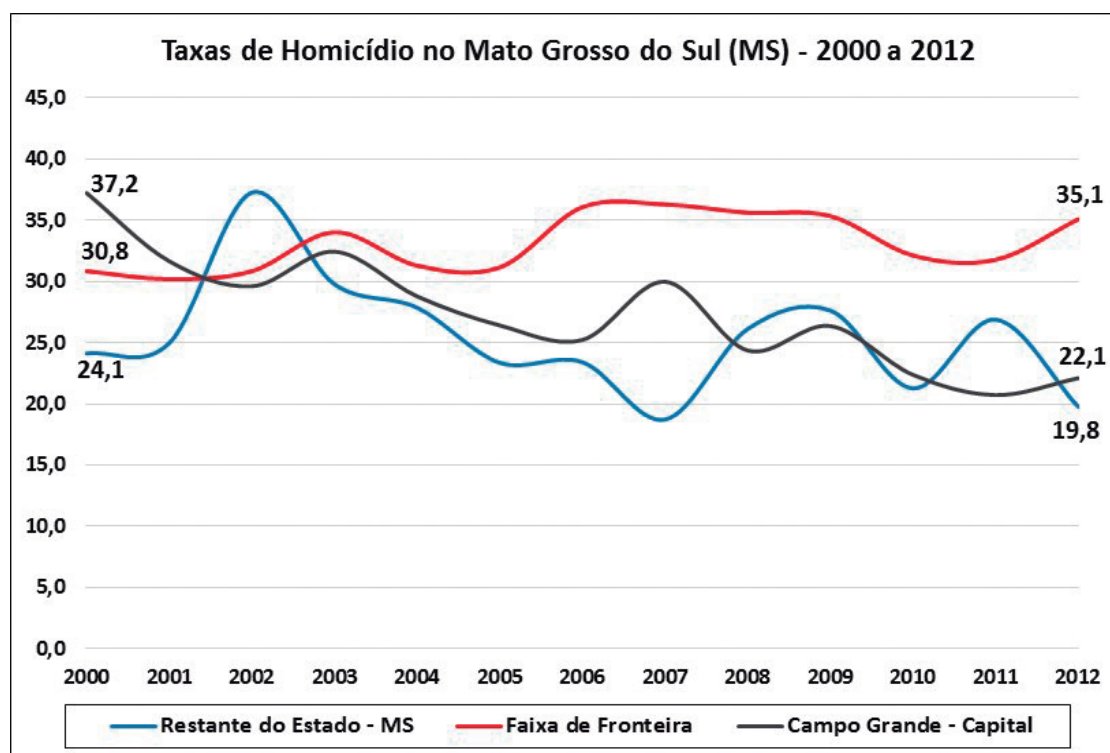
Em termos regionais, a decomposição geográfica do indicador de homicídios oferece informações importantes a respeito das dinâmicas de violência letal no Mato Grosso do Sul. Levando em consideração apenas os registros de Campo Grande (que concentra quase a metade da população de todo o estado), observa-se que, entre os anos de 2000 e 2012, houve uma queda expressiva das taxas de homicídios na capital. Neste período, o indicador oscilou de 37,2 para 22,1 mortes violentas para cada grupo de 100 mil habitantes. O mesmo padrão de redução da proporção de mortes violentas pôde ser observado no interior do estado, uma região que, além da capital, também exclui a faixa de fronteira: entre 2000 e 2012, a taxa de homicídios nesta área caiu de 24,1 para 19,8 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

No entanto, a redução dos indicadores de homicídios observada na capital Campo Grande e no interior do Mato Grosso do Sul ao longo dos últimos anos é praticamente anulada por um crescimento expressivo das mortes violentas registradas especificamente na região da faixa de fronteira do estado. Nesta porção do território sul-mato-grossense, a taxa de homicídios saltou de 30,8 para cada grupo de 100 mil habitantes, para 35,1 entre 2000 e 2012. O que os dados indicam, portanto, é que o problema da violência letal no Mato Grosso do Sul encontra-se hoje relacionado a um complexo contexto de dinâmicas urbanas, sociais e criminais presentes nos municípios da faixa de fronteira do estado. A tabela e o gráfico a seguir detalham a tendência recente dos homicídios na região.

Homicídios no Mato Grosso do Sul (MS) – 2000 a 2012														
Região	Dados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mato Grosso do Sul (MS)	Número de Homicídios	403	406	479	476	445	430	484	466	513	524	470	505	504
	População	2.078.001	2.111.030	2.140.620	2.169.704	2.198.640	2.264.489	2.297.994	2.331.243	2.336.058	2.360.550	2.449.024	2.477.542	2.505.088
	Taxa de Homicídios	19,4	19,2	22,4	21,9	20,2	19,0	21,1	20,0	22,0	22,2	19,2	20,4	20,1
Campo Grande (Capital)	Número de Homicídios	247	215	205	229	207	198	193	234	182	199	176	165	178
	População	663.621	679.283	692.546	705.973	719.362	749.770	765.245	780.593	747.189	755.104	786.797	796.252	805.397
	Taxa de Homicídios	37,2	31,7	29,6	32,4	28,8	26,4	25,2	30,0	24,4	26,4	22,4	20,7	22,1
Faixa de Fronteira	Número de Homicídios	284	281	290	323	300	305	357	363	368	369	345	345	385
	População	920.992	930.883	940.636	949.757	958.801	979.473	989.980	1.000.422	1.033.637	1.044.321	1.074.297	1.086.084	1.097.469
	Taxa de Homicídios	30,8	30,2	30,8	34,0	31,3	31,1	36,1	36,3	35,6	35,3	32,1	31,8	35,1
Restante do Estado (sem capital e faixa de fronteira)	Número de Homicídios	119	125	189	153	145	125	127	103	145	155	125	160	119
	População	493.388	500.864	507.438	513.974	520.477	535.246	542.769	550.228	555.232	561.125	587.930	595.206	602.222
	Taxa de Homicídios	24,1	25,0	37,2	29,8	27,9	23,4	23,4	18,7	26,1	27,6	21,3	26,9	19,8

Fonte: SIM/Datasus

Gráfico: Taxas de Homicídios no Mato Grosso do Sul – Faixa de Fronteira, Capital e Restante do Estado – 2000 a 2012



Fonte: SIM/Datasus

Os dez municípios cuja média da taxa de homicídio por cem mil habitantes, entre os anos 2000 e 2012, apresenta-se mais elevada no estado do Mato Grosso do Sul são, por ordem decrescente: Paranhos (55,6); Ponta Porã (54,5); Aral Moreira (50,01); Sete Quedas (46,8); Amambai (46,2); Rio Brillhante (44,1); Dourados (43,5); Porto Murtinho (40,9); Tacuru (39,5); Antônio João (39,5); Corumbá (34,5) e Itaquiraí (31,7). Na opinião dos representantes da Polícia Civil e Polícia Militar entrevistados, as principais situações em que ocorrem homicídios são em brigas de bar, em acertos de conta entre criminosos e em situação doméstica. No que se refere aos homicídios provenientes de disputas e acertos de conta entre criminosos, foi comum ouvir que os mesmos não afetam diretamente a sensação de segurança dos moradores, pois ocorrem nos círculos restritos de pessoas envolvidas em mercados ilegais.

Mercados Ilegais

O estado possui uma extensa faixa de fronteira terrestre com o Paraguai – país produtor de maconha e principal fornecedor para o Brasil – e também se limita com a Bolívia – um dos principais produtores de cocaína do mundo – sendo 30 km da fronteira terrestre e o restante fluvial. Segundo dados de apreensão de drogas da Polícia Federal, em 2012, o maior volume de apreensão de maconha realizado por esta instituição foi no

estado do Mato Grosso do Sul, com 42.212,52 kg apreendidos. Já quanto à apreensão de cocaína, crack e pasta base, o estado fica em segundo lugar, apenas ligeiramente atrás do vizinho Mato Grosso, tendo sido apreendidos 3.618,74 kg.

O grau de organização dos grupos do tráfico de drogas é variável, havendo desde empreendedores autônomos até grandes grupos organizados. A presença de facções criminais das grandes cidades do sudeste na região de fronteira do Mato Grosso do Sul tornou-se nacionalmente conhecida no início dos anos 2000, quando deflagram, em Coronel Sapucaia, os conflitos entre a família Morel e Fernandinho Beira-Mar, ligado à facção Comando Vermelho, do Rio de Janeiro. Mas as entrevistas apontam que atualmente a principal facção presente no estado é o Primeiro Comando da Capital – PCC – que possui representação na maioria dos presídios do Mato Grosso do Sul e utiliza o estado como rota para grande parte da droga que abastece o mercado consumidor de São Paulo e de diversos outros estados brasileiros.

São plurais os modus operandi através dos quais os carregamentos de drogas ingressam no país, variando desde “mulas” que atravessam a fronteira a pé carregando drogas em mochilas até os grandes carregamentos transportados em aviões. Os métodos de transporte de drogas mais comuns são os esconderijos nos chamados “mocós” (assoalho, portas, tanque de gasolina, etc.) de automóveis ou em meio às cargas de caminhões, como madeira, grãos, granito, etc. Existem ainda os chamados “cavalos-doidos” ou “cachorros-loucos” que são caminhonetas que passam repletas de drogas, em alta velocidade, contando com que não passem por nenhuma barreira policial. Para desviar dos controles, são utilizados carros “batedores” que seguem na frente dos carregamentos com rádios escondidos, informando sobre a existência de blitzes. A existência de muitas estradas vicinais, as chamadas “cabriteiras”, também dificulta os controles policiais. Ainda assim, acredita-se que as maiores quantidades de drogas passem pelas rodovias estaduais e federais.

Pela faixa de fronteira com o Paraguai também ingressam ilegalmente armas e um grande volume de mercadorias por contrabando e descaminho. Para além dos “sacoleiros” que utilizam as zonas francas de Salto del Guairá, Capitán Bado e Pedro Juan Cabalero, no Paraguai, para adquirir mercadorias para a revenda, grandes contrabandistas de cigarro e pneus atuam na região. Estes, por sua vez, diferentemente dos traficantes de drogas, não são percebidos pelos moradores e mesmo as autoridades da região como criminosos, sendo as práticas do contrabando e descaminho interpretadas como legítimas. Uma parcela significativa da população que vive nas áreas mais urbanizadas da faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul, sobretudo nas cidades gêmeas, subsiste diretamente da revenda de mercadorias compradas no Paraguai ou da movimentação econômica gerada pelo turismo de “compristas”.

Diz-se frequentemente que a proximidade com o Paraguai atrapalha o desenvolvimento do comércio local dos municípios brasileiros devido à baixa competitividade dos preços dos produtos vendidos no Brasil, com relação aos produtos não tributados comercializados no Paraguai. No entanto, muitos brasileiros trabalham nos comércios do lado paraguaio da fronteira e deve-se reconhecer que a rede hoteleira e os restaurantes do lado brasileiro tendem a lucrar bastante com os turistas interessados em fazer compras no Paraguai, cujo fluxo é intenso e constante. Já na fronteira de Corumbá com a Bolívia, diz-se que embora os preços dos produtos na Bolívia sejam normalmente mais baixos, as lojas brasileiras oferecem uma importante vantagem comparativa que é a possibilidade de venda a crédito.

Existe algum empenho das instituições policiais na repressão ao contrabando de larga escala, principalmente de cigarro, entretanto, os policiais relataram não se interessar pela apreensão de mercadorias que ingressam ilegalmente por descaminho, pois consideram que a fiscalização deste tipo de ocorrência é de competência da Receita Federal. Segundo eles, caso se dedicassem a apreender brinquedos e demais produtos comprados no país vizinho a valores superiores à cota permitida, não fariam outra coisa senão encaminhar mercadorias para os escassos e distantes depósitos da Receita Federal, deixando de dar atenção a crimes que consideram mais graves.

A repressão às grandes redes de atacado dos produtos contrabandeados esbarra no problema de serem estes geridos por grupos politicamente influentes das elites locais. No entanto, foi relatado em entrevistas que a vinda de traficantes de drogas de outros estados desestabilizou os controles sociais exercidos pelos grandes contrabandistas que controlavam a faixa de fronteira com o Paraguai, o que teria resultado no aumento da criminalidade comum nos centros urbanos da região. Entrevistados relataram que os núcleos urbanos da faixa de fronteira não são mais apenas entrepostos de passagem das drogas, abrigando agora redes de varejo que atendem também a um crescente mercado consumidor local, principalmente de maconha e crack.

Atualmente, furtos e roubos tem sido a grande preocupação dos moradores de cidades gêmeas, como Mundo Novo, Paranhos, Coronel Sapucaia, Ponta Porã e Corumbá, onde a fronteira é utilizada para a fuga de criminosos após a prática de assaltos. Principalmente o furto e roubo de motocicletas paraguaias utilizadas pelos brasileiros, cuja situação irregular no país dificulta o registro de ocorrências e inviabiliza a posterior identificação dos veículos revendidos. Veículos roubados no Brasil também são revendidos no Paraguai e Bolívia com o intuito de financiar a compra de drogas. Mesmo carros roubados em outros estados atravessam a fronteira, beneficiando-se do fato de que os controles tendem a centrar-se no fluxo que vem dos países vizinhos para o Brasil.

Em municípios menores, o baixo efetivo policial e as longas distâncias com municípios vizinhos, contribuem para que ocorram também roubos a bancos. Nos períodos de pagamento dos salários de trabalhadores rurais, volumosas quantias de dinheiro são movimentadas em agências bancárias localizadas em municípios ermos, pouco policiados.

Instituições de Segurança Pública

No que se refere à estrutura da Segurança Pública no estado do Mato Grosso do Sul, a “Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública” (MJ/SENASP, 2013) mostra que estas instituições encontram-se concentradas majoritariamente no interior do estado. Os dados levantados informam que em 2011, o efetivo da Polícia Militar era de 5919 policiais, numa razão de 419 habitantes para cada policial. A Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul estava estruturada no ano de 2011 em 23 Unidades Operacionais com 13 bases fixas de Polícia Comunitária e 5 moveis, sendo que todas dispõem de acesso à internet, apesar de nem todas utilizarem o sistema informatizado de registro dos atendimentos. O sistema de informação da Polícia Militar é integrado à Polícia Civil.

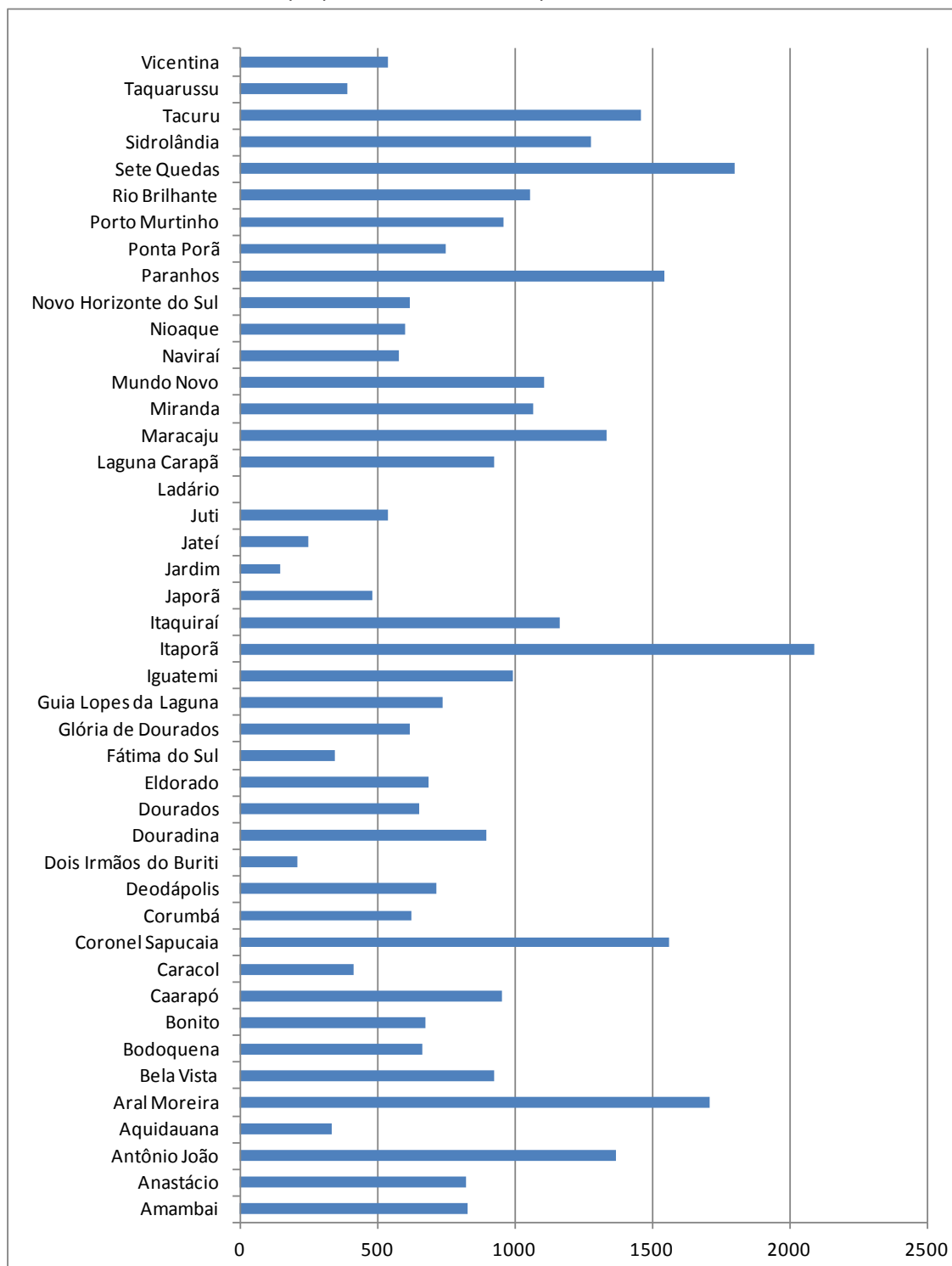
O Corpo de Bombeiros Militares no Estado do Mato Grosso do Sul é autônomo em relação à Polícia Militar. O efetivo é de 1231, numa razão de 2013 habitantes para cada bombeiro, e se distribui de forma relativamente equitativa entre capital, região metropolitana e interior do estado. A maior parte dos 33 postos operacionais existentes no estado se concentra no interior. O atendimento de maior prevalência é o resgate (Atendimento pré-hospitalar) que corresponde a 43% do total dos atendimentos. O Sistema de Registro de Ocorrência é feito em algumas e não é integrado ao Sistema de Registro da Polícia Militar.

A pesquisa realizada pela SENASP/MJ informa ainda que o efetivo da Polícia Civil no estado é de 1666 servidores, sendo mais de 13% deste composto por delegados. Das 118 delegacias existentes no Estado, mais de 73% localizam-se no interior, numa razão de 2996 habitantes para cada unidade. Destaca-se que mais de 23% das delegacias existentes são especializadas sendo de Atendimento à Mulher (12); Criança e Adolescente (3); Entorpecentes (1); Operações Especializadas ou Similar (1); Homicídio (1); Furtos e Roubos de Veículos e/ou Cargas (1); Meio Ambiente (1); Extorsão e ou sequestro (1); e Outros (3). No estado do Mato Grosso do Sul, a perícia Oficial não é vinculada à Polícia Civil. Mais de 20% das delegacias existentes não possuem acesso à internet. Quanto à gestão da informação, o registro de ocorrência é informatizado em banco de dados. O Sistema de Registros está implantado em todas as unidades e abrange todo o estado.

As informações levantadas pela referida pesquisa se assemelham ao que foi observado pelo presente estudo “Segurança Pública nas Fronteiras”, sendo que este, por sua vez, se centrou especificamente nos municípios da faixa de fronteira e trabalhou

com amostras, sendo que, excepcionalmente no caso do Mato Grosso do Sul, a amostra cobriu o universo total dos municípios da faixa de fronteira. O gráfico abaixo apresenta as taxas população/efetivo da Polícia Militar nos municípios pesquisados, com base nos questionários aplicados pela pesquisa:

Gráfico: Número de habitantes por policial militar nos municípios da faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul



As queixas por falta de efetivo são constantes em todas as instituições presentes nos municípios de fronteira, mas nota-se, com relação à Polícia Militar, que a distribuição dos agentes é desigual e não se pauta pela razão do efetivo e quantitativo populacional atendido. Uma série de municípios da linha de fronteira como Coronel Sapucaia, Sete Quedas, Paranhos encontram-se inexplicavelmente desguarnecidos.

Soma-se ainda à repressão aos ilícitos tranfronteiriços a atuação do Departamento de Operações de Fronteira – DOF –, um grupamento especial da Polícia Militar, cujo objetivo de atuação, na ocasião de sua criação em 1996, era o combate ao furto e roubo de gado e equipamento agrícola, mas que teria se voltado quase exclusivamente para o combate ao tráfico. O Departamento de Operações de Fronteira adquiriu seu nome apenas em 1999 sendo anteriormente chamado Grupo de Operações de Fronteira (GOF). Subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS), o GOF integrava policiais militares e civis em uma iniciativa subsidiada por uma ONG intitulada S.A.L.V.E. Em 2006 foi criada a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON) para formalizar as atividades da Polícia Civil junto ao DOF. Sediado no município de Dourados, o DOF inicialmente atuava apenas na fronteira do Brasil com o Paraguai, mas atualmente polícia também a fronteira com a Bolívia, atuando de maneira itinerante em 51 municípios do Mato Grosso do Sul – tantos aqueles da faixa de fronteira, quanto outros situados em regiões estratégicas para o escoamento de mercadorias ilícitas para outros estados.

As atividades desempenhadas por este Departamento se expressam na tabela seguinte:

Resultados das Principais Atividades Desenvolvidas pelo DOF					
Comparativo 2011 e 2012					
		2011		2012	
APREENSÕES DE DROGAS	MACONHA	9.633,964	Kg.	23.190,462	Kg.
	COCAINA	1.080,063	Kg.	103,992	Kg.
	HAXIXE	43,492	Bolsas	15,890	Kg.
	PASTA BASE	130,382	Kg.	91,737	Kg.
	CRACK	4,987	Pedras	16,705	Kg.
	OXI	1,000	Kg.	2,130	Kg.
PESSOAS PRESAS POR TRÁFICO DE DROGAS (Flagrante Delito)		185		241	
MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS		34		51	
PESSOAS DETIDAS E CONDUZIDAS À DELEGACIA (outros delitos)		156		230	
Total Geral de Pessoas Presas		375		522	
VEÍCULOS APREENDIDOS COM DROGAS		68		93	
CDs APREENDIDOS		65,012	Unid.	22,930	Unid.
DVDs PIRATAS APREENDIDOS		104,780	Unid.	105,405	Unid.
CIGARROS APREENDIDOS		476,351	Pcts.	581,614	Pcts.
PNEUS APREENDIDOS		1,392	Unid.	3,611	Unid.
MADEIRA APREENDIDA		55,80	m3	41,24	m3
ARMAS DE FOGO APREENDIDAS		33	Unid.	50	Unid.
MUNIÇÕES APREENDIDAS		5,129	Cal.22	6,054	Cal.22
		22	Cal.9mm	457	Cal.9mm
		676	Cal.38	765	Cal.38
		52	Cal. 40	91	Cal.12
		7	Cal.357	8	Cal.357
		93	Cal.45	100	Cal.45
		150	Cal.32	262	Cal.32
		10	Cal.44	50	Cal.44
		0	Cal.765	256	Cal.765
		0	Cal.20	75	Cal.20
		17	Cal.36	1	Cal.36
		0	Cal.25	50	Cal.25
0	Cal.380	166	Cal.380		
VEÍCULOS RECUPERADOS PRODUTOS DE FURTO/ROUBO E COM SINAL IDENTIFICADOR ADULTERADO		42	Veículos	55	Veículos
AGROTÓXICO CONTRABANDEADO APREENDIDO		262,200	Kg.	695,000	Kg.
		373,000	Lts.	100,000	Lts.
MATERIAL DE INFORMÁTICA APREENDIDOS (valor estimado)		US\$ 119.277,00		US\$ 29.974,00	
ELETRO -ELETRÔNICOS APREENDIDOS (valor estimado)		US\$ 745.283,00		US\$ 572.609,00	
BRINQUEDOS APREENDIDOS(+ ou - 200 unid. p/ volume)		1.025,000	Volumes	26.155,000	Kg.
MOEDA CORRENTE(SEM ORIGEM) APREENDIDAS		R\$ 117.000,00		R\$ 86.000,00	
NOTAS FALSAS APREENDIDAS		R\$ 750,00		R\$ 6.910,00	
COMBUSTÍVEL CONTRABANDEADO		900,000	Lts.	0,000	Lts.

Na faixa de fronteira, o empenho das instituições federais de segurança, como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal encontra-se em também grande medida voltado para a repressão ao tráfico de drogas. Já a atuação da Força Nacional de Segurança Pública parece mais versátil. Em diferentes missões, a FNSP assume funções de policiamento comunitário em reservas indígenas, reforço em operações de controle de fronteira e reforço no policiamento ostensivo urbano.

A ENAFRON tem estimulado também a cooperação entre instituições federais, estaduais e municipais de segurança pública através da disseminação dos Grupos de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFRON), que promovem reuniões mensais em alguns municípios, orientadas para a preparação de ações conjuntas e a troca de informações. A participação em coletivos de gestão tem sido bem avaliada por todos os entrevistados.

Não há, contudo, cooperação formal com instituições dos países vizinhos, ainda que relações informais de interconhecimento propiciem a troca de informações e, mesmo, ações conjuntas.

Outras iniciativas de cooperação interinstitucional são os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, que integram representantes de instituições de segurança e representantes da sociedade civil em reuniões voltadas para o incremento da participação popular nos caminhos da segurança. A criação de CCSs em diversos municípios do Mato Grosso do Sul foi estimulada e regulamentada pela SEJUSP, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a partir de 2003, conforme informado no site deste órgão:

O Governo do Estado através do Decreto n.º 11.033, de 20 de dezembro de 2002, autorizou a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública a criar CCS's, auxiliando o Estado a prevenir e combater com inteligência e participação social, a violência e a criminalidade nos bairros e municípios onde são instalados.

A Resolução SEJUSP/MS/n.º 269, de 24 de março de 2003, regulamentou a criação dos CCS's e a Resolução SEJUSP/MS/n.º 271, de 11 de abril de 2003, aprovou o Estatuto os Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Resolução SEJUSP/MS/n.º 332, de 09 de agosto de 2005, aprovou o Plano Diretor para a implementação da Filosofia de Polícia Comunitária no Estado de Mato Grosso do Sul.¹

Já no município de Sete Quedas há Conselho Municipal de Segurança Pública, entidade criada por Decreto-Lei e que difere dos CCSs por tratar-se de uma iniciativa particular originada por um juiz e não uma política mais abrangente. Os estímulos à participação da sociedade civil em coletivos de gestão visam não apenas a estimular a cooperação popular na segurança, mas também aumentar os controles sobre a atuação das instituições. São frequentes as queixas de que policiais se deixariam corromper pelas redes de traficantes e contrabandistas, o que se acredita poder ser evitado pela maior rotatividade dos agentes e o fortalecimento das corregedorias.

Outro importante ponto é aproximar as instituições das demandas locais de segurança que muitas vezes referem-se a temas pouco contemplados pelas políticas públicas, como a segurança patrimonial, a violência doméstica e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O grande empenho das instituições no combate ao tráfico, somado aos recursos tecnológicos que vem facilitando o trabalho de controle de fronteira, como as câmeras

¹ <http://www.sejusp.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=3026&template=21> (acessado em 23/04/2014)

do SINIVEN nas estradas e os scanners existentes na Receita Federal de Mundo Novo e Corumbá, tem resultado no aumento do número de prisões por tráfico de drogas no estado. Segundo o relatório do DEPEN, o estado do Mato Grosso do sul possui a maior taxa de do país, com 496,87 presos por 100 mil habitantes. Deve ser levado em conta que há um presídio federal em Campo Grande, o que aumenta a taxa, contudo, o dado se alinha com a percepção dos representantes de instituições entrevistados de que não há mais como os presídios darem conta do crescente número de pessoas presas por tráfico. O maior número de prisões e apreensões contribui para aumentar o preço da droga que chega ao consumidor final, mas não possui efeito dissuasivo sobre os transportadores de drogas.

A questão indígena

O estado do Mato Grosso do Sul apresenta uma das maiores populações indígenas do país e uma parcela considerável reside na faixa de fronteira, sendo as etnias mais presentes os Guarani, Kaiowá, Nhandeva e Terena. Os indígenas encontram-se principalmente confinados em reservas com grande concentração demográfica, como é o caso da Reserva de Dourados, em cujas aldeias chegam a residir milhares de indígenas. Tal concentração representa uma importante mudança com relação aos seus modos tradicionais de organização que originalmente consistiam de pequenos aldeamentos com apenas cerca de 100 pessoas de uma mesma parentela. (CIMI, 2011)

Grandes problemas socioeconômicos e de segurança pública resultam do excesso populacional nas reservas. O esgotamento dos recursos naturais dificulta a sobrevivência dos indígenas, tornando-os dependentes das políticas de segurança alimentar promovidas pelo governo federal. Além disso, as populosas aldeias são acometidas pela alta incidência de crimes praticados entre os indígenas como os homicídios, agressões, violência doméstica e estupros. Muitos indígenas sofrem com o alcoolismo e outros vêm sendo aliciados pelo tráfico de drogas, trabalhando no transporte de mercadorias ou no varejo em aldeias. Os índices de suicídio em reservas indígenas também são muito altos, chegando a 85 casos por 100mil habitantes na reserva de Dourados, a maior taxa do país.

Os indígenas também sofrem com a violência externa, motivada pelos conflitos por terras e pelo racismo. Foi relatado que homicídios contra indígenas são muitas vezes escamoteados como atropelamentos em estradas. Outro crime comum a que estão sujeitos é o confisco ilegal de cartões de benefício por parte dos comerciantes que atuam nas aldeias.

A presença das instituições policiais é requisitada nas aldeias, mas as policias militar e civil frequentemente recusam-se a atender ocorrências nas aldeias, alegando tratar-se de casos de competência federal. A Força Nacional de Segurança Pública oferece suporte em algumas aldeias com efetivo extremamente limitado. De resto, os controles sociais locais

ficam a cabo das capitâneas indígenas que, apesar de formalmente extintas, continuam a existir dentro de um vácuo de poder, sem contudo disporem das antigas prerrogativas de punição e controle. O trabalho do capitão e seguranças das aldeias tornou-se encaminhar os casos a polícia e aguardar pela resolução dos mesmos.

Recomendações

1. Distribuir melhor os efetivos da Polícia Militar no estado;
2. Aumentar o efetivo da Polícia Civil;
3. Fomentar os institutos de Polícia Técnica
4. Instalar mais postos de fiscalização da Receita Federal;
5. Estudar a possibilidade de criação de zonas francas nos municípios da faixa de fronteira, de modo a estimular o desenvolvimento do comércio local;
6. Investir nas redes de atenção a usuários de drogas;
7. Incentivar programas de inclusão de egressos do sistema penal no mercado de trabalho;
8. Ampliar o monitoramento de estradas por câmeras e disponibilizar o acesso aos sistemas de controle das imagens para as instituições locais de segurança pública;
9. Dispor de mais scanners e cães de faro em postos de fiscalização;
10. Oferecer mais cursos de capacitação para policiais que atuam na região de fronteira;
11. Qualificar a cooperação em coletivos de gestão, através da produção de uma memória institucional desses grupamentos especiais;
12. Criar corregedorias externas às instituições policiais;
13. Melhorar o transporte público nas cidades de fronteira, de maneira a evitar a dependência em motos contrabandeadas como meio predominante de transporte;
14. Criar postos de policiamentos comunitário em aldeias indígenas;

15. Fomentar campanhas que promovam a diminuição do preconceito contra os indígenas.
16. Acelerar a demarcação de terras indígenas e prover informações a respeito do pagamento de indenizações aos proprietários, de maneira a evitar que boatos estimulem o ódio racial.

Referências Bibliográficas

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARAES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. 4 ed. Campo Grande-MS: Papelaria Brasilia, 1995.

Centro Indigenista Missionário (CIMI), Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: (www.ibge.gov.br)

Governo do Estado do Mato Grosso do Sul: (www.ms.gov.br)

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS): (<http://www.sejusp.ms.gov.br>)

Antônio João

O Município de Antônio João foi criado pela Lei Estadual nº 2.142, em 18 de março de 1964. Está localizado no sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 281 km da capital Campo Grande, à qual está ligada por via rodoviária (MS-166 e BR-060). Estabelece linha de fronteira com o Paraguai, mais especificamente com área rural pertencente ao município de Pedro Juan Caballero e com a cidade de Ponta Porã (MS).

Mapa-Município de Antônio João e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/8GW> (acessado em 02 de abril de 2014)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 2.142, de 18-03-64
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (Arco Central)
Área (2010): 1.145,175 km ²
Fronteiras e limites: o Paraguai e municípios de Bela Vista e Ponta Porã
Acesso aéreo: Não
Acesso fluvial: Não
Acesso viário: Sim
População (2012): 8.329 habitantes
Densidade demográfica: 7,27 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 169.719.000,00
PIB per capita (2011): R\$ 26.577,71
IDH-M (2010): 0,643
Gentílico: Antônio-joanense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O surgimento do município de Antônio João está relacionado à ocupação dos terrenos pertencentes à zona rural da cidade de Ponta Porã. Em 1936, um lavrador de nome Eugênio Penzo chegou à região para tomar posse de uma gleba de terras chamada de Cabeceira do Bugre. A área se desenvolveu com base na ocupação agrícola e, 12 anos depois, foi elevado à categoria de distrito subordinado a Ponta Porã, pela Lei Estadual nº 135, de 28/9/1948. Em 18/3/1964, a Lei Estadual nº 2.142 anexa os distritos de Eugênio Penzo e Campestre, este último originalmente pertencente à cidade de Bela Vista, criando o município de Antônio João.

Atualmente, a economia da cidade encontra-se sustentada basicamente em atividades agropecuárias (criação de gado, plantio de soja, milho, arroz e feijão). A produção local é gerenciada por cooperativas agroindustriais, que mantêm fortes vínculos comerciais com empresas do município de Ponta Porã.

Diagnóstico da Segurança Pública em Antônio João

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 8.329 habitantes
Homicídios (2012): 05
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.388 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.190 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 8.329 habitantes				
Homicídios (2012): 5				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas precisando de reforma		Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Novas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	sim		-	
Impressora	sim		1	
Telefone fixo	sim		1	
Fax	sim		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	sim	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	sim		1	
Rádio portátil (HT)	sim		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	sim		-	
Arquivos em ficha de papel	sim		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	sim		2	

Colete antibalísticos	sim	2
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	sim	1
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	sim	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	sim	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidades de munição insuficientes	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	15	*

Polícia Civil

Atualmente, a delegacia de Antônio João conta com a presença de um delegado de polícia e cinco agentes/investigadores. Estes últimos alternam-se em turnos de trabalho para também dar conta dos regimes de plantão. De modo geral, a infraestrutura da delegacia não oferece boas condições de trabalho. O prédio da unidade é antigo e precisa de reformas. Os policiais contam com apenas uma viatura (que, no momento da realização desta pesquisa, estava estragada), com combustível considerado insuficiente para as demandas da unidade. A delegacia não conta com carceragem e, por isso, todos os detidos são imediatamente levados para carceragens ou unidades prisionais de Ponta Porã.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Antônio João utiliza apenas sistemas simples de registros de ocorrências e de inquéritos. No entanto, tais sistemas não são integrados aos de outras instituições do estado, tais como o Ministério Público e o Poder Judiciário, nem com o banco de dados de órgãos nacionais. A produção de estatísticas criminais começou a ser feita apenas em 2011. Não há qualquer sistema de controle de uso de armas e munições.

De acordo com o que foi apurado em campo, a Polícia Civil da cidade não mantém qualquer parceria institucional sistemática com outras instituições. Em Antônio João, os policiais civis se limitam a promover troca de informações ocasionais com os policiais militares que também atuam na cidade. Não há qualquer articulação com as ações desenvolvidas pela *ENAFRON* na região, ou mesmo com instituições de segurança do lado paraguaio. Indagados sobre as instituições com as quais gostariam de manter parcerias, os policiais civis mencionam apenas a Polícia Federal (PF). No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional, ou mesmo informal, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Polícia Militar

Em Antônio João, a Polícia Militar se faz presente por meio de um pelotão, que conta com o trabalho de um oficial e seis praças, que se alternam diariamente em turnos de serviço que só permitem a presença constante de dois PM na unidade. Assim como a delegacia da Polícia Civil, a sede do pelotão também não oferece condições de trabalho adequadas ao trabalho dos militares. Na avaliação dos próprios policiais, a infraestrutura física da unidade é relativamente nova, mas já precisa de reformas.

O pelotão de Antônio João conta com uma viatura e uma motocicleta para patrulhamento da cidade, bem como com um fuzil de uso coletivo e uma pistola semiautomática para cada policial. A unidade conta ainda com dois computadores, uma impressora, uma estação de rádio analógica e internet banda larga. Esta estrutura alimenta um sistema de informações que torna possível a produção e manutenção de banco de dados informatizado, estatísticas criminais georreferenciadas (produzidas em séries constantes desde 1990) e georreferenciamento de ocorrências.

Em Antônio João, os militares participam institucionalmente do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e mantêm relações informais de troca de informação com os policiais civis do município, bem como com a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional e com agentes policiais do lado paraguaio. Indagados sobre as instituições com as quais gostariam de incrementar parcerias, os policiais militares mencionam a Polícia Civil e o Ministério Público (MP). No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional para incrementar trabalhos conjuntos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Na percepção dos atores institucionais locais, o fato de Antônio João estar localizada na faixa fronteiriça é prejudicial para seu desenvolvimento econômico. De acordo com

os moradores entrevistados, Antônio João ainda mantém uma relação de grande dependência com Ponta Porã, município do qual era distrito até o ano de 1964. Além disso, a proximidade com o Paraguai, por meio de Pedro Juan Caballero, faz com que grande parte dos recursos gerados na cidade sejam gastos ou aplicados no país vizinho. Muitos são os relatos de empresas ou estabelecimentos comerciais brasileiros que deixaram a cidade e foram se estabelecer do lado paraguaio em razão de uma série de vantagens tributárias oferecidas do outro lado da fronteira. A percepção geral manifestada pelos entrevistados é a de que a economia de Antônio João encontra-se estagnada justamente por causa de sua posição de fronteira e pela proximidade que mantém com Ponta Porã, principal município de referência daquela região.

No que diz respeito especificamente às questões de segurança pública, os atores institucionais entrevistados manifestam a percepção de que o fato de estar localizado na faixa de fronteira impõe a Antônio João características específicas de violência e criminalidade. Daí a concordância que tais atores manifestaram com a seguinte frase:

1. “O município de Antônio João tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Antônio João foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas e exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, venda de drogas e pagamento de propinas a funcionários públicos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Antônio João

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente	Ocasionalmente

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furto serem a residências, ao comércio, de gado e de motocicletas. Já os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos de motocicleta e a transeunte, seguidos pelos à instituição financeira. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas prioritariamente fraudes contra o comércio. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As três principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e conflitos por posse de terras.

No que se refere à violência letal, os entrevistados afirmam que a maioria dos homicídios registrados em Antônio João decorrem de brigas de bar, de episódios de violência doméstica e também de latrocínios. O tráfico de drogas, apesar de ser apontado como um problema de segurança pública bastante presente no município, principalmente no que diz respeito à venda local de maconha, crack e pasta base de cocaína, não figura na percepção dos entrevistados como uma das principais causas de morte violenta. Já entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Antônio João sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Especificamente no que diz respeito à questão dos mercados ilegais e/ou informais, os policiais ouvidos pela pesquisa revelam que as fazendas localizadas na zona rural da cidade constituem um importante entreposto de armazenamento e passagem de drogas vindas do Paraguai. Carregamentos de maconha e cocaína passariam pelas muitas estradas vicinais que cortam a região, seguindo também por pistas clandestinas de aviação existentes nestas propriedades. Além disso, cargas contrabandeadas de cigarros, descaminho de peças automotivas e eletrônicos também passariam pela região, rumo a outros estados do País.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Ao longo dos últimos anos, a cidade de Antônio João tem sido relacionada a diversas ocorrências de grande porte de tráfico de drogas para estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Algumas dessas ocorrências indicam, até mesmo, a participação de policiais da cidade nos esquemas de distribuição e transporte dos entorpecentes. Em junho de 2010, por exemplo, agentes da Polícia Federal prenderam um policial militar de Antônio João em flagrante, no momento em que ele passava pela cidade de Três Lagoas (MS), dirigindo um veículo com quatro quilos de cocaína. Segundo as investigações da PF, a droga havia sido entregue ao PM na cidade de Antônio João e seria entregue em outro município da região para, de lá, seguir para São Paulo².

Outra ocorrência de destaque foi registrada em dezembro de 2012, quando uma operação da PF prendeu quatro homens na zona rural de Antônio João, suspeitos de envolvimento em uma rede de distribuição de cocaína para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Durante a operação, foram apreendidos 115 quilos de cocaína e 1.504 pontos de LSD³. Já em julho de 2013, um comerciante da cidade de Ponta Porã foi preso em São Paulo com quase 70 quilos de cocaína, que se encontravam dentro do fundo falso de uma caminhonete. De acordo com a Polícia Federal, o veículo havia sido

² Notícia disponível em: <http://www.diarioweb.com.br/novoportal/noticias/cidades/9952,,Policia+Federal+prende+PM+com+4+Kg+de+cocaina.aspx>

³ Notícia disponível em: <http://www.olaserragaucha.com.br/noticias/geral/16289/Operacao-Dominus-prende-suspeitos-de-integrar-quadrilha-especializada-em-trafico-internacional-de-drogas.html>

carregado com a droga em uma fazenda da zona rural de Antônio João e seguia para distribuir a droga em cidades do interior paulista⁴.

Também em julho de 2013, um caminhoneiro foi preso no interior de São Paulo dirigindo uma carreta com mais de meia tonelada de maconha e aproximadamente 130 quilos de cocaína. Segundo o condutor, a droga teria sido carregada em uma propriedade rural da cidade de Antônio João, com os serviços de transporte sendo contratados por um empresário local, proprietário de uma loja de autopeças⁵.

Apesar de todas essas ocorrências indicarem que Antônio João ocupa posição importante nos esquemas e rotas de distribuição de drogas para estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, essa questão parece não afetar de forma mais direta os índices de violência e criminalidade do município. Na percepção de praticamente todos os atores entrevistados, a cidade é relativamente tranquila, com ocorrências ocasionais de furtos a estabelecimentos comerciais e também episódios esporádicos de violência interpessoal, ligados ao consumo de bebidas alcoólicas. Além disso, os entrevistados também relatam muitos casos de violência doméstica contra crianças e mulheres.

Uma questão muito observada por todos os entrevistados é a consolidação relativamente recente de um mercado varejista de drogas nos bairros da periferia da cidade. De acordo com representantes de instituições locais, diversos pontos de venda de maconha e cocaína estariam sendo criados no município, envolvendo grupos de jovens moradores de bairros pobres da cidade. Ainda segundo os moradores ouvidos pela pesquisa, o sinal mais visível da participação destes jovens em redes locais de tráfico de drogas seria a rápida ascensão financeira de alguns deles (com a posse ostensiva de carros de luxo, joias, etc.) sem qualquer trabalho regular. No entanto, os entrevistados ainda não conseguem correlacionar a consolidação deste mercado à possível emergência de dinâmicas de violência.

Outra percepção bastante presente entre os atores ouvidos pela pesquisa diz respeito à precariedade da infraestrutura de segurança pública da cidade. A falta de infraestrutura e de efetivo policial ficou clara na madrugada do dia 30/11/2013, quando cerca de 15 homens armados com fuzis chegaram à cidade e renderam todos os policiais que estavam de plantão no pelotão da PM⁶. Segundo os militares, o objetivo do grupo era invadir uma agência bancária local e explodir seus caixas eletrônicos. A ação foi abortada porque um policial civil que estava na cidade percebeu a movimentação dos criminosos, trocou tiros com o grupo e acionou reforços que vieram da cidade de Ponta Porã. Na fuga, os criminosos levaram todas as armas do pelotão da PM.

4 Notícia disponível em: <http://www.cruzeirosul.inf.br/materia/485702/comerciante-e-preso-com-69-kg-de-entorpecente>

5 Notícia disponível em: <http://grupoojornal.com.br/catanduva/preso-com-meia-tonelada-de-maconha-pega-so-quatro-anos-de-prisao/>

6 Notícia disponível em: http://capitanbado.com/detalle.php?id_noticias=36578

Além da precariedade da estrutura de segurança pública do município, os moradores também falaram muito sobre o possível envolvimento dos policiais locais com esquemas de contrabando e tráfico de drogas. Os entrevistados também citam episódios recorrentes de prevaricação por parte dos policiais civis da delegacia local. Parece haver um consenso sobre os casos que requerem providências por parte da Polícia Civil não resultarem em nada. Um dos informantes ouvidos pela pesquisa chegou a afirmar que, da única vez em que se dispôs a denunciar a falta de empenho dos policiais civis ao Ministério Público de Ponta Porã, teve seus dados repassados à delegacia local e sofreu ameaças por causa desse procedimento.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Por não fazer fronteira com nenhum núcleo urbano do lado paraguaio, Antônio João parece não manter relações comerciais mais bem estruturadas com o país vizinho. A maior referência de comércio e de serviço da cidade encontra-se em Ponta Porã, que fica a aproximadamente 50 quilômetros de distância por estradas vicinais. Mesmo sem essa relação mais sistemática com o país vizinho, a grande maioria dos entrevistados afirmou que o fato de Antônio João estar localizada na faixa de fronteira é prejudicial para o desenvolvimento econômico da cidade. De acordo com os moradores, a proximidade com o Paraguai fez com que, nos últimos anos, diversos estabelecimentos comerciais e empreendimentos se transferissem para o outro lado da fronteira em busca de menores taxas tributárias. Além disso, boa parte dos habitantes do lado brasileiro prefere fazer compras no Paraguai, por causa dos preços mais atraentes, hábito que acaba enfraquecendo as atividades comerciais de Antônio João.

Ainda segundo os entrevistados, as duas maiores fontes de emprego e renda do município são as fazendas da região e a própria Prefeitura Municipal, que emprega diversas famílias. No entanto, a mecanização das lavouras tem reduzido a capacidade de absorção da mão de obra local, fazendo com que muitos moradores optem por procurar empregos em Ponta Porã ou mesmo em propriedades rurais localizadas do lado paraguaio. O que se observa, portanto, é que, na opinião dos moradores entrevistados, a localização em faixa de fronteira não representa necessariamente um benefício para o município de Antônio João, principalmente em razão de sua proximidade com Ponta Porã, cidade que acaba polarizando os possíveis benefícios decorrentes desta localização.

Conclusão

Em aspectos gerais, o fato de Antônio João estar localizada na faixa de fronteira parece não projetar impactos significativos sobre suas dinâmicas socioeconômicas e de segurança pública. Segundo os moradores entrevistados pela pesquisa, a inexistência de

um núcleo urbano do lado paraguaio da fronteira faz com que grande parte dos fluxos comerciais da cidade (que se notabiliza por manter uma consistente produção de grãos nas fazendas da região) sejam direcionados aos municípios de Ponta Porã.

No que se refere às questões de segurança pública, a cidade parece ter se constituído em um importante centro de armazenamento e distribuição de drogas vindas do Paraguai. Segundo levantamentos da Polícia Federal, as drogas entrariam em território brasileiro por meio das fazendas locais, em um esquema que envolveria proprietários rurais e comerciantes do município. No entanto, todos os moradores (e mesmo os operadores de segurança pública) ouvidos pela pesquisa afirmam que essa dinâmica parece não influenciar os níveis de violência da cidade. A maioria das ocorrências registradas em Antônio João dizem respeito a furtos praticados por jovens em estabelecimentos comerciais. Mesmo os homicídios e demais crimes contra a pessoa ocorridos no município parecem estar vinculados a conflitos e a desentendimentos interpessoais ocasionais, sem muita vinculação com os mercados ilegais de drogas.

Fotos do Município de Antônio João

Sede do Pelotão da PM de Antônio João



Sede da Prefeitura Municipal de Antônio João



Biblioteca Pública de Antônio João



Praça Central de Antônio João



Aral Moreira

O Município de Aral Moreira foi criado pela Lei Estadual nº 3.686, em 13 de maio de 1976. Está localizado no sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 372 km da capital Campo Grande, à qual está ligada por via rodoviária (BR-163, MS-162 e MS-164). A cidade também pode ser acessada por via fluvial, por meio do Rio Corrente (afluente do Rio Amambaí). Estabelece linha de fronteira com o Paraguai, mais especificamente com área rural pertencente ao município de Pedro Juan Caballero.

Mapa–Município de Aral Moreira e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/8RM> (acessado em 25 de março de 2014)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 3.686, de 13-05-1976
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (Arco Central)
Área (2010): 1.655,660 km ²
Fronteiras e limites: o Paraguai e municípios de Coronel Sapucaia, Amambaí, Belo Horizonte e Caarapó
Acesso aéreo: Não
Acesso fluvial: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 10.583 habitantes
Densidade demográfica: 6,39 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 212.006.000,00
PIB per capita (2011): R\$ 23.220,05
IDH-M (2010): 0,633
Gentílico: aral-moreirense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O surgimento do município de Aral Moreira está intimamente ligado ao início de um ciclo de cultivo de erva-mate, ainda no fim do século 19, na área que hoje forma a região sudoeste de Mato Grosso do Sul. A exploração do mate, que se dava ao longo das margens do Rio Corrente, começaria em 1880, a partir da chegada de colonos brasileiros à área.

Inicialmente, a atividade atraiu famílias de trabalhadores paraguaios. Já no fim da década de 1890, contingentes vindos do Rio Grande do Sul fugindo da revolução rio-grandense também se instalaram na região, dando início à atividade pecuária e criando o povoado que receberia o nome de Rio Verde do Sul. Na década de 1940, o povoado recebeu uma nova onda migratória de famílias vindas do Rio Grande do Sul, consolidando a criação de gado como a principal atividade econômica da região e compensando o declínio do cultivo de erva-mate depois que as importações feitas pelo governo da Argentina foram suspensas.

Em 1943, o povoado de Rio Verde do Sul passa a fazer parte do território federal de Ponta Porã (decreto-lei nº 5.812), sendo integrado ao Estado de Mato Grosso três anos mais tarde, em 18 de julho de 1946. Sete anos depois, o povoado foi elevado à condição de distrito, por meio da lei estadual nº 702, ganhando o nome de “Vila Fronteira Rica”. Em 1970, teve início um terceiro ciclo de ocupação da região, com a chegada de grandes contingentes de famílias paranaenses, paulistas e rio-grandenses ao distrito. Esta nova leva de imigrantes chegou à região atraída pelas oportunidades de trabalho geradas pela atividade agropecuária, que crescia em ritmo acelerado nas fazendas locais. Em 1976, a Lei estadual nº 3.686 desmembra o distrito de Fronteira Rica da cidade de Ponta Porã e o eleva à categoria de município, com o nome de Aral Moreira (homenagem póstuma a um ex-prefeito de Ponta Porã e deputado estadual da região).

Atualmente, a economia da cidade encontra-se sustentada basicamente em atividades pecuárias e no plantio de grãos (soja, milho e arroz). A produção local é gerenciada por cooperativas agroindustriais que mantêm fortes vínculos comerciais com empresas do município de Ponta Porã.

Diagnóstico da Segurança Pública em Aral Moreira

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	10.583 habitantes
Homicídios (2012):	02
Instituições de segurança:	a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 1.764 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 1.512 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	10.583 habitantes			
Homicídios (2012):	2			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	6	Praças	6

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas precisando de reformas		Estrutura antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas precisando de reformas		Estrutura antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		*	
Impressora	**		-	
Telefone fixo	**		-	
Fax	**		-	
Scanner	**		1	
Internet	**		1	
Estação de rádio analógica	**		1	
Estação de rádio digital	**		-	
Equipamento de visão noturna	**		-	
Aparelho de TV	**		-	
Gravadores	**		-	
Máquina Fotográfica	**		-	
Filmadora	**		-	
Tipos de veículos				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	**	**	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	-	-
Moto	**	**	-	-
Embarcação sem motor	**	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**	-	-
Avião	**	**	-	-
Helicóptero	**	**	-	-
Cavalo	**	**	-	-
Bicicleta	**	**	-	-
Outros	**	**	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	**		1	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	**		1	
Rádio portátil (HT)	**		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	**		-	
Arquivos em ficha de papel	**		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	**		-	
Colete antibalísticos	**		-	
Escudos	**		-	
Capacetes	**		-	
Placa balística	**		-	
Outros	**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	**		*	
Carabina	**		*	
Espingarda	**		*	
Metralhadora	**		*	
Submetralhadora	**		*	
Fuzil	**		1	
Revólver	**		-	
Pistola	**		6	
Arma de condutividade elétrica	**		-	
Bomba de efeito moral	**		-	

Instrumento de menor potencial ofensivo	**	-
Outro	**	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidades de munição insuficientes	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Atualmente, a delegacia de Aral Moreira não conta com a presença física de um delegado de polícia. Todos os trabalhos são feitos por seis agentes/investigadores, que se alternam em turnos de trabalho que obedecem a regimes de plantão. Geralmente, apenas dois policiais encontram-se disponíveis por turno na delegacia. O delegado titular da unidade é lotado na cidade vizinha de Ponta Porã e realiza expedientes ocasionais no posto policial de Aral Moreira, quando a unidade recebe ocorrências de flagrante ou de maior complexidade. Normalmente, em razão da falta de um delegado presente em tempo integral, as ocorrências são registradas preliminarmente na delegacia local e depois finalizadas na unidade de Ponta Porã.

De modo geral, a infraestrutura da delegacia não oferece boas condições de trabalho. O prédio da unidade é antigo e precisa de reformas. Os policiais utilizam apenas uma viatura, com combustível considerado insuficiente para as demandas locais. A delegacia também tem uma carceragem com vagas para oito presos, mas que atualmente encontra-se vazia por questões de segurança (todos os detidos são levados para carceragens ou unidades prisionais de Ponta Porã, uma vez que existe a avaliação de que não há condições de segurança para abrigá-los em Aral Moreira).

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Aral Moreira utiliza sistemas de administração de controle de viaturas e de protocolo. Não há sistemas de controle de munição e armas. Quanto ao sistema de informação, propriamente dito, os dados são organizados em fichas de papel e arquivos. Há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, com inclusão no Infoseg. Ainda assim, o sistema de informação da delegacia não está integrado a outras instituições do estado, tais como o Ministério Público e o Poder Judiciário, nem com o banco de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2006.

De acordo com o que foi apurado em campo, a Polícia Civil da cidade não mantém qualquer parceria institucional sistemática com outras instituições. Apesar de formalmente fazerem parte do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), os policiais civis se limitam a promover troca de informações ocasionais com os policiais militares que

também atuam na cidade. Indagados sobre as instituições com as quais gostariam de manter parcerias, os policiais civis mencionam a Polícia Federal (PF), a Receita Federal (RF) e o Ibama. No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional, ou mesmo informal, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Polícia Militar

Em Aral Moreira, a Polícia Militar se faz presente por meio de um pelotão, que conta com o trabalho de um oficial e seis praças, que se alternam diariamente em turnos de serviço que só permitem a presença constante de dois PM na unidade. Assim como a delegacia da Polícia Civil, a sede do pelotão também não oferece condições de trabalho adequadas ao trabalho dos militares. Na avaliação dos próprios policiais, a infraestrutura física da unidade é muito antiga e não comportaria reformas ou restaurações.

O pelotão de Aral Moreira utiliza apenas uma viatura no patrulhamento da cidade, bem como com um fuzil de uso coletivo e uma pistola semiautomática para cada policial (mas cuja munição é considerada insuficiente para a demanda local). A unidade conta ainda com seis computadores, um scanner, uma estação de rádio analógica e internet de um mega de velocidade. Esta estrutura alimenta um sistema de informações que torna possível a produção e manutenção de banco de dados informatizado, estatísticas criminais (produzidas em séries constantes desde 1990) e georreferenciamento de ocorrências.

Em Aral Moreira, os militares participam institucionalmente do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e mantêm relações informais e esporádicas de troca de informação com os policiais civis do município e agentes policiais do lado paraguaio. De acordo com os militares, até mesmo algumas operações conjuntas com policiais paraguaios já foram realizadas, apesar de o grupo não possuir nenhum trabalho específico e sistemático de patrulhamento de área de fronteiras. Indagados sobre as instituições com as quais gostariam de manter parcerias, os policiais militares mencionam a Polícia Federal (PF), o Ministério Público (MP) e o Poder Judiciário. No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional, ou mesmo informal, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Na percepção dos atores institucionais locais, o fato de Aral Moreira estar localizada na faixa fronteiriça não traz benefícios específicos para seu desenvolvimento econômico. A inexistência de um núcleo urbano do lado paraguaio da fronteira faz com que a cidade se relacione mais com Ponta Porã (ao qual foi subordinado até o ano de 1976, quando deixou

de ser um distrito desta cidade) do que com qualquer município do país vizinho. Por sua vez, entre estes mesmos atores institucionais, existe a percepção de que o fato de estar localizado na faixa de fronteira impõe a Aral Moreira características específicas de violência e criminalidade. Daí a concordância que tais atores manifestaram com as seguintes frases:

1. “o município de Aral Moreira tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Aral Moreira, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, exploração sexual infantojuvenil, crimes ambientais e disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, venda de drogas e pagamento de propinas a funcionários públicos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Aral Moreira

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente	Ocasionalmente

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furto serem a residências, ao comércio e de gado. Já os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, e de veículos, seguidos pelos à instituição financeira e a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados prioritariamente os pequenos golpes populares. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e em decorrência de disputa por posse de terras.

Especificamente no que se refere à questão de mercados ilegais e/ou informais, os policiais afirmam que a cidade também é palco ocasional de homicídios envolvendo criminosos que operam em redes de distribuição e venda local de drogas. O tráfico, aliás, também é apontado como um problema de segurança pública bastante presente no município, principalmente no que diz respeito à venda local de maconha, crack e pasta base de cocaína.

Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar e situação doméstica, seguidos por conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Aral Moreira sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Ao longo dos últimos anos, a cidade de Aral Moreira tem se destacado no noticiário nacional como sendo um importante centro de distribuição de drogas que vêm do Paraguai para o mercado interno brasileiro, principalmente para os estados das regiões Sul e Sudeste. Desde 2008, veículos de imprensa de abrangência nacional divulgam a existência de diversas fazendas na região que serviriam de entreposto de armazenamento e despacho de maconha e cocaína para o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em uma reportagem do dia 8 de fevereiro de 2008, por exemplo, o *Jornal O Estado de S. Paulo* apresentou informações sobre uma investigação da Polícia Federal que teria como objetivo desarticular um esquema de distribuição de drogas sediado na zona rural de Aral Moreira, dentro de propriedades pertencentes à rede criminosa coordenada pelo traficante carioca Luiz Fernando da Costa, o *Fernandinho Beira-Mar*. Uma dessas propriedades era a Fazenda Campanaí, localizada a 19 km da sede do município brasileiro, já na fronteira com a área pertencente ao limite entre as áreas municipais das cidades paraguaias de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. De acordo com as investigações da PF, a fazenda tinha uma pista de pouso de aproximadamente um quilômetro de comprimento e era utilizada pelo grupo criminoso para armazenamento e passagem de drogas que seguiam por via aérea e terrestre para diversos estados brasileiros (*O Estado de S. Paulo*, 8/2/2008).

Já em 2010, uma operação conjunta entre as polícias federais do Brasil e do Paraguai prendeu o empresário Irineu Soligo, conhecido como “Pingo”, e dois de seus filhos, em uma fazenda localizada na divisa de Aral Moreira e a área municipal de Pedro Juan Caballero. De acordo com as investigações da PF brasileira, Pingo Soligo e seus filhos seriam parceiros de Beira-Mar na distribuição de drogas para o Brasil, disponibilizando propriedades rurais da região e caminhões para o armazenamento e transporte das drogas. Mais recentemente, já em novembro de 2012, uma operação da PF que recebeu o nome de Grumatã, também realizou prisões e apreensões na região de Aral Moreira em decorrência de investigações sobre a atividade da família Soligo no local.

Apesar de as investigações da Polícia Federal indicarem que Aral Moreira ocupa posição importante nos esquemas e rotas de distribuição de drogas para estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, essa questão parece não afetar de forma mais direta os índices de violência e criminalidade do município. Na percepção de praticamente todos os atores entrevistados, a cidade é bastante tranquila, com ocorrências ocasionais de furtos a residências e a estabelecimentos comerciais, tendo também casos esporádicos de violência interpessoal, ligados ao consumo de bebidas alcoólicas. Além disso, os entrevistados também relatam muitos casos de violência doméstica contra crianças e mulheres.

Ainda entre os entrevistados, existe a percepção de que os furtos e roubos são praticados principalmente por adolescentes e jovens, que também estariam se envolvendo em episódios cada vez mais frequentes de brigas entre turmas durante os fins de semana, na região onde fica a única casa noturna da cidade. Além dos problemas com delinquência juvenil, os entrevistados também observam que estaria se consolidando na cidade um mercado varejista de drogas, com diversos pequenos pontos de venda espalhados pelos bairros pobres da periferia do município. No entanto, os moradores ouvidos ainda não correlacionam a consolidação deste mercado à possível emergência de dinâmicas de violência.

Até mesmo, na percepção de muitos dos atores entrevistados, os episódios de violência letal estariam diminuindo nos últimos anos, em função da redução do número de armas em posse dos moradores da região. Segundo depoimentos colhidos pela pesquisa, existiria, há até pouco tempo, entre diversos habitantes de Aral Moreira, o hábito de andar armado. Tal prática frequentemente resultava em resolução violenta de pequenos conflitos ocasionais e na percepção de que os homicídios eram mais frequentes.

Outra percepção bastante presente entre os atores ouvidos pela pesquisa diz respeito à precariedade da infraestrutura de segurança pública da cidade. Os moradores falam muito sobre a falta de policiamento da cidade, bem como sobre as condições precárias de trabalho e do péssimo atendimento prestado pelos policiais locais. Essa percepção ganhou força em dezembro de 2012, quando um grupo de criminosos foi até o município e explodiu um caixa eletrônico do Banco do Brasil localizado no centro da cidade. Segundo os entrevistados, o único policial que estava de plantão na cidade no dia do assalto teria sido rendido pelos criminosos enquanto a ação ocorria. Ao final do roubo, o grupo fugiu e, até o fechamento desta pesquisa, ainda não havia sido capturado.

Esse assalto parece constituir um marco na percepção dos moradores de Aral Moreira sobre as questões de segurança pública. Não apenas porque se tratou de uma ação criminosa mais estruturada e espetacular (alguns entrevistados contam que, durante a ação, os assaltantes chegaram a disparar tiros para o alto, com armas longas, montados em caminhonetes), mas principalmente porque expôs a fragilidade da estrutura policial da cidade.

Além disso, algumas pessoas ouvidas pela pesquisa também levantaram suspeitas sobre a existência de um esquema de cobrança de propinas por parte os policiais militares que trabalham no município. A “taxa de segurança” seria paga por comerciantes da cidade, interessados em contar com uma resposta mais rápida da polícia em caso de necessidade. Ainda segundo alguns moradores, os lojistas que se recusam a pagar sofreriam uma espécie de boicote por parte dos PMs, que demorariam a atender a chamados e a registrar ocorrências.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Por não fazer fronteira com nenhum núcleo urbano do lado paraguaio, Aral Moreira parece não manter relações comerciais mais bem estruturadas com o país vizinho. As maiores referências de comércio e de serviço da cidade parecem estar vinculadas a Ponta Porã, a aproximadamente 60 quilômetros de distância por estradas vicinais. Apesar disso, muitos foram os relatos sobre a existência de uma intensa, porém não muito articulada, rede de pequenas transações comerciais entre estabelecimentos comerciais de Aral Moreira e algumas propriedades e comércios localizados nas zonas rurais de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado, no Paraguai.

Segundo moradores ouvidos pela pesquisa, muitos lojistas de Aral Moreira adquirem produtos, como pneus, cigarros, carnes, roupas e combustíveis no Paraguai, para serem revendidos em seus estabelecimentos por preços mais competitivos. Outra prática bastante utilizada pelos comerciantes locais seria a subnotificação das importações legais feitas com revendedores paraguaios. De acordo com os entrevistados, essa prática seria muito comum entre comerciantes brasileiros que lidam com produtos de origem animal e grãos. No entanto, todos os moradores ouvidos pela pesquisa afirmaram que todas estas práticas comerciais seriam ações desarticuladas, mantidas por comerciantes que não possuem relações com qualquer rede ou esquema mais bem estruturado de exploração da economia de arbitragem em nível local.

Outra questão que aparece com bastante frequência na fala dos moradores de Aral Moreira é a relação entre brasileiros e paraguaios. De acordo com os entrevistados, muitas famílias paraguaias trabalham em fazendas e estabelecimentos comerciais do lado brasileiro. Em razão de Aral Moreira ser o único núcleo urbano da região, os estrangeiros acabam recorrendo aos serviços públicos de saúde e de educação da cidade. No entanto, a falta de documentação e regularização de sua situação no País faz com que esse atendimento muitas vezes seja prestado de maneira precária, limitada e improvisada. Diante dessa situação, praticamente todos os moradores ouvidos pela pesquisa chamaram a atenção para a necessidade de regularização da situação dos paraguaios que vivem no município.

Conclusão

Em aspectos gerais, o fato de Aral Moreira estar localizada na faixa de fronteira parece não projetar impactos significativos sobre suas dinâmicas socioeconômicas e de segurança pública. Segundo os moradores entrevistados pela pesquisa, a inexistência de um núcleo urbano do lado paraguaio da fronteira faz com que grande parte dos fluxos comerciais da cidade (que se notabiliza por manter uma consistente produção de grãos nas fazendas da região) sejam direcionados aos municípios de Ponta Porã e Coronel Sapucaia, dentro do próprio estado. Em termos concretos, apurou-se apenas a existência de práticas isoladas de exploração local de economia de arbitragem, principalmente por parte de comerciantes que se aproveitam da menor carga tributária do Paraguai para negociar produtos agropecuários, remédios e produtos automotivos em Aral Moreira. No entanto, tais práticas não parecem se vincular a qualquer rede ou fluxo mais bem estruturado e sistematizado de contrabando ou descaminho.

No que se refere às questões de segurança pública, é preciso observar que, ao longo dos últimos anos, Aral Moreira tem ganhado muito destaque como um importante centro de armazenamento e distribuição de drogas vindas do Paraguai e da Colômbia. De acordo com investigações recentes da Polícia Federal, as drogas entrariam em território brasileiro por meio das fazendas locais, em um esquema que envolveria proprietários rurais e empresários da região.

No entanto, todos os moradores (e mesmo os operadores de segurança pública) ouvidos pela pesquisa afirmam que essa dinâmica parece não influenciar os níveis de violência da cidade. A maioria das ocorrências registradas em Aral Moreira dizem respeito a furtos praticados por adolescentes e jovens em estabelecimentos comerciais. Mesmo os homicídios e demais crimes contra a pessoa ocorridos no município parecem estar vinculados a conflitos e a desentendimentos interpessoais ocasionais, sem muita vinculação com os mercados ilegais de drogas.

Fotos do Município de Aral Moreira

Trevo de entrada da cidade



Vista Aérea do Município de Aral Moreira



Hospital Municipal de Aral Moreira



Vista Aérea do Municipal de Aral Moreira



Bela Vista

O Município de Bela Vista foi criado pela Lei Estadual nº 772, em 16 de julho de 1918. Está localizado no sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 318 km da capital Campo Grande, à qual está ligada por via rodoviária (MS-164, MS-384 e BR-060). Estabelece linha de fronteira com o Paraguai, mais especificamente com área rural pertencente ao município de Pedro Juan Caballero e com as cidades de Jardim e Antônio João (ambas no MS).

Mapa–Município de Bela Vista e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/ANQ> (acessado em 08 de abril de 2014)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 772, de 16/07/1918
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (Arco Central)
Área (2010): 4.892,603 km ²
Fronteiras e limites: o Paraguai e municípios de Antônio João, Ponta Porã, Jardim e Caracol
Acesso aéreo: Sim
Acesso fluvial: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 23.395 habitantes
Densidade demográfica: 4,78 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,61
PIB (2010): R\$ 256.123.000,00
PIB per capita (2011): R\$ 11.849,20
IDH-M (2010): 0,698
Gentílico: Bela-vistense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O surgimento do núcleo urbano onde hoje se encontra localizado o município de Bela Vista data de 1531, por ocasião das primeiras incursões feitas na região por sertanistas portugueses. A área foi reconhecida como território brasileiro em 1777, por meio do Tratado de Santo Ildefonso. Ainda assim, em 1801, um grupamento do exército espanhol invadiu a região, demarcando sua posição por meio da construção do Forte São José. A área foi retomada apenas um ano depois, quando forças brasileiras/portuguesas destruíram o forte e expulsaram os espanhóis.

Em 1867, com a eclosão da Guerra do Paraguai, a região torna-se campo de batalha entre as forças brasileiras e paraguaias e sofre um rápido esvaziamento populacional. O processo de reconstrução do núcleo urbano só teria início em 1872, quando famílias vindas de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul voltaram a se instalar na região, com o objetivo de explorar o cultivo de erva-mate nativa, atividade coordenada pela Companhia Erva-Mate Laranjeira.

Com o rápido crescimento da população local, o governo do estado eleva o núcleo urbano à categoria de distrito, com o nome de Paz de Bela Vista (Resolução nº 255, de 10 de abril de 1900). Oito anos mais tarde, o distrito emancipa-se da cidade de Nioac e é elevado à categoria de município, ganhando o nome de Bela Vista (Lei Estadual nº 772, de 16/7/1918). Atualmente, a cidade é composta pelo município-sede e também pelo distrito de Nossa Senhora de Fátima. As principais atividades econômicas da cidade são a agropecuária, principalmente a plantação de grãos e a criação e gado, bem como o ecoturismo.

Diagnóstico da Segurança Pública em Bela Vista

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 23.395 habitantes
Homicídios (2012): 06
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Poder Judiciário.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.127 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 900 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 23.395 habitantes				
Homicídios (2012): 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	10	Praças	25
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	10		3	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	3		2	
Fax	1		-	
Scanner	-		1	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente		Ocasionalmente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	

Rádio em viaturas (analógico)	2	2
Rádio portátil (HT)	2	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	5	1
Arquivos em ficha de papel	5	3
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	11	8
Colete antibalísticos	11	9
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	capacetes de motocicletas
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	6
Carabina	1	1
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	1
Revólver	8	5
Pistola	11	23
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	35	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	80	*

Polícia Civil

Atualmente, a delegacia de Bela Vista conta com a presença de um delegado de polícia e dez agentes/investigadores. Estes últimos alternam-se em turnos de trabalho para também dar conta dos regimes de plantão. Na avaliação dos próprios policiais, a infraestrutura da delegacia não oferece condições adequadas de trabalho. O prédio da unidade é antigo e já não tem mais condições de receber reformas. Os policiais contam com apenas duas viaturas, com combustível considerado razoavelmente suficiente para as demandas da unidade. A delegacia conta com carceragem que, por ocasião de realização desta pesquisa, abrigava 20 detentos (a capacidade total é para 35 presos).

No que se refere à infraestrutura de equipamentos, a delegacia conta com 10 computadores (entre eles cinco são notebooks), duas impressoras, três telefones fixos, uma estação de rádio analógica (que sustenta a comunicação a partir de dois rádios analógicos instalados em viaturas e outros dois HTs), duas máquinas fotográficas e uma filmadora. A unidade também tem acesso à internet, mas com velocidade de apenas 256 Kbps. A gestão dos dados da delegacia é feita por meio de sistemas simples de registros de

ocorrências e de inquiridos, que não são integrados aos de outras instituições do estado, tais como o Ministério Público e o Poder Judiciário, nem com o banco de dados de órgãos nacionais. A delegacia conta ainda com armamento bastante variado, com uma carabina, uma espingarda, uma submetralhadora, oito revólveres e onze pistolas semiautomáticas.

De acordo com o que foi apurado em campo, a Polícia Civil de Bela Vista mantém parcerias institucionais informais com outras instituições de segurança pública locais, tais como a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário. No entanto, tais parcerias parecem se limitar a contatos pouco sistematizados, uma vez que os policiais civis não participam institucionalmente de nenhum coletivo de gestão, como o GGIF ou GGIM. Apenas pontualmente a delegacia local colabora com operações do GGIF e com a Operação Sentinela. A mesma informalidade pode ser observada nas relações com instituições de países vizinhos, com contatos esporádicos para troca de informações sobre casos específicos.

Questionados sobre instituições com as quais gostariam de manter ou reforçar parcerias, os policiais civis mencionam apenas a Polícia Federal (PF). No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional, ou mesmo informal, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Polícia Militar

Em Bela Vista, a Polícia Militar se faz presente por meio de um batalhão, que conta com o trabalho de um oficial e 25 praças, que se alternam diariamente em turnos de serviço variados. Assim como a delegacia da Polícia Civil, a sede do pelotão também não oferece condições de trabalho adequadas ao trabalho policial. Na avaliação dos próprios policiais, a infraestrutura física da unidade é “antiga e precisa de reformas”.

O batalhão de Bela Vista faz uso de duas viaturas e quatro motocicletas para patrulhamento da cidade, bem como com um fuzil de uso coletivo, uma espingarda, uma carabina, cinco revólveres e 23 pistolas semiautomáticas (todas as armas contando com munição considerada suficiente para a demanda local). A unidade conta ainda com quatro computadores (sendo um deles um notebook), uma impressora, dois telefones fixos, um scanner, uma estação de rádio analógica (que sustenta a comunicação de dois rádios instalados em viaturas), uma máquina fotográfica e acesso à internet de um mega de velocidade. O batalhão mantém um sistema de informações que torna possível a produção e manutenção de banco de dados informatizado, com estatísticas criminais. No entanto, tal sistema não se encontra conectado aos sistemas de informação de outras instituições.

Em Bela Vista, os militares participam institucionalmente do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e mantêm relações informais de troca de informação com os policiais civis do município, bem como com a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Atualmente, os PMs da cidade participam da Operação Sentinela, mas não mantêm qualquer relação com instituições de segurança pública do Paraguai. Questionados sobre instituições com as quais gostariam de incrementar parcerias, os policiais militares mencionam a Polícia Civil. No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional para incrementar trabalhos conjuntos.

Instituições de Justiça e de representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	14				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas adequada e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

Bela Vista é hoje sede da comarca que abrange, além do próprio município, a cidade vizinha de Caracol. Quatorze funcionários trabalham no Fórum, que é de entrância intermediária (conta com 2ª entrância, por meio de vara única) e conta com um juiz atendendo a casos típicos de Juizado Especial Criminal, Juizado Criminal e Infância e Juventude. Também compõem a comarca um promotor de justiça e um defensor público (de acordo com as vagas previstas para a comarca, existe hoje uma defasagem de um juiz, um promotor e um defensor público).

A infraestrutura do prédio do Fórum é considerada adequada aos trabalhos judiciários, com instalações relativamente antigas, mas em boas condições de conservação. No que se refere a equipamentos, a unidade conta com um carro oficial, 25 computadores, seis impressoras, seis telefones fixos, dois aparelhos de fax, seis scanners e acesso à internet com velocidade de um mega. Essa estrutura sustenta um sistema de gestão de informações que trabalha com gestão de recursos humanos, estoque, controle de viaturas e de armas apreendidas, protocolo, distribuição de autos e gestão financeira (o sistema de dados e informações do Fórum encontra-se interligado ao sistema do Ministério Público). O órgão produz ainda estatísticas da comarca, com dados retroativos ao ano de 2008.

Institucionalmente, o Poder Judiciário de Bela Vista mantém parceria regular apenas com o Ministério Público e a Polícia Civil local. Tal parceria desenvolve-se por meio de reuniões gerenciais bimestrais, realizadas na sede do próprio Fórum. Além disso, a comarca local apoia anualmente a Operação Sentinela.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, tampouco uma equipe profissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa do número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de seis pessoas e uma delas cumpriu medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o próprio Juizado e os dois atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram o furto e o tráfico de drogas.

Ministério Público

Em Bela Vista, o Ministério Público se faz presente por meio de uma sede própria, com instalações consideradas adequadas ao trabalho do órgão. Atualmente, a entidade mantém parceria institucional com o Poder Judiciário e com a Polícia Civil, por meio de reuniões gerenciais bimestrais. Além disso, anualmente a instituição também colabora com a Operação Sentinela. No entanto, o MP local ressent-se não apenas de recursos humanos (existe apenas um promotor para a cidade, apesar da previsão de dois profissionais), mas também de maior articulação com a Polícia Militar, bem como com instituições de segurança pública do Paraguai.

Conselho Tutelar

Bela Vista também possui uma unidade do Conselho Tutelar, cujos trabalhos são realizados por cinco conselheiros, em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. De acordo com os conselheiros, a instituição enfrenta diversas dificuldades no município. A primeira diz respeito à infraestrutura do imóvel onde fica o Conselho, que não oferece condições adequadas para o trabalho da entidade. Além disso, os conselheiros reclamam de dificuldades de relacionamento com o Poder Executivo, bem como da falta de reconhecimento do próprio Conselho Tutelar por parte do Poder Público em geral.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Na percepção dos atores institucionais locais, o fato de Bela Vista estar localizada na faixa fronteira é prejudicial para seu desenvolvimento econômico. De acordo com os moradores entrevistados, a proximidade com o Paraguai (apenas uma ponte separa a cidade do distrito de Bella Vista Norte, no Paraguai) faz com que grande parte dos recursos gerados na cidade sejam gastos ou aplicados no núcleo urbano vizinho. Muitos são os relatos de empresas ou estabelecimentos comerciais brasileiros que, ao longo das últimas

décadas, se viram obrigados a fechar suas portas por não suportarem a concorrência dos correspondentes do lado paraguaio. A percepção geral manifestada pelos entrevistados é a de que a economia de Bela Vista encontra-se estagnada justamente por causa de sua posição de fronteira, combinada à ausência de políticas públicas de desenvolvimento que levem em conta tal especificidade.

No que diz respeito às questões de segurança pública, os atores institucionais entrevistados não possuem uma percepção uniforme sobre os impactos específicos que a posição de fronteira projetaria sobre as dinâmicas de violência e criminalidade de Bela Vista. Representantes das polícias Civil e Militar, por exemplo, não concordaram com a afirmação de que “o município de Bela Vista possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”. Essa afirmação, no entanto, recebeu forte concordância por parte dos representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. Por sua vez, todos os atores institucionais entrevistados concordaram com a afirmação de que “nas regiões de fronteira, o porte de armas é mais comum do que em outras regiões”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Bela Vista, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, imigração ilegal, crimes ambientais, disputa por terras, exploração sexual infantojuvenil e trabalho escravo.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, venda de drogas e pagamento de propinas a funcionários públicos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Aral Moreira

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Muito Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Raramente
Poder Judiciário	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito Frequentemente

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furto serem a residências, ao comércio e de motocicletas. Já os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos de motocicleta e a transeunte, seguidos por ao estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados prioritariamente fraudes contra o comércio e os falsos sorteios. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As três principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e conflitos por posse de terras e propriedades.

No que se refere à violência letal, os entrevistados afirmam que a maioria dos homicídios registrados em Bela Vista decorrem de brigas de bar, de episódios de violência doméstica e conflitos entre vizinhos, bem como de acerto de contas entre criminosos. O tráfico de drogas, apesar de ser apontado como um problema de segurança pública bastante presente no município, principalmente no que diz respeito à venda local de maconha, crack, não figura na percepção dos entrevistados como uma das principais causas de morte violenta. Já entre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Bela Vista são o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Especificamente no que diz respeito à questão dos mercados ilegais e/ou informais, os policiais ouvidos pela pesquisa revelam a existência de importante fluxo de veículos (furtados e roubados) entre os dois lados da fronteira, bem como o descaminho de autopeças, contrabando de cigarros e o tráfico de drogas (principalmente maconha e pasta base de cocaína).

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Ao longo dos últimos anos, Bela Vista tem aparecido em diversos relatórios de investigação da Polícia Federal como um importante ponto de entrada de drogas no território brasileiro⁷. De acordo com alguns desses documentos, a área do município tem fazendas que seriam utilizadas como entrepostos para armazenamento e transporte de drogas para as regiões Sul, Sudeste e Norte do País. Carregamentos de maconha e cocaína cruzariam a fronteira paraguaia por estradas vicinais que cortam as fazendas, ou mesmo dentro de pequenos aviões que pousam nas propriedades em pistas clandestinas. De lá, seguem por meios diversos para outros estados.

Esse possível aumento da participação de Bela Vista nas rotas de tráfico internacional de drogas é fortemente percebido pelos moradores e atores-chave entrevistados pela pesquisa. De acordo com praticamente todos eles, o recente aumento da repressão policial em municípios de maior porte, como Ponta Porã e Corumbá (historicamente identificados como duas das maiores portas de entrada de drogas no Brasil), teria feito com que, nos últimos anos, as rotas de tráfico começassem a passar por cidades menores da região, entre elas Bela Vista.

De acordo com os moradores ouvidos pela pesquisa, muitos são os sinais de que o município estaria adquirindo maior importância nos fluxos de entrada de drogas no país.

⁷ Sobre a inserção de Bela Vista em rotas de tráfico internacional de drogas, ver:

(1)<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff040824.htm>

(2)<http://www.amambainoticias.com.br/policia/estado-tem-7-corredores-de-trafico-de-drogas-e-armas-na-fronteira>

Muitos mencionam um possível aquecimento do mercado interno de entorpecentes, materializado por meio do grande aumento da quantidade de pontos de venda de drogas nos bairros de periferia da cidade. Além disso, citam também a chegada de supostos grandes traficantes à cidade, instalados em casas de luxo e utilizando frotas de veículos importados. Outros falam sobre o aparecimento de um discurso recorrente entre policiais que, em contato com alguns moradores, admitem que alguns destes grandes traficantes que começam a se instalar na cidade estariam fora do alcance das forças policiais locais. O que se observou durante a pesquisa, portanto, é que existe uma percepção fortemente arraigada entre os moradores de que, recentemente, Bela Vista tem ganhado importância nos esquemas de transporte e distribuição de drogas para outros estados brasileiros.

Apesar disso, essa dinâmica parece ainda não afetar de forma mais direta os índices de violência e criminalidade do município. Na percepção de praticamente todos os atores entrevistados, a cidade é relativamente tranquila, com ocorrências ocasionais de furtos e roubos a residências e a estabelecimentos comerciais, bem como também episódios esporádicos de violência interpessoal, ligados ao consumo de bebidas alcoólicas, brigas de bar e alguns conflitos ocasionais entre criminosos. Além disso, os entrevistados também relatam muitos casos de violência doméstica contra crianças e mulheres.

Uma questão muito observada por todos os entrevistados é a consolidação relativamente recente de um mercado varejista de drogas nos bairros da periferia da cidade. De acordo com representantes de instituições locais, diversos pontos de venda de maconha e crack estariam sendo criados no município, envolvendo grupos de jovens moradores de bairros pobres da cidade. No entanto, os entrevistados ainda não conseguem correlacionar a consolidação deste mercado à possível emergência de dinâmicas mais intensas de violência interpessoal. Apenas alguns furtos e roubos praticados em Bela Vista teriam relação indireta com o tráfico, na medida em que os produtos roubados no Brasil estariam sendo levados para o Paraguai e trocados por drogas.

Outra percepção bastante presente entre os atores ouvidos pela pesquisa diz respeito à precariedade da infraestrutura de segurança pública da cidade, bem como a pouca integração de suas ações com os projetos desenvolvidos por instituições que atuam em outras áreas temáticas (saúde e educação, por exemplo). Além da precariedade da estrutura de segurança pública do município, os moradores também falaram muito sobre o possível envolvimento dos policiais do lado paraguaio com esquemas de contrabando e tráfico de drogas. Os entrevistados citaram episódios recorrentes de prevaricação e extorsão praticados por policiais paraguaios e da pouca articulação da polícia brasileira com seus correspondentes do outro lado da fronteira.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Apenas uma ponte separa a cidade de Bela Vista (MS) do distrito de Bella Vista Norte no Paraguai. Essa proximidade com outro núcleo urbano é vista pela grande maioria dos entrevistados como prejudicial para o desenvolvimento econômico da cidade. De acordo com os moradores ouvidos pela pesquisa, a proximidade com o distrito paraguaio fez com que, nos últimos anos, diversos estabelecimentos comerciais e empreendimentos encerrassem suas atividades em Bela Vista e se transferissem para o outro lado da fronteira em busca de menores taxas tributárias. Além disso, boa parte dos habitantes do lado brasileiro prefere fazer compras no Paraguai, por causa dos preços mais atraentes, hábito que acaba enfraquecendo as atividades comerciais em Bela Vista.

Além da questão comercial, os atores-chave ouvidos pela pesquisa também criticam a intensa utilização dos serviços públicos brasileiros (saúde e educação) por parte dos paraguaios que vivem em Bella Vista Norte. O que se observa, portanto, é que, na opinião dos moradores entrevistados, a localização em faixa de fronteira não representa necessariamente um benefício para o município de Bela Vista.

Conclusão

Segundo levantamentos recentes da Polícia Federal, Bela Vista parece estar se constituindo em um importante centro de armazenamento e distribuição de drogas vindas do Paraguai. As drogas entrariam em território brasileiro por meio das fazendas locais, utilizando-se de uma intrincada malha de pequenas estradas vicinais que cortam as propriedades, bem como pistas de pouso clandestinas para aviões de pequeno porte.

Apesar disso, todos os moradores (e mesmo os operadores de segurança pública) ouvidos pela pesquisa afirmam que essa dinâmica parece não influenciar significativamente os níveis de violência da cidade. A maioria das ocorrências registradas em Bela Vista diz respeito a furtos, roubos e apreensões relativamente pequenas de drogas. Mesmo os homicídios e demais crimes contra a pessoa ocorridos no município parecem estar vinculados a conflitos e a desentendimentos interpessoais ocasionais, sem muita vinculação direta com os mercados ilegais de drogas.

Fotos do Município de Bela Vista

Sede do Batalhão da PM de Bela Vista



Sede do Fórum de Bela Vista



Prefeitura Municipal de Bela Vista e Igreja Santo Afonso



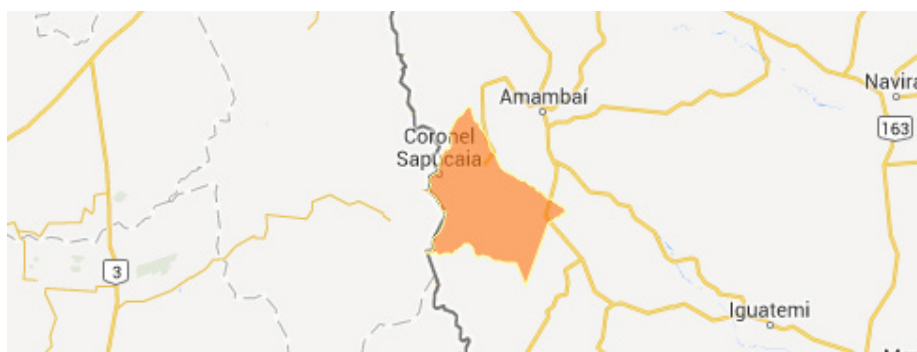
Câmara Municipal de Bela Vista



Coronel Sapucaia

O município de Coronel Sapucaia encontra-se na região sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 420 km da capital Campo Grande. Coronel Sapucaia faz limite com os municípios sul-mato-grossenses de Amambai, Aral Moreira e Paranhos e fronteira terrestre com o município paraguaio de Capitán Bado, ao qual está ligado por um tecido urbano contínuo. As estradas que dão acesso a Coronel Sapucaia são as rodovias estaduais MS 165, que segue a linha de fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, e MS 289, que segue em direção à BR 163.

Mapa – Município de Coronel Sapucaia e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500315&search=mato-grosso-do-sul|coronel-sapucaia>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei Estadual 623, de 30 de dezembro de 1985
Localização: sudoeste do Mato Grosso do Sul (arco central)
Área (2010): 1.025,050 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Aral Moreira, a nordeste com Amambaí, a sudeste com Tacuru, a sul com Paranhos e a oeste com o Paraguai
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 14.254 habitantes
Densidade demográfica: 13,9 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 95.738.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 6.807,30
IDH-M (2010): 0,589
Gentílico: sapucaense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde atualmente se encontra o município de Coronel Sapucaia era conhecida como Nhu-Verá, que significa “campo que brilha” em Guarani. Havia no local um posto de abastecimento montado pela Companhia Mate Laranjeira para a exploração de erva-mate. No ano de 1947, acabou o prazo do controle que a Cia. Mate Laranjeira mantinha com o antigo estado de Mato Grosso, a região compreendida pelo contrato passou a ser liberada para a ocupação, principalmente as paragens de carretas, que a Companhia Mate Laranjeira não ocupava mais, a fim de serem fracionadas e divididas entre os povoadores.

No dia 2 de dezembro de 1938 foi expedida Certidão para criação do Patrimônio da povoação de Nhu-Verá, denominada como distrito de Paz de Antônio João, então situada no município de Ponta Porã. A denominação Antônio João foi concedida em homenagem ao militar Brasileiro que morreu na guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Em 1948, o distrito de Paz de Antônio João, passou a pertencer a Amambai e, em 1967, teve seu nome modificado para Coronel Sapucaia. Este nome também homenageia um militar reputado na região. O distrito de Coronel Sapucaia foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual 623, de 30-12-1985, desmembrando-se assim do município de Amambaí. Atualmente é composto apenas do distrito-sede.

Diagnóstico da Segurança Pública em Coronel Sapucaia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 14.254 habitantes
Homicídios (2012): 16
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 7.127 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.425 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 14.254 habitantes				
Homicídios (2012): 16				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	3
	Agentes	2	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas precisando de reformas		Antiga e sem condição de reformas ou aproveitamentos	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Antigas e sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		2	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-

Segurança Pública nas Fronteiras

Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	-	2	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	1	-
Rádio em viaturas (analógico)	2	-	1	-
Rádio portátil (HT)	-	-	1	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	2	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	2	-	3	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2	-	5	-
Colete antibalísticos	2	-	10	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	9	-
Carabina	-	-	1	-
Espingarda	-	-	1	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	1	-
Revólver	1	-	-	-
Pistola	2	-	9	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	-		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	30		*	

Polícia Civil

Existe no município de Coronel Sapucaia 1 delegacia da Polícia Civil que, à época da pesquisa, estava sem delegado titular, pois este havia sido recentemente transferido⁸. A delegacia contava, portanto, com apenas dois agentes e um perito em atividade. Os dois agentes se revezam no plantão durante uma semana, alternadamente. Ambos residem em Amambai, permanecendo em Coronel Sapucaia de segunda a sexta-feira, o que faz com que aos sábados e aos domingos a delegacia não funcione.

A delegacia, localizada na linha de fronteira, possui carceragem com duas celas para um total de quatro detentos cada uma. Porém, desde que a delegacia sofreu um ataque perpetrado por indivíduos que, do lado paraguaio da fronteira, que derrubaram, com um trator e cabo de aço, uma das paredes para promover a fuga de detentos, a carceragem encontra-se desativada por absoluta falta de segurança. Por isso, o representante da Polícia Civil destacou que o maior problema das instalações da unidade reside exatamente na sua localização.

No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. Quanto à gestão de dados, o único sistema de administração que a Polícia Civil de Coronel Sapucaia utiliza é o sistema de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg, e são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Em Coronel Sapucaia, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são de desconfiança. A Polícia Civil de Coronel Sapucaia não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Coronel Sapucaia há um Pelotão de Polícia Militar, subordinado à 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, sediada em Amambai. O pelotão conta com um efetivo de 1 oficial e 9 praças. Nesta unidade, encontram-se sistemas de administração

⁸ Verificou-se que já foi nomeado um delegado titular para atuar na delegacia de Coronel Sapucaia: http://www.policiacivil.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=160&id_comp=1961&id_reg=11335&vol-tar=lista&site_reg=160&id_comp_orig=1961 (acesso em 02/02/2014)

que são utilizados para gerir o sistema de protocolos, de recursos humanos e de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Há acesso à internet na unidade pesquisada. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de casos tipificados na Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o Exército. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Coronel Sapucaia, a Polícia Militar possui uma relação amigável com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Coronel Sapucaia estar situado na faixa de fronteira não constitui fator determinante para o seu desenvolvimento econômico, seja porque o maior volume de compras no comércio ocorre no país vizinho, o que traz prejuízo para o comércio local, seja porque a população do país vizinho utiliza a estrutura do Brasil para o atendimento da educação, moradia e saúde, entre outros, sem que o município receba recursos extras para isso. Essa visão é compartilhada por diversos outros atores sociais entrevistados. Alguns entrevistados sugeriram a criação de uma zona franca naquela linha de fronteira, o que já tem sido objeto de discussão com o prefeito de Capitán Bado no PARLIM, órgão local criado para a discussão de ações conjuntas como esta.

No entanto, os representantes da sociedade civil entrevistados enfatizaram que, diferentemente de outros municípios da fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai – como Mundo Novo e Ponta Porã – Coronel Sapucaia não está próximo a um polo comercial bem desenvolvido do lado paraguaio. No município de Capitán Bado, há apenas um centro comercial importante, logo, não havendo competição, os preços não

são tão vantajosos quanto os encontrados em Pedro Juan Cabalero e Salto del Guairá. Os entrevistados consideram que, por isso, a cidade deixa de lucrar com o turismo de pessoas interessadas em fazer compras no Paraguai. O anúncio da vinda do Shopping China para Capitán Bado foi recebida com muito entusiasmo pelos moradores, pois acreditam que isso movimentaria a economia local, propiciando investimentos na área de hotelaria, lazer, alimentação, etc. No entanto, alguns entrevistados culpam a falta de estrutura do município e a precariedade das estradas de acesso como os motivos pelos quais o Shopping China e demais centros comerciais ainda não se instalaram na região.

Todos os entrevistados das instituições pesquisadas em Coronel Sapucaia concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade por estar na faixa de fronteira. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Coronel Sapucaia é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, disputa por terras, exploração sexual infantojuvenil, imigração ilegal e crimes ambientais. Para os entrevistados, o fato de estar próximo à fronteira não é um fator positivo.

Uma importante particularidade da fronteira de Coronel Sapucaia com o Paraguai é a inserção do município na rota de entrada de drogas ilícitas no país, em especial a maconha, cultivada do lado paraguaio, mas também, mais recentemente, cocaína, pasta base e crack. A cidade foi, no início dos anos 2000, palco de conflitos armados entre grupos de atacadistas do tráfico, ficando nacionalmente conhecida como uma região muito violenta. Embora os entrevistados discordem que Coronel Sapucaia continue tão violenta quanto já foi, eles argumentam que a representação negativa do município na mídia contribui para afastar investidores e agravar o problema da falta de empregos.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Coronel Sapucaia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residência, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o roubo e/ou furto de gado e de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi mencionado apenas o uso de cartão de benefícios de aposentados.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar; foram citados também os conflitos relacionados aos mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: situação doméstica, brigas de bar, acerto de contas entre criminosos, conflitos de terras, e o representante da Polícia Militar citou conflitos indígenas. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Coronel Sapucaia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e mulheres adultas e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Os representantes da sociedade civil entrevistados mostraram-se muito preocupados com a representação de Coronel Sapucaia como o município mais violento do Mato Grosso do Sul e um dos mais violentos do país. Nos estudos divulgados anualmente pelo Instituto Sangrari com base nos dados do Data SUS – Mapa da Violência –, Coronel Sapucaia apareceu por anos seguidos na lista dos 10 municípios mais violentos do país, chegando a ocupar a primeira posição deste ranking na divulgação dos dados referentes ao ano de 2006 (Waiselfisz, 2008). A cada divulgação do Mapa da Violência na imprensa, as autoridades locais expressam grande descontentamento⁹.

Para os entrevistados, a alta taxa de homicídios se deve ao fato de que crimes ocorridos no Paraguai ou em outros municípios são registrados em Coronel Sapucaia, devido ao encaminhamento das vítimas para o hospital local, onde acabam sendo contabilizados os óbitos. A sensação de insegurança é, na opinião dos moradores, muito semelhante à experimentada em outras tantas cidades. Consideram que os roubos são a principal causa da insegurança e não tanto os homicídios, pois estes não seriam mais tão frequentes quanto outrora e ocorreriam apenas entre as pessoas envolvidas com atividades ilícitas, não afetando as rotinas locais.

O tráfico de drogas

O período apontado como o mais crítico da violência em Coronel Sapucaia foi o início dos anos 2000, quando ocorreram muitos homicídios relacionados aos conflitos entre os traficantes de drogas Fernandinho Beira-Mar e João Morel. Ambos teriam sido

⁹ <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/mapa-da-violencia-desagrada-a-prefeito-de-coronel-sapucaia-6998d8f70dda3db9ab8c8ce5d7ec5ab4> (acessado em 04/06/2014).

parceiros durante alguns anos, mas Beira-Mar teria rompido com seu sócio por acreditar que seus filhos Ramão e Mauro Morel teriam colaborado com a polícia para prendê-lo¹⁰. Diversos homicídios são atribuídos a essa disputa, até mesmo a morte de João Morel, dentro da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande, e de seus dois filhos Ramão e Mauro Morel, fuzilados dias antes em Capitán Bado. Beira-Mar foi condenado como o mandante do assassinato de João Morel, que ele teria ordenado após ser jurado de morte pelo sócio, em vingança à morte de seus dois filhos.¹¹

Os entrevistados relataram que João Morel e sua família eram muito respeitados em Coronel Sapucaia, embora fosse notório o seu envolvimento com o tráfico de drogas. Profissionais da saúde relataram que ao chegarem vítimas de crimes violentos no hospital, funcionários da família Morel compareciam para dizer se a vítima poderia ou não ser tratada pelos médicos, coagindo muitas vezes os profissionais a não prestarem socorro. Ainda assim, houve quem argumentasse que enquanto a família Morel mantivesse o controle da região, outros grupos não se arriscariam a instalar-se no município. A vinda de Fernandinho Beira-Mar é percebida como um ponto de inflexão na situação de segurança em Coronel Sapucaia, pois teria tornado a cidade conhecida como a maior fornecedora de drogas para as favelas do Rio de Janeiro e demais centros urbanos, o que repercutiu negativamente e ainda atraiu muitos criminosos para o município. Acredita-se que após a morte de membros da família Morel, diversos traficantes teriam passado a atuar na região, de modo mais fragmentário do que antes.

Os entrevistados afirmaram que nem a família Morel, nem Beira-Mar possuem ainda influência sobre o tráfico da região. Eles rejeitam a ideia de que ainda hoje existam grandes patrões que controlem os fluxos de drogas que passam por Coronel Sapucaia. Pequenos agricultores produzem maconha em propriedades do lado paraguaio e vendem em “bocas de fumo” facilmente encontradas no país vizinho para brasileiros que trazem a droga para o Brasil por conta própria. Acredita-se que os agricultores preferem correr o risco de ter suas colheitas de maconha destruídas pela polícia a plantar outros gêneros, pois a maconha é mais valorizada. Na época da colheita de outros produtos, como o milho e o algodão, o preço do quilo fica muito desvalorizado. Por isso, o cultivo da maconha é considerado legítimo no lado paraguaio e os agricultores não são vistos como criminosos. Alguns entrevistados relataram conhecer pessoas que plantam maconha e um deles mencionou o caso de um plantador que deslocou suas atividades para o plantio de milho.

Pouco tempo antes da realização das entrevistas, um caminhão havia sido apreendido com 9 toneladas de maconha. Quando questionados sobre essa enorme quantidade em um único caminhão, alguns entrevistados empregaram o termo

10 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u20612.shtml> (acessado em 04/06/2014).

11 <http://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2001512/beira-mar-e-condenado-a-15-anos-de-reclusao-pela-morte-de-morel> (acessado em 04/06/2014).

“consórcio” para se referir às associações entre diversos produtores e revendedores para formar grandes carregamentos. Confirmaram que existem gerentes que articulam esses “consórcios”, mas negaram que eles possam ser considerados “patrões”, pois são peças facilmente substituíveis na organização do tráfico de drogas. Ressaltaram ainda que a maior parte da droga que cruza a fronteira passa em carregamentos menores, pois qualquer um consegue facilmente comprar maconha no lado paraguaio.

Embora haja consenso entre os entrevistados sobre não haver mais um monopólio ou oligopólio do tráfico internacional em Coronel Sapucaia, um deles ressaltou a existência de dois grupos que se aproximariam do que se entende por crime organizado: uma família envolvida principalmente com roubo de carros e de motos, mas que também atuaria no tráfico; e um grupo liderado por um ex-candidato a deputado que teria sido proibido de se candidatar, tanto no Brasil quanto no Paraguai, mas que continuaria articulando grupos envolvidos com a política e o tráfico de drogas. Os dois grupos assinalados seriam rivais.

Quanto à presença de facções criminosas, os entrevistados não acreditam que elas possuam influência sobre a região, apesar da relação histórica de Coronel Sapucaia com o Comando Vermelho, por meio de Beira-mar. Houve uma menção ao Primeiro Comando da Capital (PCC), quando relatado o caso de um jovem ameaçado dentro da escola por outro rapaz que não era aluno e dizia que, se ele não pagasse determinada quantia, seria morto pelo PCC. No entanto, os entrevistados argumentam que membros dessas facções apenas buscam drogas na região, sem exercer qualquer controle sobre o mercado local.

Crimes contra o patrimônio

Foi unânime a opinião de que roubos e furtos são a maior causa da sensação de insegurança em Coronel Sapucaia, embora se trate de um município com menos de 20 mil habitantes. Um entrevistado relatou que ocorria entre 6 e 10 furtos de bicicleta dentro da escola a cada ano, o que só melhorou após subirem o muro que circundava o pátio. Os roubos considerados mais comuns são roubos de motos e de carros, que serviriam como moeda de troca para a compra de drogas no Paraguai. A proximidade com a fronteira facilita a prática desse tipo de crime, pois é possível atravessar os limites nacionais em poucos minutos e não há fiscalização da situação dos veículos no país vizinho. Os entrevistados compartilham da impressão de que a incidência de roubos é maior em períodos imediatamente posteriores à apreensão de grandes carregamentos, o que indicaria uma conexão entre a prática de roubos e o tráfico de drogas.

Percepção das forças de segurança

Os representantes da sociedade civil entrevistados consideram insuficiente o efetivo policial alocado no município. Gostariam que houvesse mais viaturas e homens

na Polícia Militar local, pois se queixam da falta de policiamento ostensivo e da demora no atendimento às ocorrências. Houve quem expressasse o desejo de ter o Exército presente no município, embora fazendo ressalvas sobre isso não significar uma nostalgia com relação ao período da ditadura militar. Também foi enfatizado que, quando o DOF está presente no município, a população se sente mais segura, pois os criminosos deixam temporariamente de agir.

Quanto à atuação da polícia no combate ao tráfico e contrabando, foi exposto que os policiais locais não podem reprimir essas atividades sem colocar a sua própria vida e de seus familiares em risco ou, como nas palavras de um integrante do grupo focal, não se pode “bancar o super-homem”. Acreditam que a repressão aos grupos criminosos é mais efetiva quando desempenhada por policiais da Polícia federal ou do DOF, que fazem uma operação pontual e depois vão embora. Os policiais locais estariam muito expostos a eventuais retaliações de grupos criminosos e seriam, portanto, coniventes. Houve apenas uma menção à corrupção policial, referindo-se aos tempos passados, quando, supostamente, delegados e comandantes da PM frequentariam festas de poderosos traficantes. Embora ainda se desconfie que policiais deixem passar grandes carregamentos de drogas e contrabando, acredita-se que esta situação tenha melhorado. Quanto à polícia paraguaia, esta é vista como mais despreparada e mais corrupta que a brasileira, devido aos baixíssimos salários e à falta de viaturas e munição.

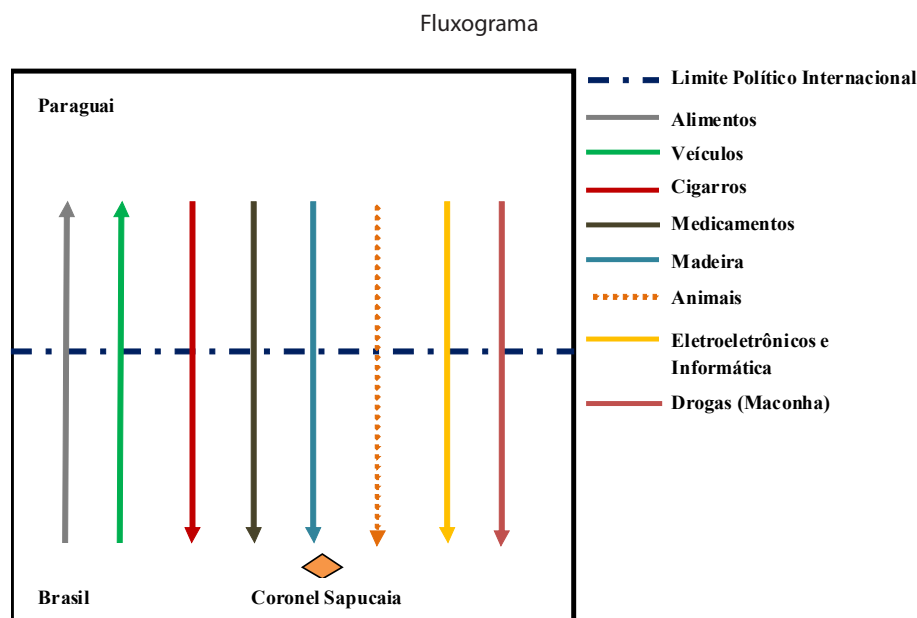
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A economia do município de Coronel Sapucaia é bastante prejudicada pela imagem de violência, entendida como um fator que contribui para afastar empresas do município. Faltam empregos, sendo o governo e a prefeitura os principais empregadores locais. A falta de oportunidades no mercado formal é considerada uma importante causa do envolvimento de pessoas com a criminalidade, principalmente os jovens.

Também a proximidade com o Paraguai impõe dificuldades ao comércio local devido à impossibilidade de competir com os preços de algumas mercadorias vendidas no país vizinho. Algumas já não compensam mais comprar do outro lado da fronteira como combustível e alimentos, mas as pessoas ainda compram eletroeletrônicos e demais produtos no Paraguai. No entanto, foi ressaltada a ausência de um polo comercial em Capitán Bado, o que leva os moradores de Coronel Sapucaia a procurar outras cidades paraguaias para fazer compras. Desse modo, os fatores negativos da proximidade com a fronteira não viriam acompanhados de contrapartidas positivas como o turismo de compristas, que poderia atrair hotéis, restaurantes e postos de gasolina para o município.

Os representantes da sociedade civil entrevistados afirmaram ser mais comum que compradores individuais tragam mercadorias do Paraguai, não sendo esta uma prática

organizada por grupos de atacadistas. Mas no que se refere a cigarros, medicamentos e defensivos agrícolas proibidos, as atividades de contrabando parecem ser mais organizadas. A figura abaixo ilustra quais mercadorias passam pela fronteira de Coronel Sapucaia e Capitán Bado, a partir dos questionários respondidos por representantes das polícias Civil e Militar:



Além dos alimentos comprados por paraguaios no Brasil, nota-se que a única outra mercadoria citada foram os veículos, devendo ser feita a ressalva de que se trata de veículos roubados ou furtados no Brasil. Já as mercadorias listadas como oriundas do Paraguai são principalmente aquelas que entram ilegalmente no país, em carregamentos de maconha, cigarros, madeira e medicamentos. Já com relação aos eletroeletrônicos e material de informática, boa parte é comprada legalmente dentro das cotas estabelecidas pela Receita Federal ou por consumidores individuais, ainda que acima da cota.

Muito embora se critique o impacto da concorrência das mercadorias paraguaias sobre o comércio local, há de se notar que boa parte dos empreendimentos do lado paraguaio, como lojas e fazendas, pertence a brasileiros, que tendem também a empregar brasileiros. Eles muitas vezes residem em Coronel Sapucaia, gastando no Brasil a renda gerada no país vizinho. Foi informado que o governo paraguaio passou a exigir e fiscalizar as fazendas para que não contratassem apenas brasileiros, obrigando a contratar pelo menos 50% de funcionários paraguaios.

Serviços públicos na fronteira

Como destacou um dos entrevistados, embora todos os alunos matriculados nas escolas de Coronel Sapucaia possuam registros brasileiros, a maior parte deles é paraguaia, estimando que entre 25% a 30% dos alunos matriculados vivam efetivamente do lado

paraguaio da fronteira. Percentual próximo daquele informado pelas representantes da APAE local: dos 60 alunos atendidos pela entidade, 12 são paraguaios, aos quais é destinado um veículo para buscá-los diariamente em suas residências em Capitán Bado.

Uma dificuldade assinalada por profissionais da saúde e da prefeitura foi a falta de recursos para atender às demandas no hospital e no posto de saúde de Coronel Sapucaia. Os repasses da saúde consideram apenas a população do município, quando, na verdade, o hospital atende também pessoas que não residem em Coronel Sapucaia, sobretudo os paraguaios e brasileiros que vivem no país vizinho. Embora seja exigido um documento de identidade com foto e carteira do SUS ou comprovante de residência no Brasil para que o atendimento seja realizado, as emergências não incorrem nas mesmas exigências e acabam sobrecarregando o sistema. O projeto SIS Fronteira foi uma iniciativa no sentido de amenizar esse tipo de problema e possibilitar o acesso de estrangeiros aos serviços de saúde no Brasil, contudo, os repasses eram muito pequenos e, por isso, não houve continuidade para este projeto em Coronel Sapucaia. O grande fluxo de atendimento a pacientes oriundos do Paraguai no hospital local inclui também o atendimento a gestantes que utilizam esse serviço no Brasil, entre outros motivos, para que seus filhos obtenham dupla cidadania e, posteriormente, possam usufruir de outros serviços públicos brasileiros.

Os serviços públicos também são impactados pelo problema local da violência ligada a mercados ilegais. Anos atrás, a direção da escola foi avisada por traficantes que um determinado aluno deveria devolver um bem roubado ou seria morto. Foi relatado também por profissionais da saúde que, no passado, lideranças do tráfico determinavam quem deveria ou não ser devidamente atendido, de modo que os profissionais foram por vezes coagidos a negar prestação de socorro a vítimas baleadas. No ano de 2012, uma pessoa chegou a ser assassinada dentro do hospital, durante o atendimento. Não são raros os casos de vítimas de disparos de arma de fogo ou esfaqueadas que dão entrada no hospital, mas os acidentes de trânsito seriam as causas mais frequentes de lesão corporal ou morte violenta no município, na opinião dos entrevistados.

A questão indígena

No município de Coronel Sapucaia encontra-se a reserva indígena de Itaqueri, com 1.777 hectares demarcados e 2.571 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá. Há também o acampamento indígena de Kurussu Ambá, onde centenas de indígenas reivindicam desde 2007 a demarcação de 2.200 hectares, ainda sem resposta. Indígenas desta aldeia foram mortos e feridos por homens armados durante quatro tentativas de retomada do território, ocorridas nos anos de 2007 e 2009.¹²

12 ver <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5730> (acesso 1/7/2014) e <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/517460—liderancas-indigenas-ameacadas-de-morte-nao-tem-protecao-assassinatos-continuam-impunes> (acesso 1/7/2014)

A disputa por terras se materializa tanto na violência (crime de pistolagem) praticada contra a população indígena por jagunços, seguranças privados e pistoleiros contratados por proprietários de terras para resolverem à força os conflitos, quanto em crimes ambientais, a exemplo da denúncia do desmatamento ilegal realizado por fazendeiros na região de Kurussu Ambá, localizada às margens da rodovia BR 163, que liga Coronel Sapucaia a Amambai.

Num indício de que esse tipo de violência pode, não raro, contar com a legitimação de parte da sociedade local, foi mencionado em entrevistas com representantes da sociedade que há incentivo de pessoas de outros locais, para que os índios de fora migrem e se apossam das terras na região, gerando assim conflitos no município. Chamou a atenção que, embora exista uma expressiva população indígena no município e conflitos relacionados à demarcação de terras, a maioria dos entrevistados pareceu não dar muita importância a esta questão.

Conclusão

O município de Coronel Sapucaia sofre com o problema de ser representado na imprensa como sendo muito violento. Isso, na opinião dos moradores, afasta investimentos. Segundo os entrevistados, a sensação de insegurança é muito semelhante a de outras cidades, contudo, a alta taxa de homicídios decorreria do encaminhamento de vítimas mortas no Paraguai ou outros municípios para o hospital local. A notoriedade da ligação desta região com o tráfico de drogas se deve em grande medida às histórias de conflitos envolvendo grandes traficantes como Fernandinho Beira-Mar e João Morel, que teriam tido muita repercussão na mídia. Coronel Sapucaia continua integrando as rotas de tráfico e contrabando, contudo, em regimes menos centralizados do que antes. O roubo de veículos foi também apontado como uma grande preocupação dos moradores, porém o efetivo policial do município é insuficiente para lidar com os problemas de segurança.

A proximidade com Capitán Bado, no Paraguai, prejudica o comércio local pela falta de competitividade dos preços brasileiros, sem a contrapartida de atrair o turismo de compristas, pois não há um centro comercial bem desenvolvido na região. A situação de fronteira também contribui para sobrecarregar os serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

Há ainda conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas, o que não está propriamente relacionado à situação de fronteira, mas à complexidade da questão indígena em todo o país e, mais especialmente, no Estado do Mato Grosso do Sul, onde o crescimento do agronegócio vem colidindo com os interesses de populações tradicionais.

Fotos do Município de Coronel Sapucaia

Delegacia de Polícia Civil em Coronel Sapucaia



Linha de fronteira em frente à delegacia de Coronel Sapucaia



Sede do Pelotão da Polícia Militar em Coronel Sapucaia



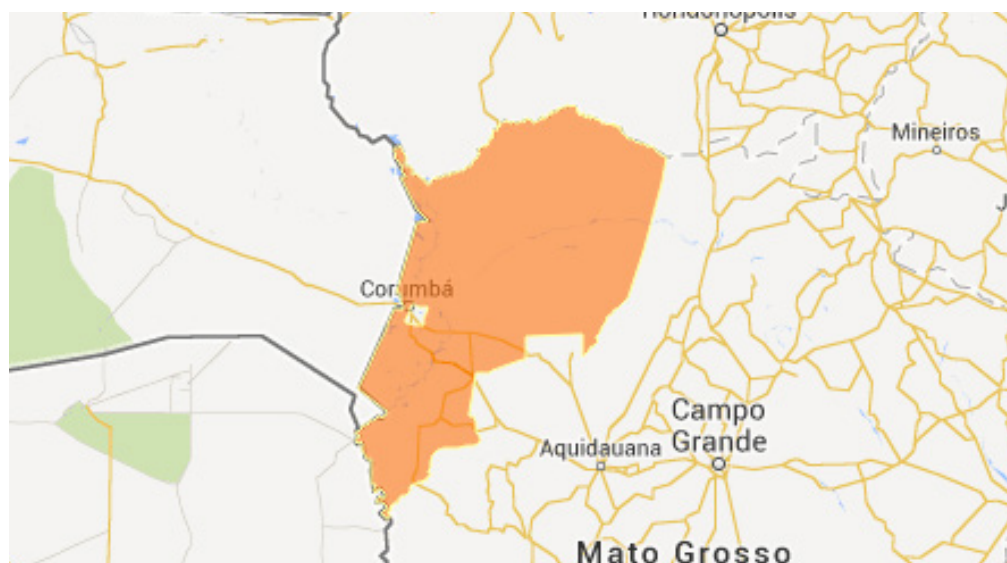
Pátio interno da Polícia Militar em Coronel Sapucaia



Corumbá

O Município de Corumbá foi criado pela Lei Provincial nº 525, de 15 de novembro de 1878. Está localizado no Noroeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 426 km da capital Campo Grande, à qual está ligada por via rodoviária (BR-262). Estabelece linha de fronteira com a Bolívia, sendo cidade-gêmea dos municípios bolivianos de Puerto Suarez e Puerto Quijaro, e também com o Paraguai, com a área rural pertencente ao município de Bahía Negra. Do lado brasileiro, mantém limites com as cidades de Porto Murtinho, Aquidauana, Miranda, entre outros menores do Estado do Mato Grosso do Sul.

Mapa–Município de Corumbá e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/232FC> (acessado em 11 de abril de 2014)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Provincial nº 525, de 15/11/1878
Localização: Noroeste do Mato Grosso do Sul (Arco Central)
Área (2010): 64.962,720 km ²
Fronteiras e limites: a Bolívia, o Paraguai e municípios de Porto Murtinho, Aquidauana, Miranda, entre outros
Acesso aéreo: Sim
Acesso fluvial: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 104.912 habitantes
Densidade demográfica: 1,61 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 3.248.688.000,00
PIB per capita (2011): R\$ 34.536,99
IDH-M (2010): 0,7
Gentílico: Corumbaense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A área onde hoje está localizada a cidade de Corumbá começou a ser ocupada ainda no século 16 por colonizadores portugueses em busca de ouro. Em 1778, para tentar impedir o avanço de exploradores espanhóis, o governo português fundou na região o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque. Em poucas décadas, o vilarejo se tornaria o principal entreposto comercial da região, em razão da grande quantidade de trilhas que a ligavam a outros pequenos vilarejos locais e também por causa da fácil navegabilidade propiciada pelo Rio Paraguai e seus afluentes para embarcações brasileiras

e paraguaias. Já em 1838, devido à sua grande importância comercial, o arraial foi elevado à categoria de distrito. Em 1850, ganhou o nome de Freguesia de Santa Cruz do Corumbá e foi elevado à categoria de município¹³. Em 1869, no entanto, perderia a qualificação de município, categoria à qual só seria novamente elevado em 1878.

Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), Corumbá foi palco de uma das principais batalhas do conflito, sendo praticamente destruída pelas tropas paraguaias em 1865. A região só foi retomada em 1870, quando a cidade começou a ser reconstruída. Apesar disso, sua localização estratégica fez com que Corumbá se recompusesse rapidamente e abrigasse, até 1930, o maior porto da América Latina. Até o início do século 20, os principais meios de integração do município com os territórios ao seu redor eram os rios Paraguai e Prata. Isso fez com que a população local assimilasse hábitos e linguagem dos países da bacia do Prata.

Na década de 1950, no entanto, a conclusão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil deslocou o eixo de desenvolvimento da região rumo ao sul do estado, mais precisamente para a cidade de Campo Grande, fazendo com que Corumbá perdesse muito de sua importância comercial. Grandes comerciantes locais mudaram-se para a futura capital do estado, fazendo com que Corumbá passasse a priorizar exploração mineral e atividades agropecuárias (já na década de 1940, a cidade havia começado suas atividades industriais, com a exploração de suas reservas de calcário). No início da década de 1980, a cidade começou a explorar seu potencial turístico. Como seu território abriga mais de 60% da área do Pantanal, Corumbá passou a ser um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Com seu território localizado na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia, a cidade é, hoje, o terceiro maior centro econômico do Mato Grosso do Sul (ficando atrás apenas da capital Campo Grande e de Dourados). Sua malha urbana conurbada com os municípios de Ladário (Brasil) e Puerto Quijaró e Puerto Suarez (ambas na Bolívia), abriga uma população total de aproximadamente 150 mil habitantes (pouco mais de 100 mil apenas no núcleo urbano de Corumbá). De acordo com dados do IBGE, Corumbá tem 98 indústrias de transformação, nos ramos extrativo, pescado, frigorífico, produção de cimento, concreto, calcário mineração e metalurgia, madeira e produção de alimentos. A atividade de mineração, até mesmo constitui base forte de sua economia, com grandes volumes de extração de manganês (maior reserva do Brasil, com volume total estimado em 30 milhões de toneladas) e ferro (terceira maior reserva do País).

¹³ O nome "Corumbá" tem origem tupi-guarani e deriva da palavra "Curupah", que significa "lugar distante".

Diagnóstico da Segurança Pública em Corumbá

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	104.912 habitantes
Homicídios (2012):	26
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e o Poder Judiciário.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 2.232 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 606 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	4 delegacias		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	6
	Agentes	42	Praças	167
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas e em boas condições		Estrutura antiga precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		**	
Impressora	**		**	
Telefone fixo	**		**	
Fax	**		**	
Scanner	**		**	
Internet	**		**	
Estação de rádio analógica	**		**	
Estação de rádio digital	**		**	
Equipamento de visão noturna	**		**	
Aparelho de TV	**		**	
Gravadores	**		**	
Máquina Fotográfica	**		**	
Filmadora	**		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	7	2	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	**	**
Moto	1	-	**	**
Embarcação sem motor	-	-	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	**	**
Avião	-	-	**	**
Helicóptero	-	-	**	**
Cavalo	-	-	**	**
Bicicleta	-	-	**	**
Outros	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		**	
Rádio em viaturas (digital)	7		**	
Rádio em viaturas (analógico)	-		**	
Rádio portátil (HT)	8		**	

Equipamentos de interceptação telefônica	-	**
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	**
Notebooks	4	**
Arquivos em ficha de papel	-	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	47	50
Colete antibalísticos	20	100
Escudos	-	2
Capacetes	-	1
Placa balística	-	2
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	70
Carabina	-	5
Espingarda	3	2
Metralhadora	2	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	1	10
Revólver	-	60
Pistola	47	202
Arma de condutividade elétrica	*	3
Bomba de efeito moral	*	60
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	-	10
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	20	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	213	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	3	3
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	12	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	3	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-	
	Coletes antibalísticos	30	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	30	
Outros	*		

Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	150
	Carabina	**
	Espingarda	**
	Metralhadora	**
	Submetralhadora	**
	Fuzil	**
	Revólver	**
	Pistola	**
	Arma de condutividade elétrica	**
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	-
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim
	Segurança em eventos e comemorações	-
	Ronda escolar	Sim
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	Sim
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	Sim
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	Sim
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Polícia Civil

Atualmente, a cidade de Corumbá tem quatro delegacias de Polícia Civil. Na principal delas, a Delegacia Regional da cidade, trabalham quatro delegados titulares e um adjunto, além de 42 investigadores. Além disso, a cidade também conta com o trabalho de três peritos e quatro médicos-legistas. Na opinião dos policiais civis entrevistados pela pesquisa, a infraestrutura física da Delegacia Regional de Corumbá é adequada ao trabalho desenvolvido no município, estando em boas condições de conservação. A unidade utiliza sete viaturas e uma motocicleta para realização dos trabalhos externos (no entanto, duas destas viaturas encontravam-se estragadas por ocasião da realização desta pesquisa). A Delegacia Regional conta ainda com uma carceragem em suas instalações, com capacidade oficial para 20 presos (o número de detentos mantidos pela unidade no momento da pesquisa não foi revelado).

No que se refere à infraestrutura de equipamentos, a Delegacia Regional tem quatro notebooks, sete rádios digitais em viaturas, oito rádios portáteis (HTs), dois celulares corporativos e uma estação de rádio digital. A unidade também conta com acesso à internet, com velocidade de 1 MB. A gestão dos dados da delegacia é feita por meio do próprio Sistema de Informações da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul (SISPOL), responsável pelo

registro de ocorrências, pelo registro de inquéritos policiais, pelo georreferenciamento dos registros e pela gestão dos procedimentos internos da unidade, como controle de pessoal, viaturas e protocolo. Todo o sistema é interligado com as bases do Ministério Público e do Poder Judiciário. A delegacia conta ainda com armamento bastante variado, com três espingardas, três submetralhadoras e 47 pistolas semiautomáticas.

De acordo com o que foi apurado em campo, a Delegacia Regional de Corumbá mantém parcerias institucionais informais com outras instituições de segurança pública locais, tais como a Polícia Militar, o Poder Judiciário, a Polícia Federal e as Forças Armadas. Tais parcerias parecem se desenvolver no âmbito das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), coletivo de gestão cuja atividade é vista como positiva para a melhoria dos trabalhos da Polícia Civil no município. Ainda de acordo com os policiais entrevistados, a unidade também participa das ações e atividades desenvolvidas pela *ENAFRON*. Com relação às instituições de segurança pública dos países vizinhos (Paraguai e Bolívia), os policiais civis admitem que não existe o desenvolvimento sistemático de atividades conjuntas, ou compartilhamento de banco de dados.

Questionados sobre instituições com as quais gostariam de manter ou reforçar parcerias, os policiais civis mencionam apenas o Ministério Público local (MP). No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional, ou mesmo informal, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Polícia Militar

Em Corumbá, a Polícia Militar se faz presente por meio de um batalhão e três companhias (uma delas de fronteira), que contam com o trabalho de seis oficiais e 167 praças, que se alternam diariamente em turnos de serviço variados. Na avaliação dos policiais militares entrevistados, a infraestrutura física da sede do Batalhão de Corumbá não atende às demandas do trabalho realizado na cidade, sendo considerada “antiga e precisando de reformas”.

A Polícia Militar do Mato Grosso do Sul não se disponibilizou a fornecer dados sobre a infraestrutura logística disponível aos policiais lotados no Batalhão de Corumbá. Desse modo, não foi possível catalogar quais são os recursos materiais utilizados pela unidade (computadores, notebooks, estações de rádio, número de viaturas em funcionamento ou avariadas, internet, GPS, etc.). Foram disponibilizados à pesquisa apenas informações sobre os sistemas computadorizados de informação utilizados pelo Batalhão, responsáveis pelo registro de ocorrências, georreferenciamento de crimes, bem como pela gestão interna das atividades da PM (recursos humanos, estoques controles de armas, munições e viaturas, protocolo, etc.). O sistema do Batalhão encontra-se interligado ao Infoseg, produzindo dados regulares sobre a criminalidade em Corumbá.

Em Corumbá, os militares participam institucionalmente do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e mantêm relações informais de troca de informação com os policiais civis do município, bem como com a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e os Bombeiros. Tais parcerias parecem ser mantidas no âmbito do GGIF, porém a participação neste coletivo de gestão é vista como positiva para os trabalhos desenvolvidos pela PM na cidade. Os militares também afirmam participar de operações de fronteira coordenadas pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Por fim, diferentemente do que disseram os policiais civis, os militares afirmam manter relações informais colaborativas e amigáveis de troca de informações com instituições de segurança pública dos países vizinhos. Atualmente, os PMs da cidade também participam da Operação Sentinela.

Questionados sobre instituições com as quais gostariam de incrementar parcerias, os policiais militares mencionam as Forças Armadas. No entanto, até o momento não há qualquer tratativa institucional para incrementar trabalhos conjuntos.

Polícia Federal

A cidade de Corumbá possui uma Delegacia Regional da Polícia Federal. No entanto, a instituição se recusou a participar da pesquisa, não possibilitando acesso a qualquer informação sobre sua atuação e infraestrutura local.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Corumbá, a quantidade de equipamentos de proteção individual, para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foi considerada insuficiente. Já a quantidade de equipamentos de salvamento e resgate foi considerada suficiente. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade, por sua vez, foi avaliada como insuficiente. A unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 400 kbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: salvamento, busca e resgate, acidentes de trânsito e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Corumbá participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), participa de comandos binacionais ou trinacionais de segurança e do EPP. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, apesar de ter participado do ENAFRON e do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012

e das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Corumbá não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o IBAMA e as Forças Armadas.

Guarda Municipal

O município de Corumbá não possui Conselho Municipal de Segurança, mas possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública. Sua Guarda Municipal foi criada em 1991, com sede em instalações alugadas pela própria Prefeitura. O atual diretor da Guarda Municipal é um policial militar aposentado. A Prefeitura não possui Gabinete de Gestão Integrada Municipal e Plano Municipal de Prevenção à Violência, mas faz parte do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, gestão integrada em segurança pública e papel e atribuições dos Guardas Municipais. Também foram tratadas com especial atenção técnicas de abordagem e de defesa pessoal e imobilização.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são instalações inadequadas ou insuficientes, indefinição quanto ao seu papel e atribuições e falta de respeito de ambulantes e outros infratores ao código de posturas do município. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflitos de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As relações com os gestores dos países vizinhos são amigáveis e colaborativas, com troca de informações e realização de missões conjuntas. As cinco ocorrências mais frequentes e importantes tratadas pela Guarda Municipal neste município são: proteção de bens, serviços, instalações e logradouros público do município; ronda escolar; ordenamento do trânsito; posto de guarda; controle e fiscalização do comércio de ambulantes.

Instituições de Justiça e de representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
Unidades	Entrância intermediária				
Efetivo	Juízes	3	Promotores	5	Conselheiros
	Funcionários	**			
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições		Inadequadas		Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas e em boas condições		Inadequadas		Inadequadas

Justiça

Corumbá é hoje sede da comarca que abrange, além do próprio município, a cidade vizinha de Ladário. O Fórum é de entrância intermediária (conta com 2ª entrância, por meio de varas especializadas separadas) e conta com três juízes atendendo em dois Juizados Criminais e um Juizado Especial Criminal. Também compõem a comarca três promotores de justiça e

três defensores públicos (não existe defasagem de juízes, promotores e defensores públicos, se levarmos em consideração as vagas previstas para o município).

A infraestrutura do prédio do Fórum é considerada adequada aos trabalhos judiciários, com instalações novas e em boas condições de conservação. No que se refere a equipamentos, a unidade conta com três carros oficiais, O Fórum conta ainda com um sistema de gestão de informações que trabalha com gestão de recursos humanos, estoque, controle de viaturas e de armas apreendidas, protocolo, distribuição de autos e gestão financeira. O sistema de dados e informações do Fórum encontra-se interligado ao sistema do Ministério Público, produzindo ainda estatísticas da comarca, com dados retroativos ao ano de 2008.

Institucionalmente, o Poder Judiciário de Corumbá participa das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras, e a participação neste coletivo de gestão é vista como bastante positiva para as atividades desenvolvidas pela instituição. Além disso, a entidade também apoia a Operação Sentinela.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Existe em Corumbá uma Promotoria Especializada na Infância e Juventude. No entanto, a entidade não dispõe de uma equipe profissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa do número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura. Os três atos infracionais mais frequentes em Corumbá no ano de 2012 foram roubo, uso de entorpecentes e porte de arma de fogo.

Ministério Público

Em Corumbá, o Ministério Público se faz presente por meio do trabalho desenvolvido por três promotores de justiça. No entanto, como a entidade não possui sede própria, esses profissionais são obrigados a trabalhar no prédio do Fórum da cidade. Atualmente, a entidade participa institucionalmente de dois coletivos de gestão: o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Na avaliação dos promotores entrevistados, a participação nesses gabinetes traz melhorias significativas para a atuação do MP em Corumbá. Dentro deles, a entidade desenvolve ações articuladas com o Poder Judiciário, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O Ministério Público também participa da Operação Sentinela.

Conselho Tutelar

Corumbá também possui uma unidade do Conselho Tutelar, cujos trabalhos são realizados por oito conselheiros (quatro lotados no próprio município e outros quatro na cidade conurbada de Ladário). De acordo com os conselheiros, a instituição enfrenta diversas dificuldades no município. A primeira diz respeito à infraestrutura do imóvel onde fica o Conselho, que não oferece condições adequadas para o trabalho da entidade. Além disso, os conselheiros reclamam do excesso de demanda para o número reduzido de profissionais, bem como da falta de clareza do papel do Conselho Tutelar por parte dos órgãos de segurança pública que atuam na cidade.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	1 Inspeção classe C; 1 Agência de Secretaria da Receita Federal, 1 Posto Fiscal; 1 Centro de Atendimento ao contribuinte	
Efetivo	Audidores	18
	Técnicos	4
	Terceirizados	5
	Analistas-tributários	21
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Corumbá dispõe de seis carros oficiais. Na avaliação dos entrevistados, a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet com conexão de dois mega. A Receita Federal de Corumbá participa de dois coletivos de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Segundo o representante do órgão ouvido pela pesquisa, tal participação modifica e melhora a atuação do órgão na cidade. Em 2012, a Receita Federal de Corumbá participou da Operação Ágata e Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Questionados sobre possíveis desvantagens que a localização em faixa de fronteira traria para Corumbá, a maioria dos representantes institucionais entrevistados pela pesquisa afirmou acreditar que o fato de a cidade estar situada na fronteira com a Bolívia e o Paraguai confere ao município características únicas de criminalidade, quando comparado a municípios que não estão em faixa de fronteira. Além disso, representantes da Polícia Militar avaliam que a proximidade com países vizinhos não traz benefícios para o desenvolvimento econômico do município. Questionados sobre a relação entre a

posição de fronteira de Corumbá e a possível existência de mercados ilícitos, a maioria dos entrevistados avaliou que a localização em faixa fronteira facilita o surgimento de redes de comércio ilegal, mas que tais atividades não ajudaram a dinamizar a economia local.

No que diz respeito aos possíveis impactos que a localização na faixa de fronteira projeta sobre as condições locais de segurança pública, a maioria dos entrevistados observou que a posse de arma de fogo em Corumbá é mais frequente do que em outros municípios do estado. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Corumbá foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas, tráfico de pessoas, exploração sexual infantojuvenil, imigração ilegal e crimes ambientais. Sendo que o contrabando, o tráfico de drogas e de armas e a exploração sexual infantojuvenil foram apontados como os principais problemas de segurança pública locais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, venda de drogas e pagamento de propinas a funcionários públicos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Corumbá

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Muito frequentemente	-	-	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

De acordo com os policiais entrevistados pela pesquisa, os tipos mais frequentes de roubos e de furtos são a residências e a estabelecimentos comerciais. Também foram destacadas ocorrências de furto a transeuntes e furto de veículos e de motocicletas. Com relação às ocorrências mais frequentes de estelionato ou fraude foram mencionadas as modalidades “cheque sem fundos”, “falso sorteio, concurso e ou premiações”, “fraudes financeiras e comerciais”, “pequenos golpes populares” e o “golpe do seguro”.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em brigas de bar, em situações domésticas, em conflitos de propriedade e em brigas de gangues. Já as principais causas apontadas para os homicídios dolosos foram: latrocínio, brigas de bar, acerto de contas entre criminosos e conflitos legais com a polícia. Por sua vez, os crimes sexuais mais frequentes registrados em Corumbá são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e exploração sexual infantojuvenil. Também foram citados atos libidinosos e tráfico de pessoas para fins sexuais.

Já os crimes mais frequentes a seguirem para julgamento com resultado de condenação são: tráfico de drogas, roubo e furto. Dirigir sem habilitação também apareceu como a infração mais frequente entre as ocorrências comuns no município, também foi citado o jogo do bicho. Já as situações registradas com maior frequência no Conselho Tutelar são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Desde meados dos anos 1970, Corumbá figura no noticiário nacional como um dos mais importantes entrepostos de uma rota de tráfico internacional de drogas que abastece parte do mercado interno brasileiro e também segue para o exterior. Localizada na junção entre os territórios do Brasil, da Bolívia e do Paraguai, e com uma faixa de pouco mais de 500 quilômetros de fronteiras secas e fluviais, Corumbá possui uma configuração extremamente complexa. Além de possuir uma área de aproximadamente 65 mil quilômetros quadrados (é o maior município do Mato Grosso do Sul), abarca o município de Ladário (MS) em seu interior e é cidade-gêmea de Puerto Quijaro e Puerto Suarez do lado boliviano. Todo este aglomerado urbano abriga pouco mais de 150 mil habitantes, distribuídos em quatro núcleos urbanos e milhares de propriedades rurais cortadas pelo Rio Paraguai e seus afluentes.

Operações recentes da Polícia Federal da região não apenas demonstram a importância de Corumbá para a dinâmica dos fluxos de drogas e mercadorias ilícitas entre Brasil, Bolívia e Paraguai, mas também toda a complexidade e dificuldade que o poder público encontra para atuar na região. Reportagem do jornal "O Globo" de 20/10/2011, por exemplo, fala sobre a atuação das fações criminosas Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira entre Corumbá e a Bolívia. De acordo com a matéria, traficantes brasileiros estariam se estabelecendo nas áreas de plantio de folhas de coca na Bolívia, atuando em parceria com plantadores locais¹⁴.

Outra ocorrência que demonstra a importância de Corumbá para as rotas de tráfico de drogas entre Brasil e países vizinhos foi registrada no dia 21/9/2013, quando uma carreta com placa de Varginha (MG) foi apreendida na cidade, com um carregamento de aproximadamente 300 quilos de pasta base de cocaína, pouco após passar por uma ponte sobre o Rio Paraguai. O veículo trafegava pela BR-262, quando foi parado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), que encontrou a droga em um fundo falso da carroceria. Quatro meses antes, no mesmo ponto da rodovia, a PRF já havia apreendido outra carreta que carregava cerca de 250 quilos de pasta base, sete fuzis AK-47, de fabricação

14 Sobre a atuação do PCC e do CV na fronteira entre Corumbá e Puerto Quijaro, na Bolívia, ver: <http://oglobo.globo.com/rio/presenca-de-trafficantes-brasileiros-em-paises-vizinhos-gera-conflitos-com-grupos-locais-2898364>.

rusa, e munição¹⁵. Já em março de 2014, a Polícia Federal de Corumbá incinerou aproximadamente uma tonelada e meia de cocaína em uma siderúrgica da cidade. As drogas foram apreendidas ao longo de 2013 na área do município, em ações da PF, PRF e Departamento de Operações de Fronteira (DOF)¹⁶.

A importância de Corumbá para os fluxos de mercadorias ilegais e tráfico de drogas também aparece de maneira muito intensa na fala dos representantes institucionais e moradores entrevistados pela pesquisa. Muitos falam sobre a existência de grandes grupos de traficantes atuando na cidade (a maioria cita atores ligados à organização criminosa PCC), assim como na presença de uma ampla rede de comerciantes, empresários e até mesmo de agentes públicos envolvidos com esquemas de contrabando e descaminho de produtos que vêm da Bolívia e do Paraguai. De modo geral, parece ser consenso entre os informantes ouvidos pela pesquisa de que a cidade de Corumbá constituiria um importante centro das redes mais articuladas e complexas de mercados ilegais, gerenciadas por organizações criminosas de maior porte.

Os policiais ouvidos pela pesquisa, por sua vez, chamam a atenção para o fortalecimento dos mercados informais de produtos eletroeletrônicos, vestuário e outros bens de consumo vindos da Bolívia. De acordo com os agentes entrevistados, existiria em Corumbá uma complexa e ramificada rede de comerciantes que, associados a cidadãos bolivianos, controlaria esquemas e rotas de contrabando e descaminho de mercadorias para grandes centros da região Sudeste do País. Tal mercado parece se aproveitar da desarticulação existente entre os órgãos de fiscalização e as forças de segurança, cuja atuação é muito mais voltada para o enfrentamento do tráfico de drogas.

Outros atores ouvidos pela pesquisa ainda chamam a atenção para a existência de um sem-número de aliciadores brasileiros e bolivianos em Corumbá, envolvidos em esquemas de tráfico de pessoas e exploração de mão de obra. Tais grupos encarregam-se de levar famílias da Bolívia para estados da região Sudeste do Brasil, para trabalhos em situação precária e irregular em mercados populares e pequenas indústrias.

Em aspectos locais, a dinâmica dos mercados ilegais é percebida pelos entrevistados por meio da articulação entre os crimes de homicídio, furtos e roubos (principalmente de veículos) e o comércio varejista de drogas. De acordo com a maioria dos representantes institucionais ouvidos pela pesquisa, haveria em Corumbá uma forte articulação entre

15 Sobre apreensões de grandes carregamentos de drogas na cidade de Corumbá e região, ver:

(1) <http://m.diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=62404>.

(2) http://www.correiadoestado.com.br/noticias/policia-apreende-meia-tonelada-de-cocaina-pura-durante-opera_141650/.

(3) <http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/news/article.php?storyid=5322>

16 Sobre as apreensões de drogas em Corumbá durante o ano de 2013, ver: <http://capitaldopantanal.com.br/?p=15052>.

o mercado ilegal das drogas e o de veículos e autopeças roubadas e/ou furtadas. Carros seriam roubados no Brasil para serem desmanchados na Bolívia e no Paraguai, em troca de drogas e armas. A articulação destes mercados seria facilitada não apenas pela posição das cidades de Corumbá e Puerto Quijaro na faixa de fronteira, mas principalmente pela desarticulação existente entre as forças policiais brasileiras, bolivianas e paraguaias.

Outra questão bastante observada por todos os entrevistados é a consolidação relativamente recente de um mercado varejista de drogas nos bairros da periferia da cidade. De acordo com representantes de instituições locais, diversos pontos de venda de maconha e crack estariam sendo criados no município, envolvendo grupos de jovens moradores de bairros pobres de Corumbá. A informação difundida entre os entrevistados é a de que a consolidação deste mercado estaria sendo capitaneada por criminosos ligados ao grupo criminoso PCC, que estaria investindo no estabelecimento de diversos pontos de venda de drogas na cidade, sem permitir, no entanto, o uso da violência como instrumento de resolução de possíveis conflitos entre os grupos locais.

Outra percepção bastante presente entre os atores ouvidos pela pesquisa diz respeito à precariedade da infraestrutura de segurança pública de Corumbá, bem como sua pouca articulação com as forças de segurança dos países vizinhos. Além da precariedade da estrutura de segurança pública do município, os moradores também falaram muito sobre o possível envolvimento dos policiais brasileiros e bolivianos com esquemas de contrabando, descaminho e tráfico de drogas, bem como de relações promíscuas entre agentes públicos e criminosos conhecidos na cidade.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Diferentemente de outras cidades menores localizada na faixa de fronteira, Corumbá não fundamenta sua economia apenas na atividade agropecuária. A mineração e a siderurgia também respondem por parte importante do PIB do município, empregando parte significativa da população e fortalecendo a economia local. Talvez por isso, diferentemente do que foi observado em outras cidades da região, a posição fronteiriça não seja vista pelos atores locais como um fator prejudicial ao desenvolvimento do município. Na opinião da maioria dos moradores entrevistados pela pesquisa, a posição economicamente mais sólida de Corumbá ante a Puerto Quijaro e a Puerto Suarez faz com que os estabelecimentos comerciais da cidade não sintam tanto a concorrência de seus correspondentes do outro lado da fronteira.

Mesmo a forte entrada de mercadorias bolivianas na cidade, por meio de feiras livres e mercados informais, não é percebida como concorrência efetiva para o mercado de Corumbá, que acaba utilizando diversas modalidades de crédito para se contrapor à oferta de bens estrangeiros a preços mais acessíveis. Até mesmo, de acordo com os atores

entrevistados pela pesquisa, os próprios estabelecimentos comerciais de Corumbá também acabam se beneficiando desta economia de arbitragem para abastecer seus estoques e lojas, principalmente aqueles que trabalham nos setores de vestuário, cosméticos, eletroeletrônicos e peças automotivas. Além disso, existe a percepção de que grande parte dos fluxos de mercadorias vindas da Bolívia apenas passa por Corumbá, onde é armazenada em galpões clandestinos espalhados por diversos pontos da cidade, para então seguir viagem rumo a outros grandes centros brasileiros, principalmente na região Sudeste.

Outra questão bastante comentada durante a pesquisa de campo foi a convivência fluida entre brasileiros e bolivianos. A maioria dos entrevistados observa que existe uma intensa miscigenação cultural entre os moradores de Corumbá, Ladário, Puerto Quijaro e Puerto Suarez. Para tentar explicar essa integração, muitos falam sobre a emergência de uma “cultura de fronteira”, espécie de arcabouço de práticas cotidianas, representações, costumes e valores que interligaria as populações dos lados brasileiro e boliviano. A visão positiva que os atores pesquisados manifestaram sobre esta integração contrastou fortemente com a própria ideia de fronteira, tida como uma imposição artificial de limites para populações e lógicas de vida que não seguem necessariamente tais delimitações.

Apesar disso, muitos também foram os entrevistados que manifestaram seu descontentamento com a falta de uma política econômica e social mais clara e específica para as áreas de fronteira. Alguns mencionaram a promessa de instalação de uma zona franca na região de Corumbá, medida que até hoje não se concretizou. Outros já chamam a atenção para o grande volume de bolivianos que se utilizam dos serviços públicos de saúde e educação do lado brasileiro, sem estarem devidamente registrados e, portanto, sobrecarregando as estruturas públicas locais.

Conclusão

A cidade de Corumbá possui uma das mais complexas configurações urbanísticas de toda a faixa de fronteira brasileira. Além da grande extensão territorial que lhe proporciona fronteira com Bolívia e Paraguai, sua área abarca o município de Ladário (MS) e estabelece uma relação de quase contiguidade com as cidades de Puerto Quijaro e Puerto Suarez (ambas na Bolívia). Além de ser um pólo de desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil, fruto de uma economia fortemente fundamentada em mineração, siderurgia e atividades agropecuárias, Corumbá também se notabilizou, nas últimas décadas, por ser um dos principais entrepostos de entrada de drogas ilícitas e mercadorias em território nacional.

De acordo com o que foi possível apurar durante a pesquisa, existe uma percepção bastante difundida entre a população local de que a posição de fronteira é economicamente benéfica para Corumbá. Mas que isso só ocorre porque a economia e a atividade industrial local são bastante fortalecidas, o que confere ao município condições

de ter um posicionamento mais assertivo com relação às questões da economia de fronteira. Ainda que exista uma forte penetração de produtos bolivianos na cidade, esse fluxo não é visto necessariamente como uma ameaça à economia local, que se faz valer não apenas de estratégias de concessão de crédito, mas também de comercialização direta de tais produtos para tentar competir com a diferença tributária registrada na fronteira. Os moradores entrevistados, no entanto, são unânimes em observar a necessidade de uma política econômica e social específica para a área de fronteira, para que a cidade pudesse se desenvolver de maneira mais harmoniosa e integrada com sua vizinhança.

No que diz respeito especificamente às questões de segurança pública, parece haver uma percepção generalizada da importância que Corumbá possui para os fluxos de drogas e demais mercados informais/ilícitos. A cidade é tida como entreposto de armazenamento e distribuição de entorpecentes que chegam da Bolívia e do Paraguai, bem como porta de entrada de produtos provenientes de complexos esquemas de contrabando e descaminho. No entanto, também há a percepção de que toda essa complexidade de arranjos criminais e/ou informais existentes na cidade não impacta de maneira tão significativa as dinâmicas criminais locais.

Tirante o consenso de que existe uma relação forte entre os crimes de furtos e roubos de veículos e o tráfico de drogas (veículos são roubados do lado brasileiro para serem desmanchados ou trocados por drogas nos países vizinhos), apenas um recente incremento do mercado local de drogas é creditado à posição de destaque que Corumbá ocupa nas grandes redes e fluxos de tráfico internacional de entorpecentes e de contrabando/descaminho. No geral, a percepção dos entrevistados é a de que a cidade tem problemas de segurança pública típicas de outras regiões urbanas de seu porte.

Outra percepção generalizada entre os entrevistados diz respeito à precariedade da infraestrutura e à desarticulação das ações das forças de segurança pública que atuam no município. Além da escassez de recursos logísticos e humanos, as forças policiais de Corumbá são percebidas pelos atores-chave da cidade como desarticuladas entre si e com um trabalho pouco eficaz. Além disso, muitas foram as menções ao envolvimento de agentes públicos com grupos criminosos e esquemas de tráfico de drogas e de contrabando e descaminho de produtos na fronteira com a Bolívia.

Fotos do Município de Corumbá

Corpo de Bombeiros de Corumbá



Delegacia Regional de Corumbá



Fórum de Corumbá



Guarda Municipal de Corumbá



Dourados

O município de Dourados foi criado pelo decreto nº 30 de 20 de dezembro de 1935. Encontra-se na região sudoeste do Mato Grosso do Sul, a 235 km da capital estadual Campo Grande, à qual está ligado pela rodovia BR-163 (ou pelas BR-060, MS-162 e MS-157). Dourados não faz fronteira com outro país, mas encontra-se a cerca de 120 km do Paraguai e próximo à fronteira com o Estado do Paraná. Sendo o segundo município mais populoso do Mato Grosso do Sul, Dourados é a principal cidade da região sudoeste e da mesorregião de Dourados.

Mapa – Município de Dourados e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: decreto nº. 30, de 20 de dezembro de 1935.
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (arco central)
Área (2010): 4.086,235 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Maracaju, a leste com Itaporã e com Deodápolis, a sudeste com Fátima do Sul, a sul com Caarapó, a sudoeste com Laguna Carapã e a oeste com Ponta Porã.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 200.729 habitantes
Densidade demográfica: 49,12 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 3.543.858.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.074,64
IDH-M (2010): 0.747
Gentílico: douradense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Antes da colonização do homem branco, o município de Dourados era habitado pelas tribos Terena e Kaiowá cuja presença dos descendentes é marcante até os dias atuais constituindo uma das maiores populações indígenas do Brasil. Durante a Guerra do Paraguai, foi fundada a Colônia Militar de Dourados, em 10 de maio de 1861, sob o comando de Antônio João Ribeiro. No fim do século 19, foram para Mato Grosso, algumas famílias originárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e de São Paulo em busca de novas terras no oeste do País. Dado o acentuado progresso verificado na região e pelas notícias sobre a fertilidade da terra, aluíram novos colonizadores em demanda da exploração dos extensos ervais nativos impulsionado pela ação da Companhia Mate Laranjeira S/A, que deteve o monopólio

da exploração dos ervais em toda a região. Entre os anos de 1882 e 1924, destacaram-se também o desenvolvimento da cultura pastoril e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre 1904 a 1914. Boa parte do território onde hoje se encontra Dourados foi ocupada por um fazendeiro, de nome Marcelino Pires, que se dedicou à lavoura e à pecuária.

A região de Dourados foi elevada a distrito subordinado ao município de Ponta Porã pela Lei nº 658, de 15/6/1914, mas foi somente em 20 de dezembro de 1935, por meio do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, que foi criado o município de Dourados. A colônia agrícola de Dourados foi criada em 1943, com uma área de 50.000 hectares, atraindo para a região tantas levas de imigrantes brasileiros e estrangeiros, principalmente japoneses, que se dedicaram notadamente ao cultivo de café. Atualmente o município é constituído de 9 distritos: Dourados, Guaçu, Indápolis (ex-Serraria), Itaum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Vila Formosa e Vila Vargas.

Diagnóstico da Segurança Pública em Dourados

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 200.729 habitantes
Homicídios (2012): 72
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 4.364 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 648 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 200.729 habitantes						
Homicídios (2012): 72						
Unidades	Polícia Civil 6 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão e 4 quartéis		Polícia Rodoviária Federal 1 delegacia	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	10	Delegados	**
	Agentes	44	Praças	300	Agentes	46
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	25		20		7	
Impressora	4		3		1	
Telefone fixo	16		6		1	
Fax	3		3		1	
Scanner	-		1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	

Estação de rádio analógica	-		1		-	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	1		4		1	
Gravadores	-		3		-	
Máquina Fotográfica	2		10		1	
Filmadora	1		2		1	
Tipos de veículos						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	8	-	9	9	9	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	9	-	-	-
Moto	2	-	16	2	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	6	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	1	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	2		20		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	8		40		9	
Rádio portátil (HT)	4		6		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	3		8		2	
Arquivos em ficha de papel	12		5		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	44		300		96	
Colete antibalísticos	10		250		48	
Escudos	-		40		-	
Capacetes	-		25		1	
Placa balística	-		2		-	
Outros	-		-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		50		*	
Carabina	4		6		4	
Espingarda	1		6		-	
Metralhadora	-		-		-	
Submetralhadora	4		6		-	
Fuzil	-		6		4	
Revólver	10		30		-	
Pistola	36		300		46	
Arma de condutividade elétrica	*		3		*	
Bomba de efeito moral	*		10		*	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*		6	
Outro	-		-		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos de munição suficientes mas quantidades insuficientes	Tipos de munição suficientes mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	*
Capacidade	12	*	*
Média de presos/mês	60	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	300	*	*

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2012	
Efetivo	Capitão	3
	Tenente	6
	Agentes	43
Veículos		5
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas	
	Combate ao tráfico de armas	
	Apoio a outros órgãos de segurança	

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	113	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	4	3
	Viatura para mais de cinco pessoas	1	-
	Moto	8	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	40	
	Coletes antibalísticos	40	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	
Guarda atua armada	Sim		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	113	
	Carabina	-	
	Espingarda	2	
	Metralhadora	-	
	Submetralhadora	-	
	Fuzil	-	
	Revólver	22	
	Pistola	25	
	Arma de condutividade elétrica	15	
	Bomba de efeito moral	-	
Outros	-		

Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim
	Segurança em eventos e comemorações	Sim
	Ronda escolar	Sim
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	Sim
	Ações educativas junto à população	Sim
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Polícia Civil

O município de Dourados tem uma Delegacia Regional da Polícia Civil, duas delegacias distritais e três delegacias especializadas: a Delegacia de Atendimento à Infância, Juventude e Idoso de Dourados (DAJI Dourados), a Delegacia de Atendimento à Mulher de Dourados (DAM Dourados) e a Delegacia de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON) que, por sua vez, encontra-se sediada no Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Os dados da tabela acima se referem à Delegacia Regional de Dourados, que é responsável pela gestão de pessoal e de meios (viaturas, equipamentos, armamento, prédio, etc.) das delegacias de polícia e cadeias públicas de oito municípios: Dourados, Caarapó, Douradina, Itaporã, Juti, Maracaju, Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante. No entanto, esta delegacia não se ocupa propriamente das investigações e cumprimentos de mandados de prisão.

Na delegacia distrital, onde também foi realizada a pesquisa, há um delegado titular e 44 policiais. Há carceragem nesta unidade, com capacidade para 12 pessoas, e uma média de 60 presos por mês passa pela carceragem. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 10 MB/s e estão em uso sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos e georreferenciamento. Há, desde 2011, produção de estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular e integração do banco de dados a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A unidade da Polícia Civil pesquisada participa de Gabinete de

Gestão Integrada Municipal (GGIM) e apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações do DEFRON. No ano de 2012, esta delegacia participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela. As relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho foram avaliadas como colaborativas com troca de informações.

Polícia Civil–Delegacia de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON)

Uma especificidade da Polícia Civil de Dourados é a existência da DEFRON, que atua na repressão aos crimes de fronteira em parceria direta com o DOF da Polícia Militar. Embora já houvesse delegados e policiais civis trabalhando no DOF desde a sua fundação, em 1987, a DEFRON foi criada somente em 2006, por meio de um decreto estadual que visava à regulamentação das atividades da Polícia Civil, realizando, assim, uma atualização das delegacias, que implicou a extinção de algumas e na criação de outras. A DEFRON conta com um delegado titular, um escrivão e seis investigadores, estando prevista a contratação de mais nove investigadores. Esta delegacia atua em íntima parceria com o DOF da Polícia Militar no combate a crimes em toda a faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul. A DEFRON oferece suporte às delegacias locais dos municípios de fronteira e se depara com a dificuldade de lidar com uma grande demanda. Além da Polícia Militar, a DEFRON também possui um bom relacionamento de cooperação e troca de informações com a Polícia Rodoviária Federal e as autoridades locais dos municípios. No intuito de evitar desvios de conduta e manter um desempenho exemplar, são lotados nesta unidade apenas policiais sem problemas em sua ficha disciplinar, experientes e mais bem qualificados. Há muito investimento em treinamento e capacitação de pessoal, sendo também satisfatórios os investimentos em recursos materiais para o DEFRON.

Polícia Militar

No município de Dourados, há um batalhão da Polícia Militar que conta com cerca de 10 oficiais e 300 praças. Neste batalhão, sistemas de administração são utilizados para gerir os sistemas de: protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), de controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas em papel e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010), efetuando-se a inclusão dessas no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a unidade possui conexão banda larga. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e roubo a transeuntes e a veículos e tráfico de entorpecentes.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, a Guarda Municipal e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, tendo participado da Operação Ágata e das Unidades de Fronteira. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Comitê de Segurança Institucional. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar – Departamento de Operações de Fronteira (DOF)

Está sediado no município de Dourados o Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Inicialmente chamado Grupo de Operações de Fronteira (GOF), este foi criado em 28 de maio de 1987, por meio da Resolução nº 119/87, sendo composto por policiais civis e militares e estando subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Primeiramente, o GOF estava sediado em Campo Grande, porém, no ano de 1989, a sede do Grupo fora transferida para a cidade de Dourados para estar mais próximo às áreas de atuação. No dia 15 de janeiro de 1996, com a reestruturação da SEJUSP, por força do Decreto Estadual nº 8.431, o Grupo de Operações de Fronteira (GOF) passou a denominar-se Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Sua missão inicial era realizar o policiamento ostensivo itinerante na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, isto é, do município de Mundo Novo à Bela Vista. Posteriormente, sua atuação veio a se estender a toda fronteira do estado com países vizinhos – incluindo a fronteira com a Bolívia, desde 21 de maio de 1999 – e, mais recentemente, também com o Estado do Paraná.

O GOF foi criado devido à pressão de proprietários rurais que vinham sofrendo roubos e furtos de implementos agrícolas, mas tem também como missão o combate a outros crimes de fronteira, como o tráfico de drogas e de armas, contrabando, descaminho, tráfico de pessoas e crimes ambientais. A sociedade civil organizada e, em especial, os proprietários rurais desempenharam um importante papel na constituição do DOF. A ONG Sociedade dos Amigos da Liberdade, Vigilância e Esperança (S.A.L.V.E.) angariou recursos e construiu, no ano de 1994, um prédio para abrigar esta unidade policial, em regime de comodato. Há previsão de construção de um prédio com recursos do Estado. Além dos recursos públicos (SEJUSP e União), o DOF conta ainda hoje com recursos da S.A.L.V.E. e de entidades privadas, como a Itaipu Nacional. Esta oferece recursos para o DOF, até mesmo voos bimestrais em dois aviões da companhia, em troca do monitoramento de sua reserva. Além disso, fazendeiros e autoridades municipais disponibilizam pontos de apoio em diversos municípios, oferecendo hospedagem e alimentação para os policiais.

O DOF é uma força itinerante que atua em 51 municípios e, na ocasião da pesquisa, contava com 113 policiais militares e 8 policiais civis (DEFRON). Havia previsão de aumento do efetivo para 140 policiais militares e 26 policiais civis, no entanto, segundo o representante entrevistado, o efetivo mínimo para o atendimento satisfatório à demanda seria de 350 agentes. Não há acréscimo pecuniário ao salário dos policiais do DOF, contudo, o pagamento de diárias por deslocamento pode representar de R\$ 600 a R\$ 1 mil a mais por mês, dependendo da distância percorrida. A escala de trabalho é de 4 dias em serviço por 8 de descanso, o que é percebido como favorável, pois permite recrutar agentes de outros municípios além de Dourados e manter o rodízio de policiais, que serve para prevenir desvios de conduta. Todos os anos, cerca de 30% do efetivo é remanejado. Para serem recrutados pelo DOF, os agentes devem possuir no mínimo 3 anos de experiência e não ter nenhum processo administrativo ou disciplinar em seu histórico. Passam ainda por frequentes cursos de capacitação que reúnem policiais civis e militares.

Segundo os representantes entrevistados, a excelente cooperação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil é uma importante singularidade do DOF, tendo este grupo sido uma iniciativa pioneira de integração entre forças, que serviu de modelo para outros estados. Também a cooperação com a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional foi avaliada como muito positiva. No entanto, é difícil a cooperação com forças de segurança dos países vizinhos, pois os dirigentes são substituídos com muita frequência devido à instabilidade das instituições no Paraguai e Bolívia.

Corpo de Bombeiros

No município de Dourados, está sediado um grupamento de bombeiros, criado em 1976, que é responsável pelo atendimento nas regiões dos municípios de Dourados, Caarapó, Itaporã e Douradina. Trabalham nesta unidade cerca de 8 oficiais e 85 praças. Segundo o representante entrevistado, a quantidade de armamentos e de equipamentos de comunicação é suficiente. Já a quantidade de equipamentos de: proteção individual; de salvamento e resgate; para atendimento a produtos perigosos e para combate a incêndio florestal foi considerada insuficiente. É considerada necessária a aquisição de capacetes, botas e equipamentos para salvamento em altura; equipamentos de salvamento e resgate com maior vida útil; caminhão de combate a incêndio – já que o da unidade está em uso há 30 anos e é pouco efetivo – e capacetes, óculos específicos e abafadores. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 MB/s. O Corpo de Bombeiros de Dourados não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. O tipo de ocorrência mais frequente são os acidentes de trânsito causados por imprudência e consumo de álcool.

O Corpo de Bombeiros do município participa do Conselho Municipal de Segurança Pública¹⁷. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como as operações do DOF e da Polícia Militar. O entrevistado não soube afirmar se a unidade participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas afirmou que tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Dourados não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Militar e as Forças Armadas.

Polícia Rodoviária Federal

No município de Dourados, há uma delegacia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com 46 agentes. Nesta unidade, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas e arquivos de papel. O posto dispõe de internet com velocidade de 1 MB/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata, Sentinela e Rio + 20. Todo seu efetivo foi designado para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Dourados foram a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, o DOF e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita federal.

Força Nacional de Segurança Pública

No município de Dourados, a Força Nacional, que vem atuando desde 2012, utiliza como base para as suas operações o quartel da Polícia Militar e a sede da FUNAI. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Não há médicos nem peritos legistas participando desta operação. No questionário preenchido pelo representante da Força Nacional, consta que as atividades deste órgão em Dourados são o combate ao tráfico de drogas e de armas e o apoio a outros órgãos de segurança, no entanto, a pesquisa qualitativa revelou que uma de suas principais frentes de atuação refere-se à segurança em aldeamentos indígenas. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são, respectivamente, a Polícia Federal, a FUNAI, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público Federal. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

¹⁷ Sobre as atribuições do conselho, ver publicação no Diário Oficial do município de Dourados: www.dourados.ms.gov.br/Portals/0/DiarioOficial/19_12_12.pdf (acesso em 30/05/2014).

Guarda Municipal

O município de Dourados tem um Conselho Municipal de Segurança Pública, subordinado à Secretaria Municipal de Governo, e uma Guarda Municipal, subordinada diretamente ao prefeito. A formação do atual diretor da Guarda Municipal é de guarda municipal. Há também em Dourados um Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). No ano de 2012, além dos recursos previstos no orçamento do município, a Guarda Municipal obteve outros recursos oriundos da SENASP/MJ. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, os direitos humanos e o papel e atribuições da Guarda Municipal. As duas técnicas de procedimento de atuação mais enfatizadas durante o curso foram de persuasão e mediação de conflitos e uso legal e progressivo da força física.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos, falta de apoio dos outros órgãos municipais e a escassez de recursos materiais. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As cinco ocorrências mais importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município, da mais frequente para a menos, são: vias de fato; uso de drogas; crimes de trânsito; furto e desacato.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	7	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	**				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Dourados tem uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas, havendo 2 juizados especiais criminais, 3 varas criminais, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Não foi informada a quantidade de veículos de que esta sede judiciária dispõe, mas considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. São produzidas estatísticas desde 2006 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança. O juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes apoiam operações de fronteira, mas o entrevistado não especificou quais.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma defensoria especializada no tema e uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado não informou uma estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 nem quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. A prefeitura é o órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 são furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

A principal dificuldade enfrentada no Ministério Público de Dourados é a reduzida cooperação jurídica internacional. Pelo menos, desde o ano de 2005, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam ao menos de dois coletivos de gestão de segurança pública: o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o Conselho Municipal. O entrevistado não soube responder se, de alguma maneira, a instituição participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Dourados são a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Ministério Público Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e de armas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Dourados. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	13
	Técnicos	3
	Terceirizados	9
	Analistas-tributários	14
Qualidade das instalações internas	Novas, em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas, em boas condições	

O município de Dourados tem uma delegacia da Receita Federal, que é sede de uma jurisdição fiscal e conta com 39 funcionários. A estrutura desta delegacia encontra-se em boas condições e os recursos materiais disponíveis são considerados satisfatórios. Esta unidade dispõe de dois carros oficiais funcionando e um avariado; frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, com velocidade da conexão de 2 MB/s. A Receita Federal de Dourados participa de dois coletivos de segurança pública: Conselho Municipal e COISED. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

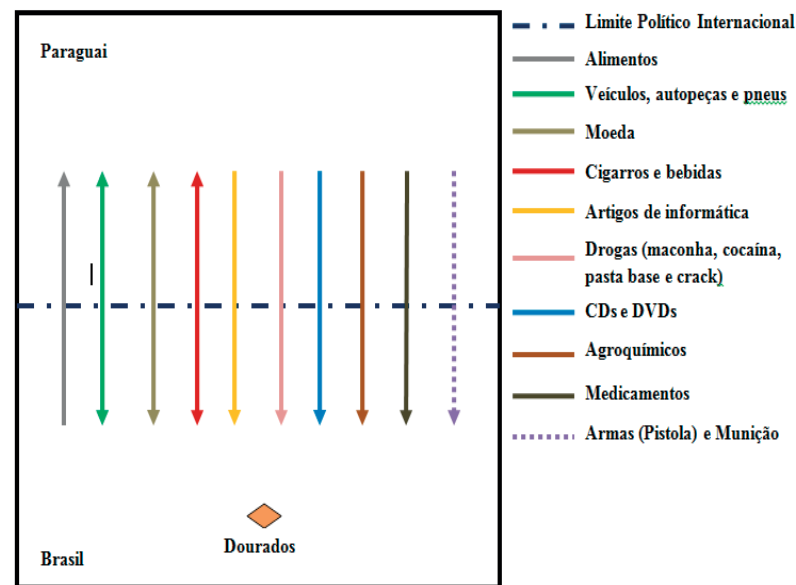
O município de Dourados não faz fronteira com o país vizinho, Paraguai, mas encontra-se dentro da faixa de fronteira, estando a 120 km dos limites nacionais. Trata-se da segunda maior cidade do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo o principal centro urbano da região sudoeste do estado, onde se encontra boa parte dos municípios que lindam com o Paraguai e o Estado do Paraná.

Dourados foi considerado pelos entrevistados como bastante impactado pela proximidade com a fronteira, apresentando características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Os entrevistados concordaram, em sua maioria, que a posse de arma de fogo em Dourados é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Dourados, os três principais mencionados em entrevistas foram: contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas. Também foram citados exploração sexual infantojuvenil, imigração ilegal, crimes ambientais e disputa por terras.

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Já quanto à proximidade com a fronteira ser positiva ou negativa para o comércio local, não houve consenso; os que acreditam ser positiva justificam que a fronteira atrai pessoas, por isso movimenta o comércio; os que acreditam ser negativas dizem que os preços menores do país vizinho dificultam a competitividade do comércio local.

A figura abaixo representa os a circulação de mercadorias pela fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, segundo a percepção dos agentes das instituições pesquisadas no município de Dourados.

Fluxograma



Conforme assinalado no fluxograma, percebe-se que veículos e moeda apareceram como os principais itens que passam do Brasil para o país vizinho. Deve ser ressaltado que boa parte dos veículos a que os entrevistados se referem é roubada ou furtada no Brasil. Já do Paraguai para o Brasil, os itens mais mencionados foram cigarros, maconha, artigos de informática, autopeças e pneus e pasta base de cocaína.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Dourados

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, de veículo e a transeunte, sendo citado também o furto de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados falsos sorteios, fraude contra o comércio, cheque sem fundos, pequenos golpes populares e fraudes financeiras ou comerciais. Quanto a extorsões, destacam-se a extorsão simples e os falsos sequestros. O furto qualificado de energia foi indicado como um importante crime contra o patrimônio do município.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também as brigas de trânsito. Já as principais causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais. Também foram citados conflitos legais com a polícia e causas indígenas. Em entrevista, um delegado afirmou que, apesar da alta taxa de homicídios, são muito altos os índices de esclarecimentos desse tipo de crime no Mato Grosso do Sul, chegando a 67,5% dos casos.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Dourados são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Também foi citado o tráfico de mulheres paraguaias para fins sexuais. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: homicídio, tráfico e roubo. Dirigir sem habilitação e jogo do bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Os representantes da sociedade civil entrevistados consideram Dourados uma cidade insegura para viver. Muitos se queixaram da alta incidência de roubos e furtos, sobretudo de veículos utilizados como moeda de troca para a compra de drogas do lado paraguaio da fronteira. O tráfico de drogas e roubo resultaria também em tiroteios no espaço público, principalmente em bairros mais pobres, como o bairro de Cachoeirinha e adjacências. Nessas localidades, os tiroteios já fazem parte do cotidiano dos habitantes, ocorrendo ora entre policiais e criminosos, ora entre traficantes. Foram relatados casos como um homicídio por cobrança de dívida de drogas em frente à escola e tiroteio entre policiais e ladrões em frente a uma unidade do CRAS. Alguns dos participantes do grupo focal já tinham sofrido assaltos ou tentativas de roubo.

A facilidade em comprar armas no Paraguai é interpretada como uma das principais causas da violência, sendo muito frequente a posse de armas em Dourados. A venda e consumo de drogas também contribuiria para a violência, estimulando a prática de roubos e resultando em mortes por acerto de contas entre criminosos.

Já o contrabando não é interpretado como uma atividade relacionada à violência. Mesmo pessoas conhecidas têm o hábito de buscar cigarro e demais mercadorias no Paraguai para revender para camelôs. Nesses casos, o principal risco que correm é o de perder as mercadorias, o que ocorre com certa frequência. Consideram que este tipo de atividade não é tão lucrativo. O lucro maior estaria relacionado aos grandes carregamentos de contrabando em caminhões que não se destinam a Dourados.

Quanto à atuação das instituições de segurança, os relatos sobre as situações de violência experimentadas reportaram sempre uma rápida e eficiente resposta da polícia, no sentido de comparecer ao local e identificar os criminosos. No entanto, uma participante acreditava que a rapidez com que a força tática da polícia chegou à sua casa numa situação de tentativa de assalto estava relacionada ao fato de seu marido trabalhar na prefeitura e possuir contatos na polícia. Principalmente o DOF é interpretado com uma força muito eficiente no combate ao crime. Já com relação à polícia do país vizinho, percebem-na como corrupta e ineficiente. Policiais paraguaios costumam extorquir brasileiros, sob ameaça de prender injustamente as pessoas sem que estejam cometendo nenhum crime.

Tráfico de drogas

O Estado do Mato Grosso do Sul tem cerca de 600 km de fronteira seca com o Paraguai e 30 km de fronteira seca com a Bolívia¹⁸, sem acidentes geográficos que delimitem os limites nacionais, e com diversas estradas vicinais que facilitam a travessia entre os países, alheia aos controles de fronteira. Dada a permeabilidade da fronteira com países produtores de drogas – maconha, no Paraguai, e cocaína, na Bolívia –, e a proximidade com estados do Sudeste, onde há um desenvolvido mercado consumidor de drogas, acredita-se que o Mato Grosso do Sul seja a principal porta de entrada de drogas para o consumo interno no Brasil. O município de Dourados, por ser a principal cidade da faixa de fronteira, acaba sediando, por um lado, as principais instituições de combate ao tráfico do estado – como o DOF e o DEFRON –, e, por outro, conta também com a presença de muitos traficantes de drogas, até mesmo ligados a organizações de outros estados, como o PCC e o CV.

Esta região esteve tradicionalmente ligada ao comércio da maconha produzida no Paraguai, mas, recentemente, a pasta base de cocaína e derivados produzidos na Bolívia passaram a utilizar esta fronteira também. O aumento da fiscalização contribuiu para que a cocaína passasse a ser transportada por via aérea, mas os acessos rodoviários continuam sendo muito importantes para este mercado ilegal. Um dos entrevistados estimou que 90% das drogas que passam pela fronteira da região destinam-se a outros estados e/ou países.

18 O restante da fronteira é considerado de mais difícil acesso.

A organização do tráfico em facções contribui para dar amparo aos presos e sua família, amenizando o impacto da prisão sobre essas redes. Traficantes costumam envolver seus familiares em suas atividades, utilizando-os para gerir seus negócios em períodos de encarceramento e para atuar como “laranjas”. O dinheiro do tráfico é lavado com a compra de veículos e propriedades em nome de terceiros.

Indígenas vêm sendo recrutados para transportar drogas e para trabalhar em plantações de maconha nas próprias aldeias em propriedades do lado paraguaio, pois são mão de obra barata. Também os jovens são instrumentalizados pelo tráfico. Menores de idade não encontram trabalho no mercado formal e acabam se envolvendo em atividades ilícitas. Um entrevistado informou que já desarticulou uma boca de fumo chefiada por um menino de 13 anos.

Contrabando

A maioria dos entrevistados considera que prender pessoas por contrabando é um desserviço à sociedade, pois são mais graves os efeitos de um pai de família na prisão do que propriamente o mal que ele pode causar. A chamada “lei dos sacoleiros” teria contribuído para minimizar o impacto da prisão de até 5 mil pessoas, que acabam ganhando a liberdade com base no princípio de insignificância. A principal pena para o sacoleiro é a perda da mercadoria, o que acarreta prejuízos e produz um efeito dissuasivo.

Ainda assim, a dificuldade de fiscalizar uma fronteira seca facilita a passagem de mercadorias contrabandeadas, sobretudo o cigarro produzido no Paraguai. Um maço custa entre 25 e 75 centavos no Paraguai, ao passo que no Brasil o preço mínimo é R\$ 3,50. Há 70 fábricas de cigarros no país vizinho e até mesmo o presidente da república é dono de uma tabacaria.

O sistema penitenciário

Na Penitenciária Harry Amorim Costa havia, no momento da pesquisa, 1.840 presos, dos quais cerca de 70 eram indígenas, e 40, paraguaios. A maioria respondia por tráfico de drogas, sendo eles principalmente pessoas pobres, com baixa escolaridade, presas por transporte de drogas. Este presídio vem enfrentando o problema da forte presença de presos ligados ao PCC. Na ocasião de uma rebelião, 400 presos declararam pertencer à facção. Outrora, havia também o Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul (PCMS) e chegou a existir o Primeiro Comando de Dourados (PCD), mas o PCC parece ter englobado todas as demais facções.

No intuito de preservar presos não faccionados, a administração do presídio procura identificar todos os presos ligados a facções e alocá-los em um mesmo raio. Outra medida é enviar os bilhetes encontrados para o setor de inteligência, no intuito de decifrá-los. Mas

embora a presença da facção no presídio não seja desejável, o representante entrevistado admitiu que eles possuem uma disciplina bastante rigorosa e eficiente que, de algum modo, facilita administração da penitenciária.

Já no estabelecimento penal masculino de regime semiaberto e aberto do município de Dourados havia 359 detentos, dos quais 146 cumpriam regime aberto. Embora a estrutura seja nova, tendo sido reformada e reinaugurada em 2012, são ruins as condições de trabalho, pois não há mais do que 2 funcionários por plantão, munidos apenas de cassetetes. A falta de segurança dos funcionários dificulta a fiscalização com relação ao uso de drogas e álcool dentro do estabelecimento.

A questão indígena

O município de Dourados tem cerca de 14.800 indígenas¹⁹ das etnias Kaiowá, Guarani e Terena, vivendo principalmente nas duas aldeias mais populosas, Bororó e Jaguapiru, situadas na Reserva Indígena de Dourados. Esta possui 3.474,6 ha de extensão e encontra-se regularizada, assim com a reserva de Panambizinho, que possui 1.272,8 ha. Há, contudo, terras indígenas cuja demarcação ainda não foi realizada, estando ainda em fase de estudo, como é o caso da reserva Dourados-Amambaieguá.²⁰

A demarcação de terras indígenas em Dourados, bem como em outros municípios do Mato Grosso do Sul, foi sempre motivo de conflitos. Entre os anos de 1915 e 1928, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) realizou a demarcação de reservas indígenas, estabelecendo uma nova estratégia de liberação de terras para a colonização, por meio da espoliação territorial e o confinamento forçado de indígenas em territórios delimitados. Segundo um relatório do Conselho Indigenista Missionário (2011), o confinamento e a superpopulação no interior das reservas teria proporcionado o esgotamento de recursos naturais e comprometido a agricultura indígena, precarizando a sustentabilidade dos indígenas e tornando-os dependentes das políticas de segurança alimentar promovidas pelo Governo Federal.

19 Em muitos veículos de imprensa e publicações, Dourados consta como possuindo a segunda maior população indígena do País, contudo, segunda uma tabela do IBGE, trata-se apenas da segunda maior população indígena do Estado do Mato Grosso do Sul, com 6.830 indígenas. Mas o próprio IBGE divulgou um relatório, também baseado no censo de 2010, em que, na Reserva de Dourados, que não é a única do município, havia 11.146 indígenas. Participantes do grupo focal realizado na aldeia Bororó informaram haver 14.800 indígenas na reserva, o que parece verossímil quando comparado com o levantamento realizado no ano de 2008 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Dourados, que informava a existência de 14.614 indígenas vivendo nas seis aldeias da reserva. Ver este levantamento em:

<http://www.dourados.ms.gov.br/tabid/1075/language/pt-BR/Default.aspx> (acesso em 26/06/2014).

Ver relatório do IBGE em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf (acesso em 30/06/2014) e também <http://indigenas.ibge.gov.br> (acesso em 30/6/2014).

20 Ver <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> (acesso em 26/06/2014).

O processo de confinamento também é considerado responsável pelo aumento da violência contra os indígenas, tanto a violência promovida por agentes externos quanto à chamada “violência interna”, praticada entre indígenas. O processo histórico de desocupação compulsória de terras indígenas foi marcado por conflitos violentos e conta hoje com a própria política de demarcação de reservas como a única estratégia de proteção dos povos contra o avanço do agronegócio. Embora confinados em reservas com alta concentração demográfica, os indígenas encontram grande resistência para a demarcação outras terras tradicionalmente ocupadas e sofrem com o racismo por parte do restante da população. Muitos homicídios cometidos contra indígenas são escamoteados como atropelamentos em estradas, sendo frequentes essas ocorrências²¹. Segundo o Mapa da Violência realizado com base nos dados do Data Sus, a reserva de Dourados apresenta taxa de homicídios quatro vezes maior do que a média nacional. Já o índice de suicídios é de 85 a cada 100 mil pessoas, o maior do País.

A violência interna é atribuída à desestruturação dos modos organizacionais tradicionais promovida pelas políticas de confinamento. Ao passo que os kaiowá e guarani costumavam distribuir-se em pequenos aldeamentos de cerca de 100 habitantes de uma mesma parentela, a delimitação das reservas resultou na formação de grandes aldeias com milhares habitantes. As lideranças tradicionais foram substituídas pela figura do “capitão” indígena, que era nomeado pelo chefe de posto do SPI/FUNAI, até a sua destituição formal, no ano de 2008, por uma portaria da FUNAI. Embora o cargo de “capitão” continue a existir nas aldeias do município de Dourados, este vem passando por uma profunda crise de legitimidade, deixando um vazio organizacional nas reservas. (CIMI, 2011)

No grupo focal realizado em uma populosa aldeia da Reserva Indígena de Dourados, o “capitão” e demais membros do conselho indígena local que atuam na segurança da aldeia queixaram-se de não possuírem mais a prerrogativa de punir os crimes cometidos por indígenas dentro da própria aldeia. Atualmente, são obrigados a reportar os crimes na delegacia, mas não obtêm respostas satisfatórias, de modo que um mesmo indígena encaminhado à polícia chega a cometer outros crimes antes de ser efetivamente preso. Os seguranças não se arriscam mais a castigar nem mesmo os crimes mais leves, pois temem ser denunciados por outros moradores da aldeia. Restringem-se, portanto, a encaminhar todos os casos já devidamente esclarecidos à Polícia Civil.

Os participantes do grupo focal relataram haver 12 membros do conselho e 4 agentes da Força Nacional trabalhando na segurança da aldeia que, segundo eles, tem uma população de 8 mil habitantes. Segundo eles, a Força Nacional não está preparada para atuar em aldeias indígenas, pois os agentes não falam guarani e tampouco sabem diferenciar um índio do outro. Já os seguranças do conselho são apenas voluntários

²¹ Ver <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7403> (acesso em 26/06/2014)

não remunerados e precisam se revezar para poder trabalhar em seus empregos e prover o sustento da família. Eles não possuem treinamento adequado e, além disso, são submetidos a constantes ameaças e risco de vida.

Os indígenas queixaram-se da indiferença por parte das polícias militar e civil com relação à aldeia. Por ser esta uma área federal, apenas forças federais poderiam atuar, mas diante da pressão dos indígenas, foi lançada uma resolução do governo do estado que multava a polícia militar e/ou civil caso se recusasse a atender ocorrências em aldeias. Mas ainda assim, eles se recusam a atendê-las, como foi confirmado em entrevistas com policiais que argumentaram não estarem devidamente preparados para lidar com indígenas. Estes, por sua vez, afirmaram desejar a criação de um posto de polícia comunitária e uma delegacia na aldeia, demonstrando o anseio pela maior presença de policiais.

Existem dentro das aldeias pontos de venda de drogas ilícitas e álcool, que atendem aos consumidores da própria aldeia. É também muito comum o recrutamento de indígenas para trabalhar em mercados ilegais, “puxando” drogas ou cigarros na fronteira. Parte dos homicídios cometidos por indígenas e contra indígenas estaria relacionado a esses mercados. Embora os seguranças da aldeia saibam identificar usuários e traficantes, alegam não poder fazer nada, pois caso castiguem alguém por conta própria, as famílias oferecem queixa no Ministério Público Federal e eles correm o risco de ser presos. Ainda assim, eles consideram pouco eficiente a prisão dos indígenas envolvidos com esses mercados, já que eles são apenas instrumentalizados por grupos de fora da aldeia.

Outro tipo de crime muito comum na aldeia refere-se ao roubo ou confisco de cartões de benefício dos indígenas. Policiais entrevistados relataram ser esta uma prática comumente empregada por comerciantes locais que vendem produtos a preços muito altos na aldeia e mantêm os indígenas em perpétuo endividamento, confiscando seus cartões de benefício como garantia. Já os representantes da aldeia apresentaram o outro lado da história. Segundo eles, os próprios indígenas muitas vezes não sabem utilizar e/ou guardar os cartões sem perdê-los ou danificá-los, pedindo a comerciantes que os mantenham em local seguro.

Policiais relataram também serem comuns os crimes sexuais praticados por indígenas. Segundo os entrevistados, estes crimes seriam tolerados pela cultura dos indígenas, embora não pela legislação brasileira. Os indígenas são percebidos como ameaça à segurança não apenas da própria aldeia como também do restante da cidade. Uma moradora da cidade relatou no grupo focal ter sido vítima de duas tentativas de assalto em sua residência por parte de indígenas solitários munidos com facões. Nas duas vezes, ela teria soltado os cachorros para atacar o invasor e acionado a polícia.

A percepção da população com relação aos indígenas é extremamente negativa. É grande o descontentamento com relação aos benefícios e aos direitos de que eles gozam. Acreditam que se eles vivem de modo semelhante aos brancos, possuindo motos, carros e televisão, não deveriam receber auxílio algum. De modo geral, percebem os indígenas como bêbados, preguiçosos e perigosos, que já nascem aposentados e vivem à custa do governo.

Conclusão

O município de Dourados tem unidades de praticamente todas as instituições consideradas pela pesquisa. Neste município, encontra-se a sede do DOF e DEFRON, órgãos que vêm destacando-se no Estado do Mato Grosso do Sul, no combate ao crime transfronteiriço. Dourados é a cidade mais populosa da faixa de fronteira e do interior do Estado. Devido à proximidade com a fronteira do Paraguai e dos limites com o Estado do Paraná, Dourados não apenas encontra-se na rota de mercados ilegais, como também é severamente impactada pela situação de fronteira. Problemas relacionados ao tráfico de drogas e ao roubo de veículos destinados ao Paraguai afetam a segurança da cidade, que é percebida pelos habitantes como insegura para viver.

Dourados tem também a segunda maior população indígena do País, grande parte dela confinada em reservas que apresentam uma densidade populacional muito superior à média do País. Os aldeamentos indígenas apresentam alta taxa de homicídios e suicídios, apresentando também problemas relacionados ao tráfico e consumo de álcool e drogas. A Força Nacional encontra-se provisoriamente reforçando a segurança das aldeias, mas não oferece respostas satisfatórias aos problemas locais. As demandas pela demarcação de terras indígenas ainda não regularizadas resultam em conflitos violentos e forte preconceito da população contra os indígenas.

Fotos do Município de Dourados

Delegacia de Polícia Civil em Dourados



Sede do Corpo de Bombeiros em Dourados



Penitenciária Harry Amorim Costa



Penitenciária Harry Amorim Costa



Sede da Guarda Municipal de Dourados



Sede do CRAS na Aldeia Bororó da
Reserva de Dourados



Mundo Novo

O município de Mundo Novo foi criado pela Lei Estadual n.º 3.693, de 13 de junho de 1976, desmembrado do município de Iguatemi. Mundo novo encontra-se no sudoeste do Mato Grosso do Sul, na microrregião de Iguatemi, a 473 km da capital do estado Campo Grande. Faz fronteira terrestre com o município de Salto del Guairá, que é a capital do Departamento Canindeyú no Paraguai. A ponte Ayrton Senna, construída em 1998 e que faz parte da BR-163 atravessa o Rio Paraná e liga Mundo Novo ao município de Guáira no Paraná. Mundo também faz divisa com os municípios sul-mato-grossenses de Eldorado e Japorã.

Mapa – Município de Mundo Novo e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500568&search=mato-grosso-do-sul|mundo-novo>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 3693, de 13 de junho de 1976.
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (arco central)
Área (2010): 477,780 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Eldorado, a leste com o estado do Paraná, na faixa que vai da região sul a oeste com o Paraguai e a noroeste com Japorã.
População (2012): 17.251 habitantes
Densidade demográfica: 36,16 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 229.490.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.471,66
IDH-M (2010): 0,686
Gentílico: mundo-novense
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Receita Federal e Bombeiros.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região de Mundo Novo foi tradicional habitada por povos indígenas e encontrava-se integrada a grandes latifúndios, quando teve início a sua tardia ocupação por colonos, a partir da chegada, em 1953, de uma imigrante baiano chamado Bento José Luís. Em 1955, iniciou-se um povoamento com famílias oriundas do Estado de São Paulo. No princípio do povoamento, o fazendeiro Adjalmo Saldanha loteou sua própria fazenda e vendeu os lotes às famílias interessadas em residir nesta região. Assim, começou o desmatamento do lugarejo que passou a ser conhecido por Tapui-Porã (da língua tupi-

guarani: Rancho Bonito). Oscar Zandavalli, um colonizador de fibra, chega em 1955 e, possuindo 901 alqueires de terra, passou também a vender lotes a outras famílias, que ele mesmo trazia do Estado de São Paulo. Com o passar do tempo, houve interesse do governo federal em promover uma melhor colonização, com um projeto especial de reforma agrária. O IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, chegou em 1967, desapropriando a área e dividindo-a em pequenos lotes que recebiam o nome de parcelas. Estas parcelas foram entregues aos pequenos agricultores para pagarem em longo prazo. Foram desapropriados 72.978,83 hectares de terra e divididas em quase 1.500 lotes rurais. A partir da criação do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 1970, foi esta a instituição que deu continuidade ao processo, oferecendo infraestrutura ao povoamento da região com a construção 371 km de estradas vicinais e 312 pontilhões.

Em 1963, a região do atual município de Mundo Novo foi elevada a distrito município de Iguatemi, com a denominação de Floresta. Em 1967, o distrito de Floresta tomou a denominação de Jacareí. Ao ser elevado à categoria de município, em 1976, recebeu a denominação Mundo Novo, sendo composto apenas do distrito sede.

Mundo Novo foi afetado pelo represamento do Rio Paraná para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por isso, ainda hoje recebe royalties de Itaipu como compensação.

Diagnóstico da Segurança Pública em Mundo Novo

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	17.251 habitantes
Homicídios (2012):	12
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 1.327 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 750 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal					
População (estimativa em 2012):	17.251 habitantes				
Homicídios (2012):	12				
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal
Unidades	1 delegacia		1 batalhão		1 postos de fiscalização
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Delegados -
	Agentes	12	Praças	22	Agentes 18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal
	Novas e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas mas precisando de reformas

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Novas, adequadas e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	8		1		2	
Impressora	1		-		1	
Telefone fixo	2		1		1	
Fax	1		1		1	
Scanner	-		1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		-		1	
Estação de rádio digital	-		1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	-		-		1	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	-		1		1	
Filmadora	-		-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	2	-	1	1	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	-
Moto	-	-	3	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Frequentemente atende as necessidades		Ocasionalmente atende as necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	2		1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-		3	
Rádio portátil (HT)	2		1		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	2		2		-	
Arquivos em ficha de papel	6		3		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	4		8		3	
Colete antibalísticos	5		10		8	
Escudos	-		-		-	
Capacetes	-		-		-	
Placa balística	-		-		-	
Outros	-		-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		-		*	

Carabina	1	2	-
Espingarda	3	-	1
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	-	1	1
Fuzil	-	1	-
Revólver	-	3	-
Pistola	12	20	18
Arma de condutividade elétrica	*	-	*
Bomba de efeito moral	*	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	4
Outro	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Quantidades e tipos suficientes	Quantidades e tipos suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	*
Capacidade	24	*	*
Média de presos/mês	12	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	30	*	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	14	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	*	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	*	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	*	
	Salvamento, busca e resgate	*	
	Outros (atendimento clínico)	2º	

Polícia Civil

Há uma delegacia no município de Mundo Novo. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 2 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Mundo Novo utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, controle de armas e munição, de protocolo e de controle e manutenção de

equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2009, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Em Mundo Novo, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações e amigáveis. A Polícia Civil de Mundo Novo apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como o GGIFRON. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Mundo Novo há um Pelotão de Polícia militar, subordinado ao 12º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Naviraí. Estão lotados nesta unidade 22 praças e um oficial. Na sede do Pelotão, sistemas de administração são utilizados para gerir os sistemas de recursos humanos, estoque, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas e também uso de fichas de papel e fichários de ocorrência. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem a velocidade de 10 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, o Ministério Público e o Corpo Bombeiros, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa também do DOF e GGIFRON. Em Mundo Novo, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade do Corpo de Bombeiros de Mundo Novo, a quantidade de equipamentos

de proteção individual é suficiente, porém a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foram consideradas insuficientes. Tendo em vista o grande volume de cargas perigosas – tóxicas e/ou inflamáveis – que passam pela BR-163, torna-se premente que o Corpo de Bombeiros local disponha de equipamentos para impedir danos às pessoas e ao meio ambiente em eventuais casos de acidente. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não o foi considerada suficiente, sendo necessários os itens: desencarcerador hidráulico, motobomba e motogerador. Também foi considerada insuficiente a quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade, sendo necessário um novo sistema de longo alcance. O Corpo de Bombeiros do município de Mundo Novo possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 mega. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg não produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito e incêndios.

Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa do Conselho Comunitário de Segurança. Não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e não tem participado das Operações Sentinela. Na ocasião da Operação Ágata, esta unidade foi notificada para que ficasse em sentinela, para o caso de serem acionados. O entrevistado do Corpo de Bombeiros de Mundo Novo queixou-se por não receber os recursos destinados ao combate às drogas, pois eles estão inseridos nas respostas às ocorrências relacionadas às drogas, atendendo vítimas de tiroteios e acidentes. Esta unidade atende quatro municípios – Mundo Novo, Japorã, Eldorado e Iguatemi – e, por isso, procura descentralizar o trabalho, treinando agentes municipais de saúde para a prestar primeiros socorros.

O Corpo de Bombeiros de Mundo Novo colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis e confiáveis. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e a Receita Federal. A parceria com a Polícia Militar foi especialmente exaltada, ressaltando-se é a PM quem aciona os bombeiros em boa parte das ocorrências e que a polícia oferece também suporte quando a situação do socorro oferece risco para a segurança dos bombeiros.

Polícia Rodoviária Federal

Em Mundo Novo há um posto da Polícia Rodoviária Federal. Nele não são usados sistemas de informação. Não foi respondido sobre divulgação pública e regular de estatísticas, nem se são feitas ou desde quando. O posto dispõe de internet com

velocidade de 256 Kb/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata, Sentinela e do GGIFRON. Oito de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Mundo Novo foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e com a Polícia Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária (2ª ou 3ª)					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	12				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		*	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		*	

Justiça

O município de Mundo Novo possui uma comarca de entrância intermediária com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade muito frequentemente.

Não foi respondido se há internet na unidade. Estima-se que por volta de 30 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de estatísticas. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2007 e o sistema de informação está integrado a outros sistemas de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. O juiz entrevistado discorda em que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, auxiliando, por exemplo, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Nesta comarca não há Juizado ou Promotoria Especializados na Infância e Juventude

e tampouco uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado não informou uma estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram pela unidade no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram tráfico de drogas, uso de entorpecentes e porte de arma de fogo.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Mundo Novo, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: excesso de trabalho, envolvimento de efetivos de Segurança Pública em atividades ilegais, falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho e falta de articulação com outros órgãos da Segurança Pública e Justiça Criminal. Pelo menos, desde o ano de 2010, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam ao menos de dois coletivos de gestão de segurança pública: o Conselho Comunitário de Segurança e o GAECO. Participam, também, de alguma maneira das operações de fronteira e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Mundo Novo são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. O entrevistado acha que a parceria com a Polícia Federal deveria ser incrementada. Sobre as atuações mais importantes no ano de 2012, o entrevistado afirmou que as operações relacionadas aos crimes fronteiriços são realizadas pelo Ministério Público Federal e o GAECO. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Em entrevista, o promotor ressaltou as dificuldades de lidar com o alto volume de processos, informando que, em 2012, mais de 7 mil processos foram distribuídos para uma única vara. Para melhorar essa situação, deveria haver mais assessores para auxiliar na feitura das peças jurídicas. Também foi destacada a dificuldade de fazer com que os índios compareçam às audiências.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Mundo Novo. Para o Conselho Tutelar deste município, a principal dificuldade encontrada para sua atuação é a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: violência doméstica, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Conselho Comunitário de Segurança

O Conselho Comunitário de Segurança (CCS) do município de Mundo Novo foi reativado em 2012²². Trata-se de um órgão que reúne membros da sociedade civil organizada e de instituições públicas para debater problemas relacionados à segurança pública. A criação de CCSs em diversos municípios do Mato Grosso do Sul foi estimulada e regulamentada pela SEJUSP, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a partir de 2003, conforme informado no site deste órgão:

O Governo do Estado por meio do Decreto n.º 11.033, de 20 de dezembro de 2002, autorizou a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública a criar CCS's, auxiliando o Estado a prevenir e combater com inteligência e participação social, a violência e a criminalidade nos bairros e municípios onde são instalados.

A Resolução SEJUSP/MS/n.º 269, de 24 de março de 2003, regulamentou a criação dos CCS's e a Resolução SEJUSP/MS/n.º 271, de 11 de abril de 2003, aprovou o Estatuto dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Mato Grosso do Sul.

A Resolução SEJUSP/MS/n.º 332, de 9 de agosto de 2005, aprovou o Plano Diretor para a implementação da Filosofia de Polícia Comunitária no Estado do Mato Grosso do Sul.²³

Em Mundo Novo, o CCS é formado por 22 conselheiros nomeados por indicação e que fazem uma votação interna para escolher os cargos de presidente, tesoureiro e secretário. O CCS deste município não possui sede própria, mas dispõe de um veículo (de marca Saveiro) doado pela Polícia Civil. O entrevistado considera desejável a obtenção de uma sede, pois isso facilitaria que a população procurasse o conselho para fazer denúncias.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe C Especial	
Efetivo	Auditores	15
	Técnicos	-
	Terceirizados	30
	Analistas-tributários	17
Qualidade das instalações internas	Nova, adequada e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Nova mas precisando de reformas	

No município de Mundo Novo, há uma inspetoria da Receita Federal. Esta unidade dispõe de 10 carros oficiais funcionando, que dispõem de quantidade de combustível

22 <http://policianews.blogspot.com.br/2012/05/mundo-novo-reativa-conselho-comunitario.html> (acesso em 23/04/2014)

23 <http://www.sejusp.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=3026&template=21> (acessado em 23/04/2014)

suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade da conexão (afirma se tratar de uma rede empresarial). A Receita Federal de Mundo Novo participa do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). O entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou de operações de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os representantes da Polícia Civil e Polícia Militar, a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, afirmação com a qual discorda o entrevistado da Justiça. Há concordância sobre a posse de arma de fogo em Mundo Novo ser mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Mundo Novo foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes considerados os mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Mundo Novo

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Muito Frequentemente	Frequentemente

Os tipos de roubo e furto considerados mais frequentes são a residências, ao comércio, a transeunte e de motocicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados pequenos golpes populares, fraude contra o comércio, cheque sem fundos e fraudes em operações ilícitas.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e em situação doméstica.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Mundo Novo são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Os crimes que comparecem mais frequentemente a julgamento são tráfico, violência doméstica e porte ilegal de armas de fogo, este resultando mais frequentemente em condenação.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são envolvimento com ato infracional, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

O município de Mundo Novo é percebido por seus moradores como um local tranquilo e agradável para se viver. Os entrevistados reconhecem o importante papel desempenhado por esta região nas rotas do tráfico de drogas e contrabando, mas consideram que os crimes relacionados a estes mercados não afetam tanto o cotidiano da cidade quanto no município vizinho de Guaíra, onde são frequentes os assaltos. Embora o município seja pequeno e as pessoas conheçam muita gente envolvida com esses mercados ilegais, os entrevistados compartilham da percepção de que é possível conquistar o respeito pela demarcação de uma posição contrária ao envolvimento com o crime. Os homicídios seriam mais recorrentes entre os envolvidos, por motivo de acerto de contas, não afetando as dinâmicas sociais do município.

O efeito mais preocupante do tráfico de drogas na cidade é, na opinião de praticamente todos os entrevistados, o aumento no consumo de crack, principalmente pelos jovens. A facilidade de acesso às drogas proporcionada pela fronteira com o Paraguai, somada à falta de um trabalho de prevenção, estaria resultando nesse problema. Há preocupação também sobre o envolvimento dos jovens com o tráfico e contrabando. Além da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal – embora haja o Pró-Jovem no município –, acredita-se que os exemplos de enriquecimento presentes na cidade sejam apenas o das pessoas envolvidas com este mercado, faltando outras referências.

Os moradores dizem saber quem possui envolvimento com mercados ilegais, mas alegam que sobretudo os contrabandistas de cigarros são muito respeitados na sociedade local e contribuem com generosas doações para a comunidade, a Igreja e demais instituições. Acredita-se que existam articulações entre os grupos locais do tráfico e facções do crime organizado de São Paulo e Rio de Janeiro, mas ninguém soube precisar esta informação.

Quanto às instituições de segurança pública, todos concordam que falta efetivo policial e recursos materiais para que o combate aos crimes de fronteira possa ser eficaz. O intenso fluxo de pessoas e carros prejudica os controles. A percepção também é a de que as forças policiais estão em desvantagem e sofrem ameaças por parte dos criminosos. Um caso lembrado por todos os entrevistados foi o atentado contra os agentes do posto da Polícia Rodoviária Federal. Em retaliação à apreensão de três caminhões carregados com cigarros, criminosos teriam incendiado os carros de dois policiais, estacionados próximo ao posto, enquanto eles encaminhavam os detidos para registrar o flagrante.²⁴ Após este incidente, a cidade ficou repleta de policiais e helicópteros sobrevoando a região, mas, apesar de afirmarem que isso proporcionou maior sensação de segurança para a população, os entrevistados alegaram que o cotidiano das pessoas não foi modificado.

Outro ponto levantado foi a corrupção dos agentes policiais. Acredita-se que as corregedorias devam ser fortalecidas. Quanto à polícia paraguaia, esta é tida como muito mais corrupta do que a brasileira, acusada de efetuar cobranças absurdas. No entanto, o representante do Conselho Municipal de Segurança afirmou que a polícia paraguaia tem auxiliado na recuperação de veículos roubados sem custo algum.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

O município de Mundo Novo faz fronteira com Salto del Guairá, no Paraguai, que é um grande polo turístico de compras, repleto de pequenos comércios e shopping centers e mais bem estruturado para receber compradores estrangeiros atraídos pelo baixo preço dos produtos importados. Desde a inauguração da Ponte Ayrton Senna em 1998, que atravessa o Rio Paraná e liga os municípios de Guairá (PR) e Mundo Novo, foi facilitado o acesso entre o oeste paranaense e o sudeste sul-mato-grossense e, conseqüentemente também o acesso a Salto del Guairá pela fronteira terrestre de Mundo Novo, substituindo, em grande medida, as travessias por balsa. A maior mobilidade entre Guairá, Mundo Novo e Salto del Guairá contribuiu para atrair investimentos para o polo comercial paraguaio, que atualmente emprega muitos brasileiros.

24 <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/apos-apreensao-de-cigarros-bandidos-queimam-carros-de-policiais> (acessado em 23/04/2014)

Os entrevistados se queixaram de que há poucas oportunidades de trabalho em Mundo Novo, o que impele principalmente os jovens a trabalharem no Paraguai, onde o trabalho é mais árduo, porém tende a compensar economicamente. No lado brasileiro da fronteira, o principal ramo fabril existente é a produção de vestuário, que emprega principalmente as mulheres. Já os comércios encontram grande dificuldade para competir com os produtos paraguaios. A vigente alta no preço do dólar tem invertido as vantagens de algumas mercadorias, em especial os alimentos, que tem estado mais baratos do lado brasileiro.

Em Mundo Novo, é corriqueira a prática de exceder a cota estabelecida ao efetuar compras no Paraguai e isso é entendido como legítimo pelos moradores. Alguns moradores queixam-se de serem sistematicamente abordados e revistados pelo controle aduaneiro da Receita Federal, mas entendem que estes controles são necessários. A sugestão de alguns entrevistados é de que haja incentivos fiscais ou mesmo uma criação de zona franca na região para estimular o comércio do lado brasileiro e diminuir a informalidade dos mercados. Outra sugestão de dinamização da economia local refere-se ao possível aproveitamento da hidrografia da cidade para o estímulo a esportes aquáticos e a criação de espaços de lazer que atraiam turistas para a região.

A relação com os paraguaios foi descrita como amigável e positiva, sendo empregadas expressões como “irmãos do Mercosul” e “dívida histórica com o povo paraguaio”. No entanto, é considerada problemática a sobrecarga dos serviços de saúde e ensino público de Mundo Novo devido ao uso pela população paraguaia. Apesar dessas queixas, nota-se um movimento atual de busca pela inclusão dos paraguaios como usuários desses serviços. No campo da saúde, há o programa SIS Fronteira – Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras – que visa garantir o atendimento para a população fronteiriça, que migra em fluxo constantemente entre Brasil e Paraguai. Quanto às crianças paraguaias que frequentam escolas brasileiras, há empenho do CREAS em regularizar a situação legal das famílias que ainda não possuem a documentação correta.

Quanto aos indígenas, embora não haja aldeias dentro dos limites do município, há proximidade com muitas aldeias situadas em municípios vizinhos, até mesmo aqueles atendidos por órgãos sediados em Mundo Novo, como o Corpo de Bombeiros, a Justiça e o Ministério Público. Mesmo o hospital municipal acaba atendendo indígenas que são rejeitados no hospital de Iguatemi. Há preocupação com relação ao elevado consumo de álcool nessa população.

Um tipo de conflito considerado extinto em Mundo Novo é a disputa por terras. Embora a prefeita, Dorcelina de Oliveira Folador (PT), vinculada ao Movimento Sem-Terra, tenha sido assassinada em 1999, diz-se que atualmente não há mais latifúndio para ser dividido, logo os conflitos se arrefeceram.

Conclusão

O município de Mundo Novo apresenta questões semelhantes aos demais municípios lindeiros do Lago de Itaipu situados no estado vizinho do Paraná. Em especial, nota-se uma continuidade entre Mundo Novo e o município de Guaíra ao qual está ligado pela Ponte Ayrton Senna. Devido à sua fronteira seca com o polo comercial de Salto del Guairá, Mundo Novo é o principal acesso ao Paraguai para os habitantes de muitos municípios do oeste paranaense. É muito grande o fluxo de pessoas pela fronteira, pois além das pessoas que vão ao Paraguai fazer compras, muitos brasileiros trabalham ou são proprietários de comércios ou fazendas no lado paraguaio. Este intenso fluxo de pessoas dificulta os controles dos órgãos de fiscalização e segurança pública. Sabe-se que Mundo Novo encontra-se na rota do tráfico de drogas e contrabando e é notório o envolvimento de figuras proeminentes da sociedade local com mercados ilegais, contudo, acredita-se que apenas os atravessadores, que ocupam as posições mais baixas na hierarquia dessas redes, são flagrados e presos. A presença de traficantes e contrabandistas na cidade não é percebida como fonte de insegurança para os moradores, que alegam que os homicídios praticados restringem-se aos envolvidos com esses mercados. Há preocupação com o crescente uso de crack por parte dos jovens e dos riscos que isso pode acarretar para a segurança patrimonial, por ora percebida como satisfatória.

Fotos do Município de Mundo Novo

Pelotão Polícia Militar em Mundo Novo



Delegacia de Polícia Civil em Mundo Novo



Posto da Polícia Rodoviária Federal em Mundo Novo



Sede do Corpo de Bombeiros em Mundo Novo



Fórum de Mundo Novo



Helicóptero da PRF em Mundo Novo



Paranhos

O município de Paranhos encontra-se na região sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 469 km de distância da capital Campo Grande, à qual está ligada pela rodovia BR-163. Paranhos linda com os municípios sul-mato-grossenses de Coronel Sapucaia, Sete Quedas, Amambai e Tacuru e possui fronteira terrestre com o Paraguai, havendo continuidade do seu tecido urbano com o da cidade paraguaia de Ypehú.

Mapa – Município de Paranhos



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500635&search=mato-grosso-do-sul|paranhos>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 777, de 17 de novembro de 1987.
Localização: Sudoeste do Mato Grosso do Sul (Arco Central)
Área (2010): 1.309,156 km ²
Fronteiras e limites: o Paraguai e municípios de Tacuru, Sete Quedas, Amambaí e Coronel Sapucaia.
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 12.673 habitantes
Densidade demográfica: 9,68 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,64
PIB (2010): R\$ 81.241.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 6.575,57
IDH-M (2010): 0,588
Gentílico: paranhense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O povoado que deu origem a Paranhos surgiu em um campo que possuía duas vertentes formadoras de dois pequenos rios. Neste local, foram construídos grandes depósitos de erva-mate, planta nativa da região e explorada por indígenas e paraguaios. A partir de 1910, a localidade passou a receber migrantes de vários estados e com o surgimento da empresa Mate Laranjeira iniciou-se o desenvolvimento desta região. Foi somente no início da década de 1940 que se definiu a fronteira Brasil-Paraguai e o povoado passou a se chamar Paranhos, em homenagem ao diplomata de fronteiras José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Em 1958, criou-se o distrito com a denominação de Paranhos, então subordinado ao

município de Amambaí, do qual desmembrou-se pela Lei Estadual nº 777, de 17/11/1987, retificada por Lei Estadual nº 811, de 21/12/1987, sendo elevado à categoria de município. O município é constituído apenas do distrito sede.

Diagnóstico da Segurança Pública em Paranhos

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 12.673 habitantes
Homicídios (2012): 12
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.535 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.584 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 12.673 habitantes				
Homicídios (2012): 12				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Unidade ou Posto Fixo e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	4	Praças	8
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	-		1	
Fax	-		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		1	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-

Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	2		1	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	-		-	
Colete antibalísticos	4		5	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		5	
Carabina	1		1	
Espingarda	1		1	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		1	
Revólver	3		1	
Pistola	4		8	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		**	
Capacidade	4		**	
Média de presos/mês	3		**	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	15		*	

Polícia Civil

Existe no município de Paranhos uma delegacia, que à época da pesquisa dispunha de quatro policiais e um delegado, também titular da delegacia do município de Sete Quedas. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 0,5 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Paranhos utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição, de armas, de protocolo,

e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2004, são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Paranhos, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis e colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Paranhos não participa ou apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), entretanto, não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Há, no município de Paranhos, um Grupamento de Polícia Militar subordinado à 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, sediada no município de Amambai. Na há oficiais lotados neste grupamento, mas apenas 8 praças. O único sistema de administração em uso nesta unidade é o sistema de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais desde 2009, além do controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e fichários de ocorrências. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade possui velocidade de 512 KB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e dirigir sem habilitação.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário e as Forças Armadas, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a DOF. Não participa, entretanto, de coletivo de gestão de segurança pública. Em Paranhos, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

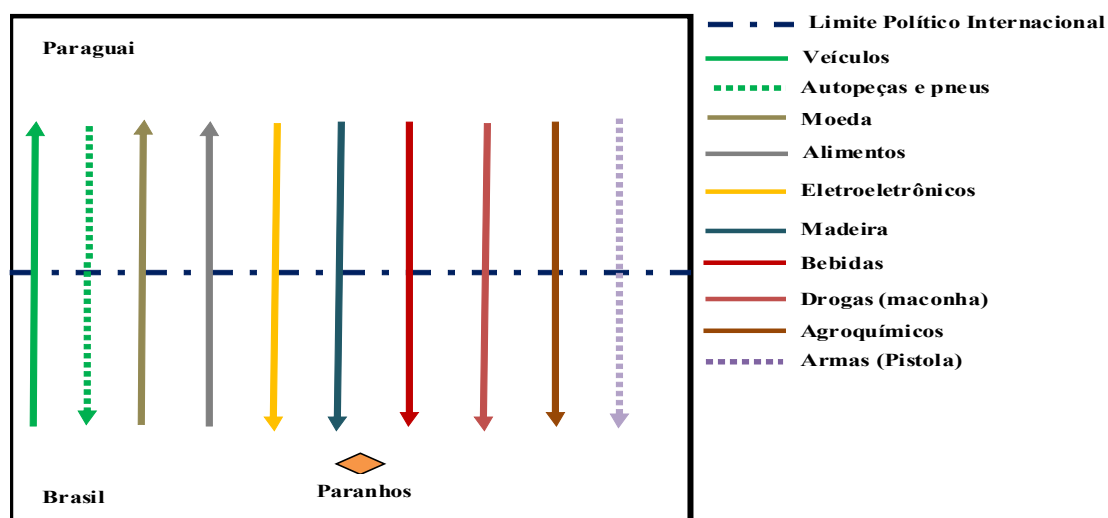
Particularidades da Situação de Fronteira

O município de Paranhos faz fronteira com a cidade paraguaia de Ypohú, o que produz impactos sobre a segurança pública e as dinâmicas socioeconômicas locais. A proximidade com a fronteira não é percebida pelos entrevistados como um fator positivo. O comércio local é bastante prejudicado pela baixa competitividade dos preços de mercadorias no Brasil em relação às vendidas no Paraguai. Embora os entrevistados concordem que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, acreditam também que as atividades ilícitas dinamizam a economia do município. Foi repetidamente ressaltado nas entrevistas que faltam oportunidades de emprego e estudo no município, de modo que a participação em mercados ilegais surge como alternativa ao desemprego, principalmente para os jovens. Os entrevistados concordaram também sobre a posse de arma de fogo em Paranhos ser mais frequente do que em outros municípios. A proximidade com a fronteira também impõe o problema da facilidade que os criminosos encontram para fugir do País após cometerem crimes.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Paranhos foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, e disputa por terras. Paranhos é considerada uma cidade estratégica para as rotas de tráfico e contrabando, pois, apesar de seu tecido urbano apresentar continuidade com a cidade de Ypohú, não há posto da Receita Federal ou Polícia Federal no município, de modo que não há controles efetivos na fronteira. Alguns entrevistados acreditam que a criação de uma zona franca na faixa de fronteira contribuiria para incorporar muitas práticas comerciais da região à legalidade, incentivando a economia local.

A figura abaixo representa o fluxo de mercadorias por meio da fronteira de Paranhos com o Paraguai, tomando por referência a percepção dos entrevistados das instituições pesquisadas:

Figura: Fluxograma de mercadorias e pessoas entre Paranhos x Paraguai.



Nota-se que há maior diversidade de mercadorias trazidas do Paraguai para o Brasil, sejam elas lícitas ou ilícitas. Do Brasil para o país vizinho, foram mencionados apenas veículos, moeda e alimentos.

De modo geral, a relação com o Paraguai é percebida como positiva, havendo uma boa integração da população. É comum que as pessoas morem de um lado da fronteira e trabalhem ou estudem do outro e paraguaios e brasileiros tendem a frequentar as mesmas igrejas e espaços de lazer.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Paranhos

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de furto são de motocicleta e a residências, sendo também citados furto de gado e no comércio. Quanto aos roubos, os mais citados foram a estabelecimento comercial e de motocicleta. Os roubos costumam ser atribuídos aos paraguaios ou relacionados à proximidade com a fronteira pela possibilidade de revender os veículos no país vizinho.

Embora não tenham sido mencionadas ocorrências de fraude ou extorsões, em entrevista qualitativa, foi ressaltado ser comum a retenção dos cartões de benefício de indígenas por parte de comerciantes. Este crime seria difícil de investigar, pois os indígenas alegam que os comerciantes apenas guardam os cartões para que eles não os percam.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, decorrente de conflitos de propriedade (terra, vizinhança etc.) e alcoolismo entre os indígenas. As entrevistas apontaram para uma correlação direta entre a violência doméstica e o consumo de álcool por indígenas. Já os homicídios dolosos ocorreriam em situações de “vias de fato”.

Entre os crimes sexuais, aqueles considerados mais frequentes em Paranhos são estupro ou abuso sexual de menores de idade, atos libidinosos e estupro ou atentado ao pudor contra mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Os representantes da sociedade civil entrevistados percebem Paranhos como uma cidade tranquila para morar, apesar de ressaltarem que não são raros os homicídios. Há no município conflitos relacionados à disputa por terras, tanto entre fazendeiros e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) quanto entre fazendeiros e indígenas. Nos últimos anos, os conflitos com os indígenas têm sido os mais violentos, tendo resultado em mortes e desaparecimentos.²⁵

Não houve menção ao tráfico de drogas como um fator relevante para a promoção de insegurança na cidade. Diferentemente de outros municípios, não houve também queixas relacionadas ao uso de drogas pelos jovens. Embora se acredite que o tráfico, principalmente de maconha, utilize o município de Paranhos em suas rotas, isto não parece impactar a segurança na cidade. Alguns dos entrevistados acreditam que há envolvimento de políticos locais e grandes proprietários rurais com o tráfico de drogas, mas não souberam precisar esta informação. Acreditam que existam relações com facções do Rio de Janeiro e São Paulo, mas que elas não estariam presentes no município.

Paranhos encontra-se próximo a uma região de produção de maconha. Do lado paraguaio, plantar maconha não é percebido como uma atividade criminal e muitos agricultores optam por este cultivo por ser mais lucrativo. Houve um período em que

25 Ver <http://www.mst.org.br/Latifundarios-atacam-acampamento-indigena-pela-quarta-vez-em-um-mes> (acesso em 30/06/2014) e <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6975> (acesso em 30/06/2014) entre outras notícias de indígenas mortos em Paranhos.

muitos agricultores migraram para o plantio do sésamo (gergelim), pois havia estímulos à exportação para o Japão. Também foi relatado ser muito comum o plantio de maconha em áreas de proteção ambiental, pois as reservas são consideradas “terra de ninguém”.

Esta região já apresentou problemas relacionados ao tráfico de gado bovino, que ocorria ora no sentido Paraguai-Brasil, ora no sentido inverso, alternando à medida que o preço do gado variava. No entanto, a passagem ilegal de gado por meio da fronteira foi reduzida a partir da criação de uma Zona de Alta Vigilância (ZAV) para o controle da febre aftosa na região. Desde então, foi intensificado o controle sobre os rebanhos locais.

Quanto à avaliação das instituições locais de segurança, acredita-se que elas deveriam receber mais investimentos. Sobretudo nas aldeias indígenas, não há praticamente policiamento. Também não há controles de fronteira efetivos na região. A rotatividade policial é vista como um fator positivo para evitar desvios de conduta.

Questão indígena

Segundo o Censo de 2010, há no município de Paranhos 4.404 indígenas, 35,7% da população total. Estes são majoritariamente das etnias Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá e residem nas aldeias Pirajuí, Potrero Guaçu, Arroio-Korá, Sete Cerros e Paraguaçu (reserva de Takuaraty/Yvykuarusu). Parte das reservas indígenas do município encontra-se regularizada, ao passo que há ainda terras cuja demarcação foi anunciada, mas ainda não ocorreu.

O processo de demarcação de terras indígenas no município vem resultando em conflitos entre indígenas e proprietários rurais, já tendo ocasionado uma série de homicídios ao longo das últimas décadas. Segundo um entrevistado, a perspectiva de demarcação de terras acaba beneficiando os grandes proprietários, que se aproveitam da situação de insegurança jurídica para comprar as terras de pequenos agricultores a preços muito baixos. Os grandes proprietários, por sua vez, possuem influência política e respaldo no judiciário. A demora do governo em anunciar que os pequenos proprietários de terras com até 25 hectares seriam indenizados pela desapropriação gerou muita ansiedade e intensificou os conflitos locais. Embora a indenização proposta seja bastante vantajosa, muitos venderam as terras antes de conhecer as condições do processo de demarcação.

É preocupante a situação de segurança nas aldeias, pois não há presença estável da polícia e as lideranças locais encontram dificuldades para lidar com problemas relacionados à violência, consumo de álcool, tráfico de drogas e extração ilegal de madeira. Em tese, pessoas de fora da aldeia precisariam do aval da capitania indígena para entrar em suas terras, mas, na prática, esse controle não é efetivo. Indígenas acabam sendo escravizados por comerciantes que confiscam seus cartões de benefício e vendem

produtos a preços exorbitantes. Também o consumo de álcool vem se tornando um problema cada vez mais grave, estimulando a violência entre indígenas. Foi mencionada ainda a exploração dos indígenas em usinas, o que não se trata de um problema específico de fronteira, mas uma prática recorrente em todo o País.

Conclusão

O município de Paranhos não apresenta um aparato de segurança pública e fiscalização significativo. Embora exista uma delegacia, o delegado também é responsável pela delegacia do município de Sete Quedas e ambas unidades chegaram a ficar sem delegado durante meses. Também não há um batalhão da Polícia Militar, mas apenas um grupamento, onde não está lotado nenhum oficial. Além de unidades das polícias civil e militar, há também um destacamento do Exército, mas não é sua função ocupar-se da segurança local, exceto quando participa de operações como a Ágata.

Embora o município apresente um relevante fluxo transfronteiriço de pessoas e mercadorias, não há postos de controle da Receita Federal ou Polícia Federal. As cidades de Paranhos e Ypêhú encontram-se bastante integradas, mas o comércio desenvolve-se melhor do lado paraguaio, onde os preços são mais baixos. Acredita-se que o tráfico de drogas, em especial de maconha, utilize bastante o município de Paranhos como passagem, mas os conflitos locais não se referem aos mercados ilegais. A disputa por terras, principalmente relacionadas à demarcação de terras indígenas, parecem ser os conflitos mais graves.

Fotos do Município de Paranhos

Sede do Grupamento da Polícia Militar em Paranhos



Destacamento do Exército em Paranhos

Delegacia da Polícia Civil em Paranhos



Sede da Funai em Paranhos



Sede do Conselho Tutelar em Paranhos



Sede do CRAS em Paranhos

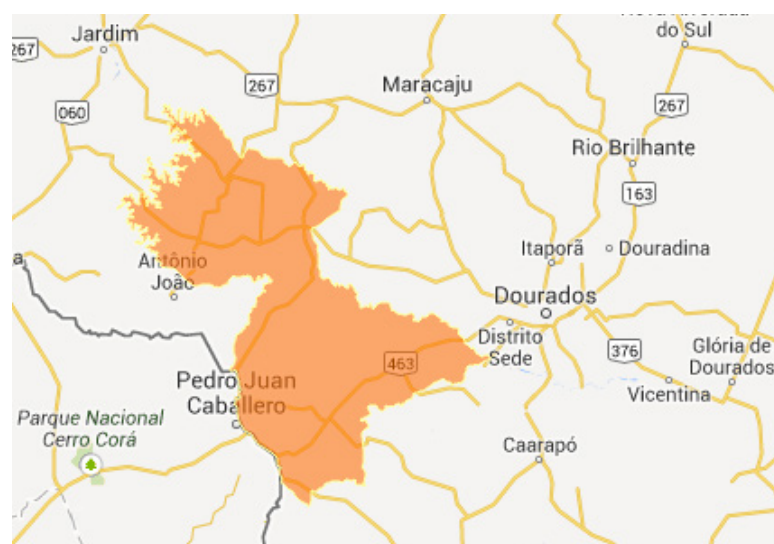


Ponta Porã

A cidade de Ponta Porã tornou-se município autônomo em 18 de julho de 1912, por força do Decreto n.º 617. Está localizada ao noroeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 316 km da capital do estado, Campo Grande, pela rodovia estadual 163. Ponta Porã faz fronteira com Paraguai com a cidade Pedro Juan Caballero, do Departamento de Amambay. Está separada do território paraguaio por uma rua de divisa conhecida popularmente como a Linha.

As cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero consolidam um ambiente urbano de aproximadamente 160.000 pessoas. A área de Ponta Porã é de 5.328 km², dos quais, 100 km² correspondem à sua área urbana; por sua vez, Pedro Juan Caballero possui uma superfície de 5.678 km² dos quais, apenas 35 km² compõem o território urbano. Pedro Juan Caballero é um dos municípios paraguaios com maior fluxo de migrantes da zona rural à cidade, dada pela “modernização do campo”, inaugurando, assim, um novo impulso nas relações transfronteiriças comerciais, sociais e até familiares. Separadas somente pelos limites formais, essas cidades têm aparência de uma só.

Mapa – Município de Foz de Ponta Porã



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500660&search=mato-grosso-do-sul|ponta-pora>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Decreto nº. 617 de 18 de julho de 1912.
Localização: Centro-Oeste do Brasil (Arco Central)
Área (2010): 5.330,448 km ²
Fronteiras e limites: o Paraguai e municípios de Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Dourados, Laguna Carapã, Aral Moreira, Antônio João, Bela Vista e Jardim.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Não
Acesso viário: Sim
População (2012): 80.433 habitantes
Densidade demográfica: 15,09 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,6
PIB (2010):\$ 968.521.000,00
PIB per capita (2010):R\$ 26.398,58
IDH-M (2010):0,701
Gentílico: ponta-poranense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os habitantes originários da região foram das etnias Guarani e Kaiowá, que permanecem até hoje, sendo reconhecidos pela FUNAI 33 mil indígenas distribuídos em 56 áreas no extremo sul de Mato Grosso do Sul.

Pouco antes da guerra com o Paraguai, o Imperador Dom Pedro II, temendo possível invasão do território nacional, estabeleceu ali uma colônia militar, para garantir a fronteira e propiciar contato frequente da região com a capital do Império. A guarnição militar instalou-se na encosta da Serra do Amambaí, sobre as cabeceiras do Rio Dourados, sob o comando do Tenente Antônio João Ribeiro, natural de Poconé, que posteriormente

pagou com a vida a bravura com que se destacou nos combates de fronteira. Mais tarde, perseguidos políticos, que haviam emigrado do Rio Grande do Sul para a Argentina e o Uruguai, atravessariam o Paraguai e penetrariam em território mato-grossense, fixando-se onde está hoje instalado o Município.

A completa conquista da região verificou-se, todavia, em 1883, quando Tomaz Laranjeira estabeleceu o primeiro arranhamento à margem direita do Rio Verde, distante oito léguas da atual sede municipal (de acordo com o Decreto Imperial n.º 8 799, de 9 de dezembro de 1882, que lhe concedia o privilégio de colher erva-mate na zona fronteira com a República do Paraguai, entre os marcos “Rincão do Júlio” e “Cabeceiras do Iguatemi”). O local teve, a princípio, o nome de “Nhu-verá”, que foi substituído posteriormente por “Antônio João” e, finalmente, por “Ponta Porã”, que, em guarani, significa Ponta Bonita. Em 2007, o município conta com 3 unidades distritais: Cabeceira do Apa, Sanga Puitã e o distrito sede.

Diagnóstico da Segurança Pública em Ponta Porã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 80.433 habitantes
Homicídios (2012): 44
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 3.217 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 738 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 80.433 habitantes				
Homicídios (2012): 44				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	3 delegacias		1 batalhão e 2 destacamentos	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	5
	Agentes	19	Praças	104
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		3	
Impressora	2		3	
Telefone fixo	2		1	
Fax	2		1	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	

Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	-	-	-	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	2	-	2	-
Filmadora	-	-	-	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	1	8	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	20	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	2	13	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-
Rádio em viaturas (analogico)	4	-	8	-
Rádio portátil (HT)	4	-	13	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	4	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	5	-	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	19	5	-
Colete antibalísticos	19	-	108	-
Escudos	-	-	2	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	-	-
Carabina	2	-	5	-
Espingarda	1	-	4	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	2	-	-	-
Fuzil	-	-	9	-
Revólver	8	-	36	-
Pistola	19	-	114	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	2	-
Bomba de efeito moral	*	-	30	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tem carceragem?	Sim	Não	-

Capacidade	8	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	Não soube quantificar	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 grupamento e 2 subgrupamentos e 2 Seções		
Efetivo	Oficiais	6	
	Praças	72	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	4	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	3	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	3	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	2	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Ocasionalmente atende às necessidades		
Atividades mais frequentes	Incêndios	**	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	**	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	**	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	**	

Polícia Civil

Existem no município de Ponta Porã 3 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 2 GB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Ponta Porã utiliza sistemas de administração, tais como de estoque, de controle de viaturas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, há mais ou menos 13 anos, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o judiciário e a Força Nacional. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional. Em Ponta Porã, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis e colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), embora não apoie grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O representante

entrevistado não soube responder se, no ano de 2012, a unidade participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), mas afirmou que não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Ponta Porã, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) integrados a outros sistemas de informação, tais como a Polícia Civil ou o Judiciário, além de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (há cerca de 23 anos), efetuando-se a inclusão dessas no Infoseg. Há também controle dos dados criminais por meio de planilhas e fichários de ocorrências. A velocidade da internet é de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de roubos, furtos, violência doméstica e acidentes de trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Força Nacional e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, o Ministério Público, as Forças Armadas e os Bombeiros. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Entretanto, participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Ponta Porã, a Polícia Militar tem uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e realização de missões conjuntas. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Ponta Porã, as quantidades de equipamentos de proteção individual e de salvamento e resgate foram consideradas suficientes, mas não ocorre o mesmo com os equipamentos para o combate a incêndio florestal, sendo necessários aparelhos de detecção ou radiação e roupa de aproximação. A quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal foi considerada suficiente, enquanto as quantidades de armamento e de equipamentos de comunicação não foram, reivindicando, respectivamente, armamentos mais modernos e munição, e antena e sinal digital. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 MB/s.

Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios florestais e atendimentos de ocorrências diversas.

O Corpo de Bombeiros de Ponta Porã participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, como Ágata e outras. Participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, assim como tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Ponta Porã troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis e colaborativas, com realização de missões conjuntas. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, as Forças Armadas, o Judiciário e a Receita Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	**	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	**				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		**		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		**		Inadequadas	

Justiça

O município de Ponta Porã tem uma comarca de entrância intermediária com vara única e vara mista. Há uma vara criminal. Há internet com velocidade de 4 MB/s. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de estoque e de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, divulgadas pública e regularmente. As estatísticas são produzidas há mais de dez anos e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron) e do Conselho da Comunidade com reuniões mensais, porém o juiz entrevistado discorda em que tal participação produza melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Defensoria Pública Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado não soube informar a estimativa do número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, ou o número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto.

Ministério Público

Não foi respondido.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Ponta Porã. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; a dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo; dificuldade no relacionamento com o Ministério público; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	15
	Técnicos	1
	Terceirizados	63
	Analistas-tributários	10
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Ponta Porã dispõe de 7 carros oficiais e 2 caminhões funcionando, tem também um caminhão avariado. Entretanto, raramente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, a velocidade da conexão é de 2MB/s com previsão de melhorar a velocidade para 4MBs proximamente. A Receita Federal de Ponta Porã participa das reuniões do GGIFron para ter conhecimento. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Segundo entrevistado da Receita Federal, o fato de ser uma fronteira seca contínua dificulta o controle, o que indica que o trabalho de repressão tem que ser feito nas estradas e pontos de saída do município, enquanto no lugar tem que ser realizado trabalho preventivo. Reconhecem-se problemas relacionados à infraestrutura que dificultam o transporte das apreensões por parte das polícias, que se soma à falta de espaço no depósito. Foram frisados os problemas de infraestrutura em número e tamanho dos componentes da Receita Federal. A falta de recursos humanos faz a Receita trabalhar em horário apenas comercial, o que traz uma demora no registro de apreensões. Além disso, uma vez em depósito, fica difícil o redirecionamento, seja para doação, destruição ou seja para a utilização, pois a Receita depende também do devido processo legal, não podendo decidir por si própria sobre o destino das mercadorias. Para tanto, foi enfatizada a necessidade de aumentar a verba de custeio, pois tais demoras acabam produzindo uma deterioração dos veículos em guarda, por exemplo, quando poderiam ser reaproveitados para diversos fins.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Porém, contraditoriamente, a maioria também concorda que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Apenas o representante da Receita Federal considera negativo devido à influência que o comércio paraguaio exerce no Brasil, por se tratar de uma “concorrência desleal”. A maioria dos entrevistados discorda em que a posse de arma de fogo em Ponta Porã seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Ponta Porã foram assinalados: tráfico de drogas, de armas, disputa por terras, imigração ilegal, contrabando e exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Ponta Porã

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são a residências, de motocicleta, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto a motocicletas de estrangeiros sem registro. Em relação aos roubos, foram citados os de motocicleta, a estabelecimento comercial e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados: o falso sorteio, concurso ou premiação, os pequenos golpes populares e as fraudes em operações ilícitas. Extorsão simples foi o único tipo citado. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, em situação doméstica e conflitos relacionados a mercados ilegais. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Ponta Porã são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infantojuvenil e o estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furtos, roubos e tráfico de drogas). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional. Na tabela abaixo, o número de ocorrências é detalhado.

Tipos de crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Furto	842	953	759	743	928	861	887
Roubo	294	235	261	301	284	453	594
Lesão Corporal dolosa	290	355	385	384	344	380	275
Homicídios Dolosos	36	36	41	36	22	38	38
Porte de Drogas	21	28	29	22	32	51	34
Violência Doméstica	298	351	330	347	355	421	387
Estupro	5	4	6	25	42	29	16

Fonte: Levantamento das Ocorrências da Secretária de Justiça e Segurança Pública/ Superintendência de Inteligência/ Coordenadoria de Fiscalização e Controle/ Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Em linhas gerais, a criminalidade local não é considerada especificamente diferente de outros municípios, embora sejam reconhecidas atividades próprias da fronteira relacionadas ao comércio e a atividades ilícitas, que se inserem em um contexto de pauperização da população, assim como de evidentes desigualdades sociais.

Segundo uma assistente social entrevistada, entre jovens em condição de vulnerabilidade social, existe uma naturalização na percepção do comércio de drogas e do comércio sexual, que provavelmente se deriva da frequência e proximidade com que ocorre, o que faz com que esses jovens não vejam em tais práticas problemas em si mesmos. Existem pessoas envolvidas nos mercados ilícitos que são admiradas pelos jovens e se tornam paradigmas de sucesso. Meninas que foram vítimas de exploração sexual quando crianças, com o passar do tempo, continuam na exploração sexual e financeira em troca de comida, abrigo, vestimenta, muitas vezes para ajudar a família. Foi afirmado que a exploração sexual, o estupro, o espancamento ocorrem na população jovem feminina local e estrangeira, proveniente do Paraguai. De forma geral, os entrevistados consideram que as mulheres agredidas, frequentemente de setores de baixa renda, não se assumem publicamente como vítimas de agressão, embora as queixas nas delegacias por violência doméstica, segundo a tabela expressa, sejam significativas. A consideração dos entrevistados pode sugerir que a frequência poderia ser ainda maior que a registrada.

Alguns entrevistados ressaltaram que parece ser um fato reiterado que a exploração sexual se insira em um ambiente familiar de trabalho informal e precário, como uma fonte de recursos para o grupo familiar. Quando se trata de abuso sexual no âmbito doméstico, as denúncias são raras porque o tabu ou ameaças dentro da família impedem que o fato se torne público, tal como se revela na tabela acima. A expressão “ir fazendo vítima” é utilizada pelos entrevistados para se referir ao abuso que o chefe de família progressivamente faz das crianças e adolescentes do seu grupo doméstico. Tais situações costumam ser visíveis na escola, mas como existem altos graus de desistência escolar, torna-se difícil identificar os maus-tratos. Em termos gerais esta percepção não transparece nos números de evasão escolar do município nem nos registros da SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência).

Entrevistados do Hospital da cidade afirmaram que existe um índice de óbitos elevado devido a conflitos ocorridos do lado paraguaio, e as vítimas são levadas para o hospital de Ponta Porá onde muitas vezes acabam morrendo. Houve acordo em que o problema de drogas tem que ser tratado na convergência das políticas de saúde e de segurança, porém estas últimas não dependem apenas de quantidade de efetivos, mas também de formação policial que melhore a qualidade do serviço policial.

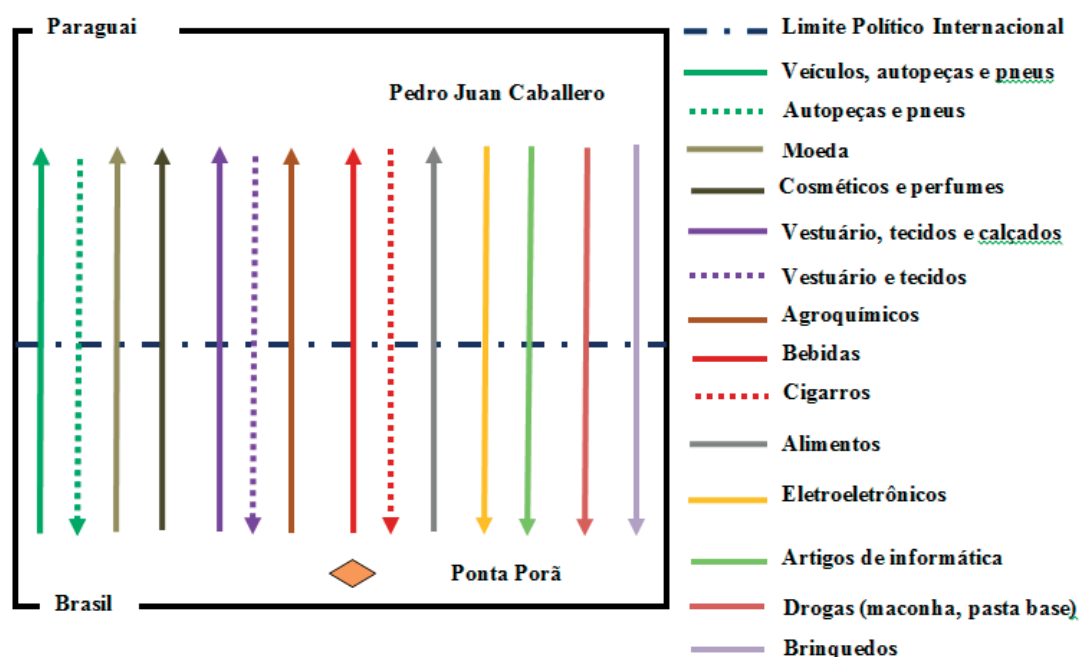
Os entrevistados percebem a fronteira como um facilitador para atividades ilegais. Eles têm ressaltado que a não concretização dos acordos do MERCOSUL em matéria de circulação

aumentam a vulnerabilidade da população local. O fato de existir uma linha feita de uma rua que faz divisa entre os dois países não é percebido como uma separação internacional com implicações legais. O espaço contínuo apaga a percepção do limite internacional. Foi enfatizado que na cidade a maior parte da população vê com relativa desconfiança o trabalho policial, pois existe uma percepção em certo modo estendida de que a distinção entre criminosos e policiais não é totalmente clara, percepção que está fundada em casos conhecidos e falados de envolvimento entre uns e outros para a concretização de atividades ilícitas.

Foi ressaltado que as polícias trabalham com pouco efetivo e que alguns agentes estão envolvidos na facilitação de atividades ilegais, ao mesmo tempo em que se reconheceu a falta de formação e sensibilidade para tratar principalmente com usuários de drogas e com população indígena.

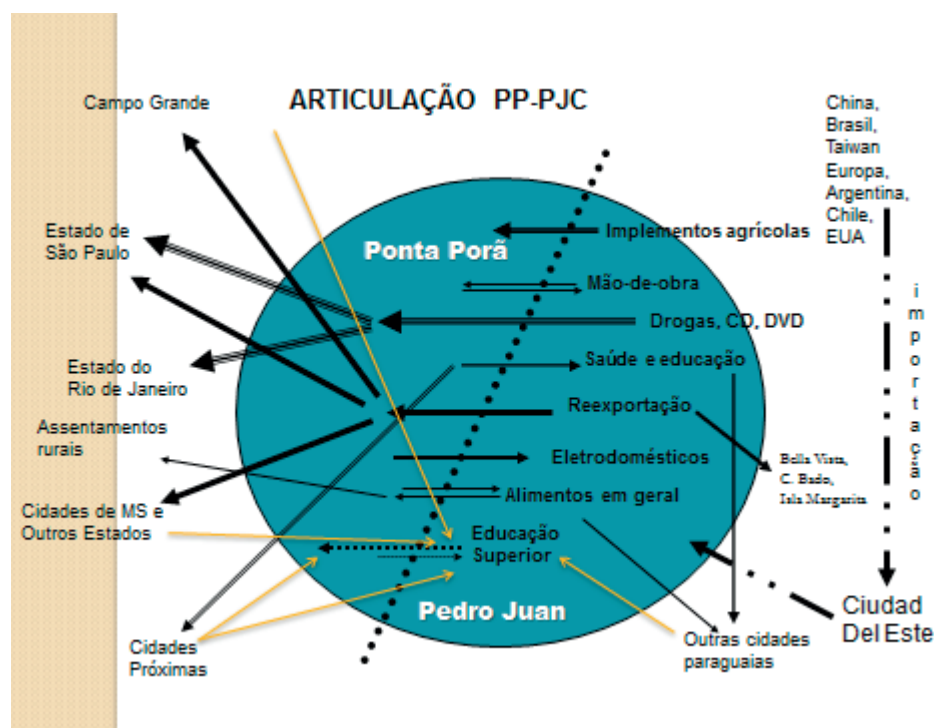
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (Paraguai). As atividades ilegais resultam basicamente do contrabando de cigarros, de drogas e de armas. As apreensões no último ano foram basicamente de cigarros, maconha, crack, cocaína, pasta base, artigos de informática, vestuários e tecidos, autopeças e pneus e brinquedos. A principal apreensão de drogas é de maconha e cocaína. Os números de ocorrências envolvendo drogas são muito frequentes. A maioria dos entrevistados considera que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria e que o município de Ponta Porã é um dos que perceberam o impacto dessas medidas. Segundo entrevistado da Polícia Militar, as duas principais mudanças ocorridas foram a multiplicação das rotas e a transferência das atividades ilícitas para outros municípios.



Vale ressaltar que, ainda que os entrevistados tenham classificado as mercadorias nessa ordem, o Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (CADEF) vem constatando diferenças entre os produtos de consumo cotidiano com aqueles típicos de reexportação. Por exemplo: os produtos de alimentação são consumidos pela população das duas cidades em igual intensidade, muitos são comprados em Pedro Juan Caballero e muitos em Ponta Porã, assim como produtos farmacêuticos; os eletrodomésticos são comprados por pontaporanenses em Pedro Juan Caballero quando é possível comprar à vista; enquanto os pedrojuaninos compram eletrodomésticos em Ponta Porã a prazo (modalidade não existente em Pedro Juan Caballero). Muitos produtos químicos para agricultura são trazidos do Paraguai, o que, segundo os proprietários rurais é, hoje, o principal contrabando da região.

A figura que segue, realizada com dados para 2010 pelo CADEF, indica com a ponta da flecha o destino das mercadorias na articulação entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.



Fonte: Cadef/UFMS

Houve certa concordância entre os entrevistados acerca da existência de uma cultura local em que determinados valores prevalecem, ocasionando problemas para a administração pública. Trabalhadores do hospital consideraram os bairros seguros, pois nas relações de vizinhança, mesmo se tratando de vizinhos que se desempenham no âmbito da ilegalidade, existe a tranquilidade de que nenhum morador será vítima de roubos nem de violência. Todos os entrevistados reconhecem que a sociabilidade local é vivaz, que existem boas relações interpessoais, também rotinas de lazer e trocas comerciais, assim como relações de parentesco que ligam em muitos casos as cidades

de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. O fato de as cidades estarem separadas apenas por uma rua gera uma dinâmica cotidiana em que a fronteira, embora não desapareça, deixa a sua visibilidade difusa.

Os entrevistados têm enfatizado o aspecto migratório entre os dois países como uma peculiaridade da fronteira, principalmente quando se referem à população indígena que antigamente habitava o Paraguai. A expansão da produção agrária em grande escala é notória, principalmente de soja que se encontra majoritariamente em mãos de brasileiros donos de fazendas no Paraguai. Isso tem levado camponeses e indígenas a um deslocamento espacial, instalando-se no Brasil em assentamentos em condições paupérrimas. A nova situação com respeito às terras produziu conflitos reiterados, sobretudo entre os fazendeiros e a população indígena que pede ao governo a restituição de terras que outrora lhe pertenciam. O movimento camponês também tem se tornado visível e, segundo alguns entrevistados, conseguiu apoio por meio das gestões de governos anteriores para legitimar a posse de terras em algumas áreas periféricas à cidade.

As vantagens do município estão relacionadas ao potencial turístico, principalmente devido às opções comerciais com o país vizinho, que privilegiam o comércio de eletroeletrônicos e de produtos de importação vendidos no Shopping China, localizado na confluência de ambas as cidades, que também é frequentado para lazer pela população local e visitante.

Em nível local o controle alfandegário e migratório é realizado em um extremo da cidade, e opera basicamente para quem pretende continuar viagem para além dos 60 quilômetros contemplados como trânsito fronteiriço de vizinhança em cada país. Dessa maneira, grande parte do fluxo cotidiano não passa pela alfândega. O terminal rodoviário tem uma movimentação considerável, e muitas pessoas acabam viajando para Campo Grande, Dourados e outras cidades próximas, com produtos para revenda.

A mobilidade transfronteiriça é uma característica a que a maioria dos entrevistados se referiu, mas também o fato de que muitas pessoas chegam ao lugar com a intenção de fazer dinheiro geralmente com atividades ilegais, como contrabando ou tráfico de drogas. Principalmente aqueles entrevistados que não pertencem à segurança pública afirmaram que a cidade tem fama de ilegalidade, mas ocorrem muitas coisas legais que também a caracterizam. Ressaltaram que grande parte dos problemas do município está relacionada à falta de indústria e de geração de emprego, o que leva as pessoas a se envolverem em atividades ilícitas. Quem chega para morar na cidade, percebe insegurança, diferentemente de quem nasceu no lugar e conhece os códigos urbanos; isso pode estar relacionado à fama da cidade como centro de criminalidade. Embora as pessoas reconheçam que tem gente envolvida “em coisa errada”, a população é solidária e faz da cidade um lugar agradável para viver.

Outro aspecto destacado principalmente pelos agentes de segurança pública foi a situação da população indígena. Notou-se que na cidade há diversos problemas com aldeias indígenas e que o assentamento Itamaraty traz ocasionalmente algumas agravantes à situação da cidade, gerando diversos problemas sociais, isso porque muitos dos moradores das aldeias e do assentamento vivem em situação de vulnerabilidade social, aumentando o número de pessoas nas ruas assim como de usuários de drogas, de meninas que se prostituem, ou que passam a ser aliciadas como “mulas” pelas pessoas envolvidas na circulação e venda de drogas e de armas.

Segundo os entrevistados não é tão raro que indígenas se associem às atividades ilícitas como facilitadores para acarretar, transportar ou guardar, utilizando as aldeias como esconderijo porque as polícias não ingressam nos “fortins” (nome atribuído às aldeias pelos proprietários rurais). Vale contextualizar tal afirmação pelo fato de que existe um conflito explícito entre a população indígena e os grandes proprietários rurais, formadores de opinião, em quase toda a fronteira, e que alguns dos participantes do grupo focal pertencem a estes setores. Afirmações desse teor foram relativizadas por outros entrevistados, que consideravam que casos específicos levavam a generalizações improcedentes a respeito da população indígena. Também foi afirmado que o uso de álcool é muito comum nesta população, e que essa prática deriva recorrentemente em abuso sexual de pais contra filhas e de maridos contra esposas. Foi reconhecida a existência de suicídios em número maior que no restante da população local.

A situação da demanda de serviços públicos do lado brasileiro por parte de população paraguaia é assinalada com frequência como problemática (maternidade, afeções por HIV e Sífilis), principalmente quando as pessoas possuem Identidade em ambos os países (o que é ilegal, mas não é percebido como tal), ou utilizam documentos de identidade de outras pessoas para serem atendidas. Segundo uma entrevistada comerciante nascida no Paraguai e nacionalizada brasileira, o fato de as pessoas terem a dupla nacionalidade para obter vantagens nos dois países, pode dar vantagens e problemas na época de eleições, pois ocorrem investigações para verificar se os candidatos, até mesmo os eleitores, são verdadeiramente brasileiros ou não.

Outro aspecto destacado foi a violência preocupante contra as mulheres, principalmente nas comunidades indígenas. O abuso no uso de álcool foi caracterizado como coadjuvante dessas situações. Concordando com tais apreciações, policiais militares admitiram que a intervenção policial é difícil, devido à falta de recursos humanos para uma região tão extensa.

Percepção da dinâmica urbana

As facilidades fiscais existentes hoje no Paraguai possibilitam que Pedro Juan Caballero seja um centro de referência de turismo de compras; o que, por sua vez, movimenta o comércio de hotéis, restaurantes e outros serviços de Ponta Porã, transformando esta conurbação em uma região turística (a segunda de Mato Grosso do Sul, depois de Campo Grande, e a terceira do Paraguai, depois de Ciudad Del Este e Assunción) com um arco de abrangência do lado Brasileiro superior a 600 km.

O comércio de reexportação movimenta a economia local de forma diferenciada de outras cidades com o mesmo estilo (Ciudad del Este e Salto del Guairá), por não ser um ponto importante de referência no comércio de sacoleiros – embora exista, é em número muito inferior a outras localidades. O comércio de reexportação ali executado está intimamente ligado ao consumo pessoal. “Para nós, comerciantes, não interessa fazer vendas para sacoleiros, não temos interesse que os sacoleiros venham para Ponta Porã, porque terminam comercializando mercadorias ilegais”, estas palavras do dono do maior centro comercial depois do Shopping China não refletem a opinião dos pequenos *casilleros* e camelôs instalados na linha demarcatória da cidade, principais fornecedores de mercadorias aos sacoleiros.

De maneira geral, os entrevistados afirmam que a cidade é tranquila, mesmo que esteja atravessada pelas atividades ilegais que eventualmente podem gerar situações de conflito ou violência. O fluxo de pessoas e as diferenças entre os dois países gera possibilidades econômicas para as pessoas se sustentarem no dia a dia. Restaurantes no município são frequentados pelos cidadãos paraguaios, já que a alimentação costuma ser mais econômica e variada que em Pedro Juan Caballero. Os comércios de calçados, roupas e eletrônicos também têm resultado rentáveis do lado brasileiro, considerando que, para venda direta ao consumidor local, permitem pagamentos parcelados no cartão de crédito, sem o recargo por compra no exterior, além de terem garantia. De qualquer maneira, quando se trata de compras para revenda em outros lugares que o município, geralmente é conveniente comprar à vista do lado paraguaio. Em todos os casos os entrevistados concordam que a população não vê problemas em algumas práticas econômicas ilícitas, principalmente o contrabando, pois um número não desprezível de moradores da cidade, sobretudo aqueles que não conseguiram se inserir no mercado formal, subsiste de atividades informais que envolvem mercadorias lícitas de circulação ilícita, assim como mercadorias ilícitas.

Na opinião dos profissionais de segurança pública entrevistados, o fato de se tratar de uma fronteira seca dificulta notoriamente o controle. Isso também faz com que não se consiga diferenciar muito bem quem está de que lado. Os controles são mais efetivos nas estradas ou nas saídas do município do que no próprio município.

Há entrevistados que consideram a cidade segura, com muitas pessoas boas, e afirmam que as mortes não afetam a população comum. Muitos observam que as pessoas circulam até de noite para o país vizinho, e que isso não representa riscos de vida nem de assaltos para quem não está em falta com as regras que regem a ilegalidade.

Quase todos concordam que não é área de consumo de drogas em grande escala, mesmo que haja na cidade uso problemático por parte de grupos da população jovem, principalmente de crack. Tudo o que é entorpecente “passa” para as grandes metrópoles, e em certa medida pelo fato de “passar”, sempre algo derrama no local, às vezes, até mesmo, por se tratar de pagamentos em espécie. De qualquer maneira, reconheceram que o uso de crack é frequente por parte dos jovens dos assentamentos. Em relação à mobilidade, houve concordância com que esse problema não é só do Paraguai, mas de outros estados e cidades do Brasil.

Outro problema reconhecido foi a dificuldade de fixação de recursos humanos, pois muitas pessoas que chegam para trabalhar em diferentes instituições não se encontram à vontade, principalmente pela falta de escolas para os filhos, atividades culturais, e isso acaba levando bons profissionais para os centros urbanos.

Os mercados ilegais

Os crimes de descaminho, contrabando e tráfico de drogas, reconhecidos como crimes transfronteiriços, são característicos na cidade. Os entrevistados chamaram a atenção para os índices de motocicletas roubadas e sem placas que são comercializadas na fronteira, muitas provindas de outros Estados do Brasil e trocadas por drogas nessa região. De maneira geral os entrevistados concordam que são atividades realizadas por pessoas em idade produtiva (20 a 40 anos), muitas delas se iniciam no *freelance* a partir de algum contato ou referência no lugar, e geralmente acabam sendo presas nos trajetos que realizam. Houve comentários sem especificações sobre a existência de figuras públicas que moram no lugar e que estariam envolvidas em tais atividades. Também foi afirmado que há pessoas que começaram como “mulas” e foram “crescendo”, até se consolidarem como comerciantes ou empresários locais, mas são os menos. O fato de esse tipo de atividade ser tão comum no município, e ter permitido a alguns moradores melhorar sua situação econômica e social, faz com que comece a ser considerado normal o fato de enriquecer-se ilicitamente, produzindo, em opinião de alguns entrevistados, uma inversão de valores que termina gerando modelos de conduta e de sociedade. Foi afirmado que essas pessoas geralmente são donos de fazendas e de lojas comerciais, e não tomam contato com as mercadorias que comercializam.

Alguns entrevistados comerciantes e trabalhadores do serviço de saúde consideraram que, para o morador da cidade, o fato de conhecer desde sempre aqueles

que se enriqueceram faz com que não possa considerá-los delinquentes, ainda mais quando esse “trabalhador” do “tráfico” desenvolve as atividades sem gerar nenhum tipo de violência, pelo contrário, protegendo a população.

Entrevistados que trabalham no comércio da cidade afirmaram que o município não tem dinheiro, mas movimenta muito dinheiro à vista, principalmente por causa dos mercados ilegais.²⁶ Quando os carregamentos de droga são apreendidos, já se pode esperar que o nível de consumo de forma geral diminua, e isso incide no aumento de roubos na cidade, pois o dinheiro que ingressaria por parte das pessoas que iriam vender a droga que compraram, já não vai mais circular no município.

Segundo entrevistados das forças de segurança do lugar, a participação em cada tipo de mercado ilícito depende da rentabilidade que o produto tenha no momento, havendo proximidade entre o circuito do cigarro e o das drogas, de forma que as pessoas podem transitar de um para outro sem dar em conflito devido à fartura de produtos e clientes. Ao mesmo tempo, concordam que as pessoas envolvidas no tráfico de drogas de larga escala costumam ser de fora do município, gerando ganho na compra para quem faz os contatos e para quem fornece a mercadoria, enquanto jovens dos setores populares locais se dedicam mais à venda a varejo para usuários da cidade ou operam como mediadores entre os fornecedores do lado paraguaio e os interessados de diferentes lugares do Brasil, que procuram comprar drogas na fronteira. Dessa maneira, para alguns moradores da cidade, a ideia de crime organizado parece não atingir aquelas pessoas que operam como conectores entre os produtores e compradores em atacado, que são os que residem na cidade, deixando a categoria de criminalidade para os compradores que depois distribuirão e comercializarão as drogas nos lugares de destino.

Os entrevistados têm coincidido em que existem redes de pessoas que interligam outros estados, mas muitas das vezes elas estão afirmadas a partir de relações de amizade e parentesco em que uns ajudam os outros e, assim, as pessoas vão sendo envolvidas nesses mercados. Segundo uma assistente social entrevistada, isso não só ocorre no tráfico de drogas, mas também na exploração sexual (que não é vista como tal por quem comercializa o sexo). Houve coincidência no fato de que as pessoas enriquecidas no município costumam comprar tudo à vista e geralmente adquirem os carros mais caros e de última geração, o que é tomado como indício de envolvimento na ilegalidade.

Embora sejam poucos os nativos da cidade que se enriqueceram muito no mercado das drogas, parece uma característica geral, que atinge também os municípios menores, o fato de que essas pessoas não tenham estudos e não conheçam outros lugares do

26 Veja-se em matéria apreensão de maconha e notas falsas realizada pelo DOF na cidade <http://www.douradosnews.com.br/policia/dinheiro-falso-e-apreendido-pela-dof-na-linha-internacional-de-pon-ta-pora>

Brasil. Segundo o entrevistado essas pessoas, reconhecidas socialmente pela posição econômica, têm a capacidade de exercerem poder no âmbito público por meio do dinheiro. Esse tipo de iniciativa opera nas redes de agentes, delegados e agentes da justiça que, segundo foi referido nas entrevistas e grupos focais, recebem dinheiro para deixar suspensas as medidas às quais estão obrigados formalmente. Os agentes da Polícia Militar, a princípio, são vistos como mais vulneráveis à corrupção, pelo fato de receberem salários muito baixos e estarem mais próximos da população.

Um aspecto assinalado principalmente por um entrevistado da Polícia Militar, que outros entrevistados também enunciaram, é a quantidade de mandados de prisão de diferentes lugares do País, de pessoas que geralmente vão para a fronteira para passar ao Paraguai e ficar foragidos. Um delegado entrevistado afirmou a existência de “crime organizado” que tenta infiltrar membros da organização no poder político, e que disso decorrem problemas de segurança, como assassinatos, devido às pressões e tensões que tais procedimentos geram. Foi afirmado que o Primeiro Comando da Capital (PCC) tomou posse do Pedro Juan Caballero, mas ele não tem domínio algum em Ponta Porã, só chega até o município para levar mercadoria (maconha e cocaína) destinada aos centros urbanos. Foi recorrente a afirmação de que mesmo tendo quatro ou cinco pessoas do PCC e do Comando Vermelho (CV), isso não resulta em conflitos entre eles, eles respeitam a ordem da cidade. Um dos entrevistados também afirmou que na região, durante muito tempo, foi instalada a ideia de que crime era homicídio, não tráfico de drogas, um tipo de atividade tradicionalmente administrado por famílias locais que adquiriram reputação.

Os casos de prisão em flagrante por tráfico de entorpecentes tendem a assumir perfis relativamente regulares: motoristas de caminhões ou carros que transportam drogas ilegais, de cocaína e de maconha; e pequenos carregamentos levados por jovens, como bagagem, em ônibus, em trajetos de longa distância, para o interior do estado. Nesse esquema se inclui o que é localmente conhecido como “boi de piranha”: um veículo carregado que é detido, ocupando os funcionários no registro da apreensão, enquanto outros carregamentos passam.

Relatos reiterados dos entrevistados descrevem situações de violência que podem acarretar homicídios em situações de envolvimento de jovens, nas redes de comercialização e transporte de drogas, que acabam desviando a mercadoria da rota resultando em “acerto de contas” por parte dos “patrões”. Concordam que a taxa de homicídios, mesmo sendo menor que em outros municípios (e algo maior que a nacional), reflete mortes direcionadas e circunscritas aos mercados ilícitos. Quando ocorrem, as mortes são trágicas, pois geralmente resultam de acerto de contas, como se se tratasse de lições morais para quem não respeita as regras do mercado ilícito. Dessa maneira afirmam que na cidade “não morre inocente”. Já houve morte de policiais, mas, segundo um dos entrevistados, geralmente ocorreu quando eles se encontravam envolvidos em práticas ilegais.

Outro fenômeno frequente são as denúncias geralmente resultantes de conflitos familiares ou de vizinhança, em que uma atividade ilegal conhecida no entorno um dia se converte em motivo de vingança por outros problemas pessoais que não necessariamente envolvem concorrência ou conflitos financeiros. Dessa maneira, uma vez desatados conflitos pessoais, as lealdades que permitem encobrir atividades ilícitas se rompem e produzem prisões. O que tem se provado na experiência dos policiais é que as pessoas ingressam às atividades ilegais quando têm parentes envolvidos nelas, que por proximidade facilitam os recursos.

A partir do conhecimento dos entrevistados, conclui-se que o problema da violência, tal como em outros municípios de fronteira, não afeta diretamente à população que não se encontra envolvida em atividades ilícitas. Mesmo assim, os crimes comuns, como o roubo e o furto, ocorrem majoritariamente a turistas que visitam a cidade para realizar compras, ou a comércios e residências, e segundo informação oferecida pelas polícias, é comum que os assaltantes sejam jovens envolvidos com o consumo de crack.

Foi afirmado por vários entrevistados, tanto da sociedade civil como nas forças de segurança, que muitas pessoas que estão envolvidas no tráfico propriamente dito, de grande escala, são pessoas de fora do município.

Impacto das operações conjuntas no município

As pessoas entrevistadas das instituições de segurança concordam que, nos últimos seis anos, houve preocupação em aumentar efetivos, investimentos na perícia, aumento em recursos que demonstram uma preocupação da Segurança Pública na fronteira. Enquanto alguns entrevistados afirmam que presença da Força Nacional se fez sentir na região e trabalha como mais uma força de segurança, dando apoio ao Departamento de Operações de Fronteira e à Polícia Militar, outros consideram que o trabalho é apenas ostensivo e não colabora efetivamente em apreensões nem prisões. Afirmam que há certa colaboração entre as polícias e um esforço por meio do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFron, criado em 2011), que, a partir de mandados e abordagens, assim como do policiamento ostensivo, propiciam a troca de informações de maneira informal, e a integração das polícias, embora cada força trabalhe independentemente.²⁷ Quando há interesses, produzem-se troca de informações, mas cada polícia realiza sua própria investigação. As operações específicas da ENAFRON, como é a Ágata, trabalham de forma independente, mas os entrevistados concordam que a população geral que vive da informalidade e das atividades ilícitas não recebe bem as intervenções, pois considera que interrompem as dinâmicas de subsistência sem abrir outras possibilidades de trabalho. Houve acordo em que as operações são ineficientes pelo fato de serem anunciadas, e não resultam em uma forma de combater

27 [Veja-se matéria sobre resultado da reunião do GGIFron na cidade <http://www.conesulnews.com.br/cidade/reuniao-do-ggifron-em-ponta-pora-nao-apresentou-nenhuma-novidade-das-anteriores>](http://www.conesulnews.com.br/cidade/reuniao-do-ggifron-em-ponta-pora-nao-apresentou-nenhuma-novidade-das-anteriores)

o crime organizado, pois interrompe o pequeno contrabando dos desavisados, enquanto há muito tráfico aéreo na região que não é controlado. Contudo, na avaliação geral, as operações têm conseguido interromper e demorar as atividades ilícitas, mas o impacto, mesmo sendo circunstancialmente relevante, não alcança para reverter a situação.

Um dos entrevistados da Polícia Civil afirmou que apenas um excelente curso realizado por conta da ENAFRON cobriu os gastos do preparo, mas que o corrente é que quem se interessa em aperfeiçoamento pague com os próprios recursos a passagem e a hospedagem.

Vale ressaltar que o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) adquiriu o nome em 1999 como decantação de uma iniciativa que data de 1987, ocasião em que foi criado o Grupo de Operações de Fronteira, subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul. O DOF atualmente polícia a fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Em 2006 se criou a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON) integrada ao DOF. O Departamento de Operações de Fronteira atua em 51 municípios desempenhando tarefas efetivas na linha de fronteira do Estado, principalmente na área rural.

As atividades desempenhadas por este Departamento se expressam na tabela seguinte:

Resultados das Principais Atividades Desenvolvidas pelo DOF					
Comparativo 2011 e 2012					
		2011		2012	
APREENSÕES DE DROGAS	MACONHA	9.633,964	Kg.	23.190,462	Kg.
	COCAINA	1.080,063	Kg.	103,992	Kg.
	HAXIXE	43.492	Bolas	15,690	Kg.
	PASTA BASE	130,382	Kg.	91,737	Kg.
	CRACK	4.987	Pedras	16,705	Kg.
	OXI	1,000	Kg.	2,130	Kg.
PESSOAS PRESAS POR TRÁFICO DE DROGAS (Flagrante Delito)		185		241	
MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS		34		51	
PESSOAS DETIDAS E CONDUZIDAS À DELEGACIA (outros delitos)		156		230	
Total Geral de Pessoas Presas		375		522	
VEÍCULOS APREENDIDOS COM DROGAS		68		93	
CDs APREENDIDOS		65.012	Unid.	22.930	Unid.
DVDs PIRATAS APREENDIDOS		104.780	Unid.	105.405	Unid.
CIGARROS APREENDIDOS		476.351	Pcts.	581.614	Pcts.
PNEUS APREENDIDOS		1.392	Unid.	3.611	Unid.
MADEIRA APREENDIDA		55,80	m3	41,24	m3
ARMAS DE FOGO APREENDIDAS		33	Unid.	50	Unid.
MUNIÇÕES APREENDIDAS		5.129	Cal.22	6.054	Cal.22
		22	Cal.9mm	457	Cal.9mm
		676	Cal.38	765	Cal.38
		52	Cal. 40	91	Cal.12
		7	Cal.357	8	Cal.357
		93	Cal.45	100	Cal.45
		150	Cal.32	262	Cal.32
		10	Cal.44	50	Cal.44
		0	Cal.765	256	Cal.765
		0	Cal.20	75	Cal.20
		17	Cal.36	1	Cal.36
		0	Cal.25	50	Cal.25
		0	Cal.380	166	Cal.380

VEÍCULOS RECUPERADOS PRODUTOS DE FURTO/ROUBO E COM SINAL IDENTIFICADOR ADULTERADO	42	Veículos	55	Veículos
AGROTÓXICO CONTRABANDEADO APREENDIDO	262,200	Kg.	695,000	Kg.
	373,000	Lts.	100,000	Lts.
MATERIAL DE INFORMÁTICA APREENDIDOS (valor estimado)	US\$ 119.277,00		US\$ 29.974,00	
ELETRO-ELETRÔNICOS APREENDIDOS (valor estimado)	US\$ 745.283,00		US\$ 572.609,00	
BRINQUEDOS APREENDIDOS(+ ou - 200 unid. p/ volume)	1.025,000	Volumes	26.155,000	Kg.
MOEDA CORRENTE(SEM ORIGEM) APREENDIDAS	R\$ 117.000,00		R\$ 86.000,00	
NOTAS FALSAS APREENDIDAS	R\$ 750,00		R\$ 6.910,00	
COMBUSTÍVEL CONTRABANDEADO	900,000	Lts.	0,000	Lts.

Situação do sistema prisional

As políticas de segurança na região da fronteira levaram a um aumento sensível do número de prisões e apreensões. Entrevistado da Polícia Militar afirma que a maioria das pessoas presas em atos flagrantes já possui passagem pelo sistema prisional, pelos mesmos tipos de delitos.

A maior dificuldade que existe nos dois presídios da cidade, o masculino e o feminino, é a falta de agentes, pois a população carcerária dobra a capacidade das instalações. Muitos dos internos afirmaram ter ingressado no transporte de drogas em situações de necessidade financeira ou de vontade de melhorar a situação. A maioria dos presidiários que cumprem pena por tráfico de drogas se considera “trabalhador” que ganhava pouco e complementava o salário com o transporte de entorpecentes. Ao mesmo tempo, a maioria dos processados e condenados foi pega em momentos que ainda as atividades ilícitas não tinham permitido acumular dinheiro, confirmando assim que a atividade de transporte apenas deixava margem para sustento.

Segundo autoridades do presídio, a maioria das pessoas em cativeiro está por tráfico de drogas, e muitas delas, principalmente no presídio feminino, ingressam já com graus preocupantes de dependência às drogas e a maioria possui nível fundamental de escolarização. A partir de estimativas dos entrevistados, aproximadamente o 20% das mulheres detidas é nativa da cidade, porém, nos últimos anos, aumentou a quantidade de presos provenientes do Norte e do Nordeste do País. Aproximadamente 10% é de origem paraguaia. Na experiência da entrevistada que estava a cargo do presídio há vários anos, em torno de 50% das mulheres retornavam às atividades ilegais uma vez cumpridas as condenações.

Uma medida recente de iniciativa de um juiz federal resultou em que as últimas condenações das chamadas “mulas” tenham sido em regime semiaberto, o que permite sair para trabalhar e voltar para dormir no presídio. Mas, embora a medida tenha sido também consequência do incremento nas detenções, percebe-se ao mesmo tempo uma reincidência dessas pessoas no crime. Não é possível estabelecer as causas de reincidência, se é por falta de trabalho formal e legal, ou pelo fato de que as pessoas recorrem às redes conhecidas como maneira de satisfazer as necessidades de subsistência das próprias famílias, que ficam, em muitos casos, passando necessidades no momento em que o chefe fica detido.

Os entrevistados do sistema prisional têm afirmado que a maioria dos processados e condenados são pessoas que estiveram envolvidas no transporte de drogas, algumas delas já haviam tido passagem pelo sistema judiciário, a maioria na faixa dos 20 aos 35 anos de idade, do município e arredores, e de diferentes cidades do País, sobretudo grandes centros urbanos.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

As relações internacionais com os integrantes das forças de segurança do Paraguai, principalmente a SENAD e a Polícia Nacional, são colaborativas, mas ocorrem de maneira informal. Não existe integração formal entre as instituições de segurança dos dois países, e quando existe troca é informal. Já a situação de cada força de segurança em si é de despreparo e de falta de recursos, o que prejudica não só o desenvolvimento cotidiano das tarefas, mas também a relação que se estabelece com as outras agências. Alguns entrevistados afirmaram que o aproveitamento da Força Nacional no município era escasso porque os agentes que a compõem são pessoas que desconhecem a região, o fato de não conhecer as pessoas e relações locais impede recorrer a informantes, e sem informantes a polícia não pode trabalhar, gerando também, como consequência, formas inadequadas de abordagem aos habitantes do lugar.

As apreensões, às vezes, são levadas para a Polícia Civil, mas não é reforçado o pessoal e isso acaba sobrecarregando a instituição. Alguns entrevistados afirmaram que em aspectos operacionais não compensa a presença do exército, pois embora seja um número considerável de pessoas em atividade, o despreparo para trabalhar em área de fronteira é grande e acaba não sendo aproveitado.

Foi ressaltada a importância do investimento em tecnologia, e que o potencial do SINIVEM (Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento) para o Ministério da Justiça é importante, mas ele não está operando no município. Outro aspecto em que houve concordância foi com a afirmação de que ocorreu um aumento das atividades ilícitas no município a partir dos reforços nos controles em Foz do Iguaçu; as conjeturas apontam para uma migração de pessoas que tiveram que abandonar as atividades em tais cidades.

Por parte dos entrevistados das forças de segurança pública, foi ressaltada a falta de equipamentos e de formação, principalmente para realização de perícias, e alguns entrevistados afirmaram que enquanto esses recursos não estiverem disponíveis será muito difícil investigar os crimes que caracterizam a fronteira. Houve acordo em que é necessário aumentar os recursos humanos, os salários, a formação, treinamento em informática, e criar banco de dados que possam ser consultados por todas as instâncias de controle.

Conclusão

O município de Ponta Porã é considerado seguro pelos moradores, embora haja um reconhecimento de situações de insegurança associadas ao aumento dos usuários de crack, que incrementaram os furtos e assaltos na cidade. Mas, ao mesmo tempo, o fato de que a população reconheça de modo geral a presença ativa de pessoas envolvidas na ilegalidade, até mesmo pessoas de reputação social positiva no município, não aumenta a sensação de risco na vida cotidiana. O que afeta de maneira generalizada a segurança é o crime comum. Já o crime em maior escala só apresenta um impacto notável a partir das intervenções policiais em operações que acabam resultando em aumento das prisões. Estão presentes todas as instituições de segurança pública, justiça criminal e fiscalização, mas elas apresentam baixos graus de coesão.

Os investimentos da ENAFRON foram considerados necessários e positivos, no entanto, um ponto comum de crítica às políticas de segurança nas fronteiras foi a falta de efetivo em todas as instituições, assim como o efeito migratório que produzem algumas intervenções. Isso foi ressaltado por todos os representantes das instituições entrevistados. Os investimentos em efetivo e infraestrutura que, aos poucos, vão se concretizando foram muito esperados e há expectativas de melhoras no que se refere à segurança para o município.

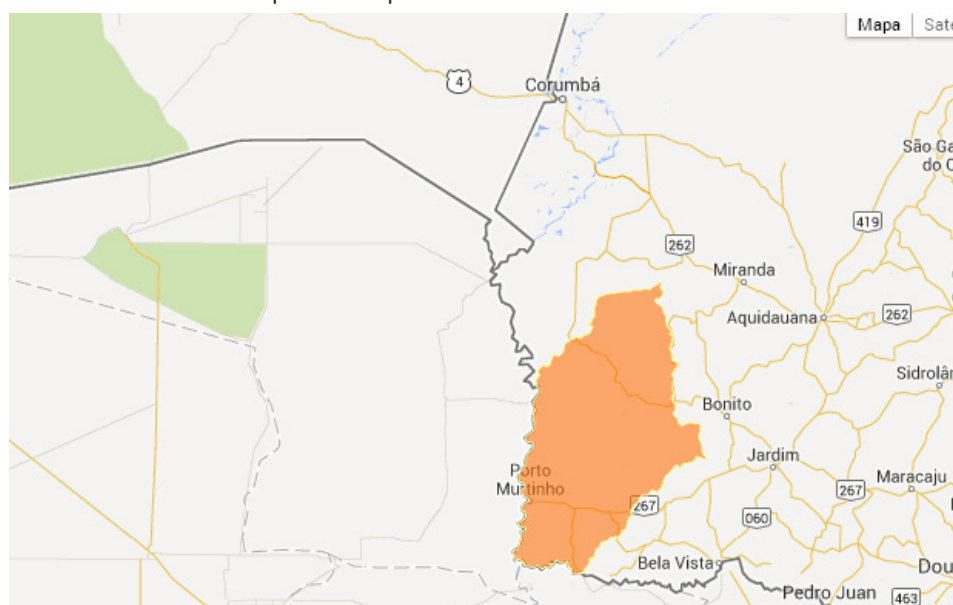
Fotos do Município de Ponta Porã



Porto Murтинho

O Município de Porto Murтинho foi criado pela Lei Estadual nº 962, em 12 de julho de 1926. Está localizado no oeste do Estado do Mato Grosso do Sul, a 449 km da capital Campo Grande, à qual está ligada por via rodoviária (MS-345, MS-381 e BR-262). Estabelece linha de fronteira com o Paraguai, mais especificamente com área rural pertencente aos Departamentos de Concepción e Alto Paraguay, bem como com as cidades Corumbá, Miranda, Bonito, Jardim e Caracol (MS).

Mapa – Município de Porto Murтинho e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1496> (acessado em 16 de abril de 2014)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 962, de 12 de julho de 1926.
Localização: Oeste do Mato Grosso do Sul, no Pantanal sul-mato-grossense
Área (2010): 17.744,405 km ²
Fronteiras e limites: Corumbá, Miranda, Bonito, Jardim e Caracol (pelo lado brasileiro) e distrito de Carmelo Peralta (no Paraguai)
Acesso aéreo: Sim
Acesso fluvial: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 15.683 habitantes
Densidade demográfica: 0,88 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,61
PIB (2010): R\$ 255.650.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 16.634,11
IDH-M (2010): 0,666
Gentílico: Murтинhense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O território onde hoje fica a cidade de Porto Murtinho começou a ser efetivamente ocupado em 1892, quando a Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso determinou a implantação de um porto dentro do território de uma fazenda que existia na região. A partir da obra do porto, que teria como principal função embarcar a produção local de erva-mate para os estados do Sul do Brasil, nasceria o povoado de Porto Murtinho, uma homenagem a Joaquim Murtinho, então presidente do Banco Rio e Mato Grosso. O povoado, inicialmente situado à margem esquerda do Rio Paraguai e a cerca de 50 quilômetros do montante do Rio Apa, foi elevado à condição de distrito subordinado a Corumbá em 1900, por força da resolução estadual 225 de 10 de abril daquele ano. Em 1926, Porto Murtinho foi alçado à categoria de município e desmembrado de Corumbá, por determinação da lei estadual nº 962, de 12 de julho.

Atualmente, a economia da cidade encontra-se sustentada basicamente em atividades agropecuárias (criação de gado, plantio de soja, milho, arroz e feijão) e atividades turísticas. A produção local é gerenciada por cooperativas agrícolas.

Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Murtinho

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	15.683 habitantes
Homicídios (2012):	05
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e a Receita Federal.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 3.137 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 923 habitantes.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	15.683 habitantes			
Homicídios (2012):	5			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	-		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	

Segurança Pública nas Fronteiras

Estação de rádio analógica	-	1		
Estação de rádio digital	-	-		
Equipamento de visão noturna	-	-		
Aparelho de TV	1	-		
Gravadores	-	-		
Máquina Fotográfica	-	-		
Filmadora	-	-		
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Raramente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		1	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	-		1	
Colete antibalísticos	-		8	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	**		10	
Carabina	1		-	
Espingarda	2		2	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		1	
Revólver	-		9	
Pistola	-		15	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		**	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	12		*	
Média de presos/mês	9		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	60		**	

Polícia Civil

Em Porto Murtinho, a Polícia Civil se faz presente por meio de apenas uma delegacia, onde trabalham cinco investigadores revezando-se em regimes de expediente e plantão (a cidade conta com a presença de delegado apenas dois dias por semana, já que também responde pelas delegacias de Nioaque e Bonito). De acordo com estes investigadores, a casa onde fica a delegacia está velha e precisando de reformas. A unidade possui à sua disposição duas viaturas, com cota de combustível considerada ocasionalmente insuficiente para as demandas locais. A unidade conta ainda com seis computadores, uma impressora, um telefone fixo e um aparelho de TV. A delegacia tem carceragem com capacidade para 12 detentos, mas, na época da pesquisa, custodiava apenas nove.

O depósito de armamentos da unidade oferece aos seus agentes uma carabina, duas espingardas, uma submetralhadora, e oito pistolas. Já a estrutura de comunicação da delegacia tem conexão à internet com velocidade de dois megas, sustentando um sistema de dados que gerencia o uso de viaturas, de armas e o protocolo da unidade. O sistema de informações da delegacia ainda permite aos policiais manter registros de ocorrências e de inquéritos, fazer o georreferenciamento de ocorrências e a divulgação pública e regular de estatísticas (desde 2008), bem como incluir de dados no INFOSEG. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, a parceria com o Ministério Público deveria ser incrementada. Os policiais civis participam ainda do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), mas não mantêm relações com os órgãos de segurança pública do país vizinho para troca de informações. A delegacia ainda apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, mas não participa das atividades promovidas pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Em Porto Murtinho, a Polícia Militar se faz presente por meio de um Pelotão, que conta com a presença de um oficial (capitão) e 16 praças. A unidade possui apenas uma viatura de cinco lugares (que estava estragada na época em que a pesquisa foi realizada) e uma motocicleta. A infraestrutura física do imóvel que abriga a unidade é considerada antiga e está precisando de reformas. O Pelotão oferece a seus policiais apenas um computador, uma impressora, dois telefones fixos, um scanner, e uma estação de rádio analógica, que sustenta a comunicação dos militares por meio de dois rádios portáteis (HTs) e um rádio de viatura. O depósito de armamentos da unidade oferece a seus policiais duas espingardas, um fuzil, nove revólveres e 15 pistolas.

O sistema de informações utilizado pela unidade auxilia na gestão de seus protocolos internos, na administração de pessoal e recursos humanos, no estoque, no controle de viaturas, armas e munições, bem como no controle e manutenção de equipamentos. O pelotão mantém ainda banco de dados, utilizado para produção de estatísticas sobre ocorrências criminais desde 2003 e inclusão de dados no INFOSEG. Essas estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. A unidade possui ainda conexão à internet, com velocidade de dois megas. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de porte de arma, homicídio e violência doméstica.

Em Porto Murtinho, os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas são a Polícia Civil, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião dos entrevistados, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Os policiais ouvidos pela pesquisa não acreditam que a participação em coletivos de gestão melhore as condições de atuação da Polícia Militar no município. No entanto, a instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações de fronteira (como a Operação Sentinela), além de participar de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Porto Murtinho, a Polícia Militar não possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho e não participa da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	14				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas mas inadequadas ou precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Porto Murtinho é sede de comarca de entrância inicial com vara única (que também julga causas típicas de juizado especial criminal e varas criminais). Um juiz, um promotor, um defensor público e quatorze funcionários trabalham na sede do Fórum, que não dispõe de nenhum veículo oficial. A unidade, que é considerada pelos seus funcionários como “nova, mas precisando de reformas”, conta ainda com 18 computadores, sete impressoras, dois telefones fixos, um aparelho de fax e sete scanners. Há internet com velocidade de dois megas.

No total, estima-se que 33 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), responsável pela produção de informações estatísticas, bem como de inquéritos e processos criminais. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2009 e o sistema de informação está integrado aos sistemas do MP e de delegacias. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública.

Juizado Especial da Infância e Juventude

A comarca não conta com Juizado da Infância e Juventude, nem de equipes profissionais exclusivas para esta área. Estima-se que três adolescentes passaram por esse Juizado no ano de 2012, e um deles foi sentenciado com medida de internação. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, tampouco soube informar quais são os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012.

Ministério Público

Porto Murtinho conta com a presença do Ministério Público (apenas um promotor), que não tem sede própria na cidade. De acordo com o promotor entrevistado, as principais dificuldades enfrentadas pela instituição na cidade são: falta de recursos humanos; falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça do país vizinho. O Ministério Público não produz estatísticas de denúncias.

O promotor da cidade não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Porto Murtinho são a Polícia Militar e a Polícia Civil. No entanto, o representante do MP ouvido pela pesquisa não soube responder quais foram as atuações mais importantes do Ministério Público no ano de 2012. Os três principais problemas no município são: o tráfico de drogas, a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Porto Murтинho possui Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, bem como Conselho Tutelar, que conta com o trabalho de cinco conselheiros. Para os representantes do Conselho Tutelar ouvidos pela pesquisa, as principais dificuldades encontradas para a atuação da entidade são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação a outros órgãos de Segurança Pública; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados pelo Conselho Tutelar, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abuso ou exploração sexual e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe B	
Efetivo	Auditores	-
	Técnicos	-
	Terceirizados	5
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Em Porto Murтинho, a Receita Federal se faz presente por meio de uma inspetoria classe B, com um posto alfandegário em fronteira terrestre e outra em porto fluvial. Na unidade, que é classificada pelos seus funcionários como “antiga e precisando de reformas”, trabalham apenas um analista tributário e cinco funcionários terceirizados (não há auditor fiscal). Há três veículos oficiais à disposição dos profissionais, porém um deles está estragado. A sede da Receita possui ainda um computador, uma impressora, dois telefones fixos, um aparelho de fax, um scanner, uma máquina fotográfica e um aparelho de TV. Há internet com velocidade de um mega, mas a conexão é falha ou intermitente.

O representante da Receita Federal em Porto Murтинho ouvido pela pesquisa avalia que a infraestrutura de fiscalização do órgão é deficiente e que, por isso, a entidade não participa de nenhum coletivo de gestão em segurança pública. No ano de 2012, no entanto, a entidade participou da Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e Representações da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Em Porto Murтинho, a maioria dos representantes institucionais ouvidos pela pesquisa concordou com a afirmação de que “as atividades ilícitas dinamizam a economia do

município”. Ainda assim, a proximidade com a fronteira não é vista como um elemento positivo para o desenvolvimento econômico do município. Além disso, os entrevistados também concordaram com a afirmação de que “o município apresenta características únicas de criminalidade, se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira”.

Os representantes do Poder Judiciário e da Polícia Civil concordaram que a posse de arma de fogo em Porto Murtinho é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira acarreta para Porto Murtinho, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de mulheres, exploração sexual infantojuvenil, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Porto Murtinho

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Jamais	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio, a transeunte, de gado, de energia elétrica e de motocicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados “falso sorteio, concurso ou premiação”, “fraudes em operações ilícitas” e “fraudes financeiras ou comerciais”. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, embriaguez e em situação doméstica.

Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Porto Murtinho são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infantojuvenil e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Os crimes mais frequentes que compareceram para julgamento são homicídio, tráfico de drogas e dirigir sem habilitação. Dirigir sem habilitação e sob efeito de álcool apareceram como os tipos de ocorrência mais frequentes entre as ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que compareceram com maior frequência ao Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

No noticiário nacional, o nome de Porto Murtinho nunca foi tradicionalmente relacionado às rotas de entrada de drogas e armas no Brasil. A última operação da Polícia Federal de maior porte no território do município ocorreu em março de 2011, quando foram apreendidos 262 quilos de pasta base de cocaína em uma pequena propriedade localizada na zona rural da cidade²⁸. De acordo com a investigação da PF, a quadrilha trazia a droga de avião da Bolívia e arremessava a carga no terreno desta chácara. Lá, a cocaína era armazenada e posteriormente distribuída para cidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

No noticiário sobre questões de segurança pública, Porto Murtinho é uma cidade tradicionalmente correlacionada a esquemas de turismo sexual, vinculados à estação de pesca nos rios que cortam o município. Essa questão, até mesmo, apareceu de maneira muito intensa na fala de praticamente todos os atores-chave entrevistados pela pesquisa. De acordo com o que foi possível apurar, a cidade sempre recebeu forte fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros, que eram guiados por um circuito de prostíbulos localizados às margens dos rios locais e também dentro da cidade. O esquema, segundo os entrevistados, era articulado a partir da exploração sexual de adolescentes e jovens paraguaias e brasileiras e movimentava fortemente a economia local. Tudo com a participação de comerciantes, empresários e agentes públicos locais.

Essa situação, no entanto, teria mudado radicalmente há aproximadamente cinco anos, quando, ainda de acordo com os entrevistados, uma juíza chegou à cidade e se dedicou a desmontar a rede de prostituição. Na fala dos atores ouvidos pela pesquisa, o fechamento dos prostíbulos teria reduzido drasticamente o número de turistas que a cidade recebe anualmente, causando consideráveis prejuízos à economia local.

Além dos temas relativos ao turismo sexual e à exploração da prostituição, outra questão que aparece de maneira muito intensa na fala dos entrevistados em Porto Murtinho é a temática do tráfico de pessoas. De acordo com vários moradores ouvidos pela pesquisa, a cidade seria porta de entrada de muitos paraguaios, que são aliciados em Carmelo Peralta e levados para trabalhar nas fazendas da região em condições extremamente precárias. Alguns representantes institucionais chegam, até mesmo, a denunciar o envolvimento de agentes públicos nos esquemas de aliciamento de jovens paraguaios para trabalho forçados e exploração sexual.

No que se refere mais diretamente às dinâmicas de violência local, praticamente todos os atores-chave ouvidos pela pesquisa afirmam que Porto Murtinho é uma cidade relativamente tranquila, sem problemas recorrentes de criminalidade violenta. Segundo

²⁸ Para saber mais sobre esta operação da PF, ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,quadrilha-presa-com-262-quilos-de-cocaina-no-ms,699289,0.htm>

os moradores, os episódios ocasionais de violência letal encontram-se majoritariamente relacionados a desentendimentos ocasionais, brigas de bar envolvendo pessoas alcoolizadas e brigas interpessoais decorrentes de uma cultura tradicionalista de resolução violenta de conflitos. Com relação ao mercado de drogas da cidade, a maioria dos entrevistados afirma que se trata de uma modalidade criminosa pouco articulada, que conta com centenas de pequenos traficantes atuando de forma relativamente isolada, em estruturas que, em muitos casos, envolvem familiares.

Outra questão a ganhar destaque na fala dos entrevistados diz respeito não apenas à precariedade da infraestrutura logística e de recursos humanos das forças de segurança pública do município, mas também aos altos índices de corrupção dos agentes públicos locais. O fato de a cidade não ter um delegado fixo, exclusivamente dedicado à cidade é visto como extremamente prejudicial à condução das ocorrências registradas na cidade. Além disso, muitas foram as denúncias ouvidas pela pesquisa de envolvimento de policiais civis e militares em esquemas de prostituição e exploração sexual de menores de idade, bem como com pequenos traficantes que atuam no município.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Porto Murtinho mantém fronteira com o distrito rural de Carmelo Peralta, no Paraguai. Por possuir uma economia mais forte e mais bem estruturada do que a do núcleo populacional vizinho, a cidade parece manter uma relação de importação de produtos agrícolas e exportação de produtos industrializados. De acordo com os moradores entrevistados pela pesquisa, grandes volumes de hortifrutigranjeiros atravessam a fronteira paraguaia para abastecer os mercados e supermercados brasileiros que, por sua vez, vendem comida industrializada, vestuário, cosméticos e eletroeletrônicos para o distrito paraguaio.

Ainda segundo os atores-chave ouvidos pela pesquisa, a relação entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta é bastante fluida, não podendo ser rigidamente definida pelos limites artificiais da fronteira Brasil/Paraguai. Grande parte da população da cidade brasileira é composta de paraguaios (40% segundo estimativas informais dos moradores entrevistados), que usufruem de toda a infraestrutura de serviços públicos de saúde, educação e assistência social do Governo Brasileiro. Essa questão, aliás, foi foco de muitas reclamações por parte dos representantes institucionais pesquisador, que alertam para o uso intensivo que os paraguaios fazem dos serviços públicos brasileiros, mesmo que não tenham os devidos registros de cidadania e/ou moradia. Tal procedimento sobrecarregaria a rede de atendimento local, já bastante precária em função da falta de investimento público.

Conclusão

Em aspectos gerais, o fato de Porto Murtinho estar localizada na faixa de fronteira parece não trazer nenhum impacto significativo para suas dinâmicas de criminalidade violenta. Tradicionalmente, a cidade não é associada às grandes rotas de tráfico internacional de drogas e, segundo os atores-chave ouvidos pela pesquisa, a consolidação relativamente recente de um mercado varejista de entorpecentes nos bairros de periferia do município não parecem se associar necessariamente a dinâmicas de conflito e violência letal. Segundo os moradores entrevistados, apenas a questão dos furtos e roubos de veículos parece se relacionar com o mercado das drogas, com veículos sendo roubados do lado brasileiro para serem levados ao Paraguai e trocados por drogas.

O problema de segurança pública, que apareceu de maneira mais intensa na fala dos entrevistados, foi a existência de uma rede de exploração sexual de adolescentes e jovens (tanto brasileiras quanto paraguaias) na cidade, bastante vinculada ao turismo local. A atividade envolveria comerciantes, empresários e até mesmo agentes públicos que atuam no município. Paralelamente a essa questão, a grande precariedade da infraestrutura de segurança pública da cidade, bem como casos recorrentes de corrupção policial também foram bastante observados pelos atores pesquisados.

Fotos do Município de Porto Murtinho

Sede da Receita Federal de Porto Murtinho



Sede do 3º Pelotão da Polícia Militar de Porto Murtinho



Sede da Delegacia de Porto Murtinho



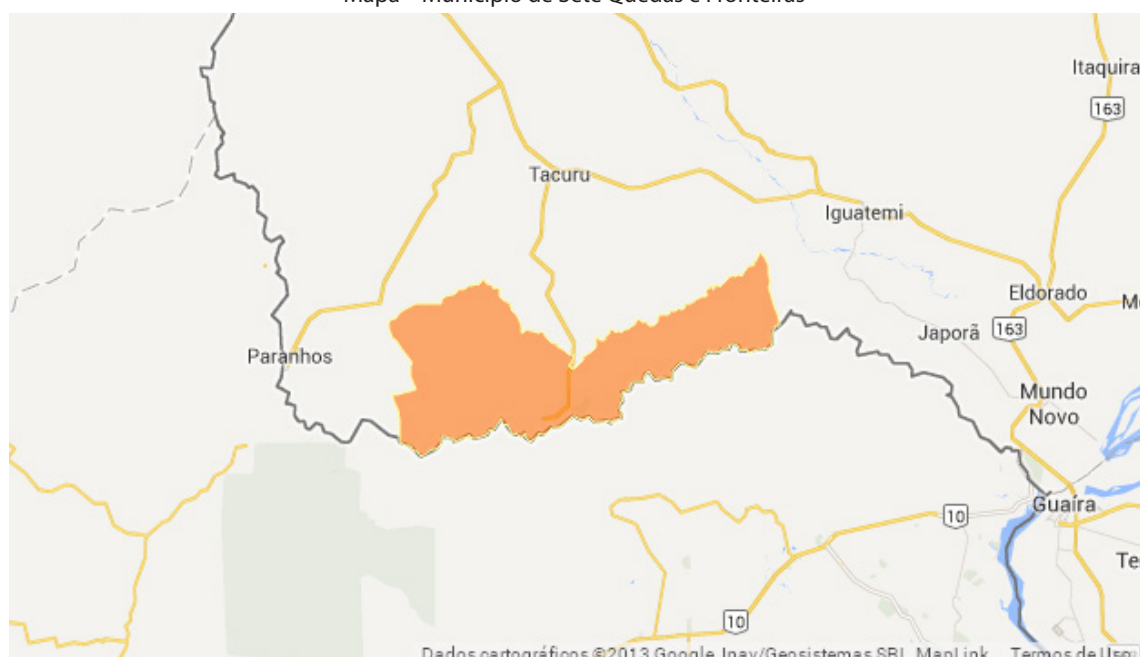
Embarcação em Porto Murtinho



Sete Quedas

O município de Sete Quedas foi criado pela Lei Estadual nº 73, de 12 de maio de 1980, desmembrado do município de Amambaí. Fica na região sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, na microrregião de Iguatemi e encontra-se a 470 km de distância da capital campo Grande. Faz fronteira a sul, com o distrito de Pindoty Porã, do município paraguaio de Corpus Christi; a norte, com o município de Tacuru, a leste, com o município de Japorã; e a oeste, com o município de Paranhos.

Mapa – Município de Sete Quedas e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500770&search=mato-grosso-do-sul|sete-quedas>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 73, de 12 de maio de 1980.
Localização:
Área (2010): 833,733 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Tacuru, a leste com Japorã, a sul com o Paraguai e a oeste com Paranhos.
População (2012): 10.757 habitantes
Densidade demográfica: 12,91 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 105.335.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 9.771,37
IDH-M (2010): 0,614
Gentílico: sete-quedense
Homicídios (2011): 9,29/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Justiça.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Sete Quedas surgiu como consequência da implantação do projeto integrado de colonização, criado pela portaria número 1.478, de 4 de outubro de 1973, da Presidência do INCRA no dia 4 de abril de 1974. Foi então que se iniciou a formação do novo núcleo urbano por meio da distribuição de lotes aos interessados. Foi elevado a distrito de Amambaí pela Lei nº 3.765, de 30 de junho de 1976 e obteve a sua emancipação política em 12 de maio de 1980. O município é constituído apenas do distrito sede de Sete Quedas.

Diagnóstico da Segurança Pública em Sete Quedas

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 10.757 habitantes
Homicídios (2012): 12
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxa:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.793 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.793 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 10.757 habitantes				
Homicídios (2012): 12				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	5	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas em boas condições		Novas mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas adequadas e em boas condições		Novas mas inadequadas ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	1	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Jamais atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	-		1	
Colete antibalísticos	3		8	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		12	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		4	
Carabina	1		1	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		1	
Fuzil	-		1	
Revólver	2		2	
Pistola	5		10	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		-	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos e quantidades de munição insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	**		*	
Média de presos/mês	**		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	20		*	

Polícia Civil

Há no município de Sete Quedas uma delegacia, cujo delegado é também titular do município vizinho de Paranhos e se divide entre as delegacias. O delgado queixa-se da falta de efetivo e de equipamentos para atuar no combate ao tráfico e contrabando, mas informou que, por causa do ENAFRON, receberam material de informática, armamento pesado e demais

equipamentos, o que proporcionou melhores condições de trabalho. Ainda assim, acredita que o investimento em recursos humanos e materiais deve ser maior, pois precisam lidar com viaturas quebradas, falta de munição e veem-se diante do problema de transitar por 150 km sem encontrar uma única base policial que possa lhes dar apoio. O delegado entrevistado acredita que deveria haver maior treinamento dos policiais em táticas de investigação e inteligência. Ele criticou o fato de precisar solicitar ao DEFRON, situado em Dourados (a cerca de 250 km), para fazer a interceptação telefônica de suspeitos, de maneira a capturá-los em flagrante.

No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No entanto, não há celular corporativo, de modo que os agentes precisam utilizar celulares particulares para se comunicar e privilegiam a operadora paraguaia Tigo, cujo alcance é maior e o custo das ligações é inferior. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Sete Quedas utiliza sistemas de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Receita Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. A Polícia Civil deste município participa de coletivos de gestão de segurança pública, que são o DOF²⁹ e DEFRON³⁰. Em Sete Quedas, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações e amigáveis, tendo a polícia paraguaia auxiliado também na recuperação de veículos brasileiros roubados. Entretanto, não é autorizada a entrada de viaturas da polícia brasileira em território paraguaio, salvo para dirigir-se à sede policial ou em casos especiais de perseguição, quando é tolerado o ingresso até 5 ou 6 km por meio da fronteira. Esta delegacia não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Em Sete Quedas há um grupamento de Polícia Militar subordinado ao 12º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Naviraí. Estão lotados nesta unidade, seis praças e nenhum oficial. Estão em uso sistemas de administração utilizados para gerir o sistema de recursos humanos e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); produção de informações estatísticas de ocorrências

29 Departamento de Operações de Fronteira, subordinado a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

30 Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira, pertencente à Polícia Civil.

criminais e administrativas; de georreferenciamento de crimes; inclusão dos dados no Infoseg e controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas em papel. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 250 kpb/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, lesão corporal e porte de arma ilegal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, em especial, o DOF. Em Sete Quedas, a Polícia Militar possui uma relação amigável, confiável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e realização de missões conjuntas. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	-	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	9				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas adequadas e em boas condições		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Sete Quedas possui uma comarca de entrância inicial com vara única e possui um Juizado Especial Criminal. Esta comarca, entretanto, nem sempre conta com a presença de um juiz e, no momento da pesquisa, o juiz frequentava o município apenas uma ou duas vezes por semana, quando eram realizadas as audiências.

Há nesta sede judiciária internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que por volta de 48 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de recursos humanos, de controle de armas, de protocolo, de distribuição de autos e sistema financeiro. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e a produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2005 e o sistema de informação está integrado a outros sistema de informação.

O juiz desta comarca apoia operações de fronteira quando solicitado. Ele relatou que não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e discorda em que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Nesta comarca não há Juizado nem Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. Segundo o entrevistado, em 2012, dois adolescentes cumpriram medida socioeducativa no município. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Conselho Tutelar, e os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram: furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

O Ministério Público do município de Sete Quedas não produz estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Sete Quedas são a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Sete Quedas. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; dificuldade no relacionamento com o poder executivo e despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados o tipo mais comum é maus-tratos e abandono.

Conselho Municipal de Segurança Pública

Há no município de Sete Quedas um Conselho Municipal de Segurança Pública (CONSEP) criado em 2008 a partir de um Decreto Lei municipal. Embora o delegado, o juiz e o promotor entrevistados tenham negado a participação em coletivos de gestão em segurança pública, o presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública do município de Sete Quedas afirmou que, quando há delegado, juiz e promotor no município, estes participam do conselho. Tal informação condiz com as notícias veiculadas no Diário Municipal e em jornais locais sobre a nomeação de membros do conselho.³¹ Vale ressaltar que a criação do conselho foi uma iniciativa do juiz que estava lotado na

31 <http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/materia/681032> (acessado em 21/04/2014)
<http://www.agazetaneuws.com.br/noticia/regiao/47178/conselho-de-seguranca-publica-empossou-nova-diretoria-na-quarta> (acessado em 21/04/2014)

comarca de Sete Quedas no ano de 2008, em reação à alta incidência de roubos que vinha assustando os moradores do município. À época do surgimento do conselho, o Radialista Salatiel Assis publicou:

Vivendo clima de tensão, com uma onda de assaltos a mão armada que se arrastam ao longo de três anos, a sociedade de Sete Quedas se mobilizou e criou o “Conselho Municipal de Segurança Pública”. Composto por empresários, representantes de entidades, da sociedade civil organizada e de integrantes do Poder Público, a ideia [sic] da criação do Conselho Municipal de Segurança surgiu por iniciativa do Juiz de Direito da Comarca de Sete Quedas, Dr. Plácido Souza Neto, e foi encapando pela sociedade local. Segundo Dr. Plácido Neto, a função do Conselho será intervir e manter diálogo com as autoridades competentes, tanto brasileiras como do Paraguai, já que Sete Quedas está sitiada em uma região de fronteira seca com o país vizinho, para tentar coibir a criminalidade, sobretudo a onda de roubo de veículos que vem ocorrendo em Sete Quedas. Também será atribuição do Conselho, segundo o magistrado, auxiliar os organismos de segurança pública que atuam no município e região, visando garantir condições de trabalho para as polícias Civil e Militar.³²

Em entrevista com o atual presidente do CONSEP que é um pastor evangélico, foi destacado o papel do conselho na oferta de apoio às forças locais de segurança, mas também de fiscalização da atuação destes órgãos, diante da preocupação com o envolvimento de agentes públicos em atividades ilícitas. Quando o conselho surgiu, os policiais locais foram substituídos por agentes vindos de Campo Grande, cuja alimentação era fornecida pelo CONSEP. Além de promover reuniões regulares com representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Civil, da OAB, sindicatos e demais organizações da sociedade civil, o CONSEP promove duas audiências públicas anuais. O conselho também procura oferecer suporte material às forças de segurança pública e tem fornecido 200 litros de combustível por mês para a polícia paraguaia trabalhar na fiscalização da fronteira e auxiliar o Conselho Tutelar do lado brasileiro a resgatar menores de idade brasileiras em situação de prostituição do outro lado da fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

32 <http://www.educadora91.com/2008/05/sete-quedas-cria-conselho-de-seguranca.html> (acessado em 21/04/2014)

Na percepção dos atores institucionais locais, o fato de Sete Quedas estar localizada na faixa de fronteira é positivo para o seu desenvolvimento econômico, No entanto, a maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Estes mesmos atores institucionais manifestaram concordância com as seguintes frases:

1. “o município de Aral Moreira tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Sete Quedas foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infantojuvenil, disputa por terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes percebidos como sendo os mais frequentes são furto, roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Sete Quedas

Instituições	Furtos	Roubo	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto mencionados foram à residência, ao comércio, veículos, e a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, cheques sem fundos, fraudes contra o comércio, extorsão simples e extorsão mediante sequestro.

Já no que se refere às lesões corporais dolosas, as principais situações em que ocorrem são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Quanto às situações em que ocorrem os homicídios dolosos foram assinaladas: situação doméstica, brigas de bar, acerto de contas entre criminosos e conflito legal com a polícia.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Sete Quedas são: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: roubo, homicídio e tráfico, resultando os três, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais comum entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono.

Em entrevista, o delegado da Polícia Civil de Sete Quedas declarou considerar este um município relativamente tranquilo, especialmente se comparado com o município vizinho de Paranhos, onde também atua como delegado. Diferentemente deste município, em Sete Quedas não há um núcleo urbano populoso no lado paraguaio da fronteira e tampouco há uma aldeia indígena, ambos fatores que, na opinião do entrevistado, propiciam a ocorrência de crimes. Ainda assim, o delegado afirmou que a proximidade com a fronteira facilita o que ele chama de “violência relâmpago”, isto é, a prática recorrente de agressões, beneficiando-se da possibilidade de fuga para o país vizinho após cada ocorrência, o que se dá principalmente em situação de violência doméstica.

O entrevistado também afirmou que Sete Quedas encontra-se na rota de traficantes de drogas e contrabandistas que utilizam as inúmeras estradas que cortam a vasta fronteira seca com o Paraguai e aproveitam o intenso fluxo de pessoas entre os países para atravessar mercadorias ilegalmente. Chamou ainda a atenção para a participação de policiais nessas redes, afirmando ser imperativa a rotatividade dos agentes para evitar que estabeleçam vínculos com os criminosos locais.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Os membros da sociedade civil entrevistados que participaram do grupo focal compartilham da percepção de que Sete Quedas é um município tranquilo, onde há segurança pessoal e patrimonial, sendo possível deixar a porta de casa aberta e estacionar o carro com a chave na ignição. Houve consenso quanto à incidência de roubos ter sido preocupante entre os anos de 2007 e 2009³³, o que os habitantes atribuem a policiais corruptos que possuíam envolvimento com os criminosos. Acredita-se que os roubos costumam ser praticados por quadrilhas paraguaias e, quando ocorre um caso, ele é seguido por outros, até que a quadrilha seja desmantelada.

Em praticamente todas as entrevistas, foi mencionado um caso ocorrido na semana anterior à pesquisa de campo em que quatro ladrões paraguaios teriam sido surpreendidos em flagrante pela polícia, resultando na fuga de dois, a morte dos outros dois e ficando um policial ferido na troca de tiros. Esta quadrilha estaria praticando roubos

33 Ver matéria: <http://mp-ms.jusbrasil.com.br/noticias/959583/autoridades-discutem-seguranca-publica-em-sete-queadas> (acessado em 21/04/2014)

na região e dois deles já haviam sido capturados e os quatro restantes acabaram sendo surpreendidos quando uma vítima os reconheceu e notificou prontamente à polícia que também não tardou a agir.

Uma entrevistada referiu-se a este caso como uma “proeza” incomum na cidade, pois ela queixou-se de que a polícia costuma demorar demais para atender os chamados da população. Exemplificou com um caso em que a polícia foi acionada quando uma briga começou, mas demorou tanto para chegar que deu tempo de uma das partes do conflito buscar sua arma e matar duas pessoas. A polícia teria chegado apenas 40 minutos após o homicídio. Outro relato nesse sentido ressaltou a dificuldade de registrar o furto ocorrido em uma igreja, pois, na ocasião, os policiais civis estavam se ocupando de presos, não podendo registrar a ocorrência no dia.

Ainda assim, a percepção da atuação do novo delegado é muito positiva, embora os moradores se queixem de que ele não pode se dedicar exclusivamente à circunscrição de Sete Quedas. Os habitantes consideram que este delegado “desenterrou” casos de anos anteriores que haviam ficado esquecidos. Na ocasião em que vidros da escola amanheceram quebrados devido a uma possível tentativa de furto e uma troca de tiros, o delegado veio ao local e solicitou as imagens da câmera de segurança, tendo demonstrado empenho em solucionar o caso. Já com relação à delegada que lhe antecedeu, os entrevistados disseram que ela “falava muito e fazia pouco”, ressaltando que sua saída deveu-se às ameaças que vinha sofrendo. Após sua transferência, Sete Quedas ficou sem delegado por quatro meses.

Quanto à Polícia Militar, a desconfiança dos moradores é maior, sobretudo no que se refere ao período em que havia muitos assaltos, anterior à substituição de agentes promovida pelo Conselho Municipal de Segurança Pública. O presidente do CONSEP fez questão de ressaltar que este não é um conselho comunitário de segurança, mas um conselho municipal, criado por decreto, pois os conselhos comunitários encontrados em municípios próximos pertencem à Polícia Militar, ao passo que o CONSEP encontra-se ligado ao poder judiciário. O presidente enfatizou orgulhosamente que a Polícia Militar local não possui representação no conselho e que apenas o comandante da PM comparece às reuniões na qualidade de convidado.

Os entrevistados, de modo geral, defendem maior rotatividade dos agentes policiais em região de fronteira, pois consideram inevitável o envolvimento com criminosos após estabelecer-se na cidade. Dentro dessa perspectiva, o modo como percebem a atuação das forças de segurança “itinerantes”, vindas de fora do município, é muito positiva. Dizem sentir-se mais seguros quando há uma operação do DOF ou da Polícia Federal. Esta, por sua vez, só costuma vir em operações certas, após meses de investigação, resultando em prisões e apreensões.

Não houve, no município, operação Ágata ou Sentinela, porém um entrevistado chamou a atenção para o fato de que, como Sete Quedas é um município muito pequeno, ao notificarem as forças locais de segurança sobre o planejamento de uma operação especial, sua eficácia fica comprometida, pois a informação vasa para toda a cidade e ninguém é preso em flagrante, como já ocorreu uma vez. Com relação à atuação do Exército em Sete Quedas, a única operação mencionada foi o fechamento de carvoarias ilegais, ocorrido alguns anos antes. Embora a operação tenha sido eficaz em combater esta prática ilegal, não sendo mais conhecida a existência de carvoarias na região, uma entrevistada queixou-se de que muita gente ficou desempregada em decorrência do fechamento das carvoarias.

Um tipo de crime que preocupa bastante os moradores da cidade é o aliciamento de menores para a prática de prostituição, sendo frequentes os casos de crianças e adolescentes levadas para trabalhar em boates no Paraguai. Um dos principais objetivos do fornecimento de combustível à polícia paraguaia pelo CONSEP é facilitar a cooperação com o Conselho Tutelar para a recuperação de crianças brasileiras que se encontram nessa situação do outro lado da fronteira. Houve consenso sobre a recorrência do abuso de sexual de menores, não apenas relacionado aos casos de aliciamento, mas também aos estupros praticados principalmente por pessoas da própria família. O abuso de meninos teria se tornado muito comum também. As assistentes sociais relatam as dificuldades de atuar junto a esses casos e queixaram-se do vazamento das informações que constam nos relatórios enviados ao promotor e ao juiz.

Outro tipo de crime mencionado por apenas um dos entrevistados foi o de agiotagem. Devido à carência de instituições financeiras no município e as dificuldades de comprovar renda e ter uma ficha que permita obter empréstimos por vias formais, há agiotas que cobram juros extorsivos e ameaçam as pessoas que não pagam.

Com relação à atuação da polícia paraguaia, os entrevistados e participantes do grupo focal assinalaram melhorias na integração com as forças de segurança brasileiras, contudo, destacam a percepção de que a polícia no país vizinho é muito corrupta. Eles relataram sofrer extorsões sem terem praticado crime algum, precisando por vezes pagar R\$ 10,00 por pessoa e por veículo simplesmente para ingressar no Paraguai.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Embora o município de Sete Quedas possua fronteira seca com o distrito de Pindoty Porã, do município paraguaio de *Corpus Christi*, este não é um núcleo urbano populoso, de modo que a fronteira de Paranhos com *Ypehú* é a mais utilizada pelos próprios moradores de Sete Quedas para ir ao Paraguai trabalhar ou fazer compras. Pindoty Porã é considerada um vilarejo de Sete Quedas, estando o distrito plenamente integrado à malha urbana

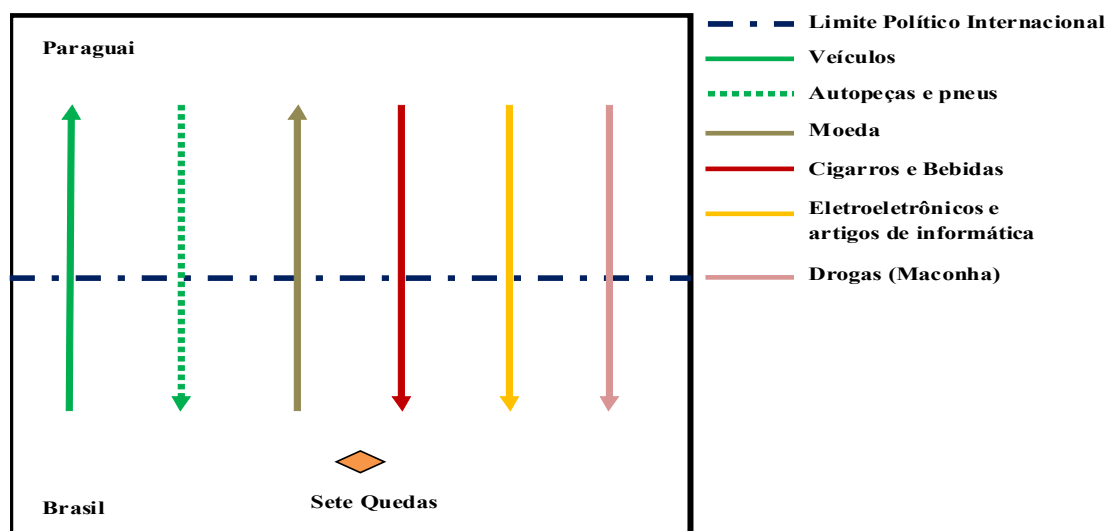
do município brasileiro.

O fluxo de pessoas por meio da fronteira é muito intenso, pois brasileiros costumam trabalhar no Paraguai onde há maior oferta de empregos, sobretudo em comércios cujos proprietários são muitas vezes também brasileiros. Há poucas oportunidades de trabalho no lado brasileiro, pois a baixa taxa de impostos no Paraguai dificulta a competitividade das mercadorias produzidas no Brasil. Os três principais ramos industriais presentes em Sete Quedas são a facção (produção de calças jeans), fábrica de colchões e feccularia, porém nenhum desses empreendimentos gera muitos empregos diretos.

Houve consenso sobre os brasileiros preferirem fazer compras do lado paraguaio, sobretudo para comprar eletroeletrônicos, perfumes, roupas e pneus. Quanto aos alimentos e combustível, o preço do dólar influencia bastante o cálculo sobre as vantagens de comprar em um ou outro país. No momento atual, não está compensando comprar alimentos e abastecer os carros no lado paraguaio. Foi também ressaltado que há mais opções de lazer no lado brasileiro da fronteira, de modo que os paraguaios são vistos frequentando lanchonetes e restaurantes de Sete Quedas.

A figura abaixo ilustra a circulação de mercadorias entre o município de Sete Quedas e o país vizinho, com base nos questionários preenchidos por representantes das instituições pesquisadas:

Figura: Fluxograma de mercadorias e pessoas entre Sete Quedas x Paraguai.



Conforme assinalado na figura, os únicos itens que saem do Brasil para o Paraguai são veículos e moedas. No entanto, com base nas entrevistas, foi possível compreender que se trata de veículos roubados, pois os entrevistados enfatizaram que o preço dos veículos é muito inferior no Paraguai, de modo que os brasileiros acabam comprando-os lá, apesar de não ser permitido circular com placa paraguaia no Brasil. Uma entrevistada

queixou-se da repressão às motos paraguaias no Brasil, relatando que a polícia persegue as motos e chega a disparar tiros contra os jovens que fogem para não tê-las apreendidas. Para ela, deveria haver uma lei que permite o uso de veículos paraguaios na faixa de fronteira, pois a vida das pessoas divide-se entre os dois países.

O mercado de pneus

Uma particularidade do município de Sete Quedas com relação a outros municípios de fronteira é o destaque do comércio de pneus. Esta mercadoria foi apontada como uma das principais que entram no Brasil ilegalmente, ficando abaixo apenas do cigarro e das drogas. Chama a atenção o fato de haver muitas empresas de recauchutagem em uma cidade tão pequena, o que representa um forte indício de essas empresas estarem atuando com contrabando, o que é difícil comprovar. O delegado disse ter autuado uma empresa de recauchutagem no crime de “periclitación da vida e da saúde de outrem”, pois identificou focos de dengue nos pneus armazenados. Entretanto, ele ressaltou que a autuação da empresa resultou na perda de 50 empregos diretos. O ramo dos pneus representa um dos principais blocos empresariais da região.

Um entrevistado também associou o mercado de pneus à vinda de muitos caminhoneiros para fazer compras na região, o que propicia a prática da prostituição. Mas para além dos caminhoneiros, considera-se que Sete Quedas não atrai um movimento regular de turistas que vêm ao município para fazer compras no lado paraguaio. O movimento de pessoas se intensifica apenas em períodos especiais, como o dia das mães ou natal.

Controles sobre a vida noturna

Tendo em vista o problema da prostituição infantil e a violência decorrente das brigas em bares e boates, houve um aumento na fiscalização a esse tipo de estabelecimento. Segundo um entrevistado, para funcionarem, os bares precisam não mais apenas do alvará cedido pela prefeitura, como também de um alvará expedido pela delegacia local, que tem procurado intensificar o controle sobre a entrada de menores. Esta prática teria passado a valer também no lado paraguaio, onde o alvará da polícia está sendo exigido.

Mas um tipo de controle que não obteve êxito foi o uso de bafômetro nas estradas locais. Mesmo as autoridades locais costumam beber e dirigir, de modo que o bafômetro comprado jamais foi utilizado e não houve ninguém que se posicionasse a favor deste controle.

O mercado de drogas

Diferentemente de outros municípios de fronteira considerados pela pesquisa, os moradores de Sete Quedas não demonstraram uma preocupação tão grande com relação ao tráfico de drogas. Acredita-se que haja um consumo considerável de maconha por parte dos jovens, devido à grande facilidade de acesso à droga no Paraguai, mas o consumo de cocaína e crack ainda é considerado incipiente. Não são percebidas bocas de fumo na cidade, embora se acredite que elas existam nos bairros mais pobres do município: Faixão e Vila das Marias.

No entanto, há consenso sobre Sete Quedas estar inserida na rota do tráfico de drogas, principalmente de maconha. Apesar da vasta fronteira seca do município com um distrito Paraguaio, acredita-se que mesmo os traficantes oriundos de Sete Quedas buscam as drogas pela fronteira de Paranhos. Foi ressaltado que, por Sete Quedas ser uma cidade pequena, todo mundo sabe quem está envolvido com atividades ilícitas, mas os grandes traficantes e contrabandistas locais são pessoas muito respeitadas que garantem sua influência política por meio do financiamento de campanhas.

A questão indígena

A circulação de informações sobre processos de demarcação de terras indígenas tem causado muito alvoroço entre os moradores de toda a região sudoeste do Mato Grosso do Sul. Há boatos de que os fazendeiros não serão indenizados pelas terras previstas na demarcação, o que gera grande indignação. Embora os principais prejudicados sejam fazendeiros que, conforme ressaltado por um entrevistado, não costumam residir no local, a população de Sete Quedas posiciona-se unanimemente contra a demarcação das terras.

Não há uma aldeia indígena dentro dos limites do município de Sete Quedas, entretanto há uma aldeia Guarani Kaiowá na divisa entre Sete Quedas e Tacuru e aldeias Guarani Nhandeva nos municípios vizinhos de Paranhos e Japorã. A percepção dos habitantes de Sete Quedas com relação aos índios é que são todos alcoólatras e indolentes. Consideram um absurdo que os índios recebam ajuda governamental e, acreditam que eles “não trabalham” porque “índio já nasce aposentado”. É consensual a representação de que não faz sentido dar mais terra aos índios, pois eles não cultivam nada em suas terras.

O presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública é um pastor batista, que vem desenvolvendo trabalhos de prevenção ao alcoolismo e à violência doméstica numa área indígena e trabalhando com a capacitação profissional de índios. Segundo ele, desde que passou a se dedicar aos índios, sua ONG perdeu muitos parceiros que se recusam a fazer doações a quem trabalha com essas populações. Para o entrevistado, é equivocada a proposta de demarcação de terras, pois está aumentando o ódio ao indígena e, caso a

demarcação ocorra, pode eclodir um conflito violento como em Douradina.

Moradores relataram que, quando se espalhou a notícia de que ocorreria uma manifestação de indígenas no dia 8 de março de 2013 em Sete Quedas, o estoque de munição de todas as lojas do lado paraguaio foi esgotado. Tratava-se apenas de um ato em homenagem ao dia das mulheres, realizado a cada ano em um município diferente, mas a boataria levou a população a crer que os índios viriam tomar suas terras e todos se armaram para se defender.

O problema da pobreza

Os entrevistados relataram que a população paraguaia é mais pobre que a brasileira e, devido à escassez de serviços de saúde em seu país, saturam o hospital público de Sete Quedas. Há um posto de saúde precário em Corpus Christi, mas não há nada no distrito de Pindoty Porã, que está ligado a Sete Quedas. O problema é que só é possível atender paraguaios pelo SUS quando eles possuem a documentação regularizada ou quando se trata de emergência. Desse modo, mulheres paraguaias conseguem atendimento para realizar partos, mas não para fazer o acompanhamento pré-natal.

No próprio município de Sete Quedas, existem dois bairros pobres que estariam, segundo entrevistados, incluídos em novos projetos de “desfavelização”. Trata-se dos bairros do Faixão e Vila das Marias. Há previsão de construção de 600 novas casas de alvenaria destinadas prioritariamente às famílias que serão removidas das áreas conhecidas como “faixa”, isto é, residências construídas dentro da faixa de 50 m da fronteira, em que é proibido tomar posse e construir.

Conclusão

O município de Sete Quedas é considerado menos violento do que outros municípios vizinhos da faixa de fronteira. O parâmetro comparativo tende a ser o município de Paranhos, cuja fronteira com o Paraguai é a mais utilizada pelo setequedenses. Ainda assim, considera-se que a proximidade com o Paraguai facilita a prática de crimes, seja porque paraguaios praticam roubos do lado brasileiro, seja porque brasileiros se utilizam da fronteira para fugir após praticar crimes. Admite-se a integração de Sete Quedas aos mercados ilegais do contrabando, principalmente de cigarros, e tráfico de drogas, mas não

se acredita que estejam presentes no local facções do crime organizado e tampouco há queixas sobre o varejo de drogas no município. A violência que incomoda os habitantes da cidade não parece estar ligada a esses mercados, mas à ocorrência de violência doméstica e, principalmente o abuso sexual e aliciamento de menores. Uma característica marcante de Sete Quedas é a forte presença do comércio de pneus e supõe-se que as empresas de recauchutagem sejam uma fachada legal para o contrabando desses artigos. Um conflito ainda não deflagrado, porém iminente, refere-se às ameaças de demarcação de terras indígenas, que, na opinião dos entrevistados, pode resultar numa reação violenta contra os índios.

Fotos do Município de Sete Quedas

Delegacia de Polícia Civil em Sete Quedas



Sede do Grupamento de Polícia Militar em Sete Quedas



Sede da CEPASP em Sete Quedas



Linha internacional em Sete Quedas



Amambaí

Mapa – Município de Amambaí e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500060&search=mato-grosso-do-sul|amambai>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 131, de 28 de setembro de 1948.
Localização:
Área (2010): 4.202,324 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Laguna Carapã e Caarapó, a nordeste com Juti, a leste com Naviraí, a sudeste com Iguatemi, a sul com Tacuru a sudoeste com Coronel Sapucaia e a noroeste com Aral Moreira.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 35.523 habitantes
Densidade demográfica: 8,45 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,56
PIB (2010): R\$ 379.389.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.921,12
IDH-M (2010): 0,673
Gentílico: amambaiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O atual Município de Amambaí teve seu primeiro devassamento realizado pelo bandeirante Aleixo Garcia. Entretanto seu povoamento se iniciou por volta de 1580 com o estabelecimento das missões jesuítas espanholas. A reunião de Portugal e Espanha sob o governo de uma só coroa, além de invalidar o Tratado de Tordesilhas, permitiu que as missões jesuítas ampliassem sua zona de influência em direção ao nascente, buscando uma saída para o litoral; situação que não agradava aos habitantes coloniais do Brasil. Por esse motivo, em agosto de 1628, Antônio Raposo Tavares organizou uma bandeira e partiu em direção às missões jesuítas sediadas em Guairá, destruindo-as completamente. Houve

revanche por parte dos adversários e, por isso, os embates bélicos entre bandeirantes e castelhanos se prolongaram por muitos anos, na região sul da província, agravando-se com o rompimento dos Tratados de 1750. Em vista da situação, D. Luiz de Souza, Capitão-General de São Paulo fundou uma fortaleza em Iguatemi, denominando-a de Colônia Militar de Iguatemi, a qual se manteve até 1777, quando foi atacada por forças castelhanas a mando de Agostinho Fernandes de Pinedo, Governador do Paraguai. O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, veio pôr fim aos choques armados.

A partir de 1882, Thomas Laranjeira conseguiu, por intermédio do Barão de Maracaju, uma concessão do Governo Imperial para colher erva-mate nos terrenos devolutos da fronteira com o Paraguai. Os trabalhos da Cia. Mate Laranjeira começaram em 25/7/1833, quando se fincaram os esteios do primeiro arranhamento à margem do Rio Verde. Com o monopólio da extração da erva-mate, Laranjeira firmava o povoamento da região do Amambai, ligando seu nome à sua história.

A sede das atividades da empresa, na zona do Amambai, instalou-se num local que mais tarde tomou a denominação de Nhu-verá (Campo que brilha), atualmente Vila de Coronel Sapucaia. A área que hoje constitui a cidade de Amambai, teve seu povoamento iniciado em 3/8/1903, quando ali se fixaram Januário Lima, Marcelino Lima, José Garibaldi Rosa, Oscar Trindade e outros. Em 1913, o Governo do Estado, por solicitação do Cel. Valêncio de Brum, líder político na região, concedeu uma gleba de terras para a formação do povoado, que tomou inicialmente a denominação de Patrimônio da União, posteriormente Vila União, atualmente cidade de Amambaí.

Diagnóstico da Segurança Pública em Amambaí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	35.523 habitantes
Homicídios (2012):	16
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 3.229 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 807 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):				
35.523 habitantes				
Homicídios (2012):				
16				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	10	Praças	42

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova, mas precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		9	
Impressora	1		3	
Telefone fixo	3		5	
Fax	1		1	
Scanner	-		2	
Internet	**		1	
Estação de rádio analógica	1		**	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		**	
Máquina Fotográfica	1		**	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	4	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	4	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		7	
Rádio em viaturas (digital)	-		6	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	8		30	
Colete antibalísticos	3		40	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		15	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		15	
Carabina	2		1	
Espingarda	1		1	
Metralhadora	1		-	
Submetralhadora	-		1	

Fuzil	-	3
Revólver	-	5
Pistola	11	42
Arma de condutividade elétrica	-	1
Bomba de efeito moral	*	4
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	**	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	68	*

Polícia Civil

Existe no município de Amambaí uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet, com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Amambaí utiliza sistemas de administração, tais como o de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, dados em tabelas ou listas em papel e também fichas em papel em fichários, além da inclusão no Infoseg e divulgação pública e regular das estatísticas, que são produzidas desde 2007. O sistema de informação do município está integrado a outras instituições locais.

Os dois maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Estadual. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Amambaí, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Amambaí não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON). O representante entrevistado não soube dizer se a instituição de segurança pública tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Amambaí, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos e controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), e existe a inclusão no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que

diz respeito à internet, o representante da instituição não respondeu se existe conexão na unidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Civil. O representante entrevistado não soube dizer se a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Exército. A Polícia Militar do município não participa de um coletivo de gestão de segurança pública. O representante da Polícia Militar de Amambaí não respondeu se a instituição possui troca de informações, nem colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, e se esta participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, e das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	6
	Funcionários	30				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Amambaí possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet, segundo o entrevistado, a velocidade de conexão é de 10 MB/s. Estima-se que por volta de 180 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de controle de viaturas, de controle de armas e financeiro. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), e sistema de dados em tabela ou lista de papel, além da produção de estatísticas e sua divulgação pública. O banco de dados do Município não está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não fazem parte de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário para apoiar as operações do exército e da Força Nacional.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Amambaí, segundo o representante entrevistado, são o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais, a falta de recursos humanos e a falta de cooperação jurídica internacional. O Ministério Público do município vem produzindo estatísticas de denúncias há pelo menos 2 anos.

Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivos de gestão de segurança pública, como o Conselho Municipal. Os promotores apoiam ou participam de alguma maneira as operações de fronteira (no plano estritamente processual), porém o representante entrevistado não soube dizer se o Ministério Público participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Amambaí são o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas e informou que as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços foram o Tráfico de drogas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e a disputa por terras.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Amambaí. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, apenas o representante da Justiça está mais de acordo com

esta afirmação. Os representantes entram em divergência quando é abordado o fato de o município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos concordam que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, segundo algumas observações dos representantes das instituições, a economia principal do município gira em torno da agricultura e setor de serviços, não há quaisquer relações comerciais com o país vizinho. Os entrevistados discordaram em que a posse de arma de fogo em Amambaí seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Amambaí foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, disputa por terras, exploração sexual infantojuvenil e imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Amambaí

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio, a veículos, a motocicletas e a bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples; fraudes financeiras ou comerciais, empréstimos consignados a idosos e indígenas, cheque sem fundos e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e lesão entre indígenas. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em conflitos de vizinhos, em acerto de contas entre criminosos e entre indígenas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Amambaí são: o estupro, o abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos, (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, receptação e roubo, resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e violência doméstica.

Anastácio

Mapa – Município de Anastácio e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500070&search=mato-grosso-do-sul|anastacio>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 2143, de 18 de março de 1964.
Localização:
Área (2010): 2.949,129 km ²
Fronteiras: a norte com Aquidauana, a Leste com Dois Irmãos do Buriti, a Sul com Nioaque, a sudoeste com Bonito e a Oeste com Miranda.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 24.041 habitantes
Densidade demográfica: 8,15 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 209.936.000,00
PIB per capita (2010): R\$8.803,84
IDH-M (2010): 0,663
Gentílico: anastaciano

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A história da Anastácio está intimamente ligada à de Aquidauana, datando sua origem de 15 de agosto de 1982, quando oficialmente se fundou a cidade coirmã. O primeiro núcleo de desenvolvimento da atual cidade de Aquidauana se fez à margem esquerda do rio do mesmo nome, em terras da Fazenda Santa Maria, adquiridas pelos

fundadores da Princesa do Sul. O fato foi provocado pela necessidade de se encontrar um local adequado para carga e descarga de mercadorias que provinham da cidade de Miranda pelo único meio de transporte então existente: a navegação fluvial e as barrancas do rio em sua margem direita não eram propícias para a atracação de lanchas. Em consequência, ao longo da rua Porto Geral, na margem esquerda, surgiram as primeiras casas comerciais e a primeira escola. Com o decorrer do tempo, Aquidauana, na margem esquerda, tornou-se importante centro de abastecimento da região sul do Estado. O desenvolvimento da margem esquerda, somente conheceu declínio quando os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil cortaram o município em sua margem direita e a estação ferroviária passa a concentrar às suas voltas um aglomerado urbano que cresce e se desenvolve rapidamente. A ferrovia desbancou a navegação fluvial que era o fator do crescimento da margem esquerda. Com o passar dos tempos, surgiu séria rivalidade entre Aquidauana e Anastácio, bairro da Sede e denominado ainda margem esquerda, julgando-se os moradores deste prejudicados pela Administração Municipal. Partindo daí, organizou-se o Movimento de Independência da Margem Esquerda — MIME — sem finalidade política e que visava unicamente sua emancipação. Nesse trabalho, muito se destacaram os senhores Almiro Flores Nogueira e David Medeiros Sobrinho. O distrito de Paz da Margem Esquerda foi criado pela Lei nº 1.164, de 20/11/1958 e, a partir daí, mais se acirrou a luta pela criação do Município. Um acidente mais sério (política comercial da carne), fez com que o Movimento de Independência coordenasse a circulação de um abaixo-assinado que logo consegue 1.230 assinaturas, solicitação à Assembleia Legislativa a emancipação da Margem Esquerda.

Diagnóstico da Segurança Pública em Anastácio

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 24.041 habitantes
Homicídios (2012): 08
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.602 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 801 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 20.041 habitantes				
Homicídios (2012): 8				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	14	Praças	29
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas e precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		3	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	7		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	2	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		4	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		2	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		-	
Colete antibalísticos	5		12	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		-	
Carabina	-		-	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	3		16	
Pistola	14		13	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	

Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	10	*
Média de presos/mês	10	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	60	*

Polícia Civil

Existe, no município de Anastácio, uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 2 GB. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Anastácio utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de controle de viaturas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg, havendo a sua divulgação pública e regular, mas o entrevistado não soube dizer desde quando são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Em Anastácio, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Anastácio não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

No Batalhão de Anastácio, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (há, aproximadamente, 10 anos), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem a velocidade de 2 GB. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O entrevistado não concorda que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Anastácio, a Polícia Militar não possui relações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	-	Promotores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	16				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Anastácio possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 20 GB. Estima-se que por volta de 125 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos e de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas há aproximadamente 8 anos e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, tampouco uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou

que a estimativa, no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, seja de 23 jovens, e o número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto seja de 3 jovens. O entrevistado informou que o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é uma ONG e os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, tráfico de drogas e porte de arma de fogo.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Anastácio, em ordem de importância, são, segundo o representante entrevistado, falta de recursos humanos e falta de segurança no trabalho. O Ministério Público não produz estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, e o entrevistado não soube dizer se participam do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Anastácio são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado acredita que a parceria com o IBAMA deveria ser incrementada. O entrevistado não soube dizer quais foram as principais atuações do MP no ano de 2012. O principal problema no município é o tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Anastácio. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado e a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação a outros órgãos de Segurança Pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Justiça, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente por causa das drogas. Os entrevistados discordaram em que a posse de arma de fogo em Anastácio é mais

frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Anastácio foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, mineração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

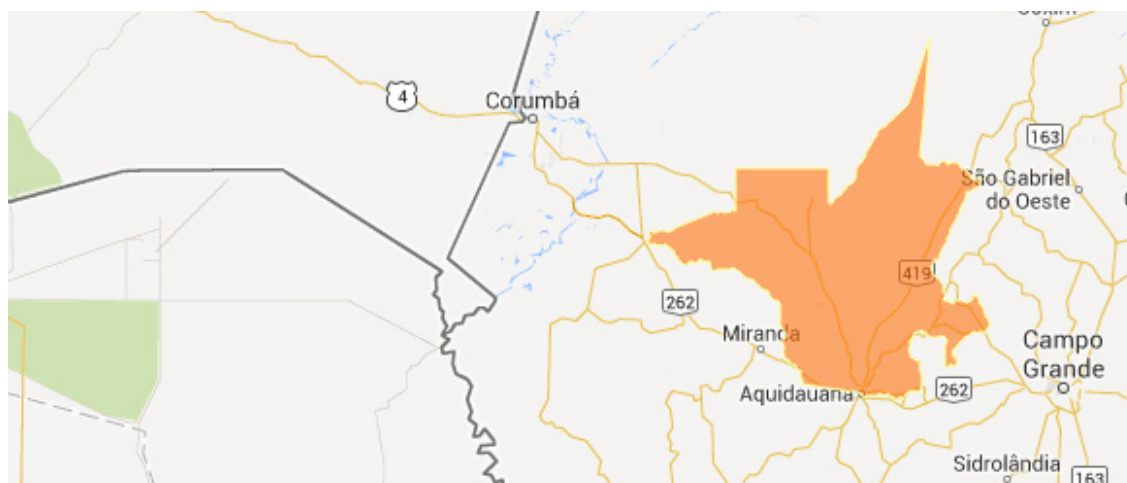
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Anastácio

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a transeunte, a veículo, a residências, e também foi citado ao comércio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados falso sorteio, concurso ou premiação, pequenos golpes populares e cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e foi citado também lesão dolosa entre amigos. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, latrocínio e conflitos entre vizinhos. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Anastácio são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, tráfico de drogas e homicídio. Os três resultam em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Aquidauana

Mapa – Município de Aquidauana e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500110&search=mato-grosso-do-sul|aquidauana>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 772, de 16 de julho de 1918.
Localização:
Área (2010): 16.957,751km ²
Fronteiras e limites: a norte com Corumbá, a sudeste com Dois Irmãos do Buriti, a sul com Anastácio e a oeste com Miranda.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 45.943 habitantes
Densidade demográfica: 2,7 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,56
PIB (2010): R\$ 531.516.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 11.650,19
IDH-M (2010): 0,688
Gentílico: aquidauanense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A história que registra a data de 15 de agosto de 1892 como o início do povoamento de Aquidauana insere-se num espaço físico e humano marcado por parques registros de quatro séculos anteriores. Isso porque os primeiros colonizadores que por aqui passaram teriam sido os espanhóis, por volta do século 16. Marcaram sua presença aqui antes mesmo da comitiva comandada pelo major Teodoro Paes da Silva Rondon, que trouxe consigo fazendeiros e pessoas vindas da Vila de Miranda e região, cujo projeto expansionista intencionava fundar um povoado à margem esquerda do Rio Aquidauana.

Alguns estudiosos definem o ano de 1600 como uma das referências mais longínquas da presença de colonizadores na região. Neste ano, Ruy Dias de Guzman fundou o povoado de Santiago de Xeres, às margens do Rio Mbotetey, conforme denominação dada pelos Guaranis e que queria dizer rio sinuoso.

Diagnóstico da Segurança Pública em Aquidauana

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 45.943 habitantes
Homicídios (2012): 06
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.998 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 324 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 45.943 habitantes				
Homicídios (2012): 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	2 delegacias		1 batalhão e 56 quartéis	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	5
	Agentes	20	Praças	137
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	9		8	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	2		4	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	1		2	
Filmadora	-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	4	4
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-
Moto	1	-	7	3
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-

Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	3	-
Bicicleta	-	-	2	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		9	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		12	
Rádio portátil (HT)	-		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		5	
Arquivos em ficha de papel	4		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		25	
Colete antibalísticos	2		100	
Escudos	-		8	
Capacetes	-		8	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		40	
Carabina	3		2	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		4	
Revólver	5		62	
Pistola	10		113	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		12	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	8		*	
Média de presos/mês	20		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	80 por mês		*	

Polícia Civil

Existem no município de Aquidauana duas delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a velocidade de conexão da internet é de 512 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Aquidauana utiliza sistema de administração de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg e, há pelo menos 6 anos, são produzidas

estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Judiciário, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário e a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Aquidauana, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Aquidauana não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, mas eventualmente participa do DOF (Departamento de Operações de Fronteira), dependendo da intenção do mesmo. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Aquidauana, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas, controle e manutenção de equipamentos e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o entrevistado não soube informar a velocidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, as Forças Armadas e a Polícia Federal, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem de coletivos de gestão de segurança pública. Em Aquidauana, a Polícia Militar não tem relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	3	Promotores	3	Conselheiros	6
	Funcionários	66				

Qualidade das instalações internas	Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições	Adequadas	Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar
	Antigas, precisando de reformas	Adequadas	Inadequadas

Justiça

O município de Aquidauana possui uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. São 1 juizado especial criminal, 1 vara criminal, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 26 MB/s. Estima-se que por volta de 590 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2006 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário para apoiar as operações do exército e da Força Nacional.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude. O entrevistado informou a estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de 131 jovens e a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade é de 5, porém não soube informar em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura e os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

A principal dificuldade enfrentada no Ministério Público de Aquidauana é a falta de apoio do poder público municipal. O entrevistado não soube informar se o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivo de gestão de segurança pública, o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira, como as Operações Sentinela, mas o entrevistado não soube dizer se participam do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Aquidauana são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, devia ser incrementada a parceria com o Ibama. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e de armas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Aquidauana. Para o Conselho Tutelar deste município a principal dificuldade encontrada para sua atuação é a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discorda do fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar, a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelo fluxo de turistas. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Aquidauana é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Aquidauana foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infantojuvenil e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

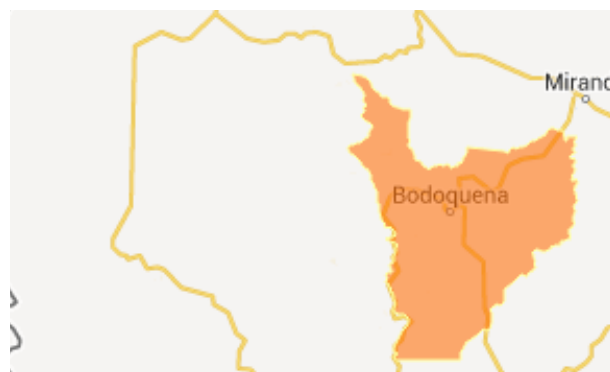
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Aquidauana

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência e a transeunte, sendo citado também o furto de gado e ao comércio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados a extorsão simples, a fraude contra o comércio em operações ilícitas e o cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e conflito por propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: situação doméstica, em brigas de bar e em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Aquidauana são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, furto e lesão corporal – situação doméstica). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Bodoquena

Mapa – Município de Bodoquena e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=paranafoz-do-iguacu>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 87, de 13 de maio de 1980.
Localização:
Área (2010): 2.507,319 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Miranda, na faixa que se estende de sudeste a sul com Bonito, a oeste com Porto Murtinho e a noroeste com Corumbá.
População (2012): 7.928 habitantes
Densidade demográfica: 3,18 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 148.006.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.533,24
IDH-M (2010): 0,666
Gentílico: bodoquenense
Homicídios (2011): 0,0/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Atendendo a reivindicações de políticos do município de Miranda, e liderados pelo prefeito Manoel de Pinho, o governador de Mato Grosso, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, implantou em 1948 em terras do governo, na região da Serra da Bodoquena, ainda no Município de Miranda, uma colônia agrícola. Os primeiros colonos foram Francisco de Paula Chagas (Chico Mineiro), Francisco Maciel e Alfredo Pedro de Araújo, que chegaram por volta de 1948. Mais tarde formou-se um povoado com o nome de Vila da Amizade, onde começaram a surgir os primeiros estabelecimentos comerciais, na maioria, pequenos bolichos e botecos. Em 1963, o governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Correa da Costa, assinou a Lei Estadual nº. 2.079 criando o Distrito Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, no município de Miranda, que ficou conhecido por Distrito do Campão, por ser uma grande área de campo com pastagens nativas. A cada dia mais famílias invadiam as terras, que eram de propriedade do Sr. Cristóvão de Albuquerque (Faz. Perseverança). Posteriormente, a área foi adquirida pela Prefeitura de Miranda, compreendendo as seguintes áreas: Campão, Campina do Cágado, parte da Faz. Perseverança e Mata Grande. Em 13 de maio de 1980, o povo do então Distrito do Campão foi surpreendido pelo governador da época, Marcelo Miranda Soares, que publicou no Diário Oficial MS nº 338 a Lei Estadual nº 87 de 13 de maio de 1980, que tratava da criação do município de Bodoquena, palavra que, em tupi-guarani, significa “nascente em cima da serra”. Após a criação de Bodoquena, restava somente a instalação institucional, que só ocorreu no ano seguinte, já no governo do Dr. Pedro Pedrossian.

Fonte: www.bodoquena.ms.gov.br

Diagnóstico da Segurança Pública em Bodoquena

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 7.928 habitantes
Homicídios (2012): 01
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.586 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 610 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 7.928 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	12
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Computador	4		2
Impressora	2			1
Telefone fixo	1			1
Fax	-			-
Scanner	1			-
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1			-
Estação de rádio digital	-			1
Equipamento de visão noturna	-			-
Aparelho de TV	-			1
Gravadores	-			-
Máquina Fotográfica	-			-
Filmadora	-			-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	-		1

Rádio em viaturas (digital)	-	2
Rádio em viaturas (analógico)	1	-
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	1	1
Arquivos em ficha de papel	3	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	1	3
Colete antibalísticos	*	5
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	6
Carabina	1	-
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	2	4
Pistola	3	8
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Insuficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	1	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existe no município de Bodoquena 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 400 Kb/s. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e a Força Nacional. A Polícia Civil de Bodoquena apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, como as operações Ágata. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Bodoquena, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2008), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem a velocidade de 1 MB/s. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de perturbação de sossego.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário e as Forças Armadas, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e com o Corpo de Bombeiros. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. O representante da Polícia Militar não soube dizer se proximidade com a fronteira é um fato positivo ou não para o desenvolvimento econômico do município, mas para o representante da Polícia Civil esse é um ponto negativo. O representante da Polícia Militar discordou que a posse de arma de fogo em Bodoquena é mais frequente do que em outros municípios, diferentemente do representante da Polícia Civil. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Bodoquena foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, crimes ambientais, imigração ilegal e disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

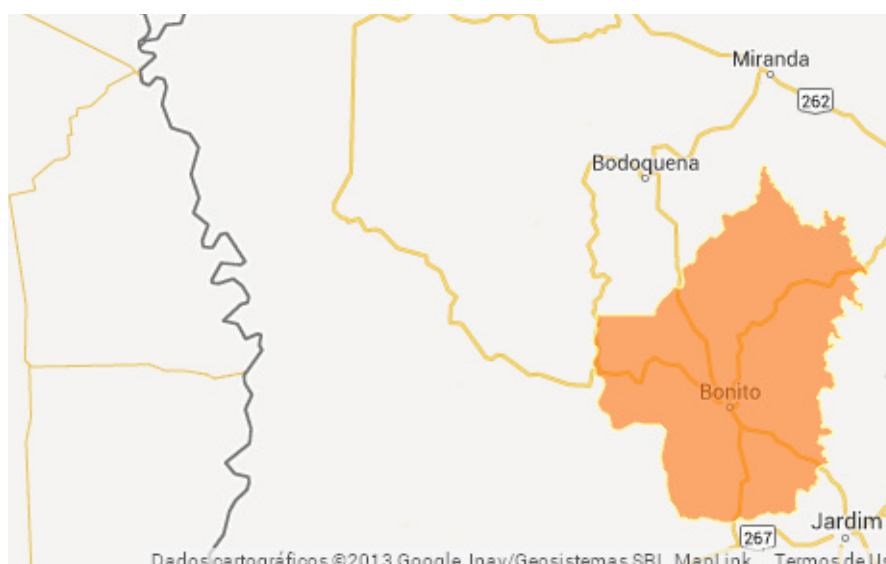
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Bodoquena

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, de gado, sendo citado também o furto de bicicletas e a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados o falso sorteio, concurso ou premiação, as fraudes financeiras e comerciais, cheque sem fundos, pequenos golpes populares e a extorsão simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em conflito de vizinhos e brigas em casas de prostituição. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Bodoquena são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos, a exploração sexual infantojuvenil e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Bonito

Mapa – Município de Bonito e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500220&search=mato-grosso-do-sul|bonito>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 145, de 02 de outubro de 1948.
Localização:
Área (2010): 4.934,414 km ²

Fronteiras e limites: a norte com Bodoquena, a nordeste com Miranda e com Anastácio, a leste com Nioaque, a sul com Jardim e a oeste com Porto Murtinho.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 19.985 habitantes
Densidade demográfica: 4,05 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 240.022.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.247,28
IDH-M (2010): 0,67
Gentílico: bonitense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os índios guaicurus foram os primitivos dominadores de vasta região a sul de Mato Grosso; desde as escarpas da Serra de Maracaju até as planuras do Pantanal. Eram exímios cavaleiros, arte que aprenderam com os castelhanos; povo com que conviveram, durante algum tempo, pacificamente em virtude do trabalho de catequese dos jesuítas espanhóis. A perícia em cavalgar, aliada à sua versatilidade guerreira, facilitou estender o domínios deles por toda a zona pantaneira, onde os acidentes do terreno lhes permitiam, com suas montarias velozes, fustigar e manter afastadas outras tribos, os bandeirantes paulistas e os próprios castelhanos que buscavam vasculhar seus domínios.

No ciclo das incursões dos filhos de Castela, partidas de Assunção em busca da conquista da região sul de Mato Grosso, teve o atual Município de Bonito suas terras ocupadas por Ruy Dias de Melgarejo, fundador da cidade de Xerez, às margens do Rio Mondego, atualmente, Rio Miranda; destruída em 1632 pelo bandeirante Antônio Raposo Tavares. Durante a guerra sustentada contra o Ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, a região sofreu o inevitável colapso, conseqüente da invasão das tropas inimigas e que, somente muito tempo depois, foi remediado com a volta a seus pagos dos remanescentes da catástrofe. Da passagem das tropas paraguaias, existe ainda nas proximidades da cidade, sobre o Rio Formoso, as vigas de aroeira, de uma ponte mandada construir pelo seu comandante. Assim a região de Bonito, mesmo apresentando relativa população rural, teve que esperar ainda muitos anos para que se verificasse a condensação de um povoado.

O núcleo habitacional, que futuramente se transformaria na Sede do município, iniciou-se em terras da fazenda Bonito, que possuía uma área de 10 léguas e meia e foi adquirida do Sr. Euzébio, pelo capitão Luiz da Costa Leite Falcão, que aí aportara em 1869 e é considerado o desbravador de Bonito, tendo sido também seu primeiro escrivão e tabelião. Pela Lei nº 693, de 11 de novembro de 1911, foi criado o Distrito de Bonito,

desmembrado do Município de Miranda, com sede no povoado do mesmo nome. A fundação oficial da cidade de Bonito, entretanto, se deu no dia 24 de fevereiro de 1927, pelo capitão Ignácio de Faria, genro do desbravador capitão Luiz da Costa Leite Falcão.

Entre as inúmeras pessoas presentes na fundação da cidade, destacamos: Capitão Luiz da Costa Leite Falcão Filho, comerciante, montou a primeira olaria e o primeiro matadouro público do município. Foi também um dos fundadores da primeira casa de ensino, denominada Escola Mista, sendo nomeada D. Durvalina Dorneles Teixeira como sua primeira professora, e inspetor, Bonifácio Gomes; Nelson Teixeira, primeiro agente dos Correios e telégrafo; Dr. Conrado Conte, primeiro médico a militar em Bonito; Aldo Bongiovani, farmacêutico; Claudionro Trelha, que exercia na época as funções de Juiz de paz; Arlindo Flores, um de seus mais antigos comerciantes. O topônimo do município adveio do nome da fazenda em cuja terra sua sede foi fundada.

Diagnóstico da Segurança Pública em Bonito

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 19.985 habitantes
Homicídios (2012): 06
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 3.331 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 869 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 19.985 habitantes				
Homicídios (2012): 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	22
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		4	
Impressora	3		3	
Telefone fixo	1		3	
Fax	1		1	
Scanner	1		2	
Internet	1		4	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	1		-	

Gravadores	1	-		
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	5	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	1	1
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende a necessidade		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		2	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	-		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	-		20	
Colete antibalísticos	-		25	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		Capacete de moto	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		50	
Carabina	1		1	
Espingarda	1		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		1	
Fuzil	-		1	
Revólver	-		5	
Pistola	-		30	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		4	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos e quantidades suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	21		*	
Média de presos/mês	7		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Polícia Civil

Existe no município de Bonito uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 2 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Bonito utiliza sistemas de administração, tais como de controle de viaturas, de armas e sistema de protocolos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2005 aproximadamente, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Ibama. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Conselho Antidrogas. Em Bonito, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Bonito apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como GGIF. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

No Batalhão de Bonito, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2004, aproximadamente), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. Há também controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas, bem como fichas em papel e fichários, além de boletins de ocorrência no trânsito. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 4 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furtos e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como Operação Sentinela. Participa também de Gabinete de

Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e Conselho Comunitário de Segurança Pública. Em Bonito, a Polícia Militar não tem relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), tampouco das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

O município de Bonito possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal, criada em 1990, com sede em instalações próprias municipais. É subordinada diretamente ao prefeito. A formação do atual diretor da Guarda Municipal é das Forças Armadas. Não possui Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira ou Plano Municipal de Prevenção à Violência. A Guarda Municipal também não obteve outros recursos além daqueles do seu orçamento. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o seu papel e atribuições, a gestão integrada e segurança pública e os direitos humanos.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos (de pessoal), instalações inadequadas ou insuficientes e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. O município não tem relações com os gestores dos países vizinhos. As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: ocorrências no trânsito, segurança no balneário municipal, guarda definitiva no hospital, guarda definitiva na grota (patrimônio natural municipal) e atendimento nas entradas e saídas das escolas).

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Bonito foi criado no ano de 2006, existindo paridade de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas por algum Conselheiro e a principal preocupação tratada é o envolvimento de jovens na criminalidade. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Bonito recebe demandas da comunidade por meio dos integrantes do Conselho, pela participação direta dos cidadãos, pela polícia e por outros representantes de lideranças da comunidade. Não chegam reclamações da Polícia Militar no Conselho, tampouco queixas dos policiais militares em relação à comunidade. Os principais assuntos discutidos referem-se a problemas no município que podem levar a delitos e avaliação do trabalho da polícia. O entrevistado se mostra indiferente com a afirmação de que após a criação do Conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
Unidades	Entrância final				
Efetivo	Juizes	2	Promotores	1 (afastado p/ estudos na Europa)	Conselheiros
	Funcionários	32			
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas

Justiça

O município de Bonito possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista (cíveis e criminais). É composto por 1 juizado especial criminal, 2 varas criminais, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que por volta de 20 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 1981 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juizes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juizes não participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário para apoiar as operações do exército e da Força Nacional.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, nem uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, é de 7 jovens, e 115 é a quantidade aproximada de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. A prefeitura é o órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 são: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Bonito, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de recursos materiais; a falta de recursos humanos; a falta de apoio do poder público municipal; e a comunicação deficiente com outros órgãos. Pelo menos, desde o ano de 1981, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam de dois coletivos de gestão de segurança pública: o Conselho Municipal e o COMAD. Não participam das operações de fronteira nem do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Bonito são o Judiciário Estadual, o Ibama, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado acredita que a parceria com a Polícia Federal deveria ser incrementada. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e ao contrabando. O entrevistado não respondeu quais os três principais problemas no município.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Bonito. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; dificuldade de relacionamento com o Poder Executivo; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; e despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, mas a maioria discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, justificando que o desenvolvimento do município está relacionando com o turismo e não com a fronteira. Todos os entrevistados discordaram do fato de que é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Bonito é mais frequente do que em outros municípios, porém o entrevistado representante da

Guarda Municipal não soube responder. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresentados em Bonito foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, exploração sexual infantojuvenil e principalmente crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

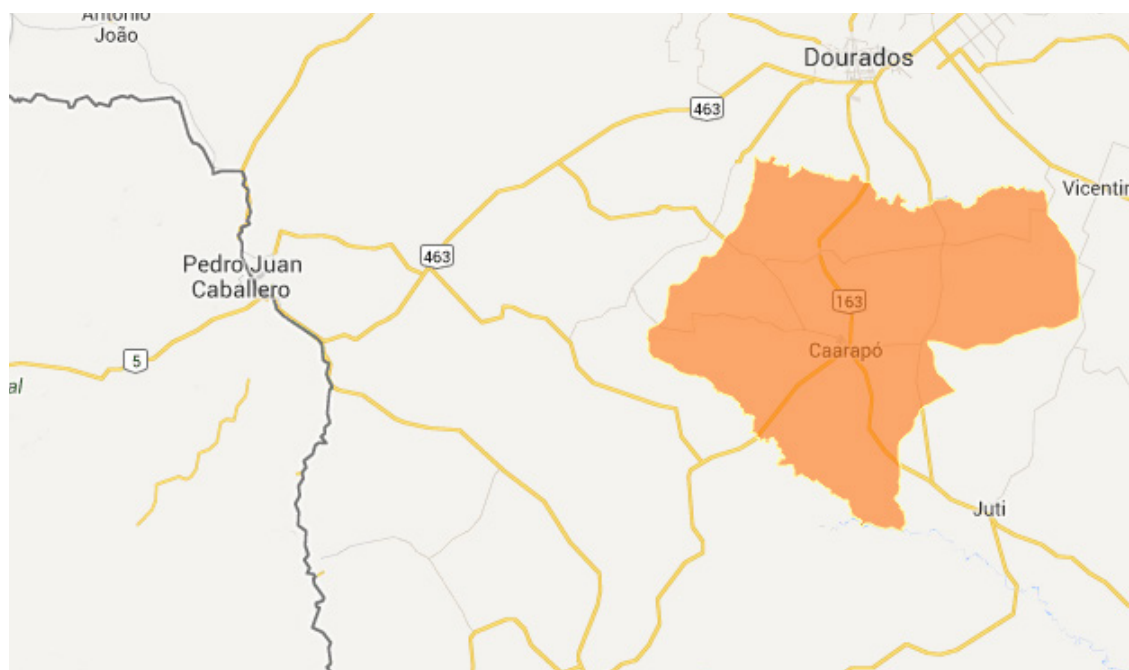
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Bonito

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto de energia elétrica. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas fraudes financeiras e fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. As causas assinaladas para os homicídios dolosos também foram em brigas de bar e em situações domésticas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Bonito são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos, a exploração sexual infantojuvenil e a exploração sexual de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: estupro, embriaguez ao volante e furto). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Caarapó

Mapa – Município de Caarapó e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500240&search=mato-grosso-do-sul|caarapo>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1190, de 20 de dezembro de 1958.
Localização:
Área (2010): 2.089,600 km ²
Fronteiras: a norte com Dourados, a nordeste com Fátima do Sul, a leste com Vicentina, a sudeste com Juti, a sul com Amambaí e a oeste com Laguna Carapã.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 26.532 habitantes
Densidade demográfica: 12,7 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 488.226.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.950,65
IDH-M (2010): 0,692
Gentílico: caarapoense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O povoamento da região que hoje constitui o Município de Caarapó foi iniciado pelos mineiros, como eram chamados os empregados da Cia. Mate Laranjeira, que se dedicavam à extração da erva-mate nativa, abundante naquelas paisagens. A primeira

povoação a surgir teve a denominação de Santa Luzia, atualmente, Vila Juti. Foi construída pela citada companhia em virtude da necessidade de se estabelecer um ponto de pouso para os tropeiros que demandavam o norte do Estado ou ervateiros que afluíam, em grande número, vindos do Paraguai. Em 1927, nasceu o povoado, atual sede do Município de Caarapó, que teve como fundadores Nazário de Leon e Manoel Benites. Posteriormente, ali se instalou o médico Humberto de Freitas Coutinho, procedente de Uberaba, Minas Gerais, acompanhado do cuiabano Francisco Serejo, homem dedicado ao comércio e à política. O progresso da região teve por base a extração da erva-mate, pois a Cia. Mate Laranjeira, concessionária da exploração, entregava a terceiros, áreas previamente delimitadas, chamadas sesmarias, onde deveriam construir uma “Rancheada” ou casa sede e uma larga trilha no seio da floresta, para permitir a passagem dos veículos de tração animal, que procediam o escoamento da produção de erva-mate. Essas trilhas, conhecidas no vocabulário indígena como “tape-jacienda”, se prolongavam até às margens do Rio Amambaí. Daí por diante, o transporte da erva-mate era efetuado por via fluvial até os centros consumidores. O topônimo de origem tupi-guarani, sobreveio em consequência da grande quantidade de erva-mate existente: CAA, erva-mate e RAPÓ, raiz de erva-mate, em síntese, terra da erva-mate.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Caarapó

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 26.532 habitantes
Homicídios (2012): 09
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.653 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 948 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 26.532 habitantes				
Homicídios (2012): 9				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacias		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	9	Praças	27
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas me boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	18		2	
Impressora	1		1	

Telefone fixo	1		2	
Fax	2		-	
Scanner	2		1	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	3	1	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende às necessidades		Raramente atende às necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	1		1
Rádio em viaturas (digital)	2		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	3		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	7		-	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	5		2
Colete antibalísticos	-		28	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*		3
Carabina	1		2	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	2		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	1		8	
Pistola	9		6	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	

Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	30	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	100	*

Polícia Civil

Existe no município de Caarapó 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Caarapó utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição, de armas, de protocolo e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2006, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas a parceria com o Ministério Público e a com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora acredite que a participação em coletivos melhore e modifique as condições de atuação da instituição. Em Caarapó, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são indiferentes. A Polícia Civil de Caarapó apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações DOF e DEFRO. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Caarapó, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de protocolo e de controle de armas. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2004), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas são divulgadas regularmente, porém o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade igual à 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furto e tráfico de drogas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros. A Polícia Militar de Caarapó participa do CONSEG e o entrevistado acredita que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem colabora ou troca informações com órgãos de segurança do país vizinho.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Caarapó, a quantidade de equipamentos é quase sempre insuficiente; para proteção individual há a necessidade de capacetes de combate a incêndios, conjunto de aproximação de incêndios, botas para incêndio e de joelheiras. Para salvamento e resgate há a necessidade de guinchos, tripé, talhos, mosquetões, cabos para resgate, escadas, kit iluminação, conjunto para mergulho, cintos de segurança (cadeiras) e compressor de ar. Para atendimento a produtos perigosos, há a necessidade de roupas de nível A e de nível B, kit para descontaminação e detectores de gases tóxicos e inflamáveis. Para combate a incêndio florestal há a necessidade de mangueiras, kit pickup, bomba de sucção, mochilas costais, cantis e de máscaras faciais. Quanto ao armamento, necessita-se de uma pistola ou um revólver. Tratando-se de aparelhos de comunicação, há a necessidade de uma central telefônica, aparelhos telefônicos e rádios comunicadores portáteis (HT). Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 MB/S. O Corpo de Bombeiros de Caarapó não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: emergência clínica, acidentes de trânsito (colisões envolvendo motocicletas) e vistorias técnicas em edificações.

O Corpo de Bombeiros de Caarapó participa do Conselho Municipal de Segurança Pública. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. O Corpo de Bombeiros de Caarapó também não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	27				

Qualidade das instalações internas	Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições	Adequadas	Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições	Adequadas	Inadequadas

Justiça

O município de Caarapó possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista (cível e criminal) e com varas especializadas separadas. Havendo juizado especial criminal, varas de execução penal, vara de infância e juventude e juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 1 GB/s. O entrevistado não respondeu à pergunta sobre a quantidade de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e de produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. O entrevistado não informou sobre desde quando as estatísticas são produzidas. O sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança e o entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam nenhuma operação de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado, Defensoria e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, embora não haja equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que em média 30 adolescentes passaram por esse Juizado no ano de 2012, e que 7 receberam medida em internação ou regime de semiliberdade e que 12 receberam medida em meio aberto. O entrevistado informou que os órgãos executores das medidas de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são a Prefeitura e o Estado e suas secretarias (CREAS). Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: o furto, o tráfico de drogas e o uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Caarapó são, segundo o representante entrevistado: a falta de recursos materiais; a comunicação deficiente com outros órgãos; a falta de apoio do poder público municipal; e a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. O Ministério Público do município não produz estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Municipal. Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira, embora o entrevistado não tenha informado quais. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Caarapó são o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado não houve, ano de 2012, atuações importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços. Os principais problemas no município são o tráfico de drogas e o contrabando.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar no município de Caarapó. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e o abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, devido ao aquecimento da economia local. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Caarapó é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, trabalho escravo e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

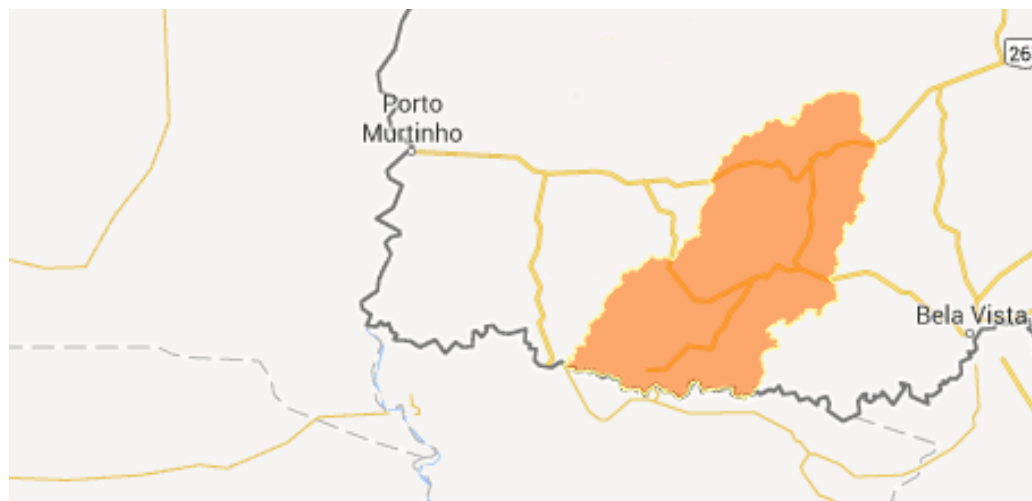
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Caarapó

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, de gado, a transeunte, de bicicletas e de motocicletas. Os tipos mais frequentes de roubo são a estabelecimento comercial, de veículos, em residência, de motos e de cargas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, o falso sorteio, concurso ou premiação, os cheques sem fundos e as fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em conflitos indígenas, em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e em roubo (latrocínio). Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Caarapó são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de entorpecentes, furto e porte de armas, resultando em 100% de condenação para os dois primeiros e em 60% de condenação para o segundo). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Caracol

Mapa – Município de Caracol e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=paranafoz-do-iguacu>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 1971, de 14 de novembro de 1963.
Localização:
Área (2010): 2.940,251 km ²
Fronteiras: a norte com Jardim, a leste com Bela Vista, a sul com o Paraguai e a oeste com Porto Murtinho.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 5.520 habitantes
Densidade demográfica: 1,87 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,43
PIB (2010): R\$ 79.760.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.770,30
IDH-M (2010): 0,647
Gentílico: caracolense
Homicídios (2011): 54,95/100.000 habitantes

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Acredita-se que a cidade de Caracol implantou seus alicerces, por volta de 1884, em terras doadas por Corrêa da Costa, pecuarista já radicado havia anos naquelas paragens. Foi elevada a distrito pela Lei nº 659, de 20/6/1914, e o município criado pela Lei nº 1.971, de 14/11/1963. Comemora-se no dia 1º de maio o aniversário da cidade e a data da instalação do município.

Fonte: www.cnm.org.br

Diagnóstico da Segurança Pública em Caracol

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 26.532 habitantes
Homicídios (2012): 0
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.840 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 425 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 26.532 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		2 Postos Fixos	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	13
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		**	
Impressora	1		**	
Telefone fixo	1		**	
Fax	-		**	
Scanner	-		**	
Internet	Com acesso		**	
Estação de rádio analógica	-		**	
Estação de rádio digital	-		**	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	-		**	
Gravadores	-		**	
Máquina Fotográfica	1		**	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Ocasionalmente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	

Rádio em viaturas (analógico)	2	2
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	1	-
Arquivos em ficha de papel	1	2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	3	1
Colete antibalísticos	2	6
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	2
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	3
Carabina	1	-
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	3	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	30	*

Polícia Civil

Existe no município de Caracol 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 256 Kb/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Caracol utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos e são produzidas estatísticas. A questão sobre o sistema de informação estar ou não integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, não foi respondida.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão em segurança pública. Em Caracol, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis e colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Caracol

apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, como o GGIFron. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Não foi respondida a questão sobre os sistemas de administração que são utilizados nos quartéis e pontos fixos da Polícia Militar de Caracol. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de velocidade de 400 Kb/s. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de tentativa de homicídio.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Judiciário e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa, porém, do GGIFron. Em Caracol, a Polícia Militar não tem uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Já para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira é um fato negativo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Caracol é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Caracol foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Caracol

Instituições	Furtos	Roubo	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Frequentemente	*	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e de motocicleta, sendo citado também o furto de bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi em brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Caracol seja o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Deodápolis

Mapa – Município de Deodápolis e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500345&search=mato-grosso-do-sul|deodapolis>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 3.690, de 13 de maio de 1976.
Localização:
Área (2010): 831,211 km ²
Fronteiras: a norte com Rio Brillhante, a sul com Ivinhema, a sudoeste com Fátima do Sul e a oeste com Dourados.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 12.259 habitantes
Densidade demográfica: 14,6 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 125.677.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.359,95
IDH-M (2010): 0,694
Gentílico: deodapolense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A Vila Novo Horizonte, antes, Vila Bandeirantes, passaria a chamar-se Vila Deodápolis (Deoda=Deodato + polis = Cidade), em homenagem ao Sr. Deodato Leonardo da Silva, um dos pioneiros e já com a motivação para a criação de um novo município, porém, precisamente em 13 de maio de 1976 o então Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. José Garcia Neto, sancionava a Lei Estadual nº 3.690. Era instituído o município de Deodápolis, abrangendo a Vila Deodápolis e comunidades adjacentes (Lagoa Bonita, Presidente Castelo, Vila União e Porto Vilma), ficando assim o município com 31.520 habitantes. A marca dos 31 anos atingida representa a firmação de Deodápolis como importante celeiro agrícola e na pecuária de Mato Grosso do Sul, mas também são os marcos de um novo tempo.

Fonte: www.cnm.org.br/municipio/historia.asp

Diagnóstico da Segurança Pública em Deodápolis

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 12.259 habitantes
Homicídios (2012): 03
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.532 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 721 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 12.259 habitantes				
Homicídios (2012): 3				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	7	Praças	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reforma		Antiga, precisando de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reforma		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		3	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	-		1	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	

Gravadores	-	-		
Máquina Fotográfica	-	-	1	
Filmadora	-	-	-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	**
Moto	-	-	1	**
Embarcação sem motor	-	-	-	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	**
Avião	-	-	-	**
Helicóptero	-	-	-	**
Cavalo	-	-	-	**
Bicicleta	-	-	-	**
Outros	-	-	-	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	1	1	
Rádio em viaturas (digital)	-	-	2	
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	-	
Rádio portátil (HT)	-	-	1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	
Notebooks	-	-	-	
Arquivos em ficha de papel	1	-	1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	7	7	
Colete antibalísticos	4	-	11	
Escudos	-	-	-	
Capacetes	-	-	-	
Placa balística	-	-	-	
Outros	-	-	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	10	
Carabina	1	-	2	
Espingarda	1	-	**	
Metralhadora	-	-	-	
Submetralhadora	1	-	-	
Fuzil	-	-	-	
Revólver	2	-	8	
Pistola	5	-	6	
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	
Bomba de efeito moral	*	-	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	-	
Outro	-	-	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tem carceragem?	Sim	Não	
Capacidade	4	-	*	
Média de presos/mês	4	-	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
		15		*

Polícia Civil

Existem no município de Deodápolis 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 400 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Deodápolis utiliza sistemas de administração, tais como o de controle de viaturas, de munição, de armas, de protocolo e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e a utilização de fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e, não foi informado pelo representante entrevistado se são produzidas estatísticas, porém há divulgação pública e regular delas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. O representante entrevistado não informou se a Polícia Civil deste município participa de algum coletivo de gestão de segurança pública, porém, segundo o entrevistado, a participação em coletivos de gestão modificaria e melhoraria as condições de atuação da Polícia Civil do município. Em Deodápolis, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Deodápolis não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, a instituição não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), nem tem participação nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Deodápolis, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), controle dos dados criminais por meio de planilhas, tabelas e fichas de papel e fichários de ocorrência e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade de conexão da unidade é de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesões corporais (brigas e violência doméstica).

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou

operação de fronteira, tais como o DOF. Porém, não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Deodápolis, a Polícia Militar não possui troca de informações ou colaboração com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, nem tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
Unidades	Entrância inicial				
Efetivo	Juízes	1	Promotores	-	Conselheiros
	Funcionários	18			3
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Adequadas		Adequadas

Justiça

O município de Deodápolis possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que, por volta de 13 mandados de prisão, tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e de processos criminais, bem como da produção de feitos, é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2005 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de expedição de mandatos de prisão preventiva.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca não há Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como também não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa, no que se refere ao número de adolescentes que passaram por este Juizado no ano de 2012, é de 10 jovens. Quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto, a estimativa é de 4 jovens. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o juizado e o Conselho Tutelar. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 são: furto, o uso de entorpecentes e dirigir sem habilitação.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Deodápolis, em ordem de importância, segundo o representante entrevistado, são: falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal, comunicação deficiente com outros órgãos e a falta de cooperação jurídica. Pelo menos, desde o ano de 2005, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam ao menos de um coletivo de gestão de segurança pública: o Conselho Municipal. Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira (no plano estritamente processual) e o entrevistado não soube responder da participação no ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Deodápolis são o Judiciário Estadual, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal. O entrevistado especificou que a parceria com a Polícia Civil deveria ser incrementada. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e ao roubo de veículos. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Deodápolis. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública e a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para todos os entrevistados a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente porque o desenvolvimento econômico no município não está atrelado ao fator fronteiriço, mas a outros fatores. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Deodápolis é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Deodápolis foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Deodápolis

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, a estabelecimento comercial, sendo citado também o furto de veículos e de bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados fraude contra o comércio, cheque sem fundos e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Deodápolis são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, embriaguez ao volante e tráfico, todos eles resultando, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Dois Irmãos do Buriti

Mapa – Município de Dois Irmãos do Buriti e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500348&search=mato-grosso-do-sul|dois-irmaos-do-buriti>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 775, de 13 de novembro de 1987.
Localização:
Área (2010): 2.344,593 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Aquidauana, a sudeste com Sidrolândia, a sul com Maracaju e a oeste com Anastácio.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 10.519 habitantes
Densidade demográfica: 4,42 habi/km ²
Índice Gini (2010): 0,58
PIB (2010): R\$ 107.790.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.402,47
IDH-M (2010): 0,639
Gentílico: buritiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 13 de novembro de 1987, pela Lei nº 775, foi criado o município de Dois Irmãos do Buriti, pelo então governador Marcelo Miranda Soares, pertencendo então a comarca de Aquidauana.

Fonte: www.doisirmaosdoburiti.ms.gov.br

Diagnóstico da Segurança Pública em Dois Irmãos do Buriti

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 10.519 habitantes
Homicídios (2012): 0
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 584 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 206 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 10.519 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	7	Praças	50
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		**	
Impressora	**		**	
Telefone fixo	**		**	
Fax	**		**	
Scanner	**		**	
Internet	**		**	
Estação de rádio analógica	**		**	
Estação de rádio digital	**		**	
Equipamento de visão noturna	**		**	
Aparelho de TV	**		**	
Gravadores	**		**	
Máquina Fotográfica	**		**	
Filmadora	**		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	**	**	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	**	**
Moto	**	**	**	**
Embarcação sem motor	**	**	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**	**	**
Avião	**	**	**	**
Helicóptero	**	**	**	**
Cavalo	**	**	**	**
Bicicleta	**	**	**	**
Outros	**	**	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Ocasionalmente	

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	**	**
Rádio em viaturas (digital)	**	**
Rádio em viaturas (analógico)	**	**
Rádio portátil (HT)	**	**
Equipamentos de interceptação telefônica	**	**
Equipamentos de interceptação em ambiente	**	**
Notebooks	**	**
Arquivos em ficha de papel	**	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	**	**
Colete antibalísticos	**	**
Escudos	**	**
Capacetes	**	**
Placa balística	**	**
Outros	**	**
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	**	**
Carabina	**	**
Espingarda	**	**
Metralhadora	**	**
Submetralhadora	**	**
Fuzil	**	**
Revólver	**	**
Pistola	**	**
Arma de condutividade elétrica	*	**
Bomba de efeito moral	*	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	**
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Quantidade e tipo de munição suficientes	Tipos suficientes mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	-	-
Média de presos/mês	-	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	*	*

Polícia Civil

Existe no município de Dois Irmãos do Buriti 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 46 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Dois Irmãos de Buriti utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de controle de viaturas, de protocolo, de controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquiridos. Não há inclusão de dados no Infoseg mas, desde 2000, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Em Dois Irmãos do Buriti, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Dois Irmãos do Buriti não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tampouco das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Dois Irmãos do Buriti, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), efetuando-se a inclusão destas no INFOSE, além de registradas em fichas de papel e fichários. As estatísticas são divulgadas regularmente, mas o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. O entrevistado não respondeu se há conexão com a internet. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de ameaças e brigas generalizadas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição, porém, não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Dois Irmãos do Buriti, a Polícia Militar não possui relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), tampouco das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	5				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em condições adequadas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Dois Irmãos do Buriti possui uma comarca de entrância inicial (1ª entrância) com vara mista (civil, criminal, execução penal, família, juizado). O entrevistado não respondeu sobre quantos carros a sede judiciária dispõe, mas considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 1 MB/s. Estima-se que por volta de 40 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), bem como fichas de papel e fichários. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2009 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam coletivos de gestão de segurança pública.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área (comarca de 1ª entrância). Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

O entrevistado não respondeu sobre quais são as principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Dois Irmãos do Buriti. Também não há informação do ano a partir do qual o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública nem do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Dois Irmãos do Buriti são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado acredita que a parceria com a Polícia Civil deveria ser incrementada. O entrevistado não soube responder quais as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços.

Os principais problemas no município são o tráfico de drogas e disputa por terras.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Dois Irmãos do Buriti. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias e a falta de preparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e todos discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar, a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente porque atrai mais recursos ou deveria atrair na área de segurança pública. Os entrevistados discordaram unanimemente em que a posse de arma de fogo em Dois Irmãos do Buriti é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Dois Irmãos do Buriti foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, crimes ambientais e disputa por terras. Foram destacadas pela Justiça a disputa por terras e o tráfico de drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

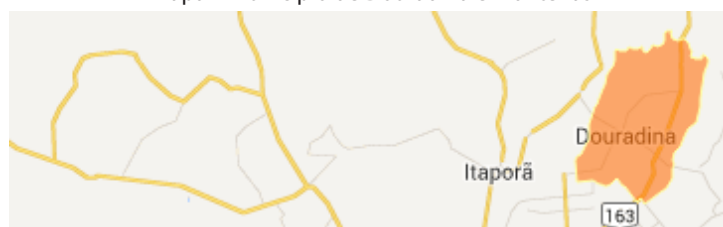
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Dois Irmãos do Buriti

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e de gado, sendo citado também o roubo de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados o cheque sem fundos e as fraudes financeiras ou comerciais. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e em brigas de bar. As causas assinaladas para os homicídios dolosos foram também em brigas de bar e em situações domésticas. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Dois Irmãos do Buriti são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, homicídios e atos infracionais de adolescentes, e o tráfico de drogas resulta em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e violência doméstica.

Douradina

Mapa – Município de Douradina e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500350&search=mato-grosso-do-sul|douradina>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 78, de 12 de maio 1980.
Localização:
Área (2010): 280,787 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Rio Brillhante, na faixa que se estende de leste a sudoeste com Dourados e a oeste com Itaporã.
População (2012): 5.460 habitantes
Densidade demográfica: 19,1 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,61
PIB (2010): R\$ 54.712.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.197,99
IDH-M (2010): 0,699
Gentílico: douradinense
Homicídios (2011): 0,0/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Douradina foi fundada em 20 de dezembro de 1956, por Luiz Zahran, José Manoel da Silva, Andrez Fernandes, João Francisco Janos, Abraão Nunes Cerqueira, Firmo Inácio da Silva, Abílio Janos e José Nunes de Andrade. Além de fundadores eram proprietários de vários lotes rurais, pertencentes ao núcleo colonial de Dourados, os quais, foram implantados a um novo povoado, origem da atual cidade. Foi elevada a distrito pela Lei n.º 2.093, de 20/12/1963 e o município criado pela Lei nº 78, de 12 de maio 1980.

Fonte: www.cnm.org.br

Diagnóstico da Segurança Pública em Douradina

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 5.460 habitantes
Homicídios (2012): 01
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.365 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 910 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 5.460 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacias		1 grupamento GPM	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	-		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	**	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	**	-	-
Moto	-	**	-	-
Embarcação sem motor	-	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	**	-	-
Avião	-	**	-	-
Helicóptero	-	**	-	-
Cavalo	-	**	-	-
Bicicleta	-	**	-	-
Outros	-	**	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Raramente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	4		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		1	
Colete antibalísticos	3		6	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		6	
Carabina	1		1	
Espingarda	1		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	1		7	
Pistola	3		-	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		**	
Capacidade	2		**	
Média de presos/mês	2		**	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	7		*	

Polícia Civil

Existem no município de Douradina 3 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 5

MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Douradina utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Não há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2004, são produzidas estatísticas. O entrevistado não sabe se o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão em segurança pública. Em Douradina, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Douradina não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012 não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Grupamento de Douradina, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. O banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet a conexão da unidade é de velocidade de 5 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, em “vias de fato” e embriaguez ao volante .

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Douradina, a Polícia Militar não tem uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os entrevistados, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. O entrevistado da Polícia Civil concorda que a posse de arma de fogo em Douradina é mais frequente do que em outros municípios, diferentemente do entrevistado da Polícia Militar. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Douradina foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

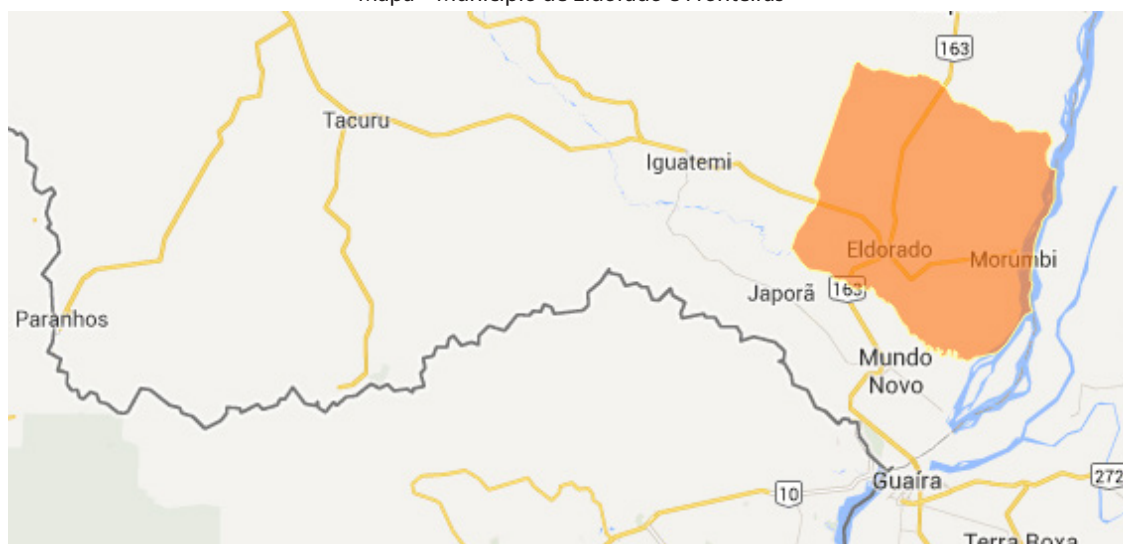
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Douradina

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, a transeunte, ao comércio, de gado, de veículo e roubo a instituições financeiras. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados cheque sem fundos, pequenos golpes populares e fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em brigas de bar, decorrente de conflitos de propriedade, em situação doméstica e lesões culposas. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi vingança. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Douradina são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Eldorado

Mapa – Município de Eldorado e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500375&search=mato-grosso-do-sul|eldorado>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 3692, de 13 de maio de 1976.
Localização:
Área (2010): 1.017,785 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Iguatemi e Itaquirai, a sul com o Estado do Paraná e com Mundo Novo e a sudoeste com Japorã.
População (2012): 11.790 habitantes
Densidade demográfica: 11,49 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 166.372.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.244,16
IDH-M (2010): 0,684
Gentílico: eldoradense
Homicídios (2011): 34,06/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 1950, Omar Nunes Cardoso e Paulo Baganissi, proprietários de grandes glebas de terras, resolveram criar um novo núcleo urbano, a 20 km de Porto Morumbi. Com base em planta elaborada por Paulo Baganissi, iniciaram os trabalhos de implantação do povoado, a partir de 28/7/1952, com seu primeiro morador Manoel Farias. Depois vieram, Pedro Pereira, Venceslau Honório da Silva, José Cícero da Silva, Quintino da Silva, Martinho Trabuco e José Caprioli, todos pioneiros. Fundado em meados de 1954 pelo astrólogo Osmar Nunes

Cardoso. Recebeu o nome Eldorado por ser uma terra de grandes riquezas exploráveis (“antes de receber esse nome, o pequeno povoado chamava-se Colônia Velha”). Com o passar dos anos, Eldorado passou a Distrito, pertencente ao município de Iguatemi

Fonte: www.eldorado.msgov.br/historia.htm

Diagnóstico da Segurança Pública em Eldorado

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	11.790 habitantes
Homicídios (2012):	05
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 1.474 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 655 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) =	11.790 habitantes			
Homicídios (2012):	5			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	7	Praças	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		2	
Impressora	1		2	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-

Cavalo	-	-	-
Bicicleta	-	-	-
Outros	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	Polícia Militar	
	Jamais atende as necessidades	Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	1	
Rádio em viaturas (digital)	-	-	
Rádio em viaturas (analógico)	1	2	
Rádio portátil (HT)	-	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	
Notebooks	2	-	
Arquivos em ficha de papel	1	1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	
Algemas	8	7	
Colete antibalísticos	3	4	
Escudos	-	-	
Capacetes	-	-	
Placa balística	-	4	
Outros	-	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	
Carabina	2	-	
Espingarda	-	2	
Metralhadora	-	-	
Submetralhadora	1	1	
Fuzil	-	1	
Revólver	1	1	
Pistola	8	17	
Arma de condutividade elétrica	*	-	
Bomba de efeito moral	*	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	
Outro	-	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	
	Tipos e quantidade de munição insuficientes	Tipos e quantidade suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim	**	
Capacidade	20	**	
Média de presos/mês	35	**	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	
	100	**	

Polícia Civil

Existe no município de Eldorado 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, o entrevistado da Polícia Civil de Eldorado não respondeu sobre os tipos de sistemas de administração utilizados. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e há inclusão de dados no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar, segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e a PRF. A Polícia Civil deste município participa do Conselho Comunitário. Em Eldorado, não há relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Eldorado apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal como o DOF. Não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Pelotão de Eldorado, não são utilizados sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 2 MB/s. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi o furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o DOF. Em Eldorado, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	1
	Funcionários	15				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Eldorado possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária não dispõe de nenhum carro.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Não há uma estimativa sobre o número de mandados de prisão que teriam sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo e de recursos humanos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados).

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como não existe uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram roubo, furto e tráfico de drogas.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Eldorado, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais; falta de recursos humanos; falta de segurança no trabalho; comunicação deficiente com outros órgãos e falta de apoio do poder público municipal.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Eldorado são a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Judiciário Estadual. O entrevistado acha que todas as parcerias deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e a crimes ambientais. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Eldorado. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Com exceção do representante da Polícia Civil, a maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos os entrevistados discordam em que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, devido à insegurança pública, à possibilidade de adquirir produtos sem o pagamento de impostos e à imposição de ocorrências ilegais a produtos e a serviços locais. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Eldorado é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Eldorado foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

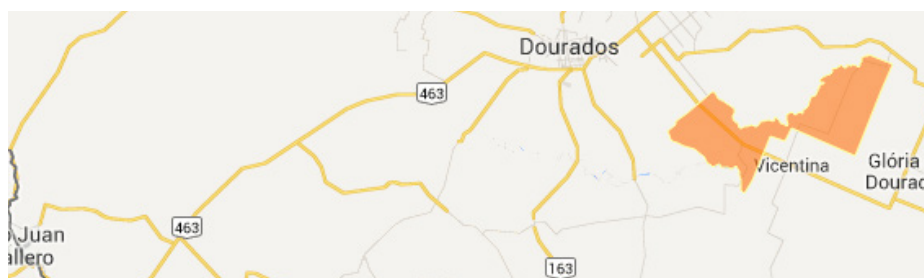
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Eldorado

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são no comércio, de veículo, em residência também sendo citado roubo a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheque sem fundos, pequenos golpes populares e fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais e crime organizado. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acerto de contas entre criminosos e conflitos indígenas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Eldorado são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica, crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, resultando todos os três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Fátima do Sul

Mapa – Município de Fátima do Sul e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500380&search=mato-grosso-do-sul|fatima-do-sul>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº. 2057, de 11 de dezembro de 1963 (com a denominação Vila Brasil).
Localização:
Área (2010): 315,160 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Dourados, a nordeste com Deodápolis, a sudeste com Glória de Dourados, a sul com Vicentina e a sudoeste com Caaparó.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 19.024 habitantes
Densidade demográfica: 60,40 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 179.729.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 9.447,51
IDH-M (2010): 0,714
Gentílico: fátima-sulense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

No início de 1950, grande números de colonos concentrados na margem esquerda do Rio Dourados, aguardavam a abertura da segunda zona da colônia federal. Em face disso, surgiu o novo povoado, com a denominação de Porto Ubatuba. Com o aparecimento de inúmeros estabelecimentos comerciais, o povoado se estendeu para a margem direita do Rio Dourados, tendo sua denominação alterada para Vila Brasil, e logo após, Fátima do sul. Elevada a distrito pela Lei nº 1.125, de 17 de novembro de 1958 e o município criado pela Lei nº 2.057, de 11 de dezembro de 1963. Comemora-se em 9 de julho o seu aniversário.

Diagnóstico da Segurança Pública em Fátima do Sul

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	19.024 habitantes
Homicídios (2012):	05
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 1.585 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 328 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	19.024 habitantes			
Homicídios (2012):	5			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	3 delegacias		1 batalhão, 3 postos fixos e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	3
	Agentes	10	Praças	55
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		8	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	1		4	
Fax	-		1	
Scanner	-		1	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		3	
Gravadores	-		4	
Máquina Fotográfica	1		2	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	2	-	9	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	**
Moto	-	-	4	**
Embarcação sem motor	-	-	-	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	**
Avião	-	-	-	**
Helicóptero	-	-	-	**
Cavalo	-	-	-	**
Bicicleta	-	-	-	**
Outros	-	-	-	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		5	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		9	
Rádio portátil (HT)	1		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		3	
Arquivos em ficha de papel	1		8	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	10		29	
Colete antibalísticos	6		46	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		**	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		44	
Carabina	2		3	
Espingarda	2		5	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	2		1	
Fuzil	-		4	
Revólver	6		17	
Pistola	7		86	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		25	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Insuficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Sim	
Capacidade	25		20	
Média de presos/mês	30		80	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 subgrupamento		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	27	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	3	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
	Percepção sobre quantidade de combustível	Frequentemente atende às necessidades	
Atividades mais frequentes	Incêndios	Sim	
	Incêndios florestais	Sim	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	Sim	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	Sim	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Polícia Civil

Existem no município de Fátima do Sul 3 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 512 KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Fátima do Sul utiliza sistemas para administrar recursos humanos, estoque, protocolo. E também para o controle de viaturas, de armas, de munição e de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Desde 1979, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Corpo de Bombeiros e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. O representante entrevistado acredita que a participação em coletivos de gestão de segurança pública modifica e melhora as condições de atuação da instituição, embora não tenha informado se a Polícia Civil do município participe de alguns deles.

Polícia Militar

No Batalhão de Fátima do Sul, sistemas de administração são utilizados para administrar protocolos, recursos humanos, estoque, e também para fazer o controle de viaturas, de armas e munição, e de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); produzidas informações estatísticas

sobre ocorrências criminais (desde 2010), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Também são utilizados planilhas e tabelas de papel para fazer o controle dos dados criminais. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 5 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto, de lesão corporal e de apreensão de mercadorias contrabandeadas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional e com as Forças Armadas. A instituição participa do Centro Regional de Inteligência, porém o entrevistado não acredita que a participação em coletivos de gestão de segurança pública modifique e melhore as condições de atuação da Polícia Militar. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Grupo Tático.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Fátima do Sul, a quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal e a quantidade de armamentos é considerada suficiente. São consideradas insuficientes a quantidade de equipamentos de proteção individual, a quantidade de equipamentos de salvamento e resgate (necessita-se de cabos, cordas para descida e equipamentos de rapel), a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos (necessita-se de equipamentos de nível "D" e "B") e a quantidade de equipamento de comunicação (necessita-se de rádios portáteis HT). Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 MB/S. A unidade produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	32				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Fátima do Sul possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista (1ª mista mais júri e execução penal). São 1 juizado especial criminal, 1 vara criminal, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível atende às necessidades desta unidade muito frequentemente.

O entrevistado não informou sobre a quantidade de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de estoque e de distribuição de autos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizadas tabelas ou listas em papel.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e o juiz entrevistado não concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não sabe se os juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Estima-se que 190 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012 e todos receberam medida em meio aberto. Os órgãos executores na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são a Prefeitura e o Juizado; e os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram o furto, o uso de entorpecentes e o tráfico de drogas.

Ministério Público

O Ministério Público de Fátima do Sul não produz estatísticas. Os principais parceiros da instituição em operações realizadas em Fátima do Sul são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Federal. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Fátima do Sul. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; e a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados

registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. O entrevistado representante da Polícia Militar e o da Polícia Civil discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, já o da Justiça concorda. Todos os representantes discordam em que a proximidade com a fronteira seja um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar discordam em que a posse de arma de fogo em Fátima do Sul é mais frequente do que em outros municípios, ao passo que o entrevistado da Justiça concorda. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Fátima do Sul foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Fátima do Sul

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	**	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são a transeunte, em residência, no comércio, de veículo e de motocicleta. Os tipos mais comuns de roubo são a transeunte, a estabelecimento comercial, de veículo e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: cheques sem fundos, fraudes financeiras ou comerciais, pequenos golpes populares e fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em

brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e em roubo (latrocínio). Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Fátima do Sul são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto e lesão corporal os dois resultando, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e violência doméstica.

Glória de Dourados

Mapa – Município de Glória de Dourados e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500400&search=mato-grosso-do-sul|gloria-de-dourados>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual 1941, de 11 de novembro de 1963.
Localização:
Área (2010): 491,748 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Ivinhema e com Deodápolis, a sudeste com Novo Horizonte do Sul, a sul com Jateí, a sudoeste com Vicentina e a oeste com Fátima do Sul.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 9.911 habitantes
Densidade demográfica: 20,19 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 99.290.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.001,02
IDH-M (2010): 0,721
Gentílico: glória-douradense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

As terras que atualmente compreende o município de Glória de Dourados tiveram seu desbravamento diretamente ligado à implantação da colônia Federal de Dourados. Nos meados de 1955, chegaram os primeiros colonos, entre eles Joaquim Colaço, Juvenal Aniceto, José Elídio Sobrinho, Luiz Gonzaga, João Preto de Assis, Alexandrino Ferreira Lima, Monoel Avelino, Nestor Pacheco e Hermínio Guerra que se radicaram e deram início ao desbravamento da região. Ainda no decorrer do ano de 1955, o Dr. Clodomiro Albuquerque, administrador da colônia, determinou a reserva de oito lotes dos projetos que eram cortados pelo córrego 2 de junho, para constituir o rocio de uma nova povoação a ser edificada. Com base em planta elaborada por Paulo Thiry, foram executados os trabalhos preliminares na área da futura povoação. Todavia, como houvesse demora na entrega dos lotes urbanos aos interessados, ainda em 1956, diversos colonos, desobedecendo às ordens da administração do projeto, invadiram a área reservada, iniciando a construção dos primeiros ranchos. O primeiro comércio instalado no povoado, foi uma loja de tecidos, denominada Casas Viana, de propriedade de Manoel Cunha Viana, em fevereiro de 1957. No mês de abril, do mesmo ano, entraram em atividade, uma pensão, de propriedade de Guilherme Manoel da Cruz, uma farmácia, cujo proprietário era Sebastião de Melo, e um bar, denominado Bar Progresso, pertencente a Manoel Alves de Azevedo. A primeira escola do novo povoado foi inaugurada em janeiro de 1957, tendo como professoras Ilda Ximenes, Maria do Socorro Santos e Maria Alves Bezerra. Em maio de 1970, foi celebrada pelo padre José Daniel a primeira missa, numa capela de madeira, erigida em louvor de Nossa Senhora da Glória. Este templo sofreu alguns anos mais tarde um misterioso incêndio. Consta que o atual topônimo do município surgiu por ocasião de uma visita do padre José Daniel, na época, administrador do núcleo colonial, que em um discurso proferido usou a seguinte frase:—Esta cidade será a glória, a glória de Dourados. A expressão foi adotada, passando assim a denominar o município.

Diagnóstico da Segurança Pública em Glória de Dourados

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 9.911 habitantes
Homicídios (2012): 0
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.101 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 583 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.911 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	9	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	1	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		2	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	4		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	9		5	
Colete antibalísticos	8		22	
Escudos	-		-	

Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	6
Carabina	2	-
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	1	4
Pistola	8	12
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	10	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	20	*

Polícia Civil

Existe no município de Glória de Dourados 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas para administrar recursos humanos, estoque e protocolo. Além do controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 1980, são produzidas estatísticas (até mesmo mensais), havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Estadual. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros. A Polícia Civil deste município participa de coletivos de gestão de segurança pública e acredita que tal participação melhora e modifica a atuação da instituição. A Polícia Civil de Glória de Dourados apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal como a operação DOF. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Glória de Dourados, está em uso uma série de sistemas para administrar os recursos humanos e o estoque. Além de outros utilizados para o controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2002), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG e também são utilizadas planilhas e tabelas em papel para o controle dos dados criminais. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e vias de fato.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário e o Ministério Público. A instituição participa de coletivos de gestão de segurança pública e o entrevistado acredita que a participação em coletivos melhora as condições de atuação da Polícia Militar.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	**	Promotores	1	Conselheiros	3
	Funcionários	14				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Glória de Dourados tem uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que por volta de 13 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Na unidade há sistemas utilizados para administrar recursos humanos, protocolo, financeiro, estoque e distribuição de autos.

Além do controle de viaturas, armas e manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, que são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2005 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança e o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado.

Infância e Juventude

O entrevistado informou que 15 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012, destes 3 cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 10 em meio aberto. Os órgãos executores da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são o Conselho Tutelar e o Juizado. Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram o furto, o uso de entorpecentes e dirigir sem habilitação.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Glória de Dourados, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: o envolvimento de efetivos de Segurança Pública em atividades ilegais; a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; a falta de cooperação jurídica internacional; e a comunicação deficiente com outros órgãos.

Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Glória de Dourados são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado ressalta a necessidade de incrementar a parceria com o Ministério Público Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Glória de Dourados. Para o entrevistado do Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias;

e a dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e a violência doméstica.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos os entrevistados partilham da opinião de que a proximidade com a fronteira é um fator negativo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concorda que a posse de arma de fogo em Glória de Dourados é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Glória de Dourados foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, a imigração ilegal e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Glória de Dourados

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de furto são em residência, no comércio, de gado e de bicicleta. Os tipos mais comuns de roubo são a estabelecimento comercial, à instituição financeira, de veículo e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os cheques sem fundos, os pequenos golpes populares e as fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar decorrentes de conflitos por propriedade e vias de fato. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, em conflitos de terra, em brigas de bar e em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Glória de Dourados são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, embriaguez ao volante e tráfico, todos resultando, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já

as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Guia Lopes de Laguna

Mapa – Município de Guia Lopes da Laguna e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500410&search=mato-grosso-do-sul|guia-lopes-da-laguna>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 678, de 11 de dezembro de 1953.
Localização: Centro-Oeste do Brasil (Arco Central)
Área (2010): 1.210,606 km ²
Fronteiras e limites: municípios de Nioaque, Maracaju, Ponta Porã e Jardim.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2012): 10.253 habitantes
Densidade demográfica: 8,56 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,57
PIB (2010): R\$ 118.096.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 11.390,43
IDH-M (2010): 0,675
Gentílico: lagunense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Guia Lopes da Laguna

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 10.253 habitantes
Homicídios (2012): 02
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.051 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 732 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 10.253 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão, 1 unidade e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	5	Praças	14
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção da qualidade das instalações internas	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção sobre quantidade de combustível	Frequentemente atende as necessidades		Raramente atende a necessidade	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	2		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		1	
Arquivos em ficha de papel	-		2	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	5		14	

Colete antibalísticos	1	4
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	10
Carabina	1	2
Espingarda	1	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	5	5
Pistola	-	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existe no município de Guia Lopes da Laguna uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial tem conexão à internet com velocidade de 400 KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil do município apenas se utiliza de um sistema de administração, para gerir o sistema de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, com divulgação pública e regular das estatísticas, além da organização de dados em arquivos de papel. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), e, segundo o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Em Guia Lopes da Laguna, a Polícia Civil não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta unidade apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na Unidade de Guia Lopes da Laguna, sistemas de administração estão em uso para gerir o sistema de protocolo, de estoque, de controle de viaturas, de armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, há banco de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (há mais ou menos 15 anos), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O controle dos dados criminais também é feito por meio de fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão possui 10 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto à residência e violência doméstica.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, entretanto, participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Guia Lopes da Laguna, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas, não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Os entrevistados também discordam em que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município e que a posse de arma de fogo em Guia Lopes da Laguna é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Guia Lopes da Laguna

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de furto são a transeunte, no comércio, em residência e de bicicleta. Quanto aos roubos, o único tipo citado foi roubo a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados o cheque sem fundos e o falso sorteio, concurso ou premiação. O único tipo de extorsão citado foi o simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. A causa assinalada para os homicídios dolosos também foi em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, o mais frequente em Guia Lopes da Laguna é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Iguatemi

Mapa – Município de Iguatemi e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=matogrossodosul|iguatemi>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1951, de 11 de novembro de 1963.
Localização:
Área (2010): 2.946,517 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Naviraí e Amambai, a leste com Itaquirai, a sudeste com Eldorado, a sul com Japorã e a sudoeste com Tacuru.
População (2012): 15.065 habitantes

Densidade demográfica: 5,11 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 215.818.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.497,05
IDH-M (2010): 0,662
Gentílico: iguatemiense
Homicídios (2011): 46,75/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O povoamento da região teve início com a Colônia Militar de Iguatemi, destruída pelos espanhóis comandados por D. Agostinho Fernandes de Pinedo, governador do Paraguai em 1909, para iniciativa de Francisco Fernandes Filho, Miguel Severo do Nascimento Gonçalves, Policarpo Nogueira e Bonifácio Fernandes, foram lançados os alicerces de uma nova povoação. A primeira casa comercial ali edificada pertenceu ao fundador do povoado, Francisco Fernandes Filho. Foi elevada a distrito pela Lei N.º 7161, de 14 de outubro de 1948 e o município criado pela Lei N.º 1.951, de 11 de novembro de 1963.

Diagnóstico da Segurança Pública em Iguatemi

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 15.065 habitantes	
Homicídios (2012): 02	
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.	
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 3.013 habitantes	
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 942 habitantes	

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 15.065 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		2	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	3		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	2	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	2		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		-	
Arquivos em ficha de papel	6		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	7		3	
Colete antibalísticos	8		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		5	
Carabina	2		1	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		1	
Fuzil	-		1	
Revólver	-		1	

Pistola	7	14
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidades insuficientes	Tipos e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	31	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Existe no município de Iguatemi 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Iguatemi utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de controle e manutenção de equipamentos e de controle de munição e armas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento e são utilizadas tabelas ou listas de papel. Há mais de dois anos são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público e o Judiciário. A Polícia Civil deste município participa de coletivos de gestão de segurança pública não especificado. Em Iguatemi, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Iguatemi não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou em 2012 do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Iguatemi, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como

a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de velocidade é de 250 KBP/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e embriaguez ao volante.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Iguatemi, a Polícia Militar não possui uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	1
	Funcionários	17				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Iguatemi possui uma comarca de entrância inicial com única. Existe Juizado especial criminal, varas criminais, varas de execução penal, vara de infância e juventude e juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária não dispõe de carros.

Há internet com velocidade não especificada, mas o entrevistado classificou como rápida. Estima-se que por volta de 200 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2000 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivos de gestão de segurança pública como o Conselho Municipal de Segurança e Conselho da Comunidade, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. A estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 foi de 88, a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto é de 14. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, tráfico de drogas e porte de arma de fogo.

Ministério Público

A principal dificuldade enfrentada no Ministério Público de Iguatemi é, segundo o representante entrevistado, a omissão da FUNAI e da FUNASA sobre álcool e drogas em reservas indígenas. O Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias, porém o entrevistado não soube responder desde quando.

Os promotores que atuam na área criminal participam de um coletivo de gestão de segurança pública que é o Gabinete o Conselho Municipal. O entrevistado não soube dizer se os promotores dessa comarca participam ou apoiam de alguma maneira as operações de fronteira e também não sabe se o Ministério Público participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Iguatemi são a Polícia Militar, a Polícia Civil, os Bombeiros, os CRAS e o Conselho Tutelar, e afirmou que as duas últimas parceiras deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas, de armas, exploração sexual ou estupro infantojuvenil e disputa por terras. Os três principais problemas no município são nesta ordem: drogas, disputa por terras e crimes sexuais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Iguatemi. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta

de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, com exceção da Polícia Civil que discordou. A maioria discordou em que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Com exceção da Polícia Civil, os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Iguatemi é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Iguatemi foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, disputa por terras (questões indígenas) e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Iguatemi

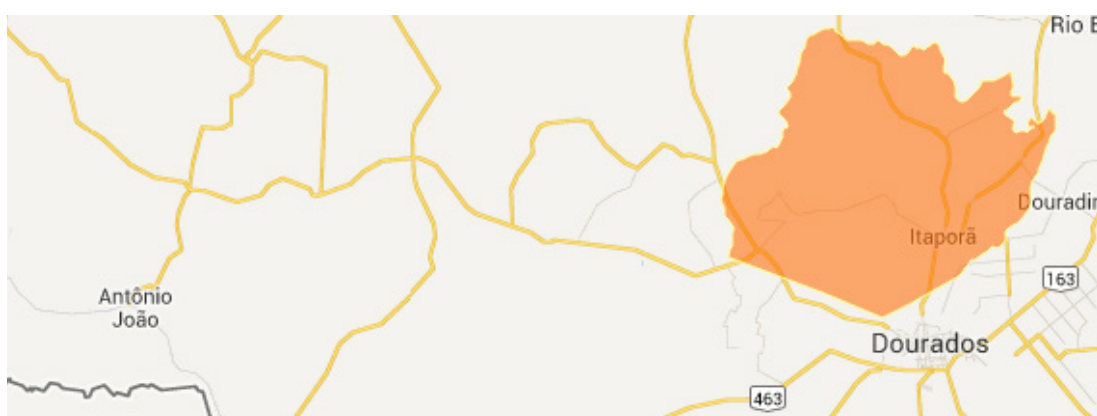
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, de veículos, de motocicleta, de gado e ao comércio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes financeiras ou comerciais e cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e em conflito por propriedade de terras. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em roubo (latrocínio) e em questões indígenas. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os

três mais frequentes em Iguatemi são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, estupro e violência doméstica, resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus- tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e violência doméstica.

Itaporã

Mapa – Município de Itaporã e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500450&search=mato-grosso-do-sul|itapora>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 659, de 10 de dezembro de 1953
Localização:
Área (2010):1.321,814 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Rio Brillhante, a leste com Douradina, a sul com Dourados, e a noroeste com Maracaju
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012):21.442 habitantes
Densidade demográfica:16,23 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010):R\$ 301.988.000,00
PIB per capita (2010):R\$ 14.463,70
IDH-M (2010): 0.654
Gentílico: itaporanense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Território habitado primitivamente pelos índios Terenos, supõe-se que foi penetrado pelo homem branco no século 18. Quando os Bandeirantes, ganhando as águas do Rio Brillhante, subiam rumo às minas de Cuiabá. O Território voltou a ser novamente devastado em meados do século 19 por ocasião da Guerra do Paraguai. E mais tarde, com o advento da indústria ervateira, por Thomaz Laranjeira auxiliado pelos Guaranis que chegaram a provocar determinadas áreas de exploração. A ideia de colonização da área, que hoje constitui o Município de Dourados, foi inspirada ainda na 3ª década século 20, quando o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, resolveu, pelo Decreto Estadual nº 30 de 20 de dezembro de 1953, fazer o desmembramento do Município de Ponta Porá. Essa área reservada para colonização. Por volta de 1946 o então prefeito João Augusto Capilé Junior resolveu explorar as terras reservadas e que já estavam no firme proposto de levar avante a colonização. Em uma de suas explorações, o Prefeito Capilé encontrou uma pequena área com baixa vegetação que logo escolheu para sede da futura colônia que recebeu o nome de Colônia Agrícola Municipal de Dourados. Terminando o mandato de Capilé Junior, assumiu a Prefeitura de Dourados o Sr. Antônio de Carvalho, que continuou a obra de seu antecessor. Na sua administração, foram legalizados todos os lotes até então distribuídos e foi intensificada a colonização. No ano de 1944, chegaram sete famílias a região onde hoje é o Município de Itaporã, instalando-se próximo ao Córrego Canhadão. Com a chegada de um maior número de colonos, a prefeitura de Dourados nomeou o Sr. Inácio Félix para fiscal e coordenador da distribuição de lotes. A dificuldade encontrada pelos colonos começava na falta de estradas para se chegar aos lotes. Em 1945, começou a ministrar aulas na colônia a Srª Olímpia Moura (primeira Professora), que atendia os filhos dos vizinhos. Tudo na época era construído em sistema de mutirão. O rancho de festa era coberto de sapé onde realizavam os bailes e por muito tempo serviu de igreja (ficava ao lado de onde é hoje o Colégio Itaporã). O trabalho de evangelização era realizado pelos freis pertencentes à Paróquia de Dourados. Frei Servácio Schulte, Antonio Setiwenger, Otaviano Hert. Os primeiros moradores a residirem onde é hoje a sede do município foi o Sr. Joaquim Domingos, que construiu a primeira casa de coqueiro e sapé. Em 1950, foi construída a primeira Capela sob a proteção de São José, construção simples com um pequeno salão e uma sacristia. O que se pode afirmar é que alguns profissionais contribuíram de maneira significativa para a formação da Colônia, como o Sr. Santana, que chegou no ano de 1963 e, com sua câmera fotográfica, registrou grandes momentos do município. O Sr Antônio Japonês que, com sua farmácia, atendeu os moradores com medicamentos e consultas.

Diagnóstico da Segurança Pública em Itaporã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	21.442 habitantes
Homicídios (2012):	05
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 3.063 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 1.949 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	21.442 habitantes			
Homicídios (2012):	5			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	6	Praças	10
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, mas adequada e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		3	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		**	
Estação de rádio digital	-		**	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	**	**
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Ocasionalmente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	

Rádio em viaturas (digital)	-	2
Rádio em viaturas (analógico)	2	**
Rádio portátil (HT)	-	**
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	1
Arquivos em ficha de papel	1	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	6	1
Colete antibalísticos	5	2
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	2
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	1
Carabina	1	1
Espingarda	2	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	6	4
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades suficientes	Polícia Militar Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 21	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existe no município de Itaporã 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados da Polícia Civil de Itaporã, não há nenhum sistema de administração em funcionamento. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg. Não há produção de estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tendo o

entrevistado declarado que acredita que a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Em Itaporã, a Polícia Civil não troca informação ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Itaporã apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como DEFRON e DOF. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na unidade da Polícia Militar de Itaporã, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes, além de fichas de papel e fichários de ocorrências; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas não são divulgadas regularmente. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. A Polícia Militar de Itaporã não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém, o entrevistado acredita que a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação da polícia. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
Unidades	Entrância inicial				
Efetivo	Juízes	-	Promotores	1	Conselheiros
	Funcionários	-			
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas

Justiça

O município de Itaporã possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Existe um juizado especial criminal. Foi informado que existe nesta sede moto, e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet, e o entrevistado declarou que a velocidade é rápida. Não foi informada a estimativa de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos e de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), e é feita a divulgação pública e regular de estatísticas, estando o sistema de informação integrado a outro sistema de informação, por exemplo, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca juizado e promotoria especializados na infância e juventude, assim como não há promotoria especializada, nem defensoria pública especializada, e equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa do número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de aproximadamente cem, e que a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade é de aproximadamente vinte, e em meio aberto, de aproximadamente sessenta. O entrevistado informou que o órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Estado e suas secretarias. Os três atos infracionais mais frequentes neste município, no ano de 2012, foram furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

O representante entrevistado não apontou nenhuma dificuldade enfrentada pelo Ministério Público nas suas ações. Pelo menos, desde o ano de 2005, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Foi informado que os promotores participam, de alguma maneira, das operações de fronteira, mas não foi informado de que maneira. Tendo sido informado que houve participação no ENAFRON, no ano de 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Itaporã são a Justiça Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, e, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Não há, segundo o entrevistado, nada a ser destacado com relação às atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços, no ano de 2012. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Itaporã. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento em ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Os representantes das Polícias Civil e Militar concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, porém a Juíza entrevistada discorda dessa opinião. É unânime entre os entrevistados que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pois aumenta a sensação de insegurança, além da facilidade para o comércio com o Paraguai atrapalhar as cidades próximas. Os representantes da Polícia Civil e a Juíza entrevistados concordam que a posse de arma de fogo em Itaporã é mais frequente do que em outros municípios. Mas o representante da Polícia Militar discorda disso. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Itaporã

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência e ao comércio, sendo citado também o furto e roubo a veículos e motocicletas, e também bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados por todos os entrevistados os pequenos golpes populares, sendo citado também fraude contra o comércio e cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, sendo citado também conflitos no trânsito. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram situação doméstica e em brigas de bar, tendo o representante da Polícia Militar citado os acidentes de trânsito (culposos), e a Juíza, o conflito de vizinhos. Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Itaporã é o estupro ou abuso sexual de menores de idade, tendo sido citado também os atos libidinosos (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico e violência doméstica, resultando ambos, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Itaquiraí

Mapa – Município de Itaquiraí e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500460&search=mato-grosso-do-sul|itaquirai>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 76, de 12 de maio de 1980.
Localização:
Área (2010): 2.064,042 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Naviraí, a leste com o Estado do Paraná, a sul com Eldorado e a oeste com Iguatemi.
Acesso aéreo: Não informado

Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 19.044 habitantes
Densidade demográfica: 9,22 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 249.361.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.393,55
IDH-M (2010): 0,62
Gentílico: itaquirense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A ocupação da região se deu originariamente pela penetração de bandeirantes, sertanistas e monçoeiros que buscavam ouro, caçavam índios e se aventuravam na conquista de novas riquezas. Antes, era ocupada pelos Terenas e Kaiowás que habitavam, até o século 18, a área do território do atual de Mato Grosso do Sul, que se estendia desde os campos de Maracaju até a margem direita do Rio Paraná. Tal como as demais regiões do Estado, a ocupação também pode ser explicada a partir das transformações que ocorreram em seu território. O percurso dos conquistadores em suas arriscadas penetrações, durante o século 18, por um lado, passaram a exigir pontos de apoio nas viagens de ida e volta. Estes pontos se tornaram posteriormente locais de fixação do homem na Região. A exploração da erva-mate trouxe importantes mudanças na fisionomia social e econômica regional, produzida em escala comercial, e destinada à exportação, principalmente para os países da bacia da prata, deram impulso à economia estadual no início do século 20. As plantações da Companhia Mate Laranjeira ocupavam uma vasta extensão territorial que ia desde as margens do Rio Brilhante e Rio Ivinhema, ao norte; o Paraná, a leste; o Iguatemi, a sul e o Rio Dourados e a Serra do Amambaí, a oeste. Desse modo, parte da Região em estudo integrava a área daquela empresa. A origem da maioria dos municípios que compõem a Região é decorrente dos desmembramentos territoriais ocorridos em Ponta Porã e Amambaí. Em 1955, o capitão João Paulo Cabreira e Geraldo Fernandes Fideles, proprietários de extensas glebas de terras, entendem-se com migrantes oriundos do Paraná e São Paulo e lhes cedem lotes de terra, para se estabelecerem. Reservaram anteriormente uma área para a instalação de um novo povoado. Floriano Carminatti foi o primeiro morador, e, em 1958, rezou-se a primeira missa por um padre da Congregação do Verbo Divino, e, por volta de 1959, Antônio de Melo Gonçalves instalou a primeira casa comercial. Por volta de 1960 chegam em Itaquiraí as primeiras famílias, para fazer a abertura de áreas da fazenda de propriedade da Companhia Mate Laranjeira, dando início ao Patrimônio de Itaquiraí, recebendo este nome devido ao grande número de pedras redondas que aqui foram encontradas (Ita = pedra e quiraí = redonda). Itaquiraí foi elevada a Distrito de Ponta Porã pela Lei n. 2.111, de 26 de dezembro de 1963, passando posteriormente a ser Distrito de Amambaí e

Iguatemi. Em 12 de maio de 1980, desmembrado do Município de Iguatemi pela Lei n. 75 e sua emancipação política-administrativa foi assinada em 13 de maio de 1980 pelo então governador Marcelo Miranda Soares. Em 1989, Itaquirai vive um momento histórico que muda totalmente o perfil socioeconômico com o processo de Reforma Agrária a partir da luta dos trabalhadores rurais sem-terra que são assentados

Diagnóstico da Segurança Pública em Itaquirai

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 19.044 habitantes
Homicídios (2012): 10
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.116 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.120 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 19.044 habitantes				
Homicídios (2012): 10				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	8	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condições de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condições de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	-	2	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-

Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Raramente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	2		4	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		4	
Colete antibalísticos	-		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		7	
Carabina	2		1	
Espingarda	1		2	
Metralhadora	1		-	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		2	
Revólver	2		18	
Pistola	4		2	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	8		*	
Média de presos/mês	30		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	80		*	

Polícia Civil

Existe no município de Itaquiraí 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Itaquiraí utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas e de munição, de protocolo e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado

sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2004, são produzidas estatísticas, não havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa de coletivo de gestão de segurança pública. Não há troca de informação ou colaboração com órgãos de segurança do país vizinho. A Polícia Civil de Itaquiraí não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Itaquiraí, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes, além da organização de dados em arquivos de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2000), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas não são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o entrevistado declarou que a velocidade é razoável.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Itaquiraí, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar			
	Justiça	Ministério Público	Conselho Tutelar
Unidades	Entrância inicial		

Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	4
	Funcionários	13				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Itaquiraí possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Há 1 juizado especial criminal. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais funcionando. Há internet com velocidade de 1 MB/s. Não foi informada a estimativa de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: de distribuição de autos; de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, é divulgada publicamente. Não foi informado desde quando é feita a produção de estatísticas, e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e o entrevistado não respondeu se concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, não tendo sido informadas quais.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Itaquiraí, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de recursos humanos; a falta de segurança no trabalho; a comunicação deficiente com outros órgãos; a falta de apoio do poder público municipal; o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Não há produção de estatísticas de denúncia.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivo de gestão de segurança pública. Não participam também de operações de fronteira e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Itaquiraí são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, todas as parcerias deveriam ser incrementadas. Com relação às atuações mais importantes do Ministério Público, no ano de 2012, o promotor não respondeu, pois não estava no município na data. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas; o contrabando; os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Itaquirá. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria dos entrevistados acredita que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concordar que a posse de arma de fogo em Itaquirá é mais frequente do que em outros municípios, tendo o representante da Polícia Militar discordado disso. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Itaquirá, foram assinalados: contrabando; tráfico de drogas; tráfico de armas; exploração sexual infantojuvenil; disputa por terras; crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

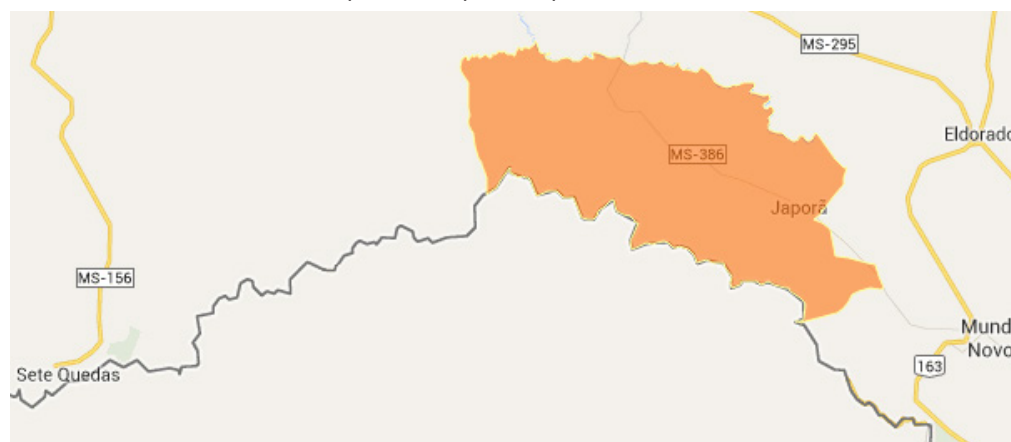
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Itaquirá

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Muito frequentemente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são: à residência; ao comércio; de veículos, de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados as fraudes contra o comércio, os pequenos golpes populares e os cheques sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica; em brigas de bar; decorrentes de conflitos de propriedades, tendo o representante da Polícia Militar destacado os acidentes de trânsito. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar; em situação doméstica; em roubo (latrocínio). Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Itaquiraí são o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade e os atos libidinosos (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: roubo, furto e tráfico de drogas, tendo declarado o entrevistado que, dependendo do caso, todos resultam em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Japorã

Mapa – Município de Japorã e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=matogrossodosuljapora>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1266, de 30 de abril de 1992.
Localização:
Área (2010): 419,397 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Iguatemi, a nordeste com Eldorado, a leste com Mundo Novo, a sul com o Paraguai, a oeste com Sete Quedas e a noroeste com Tacuru.
População (2012): 7.972 habitantes
Densidade demográfica: 18,43 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,66
PIB (2010): R\$ 45.818.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 5.993,15
IDH-M (2010): 0,526

Gentílico: japorense
Homicídios (2011): 25,46/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Militar

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 30 de abril de 1992, pela Lei n. 1.266, foi criado o município de Japorã, pelo então governador Pedro Pedrossian, ficando o mesmo pertencendo a comarca de Mundo Novo.

Diagnóstico da Segurança Pública em Japorã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 7.972 habitantes
Homicídios (2012): 02
Instituições de segurança: a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 0
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 498 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 7.972 habitantes		
Homicídios (2012): 2		
	Polícia Militar	
Unidades	1 batalhão	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	-	
Impressora	-	
Telefone fixo	1	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	-	
Estação de rádio digital	1	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	**	

Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	
Rádio em viaturas (digital)	1	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	1	
Arquivos em ficha de papel	2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	3	
Colete antibalísticos	6	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	-	
Carabina	1	
Espingarda	-	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	-	
Fuzil	1	
Revólver	2	
Pistola	14	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não	
Capacidade	*	
Média de presos/mês	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Polícia Militar

No Batalhão de Japorã, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos e de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de uso de fichas de papel e fichários de ocorrência. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras

instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet há conexão da unidade, mas o entrevistado não soube informar a velocidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de embriaguez e de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o DOF e o GGIFRON. Não participa porém de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Em Japorã, a Polícia Militar tem uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O entrevistado concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. A Polícia Militar também concorda que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. O entrevistado concorda que a posse de arma de fogo em Japorã é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Japorã foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Japorã

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são de veículos, à residência e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, a questão não foi respondida. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. A questão sobre as causas para os homicídios dolosos também não foi respondida. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Japorã são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Jardim

Mapa – Município de Jardim e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500500&search=mato-grosso-do-suljardim>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 677, de 11 de dezembro de 1953.
Localização:
Área (2010): 2.201,514 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Bonito, a nordeste com Nioaque, a leste com Guia Lopes da Laguna, a sul com Bela Vista, a sudoeste com Caracol e a oeste com Porto Murtinho.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 24.619 habitantes
Densidade demográfica: 11,06 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 248.440.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.197,41
IDH-M (2010): 0,712
Gentílico: jardinense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O devassamento e a conseqüente criação de povoados que posteriormente se erigiram em prósperos municípios se deve aos Lopes que, nestas andanças, chegaram até as campanhas paraguaias, indo um deles, Gabriel Lopes, fincar os esteios de uma fazenda de criação de gado bovino às margens do Rio Apa, provavelmente no ano de 1846. Os irmãos Gabriel e José Francisco Lopes eram profundos conhecedores da Região. Razão por que, durante a Campanha do Paraguai, José foi escolhido como guia das tropas comandadas pelo Cel. Camisão, na epopeia da Retirada da laguna. Prestou inestimáveis serviços à coluna, levando-a com segurança até 52 km. Antes de atingir Nioaque. Nesta região, onde hoje se eleva a próspera cidade de Jardim, faleceu de cólera morbo o cel. Camisão. Em virtude de apresentar terras férteis e bons campos, deu-se o povoamento progressivo da região, sendo seus primeiros moradores Júlio Mariani, Euzébio Paz, Bernardino Machado da Silva, Círiilo Braga, Newton Campbel, Nelson Tavares, Clóvis Lorentz Carvalho, Claudionor S. Chermont, Virgílio Cerzósimo e outros. Em 27 de novembro de 1938, a Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 (CER-3) instalou um departamento de Administração a 2 km. de Guia Lopes, nas cercanias do povoado de Jardim, sob a chefia do Major Alberto Rodrigues da Costa que procedeu ao levantamento e distribuição de 40 ha de terras adquiridas de Fábio Martins Barbosa, proprietário da fazenda Jardim. A implantação da CER-3 muito contribuiu para um rápido crescimento da nova povoação. Acredita-se que o topônimo Jardim foi adotado da fazenda, em cujas terras se edificou a cidade.

Diagnóstico da Segurança Pública em Jardim

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 24.619 habitantes
Homicídios (2012): 04
Instituições de segurança: a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.368 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 132 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 24.619 habitantes						
Homicídios (2012): 4						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	3 delegacias		6 batalhões, 1 quartel e 3 postos fixos		1 delegacia e 1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	6	Delegados	2
	Agentes	15	Praças	180	Agentes	16

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Rodoviária Federal Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil **		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Rodoviária Federal Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	11		9		4	
Impressora	1		5		4	
Telefone fixo	1		3		3	
Fax	1		1		2	
Scanner	-		5		2	
Internet	1		1		2	
Estação de rádio analógica	1		1		1	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	1		1		1	
Gravadores	-		-		2	
Máquina Fotográfica	2		-		5	
Filmadora	1		-		2	
Tipos de veículos						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	4	-	8	3	3	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	-
Moto	-	-	3	1	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	*	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Raramente atende as necessidades		Polícia Rodoviária Federal *	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	3		9		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		8		5	
Rádio em viaturas (analógico)	3		-		5	
Rádio portátil (HT)	-		25		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	2		1		2	
Arquivos em ficha de papel	-		**		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	16		60		25	

Colete antibalísticos	16	-	18
Escudos	-	-	-
Capacetes	-	87	-
Placa balística	-	-	-
Outros	-	-	4
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	53	*
Carabina	2	1	1
Espingarda	2	1	2
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	3	3	1
Fuzil	-	8	-
Revólver	13	89	-
Pistola	15	135	18
Arma de condutividade elétrica	-	-	-
Bomba de efeito moral	-	5	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	2
Outro	-	-	10
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos e quantidades suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	*
Capacidade	4	*	*
Média de presos/mês	6	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	**	*	*

Polícia Civil

Existem no município de Jardim 3 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 2 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Jardim utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de protocolo, de controle de viaturas e de munição. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências, georeferenciamento, além de fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e, durante seis anos, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os cinco maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. O representante entrevistado não soube dizer se a Polícia Civil de Jardim apoia grupos de

patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, a instituição de segurança pública não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), nem tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Jardim, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), fichas de papel e fichários de ocorrência e controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (no período de 6 anos), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de venda de drogas e contrabando.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron). Em Jardim, a Polícia Militar não possui uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Jardim, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. Há a divulgação pública e regular das estatísticas (que são produzidas desde 2006), o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições. O posto dispõe de internet com velocidade de 600 Kb/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Sentinela, GGIFron e Ponto de Fronteira com Exército. Dezesesseis de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os cinco maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Jardim foram o Ministério Público Estadual, o Judiciário Estadual, o Ministério Público Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

Em Jardim há em média uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	32				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Jardim possui uma comarca de entrância Intermediária com varas mistas. São 1 vara de execução penal, 1 vara de infância e juventude, 1 vara de justiça eleitoral e 1 vara de alternância da divisão da forma. Esta sede judiciária dispõe de três carros para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. O representante entrevistado não soube responder quantos mandados de prisão foram expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquiridos e processos criminais, bem como da produção de feitos, é divulgada publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2012 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantão do judiciário para apoiar o GGIF.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado, Promotoria e Defensoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. A estimativa de 2013 no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de 203 jovens, a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto é de 20 jovens. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Juizado, o Estado e suas secretarias. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram o tráfico de drogas, o uso de entorpecentes e o furto.

Ministério Público

A principal dificuldade enfrentada no Ministério Público de Jardim, segundo o representante entrevistado, é a falta de recursos humanos. Pelo menos, desde o ano de 2012, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam pelo menos de dois coletivos de gestão de segurança pública: o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o Conselho Municipal. Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira (no plano estritamente processual). O entrevistado não soube informar se os promotores participam do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Jardim são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado não respondeu quais parcerias deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram várias operações conjuntas MP/Judiciário/Polícia Militar/Polícia Civil no combate ao tráfico de drogas na comarca. Os quatro principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando, a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Jardim. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado, e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e o abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os representantes da Polícia Militar e da Justiça, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente por acreditar-se que a economia é dinamizada pelo comércio e turismo, e não existe influência do país vizinho, além de especificar que a fronteira traz mais problemas do que benefícios. Para o representante da Polícia Civil, é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira devido ao fato de haver grande circulação de turistas, que acabam trazendo uma grande circulação de mercadorias. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Jardim é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Jardim foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho escravo, a disputa por terras, a imigração ilegal e os crimes ambientais. Foram destacados pela Polícia Civil o tráfico de drogas, o contrabando e a imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram a venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Jardim

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto a veículos, a motocicletas, a bicicletas, a energia e a gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples, a fraude contra o comércio, o cheque sem fundos, os pequenos golpes populares e os empréstimos para idosos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e em brigas entre adolescentes em via pública. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos

foram: em brigas de bar, em situação doméstica e em conflito pela propriedade de algum bem. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os quatro mais frequentes em Jardim sejam: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos, exploração sexual infantojuvenil e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica, tráfico de drogas, embriaguez ao volante, resultando os últimos dois, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Jateí



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=matogrossodosuljatei>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 1950, de 11 de novembro de 1963.
Localização:
Área (2010): 1.927,946 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Glória de Dourados e com Novo Horizonte do Sul, a leste com Taquarussu, a sul com Nariraí e com Juti e a oeste com Vicentina.
População (2012): 4.005 habitantes
Densidade demográfica: 2,08 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,6
PIB (2010): R\$ 85.618.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 21.314,00
IDH-M (2010): 0,708
Gentílico: jateiense
Homicídios (2011): 0,0/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Inserido na Região da Grande Dourados que experimentou um rápido crescimento econômico pela reforma agrária (Colônia Agrícola Nacional de Dourados—criado no Governo de Getúlio Vargas), instalada na região em 1943, recebendo migrantes colonos de todo o País. Seu povoamento originou-se em 1954 quando começaram a chegar os primeiros colonos. Entretanto, a efetiva colonização de Jateí só foi consumada quando os colonos cruzaram o Rio Dourados invadindo uma área não incorporada ao projeto, obrigando o governo a criar uma segunda zona da colônia em outra área previamente delimitada, elaborada pela Tacito Pace, onde foi implementado o novo povoado, em 1956. O município foi criado pela lei nº 1950, de 11/11/1963. Comemorou-se dia 11 de novembro sua emancipação. Uma parcela do município, área de colônia, desenvolveu o cultivo de culturas anuais de subsistência, comercializando o excedente. A outra grande parcela, ocupada por grandes fazendas, oriunda da Companhia Mate Laranjeira, dedicava-se às explorações da pecuária em áreas extensivas, procurando o crescimento e a estabilidade econômica. Eram terras originalmente ocupadas pelos índios Terenas e Kaiwás e posteriormente, ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), soldados e escravos permaneceram na região ocupando parte das terras, iniciando, assim, um processo de ocupação lento das terras pelo homem branco. A origem do nome de Jateí é uma variante do nome Jataí, que diz respeito a uma espécie de abelha silvestre cujo mel é muito apreciado. Diz a lenda que o povoado não tinha nome, era apenas mais uma vila pertencente a Dourados e esta comunidade era composta por agricultores de subsistência que viviam cortando árvores para seu sustento. Num dado dia, alguns homens do povoado foram cortar lenha em uma mata que sabidamente tinha abelhas jataí, por lá retiraram a madeira que queriam e foram embora. Ao chegar em casa, o filho de um dos homens perguntou: “ – Pai, cadê o machado do Senhor?”, e ele espontaneamente respondeu: “esqueci lá no Jateí”. Assim, diz a lenda, deu-se o surgimento do nome de Jateí.

Diagnóstico da Segurança Pública em Jateí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 4.005 habitantes
Homicídios (2012): 0
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.335 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 250 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (esetimativa em 2012): 4.005 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	2	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, mas em boas condições		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antiga, mas em boas condições		Polícia Militar Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		2	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	2		2	
Fax	-		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	2		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	1		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		10	
Colete antibalísticos	4		12	

Escudos	-	-
Capacetes	-	4
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	1	2
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	4
Revólver	2	6
Pistola	3	12
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades suficientes	Polícia Militar Tipos e quantidades suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	1	*
Média de presos/mês	5	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existem no município de Jateí uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 512 Kb/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Jateí utiliza o sistema de administração de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel, e há inclusão de dados no Infoseg. A pergunta sobre a integração do sistema de informação com as outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, não foi respondida.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar, e o entrevistado não respondeu qual parceria deveria ser incrementada. Também não foi respondida a questão sobre a participação da Polícia Civil deste município em coletivos de gestão em segurança pública. Em Jateí, a Polícia Civil não tem relações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Jateí não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinelas.

Polícia Militar

No Batalhão de Jateí, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e controle de dados por meio de fichas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007). As estatísticas são divulgadas regularmente, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem a velocidade de 5 MB/s. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi a embriaguez ao volante.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Estadual. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa também de um coletivo de gestão em segurança pública não especificado. Em Jateí, a Polícia Militar não tem uma relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O entrevistado da Polícia Civil discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, diferentemente do entrevistado da Polícia Militar, e também discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, enquanto o representante da Polícia Militar concorda com isso. Já para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, mas para o representante da Polícia Civil esse fator não é positivo. Para a Polícia Civil, diferentemente da Polícia Militar, a posse de arma de fogo em Jateí não é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Jateí foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Jateí

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, de gado e de veículo, também foi mencionado o furto de bicicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas a fraude contra o comércio e fraudes financeiras ou comerciais. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. A questão das causas assinaladas para os homicídios dolosos não foram respondidas. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Jateí são os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Juti

Mapa – Município de Juti e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500515&search=mato-grosso-do-sul|juti>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 800, de 14 de dezembro de 1987.
Localização:
Área (2010): 1.584,540 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Caarapó, Vicentina e com Jateí, a sudeste com Naviraí e a sul com Amambaí.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado

Acesso viário: sim
População (2012): 6.039 habitantes
Densidade demográfica: 3,72 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 87.867.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.892,71
IDH-M (2010): 0,623
Gentílico: jutiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Inserido na Região da Grande Dourados que experimentou um rápido crescimento econômico pela reforma agrária (Colônia Agrícola Nacional de Dourados—criado no Governo de Getúlio Vargas), instalada na região em 1943, recebendo migrantes colonos de todo o País. Seu povoamento originou-se em 1954 quando começaram a chegar os primeiros colonos. Entretanto, a efetiva colonização de Jateí só foi consumada quando os colonos cruzaram o Rio Dourados invadindo uma área não incorporada ao projeto, obrigando o governo a criar uma segunda zona da colônia em outra área previamente delimitada, elaborada pelo Tacito Pace, onde foi implementado o novo povoado, em 1956. O município foi criado pela lei nº 1950, de 11/11/1963. Comemora-se dia 11 de novembro sua emancipação. Uma parcela do município, área de colônia, desenvolveu o cultivo de culturas anuais de subsistência, comercializando o excedente. A outra grande parcela, ocupada por grandes fazendas, oriunda da Companhia Mate Laranjeira, dedicava-se às explorações da pecuária em áreas extensivas, procurando o crescimento e a estabilidade econômica. Eram terras originalmente ocupadas pelos índios Terenas e Kaiwás e posteriormente, ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), soldados e escravos permaneceram na região ocupando parte das terras, iniciando, assim, um processo de ocupação lento das terras pelo homem branco.

Diagnóstico da Segurança Pública em Juti

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 6.039 habitantes
Homicídios (2012): 03
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.510 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 549 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 6.039 habitantes				
Homicídios (2012): 3				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 quartel e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	11
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	**	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	-	-
Moto	**	**	1	-
Embarcação sem motor	**	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**	-	-
Avião	**	**	-	-
Helicóptero	**	**	-	-
Cavalo	**	**	-	-
Bicicleta	**	**	-	-
Outros	**	**	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Ocasionalmente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		4	
Colete antibalísticos	**		4	
Escudos	**		-	

Capacetes	**	-
Placa balística	**	-
Outros	**	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	**
Carabina	-	**
Espingarda	-	**
Metralhadora	-	**
Submetralhadora	-	**
Fuzil	-	**
Revólver	3	**
Pistola	-	**
Arma de condutividade elétrica	*	**
Bomba de efeito moral	*	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades insuficientes	Polícia Militar **
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	1	*
Média de presos/mês	25	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 25	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existe no município de Juti 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Juti utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição, de armas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2006, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário.

Polícia Militar

No Batalhão de Juti utilizam-se sistemas de administração para gerir o sistema de recursos humanos e o de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); sistema de georreferenciamento; e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito

à internet, a conexão da unidade tem velocidade igual a 500KBP/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, vias de fato e furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas. A Polícia Militar de Juti não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, entretanto o entrevistado acredita que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar. Esta instituição não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem colabora ou troca informações com órgãos de segurança do país vizinho.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Ambos os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizam a economia do município. O representante entrevistado da Polícia Civil concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, ao passo que o da Polícia Militar discorda disso. Os entrevistados discordam em que a proximidade com a fronteira seja um fator positivo para o desenvolvimento econômico do município e também discordam em que a posse de arma de fogo em Juti seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

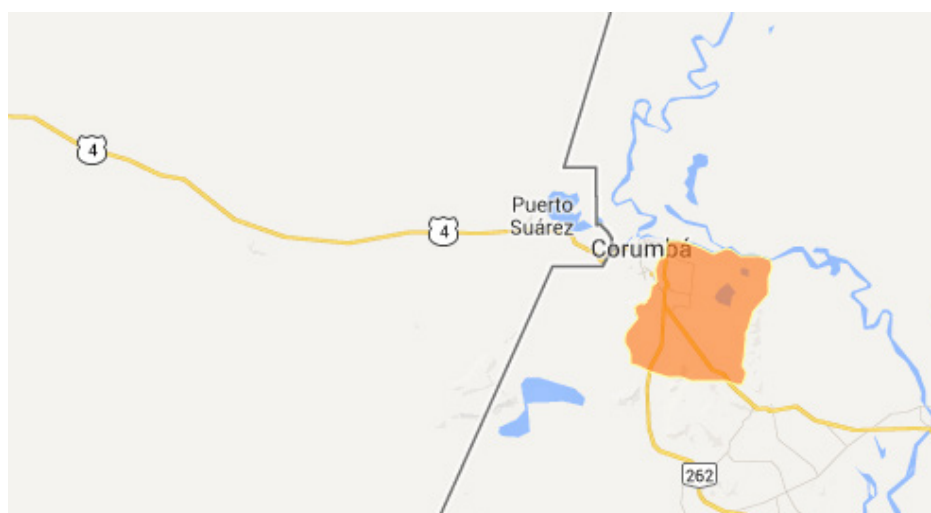
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Juti

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são em residência, de motocicletas, no comércio e de gado. Os tipos mais frequentes de roubo são a estabelecimento comercial, de veículos, de cargas e à instituição financeira. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi a vingança. Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Juti seja o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Ladário

Mapa – Município de Ladário e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500520&search=mato-grosso-do-sul|ladario>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 679, de 11 de dezembro de 1953.
Localização:
Área (2010): 340,765 km ²
Fronteiras e limites: o município só faz limite com Corumbá.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 20.267 habitantes
Densidade demográfica: 59,6 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 136.151.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 6.927,77
IDH-M (2010): 0,704
Gentílico: ladarense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Por ordem de Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, administrador da província de Mato Grosso, o sertanista João Leme do Prado estabeleceu-se em Ladário, no dia 2 de setembro de 1778. Construiu moradias, plantou lavouras, como ponto de apoio ao seu objetivo, a Fundação de Corumbá. Na mesma região se encontrava o arsenal da marinha, cuja construção foi iniciada no dia 14 de março de 1873, na margem direita do Rio Paraguai com o objetivo de barrar os invasores de outras coroas europeias.

Diagnóstico da Segurança Pública em Ladário

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	20.267 habitantes
Homicídios (2012):	07
Instituições de segurança:	a Polícia Civil e a Guarda Municipal.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 2.895 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	0

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil		
População (estimativa em 2012):	20.267 habitantes	
Homicídios (2012):	7	
	Polícia Civil	
Unidades	1 delegacia	
Efetivo	Delegados	1
	Agentes	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil	
Computador	2	
Impressora	2	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	-	
Internet	1	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
	Polícia Civil	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	1
Moto	1	-

Segurança Pública nas Fronteiras

Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	
	Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	
Celulares corporativos	1	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	1	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	10	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	
Algemas	2	
Colete antibalísticos	3	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	
Tonfa, cassetete ou similar	*	
Carabina	1	
Espingarda	-	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	1	
Fuzil	-	
Revólver	2	
Pistola	4	
Arma de condutividade elétrica	*	
Bomba de efeito moral	*	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	
Outro	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	
	Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	
Tem carceragem?	Sim	
Capacidade	6	
Média de presos/mês	1	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	
	40	

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	54	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	1	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	2	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	

Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente	
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	10
	Coletes antibalísticos	-
	Escudos	-
	Capacetes	-
	Placas balísticas	-
	Outros	50
Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	50
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	-
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim
	Segurança em eventos e comemorações	Sim
	Ronda escolar	-
	Auxílio à Polícia Militar	Sim
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	Sim
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	Sim
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
Atividades assistenciais diversas	-	
Outra	-	

Polícia Civil

Existem no município de Ladário 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 400 Kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Ladário utiliza sistemas de administração, tais como o de controle de viaturas, de munição, de armas e sistema de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, fichas de papel em fichários, além da divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Força Nacional, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros. Segundo

o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Ladário, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Ladário não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. A instituição de segurança pública não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

O município de Ladário tem uma Guarda Municipal, criada em 1993, com sede em instalações alugadas pela por ela mesma ou pela Prefeitura. É subordinada à Secretaria Administrativa de Integração. O atual diretor da Guarda Municipal é militar das Forças Armadas. A Guarda Municipal não tem Gabinete de Gestão Integrada Municipal, além de não obter outros recursos além daqueles do seu orçamento. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, os direitos humanos e o papel e as atribuições da Guarda Municipal, também foi tratado com especial atenção o uso legal e progressivo da força física e ordem unida.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, escassez de recursos humanos (de pessoal) e instalações inadequadas ou insuficientes. Os entrevistados especificaram que não conhecem casos de conflito de atribuições da Guarda Municipal com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As relações com os gestores dos países vizinhos são inexistentes. As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: Invasão de Patrimônio e roubo de patrimônio e violência doméstica.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para ambos representantes das instituições, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Ladário é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Ladário foram assinalados: contrabando, tráfico de mulheres, de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, a imigração ilegal, a disputa por terras e os crimes ambientais. Foram destacados pela Polícia Civil o tráfico de drogas e armas e a exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções do entrevistado da instituição pesquisada, os crimes mais frequentes foram roubos, furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Ladário

Instituição	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Muito Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, a transeunte, a instituição financeira, sendo citado também furto e roubo de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples e a mediante furto ou roubo de veículo, fraude contra o comércio e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e em roubos. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os dois mais frequentes em Ladário são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Atentado ao pudor apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Laguna Carapã

Mapa – Município de Laguna Carapã e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500525&search=mato-grosso-do-sul|laguna-carapa>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1261, de 22 de abril de 1992.
Localização:
Área (2010): 1.734,068 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Ponta Porã, a nordeste com Dourados, a leste com Caarapó, a sul com Amambai e a sudoeste com Aral Moreira.
Acesso aéreo: não informado

Acesso portuário: sim
Acesso viário: sim
População (2012): 6.636 habitantes
Densidade demográfica: 3,74 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 157.339.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 24.232,05
IDH-M (2010): 0,672
Gentílico: lagunense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 22 de abril de 1992, pela Lei nº 1.261, foi criado o município de Laguna Carapã pelo então governador Pedro Pedrossian, pertencente à comarca de Ponta Porã.

Diagnóstico da Segurança Pública em Laguna Carapã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 6.636 habitantes
Homicídios (2012): 02
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 3.318 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 948 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 6.636 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1GPM e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Computador	-		1
Impressora	1			1
Telefone fixo	1			1
Fax	-			-
Scanner	-			1
Internet	1			1
Estação de rádio analógica	-			-
Estação de rádio digital	-			1

Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	-	-	1	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	1	-	1	-
Filmadora	-	-	-	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	-	2	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Raramente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	-	1	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	1	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	1	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	1	-	1	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	-	1	-
Colete antibalísticos	-	-	8	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	8	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	1	-
Carabina	-	-	1	-
Espingarda	-	-	1	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	-	-
Revólver	-	-	1	-
Pistola	2	-	7	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tem carceragem?	Não	Não	Não

Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 9	Polícia Militar *

Polícia Civil

Existe no município de Laguna Carapã 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 400KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Laguna Carapã utiliza sistema de administração de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, divulgação pública e regular das estatísticas (produzidas desde 2009), sistema de georreferenciamento e organização de dados em arquivos de papel. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora acredite que a participação em coletivos melhore e modifique as condições de atuação da instituição. Em Laguna Carapã, a Polícia Civil não colabora ou troca informações com as instituições de segurança do país vizinho. A Polícia Civil de Laguna Carapã apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações DOF e DEFRON. Mas não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Laguna Carapã não se utilizam sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2012), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O controle dos dados criminais é feito por meio de planilhas e tabelas de papel. O banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade igual a 1 MB/s.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil. A Polícia Militar de Laguna Carapã não apoia nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o entrevistado acredite que a participação em coletivos de gestão melhore as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa do grupo de patrulhamento ou operação de fronteira DOF, mas não colabora ou troca informações com órgãos de segurança do país vizinho.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. O entrevistado da Polícia Civil concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, entretanto o entrevistado da Polícia Militar discorda disso. Para ambos os entrevistados, a proximidade com a fronteira é um fato negativo para o desenvolvimento econômico do município, pois o desenvolvimento econômico de Laguna Carapã independe das relações com países vizinhos. Os entrevistados acreditam que a posse de arma de fogo em Laguna Carapã é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

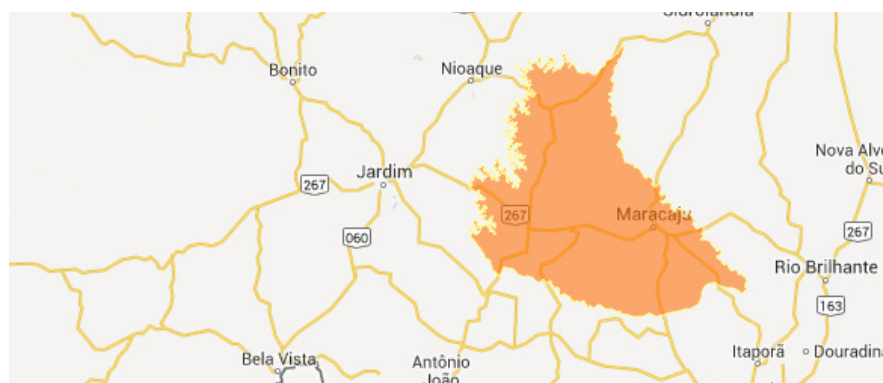
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Laguna Carapã

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente

Os tipos mais frequentes de furto são em residência, no comércio e de bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes contra o comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar, decorrente de conflitos por propriedades e por desavença. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi o conflito com indígenas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Laguna Carapã sejam o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Maracaju

Mapa – Município de Maracaju e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500540&search=mato-grosso-do-sul|maracaju>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1031, de 01 de outubro de 1929.
Localização:
Área (2010): 5.299,184 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Dois Irmãos do Buriti, a leste com Sidrolândia e com Rio Brillhante, a sudeste com Itaporã, a sul com Dourados e com Ponta Porã, a sudoeste com Guia Lopes da Laguna e na região que se estende de oeste a norte com Nioaque.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 39.095 habitantes
Densidade demográfica: 7,37hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 906.438.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 24.231,78
IDH-M (2010): 0,736
Gentílico: maracajuense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região de Maracaju foi inicialmente ocupada por Jesuítas espanhóis que tiveram suas reduções desmanteladas por ação dos bandeirantes paulistas, iniciada por Antônio Raposo Tavares. No primeiro lustro do século 17, a região voltou a ser ocupada por Gabriel Francisco Lopes e seus irmãos Joaquim e José, que posteriormente recebeu a alcunha de Guia Lopes, procedentes da província de Minas Gerais. Logo depois Gabriel trouxe seu sogro Antônio Gonçalves Barbosa, que veio acompanhado de seu irmão Inocêncio Barbosa e respectivas famílias. Novas levas de mineiros chegaram à região e, em 1860, fundaram dois núcleos: Água Fria e Santa Gertrudes. A invasão paraguaia determinou o abandono da região, retornando a maioria de seus moradores para Minas Gerais. Em 1922, João Pedro Fernandes, radicado no local denominado São Bento, hoje Sidrolândia, transferiu

sua farmácia para Santa Rosa, Município de Nioaque e à margem direita do Rio Brillhante. Em 1923, em consequência de um surto de malária e atendendo apelo dos moradores, transferiu seu estabelecimento comercial para a região onde hoje se ergue a cidade de Maracaju. Espírito empreendedor, João Pedro procurou instalar uma escola e, com o apoio dos moradores, organizou a “Sociedade Incentivadora da Instrução de Maracaju”, instalada a 25 de dezembro de 1923. Nestor Pires Barbosa, pecuarista na região, entregou por doação à Sociedade 204 hectares onde seriam construídas casas que servissem de abrigo para as crianças que frequentassem a escola. Mais tarde, foram adquiridos mais 415 hectares, situadas às margens do córrego Mont’Alvão, onde foi edificado um prédio confortável para o funcionamento da Escola. O desenvolvimento constante do novo povoado levou o Governo do Estado a criar o Distrito de Maracaju, pela Resolução 912, de 8/8/1924. A 25 de abril de 1944, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil inaugurou a estação ferroviária de Maracaju, o que muito contribuiu para o progresso do município.

Diagnóstico da Segurança Pública em Maracaju

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	39.095 habitantes
Homicídios (2012):	13
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 6.516 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 1.348 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	39.095 habitantes			
Homicídios (2012):	13			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 2 quartéis	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	28
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		**	
Impressora	7		**	
Telefone fixo	2		**	
Fax	1		**	
Scanner	7		**	
Internet	Com acesso		**	
Estação de rádio analógica	-		**	
Estação de rádio digital	-		**	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	-		**	

Segurança Pública nas Fronteiras

Gravadores	-		**	
Máquina Fotográfica	-		**	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	**	**
Moto	-	-	**	**
Embarcação sem motor	-	-	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	**	**
Avião	-	-	**	**
Helicóptero	-	-	**	**
Cavalo	-	-	**	**
Bicicleta	-	-	**	**
Outros	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		**	
Rádio em viaturas (digital)	-		**	
Rádio em viaturas (analógico)	2		**	
Rádio portátil (HT)	-		**	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		**	
Notebooks	-		**	
Arquivos em ficha de papel	-		**	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		**	
Colete antibalísticos	3		**	
Escudos	-		**	
Capacetes	-		**	
Placa balística	-		**	
Outros	-		**	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		**	
Carabina	2		**	
Espingarda	3		**	
Metralhadora	-		**	
Submetralhadora	1		**	
Fuzil	-		**	
Revólver	2		**	
Pistola	4		**	
Arma de condutividade elétrica	*		**	
Bomba de efeito moral	*		**	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		**	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos e quantidades suficientes		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Sim	
Capacidade	2		4	
Média de presos/mês	25		70	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	30		*	

Polícia Civil

Existem no município de Maracaju 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Maracaju não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e há divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os cinco maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, todas as parcerias deveriam ser incrementadas. A Polícia Civil deste município não participa coletivos de gestão de segurança pública, porém acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Civil no município. Em Maracaju, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Maracaju apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como o DEFRON, DOF. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), porém participa das Operações Sentinelas.

Polícia Militar

No Batalhão de Maracaju, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolo e recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes, além da utilização de fichas de papel em fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2008), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade de conexão da unidade é de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto, tráfico de drogas e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, DOF. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa também de Gabinete

de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Maracaju, a Polícia Militar não tem uma troca de informações e uma relação colaborativa com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, porém não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	25				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		Adequadas		**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		Adequadas		**	

Justiça

O município de Maracaju possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista. São 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. O representante entrevistado não respondeu sobre quantos veículos esta sede judiciária dispõe, mas considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. Estima-se que, por volta de 40 mandados de prisão, tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, é divulgada publicamente. O representante entrevistado não soube dizer desde quando as estatísticas são produzidas, o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho da Comunidade ligado à execução penal, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de mandados de busca e apreensão.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. A estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012 é de 29 adolescentes. No que se refere ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto, a estimativa de jovens é de 18, como também a estimativa do número de adolescentes que receberam medida em meio aberto em 2012 é de 23 jovens. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a prefeitura. Os dois atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto e tráfico de drogas.

Ministério Público

O representante entrevistado não respondeu quais são principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Maracaju. Pelo menos, desde o ano de 2005, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Participam de alguma maneira, das operações de fronteira (busca e apreensão e opinando em processos), o representante entrevistado não soube dizer se há a participação no ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Maracaju são a Polícia Militar e a Polícia Civil, porém, segundo o entrevistado, a parceria com a Polícia Federal deveria ser incrementada. O representante da instituição não soube responder quais as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços, no ano de 2012, e também os três principais problemas no município.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Maracaju. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados, o mais comum é: envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização.

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e a maioria, como os representantes de instituições como a Polícia Civil

e Justiça, concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para todos os entrevistados, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente porque gera renda no país vizinho e também porque a produção do município é canalizada para outros mercados. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Maracaju é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Maracaju foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, exploração sexual infantojuvenil e crimes ambientais. Foram destacados pela Justiça o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

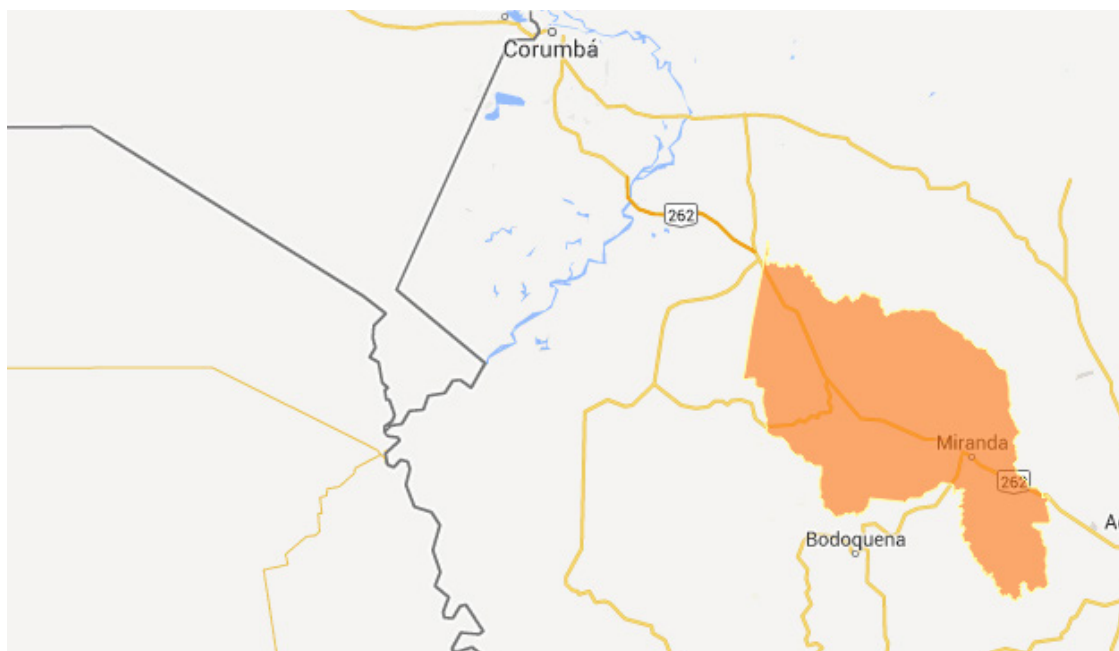
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Maracaju

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Muito Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, a transeunte, e a estabelecimento comercial, sendo citado também o furto de gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados a extorsão simples, fraude contra o comércio e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também lesões no trânsito. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e em conflitos relacionados a mercados ilegais. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Maracaju sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, delito de trânsito e tráfico, resultando o último, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são o envolvimento com ato infracional.

Miranda

Mapa – Município de Miranda e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500560&search=mato-grosso-do-sul|miranda>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 772, de 16 de julho de 1918.
Localização:
Área (2010): 5.478,825 km ²
Fronteiras e limites: na região que se estende de norte a leste com Aquidauana, a sudeste com Anastácio, a sul com Bonito, a sudoeste com Bodoquena e a oeste com Corumbá.
Acesso aéreo: Não informado
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2012): 25.986 habitantes
Densidade demográfica: 4,67 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 257.077.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.036,20
IDH-M (2010): 0,632
Gentílico: mirandense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A existência de Miranda deve-se, de alguma maneira, ao desbravamento dos rios Miranda e Aquidauana, realizado por João Leme do Prado, dois anos depois de ter encontrado as ruínas da antiga "Xeres", cidade fundada em 1580, pelo espanhol Dom Ruy Dias de Melgarejo e destruída anos depois pelos Índios Guaicurus, habitantes da

região, capitaneados por alguns aventureiros paulistas. Em 1778, o Capitão João Leme do Prado lançava os alicerces do Presídio de Nossa Senhora do Carmo do Rio Mondego, precisamente no dia 16 de julho por ordem do 6º Capitão-General das Capitanias de Mato grosso e Cuiabá, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. A fundação do Presídio tinha por objetivo principal precaver-se contra possíveis investidas dos castelhanos de Assunção, que tinham por base de operações o Fortim de São José, à margem do Rio Apa. O novo povoado crescia vagarosamente, lutando sobretudo, contra a falta de melhores meios de navegação pelo Rio Mondego, atual Miranda, sobrevivendo graças ao ideal dos que lançaram seus fundamentos. A manutenção do povoado era penosa, todavia, em 1797 já apresentava 40 casas de pau a pique e de adobo, todas cobertas de telhas; já estava delineado o traçado da rua principal denominada de Nossa Senhora do Carmo, atualmente Rua do Carmo, bastante extensa, indo atingir as barrancas do Rio Miranda. A localidade já contava com 500 habitantes, entre os quais um razoável número de silvícolas pacificados. Entre as edificações, destacava-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Vários anos mais tarde, o Capitão Francisco Rodrigues do Prado, irmão do fundador do presídio, empenhou-se no sentido de conseguir sua elevação à vila, o que sucedeu em 30 de maio de 1857, por Lei Provincial, recebendo o nome de Miranda. Posteriormente, visando à proteção da vila, o Governo Imperial determinou a fundação da Colônia Militar de Miranda. Com a instalação das tropas militares, a vila iniciou uma fase de rápido crescimento. Em 31 de dezembro de 1912, eram inaugurados o telégrafo e a estação ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fato que muito concorreu para o progresso do município. O topônimo Miranda foi adotado em homenagem a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 6º Capitão-General das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá.

Diagnóstico da Segurança Pública em Miranda

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 25.986 habitantes
Homicídios (2012): 09
Instituições de segurança: a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e a Justiça.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.362 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.039 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal			
População (estimativa em 2012): 25.986 habitantes			
Homicídios (2012): 9			
	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Unidades	1 delegacia	1 batalhão, 1 posto fixo e 1 quartel	1 posto de fiscalização

Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Delegados	1
	Agentes	10	Praças	24	Agentes	3
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Antiga e sem condições de reformas		Nova, mas precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Antiga e sem condições de reformas		Nova, mas inadequada ou precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	6		2		2	
Impressora	3		1		1	
Telefone fixo	3		2		-	
Fax	-		-		-	
Scanner	2		1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso		1	
Estação de rádio analógica	2		-		1	
Estação de rádio digital	-		1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		1	
Aparelho de TV	-		-		-	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	-		1		1	
Filmadora	-		1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	3	-	1	1	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	-
Moto	-	-	-	2	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	*	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende as necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	1		1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	3		-		2	
Rádio portátil (HT)	2		-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	-		1		-	
Arquivos em ficha de papel	2		1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	

Algemas	13	5	2
Colete antibalísticos	14	7	3
Escudos	-	-	-
Capacetes	-	-	-
Placa balística	-	-	-
Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	10	*
Carabina	2	-	1
Espingarda	1	1	1
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	1	1	1
Fuzil	-	1	-
Revólver	2	19	-
Pistola	9	15	3
Arma de condutividade elétrica	*	-	2
Bomba de efeito moral	*	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*
Outro	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades suficientes	Polícia Militar Tipos e quantidades suficientes	Polícia Rodoviária Federal Tipos e quantidades suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	*
Capacidade	16	*	*
Média de presos/mês	30	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 100	Polícia Militar *	Polícia Rodoviária Federal *

Polícia Civil

Existe no município de Miranda 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 512 kb/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Miranda não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas de papel em fichários. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa de outro coletivo de gestão de segurança pública, sendo esse não informado pelo entrevistado. Em Miranda, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Miranda não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, tem participado das Operações Sentinela, mas o entrevistado não soube dizer se a instituição participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

No Batalhão de Miranda, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel, fichas de papel e fichários de ocorrência e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão da unidade é de 102 Kb/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego alheio.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa do Conselho da Comunidade, em Miranda, a Polícia Militar não estabelece troca de relações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, nem tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Miranda, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (dos acidentes de trânsito), dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. Não existe a integração do banco de dados aos sistemas SINGER e de acidentes e multas. O representante entrevistado não soube responder se o posto dispõe de internet.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata e Sentinela. 3 de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Miranda foram a Receita Federal, a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

Em Miranda, há em média 1 barreira fixa e 1 móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	4
	Funcionários	25				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Miranda tem uma comarca de entrância intermediária com varas mistas. São 1 juizado especial criminal, 2 varas criminais, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade não informada pelo entrevistado. Segundo o representante da instituição, não se tem a informação de quantos mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de estoque, de controle de viaturas e de manutenção de equipamentos. Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como sua divulgação pública. O representante entrevistado não soube responder o período em que as estatísticas são produzidas no município e se o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, tampouco soube informar quais são os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012.

Ministério Público

O representante entrevistado não respondeu quais são as principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Miranda nem soube informar se o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores entrevistados também não souberam informar se participam de coletivos de gestão de segurança pública nem também se participam das operações de fronteira e do ENAFRON. Também não foram informados quais seriam os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Miranda nem quais parcerias deveriam ser incrementadas. O entrevistado não soube responder também quais as atuações mais importantes do Ministério Público, e os três principais problemas no município.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Miranda. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também com o fato do município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos acreditam que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelo movimento e circulação de drogas e pessoas envolvidas no crime. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Miranda é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Miranda foram assinalados: o contrabando, o tráfico de drogas, a exploração sexual infantojuvenil, a imigração ilegal, a disputa por terras e os crimes ambientais. Foram destacadas pela Polícia Civil o tráfico de drogas, a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Miranda

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, ao estabelecimento comercial, de gado, a transeunte, sendo citado também o furto de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados extorsão simples, fraude contra o comércio, cheque sem fundos, falso sorteio, concurso ou premiação, fraudes financeiras ou comerciais e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e lesões no trânsito. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi: em brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que os dois mais frequentes em Miranda são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro e atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, tráfico e lesão corpora, resultando todos eles, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com ato infracional.

Naviraí

Mapa – Município Naviraí e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500570&search=mato-grosso-do-sul|navirai>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1944, de 11 de novembro de 1963.
Localização:
Área (2010): 3.193,541 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Jateí, a nordeste com Taquarussu e com o Estado do Paraná, a sul com Itaquiraí e com Iguatemi, a sudoeste com Amambaí e a oeste com Juti.
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 47.899 habitantes
Densidade demográfica: 15 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 780.740.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 16.842,64
IDH-M (2010): 0,7
Gentílico: naviraíense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A cidade de Naviraí foi fundada em 1952 por Ariosto Riva e outros companheiros que fundaram a colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. Os primeiros colonos foram: Moryoshi Fukuda, Modesto Morel, Antônio Augusto dos Santos e Antônio Torres. Denominou-se povoado Vera Cruz porque era alcançado apenas por via fluvial, por meio do Rio Amambaí. Instaladas as primeiras serrarias, em 1953, pelos pioneiros José Maria, José Kohara, Pedro Lucio, Júlio Soares de Souza, Antônio Pacola, Irmãos Buss e T. Nakagawa e diversas indústrias de beneficiamento de madeira—matéria-prima abundante

na região. Somente em 1955, o povoado passou a ser atingido por uma precária estrada que o ligava a Dourados. Foi elevada a distrito em 1958 e o município em 1963. Em 1972, foi instalada a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima. O topônimo Naviraí, de origem castelhana (Navidad = natividade, Guarani; Virai = cor de matiz arroxeadado), caracteriza a folhagem de arbustos locais, no período de renovação. Observando o fenômeno durante o ciclo da erva-mate, os pioneiros da região deram ao córrego existente no local o nome de Naviraí, posteriormente Naviraí, denominação que passou a ser adotada para toda a gleba, na época das demarcações.

Diagnóstico da Segurança Pública em Naviraí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 47.899 habitantes
Homicídios (2012): 17
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 1.916 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 532 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 47.899 habitantes				
Homicídios (2012): 17				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	3 delegacias		1 batalhão, 2 postos fixos e 1 companhia	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	10
	Agentes	21	Praças	80
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
		Nova, mas precisando de reformas		Nova, mas precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
		Nova, mas inadequada ou precisando de reformas		Nova, mas inadequada ou precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	18		3	
Impressora	5		3	
Telefone fixo	3		3	
Fax	3		1	
Scanner	5		2	
Internet	3		1	
Estação de rádio analógica	**		1	
Estação de rádio digital	**		-	
Equipamento de visão noturna	**		-	
Aparelho de TV	**		-	
Gravadores	**		6	
Máquina Fotográfica	**		3	

Filmadora	**		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	6	**	3	4
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	**	**
Moto	1	**	5	3
Embarcação sem motor	-	**	-	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	**	-	**
Avião	**	**	**	**
Helicóptero	**	**	**	**
Cavalo	**	**	**	**
Bicicleta	**	**	**	**
Outros	**	**	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Ocasionalmente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	6	6	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	**		7	
Rádio portátil (HT)	2		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	1		2	
Arquivos em ficha de papel	10		5	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	14	80	
Colete antibalísticos	6		40	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	50	
Carabina	3		3	
Espingarda	2		6	
Metralhadora	1		1	
Submetralhadora	**		-	
Fuzil	**		4	
Revólver	12		117	
Pistola	6		140	
Arma de condutividade elétrica	*		2	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	**		*	
Outro	**		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos e quantidades insuficientes		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tem carceragem?	Sim	**	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	2		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 subgrupamento e 2 seções		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	26	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	-	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	2	1
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	1
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	1
	Avião	**	-
	Helicóptero	**	-
	Outros	**	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Polícia Civil

Existem no município de Naviraí 3 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Naviraí utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, controle de munição, controle de armas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos e sistema de georreferenciamento. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2006, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Receita Federal e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e acredita que a participação em coletivos de segurança pública melhoram as condições de atuação da instituição. Em Naviraí, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. A Polícia Civil de Naviraí apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como o GGFRON. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Naviraí, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2008), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas pública e regularmente, e o banco de dado está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Faz-se também o controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de roubo, tráfico de drogas e furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira a Operação Ágata e a Operação Sentinela. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Naviraí, a Polícia Militar tem uma relação amigável, confiável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e na realização de missões conjuntas. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Naviraí, a quantidade de equipamentos de proteção individual, a quantidade de equipamentos de salvamento e resgate (há necessidade de equipamento de mergulho), a de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, a de equipamentos para combate a incêndio florestal, a de armamentos e a de equipamentos de comunicação (há necessidade de rádios portáteis HT) foram consideradas insuficientes. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 2mbp/s. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado respondeu que esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios, explosões e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Naviraí participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Naviraí não troca informações ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância Intermediária					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	7
	Funcionários	**				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Naviraí tem uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. São 1 juizado especial criminal, 1 vara criminal, 1 vara de execução penal, 1 vara de infância e juventude e 1 juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 2 MB/s. O entrevistado não informou a estimativa de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. As estatísticas são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2011 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

O juiz que atua na área criminal desta comarca tem participado do Conselho Municipal de Segurança Pública e acredita que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. O juiz também participa ou apoia operações de fronteira, tais como: DOF, GAECO, Força Nacional e Polícia Federal.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria e Defensoria Especializados em Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado não informou a estimativa do número de adolescentes que passaram por este Juizado no ano de 2012, nem a estimativa do número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. Os órgãos executores da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são o Juizado, a Prefeitura e o Estado e suas secretarias. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: roubo, tráfico de drogas e porte de arma de fogo.

Ministério Público

O entrevistado não informou quais são as principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Naviraí. O Ministério Público do município não produz estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e também apoiam ou participam de alguma maneira das operações de fronteira, mas não participaram do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Naviraí são a Polícia Federal, o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços foram associadas ao combate ao tráfico de drogas. Os principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o tráfico de crianças.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Naviraí. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e violência doméstica.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Técnicos	-
	Terceirizados	3
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antigas e sem condições de reformas	

A Receita Federal de Naviraí não dispõe de nenhum veículo oficial. Há internet, cuja velocidade de conexão é de 1mbp/s. A Receita Federal de Naviraí participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), e o representante entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O representante entrevistado da Polícia Civil e o da Polícia Militar discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, no que o representante da Justiça e o da Receita Federal concordam com isso. Os entrevistados são unânimes ao concordar que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. O único entrevistado que não concorda que a proximidade do município com a fronteira é positivo para o seu desenvolvimento econômico é o representante da Receita Federal, justificando que as atividades econômicas de Naviraí são alheias ao intercâmbio fronteiriço. A maioria dos entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Naviraí é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infantojuvenil, o trabalho escravo, crimes ambientais e a imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Naviraí

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Não respondeu	Ocasionalmente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são a residências, no comércio, de veículos e de motocicletas. Já os tipos mais frequentes de roubo são a transeunte, a estabelecimento comercial, de veículo, de motocicleta e em residência.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados a extorsão simples, a fraude contra o comércio, os pequenos golpes populares e as fraudes financeiras ou comerciais. Os casos de extorsão mais frequentes são os de extorsão simples, extorsão mediante sequestro e extorsão mediante furto ou roubo de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar; decorrentes de conflitos de propriedade; e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica; em acerto de contas entre criminosos; e em conflitos relacionados a comércios ilegais. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Naviraí sejam o estupro ou atentado violento ao pudor a mulheres adultas; o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade; os atos libidinosos; e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: os de lesão corporal por situação doméstica; tráfico de drogas; e roubo. O crime que mais resulta em condenação é o tráfico de drogas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e o envolvimento com ato infracional.

Nioaque

Mapa – Município de Nioaque e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500580&search=mato-grosso-do-sul|nioaque>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 891, de 04 de janeiro de 1930.
Localização:
Área (2010): 3.923,790 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Anastácio, a leste com Maracaju, a sul com Guia Lopes da Laguna, a sudeste com Jardim e a oeste com Bonito.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 14.287 habitantes
Densidade demográfica: 3,67 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,58
PIB (2010): R\$ 153.968.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.695,20
IDH-M (2010): 0,639
Gentílico: nioaquense
Instituições de segurança presentes no município: material não recebido até 23/09/2013.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região hoje compreendida pelo Município de Nioaque foi explorada inicialmente pelos espanhóis procedentes do Paraguai. À época da colonização do Brasil. Em 1840, vindo de Cuiabá, João Gomes adiantou-se até a confluência dos Rios Miranda e Nioaque, onde se radicou. Em 14 de julho de 1847, foi iniciada uma expedição sob o comando de Joaquim Francisco Lopes, com a finalidade de descobrir uma rota fluvial que ligasse o Estado do Paraná ao Sul de Mato Grosso. Joaquim Francisco Lopes, após penosas e longas viagens, aportou à região onde já se encontrava radicado João Gomes. Sem embargo, os componentes da expedição estabeleceram nas proximidades o Porto de

São João de Antonina, homenagem ao Barão de Antonina, dono de grandes latifúndios na região, que serviriam de abrigo para as embarcações que demandassem a Corumbá. Outras famílias, como os Barbosas, os Lopes e os Fernandes afluíram mais tarde àquelas paragens e impulsionaram o crescimento do primitivo núcleo. Posteriormente foi fundada a povoação de Nioaque cuja data até hoje suscita dúvidas, se foi em 22 de abril ou 22 de maio de 1848, embora oficialmente prevaleça a segunda data. Em 1865, dava-se a invasão da Província e a queda da praça em poder dos paraguaios, que a mantiveram até agosto de 1866. No ano seguinte, voltou a ser acometida e incendiada. Terminando o conflito, retomou Nioaque, a partir de 1870, o seu ritmo de progresso. Em 1877, pela Lei Provincial nº 506, de 24 de maio, do Presidente Hermes da Fonseca, era a povoação elevada a Distrito de Paz, sob a denominação de Levergéria, justa homenagem a Augusto de Leverger, Barão de Melgaço, defensor das fortificações das quais lhe adviera, com grandeza, o título nobiliárquico. A 17 de outubro de 1892, o Presidente do Estado, Manoel José Murtinho, negou sanção a uma resolução que restituía à Vila sua denominação primitiva. Não obstante a opinião contrária do Presidente Murtinho, a Lei nº 13, de 26 de outubro de 1892, dá à vila sua denominação originária de "Nioac", atualmente grafado Nioaque. A 26 de outubro de 1894, aparece na vila de Nioaque o primeiro jornal ali publicado. Intitulava-se "A voz do Sul", sendo seu redator o Dr. João Cláudio Gomes da Silva. O órgão teve curta existência, pois em 1896 foi empastelado, sendo atirados às águas do Nioaque a oficina, o material e o prelo, por um indivíduo que, por esta atitude, recebeu a alcunha de Onça Preta. Seu topônimo deriva da palavra tupi-guarani "Anhuac", que traduzida para o Português significa "Clavícula quebrada". Anhuac, era a designação do rio, hoje Nioaque, que banha a cidade. Sua grafia antiga era "Nioac".

Diagnóstico da Segurança Pública em Nioaque

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	14.287 habitantes
Homicídios (2012):	02
Instituições de segurança:	a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Justiça.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 2.857 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 595 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 14.287 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacias		1 batalhão, 1 quartel e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	4	Praças	24

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga mas em boas condições		Estrutura nova, mas inadequada ou precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga mas em boas condições		Estrutura nova, mas inadequada ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		1	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	-		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	3	1
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Raramente atende as necessidades		Raramente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		1	
Rádio em viaturas (digital)	3		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		3	
Rádio portátil (HT)	1		4	
GPS em viaturas	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		6	
Colete antibalísticos	6		9	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		6	
Carabina	4		4	

Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	2	-
Fuzil	-	1
Revólver	1	4
Pistola	6	19
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficiente mas quantidades insuficientes	Tipos suficientes e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	10	*
Média de presos/mês	9	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Existe no município Nioaque 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet, com velocidade de 2 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Nioaque utiliza sistemas de administração, tais como o de controle de viaturas, de armas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, dados em tabelas ou listas de papel e também de georeferenciamento, além da inclusão no Infoseg e divulgação pública e regular das estatísticas, que são produzidas desde 2006. O sistema de informação do município está integrado a outras instituições locais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Ibama. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Nioaque, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Nioaque apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal qual o GGIF. A instituição de segurança pública participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e também tem participado das Operações Sentinelas.

Polícia Militar

No Batalhão de Nioaque, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, de controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), georeferenciamento de crimes, controle de dados criminais por meio de

planilha e tabelas de papel, fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (durante um período de seis anos), e existe a inclusão no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade de conexão da unidade é de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e embriaguez ao volante.

Os três maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Civil. Segundo o representante da instituição, a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como ações em operações que envolvem o GGIF. A Polícia Militar do município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). A instituição tem troca de informações com órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo elas colaborativas com troca de informações e de desconfiança, e participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, e das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	**				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Nioaque tem uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet na unidade segundo o entrevistado. Estima-se que por volta de 27 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de controle de viaturas, de controle de armas e manutenção de equipamentos. Há sistema

de informação computadorizado (banco de dados) e a produção de estatísticas desde 1988. O Banco de Dados do Município está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança e do Conselho da Comunidade. O representante entrevistado não soube dizer se os juízes da comarca participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantão do judiciário para apoiar as operações do Exército e da Força Nacional.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Nioaque, segundo o representante entrevistado, são a falta de recursos materiais, falta de apoio do poder público municipal, falta da cooperação jurídica internacional, falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho e comunicação deficiente com outros órgãos. O Ministério Público do município vem produzindo estatísticas de denúncias desde 1988.

Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivos de gestão de segurança pública, como o Conselho Municipal. Os promotores não apoiam ou participam de alguma maneira as operações de fronteira (no plano estritamente processual), porém o representante entrevistado não soube dizer se o Ministério Público participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Nioaque são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil, porém, segundo o entrevistado, as parcerias com o Judiciário deveriam ser incrementadas. Ele informou que as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços foram o tráfico de drogas e a receptação de veículos roubados. Os dois principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas e o contrabando

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Nioaque. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar, a falta de entidades para receber crianças e atender famílias, a dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo e a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e o envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, apenas o representante da Justiça está mais de desacordo com esta afirmação. Os representantes entram em divergência quando é abordado o fato de o município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, os representantes da Polícia Civil e Justiça estariam em total desacordo com esta afirmação, diferentemente do entrevistado da Polícia Militar, que está mais de acordo. A maioria concorda que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Segundo os representantes entrevistados, a fronteira possibilita uma dificuldade de controle e traz mais malefícios. O representante da Polícia militar afirma que a proximidade é um fator positivo, pois a proximidade com o Paraguai faz com que haja circulação de dinheiro. Os entrevistados concordam que a posse de arma de fogo em Nioaque é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Nioaque foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, crimes ambientais, imigração ilegal e exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Nioaque

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propina funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, a estabelecimento comercial, a veículos, a transeunte, de energia elétrica, de gado e furtos em fazendas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão mediante furto de documentos privados; fraudes financeiras ou comerciais e cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, em brigas de bar e em decorrência de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em conflitos de vizinhos, motivos banais e em brigas de bar. Entre os crimes sexuais, consideram-se

que os três mais frequentes em Nioaque são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e exploração sexual infantojuvenil, (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica, furtos e dirigir embriagado, resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com o ato infracional.

Novo Horizonte do Sul

Mapa – Município de Novo Horizonte do Sul e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=paranafoz-do-iguacu>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 1260, de 17 de abril de 1992.
Localização:
Área (2010): 849,094 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Ivinhema, a leste com Taquarussu, a sul com Jateí e a oeste com Glória de Dourados.
População (2012): 4.718 habitantes
Densidade demográfica: 5,82 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,4
PIB (2010): R\$ 66.453.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.441,20
IDH-M (2010): 0,649
Gentílico: novo horizontino do sul
Homicídios (2011): 0,0/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Instituições de segurança presentes no município: a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Novo Horizonte do Sul originou-se de vários povos vindos dos quatro cantos do Brasil, para trabalhar em terras do Paraguai, e com o passar dos anos se uniram. Lutando para libertação da escravidão do Paraguai. Os trabalhadores animados e organizados pelas lideranças de vários grupos das comunidades assumiram a luta pela terra, juntamente com os governos estadual e federal. Iniciaram as negociações com o Incri, ligado ao governo. Este teve papel fundamental na conquista de negociações ao dar assistência às problemáticas de sua competência. As famílias enfrentaram dificuldades para chegar e organizar suas casas no Paraguai, para, posteriormente, enfrentar todo sofrimento no acampamento da cidade de Mundo Novo. Esperaram a negociação da área até que todas as famílias fossem libertas. Aproximadamente entre 1965 e 1980, o governo criou o novo modelo agrícola, incentivando o plantio de soja e de outras lavouras mecanizadas em grandes extensões, alavancando a exportação ao construir a maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu. O modelo econômico e político brasileiro favorecia, somente, os latifundiários donos de capital. Muitas famílias foram ao Paraguai em busca de terras para cultivar e retirar o sustento para a família, entraram aos poucos, formando grupos e pequenas vilas, mas sofreram com a opressão e a exploração. Na educação, por exemplo, muitas crianças ficaram sem estudar, pois ensinavam em língua castelhana e, muitas vezes, os brasileiros eram recusados por não fluir a língua. Algumas comunidades se uniam e conseguiam professores brasileiros que ensinavam a leitura e a escrita. A cada três meses, os brasileiros eram obrigados a renovar o permício, que lhes permitia a permanência no Paraguai, mas era caro e muitos não tinham condições de pagar. Continuavam a viver ilegalmente, por isso eram perseguidos e explorados. A terra era fértil, produzia bem, mas, na venda de produtos os preços não eram cotados. Quem trabalhava de arrendatário, entregava grande porcentagem dos produtos aos donos da terra, às vezes até tomavam toda a safra com ameaças. O comércio também era explorador, só conseguiam comprar o indispensável para o sustento e a sobrevivência. Com todos esses problemas e insegurança, a reforma agrária era o sonho de todo brasileiro. Muitas comunidades começaram a lutar para sair do Paraguai, sigilosamente, para que as autoridades paraguaias não descobrissem a ilegalidade. A igreja e alguns políticos apoiavam essa luta. No dia 14 de maio de 1985, cinco líderes foram até Brasília para negociar com o Ministro da Reforma Agrária a situação dos brasileiros ilegais que viviam no Paraguai e que queriam voltar ao Brasil com um lugar para morar. Foram informados de que fora do país nada podiam fazer. Após trinta dias voltaram ao Brasil e fizeram um grande acampamento no Município de Mundo Novo — MS, perto da fronteira, com aproximadamente 800 famílias. O Governo assinou um convênio, mandou alimentação, assistência média e lonas. Mas as famílias das redondezas se juntaram ao acampamento formando cerca de 1000 famílias. A área era pequena para tanta gente, faltava higiene, a miséria era presente no local provocando mortalidade, principalmente infantil. As famílias se organizaram em grupos, respeitando sua comunidade de origem no

Paraguai, que eram os seguintes: Santa Rosa, Canandu, Cuerpo Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapó, Ponte Kirrá e Guadalupe. Cada grupo tinha sua liderança e comissões. À noite, faziam a segurança com rodízio de homens. As lideranças se reuniam frequentemente com o Incra e outras autoridades. Os grupos de trabalhos, alimentação, saúde e higiene e liturgia celebravam os atos religiosos. Os cadastros de suas famílias eram feitos em Mundo Novo, ainda, com os seguintes critérios: ser casado, ter menos de 60 anos, ter toda documentação em dia, solteiros maiores de 21 anos. A viagem até a fazenda onde receberam suas terras foi sofrida e durou aproximadamente um mês. Situada na Gleba Santa Idalina, da empresa Someco, deram o nome de Gleba Novo Horizonte, porque aqui surgiu uma nova esperança, uma grande mudança, os grupos colocaram-se em localidades estratégicas, onde facilitaria o acesso à água, etc. A divisão da área foi programada, lotes com 25 hectares e chácaras com 06 hectares, divididos por sorteio. Logo o posto de saúde começou a funcionar, trouxeram a rede de energia de alta tensão, construíram barracos, que eram salas de aula. Depois o Incra construiu escolas de alvenaria, que existem ainda hoje, construiu o Centro Comunitário, para reuniões e festas, as igrejas. Então surgiram a Associação dos Trabalhadores Rurais e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). O governo continuou acompanhando o povo e incentivando os miniprojetos. No núcleo urbano, os lotes eram cedidos pelo Incra com uma exigência de construção em 90 dias. Assim, a cidade desenvolveu-se rapidamente. Logo surgiram mercados, bares, salões de baile, lojas, farmácias, açougues, veterinária, bancos, etc. Vieram pessoas de variadas classes sociais, a maioria de origem humilde. Muitos aventureiros e curiosos. Os moradores organizaram equipes de futebol, torneios, grandes baiões. A energia elétrica foi rebaixada ao instalar o posto telefônico e a rede de água. A Gleba Novo Horizonte do Sul pertencia ao Município de Ivinhema, Guiraí, Piravevê no Sul do Estado. Com o rápido desenvolvimento, logo surgiu a luta pela emancipação política. Distante de Ivinhema, 58 quilômetros, com estradas sem pavimentação tudo dependia desta. Devido à importância socioeconômica que o assentamento adquiriu, em 17 de abril de 1992, foi criado o Município de Novo Horizonte do Sul, pela Lei 1.260.

Diagnóstico da Segurança Pública em Novo Horizonte do Sul

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 4.718 habitantes
Homicídios (2012): 01
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 4.718 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 590 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 4.718 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	-		1 batalhão, 1 quartel e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	-	Praças	8
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		Novas mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		Novas mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		1	
Impressora	**		1	
Telefone fixo	**		1	
Fax	**		-	
Scanner	**		1	
Internet	**		Com acesso	
Estação de rádio analógica	**		1	
Estação de rádio digital	**		-	
Equipamento de visão noturna	**		-	
Aparelho de TV	**		-	
Gravadores	**		-	
Máquina Fotográfica	**		-	
Filmadora	**		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	**	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	**	-	-
Moto	-	**	2	-
Embarcação sem motor	-	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	**	-	-
Avião	-	**	-	-
Helicóptero	-	**	-	-
Cavalo	-	**	-	-
Bicicleta	-	**	-	-
Outros	-	**	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	**		-	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	**		1	
Rádio portátil (HT)	**		1	
GPS em viaturas	**		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	

Equipamentos de interceptação em ambiente	**	-
Notebooks	**	1
Arquivos em ficha de papel	**	1
Outros	**	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	-	2
Colete antibalísticos	-	5
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	3
Carabina	-	1
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	4
Pistola	-	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	Tipos e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	**	**
Capacidade	**	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Não existem delegacias no município de Novo Horizonte do Sul. No que se refere à estrutura de comunicação, a questão sobre conexão à internet não foi respondida. No que diz respeito à gestão de dados, o representante da Polícia Civil de Novo Horizonte do Sul não respondeu às questões sobre sistemas de administração em uso. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2009, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Judiciário e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Novo Horizonte do Sul, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Novo Horizonte do Sul não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Novo Horizonte do Sul, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes, controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e utilização de fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 1995), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de velocidade de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e um homicídio.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Estadual, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Novo Horizonte do Sul, a Polícia Militar não tem uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e o representante da Polícia Civil concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, enquanto o representante da Polícia Militar discorda disso. Já para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pela busca de mercadorias no Paraguai, enquanto que para o representante da Polícia Civil, o fato de estar próximo à fronteira não é positivo pois, segundo ele, a cidade não tem relação direta com a fronteira. O entrevistado da Polícia Militar concorda que a posse de arma de fogo em Novo Horizonte do Sul é mais frequente do que em outros municípios, diferentemente do entrevistado da Polícia Civil. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Novo Horizonte do Sul foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

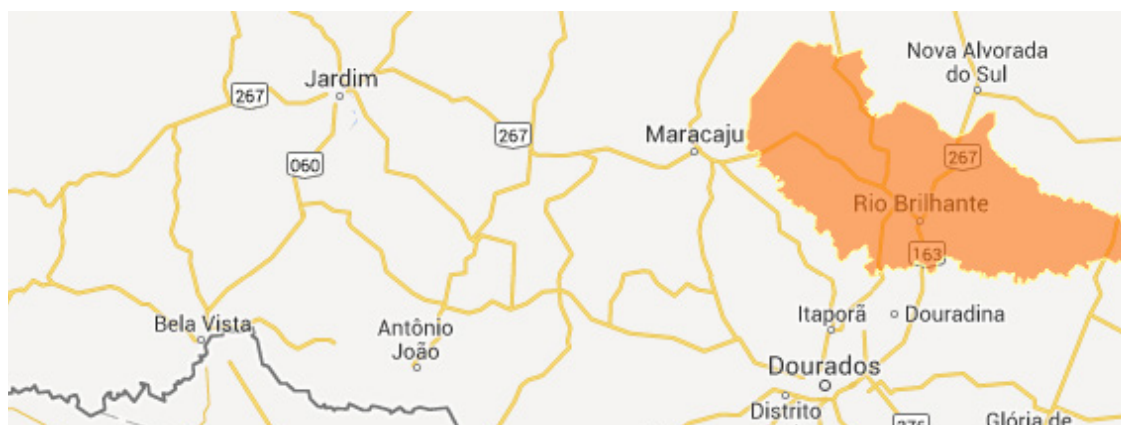
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Novo Horizonte do Sul

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, de motocicleta, ao comércio, de celular e de bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheque sem fundos e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e “vias de fato”. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi em brigas de bar. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Novo Horizonte do Sul sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Rio Brilhante

Mapa – Município de Rio Brilhante e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500720&search=mato-grosso-do-sul|rio-brilhante>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 136, de 30 de setembro de 1948.
Localização:
Área (2010): 3.987,397 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Sidrolândia, a sul com Deodópolis, Douradina, Dourados e com Itaporã e a oeste com Maracaju.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 31.875 habitantes
Densidade demográfica: 7,99 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 841.910.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 27.471,19
IDH-M (2010): 0,715
Gentílico: rio-brilhantense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O desbravamento das terras que atualmente compreendem o Município de Rio Brilhante está intimamente ligado à história de Paranaíba, pois, na terceira década do século 19, os pioneiros das famílias Lopes, Souza Leal, Pereira, Garcia e Barbosa atravessaram os campos daquela região e entraram pelos cerrados de Três Lagoas, iniciando a história do povoamento do sul do Estado. Gabriel Francisco Lopes foi o que primeiro penetrou nos campos de Vacaria, onde encontrou 60 vacas e 1 touro, aí deixados pelos Jesuítas, e, por volta de 1841, trouxe para ali o seu sogro, Antônio Gonçalves Barbosa, que se fixou num local a que denominou Boa Vista, entre os rios Vacaria e Brilhante; foi o primeiro povoador, depois da retirada dos castelhanos. Algum tempo depois, grande leva

de gaúchos, com suas famílias, trazendo seus pequenos rebanhos de bovinos, equinos e ovinos, veio se instalar nestas paragens, e, ao mesmo tempo que os descendentes das famílias pioneiras se dispersaram, buscando preferentemente as margens dos Rios Brilhante, Vacaria e Dourados, fomentando nelas a pecuária e a agricultura. Em 1862, o início das hostilidades entre o Brasil e o Paraguai provocou o êxodo dos habitantes que fugiam à agressão do invasor guarani. A região de Entre-Rios tornou a conhecer nova fase de progresso, com o ciclo da erva-mate. A extração e a industrialização desse produto se constituíram em importante fator de desenvolvimento da região, pois criou-se aí um ponto de concentração da produção, para posterior remessa aos centros consumidores, por meio dos rios Brilhante e Ivinhema. A erva-mate trouxe novo afluxo de gaúchos e paraguaios. Dedicavam-se estes à indústria extrativa, aqueles à pecuária e agricultura. Pelo Decreto nº 653, de 29 de janeiro de 1924, o Governo do Estado, reservou para o patrimônio de Entre-Rios, uma área de 3.600 hectares, entre o Ribeirão Araras e uma paralela à linha telegráfica, local onde se edificou nova povoação. A Resolução nº 611, de 10 de julho de 1912, criou o Distrito de Paz de Vacaria, com sede na povoação de Entre-Rios. O topônimo Rio Brilhante foi adotado por força da Lei Estadual nº 136, de 30 de setembro de 1948, em substituição do vocábulo Caijás, que, por força do Decreto nº 545, de 31 de dezembro de 1943, passara a designar o Município de Entre-Rios.

Diagnóstico da Segurança Pública em Rio Brilhante

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 31.875 habitantes	
Homicídios (2012): 17	
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Justiça.	
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.898 habitantes	
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 590 habitantes	

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal						
População (estimativa em 2012): 31.875 habitantes						
Homicídios (2012): 17						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Unidades	1 delegacia		1 Posto fixo e 1 quartel		1 Delegacia e 2 postos de fiscalização	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Delegados	2
	Agentes	9	Praças	29	Agentes	31
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Nova mas precisando de reformas		Novas e em boas condições		Antiga e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Novas, adequadas e em boas condições		Novas, adequadas e em boas condições		Antiga e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	

Segurança Pública nas Fronteiras

Computador	10	4	6			
Impressora	4	2	2			
Telefone fixo	3	1	1			
Fax	1	1	-			
Scanner	1	1	2			
Internet	Com acesso	Com acesso	Com acesso			
Estação de rádio analógica	1	-	2			
Estação de rádio digital	-	-	-			
Equipamento de visão noturna	-	-	-			
Aparelho de TV	1	1	-			
Gravadores	-	-	-			
Máquina Fotográfica	1	-	3			
Filmadora	-	-	-			
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	3	-	2	1	4
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-	6	-
Moto	1	-	2	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	**	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	**	-	-	-
Avião	-	-	**	-	-	-
Helicóptero	-	-	**	-	-	-
Cavalo	-	-	**	-	-	-
Bicicleta	-	-	**	-	-	2
Outros	-	-	**	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Celulares corporativos	-	2	4		
Rádio em viaturas (digital)	3	4	6			
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	-			
Rádio portátil (HT)	2	-	-			
GPS em viaturas	-	-	-			
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-			
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-			
Notebooks	-	-	2			
Arquivos em ficha de papel	1	-	1			
Outros	-	-	-			
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Algemas	10	10	30		
Colete antibalísticos	3	15	33			
Escudos	-	-	-			
Capacetes	-	-	-			
Placa balística	-	-	-			
Outros	-	-	-			
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	

Tonfa, cassetete ou similar	*	10	*	
Carabina	2	1	4	
Espingarda	2	1	2	
Metralhadora	1	-	-	
Submetralhadora	-	-	-	
Fuzil	-	2	-	
Revólver	1	15	-	
Pistola	-	15	33	
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	
Bomba de efeito moral	*	12	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	*	
Outro	-	-	Munição anti-motim	*
			Esparpidores de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	
	Suficientes	Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	
Tem carceragem?	Não	Não	*	
Capacidade	**	*	*	
Média de presos/mês	**	*	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	
	**	*	*	

Polícia Civil

Existe no município de Rio Brillhante 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Rio Brillhante utiliza sistemas para administrar recursos humanos, estoque, protocolo; e controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, utiliza-se um sistema de informação computadorizado (banco de dados) e o sistema de georreferenciamento. Há produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas efetuando-se sua inclusão no Infoseg e a sua divulgação de forma pública e regular. Utilizam-se também tabelas ou listas de papel para o armazenamento de dados. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o entrevistado acredite que a participação melhore a atuação da instituição. A Polícia Civil de Rio Brillhante apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações DOF e DEFRON.

Polícia Militar

No Batalhão de Rio Brillhante, sistemas de administração são utilizados para gerir recursos humanos, estoque, protocolo e a parte financeira. Também há sistemas de administração para o controle de viaturas, armas, munição e manutenção de

equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2004), efetuando-se a sua divulgação pública e regularmente. O bancos de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. A unidade dispõe de conexão com a internet, porém a conexão não é de banda larga. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os de tráfico de drogas.

Embora a Polícia Militar de Rio Brilhante não participe de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, o entrevistado acredita que a participação em coletivos melhora as condições de atuação da instituição. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como a operação DOF.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Rio Brilhante, existem sistemas utilizados para administrar recursos humanos, estoque e protocolo. Além do controle de armas, viaturas e manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (desde 1996), além de dados em fichas de papel em fichários. O sistema de informação da unidade está integrado ou é passível de integração a outro sistema de informação. Vale ressaltar que o posto também dispõe de internet.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata e Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Rio Brilhante foram a Receita Federal, a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Civil.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	23				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		*		**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		*		**	

Justiça

O município de Rio Brilhante tem uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. Sendo elas: juizado especial criminal, vara criminal, vara de execução penal e vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas.

O entrevistado não soube dizer se o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

O juiz que atua na área criminal desta comarca participa do Conselho Municipal e concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. O juiz não participa ou apoia nenhuma operação de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude. O entrevistado não informou sobre a estimativa do número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, nem quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Conselho Tutelar e os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Rio Brillante. O entrevistado representante da instituição não respondeu à pergunta sobre quais são as principais dificuldades encontradas para a atuação do Conselho no município, nem sobre quais são os três tipos mais comuns de direitos violados registrados.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Os representantes da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, já os representantes da Polícia Civil e da Justiça discordam disso. Todos os entrevistados discordam em que a proximidade com a fronteira seja um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar concordaram que a posse de arma de fogo em Rio Brillante é mais frequente do que em outros municípios, ao passo que o entrevistado da Justiça discorda disso. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Rio Brillante foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Rio Brillhante

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, no comércio e a transeunte. Os tipos mais frequentes de roubo são a transeunte, ao comércio, de gado e à residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, a fraude contra o comércio e os cheques sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedade. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e decorrentes do uso de bebida e drogas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Rio Brillhante são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, tráfico, e relacionados à Lei Maria da Penha). Dirigir sem habilitação foi considerado pelo representante da Polícia Militar e da Justiça como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. A Polícia Civil considera que a ocorrência mais frequente são os casos de embriaguez.

Sidrolândia

Mapa – Município de Sidrolândia e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500790&search=mato-grosso-do-sul|sidrolandia>, acessado em 20/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 684, de 11 de dezembro de 1953.
Localização:
Área (2010): 5.286,405 km ²
Fronteiras e limites: a sul com Rio Brillante e com Maracaju e a oeste com Dois Irmãos do Buriti.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 44.949 habitantes
Densidade demográfica: 8,5 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,57
PIB (2010): R\$ 688.745.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 16.369,07
IDH-M (2010): 0,686
Gentílico: sidrolandense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Sidrolândia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 44.949 habitantes
Homicídios (2012): 11
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 4.495 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.322 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 44.949 habitantes				
Homicídios (2012): 11				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		**	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	9	Praças	33
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas em boas condições		Nova, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		**	
Impressora	**		**	
Telefone fixo	**		**	
Fax	**		**	
Scanner	**		**	
Internet	**		**	
Estação de rádio analógica	**		**	
Estação de rádio digital	**		**	
Equipamento de visão noturna	**		**	
Aparelho de TV	**		**	
Gravadores	**		**	
Máquina Fotográfica	**		**	
Filmadora	**		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	**	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	**	**
Moto	**	**	**	**
Embarcação sem motor	**	**	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**	**	**
Avião	**	**	**	**
Helicóptero	**	**	**	**
Cavalo	**	**	**	**
Bicicleta	**	**	**	**
Outros	**	**	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Raramente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	**		**	
Rádio em viaturas (digital)	**		**	
Rádio em viaturas (analógico)	**		**	
Rádio portátil (HT)	**		**	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		**	
Notebooks	**		**	
Arquivos em ficha de papel	**		**	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	**		**	
Colete antibalísticos	**		**	

Escudos	**	**
Capacetes	**	**
Placa balística	**	**
Outros	**	**
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	**
Carabina	**	**
Espingarda	**	**
Metralhadora	**	**
Submetralhadora	**	**
Fuzil	**	**
Revólver	**	**
Pistola	**	**
Arma de condutividade elétrica	**	**
Bomba de efeito moral	**	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	**	**
Outro	**	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Quantidade suficiente, mas tipos insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	24	*
Média de presos/mês	50	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	42	*

Polícia Civil

Existe no município de Sidrolândia 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Sidrolândia utiliza sistemas de administração, tais como de controle de viaturas, de controle de munição e armas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, organização de dados em arquivos de papel e fichas de papel em fichários, além da utilização de livros de controle. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2005, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Receita Federal e a Polícia Federal. O representante entrevistado não respondeu se a Polícia Civil deste município participa de um coletivo de gestão de segurança pública. Em Sidrolândia, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Sidrolândia não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. A instituição de segurança pública não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), no ano de 2012, e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Sidrolândia, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), de georreferenciamento de crimes, além do controle de dados por meio de planilhas e tabelas de papel e fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005). O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. O representante entrevistado não respondeu se há internet na unidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, lesão corporal e furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o DOF e o Batalhão Rodoviário Estadual. A instituição de segurança pública não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Sidrolândia, a Polícia Militar não tem relações colaborativas ou de troca de informações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para ambos a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pela principal atividade do município, que é a agropecuária, escoar a produção para a capital e não para a fronteira. Para o entrevistado, representante da Polícia Civil, a posse de arma de fogo em Sidrolândia é mais frequente do que em outros municípios, já para o representante da Polícia Militar, não. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Sidrolândia foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, disputa por terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

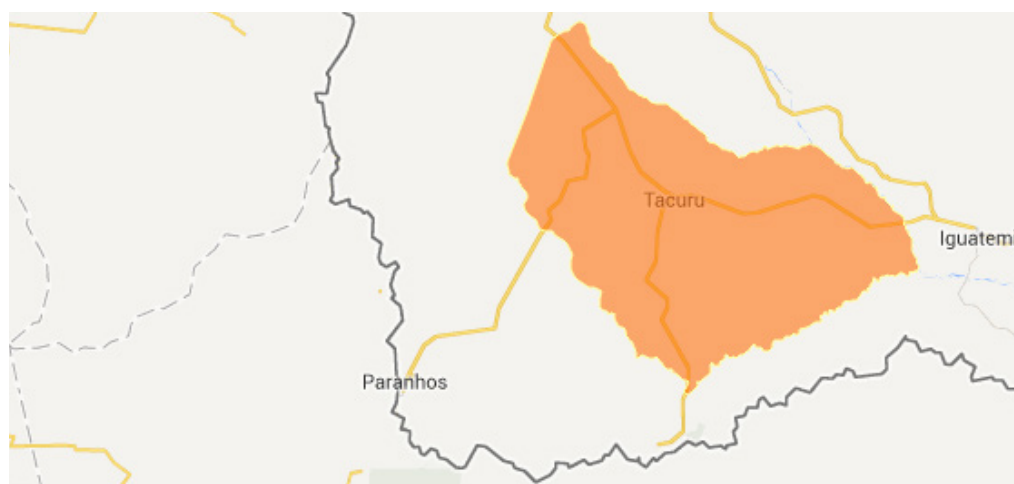
Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Sidrolândia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o roubo de cargas e a estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados extorsão simples, fraude contra o comércio, pequenos golpes populares, cheque sem fundos e extorsão mediante sequestros. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos e em conflitos relacionados a mercados ilegais. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Sidrolândia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Tacuru

Mapa – Município de Tacuru e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500795&search=mato-grosso-do-sul|tacuru>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 72, de 12 de maio de 1980.
Localização:
Área (2010): 1.785,322 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Amambaí, a nordeste com Iguatemi, a sudeste com Japorã, a sul com Sete Quedas a oeste com Paranhos e a noroeste com Coronel Sapucaia.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 10.442 habitantes
Densidade demográfica: 5,72 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,6
PIB (2010): R\$ 107.142.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.488,67
IDH-M (2010): 0,593
Gentílico: tacuruense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A partir de 1954, o pequeno núcleo existente, habitado por ervateiros paraguaios e Índios Caiuás, passou a ter um certo desenvolvimento. José Máfia Ortiz, Ignácio Cure, Rafael Dória e Cleto de Moraes Costa, tão logo tomaram conhecimento do potencial da região, passaram a lutar pelo progresso do povoado. Em 1955, surgiu a primeira casa de comércio, de Alfeu Rosa Brum, bem como a primeira escola, sendo seu primeiro professor Cleto de Moraes Costa. Foi elevada a distrito pela Lei N.º 1.166, de 20 de novembro de 1958 e o município criado pela Lei N.º 72, de 13 de maio de 1980. Comemora-se dia 13 de maio seu aniversário.

Diagnóstico da Segurança Pública em Tacuru

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 10.442 habitantes
Homicídios (2012): 05
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 2.611 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 1.492 habitantes.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012) = 10.442 habitantes			
Homicídios (2012): 5			
	Polícia Civil	Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia	1 GPM e 1 posto fixo	

Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas e em boas condições		Antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas em boas condições		Antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		1	
Impressora	4		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		-	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		-	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	2	-	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		2	
Rádio em viaturas (digital)	2		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	2		-	
Arquivos em ficha de papel	4		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	5		3	
Colete antibalísticos	6		7	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		5	
Carabina	2		1	

Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	1
Revólver	2	-
Pistola	5	7
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Existe no município de Tacuru 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet, porém a velocidade não foi informada. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Tacuru não dispõe de nenhum sistema de administração em funcionamento. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema computadorizado (banco de dados), georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. A Polícia Civil de Tacuru apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações DOF e DEFRON.

Polícia Militar

No Batalhão de Tacuru, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos e estoque. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e a inclusão de estatísticas no Infoseg. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é considerada péssima e a velocidade é de 250 kbp/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, tráfico de drogas e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com Polícia Civil. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, embora a instituição não participe de nenhum. Em Tacuru, a Polícia Militar tem uma relação amigável com órgãos de segurança pública do país vizinho. O entrevistado não soube dizer se esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. A instituição tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Ambos consideram negativo para o desenvolvimento econômico do município o fato de estar próximo da fronteira. O entrevistado da Polícia Civil justifica que o comércio do país vizinho é mais atrativo. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Tacuru é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Tacuru foram assinalados: contrabando e tráfico de drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Tacuru

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de furto são de gado, no comércio e em residência. Os roubos mais comuns são de veículos e a estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes financeiras ou comerciais. As principais situações em que ocorrem lesões

corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: situação doméstica e em conflitos de vizinhos. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Tacuru são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Vicentina

Mapa – Município de Vicentina e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500840&search=mato-grosso-do-sul|vicentina>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 725, de 20 de junho de 1987.
Localização:
Área (2010): 310,163 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Fátima do Sul, a nordeste com Glória de Dourados, a sudeste com Jateí, a sul com Juti e a oeste com Caarapó.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2012): 5.920 habitantes
Densidade demográfica: 19,03 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 76.406.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.947,96
IDH-M (2010): 0,711
Gentílico: vicentinense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A antiga comunidade teve origem em 1951 no governo de Eurico Dutra, a partir de colonizações agrícolas realizadas às margens do Rio Dourados na altura da MS/376 (rodovia que liga Dourados a Glória de Dourados). Os primeiros ocupantes eram principalmente migrantes do interior paulista, que vieram atraídos pela excelente qualidade da terra. A distribuição de terras naquela época era feita com a presença do colono, que também ajudava a abrir picadas e em seguida recebia o protocolo do seu lote. Por Vicentina estar situada a 10 km da margem direita do Rio Dourados e possuidora de solos férteis, atraiu muito interesse de fixação dos que por aqui passavam.

Diagnóstico da Segurança Pública em Vicentina

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	5.920 habitantes
Homicídios (2012):	0
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.
Taxas:	
Efetivo da Polícia Civil/População =	1 policial civil para cada 987 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População =	1 policial militar para cada 538 habitantes.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal								
População (estimativa em 2012) =	5.920 habitantes							
Homicídios (2012):	0							
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	1 delegacia		1 quartel		1 delegacia		1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-	Delegados	4	Delegados	**
	Agentes	5	Praças	11	Agentes	23	Agentes	**
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas e sem condições de reforma		**	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas e sem condições de reforma		**	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	4		2		**		**	
Impressora	1		1		**		**	
Telefone fixo	1		2		**		**	
Fax	-		-		**		**	
Scanner	1		1		**		**	
Internet	Com acesso		Com acesso		**		**	
Estação de rádio analógica	1		1		**		**	

Segurança Pública nas Fronteiras

Estação de rádio digital	-	-	**	**				
Equipamento de visão noturna	-	-	**	**				
Aparelho de TV	1	1	**	**				
Gravadores	-	-	**	**				
Máquina Fotográfica	1	-	**	**				
Filmadora	-	-	**	**				
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	-	5	**	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	10	**	**	**
Moto	-	-	-	-	-	**	**	**
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	**	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	**	**	**
Avião	-	-	-	-	-	**	**	**
Helicóptero	-	-	-	-	-	**	**	**
Cavalo	-	-	-	-	-	**	**	**
Bicicleta	-	-	-	-	-	**	**	**
Outros	-	-	-	-	-	**	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade		Muito frequentemente atende as necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	1	-	-	-	**	**	**	**
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-	**	**	**	**
Rádio em viaturas (analógico)	2	-	1	-	**	**	**	**
Rádio portátil (HT)	-	-	-	-	**	**	**	**
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-	**	**	**	**
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-	**	**	**	**
Notebooks	-	-	-	-	**	**	**	**
Arquivos em ficha de papel	3	-	3	-	**	**	**	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	8	-	4	-	35	**	**	**
Colete antibalísticos	4	-	5	-	35	**	**	**
Escudos	-	-	-	-	-	**	**	**
Capacetes	-	-	-	-	-	**	**	**
Placa balística	-	-	-	-	35	**	**	**
Outros	-	-	-	-	-	**	**	**
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	

Tonfa, cassetete ou similar	*	2	*	*
Carabina	1	1	**	**
Espingarda	1	-	**	**
Metralhadora	1	-	**	**
Submetralhadora	-	-	**	**
Fuzil	-	-	**	**
Revólver	3	3	**	**
Pistola	2	8	**	**
Arma de condutividade elétrica	*	-	**	**
Bomba de efeito moral	*	-	**	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	1	*	**	**
Outro	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Sim	*
Capacidade	2	*	1	*
Média de presos/mês	8	*	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	8	*	**	*

Polícia Civil

Existe no município de Vicentina 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Vicentina utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2006, são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. O representante entrevistado não respondeu se a Polícia Civil deste município participa de um coletivo de gestão de segurança pública. Em Vicentina, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Vicentina não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, e, no ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Vicentina, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2009). O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o representante entrevistado não informou se há conexão na unidade. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de violência doméstica.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a movimentação da receita. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. A instituição participa de outro coletivo de gestão de segurança pública, porém, não sendo informado pelo representante entrevistado. Em Vicentina, a Polícia Militar não tem relações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e das Operações Sentinela em 2012.

Polícia Federal

O representante entrevistado não respondeu quando a delegacia da Polícia Federal em Vicentina foi inaugurada. Nesta unidade, os sistemas de administração em uso são: sistema de estoque, de protocolo, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Não há informação sobre a existência de conexão à internet na unidade. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: sistemas computadorizados (banco de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. O banco de dados desta unidade não está integrado a outros sistemas de informação.

A Polícia Federal do município de Vicentina participa do Gabinete Integrado (GIFron). Na avaliação do respondente, tal participação não modifica e melhora as suas condições de atuação. Esta unidade não participou do ENAFRON ou do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. O representante entrevistado não respondeu se a Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) atua neste município. Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Para o entrevistado, todas as parcerias deveriam ser incrementadas. Não há cooperação com as polícias de outros países, sendo as relações com tais instituições, segundo o entrevistado, tensas.

Polícia Rodoviária Federal

O entrevistado não respondeu se nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Vicentina existem sistemas de administração em uso e não informou também quais são os sistemas de informação e se existe conexão à internet na unidade.

Não foi informado se esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, de operações, nem quais são os parceiros deste órgão nas operações realizadas em Vicentina.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, todos concordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os representantes da Polícia Militar e Polícia Federal, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelo fato de o comércio com o país vizinho não ser mais atrativo e o desenvolvimento não depender da fronteira. O representante entrevistado da Polícia Civil não soube responder esta questão. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Vicentina é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Vicentina foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e imigração ilegal. Foram destacados pela Polícia Federal o contrabando e o tráfico de drogas e armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram de venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Foz do Iguaçu

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	-	Jamais	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio, a estabelecimento comercial, sendo citado também o furto e roubo a veículos e de gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados extorsão simples, fraude contra o comércio e falso sorteio, concurso ou premiação. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. Já a causa mencionada para os homicídios dolosos foi de crimes no trânsito. Entre os crimes sexuais, considera-se que os dois mais frequentes em Vicentina são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Taquarussu

Mapa – Município de Taquarussu e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500797&search=mato-grosso-do-sul|taquarussu>, acessado em 25/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 76, de 12 de maio de 1980.
Localização:
Área (2010): 1.041,121 km ²
Fronteiras e limites: a sul com o Estado do Pará, a sudoeste com Navirai e a oeste com Jateí e com Novo Horizonte do Sul.
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 3.522 habitantes
Densidade demográfica: 3,38 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 68.238.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.429,94
IDH-M (2010): 0,651
Gentílico: taquarussuense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A existência de grande número de propriedades rurais com pequenas demarcações, na região, levaram seus moradores a erguer um povoado. Benedito Machado, Manoel Antônio Marciano Cordeiro, Miguel Araújo e Bruno Tribelli lotearam suas propriedades para a implantação do novo povoado. Com a colaboração de Valero Nunes de Souza, que elaborou a planta da nova comunidade. Em 1963, Antônio Rodrigues estabeleceu a primeira casa comercial. Elevada a distrito, pela Lei nº 3.708 de 24 de maio de 1976, e a município, pela Lei nº 76, de 12 de maio de 1980. Comemora-se no dia 12 de maio sua emancipação política.

Diagnóstico da Segurança Pública em Taquarussu

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 3.522 habitantes
Homicídios (2012): 01
Instituições de segurança: a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Taxas:
Efetivo da Polícia Civil/População = 1 policial civil para cada 881 habitantes
Efetivo da Polícia Militar/População = 1 policial militar para cada 391 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 3.522 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 GPM	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		**	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		**	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		1	
Scanner	1		-	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	**	1	**
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**	**	**
Moto	**	**	1	**
Embarcação sem motor	**	**	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**	**	**
Avião	**	**	**	**
Helicóptero	**	**	**	**
Cavalo	**	**	**	**
Bicicleta	**	**	**	**
Outros	**	**	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	**		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	**		-	
Arquivos em ficha de papel	2		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		1	
Colete antibalísticos	1		4	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		2	
Carabina	1		1	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	2		5	
Pistola	3		3	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	**		**	
Capacidade	**		*	
Média de presos/mês	**		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	10		*	

Polícia Civil

Existe no município de Taquarussu 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Taquarussu utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição, de armas, de protocolo e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas de registros de ocorrências e de inquéritos e sistema de georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, há mais de 10 anos que são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o entrevistado acredite que a participação em coletivos melhore e modifique as condições de atuação da instituição. A Polícia Civil de Taquarussu não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Entretanto apoia ou participa grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como a operação DOF. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Taquarussu, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de protocolo, de controle de armas, de viaturas, de munição e de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Há sistema de georreferenciamento de crimes e também são usadas planilhas e tabelas de papel para o controle de dados. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade igual a 25 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e de brigas de bar.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros. A Polícia Militar de Taquarussu não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e o entrevistado não acredita que a participação em coletivos de gestão melhore as condições de atuação da Polícia Militar. Esta instituição não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira nem colabora ou troca informações com órgãos de segurança do país vizinho.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Ambos os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discordam em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para o representante da Polícia Civil, a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, devido ao aquecimento da economia local, ao passo que o representante da Polícia Militar discorda, pois acredita que a proximidade traz problemas como o contrabando, etc. Os entrevistados concordam que a posse de arma de fogo em Taquarussu é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: o tráfico de drogas e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Taquarussu

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, no comércio e de bicicletas. O tipo mais frequente de roubo é em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes contra operações imobiliárias. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi o homicídio decorrente de brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Taquarussu sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

RONDÔNIA

RONDÔNIA

Introdução

A formação territorial do Estado de Rondônia seguiu um curso muito diferente, quando comparada com a do Estado do Acre. Quando surgiu a “questão acreana”, a região correspondente ao Estado de Rondônia não apresentava ainda uma ocupação significativa. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Governo brasileiro se comprometeu a garantir as comunicações entre os rios Mamoré e Madeira, vencendo o trecho encachoeirado deste último curso através de uma linha férrea, capaz de garantir o escoamento da produção de borracha na região de “Madre de Dios” para os centros de comercialização no rio Amazonas-Manaus à Belém.

O traçado da ferrovia previa os extremos na divisa dos estados do Amazonas e do Mato Grosso: na altura, a cachoeira de Santo Antônio, no Madeira e, em um ponto da margem direita do Mamoré, na altura da povoação boliviana, localizada à margem esquerda, conhecida como “Guayara-Mirim”. Com a construção da ferrovia, se deu a partida ao processo de ocupação da área.

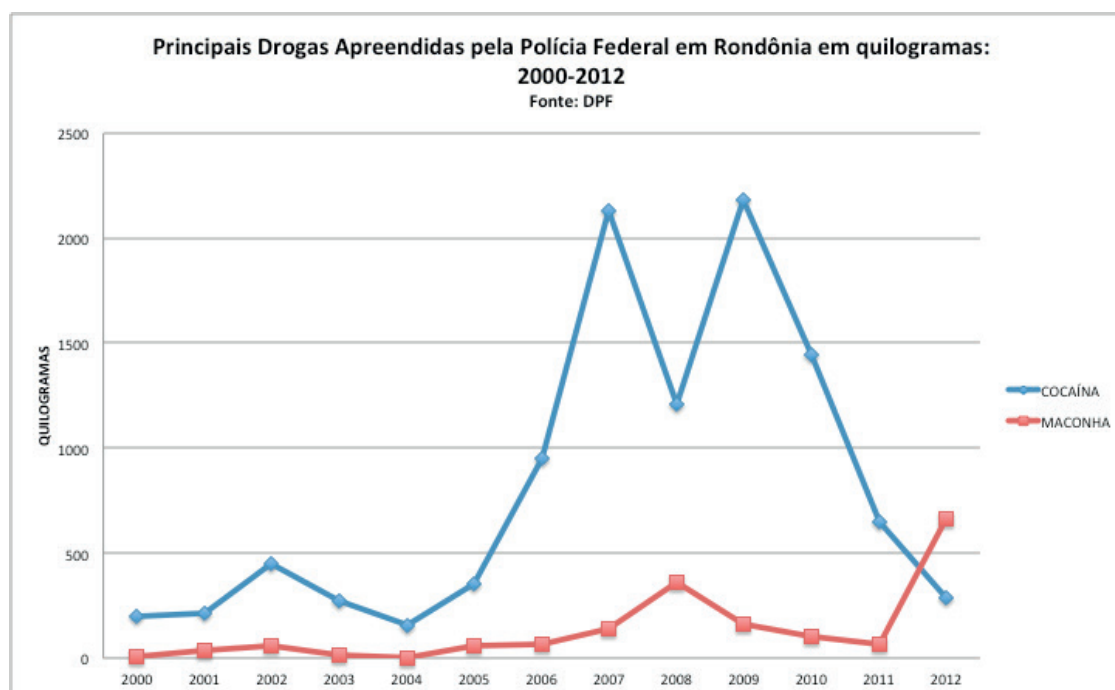
Constituída a empresa “Madeira-Mamoré Railways Co.,” foi escolhida como ponto inicial da ferrovia o antigo Porto de uma barraca, às margens do Rio Madeira, seis quilômetros ao norte da divisa dos Estados, em terras do estado do Amazonas. Em 1907, foi instalado, no local, o núcleo residencial dos empregados da ferrovia e as oficinas. A localidade de Santo Antônio, já existia desde o final do século XVII. Portanto, não surgiu em decorrência da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré ou das Estações Telegráficas da Comissão Rondon. Ao contrário, serviu como ponto de referência para ambos os projetos. Entretanto, sua transformação em município teve como fator principal a ferrovia e a estação telegráfica, em razão de sua importância como um dos dois pontos extremos da linha telegráfica, implantada pela Comissão Rondon. Em 1914 o ponto inicial da ferrovia será transferido para Porto Velho, dando início ao desenvolvimento da região. Em 1943 será elevada à condição de capital do território de Guaporé, que se tornará Estado de Rondônia a partir de 1981. (Dados colhidos do Livro “Ponta do Abunã – O Braço Ocidental de Rondônia”, escrito por Tadeu Fernandes e da publicação do IBGE – A questão de limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia, Diretoria de Geociência)

O Estado de Rondônia possui atualmente 52 municípios e ocupa uma área de 237.590,547 km², aproximadamente o tamanho da Romênia. É o terceiro estado mais populoso da região norte, com 1.748.531 habitantes em 2014. Segundo o IBGE, entre 2002 e 2010 Rondônia apresentou 63,9% de crescimento acumulado do PIB, sendo o 2º estado brasileiro que mais cresceu no período.

Situação de fronteira

Rondônia tem fronteira inteiramente fluvial com a Bolívia, acompanhando as linhas dos rios Abunã, ao norte (fronteira com o Acre), Mamoré e Guaporé, ao sul, já limite com o Estado do Mato Grosso. Além do distrito de Abunã, que pertence ao município da capital, Porto Velho, estão também na linha de fronteira os municípios de Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Pimenteiras do Oeste e Cabixi, todos incluídos nesta pesquisa, com exceção de São Francisco do Guaporé. Incluídos foram também os municípios de Campo Novo de Rondônia, Colorado do Oeste e Vilhena – que se encontram na faixa de fronteira.

Em todos os municípios pesquisados as autoridades policiais afirmaram que o principal problema da situação de fronteira em Rondônia é o tráfico de drogas e armas, seguidos do furto e roubo de veículos, usados como moeda de troca na Bolívia. Há inúmeros portos clandestinos na linha fluvial da fronteira, principalmente em Abunã, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, o que é confirmado pela grande apreensão de drogas registrada pela Polícia Federal no estado ao longo dos anos, principalmente pasta base de cocaína:



Criminalidade local

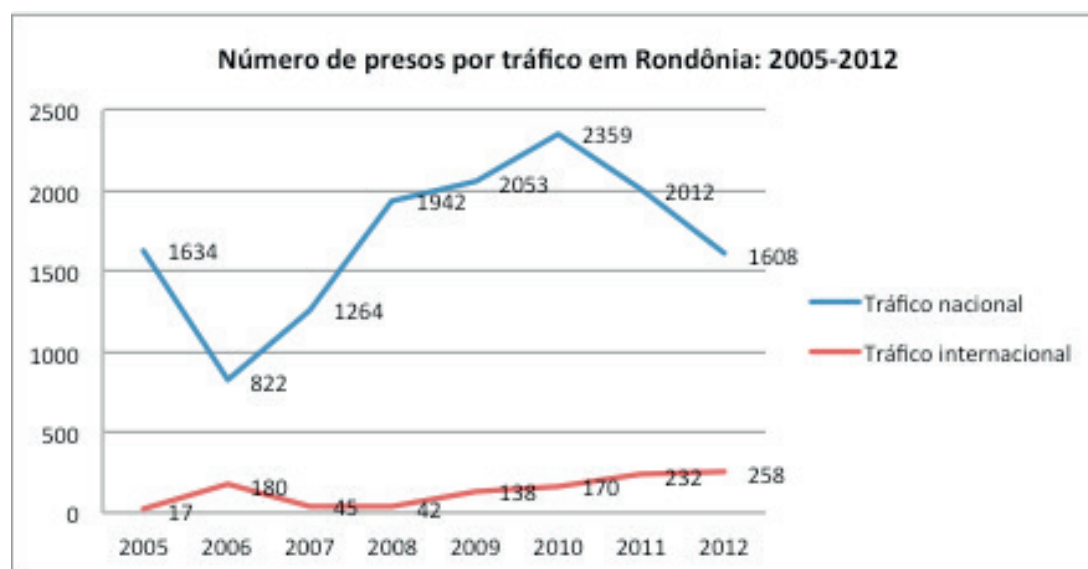
Em todos os municípios da fronteira pesquisados, o maior volume de registros refere-se a furtos (de veículo, de residências, de comércio, etc.), seguido de roubos (de veículo, de transeunte, de comércio, etc.) e tráfico de drogas. Os dados coincidem com

a percepção das autoridades consultadas seja no survey, seja na pesquisa qualitativa. O volume de homicídios registrados pela polícia em 2012, nos municípios de fronteira, estão em segundo lugar no cômputo do Estado, mas bem abaixo dos números referentes a Porto Velho. A tabela abaixo apresenta um resumo dos dados obtidos pela pesquisa:

Estatísticas criminais obtidas pela pesquisa para o ano de 2012				
	Guajará-Mirim	Vilhena	Colorado	Nova Mamoré
Furto (total)	1372	2112	281	254
Roubo (total)	123	219	6	14
Homicídio	12	24	1	5
Tentativa de Homicídio	10	53	6	6
Entorpecentes (tráfico)	49	60	0	21
Estupro	3	30	3	1

As principais mercadorias ilícitas que saem do Brasil para a Bolívia são divisas (moeda), madeira e veículos. As principais mercadorias que entram da Bolívia no Brasil são: drogas, principalmente pasta base de cocaína; armas, principalmente revólveres e pistolas; e bebidas e cigarros.

No sistema penitenciário em Rondônia verifica-se um aumento continuado e acentuado no número de presos por tráfico internacional, como se observa no próximo gráfico:



O aumento de 17 para 258 presos por tráfico internacional em sete anos é significativo de uma maior repressão ao tráfico internacional no Estado, seja pela polícia federal, seja pela polícia estadual.

Recomendações

- Uma parte importante da divisa fluvial é encachoeirada, impedindo o controle policial por via fluvial, mas não o tráfico em canoas e balsas. Recomenda-se abertura de estradas às margens do rio Mamoré e Guaporé, nos trechos de difícil acesso fluvial, para controle rodoviário dos acessos a portos clandestinos;
- Instalação de um comissariado da criança e do adolescente no porto de Guajará-Mirim e em outros portos para maior controle de trânsito de menores de idade, principalmente à noite, entre os dois lados;
- Melhoria da capacidade de resposta preventiva das polícias civil e militar na proteção aos cidadãos, aumentando a elucidação de crimes contra patrimônio, principalmente de bens que servem de moeda de troca por drogas ilícitas.
- Maior controle do tráfego aéreo de aeronaves em baixa altitude, principalmente em áreas de reservas (florestais ou indígenas).

Bibliografia

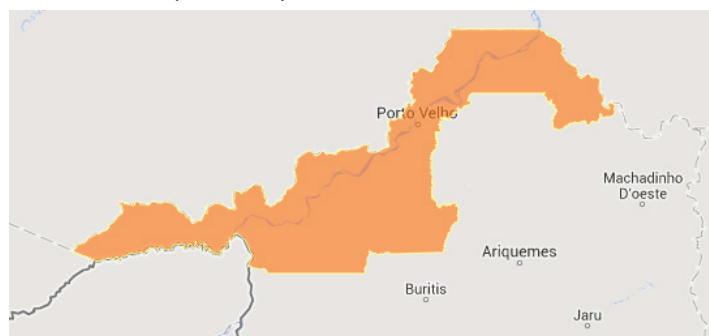
Tadeu Fernandes (s/d) "Ponta do Abunã – O Braço Ocidental de Rondônia", cópia em pdf.

Abunã – Distrito de Porto Velho

Abunã é o primeiro povoado que compõe a Ponta do Abunã na rodovia BR 364, sentido Porto Velho (Rondônia) – Rio Branco (Acre), ressaltado no mapa. A Ponta do Abunã é uma faixa que pertence ao município de Porto Velho onde estão localizados os Distritos de Abunã, Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre e Fortaleza do Abunã.

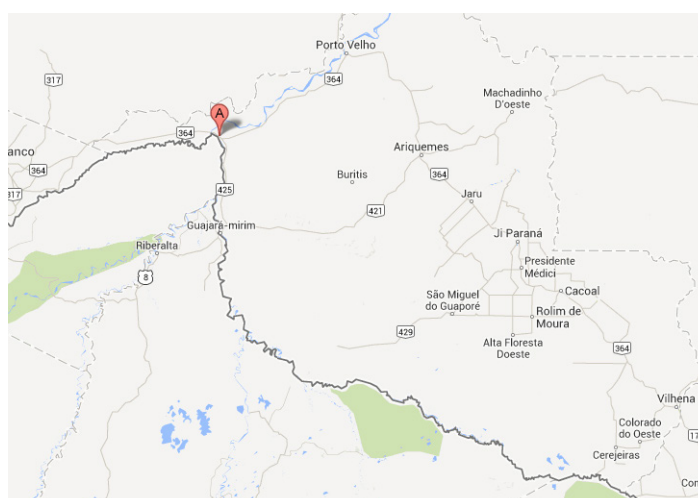
Esta região é uma faixa de terra entre a fronteira da Bolívia e a divisa do Estado do Amazonas. Conflitos e crimes ocorridos nos ramais do Amazonas são registrados nas delegacias de Extrema. Além, disso, não há em toda a BR 364 qualquer posto da polícia Rodoviária Federal.

Mapa–Município de Porto Velho e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110020&search=rondonia|porto-velho> (acessado em 01 de outubro de 2013)

Mapa – Localização do Distrito de Abunã no município de Porto Velho



DADOS GERAIS
Criação do Município de Porto Velho: lei nº 757 de 2 de outubro de 1914.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 34.096,388 km ²
Fronteiras: Bolívia, Estados do Acre e Amazonas e municípios de Nova Mamoré e Buritis
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2010): 428.527 habitantes
Densidade demográfica: 12,57 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,56
PIB (2010): R\$ 7.522.929,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.636,36
IDH-M (2010): 0,736
Gentílico: porto-velhense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico¹

Abunã, distrito de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, se estende por uma larga faixa, a Ponta de Abunã, que começa nas imediações da capital e se estende por 220 km em direção ao oeste, encontrando em sua extensão a fronteira com a Bolívia e o Acre. A denominação do distrito pode ser encontrada em vários aglomerados dessa faixa, que compreende a chamada Ponta do Abunã. Residem atualmente no distrito cerca de 2.500 pessoas, das quais 912 são eleitores. Abunã foi, no passado, uma vila com mais de 8 mil habitantes, mas com o declínio do ciclo da borracha e da mineração de ouro perdeu grande parte de seus moradores. Agora parece entrar em novo ciclo de crescimento em virtude da construção de um frigorífico e das indenizações pelas enchentes provocadas pela construção da usina hidrelétrica de Jirau. No entanto, teme-

1 Fonte: IBGE

se que o distrito desapareça com novas cheias que venham a ser provocadas por Jirau, que obriguem à dispersão de sua população para outros distritos.

Porto Velho surgiu como porto fluvial à margem direita do Rio Madeira. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, baseada em relatórios técnicos, decidiu transferir do município de Santo Antônio para Porto Velho a estação inicial da ferrovia, local também preferido pelos ferroviários da Companhia (Madeira-Mamoré Railway Co.). Com as obras de saneamento e construção das instalações para os serviços ferroviários, foram removidos de Santo Antônio para Porto Velho todo o pessoal, o que levou a considerável surto populacional no novo núcleo e grande aumento nos movimentos de seu porto, base para a criação do novo município, em 2 de outubro de 1914 e a vila de Porto Velho instalada a 24 de janeiro de 1915. Em 7 de setembro de 1919 Porto Velho é elevada à condição de cidade e, com a criação do território federal do Guaporé, em 13 de setembro de 1943 (que em 1956 passará a se chamar Rondônia, em homenagem ao velho marechal Rondon, desbravador da região), Porto Velho passou à condição de capital do território, posição que conservou quando, em 22 de dezembro de 1981, o território foi elevado à categoria de Estado.

Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Velho, município capital onde se localiza Abunã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População de Porto Velho (2010): 428.527 habitantes
Homicídios (2011): 38,33/100.000 habitantes
Instituições de segurança: Polícia Militar
Taxas: Efetivo dos Operadores da Polícia Militar /Mil habitantes = não se aplica, porque não sabemos a população do distrito, apenas da capital

No período entre 1998 e 2010 o Estado de Rondônia apresentou taxas de homicídio superiores à taxa nacional, mas as taxas mais elevadas devem-se principalmente ao peso dos índices de homicídio, durante todo o período, no município da capital, Porto Velho, especialmente nos anos de 2001, 2004 e 2006, quando superaram a taxa de 60 homicídios por 100 mil habitantes, das mais altas do país. Não existem dados separados para o distrito de Abunã.

Os postos das polícias civil e militares na Ponta do Abunã não contam com efetivos suficientes para fazer o trabalho de segurança pública de forma eficiente. Em todas as entrevistas e conversas em Abunã foi recorrente a demanda por instalação de um quartel do exército na ponta do Abunã.

O efetivo da polícia militar no distrito de Abunã é mínimo, são 13 policiais, e apenas um dos soldados é morador do distrito, todos os outros residem em outros municípios. O único soldado que mora no Abunã considera complicado morar e trabalhar no mesmo lugar, por causa do contrabando de drogas e armas. Mais de 100 policiais já passaram por Abunã, mas logo pedem transferência.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) ¹		
Homicídios (2012) ¹		
	Polícia Militar	
Unidades	1 Posto Fixo e 1 Quartel	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	13
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	1	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	-	
Scanner	-	
Internet	Sem acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Suficientes	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	1	
Rádio portátil (HT)	3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	-	
Colete antibalísticos	13	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	13	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	8	
Carabina	1	

Espingarda	1
Metralhadora	-
Submetralhadora	-
Fuzil	-
Revólver	-
Pistola	7
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar
	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim
Capacidade	5
Média de presos/mês	8
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar
	*
¹ Não consta informação para o território, já que se trata de distrito do município de Porto Velho.	

Polícia Militar

No distrito de Abunã, localizado no município de Porto Velho, há um quartel e um posto fixo da Polícia Militar em atividade (não há batalhão de fronteira). Não há conexão com a internet nesta instituição, porém está em uso uma série de sistemas de administração, tais quais como o sistema de controle de armas e de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizadas fichas em papel em fichários e há produção de informações estatísticas, não sendo efetuada a inclusão destas no Infoseg. Por não haver banco de dados, não há, portanto, integração ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de brigas por embriaguez.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público. O entrevistado não soube responder se a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município participa de grupo de patrulhamento ou operação de fronteira quando há missões que necessitam de apoio logístico. Em Porto Velho, a Polícia Militar não troca informações nem colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho, assim como não se beneficia do apoio de membros do Ministério das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. Esta instituição não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública. O entrevistado não soube responder se participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), mas relatou que não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores da Polícia Militar

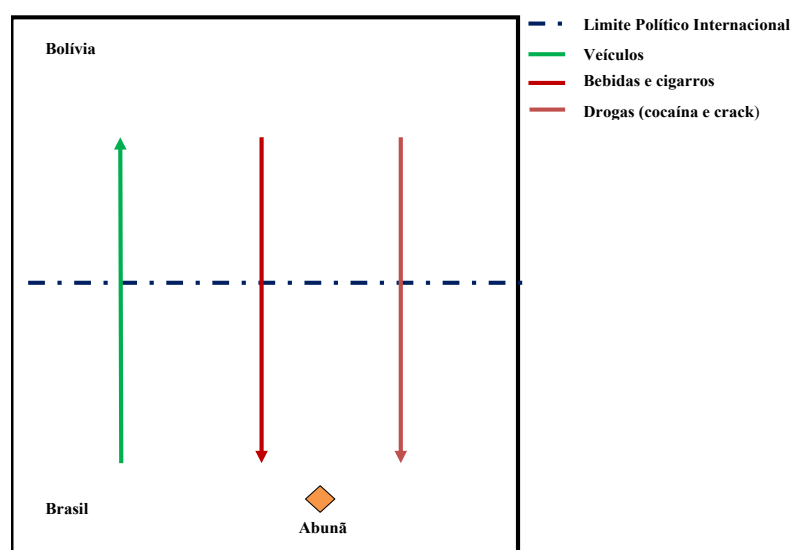
Particularidades da situação de Fronteira

O oficial da Polícia Militar entrevistado não soube responder se o fato de o distrito de Abunã estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. O mesmo está em total desacordo com as seguintes afirmativas:

1. “Apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “O distrito de Porto Velho possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “A posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Abunã-Porto Velho, o tráfico de drogas foi assinalado como o principal, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais.

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Abunã-Porto Velho e Bolívia



Com base na opinião do entrevistado, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os veículos. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação são: bebidas, drogas como cocaína e crack, e cigarros.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções do representante da Polícia Militar

entrevistado na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto, roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Abunã-Porto Velho

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a Funcionários públicos	Vendas de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Para o representante da Polícia Militar, o tipo mais frequente de furto é o realizado em residências, assim como os roubos. Vale ressaltar que o oficial da Polícia Militar disse não haver ocorrências de extorsão nem de propina a funcionários públicos em Abunã. Quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: conflitos domésticos e brigas de bar. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências.

Aspectos Qualitativos da Segurança Pública

A Polícia Militar é subordinada ao batalhão de Guajará-Mirim, mas os registros das ocorrências devem ser feitos em Porto Velho. O responsável pelo grupamento policial de Abunã fica em trânsito entre os dois municípios e Abunã. Todos os policiais que trabalham em Abunã, com exceção de um soldado, residem em outros municípios. Durante os cinco dias em que os pesquisadores ficaram em Abunã, o sargento responsável pelo GP só foi encontrado no último dia.

O administrador do distrito recusou-se a gravar entrevista. Havia acusações diversas sobre ele, inclusive de que havia um abaixo assinado com 800 assinaturas para retirá-lo do cargo. O cargo de administrador do distrito é indicação do vereador mais votado na região.

No trajeto até o município é possível perceber um pouco da relação que ao longo dos anos Rondônia tem estabelecido com o meio ambiente, a princípio talvez, pelo fato da região ter sido povoada por muitos fazendeiros e madeireiros que pensam na floresta sob a lógica do mercado, isso talvez tenha feito com que grande parte da cobertura vegetal tenha desaparecido.

A paisagem torna-se cansativa devido às inúmeras fazendas e seus muitos hectares de pasto com numerosas cabeças de gado, isso acena para o fato de ter havido mudanças drásticas na forma de organizar o espaço rural e essa é uma imagem que vai se repetir no caminho para todos os municípios por onde passamos.

Abunã é um distrito de Porto Velho que margeia a BR 364, os veículos precisam seguir viagem e atravessar o rio em balsas até chegar a Rio Branco – Acre, no entanto, o mais curioso é que embora tenha o tamanho de um pequeno bairro, esse município tem

problemas que o assemelham a cidades de médio porte. Em Abunã (onde está localizado o abatedouro da região) são abatidos 300 bois por dia, e no verão chega a 500 bois por dia.

O fato de estar localizado na fronteira com outro país não representaria um problema para os habitantes desse município se existisse ali a estrutura mínima necessária para a sobrevivência daquela população.

Seus habitantes dispõem de apenas um posto de saúde, uma escola, uma quadra de esporte e um Grupamento de Polícia Militar. As polícias civil, Federal, Rodoviária Federal, Exército, entre outros, não possuem posto no local, mesmo sendo de extrema importância não só para a segurança dos moradores, mas também pelo fato de resguardar as entradas do país.

Outro aspecto interessante é quanto à subida das águas do rio não só do Rio Madeira, mas também dos igarapés e outros pequenos cursos d'água que encontramos às margens da rodovia. Segundo os moradores de Abunã entrevistados, essas enchentes já são consequências da Usina Hidrelétrica Jirau.

Isso preocupa os moradores visto que o município vizinho (Jaci-Paraná) já perdeu quase metade do seu território, engolido pelas águas depois do início das obras de Jirau.

Uma acusação recorrente é de que todos são envolvidos com tráfico. Quem ganha dinheiro é acusado de tráfico de drogas. As reclamações gerais giram sobre o tráfico, insegurança, falta de contingente policial e militar. Afirmam que Abunã é um lugar de passagem de drogas e motos. Saem do Brasil para a Bolívia motos e carros e entram drogas e armas. Falaram também do tráfico de pessoas e de prostituição, sobre os quais não conheciam detalhes.

Falta infraestrutura, as estradas são muito ruins, o posto policial tem efetivo muito pequeno, apenas 13 policiais que se revezam no trabalho. Uma viatura pequena que não é compatível com a qualidade da estrada e com o atendimento das ocorrências de venda de motos. É um carro pequeno, sem carroceria. Quando apreendem motocicletas não tem como carregar até um lugar seguro.

Além disso, quando acontece uma ocorrência qualquer reforço demora mais de 2 horas e meia para chegar por causa das péssimas condições das estradas.

Falta assistência médica, uma vez que o posto de saúde não conta com médico, somente com enfermeiro.

Os moradores entrevistados afirmam também que, geralmente, os adolescentes do lugar não são cooptados para o tráfico de drogas, os traficantes já vem com o transporte. "A droga que passa não fica aqui".

A reclamação geral foi com respeito às usinas hidrelétricas, que vieram para prejudicar a população local.

Uma parte da equipe foi de carona no carro da polícia de Abunã para Nova Mamoré, e puderam conversar informalmente com o sargento responsável pelo Grupamento Militar de Abunã. Ele parou em um “porto” clandestino conhecido como “Mangueira”, por onde passam motos para Bolívia. A foto abaixo é do referido “porto”.



Alguns portos clandestinos são marcados com sacolas plásticas amarradas nas árvores da beira da estrada, segundo o policial que entrevistamos em Abunã. No entanto, o porto da foto acima é tão conhecido que sequer precisa de marcações, conforme nos informou.

A principal questão reafirmada no grupo focal em Abunã é a de ser um distrito por onde passam as motos roubadas vindas de Porto Velho e adjacências. Abunã, Nova Mamoré e Guajará Mirim sofrem com estes problemas. As motos são levadas para portos clandestinos e atravessam de barco para o outro lado do rio Madeira até a Bolívia.

No lado boliviano não há cidade, apenas quartéis do exército de fronteira a cada 10 km na margem do rio. Mas existem muitas “linhas”, estradas abertas, por onde passam as motos provenientes do Brasil.

Além disso, a reclamação geral é de que os veículos que passam para a Bolívia andam livremente naquele país. E os próprios oficiais do exército bolivianos andam com carros brasileiros contrabandeados.

Recomendações

(Serão elaboradas ao final do trabalho e a partir do observado também em outras realidades.)

Fotos das instituições e do distrito de Abunã, Porto Velho

Entrada de acesso ao município de Abunã – RO:



Ponte sobre o Rio Mutumparaná:



Distrito de Abunã – RO:



Penitenciária Federal de Rondônia:



Quartel do exército boliviano:



Posto de Saúde Abunã – RO:



Escola Municipal Marechal Rondon, Distrito de Abunã – RO:



Posto policial de Abunã – RO:



Porto das balsas em Abunã – RO:



Grupo focal na Escola Marechal Rondon (Distrito de Abunã – RO):



Alta Floresta d'Oeste

O município de Alta Floresta d'Oeste foi criado em 1986 e faz fronteira, a sudoeste, com a Bolívia.

Mapa – Município de Alta Floresta d'Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110001&search=rondonia|alta-floresta-d'oeste>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 104, de 20 de maio de 1986.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 7.067,025 km ²
Fronteiras: ao norte com São Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste e com Rolim de Moura, ao leste com Santa Luzia D'Oeste e com Alto Alegre dos Parecis, a sudoeste com a Bolívia e a oeste com São Francisco do Guaporé.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim
População (2010): 24.392 habitantes
Densidade demográfica: 3,45 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,58
PIB (2010): R\$ 335.644,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.743,50
IDH-M (2010): 0,641
Gentílico: alta-florense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

Com o nome de Alta Floresta d'Oeste o município foi criado pela lei nº 104, de 20 de maio de 1986, com área desmembrada do Município de Costa Marques.

Diagnóstico da segurança pública

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 24.392 habitantes
Homicídios (2011): 12,38/ 100.000 habitantes
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Justiça
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 0,57 policiais/1.000 habitantes
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 0,61 policiais/1.000 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 24.069 habitantes				
Homicídios (2012) = 7				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 Delegacia		1 posto fixo e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	14	Praças	35
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e precisando de reformas		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	18		4	
Impressora	9		2	

Segurança Pública nas Fronteiras

Telefone fixo	6	1		
Fax	-	-		
Scanner	2	-		
Internet	Com Acesso	Sem Acesso		
Estação de rádio analógica	-	1		
Estação de rádio digital	1	-		
Equipamento de visão noturna	-	-		
Aparelho de TV	-	1		
Gravadores	-	-		
Máquina Fotográfica	1	-		
Filmadora	1	-		
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	4	-	1	2
Viatura até cinco pessoas	-	-	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	1	1	3	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	-	-	-
Rádio em viaturas (digital)	3	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	2	-
Rádio portátil (HT)	6	-	6	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	1	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	6	-	10	-
Colete antibalísticos	12	-	21	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	21	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	**	-
Carabina	1	-	**	-
Espingarda	1	-	**	-
Metralhadora	-	-	**	-
Submetralhadora	1	-	**	-
Fuzil	-	-	**	-
Revólver	5	-	**	-
Pistola	15	-	**	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	**	-
Bomba de efeito moral	*	-	**	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	**	-
Outro	-		**	-
	-		**	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes, mas quantidade insuficiente		Suficientes	

Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	40	*

Polícia Civil

Segundo o representante da polícia civil entrevistado, os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Federal e os Bombeiros. Na sua opinião, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando de patrulhamentos da Força Nacional, Exército, Polícia Federal e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A instituição não participa de qualquer coletivo de segurança pública, mas o entrevistado acredita que a participação melhoraria as condições de sua atuação.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza os seguintes sistemas administração: de recursos humanos, de controle e manutenção de equipamentos e de protocolo, sendo que os sistemas de controle de munição e armas ainda estão em desenvolvimento. Quanto aos sistemas de informação, a instituição conta com os seguintes: sistema de registro de ocorrência, de inquéritos e de georreferenciamento. É feita a inclusão dos dados no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2005.

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado no município de Alta Floresta D' oeste, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e tráfico de drogas. Os maiores parceiros da instituição nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira nem de grupos coletivos de gestão de segurança pública. O entrevistado não soube responder se esta unidade participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). A unidade não participa Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância Inicial							
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	40						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	

Justiça

Segundo o juiz entrevistado, o município de Alta Floresta D'Oeste possui uma comarca de entrância inicial com vara única, além de Juizado Especial Criminal e Vara da Infância e Juventude. A sede judiciária dispõe de um carro e a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade. Há conexão com a internet.

Estima-se que por volta de 200 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração em uso nesta comarca são o sistema de recursos humanos, de estoque, de controle de armas, de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo, de distribuição de autos e financeiro. Os sistemas de informação existentes pela instituição são: sistema computadorizado, produção e divulgação de estatística, organização de dados em tabelas, listas em papel e fichas em papel em fichário, estando o banco de dados integrado aos demais sistemas de informação. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda totalmente que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Os juízes tampouco participam ou apoiam operações de fronteira.

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar entrevistado, dentre os direitos violados registrados os três mais comuns são: abuso ou exploração sexual, abandono da escola e envolvimento com ato infracional. Ainda segundo o entrevistado, a instituição não encontra quaisquer dificuldades.

Ministério Público

Segundo o representante do Ministério Público de Alta Floresta D'oeste entrevistado, desde o ano de sua criação, em 1992, a instituição vem produzindo estatísticas de denúncias com relação à violência contra a mulher e para os relatórios internos da instituição. Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Nacional

do Ministério Público, apoia a operação de fronteira intitulada “Incursões Pontais” e participou do ENAFRON nas iniciativas Meta Inquérito Zero (agilidade na conclusão de inquéritos pendentes até 2007). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Alta Floresta D’oeste são: o Ministério Público Federal, Polícia Federal, IBAMA, a Polícia Militar e a Polícia Civil, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário Estadual. No ano de 2012 não houve atuações do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços. A instituição sofre com a falta de recursos materiais e de recursos humanos.

Percepção dos operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

A maioria dos representantes das instituições locais entrevistados, não considera que a proximidade com a fronteira seja positiva para o desenvolvimento econômico de Alta Floresta D’oeste.

Os representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar assinalaram total desacordo e o da Justiça mais desacordo com a afirmação de que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. O representante da Polícia Civil assinalou total acordo, o da Polícia Militar mais desacordo e o da Justiça total desacordo com a afirmativa de que o município “o município de Alta Floresta D’oeste possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”, Quanto à afirmativa “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”, o primeiro está mais de acordo, o segundo mais em desacordo e o terceiro concorda totalmente.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Alta Floresta D’oeste foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e armas, crimes ambientais, exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal e disputas de terras. Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira, precursores químicos, alimentos, animais e moeda. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam madeira, bebidas, crack, cocaína, pasta base, pistola e munição.

No ano de 2012, as mercadorias citadas dentre as principais apreendidas foram madeira, bebidas, crack, maconha, cocaína, pasta base, pistola e veículos. Houve consenso em torno da frequência de ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram crack, cocaína, maconha, pasta base e inalantes.

Neste município há, em média, 6 barreiras fixas ou móveis da Polícia Civil e 2 da Polícia Militar. Segundo o entrevistado da Polícia Civil as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo a multiplicação das rotas e o deslocamento para o meio aéreo, mudança desconhecidas pelo representante da Polícia Militar.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Alta Floresta d'Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser no comércio e em residência, seguido de furto de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a transeunte, de motocicletas e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e cheques sem fundo. O único tipo de extorsão citado foi extorsão simples. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram conflitos de vizinhos, situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos, em brigas de bar, em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes são o estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas e estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a ocorrência mais frequente. Na opinião do Juiz entrevistado, os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade seriam furto e roubo.

Outras informações dos pesquisadores

Em Alta Floresta D'Oeste é intenso o contrabando de armas por área indígena, assim como o das drogas. Com relação aos estoques de armas, a cidade tem um bom estoque, mas o comandante da Polícia Militar se recusou a nos informar sobre isso, disse que é

muito perigo revelar o quantitativo de armas. Ele teme algum tipo de invasão a delegacia por conta do grande quantidade de armamento. Não foram relatados casos de mortes com arma de fogo na cidade, nem na área indígena. Apesar de sabermos que existe (por meio de conversas informais com outros moradores), isso não foi um dado salientado pelos policiais da cidade. Os acontecimentos mais mencionados em Alta Floresta D'Oeste são os crimes ambientais, como a retirada ilegal de madeira e a pesca predatória.

A cidade conta com boa infraestrutura (hospitais, comércios, escolas, etc). O asfalto está em boas condições e tem uma linha de ônibus que faz o trecho Pimenta Bueno – Alta Floresta do Oeste. Alta Floresta tem uma boa rede de comércio se comparada a Alto Alegre, e um fluxo razoável de veículos para uma cidade do interior e com o seu tamanho, com muitos veículos novos. Casas com padrão de classe média alta, no centro da cidade e no bairro Santa Felicidade foram também observadas.

Mais tarde durante a aplicação do questionário na Polícia Civil, no momento em que falávamos do tráfico de drogas na cidade, o entrevistado disse: *você já viu a quantidade de mansões na cidade, isso tudo é fruto do tráfico, a gente sabe, mas não consegue pegar, os caras são empresários na cidade, usam o comércio pra lavar dinheiro do tráfico, mas como é que a gente vai provar se a gente não pega uma paranga² com eles.*

Para o agente de polícia, o tráfico em Alta Floresta é maior que em outros municípios bem maiores. Em tom de desabafo ele disse: *eu não vou colocar minha vida em risco, eu tenho família, com uma espingarda eu consigo acertar um traficante a mais ou menos 200 metros aí na fronteira, mas com um fuzil o traficante me acerta a uns 1000 metros e aí, é muita desvantagem.*

Adotando as devidas precauções, há muito o que verificar a partir da fala do agente de polícia. De fato a polícia civil da cidade não tem estrutura, o prédio está em condições precárias, assim como nos outros municípios, e é preciso firmar outro tipo de parceria com o poder judiciário municipal, pois ambas as instituições parecem estar longe uma da outra e da sociedade civil.

Mesmo sendo uma cidade considerada corredor do tráfico, Alta Floresta tem mínima presença de órgãos de segurança e nada de ações para educar a população, em especial os jovens, sobre os problemas que a cidade tem enfrentado. A cidade parece ter aprendido a conviver com esses problemas de forma passiva.

2 Nome dado ao papelote de droga no Estado de Rondônia.

Fotos Das Instituições e do Município de Alta Floresta do Oeste

Delegacia de polícia civil de Alta floresta do Oeste – RO:



Ministério Público de Alta Floresta do Oeste – RO



Fórum Min. Aliomar Baleeiro–Alta Floresta do Oeste – RO:



Alto Alegre dos Parecis

Município novo, criado em 1994, Alto Alegre dos Parecis tem fronteira ao sul com a Bolívia.

Mapa–Município de Alto Alegre dos Parecis e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110037&search=rondonia|alto-alegre-dos-parecis>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 570, de 22 de junho de 1994.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 3.958,273 km ²
Fronteiras: ao leste com Santa Luzia D'Oeste, Parecis e com Pimenteiras do Oeste, ao sul com a Bolívia e a oeste com Alta Floresta D'Oeste.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 12.816 habitantes
Densidade demográfica: 3,24hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 159.025,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.398,66
IDH-M (2010): 0,592
Gentílico: alto-alegrense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Município foi criado na data de 22 de junho de 1994, através da Lei nº 570, com áreas desmembradas dos Municípios de Alta Floresta d'Oeste e Cerejeiras.

Diagnóstico da Segurança Pública

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 12.816 habitantes
Homicídios (2011): 23,39/100.000 habitantes
Instituições de segurança: Polícia Militar e Justiça
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1,17 policiais/1.000 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 12.833 habitantes		
Homicídios (2012) = 3		
Unidades	Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar Nova e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	2	
Impressora	2	
Telefone fixo	1	
Fax	1	

Segurança Pública nas Fronteiras

Scanner	2	
Internet	Sem acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Atende frequentemente às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	2	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	3	
GPS em viaturas	5	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	5	
Colete antibalísticos	12	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	-	
Carabina	-	
Espingarda	1	
Metralhadora	1	
Submetralhadora	-	
Fuzil	-	
Revólver	6	
Pistola	8	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não	
Capacidade	*	
Média de presos/mês	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, os seus maiores parceiros nas operações realizadas no município de Alto Alegre dos Parecis são a Polícia Civil, o Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público, sendo que, na sua opinião, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. A Polícia Militar participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira neste município, mas não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. A instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tampouco das Operações Sentinela. A polícia militar não participa de coletivos de gestão de segurança pública e, na opinião do entrevistado, tal participação não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município.

Em Alto Alegre dos Parecis, a Polícia Militar não possui uma relação amigável e colaborativa com os órgãos de segurança pública do país vizinho e tampouco se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição estão em uso os seguintes sistemas de administração: de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e munição e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados os seguintes: georreferenciamento de crimes; controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; e fichas e fichários de ocorrências. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	1
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar entrevistado, dentre as violações de direitos registradas pelo órgão, os três tipos mais comuns são: abandono da escola, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com o ato infracional. Ainda segundo o entrevistado, as principais dificuldades enfrentadas pelo órgão são: falta de entidades para receber crianças e atender famílias; dificuldades no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o poder executivo; falta de

reconhecimento do órgão pelo poder público; a falta de ação articulada com os outros órgãos do poder ou da administração pública; a falta de uma rede de atendimento que inclua bombeiros, Polícia Federal, etc.

Percepção dos operadores das instituições de segurança pública e de representação da sociedade civil

Particularidades da situação de fronteira

Para os representantes de instituições locais entrevistados proximidade do município com a fronteira não é positiva do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico. Na opinião do representante da Polícia Militar, o município serve apenas de passagem para a fronteira, não havendo consumo. O mesmo está em total desacordo com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município do Oiapoque possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no Alto Alegre dos Parecis foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e armas. As principais mercadorias que circulam do país vizinho para o Brasil seriam o crack e a pasta base. As mercadorias mais apreendidas em 2012 foram a madeira, o crack, a pasta base e o revólver. Tomando este mesmo ano por referência, o entrevistado afirma que foram frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack e maconha. Neste município não há barreiras fixas ou móveis da Polícia Militar. Segundo o entrevistado, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da criminalidade local

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Alto Alegre dos Parecis

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, os tipos mais frequentes de furto ocorrem no comércio e em residência. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e fraudes comerciais. Apenas a extorsão simples foi citada. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas foram situação doméstica e brigas de bar. A maior causa assinalada para os homicídios dolosos é referente a conflitos entre trabalhadores de fazendas e outras propriedades. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no Alto Alegre dos Parecis sejam os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências.

Observações dos pesquisadores

Os empregos vêm da agricultura familiar, pecuária, dos órgãos públicos e do pequeno comércio local, embora tenha muita fazenda de gado de leite e corte, o dinheiro dessa atividade não fica no município, assim como em Costa Marques, Alto Alegre não possui indústria de beneficiamento do produto, dessa forma, esse leite é levado para a capital ou mesmo, para outros estados, como o Mato Grosso do Sul, onde é industrializado, gerando renda nos impostos para aquele estado.

Outra atividade que também emprega é a roçada³, mas durante os períodos de realização dessa atividade, sempre é registrada alguma morte, pois os trabalhadores costumam fazer uso de muita bebida alcoólica e entre uma bebedeira e outra surge um desentendimento e por consequência um homicídio, segundo informou um dos entrevistados.

O Comandante do batalhão da Polícia Militar disse que a alguns meses aconteceu um caso desses, um trabalhador assassinou o companheiro e enterrou o corpo lá mesmo na sede da fazenda, mas a polícia descobriu e o prendeu. Bem, estes são os casos em que a polícia fica sabendo, porém, nem sempre todos os casos são denunciados e solucionados. Provavelmente há subnotificação de homicídios sempre que nenhum parente ou amigo reclame do desaparecimento.

Embora seja pequena, a cidade enfrenta um sério problema com o tráfico e consumo de drogas e álcool envolvendo tanto adultos, quanto menores, embora a polícia saiba quem são os envolvidos, considera que é difícil de pegá-los em atividade. Embora o comandante da polícia militar tenha dito que está tentando controlar a situação, a coisa parece estar um pouco longe de ter fim, até porque alguns dos envolvidos são de famílias com alto poder aquisitivo.

3 Atividade onde se contrata de modo informal um número de trabalhadores rurais itinerantes ou não, para roçar alguns hectares de terra e o que mais houver de serviços na fazenda.

Outro aspecto é o fato da delegacia ter poucos recursos e pouco efetivo policial, reclama-se que o governo do estado não investe no aparelhamento daquele batalhão, um exemplo disso é que a TV foi doada por uma farmácia, o computador pelo Fórum, a sede do Batalhão foi reconstruída com dinheiro doado por terceiros e mão-de-obra dos soldados e detentos, ou seja, foi uma ação conjunta da sociedade civil e um órgão público.

Existem muitas fazendas na região de Alto Alegre, mas também uma comunidade indígena e área de minério de cobre ilegal. Isso representa um grande problema, pois aparentemente algumas dessas fazendas podem estar servindo ao tráfico, disponibilizando faixas de terra para o pouso de aviões ou apenas arremesso da droga via aeronaves pequenas que voam rasante próximo às copas das árvores para realizar essa atividade, sem falar nos crimes ambientais que esses fazendeiros cometem como retirada de madeira ilegal. Todos esses aspectos foram apontados pelo Comandante da PM local e outros agentes policiais.

As terras indígenas também sofrem com esse tipo de prática, pois segundo informações do mesmo Comandante, há envolvimento dos índios da região com a derrubada e venda ilegal de madeira, todavia o agente policial entrevistado relatou que se deve ver esse aspecto com cuidado, pois há indícios de que esses índios estão sendo pressionados pelos traficantes de droga e madeira para participarem desses crimes.

Quanto à mineração, esta foi freada pelo governo local não só por ser crime, mas pelo fato de empresas estrangeiras terem a concessão da área para exploração do cobre, no entanto, a retirada do minério só não começou por não haver necessidade no momento. Inclusive o Comandante da PM local disse que uma das empresas concessionárias é de propriedade da família real Britânica⁴, ou seja, não se sabe ainda qual a parcela do município nesse negócio e quem mais sairá perdendo, devido ao fato do minério se encontrar em terras supostamente dos índios da região.

Enfim, pode-se dizer que Alto Alegre não apresenta um cenário muito diferente das outras cidades, a falta de estrutura na segurança, mas principalmente nas questões ligadas a economia e educação dos municípios estão fazendo com que as alternativas para seus cidadãos sejam cada vez menores.

O risco aumenta quando se considera que a cidade está numa linha de fronteira com quase nenhuma fiscalização, onde a falta do poder público deixa caminho aberto para grupos de poder locais e traficantes, instalados dentro da cidade, atuarem com pouquíssima restrição.

4 Essa informação será verificada posteriormente.

Fotos das Instituições de Alto Alegre dos Parecis

Batalhão da Polícia Militar de Alto Alegre dos Parecis



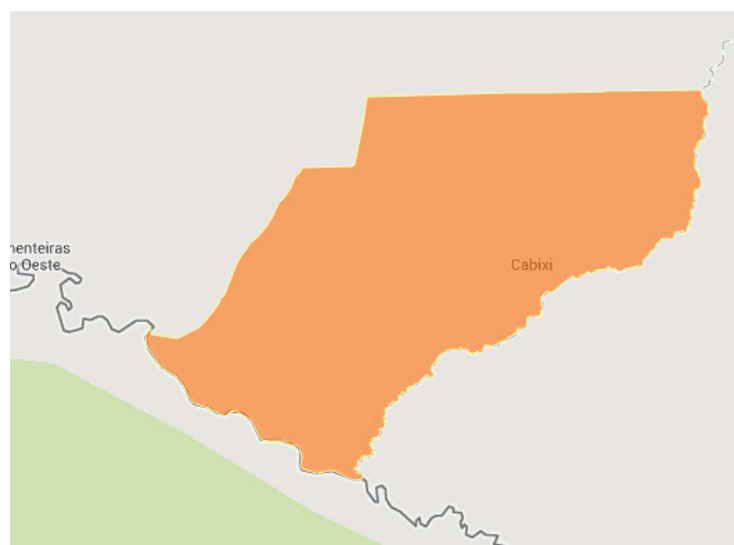
Conselho Tutelar de Alto Alegre dos Parecis



Cabixi

Cabixi, como Colorado do Oeste, resultou do povoamento da região acelerado pelas fortes migrações de produtores nos anos 70, que deu origem ao Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro. Transformou-se em Município em 6 de julho de 1988.

Mapa – Município de Cabixi e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110010&search=rondonia|guajara-mirim>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: 6 de julho de 1988.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 1.314,362 km ²
Fronteiras: Bolívia e municípios de Pimenteiras do Oeste, Colorado do Oeste

Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 6.313 habitantes.
Densidade demográfica: 1,68 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 99.399,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.755,15
IDH-M (2010): 0,65
Gentílico: cabixiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

Ainda no século XVII os bandeirantes paulistas que chegaram pela primeira vez à região denominaram de Cabixi, em homenagem aos índios que ali habitavam, ao rio que nasce na Chapada dos Parecis e deságua no rio Guaporé. Segundo consta, Cabixi era o nome pelo qual os índios Cozarini, da nação Nhambiquara, eram chamados pelos índios Uaimaré e Caxiniti, do grupo Parecis.

O projeto integrado de colonização Paulo Assis Ribeiro criou uma povoação nas proximidades da margem direita do Rio Cabixi, e a localidade recebeu o nome do rio. Foi elevada à categoria de município, com o mesmo nome, em 6 de julho de 1988, com área desmembrada do município de Colorado do Oeste.

Diagnóstico da Segurança Pública em Cabixi

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 6.313 habitantes
Homicídios (2011): não foram registrados homicídios
Instituições de segurança: Polícia Militar, Conselho Tutelar.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1,90 policiais/1.000 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, os maiores parceiros da instituição nas operações realizadas no município são o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA, sendo que, na sua opinião, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. A Polícia Militar não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas o entrevistado

afirma que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar. A instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e tampouco participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. A instituição também não tem participado das Operações Sentinela.

A Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Também não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição não está em uso quaisquer sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados os seguintes: sistema computadorizado (bancos de dados); controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; fichas em papel e fichários de ocorrências. Efetua-se inclusão destas no Infoseg.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Adequadas	

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar de Cabixi entrevistado, dentre as violações de direitos registradas pelo órgão, as mais comuns são: envolvimento em ato infracional, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual. Ainda segundo o entrevistado, as principais dificuldades enfrentadas pelo órgão são: dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; e despreparo dos conselheiros.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

O representante da Polícia militar entrevistado, não soube dizer se a proximidade com a fronteira é ou não positiva para o desenvolvimento do município de Cabixi. Segundo ele, não há contato com estrangeiros. Confrontado com as afirmativas abaixo, ele disse discordar das duas primeiras e concordar com a terceira:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município do Oiapoque possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, os principais são a imigração ilegal e o tráfico de drogas seguido de armas. As mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira e alimentos. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam cigarros, Cds e dvds, maconha, cocaína, pistola, revólver, munição e outros que não especificou. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram cds e dvds, maconha, revólver, munição e outros. Tomando este mesmo ano por referência, as ocorrências envolvendo drogas foram ocasionais. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram maconha, crack e cocaína.

Neste município há, em média, três barreiras fixas ou móveis da Polícia Militar que ocorrem três vezes ao mês. Segundo o entrevistado, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção do representante da Polícia militar entrevistado, entende-se que no município de Cabixi, os crimes mais frequentes são os furtos. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Cabixi

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: situação doméstica, brigas de bar. As suas principais situações em que ocorrem homicídios são conflitos de terra e brigas de bar. O crime sexual mais frequente é o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu também como a mais frequente dentre outras ocorrências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e cheques sem fundo.

Observações dos pesquisadores

O caminho da estrada até Cabixi, pelas vias “legais”, não pelas “linhas”, como fomos a partir de Pimenteiras do Oeste, é repleto de placas anunciando as maravilhas da pesca turística. São placas que atraentes e a função daquela cidade parece passar a mensagem “não há nada de interessante depois daqui”. Cabixi é o município vizinho de Pimenteiras do Oeste, mas tem uma boa estrada de acesso, no percurso que vem de Colorado do Oeste.

As instalações da Polícia Militar em Cabixi são muito precárias. O aparelho de ar-condicionado estava suspenso com auxílio de um cassetete velho. Como nos outros municípios pelos quais os pesquisadores haviam passado, a internet era paga pelos policiais. As algemas e cassetetes também eram custeados pelos próprios funcionários. Material de expediente era conseguido também, através da colaboração de todos.

Ao perguntarmos sobre os crimes que ocorrem com mais frequência na região, o sargento respondeu que quase não ocorriam crimes. Só tinham casos de “Maria da Penha, porque essas mulheres agora... qualquer coisa é Maria da penha”, disse. Sobre homicídios, na sua atuação só viu dois. Ambos de adolescentes brigando por causa de um cigarro de maconha. Os dois casos foram de mortes a pauladas na cabeça. As instalações do Conselho Tutelar são muito boas, uma das melhores que os pesquisadores viram no estado de Rondônia.

Recomendações

(Serão elaboradas posteriormente)

Fotos das Instituições de Segurança Pública de Cabixi

Município de Cabixi, Rondônia. Vista geral do acesso



Polícia Militar de Cabixi.



Conselho Tutelar de Cabixi.



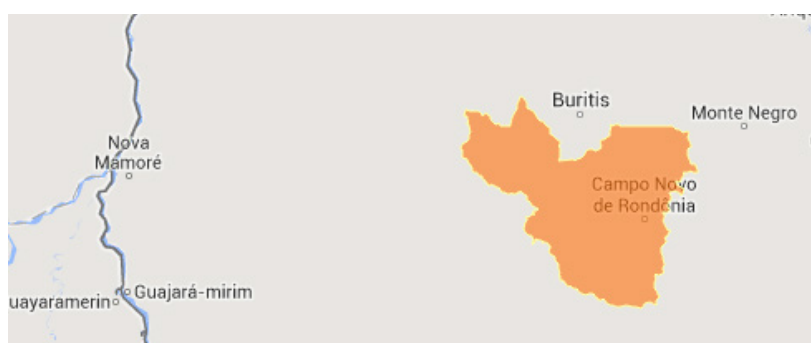
Circunscrição de Trânsito de Cabixi.



Campo Novo de Rondônia

Município relativamente novo, criado em fevereiro de 1992.

Mapa – Município de Campo Novo de Rondônia e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110070&search=rondonia|campo-novo-de-rondonia>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 379, de 13 de fevereiro de 1992.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 3.442,005 km ²
Fronteiras: ao norte com Buritis, ao sul com Guajará-Mirim e a oeste com Nova Mamoré.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 12.665 habitantes
Densidade demográfica: 3,68 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,67
PIB (2010): R\$ 152.772,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.058,71
IDH-M (2010): 0,593
Gentílico: campo-novense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

Com sua área desmembrada do município da capital, Porto Velho, Campo Novo de Rondônia ganhou essa denominação devido à construção de nova pista de pouso na região de garimpo. O município foi criado em 13 de fevereiro de 1992.

Diagnóstico da Segurança Pública

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 12.665 habitantes
Homicídios (2011): 62,71 homicídios/ 100.000 habitantes
Instituições de segurança:, Polícia Militar, Força Nacional e Justiça.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1,18 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 12.847 habitantes		
Homicídios (2012) = 11		
	Polícia Militar	
Unidades	1 quartel e 1 unidade	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	2	
Impressora	2	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	-	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	2	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-

Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	2	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	5	
Colete antibalísticos	15	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	15	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	5	
Carabina	1	
Espingarda	1	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	-	
Fuzil	1	
Revólver	2	
Pistola	13	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Quantidade suficiente, mas tipos de munição insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim	
Capacidade	2	
Média de presos/mês	10	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2012	
Efetivo	1 oficiais	4 Agentes
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas e de armas	
	Combate aos crimes ambientais	
	Apoio a outros órgãos de segurança	
	Combate à mineração ilegal	

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado o maior parceiro da instituição nas operações realizadas neste município é a Força Nacional, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. A Polícia Militar não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública e o entrevistado não soube informar se a participação em tais coletivos melhoraria as

condições de atuação da instituição. A Polícia Militar também não participa nem apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, não participou do Programa Nacional de Segurança Pública em 2012 e tampouco tem participado das Operações Sentinela.

A instituição não tem contato ou apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição não está em uso quaisquer sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados os seguintes: sistema computadorizado (bancos de dados); desde 2012, a produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais; o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; fichas em papel e fichários de ocorrências. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Força Nacional de Segurança Pública

No município do Campo Novo de Rondônia, a Força Nacional, que vem atuando desde 2012, utiliza como base para as suas operações uma casa alugada. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Não há médicos nem peritos legistas participando da operação da Força Nacional. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas e de armas, o combate aos crimes ambientais e à mineração ilegal, oferecendo apoio a outros órgãos de segurança, sobretudo à Polícia Militar de Rondônia. No ano de 2012 a força nacional atuou no ENAFRON, assim como em todas as operações para as quais foi solicitada pela polícia federal desde 2011. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são o Judiciário Estadual, o IBAMA, a Polícia Federal e as Forças Armadas.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
Unidades	Conselho Tutelar
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar Adequadas

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar entrevistado, dentre as violações de direitos registradas registrados os mais comuns são: abandono da escola, maus tratos e abandonos e envolvimento com o ato infracional. Ainda segundo o entrevistado, o

órgão enfrenta as seguintes dificuldades: falta de entidades para receber crianças e atender famílias; dificuldades no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; dificuldades no relacionamento com o poder executivo; falta de articulação com outros órgãos do poder ou da administração pública e falta um veículo próprio.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para o representante da Polícia Militar entrevistado, a proximidade com a fronteira não é positiva do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico já que o município não está ligado à fronteira. Confrontado com as afirmativas abaixo, o entrevistado disse discordar das duas primeiras e concordar com a última:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Campo Novo de Rondônia possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no Campo Novo de Rondônia foram assinalados como sendo os principais a mineração ilegal, os crimes ambientais e o tráfico de drogas, sendo também citado o tráfico de armas e as disputas de terras. Não foram citadas as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil párea o país vizinho. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam eletroeletrônicos, CDs e DVDs, cocaína, pistola e munição. Não foram citadas quais as principais mercadorias apreendidas em 2012. Tomando este mesmo ano por referência, o entrevistado Polícia Militar disse que foram frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram crack, cocaína e maconha.

Neste município há uma barreira fixa da Polícia Militar. Segundo o entrevistado, as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, entretanto, o entrevistado não soube informar quais as principais.

Percepção da Criminalidade Local

Com base na percepção do representante da Polícia militar entrevistado, entende-se que no município de Campo Novo de Rondônia, os crimes mais frequentes parece ser o de furto. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Campo Novo de Rondônia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

O tipo de furto considerado como o mais frequente ocorre em residência. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais. Segundo o entrevistado, não existem ocorrências de estelionato ou fraude. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são as brigas de bar e os conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos, foram as brigas de bar, os conflitos de terra e acerto de contas entre criminosos. Dentre os crimes sexuais, considera-se o mais frequente é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências. Não foram citados quais os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município.

Outras informações dos pesquisadores

Os pesquisadores foram até Ariquemes de ônibus e para Campo Novo de Rondônia de táxi lotação. De ônibus demorariam dois dias para fazer a pesquisa no município, o que impossibilitaria cumprirem com o calendário. Sugeriram que pedissem carona para a PM, mas não foi possível. Ouçamos os próprios pesquisadores relatarem a sua experiência de campo:

Saímos 7:30 de Ariquemes e chegamos em Campo Novo de Rondônia as 9:30. A BR tem asfalto apenas em 2/3 da extensão. Nos últimos 28 km é de barro e tem muitos buracos. Na cidade tem PM e Conselho Tutelar. Também havia uma força tarefa da Força Nacional no município. Um sargento é o responsável pelo Grupamento da Polícia Militar local. O Taxista João veio contando na viagem que Campo Novo de Rondônia é um lugar pequeno e que as pessoas vivem do garimpo e de criação de gado. Município muito pobre. A criação de gado só traz pobreza para a região, porque não emprega ninguém, só um capataz que ganha 1000 reais por mês e dois ou três peões.

João veio do Paraná com 10 anos de idade, há 25 anos. A família veio em busca de terra e foram assentados do INCRA. (João é analfabeto, uma vez que não conseguiu preencher o recibo para a equipe). Ele

disse que a estrada para Nova Mamoré não foi aberta porque políticos “não pegaram em cima”, e a estrada aprovada vai passar por Buritis (município de apenas 15 anos, perto de Campo Novo). Buritis é muito maior, e mais rica, porque a base da economia é agricultura familiar, não é centrada em fazenda. Na fazenda, segundo João, todo o dinheiro fica com o fazendeiro.

No restaurante da cidade, onde serviam churrasco, só havia carne de péssima qualidade, e no supermercado não havia frutas ou comida de qualidade, nem da produção local.

São 105km para se chegar em Jacinópolis e Nova Mamoré, (pela rodovia que constava no mapa e que não existia na prática). O taxista disse: “Essa fronteira não existe não”.

A estrada é muito bonita, a cidade é simples. Chegamos no GP da polícia militar e o sargento havia ido ao banco. Esperamos o seu retorno conversando com o soldado. Logo chegou o sargento que respondeu ao questionário.

O soldado disse que escolheu vir para Campo Novo de Rondônia porque pensou que era perto de Porto Velho, mas não é. Ele mora em Porto Velho e faz plantão 24 horas x 78 horas de folga. “Aqui é bom para trabalhar”. Apenas 10 policiais moram aqui, só 3 que não moram. O sargento está aqui há mais de 20 anos. Outro dia chegaram policiais novos que reagiram a uma briga doméstica, onde o marido estava alcoolizado, atirando no pé do homem. Foi uma grande confusão na cidade e o sargento foi chamado pela população para responder sobre o ocorrido. O soldado chamou a conselheira tutelar no GP, o que facilitou nosso trabalho. O quartel fica na BR 421, km 107, logo no início da cidade.

No resumo de um dos pesquisadores, é enfatizado que não havia passagem de Guajará-mirim para Campo Novo de Rondônia. A informação que tiveram foi de que havia uma estrada, mas ela foi fechada por ordem judicial para impedir o tráfico de drogas e madeira. Foi muito complicado para os pesquisadores saber uma forma de chegar a esse município, visto que poucas pessoas sabiam como chegar até ali. Apenas em Porto Velho, na rodoviária, é que soubemos que a única forma de ir à Campo Novo era passando por Ariquemes, pois de lá havia um ônibus, que passava apenas na segunda-feira e fazia o trajeto até Campo Novo. Outra possibilidade que os pesquisadores verificaram era a locação de um táxi, que por duzentos reais poderia leva-los e traze-los de lá.

O estado de Rondônia é dividido por microrregiões e há municípios centrais em cada microrregião, bem como há municípios secundários e aqueles que quase não têm relevância econômica no estado. Campo Novo de Rondônia e Ariquemes estão em posições extremas nessa lógica. Ariquemes é um município de grande relevância

naquela região, tem muitos supermercados, lojas de grife e redes de *fast-food*, é bem urbanizado e concentra os comandos regionais das polícias militar e civil.

Na manhã de segunda-feira, os pesquisadores pegaram um táxi lotação que fez o trajeto de ida e retorno à Ariquemes. O ônibus não parecia uma boa opção, pois saía pela manhã, mas voltava apenas às 18:00 h.

No percurso, o taxista, que morava em Campo Novo de Rondônia, foi relatando aos pesquisadores sobre a vida na cidade, sua economia e os problemas sociais. Ao passarem por Buritis, cidade vizinha a Campo Novo, e de relevância secundária no estado, o taxista comentou a beleza e organização daquela cidade. Em contrapartida, relatou a pequenez e a falta de perspectivas do município de Campo Novo de Rondônia. Cerca de vinte quilômetros antes de chegarem ao nosso destino, o asfalto da estrada acabava. Seguiram por um trecho de barro até Campo Novo de Rondônia. A paisagem, muito bonita, impressionou-os tendo em vista o quão escondido e inacessível era. Havia muitas curvas e cabeceiras de ponte de madeira dissimuladas debaixo do barro. Ouçamos o relato dos pesquisadores:

Segundo o taxista, os problemas da cidade eram o acesso, a concentração de renda nas grandes fazendas. Nada ficava na cidade, nem de bom nem de ruim. Perguntamos se haviam problemas com drogas, se passava algo no trecho fechado pela juíza. Soubemos então que algumas motos passavam pela estrada, mas eram poucas e não paravam em Campo Novo de Rondônia. “Só passam só”, ouvimos o taxista contar. Segundo ele, a cidade vivia apenas da mineração, das fazendas e do serviço público.

Ao chegarmos a Campo Novo de Rondônia nos deparamos com uma cidade pequena, com prédios feios, inclusive os públicos. Entramos no posto da Polícia Militar, buscamos conversar com o Sargento responsável, que já nos aguardava. A pesquisadora-coordenadora regional aplicou o questionário enquanto eu, o outro pesquisador, conversava com policiais e pedia-lhes que lhe indicassem onde ficava o Conselho Tutelar. Eles ligaram para o Conselho e pediram que as moças fossem até ali. Nenhum policial em Campo Novo de Rondônia gostava de trabalhar ali. Nenhum deles morava na cidade, e apenas o sargento tinha casa no município. Um dos policiais morava em Guajará-mirim, e sua esposa era professora lá. As duas conselheiras tutelares chegaram ao posto. Expliquei-lhes que precisava que uma delas respondesse ao questionário. Relutante, uma

delas respondeu e aceitou também gravar uma entrevista. Perguntei-lhe quais eram os problemas da cidade, principalmente aqueles relacionados ao seu trabalho. Ela me explicou que a principal demanda é o abandono de escola, tendo em vista que os adolescentes não se interessam em concluir os estudos. Não veem perspectivas naquela cidade, então vão trabalhar cedo na mineração, nos mercados ou “fazer bico”. Perguntei onde ficava o campo de mineração, ao que respondeu apenas que “era ali perto”. Indaguei se a mineração trazia problemas à cidade, ela desconversou. Mais uma vez questionei sobre a perspectiva dos jovens, mas dessa vez, pedi que ela me contasse “como fica a situação das mulheres, das moças? Em quê elas trabalham?”. Ela, um pouco estressada, me respondeu que as moças também não tem perspectiva, que trabalham no serviço público, ou “se perdem no minério”.

Soubemos que havia um grupo da Força Nacional na cidade. Perguntamos aos policiais se sabiam qual o motivo de haver um grupo da Força ali. Ninguém sabia. Segundo o taxista que nos trouxe, todas as pessoas na cidade sabiam que a Força Nacional estava em Campo Novo de Rondônia, mas ninguém sabia “porque”. Ele nos levou à casa onde estavam os agentes. Um portão verde de ferro e um muro médio. Batemos e a soldado lara nos atendeu. Conversamos rapidamente com ela por uma brecha no portão. Ela estava sozinha e nos convidou para entrar. Ficamos conversando no quintal da casa, ela tomava chimarrão enquanto isso.

A soldado ligou para sua equipe, avisando-os que estávamos ali, mas ninguém atendeu. Decidiu então, ligar para o chefe da missão, que estava em Ariquemes. Este, quando soube deu-lhe ordens de não falar nada para nós, que se quiséssemos saber de algo, que fôssemos até ele. Depois disso ligamos várias vezes para os outros membros da equipe, mas ninguém atendeu.

Começamos a perguntar a soldado como era ser uma agente da Força Nacional. Ela explicou muitas das dificuldades, disse que estava cansada, que talvez fosse sua última missão na Força, mesmo que pudesse renovar. Perguntamos o que eles faziam em Rondônia, ao que ela explicou ter sido por conta de uma missão na contenção da greve dos trabalhadores na Usina Hidrelétrica de Jirau. Ela comentou que os trabalhadores reclamavam da sobrecarga de trabalho, com uma folga em três meses; além da alimentação ruim, dos salários baixos e sem contemplar as taxas de insalubridade. Ela nos contou que concordava com os trabalhadores,

mas sua missão era de “fazer o que fosse preciso para conter a greve”. A soldado também nos falou da prostituição e exploração de meninas na região, dizendo que via muitas meninas, mas a Força Nacional não podia fazer nada, pois tinha uma missão específica.

Era quase hora do almoço, e a soldado nos dizia que eles viriam logo buscá-la para almoçar também. Passou-se uma hora e ninguém veio. Perguntamos à soldado porque a equipe da Força Nacional havia sido enviada para Campo Novo de Rondônia, mas ela respondeu que não sabia. Ficou conversando muito tempo, contando coisas de sua vida, de como era ser uma agente da Força; noutros momentos chegou a ficar lançando motivos possíveis de sua estada ali.

Desistimos da conversa e pedimos ao taxista que nos levasse para algum restaurante. Ele nos indicou o lugar onde a equipe da Força Nacional sempre almoçava. Fomos ao restaurante indicado, mas não havia nenhum agente da Força. Havia muitos homens na frente de um computador vendo o mapa da microrregião no Google Earth, atentos principalmente às linhas, caminhos não oficiais que encurtam as viagens, e facilitam o escoamento das mercadorias que não podem transitar nas estradas federais ou estaduais. Perguntamos se os agentes da Força Nacional haviam passado por ali, mas soubemos que ninguém os havia visto.

Depois do almoço voltamos a Ariquemes, onde tentaríamos falar com o Capitão da Força Nacional. A equipe da Força estava instalada no prédio do Batalhão da Polícia Militar. Apresentamos-nos para um cabo da Força que nos levou ao Capitão. Fomos atendidos rapidamente e segundo o Capitão, a Força Nacional estava em Campo Novo de Rondônia realizando apenas uma operação de rotina. Durante a aplicação do questionário havia um sargento em pé ao nosso lado, enquanto o cabo entrava e saía o tempo todo com mais munições, reenchendo mais ainda a sala repleta de armas. Mais tarde, fomos à rodoviária de onde partiríamos para o sul do Estado de Rondônia.

Fotos da Entrada da Cidade e do Grupamento da Polícia Militar de Campo Novo de Rondônia



Colorado do Oeste

Criado a partir do “Projeto Integrado de Colonização Colorado”, em 1975, visando ordenar a alocação de produtores que aumentaram consideravelmente o fluxo migratório para a região, Colorado do Oeste tornou-se município em 1981, sendo desmembrado do Município de Vilhena.

Mapa – Município de Colorado do Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110006&search=rondonia|colorado-do-oeste>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 1.451,061 km ²
Fronteiras: ao norte com Chupinguaia e com Vilhena, a sudeste com o estado do Mato Grosso, ao sul com Cabixi e a oeste com Cerejeiras e com Corumbiara.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 18.591 habitantes
Densidade demográfica: 12,81 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 226.177,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.158,75
IDH-M (2010): 0,685
Gentílico: coloradense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

No início da década de 70 aumentou consideravelmente o fluxo migratório para o território federal de Rondônia, com uma ocupação desordenada na região entre a cidade de Vilhena e o Rio Guaporé. Decidiu, então, o INCRA de Rondônia implantar, em 1975, o “Projeto Integrado de Colonização Colorado”, que mais tarde recebeu o nome de Paulo Assis Ribeiro, homenageando o antigo chefe do SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – que recrutava trabalhadores para os seringais da

Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial. A denominação veio do Rio Colorado ou Vermelho, cujas águas, barrentas, recebiam a terra roxa da região. Em 30 de janeiro de 1978, através do Decreto n. 81.272, o Núcleo de Apoio Rural do Projeto Integrado foi transformado em distrito do Município de Vilhena, com o nome de Colorado.

Em 16 de junho de 1981, pela Lei n. 6921, foi criado o Município de Colorado do Oeste, com a área do distrito sendo desmembrada do Município de Vilhena. O acréscimo da expressão “do Oeste” deveu-se à existência de outros dois municípios com o mesmo nome, um no Rio Grande do Sul e outro no Paraná.

Diagnóstico da segurança pública

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2010):	18.591 habitantes
Homicídios (2011):	10.91/100.000 habitantes
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Justiça, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Taxas:	
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População =	1,12 policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População =	2,85 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 18.093 habitantes				
Homicídios (2012) = 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	2
	Agentes	20	Praças	51
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, sem condições de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, sem condições de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	14		7	
Impressora	5		6	
Telefone fixo	2		2	
Fax	-		2	
Scanner	3		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	2	2	2	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	3	3
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente		Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	4		2	
Rádio portátil (HT)	5		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		2	
Arquivos em ficha de papel	1		3	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	7		9	
Colete antibalísticos	8		35	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		10	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		42	
Carabina	4		1	
Espingarda	-		13	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	4		-	
Fuzil	-		1	
Revólver	1		7	
Pistola	17		25	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	*		*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Munição suficientes, mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	63		*	

Polícia Civil

Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na sua opinião, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A delegacia tem conexão com a internet cuja velocidade é lenta e de 256 kbps.

A Polícia Civil deste município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando de patrulhamentos da Gesfron. A instituição não participa de qualquer coletivo de gestão de segurança pública e o entrevistado não soube dizer se a participação melhoraria as condições de sua atuação. No ano de 2012 não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Os sistemas de informação em uso na delegacia são: sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, dados em tabelas ou em listas de papel. É feita a inclusão no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2005. A conexão de internet disponível, de 256 kbps, é considerada lenta.

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furtos e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. A instituição não participa de coletivos de gestão de Segurança Pública, mas o entrevistado acredita que tal participação melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, que define como “operações de patrulhamentos em geral”. Esta unidade não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas tem participado nas Operações Sentinela.

A Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho e tampouco se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição estão em uso os seguintes sistemas de administração: de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de munição, de controle e manutenção de equipamentos e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação são utilizados os seguintes: controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; fichas em papel e fichários de ocorrência. É realizada a inclusão no Infoseg.

A conexão da internet cuja velocidade é de 250 Kbps é considerada lenta.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Varas especializadas separadas							
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Defensores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	**						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas, precisando de reformas		Adequadas		*		Adequadas	

Justiça

O município de Colorado D' oeste possui uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. Conta também com um Juizado Especial Criminal e especial nos crimes da Lei Maria da Penha e Varas criminais, de execução penal e de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade.

Não foram expedidos quaisquer mandatos de prisão no ano de 2012. A unidade conta os seguintes sistemas de administração: de recursos humanos, de estoque, de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo e de distribuição de autos. Quanto aos sistemas de informação em uso, a unidade dispõe dos seguintes: sistema de informação computadorizado; produção de informação estatística de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos; divulgação e publicação regular das estatísticas; fichas em papel em fichários. O banco de dados encontra-se integrado aos demais sistemas de informação. Há internet e, para o entrevistado, esta atende às necessidades.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado não soube informar se tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Os juízes participam ou apoiam operações de fronteira. Há internet e, para o entrevistado, esta atende às necessidades.

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar entrevistado, dentre as violações de direito registradas pelo órgão, as mais comuns: envolvimento em ato infracional, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual. Ainda segundo o entrevistado, o órgão tem dificuldades com a falta de entidades para receber crianças e atender famílias.

Ministério Público

Segundo o representante do Ministério Público entrevistado, desde o ano de 2003 o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tampouco das operações de fronteira e não sabe informar se participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas no município são: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012 não houve atuações do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços. A dificuldade enfrentada no Ministério Público de Colorado D'Oeste tem sido a omissão do Estado nas áreas de segurança pública, saúde, etc.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira*

Para a maioria dos representantes locais de instituições entrevistados, a proximidade com a fronteira não é positiva para o município do ponto de vista de seu o desenvolvimento econômico.

Os representantes entrevistados foram consensuais em discordarem da afirmativa segundo a qual “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. Já diante da afirmativa de que “o município do Oiapoque possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”, enquanto o delegado o representante da Polícia Civil concorda, o da Militar discorda. Finalmente, diante da afirmativa segundo a qual “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”, enquanto o representante da Polícia Civil e da Justiça concordam, o da Polícia Militar discorda.

Notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira, precursores químicos, alimentos, animais e moeda. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam madeira, bebidas, crack, cocaína, pasta base, pistola e munição.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Alta Floresta D'oeste foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e armas, crimes ambientais, exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal e disputas de terras.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Alta Floresta D' oeste, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Colorado do Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser no comércio e em residência, seguido de furto de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a transeunte, de motocicletas e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e cheques sem fundo. O único tipo de extorsão citado foi extorsão simples. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram conflitos de vizinhos, situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos, em brigas de bar, em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes são o estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas e estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade seriam, na opinião do juiz entrevistado, furto e roubo.

Fotos do Acesso e de Aspectos da Cidade de Colorado do Oeste

Polícia Militar de Colorado do Oeste



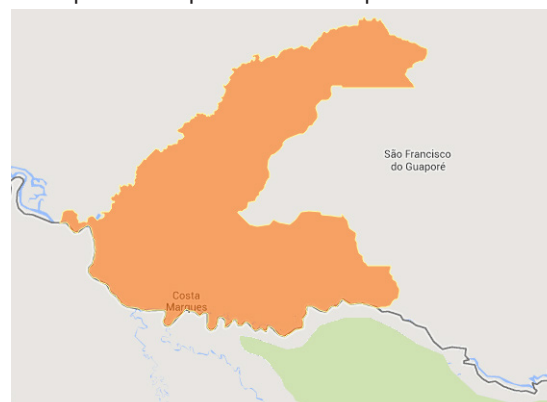
Ministério Público de Colorado do Oeste



Costa Marques

A ocupação se deu ainda no século XVII com um porto na foz do Rio São Domingos que mais tarde beneficiou-se do ciclo da borracha. Com o declínio do ciclo, após a Primeira Guerra Mundial, o povoado tornou-se distrito de Guajará Mirim, alcançando a emancipação apenas em 1981.

Mapa – Município de Costa Marques e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110008&search=rondonia|costa-marques> (acessado em 1º de outubro de 2013)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 4.987,177 km ²
Fronteiras: Bolívia e municípios de Guajará-mirim, Seringueira e São Francisco do Guaporé
Acesso Aéreo: Sim
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 13.678 habitantes
Densidade demográfica: 2,74 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 135.416,00
PIB per capita (2010): R\$ 9.884,41
IDH-M (2010): 0,611
Gentílico: costa-marquense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

A mais antiga referência ao local onde se encontra o porto fluvial Costa Marques, que deu nome ao município, é a de que havia, no século XVII, na foz do rio São Domingos, no Guaporé, uma povoação chamada Palmela, onde se instalou a Missão São José. Mais tarde, o mesmo local passou a ser conhecido como porto da barra do São Domingos. Com o declínio do ciclo da borracha após a Primeira Guerra Mundial, o local voltou a perder habitantes. Em janeiro de 1920, após a passagem, pelo local, do Dr. Espiridião da Costa Marques, engenheiro e ilustre político mato-grossense, o porto recebeu o seu nome. O povoado tornou-se, em 1928, distrito de Guajará-Mirim. Foi elevado à condição de município em 16 de junho de 1981.

Diagnóstico da Segurança Pública em Costa Marques

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 13.678 habitantes
Homicídios (2011): 7,13/100.000 habitantes
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Conselho Tutelar, Ministério Público.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1,60 policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores de Polícia Civil/População = 0,58 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 14.355 habitantes		
Homicídios (2012) = 0		
	Polícia Civil	Polícia Militar
Unidades	1 delegacia	2 unidades ou postos fixos

Segurança Pública nas Fronteiras

Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	7	Praças	22
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	8		2	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		-	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	2		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	4		3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		3	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	7		7	
Colete antibalísticos	9		20	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	

Tonfa, cassetete ou similar	*	15
Carabina	2	2
Espingarda	1	2
Metralhadora	2	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	1	1
Revólver	3	-
Pistola	7	18
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	*	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	**	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	11	*

Polícia Civil

A delegacia de Costa Marques, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet com velocidade de 100 Mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza quaisquer sistemas de administração de controle de viaturas e de protocolo. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos. Há sistema de registro de ocorrências, assim como divulgação pública e regular das estatísticas, sendo realizada a inclusão no Infoseg. O entrevistado não soube informar se o sistema de informação está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas anuais desde 2006. Não há carceragem nesta instituição e no ano de 2012 foram expedidos cerca de 11 mandados de prisão e instaurados aproximadamente 49 flagrantes.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Rodoviária e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e amigáveis. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Civil de Costa Marques não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança, assim como não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O oficial entrevistado não soube informar se a Polícia Civil participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e ressaltou que esta instituição não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Costa Marques há dois quartéis da Polícia Militar em atividade (não há batalhão de fronteira). Não há carceragem neste batalhão. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e furto. Nesta instituição está em uso uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados fichas em papel e fichários de ocorrências e é feito controle através de arquivo. Não é feita a inclusão no Infoseg e também não há integração com qualquer outro sistema de informação. Não são produzidas estatísticas criminais.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o IBAMA, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Em Costa Marques, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgão de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Entretanto esta instituição não tem tido contato ou apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia quaisquer coletivos de gestão de segurança pública, assim como qualquer grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e também não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar									
	Justiça			Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial								
Efetivo	Juízes			Promotores	1	Defensores	2	Conselheiros	5
	Funcionários								
Qualidade das instalações internas	Justiça			Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições			Adequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça			Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições			Adequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Costa Marques possui uma comarca de entrância inicial de vara única, além de um Juizado Especial Criminal, uma Vara Criminal, uma Vara de Execução Penal e uma Vara de Infância e Juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para mais de cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma

atender as necessidades desta unidade. Há conexão com a internet cuja velocidade é de 4MB. Estima-se que por volta de 37 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Há diversos sistemas de administração em uso nesta comarca tais como o sistema de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de armas. Esta comarca conta também com sistema de controle e de manutenção de equipamentos, de protocolo, financeiro e de distribuição. Também há sistema de informação computadorizado e produção e divulgação pública e regular de estatísticas, sendo os dados também organizados em tabelas ou listas de papel. O banco de dados está integrado aos demais sistemas de informação. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca concordam totalmente que a participação em coletivos de gestão produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não soube informar se os juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da infância e Juventude

Apesar de não haver Juizado, nem promotoria e defensoria pública especializados na Infância e Juventude, há nesta comarca uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. Em 2012, cerca de 12 adolescentes passaram pelo Juizado, sendo que aproximadamente 4 deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 6 receberam medida em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade (PSC) é o próprio Juizado. Os três atos infracionais mais frequente neste município no ano de 2012 são: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

Não foram apontadas dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público nas suas ações no município de Costa Marques. Os promotores que atuam na área criminal participam do coletivo de fiscalização e combate ao tráfico de drogas feito pelo Exército, participam também das operações de fronteira, mas não participaram, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública, o ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Costa Marques são: a Polícia Federal, o IBAMA, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, pois foi retirada do município mesmo sendo necessária. No ano de 2012 as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi a operação de combate ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

Há no município de Costa Marques um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar do município de

Costa Marques encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Carece de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública e também de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Além disso, o excesso de demanda dificulta o atendimento adequado e falta de treinamento para os conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: violência doméstica, abuso sexual ou exploração sexual e maus tratos e abandono.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

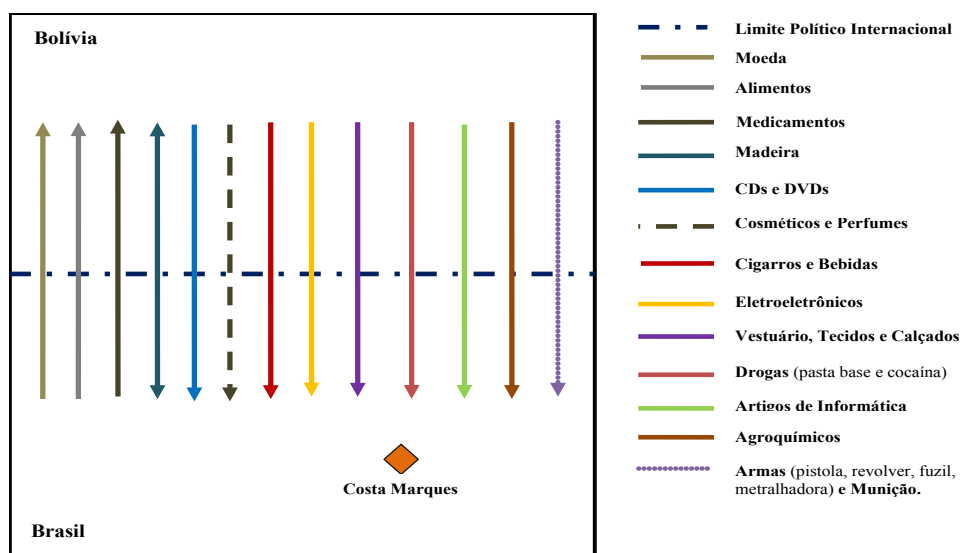
Para a maioria dos entrevistados locais, o fato do município de Costa Marques estar situado próximo à fronteira não é positivo para seu desenvolvimento econômico. Os argumentos foram a distância territorial e o comércio com o país vizinho, em que o município deixa de arrecadar impostos. O entrevistado que considera estar próximo à fronteira positivo argumentou sobre a possibilidade de transações que poderiam surgir. A maioria dos entrevistados discordou das seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “a posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Já a assertiva de que o município de Costa Marques possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira se mostrou de acordo com o ponto de vista da maioria dos entrevistados.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Costa Marques, foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas, imigração ilegal e contrabando, sido citado também o tráfico de armas.

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Costa Marques e Bolívia



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descritos na tabela abaixo:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Costa Marques

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio e, em terceiro lugar, a transeunte. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência e a transeunte.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes em operações mobiliárias e fraudes financeiras ou comerciais. Os tipos de extorsão citados foram extorsão mediante sequestro, mediante furto ou roubo de veículo e mediante furto de documentos privados. Vale ressaltar que o oficial da Polícia Militar disse não haver ocorrências de extorsão em Costa Marques.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: conflitos domésticos e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflitos de acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Costa Marques são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o tráfico de pessoas para fins sexuais e a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Costa Marques são, segundo a opinião dos entrevistados, furto, roubo e uso de entorpecentes.

Aspectos Qualitativos da Segurança Pública

Os pesquisadores chegaram à Rodoviária de Porto Marques, vindos de Porto Velho e hospedaram-se no Hotel "Gira Sol". Em seguida o relato etnográfico da pesquisa:

No dia seguinte começamos as abordagens, durante todo o tempo nesse município pude perceber que a população é muito acolhedora, o sentimento de pertença é muito forte nos moradores do município, eles se orgulham de dizer que são de lá, que saíram da cidade para estudar e retornaram.

Assim como Guajará Mirim, Costa Marques faz fronteira com a Bolívia. A alguns metros do pequeno porto da cidade, na outra margem do rio Guaporé, está um pequeno vilarejo boliviano que vive do comércio, chamado Buena Vista.

Por ser uma cidade pequena, os moradores de Costa Marques se conhecem uns aos outros, as pessoas são muito receptivas, a cidade parece tentar manter os costumes de uma cidade do interior. No início da manhã e final de tarde, sempre tem um grupo de moradores mais velhos reunidos conversando, as pessoas não se negam a dar qualquer informação, tornando fácil a mobilidade dentro da cidade.

No entanto, segundo os moradores, essa cidade vem há muito tempo sofrendo com a violência. Mesmo com a presença da polícia civil, polícia militar e exército, os crimes de furto, roubo, agressões, violência doméstica, exploração sexual de jovens e adolescentes e tráfico de drogas é considerado muito grande.

Segundo alguns entrevistados, tudo isso está relacionado com o fato da fronteira de Costa Marques ser desguarnecida, não existe alfândega, os efetivos da polícia civil e militar são considerados pequenos, a estrutura disponibilizada para o trabalho é precária, o posto da polícia federal foi desativado há três anos, restando apenas sua estrutura, que por sinal é muito pequena, uma provável indicação do tamanho do efetivo que antes trabalhava ali.

O exército tem um posto instalado no Forte Príncipe da Beira e seria responsável também por realizar algumas ações no porto da cidade, mas, segundo alguns entrevistados, essas ações acontecem raramente porque também falta suporte para o exército. A fronteira é extensa, as linhas⁵ se configuram como um forte aliado dos traficantes e até mesmo de pessoas que praticam qualquer outro tipo de crime e fogem usando esses caminhos. O problema é semelhante ao que ocorre no porto descrito em Abunã.

Em entrevista com um agente de polícia civil, este disse que quando a polícia recebe uma denúncia ou vai fazer alguma diligência com o objetivo de apreender drogas, os traficantes já fugiram por outras dezenas de linhas existentes nos arredores de Costa Marques.

Quanto à inexistência de um posto alfandegado, alguns entrevistados explicam que isso se dá pelo fato de ali não ser uma zona franca de comércio, mas é preciso atentar que do outro lado do rio existe uma pequena vila comercial que movimenta um número considerável de mercadorias mensalmente. Embora não se compare ao fluxo de Guajará Mirim, movimenta algum dinheiro e o fluxo de mercadorias é constante. Mas, segundo as falas dos entrevistados, observa-se que não há muito problema nisso, a explicação está no fato da maioria desses bolivianos da vila comercial residir em Costa Marques e por contribuírem para a renda do município.

É curioso perceber que essa relação entre brasileiros e bolivianos é ao mesmo tempo amigável e conflituosa, os brasileiros, pelo menos alguns entrevistados, fizeram essa observação, que diferencia um pouco de Guajará Mirim, pois em Costa Marques, atribui-se não só aos bolivianos, mas também aos indígenas, a iniciação sexual precoce dos jovens e o envolvimento de meninas em idade de 12 anos em diante com homens de maior idade. É possível que decorra também da baixa oferta de possibilidades de emprego e inserção social.

Embora esse município seja pequeno, o consumo de bebidas alcoólicas

5

Estradas abertas de forma ilegal no meio da mata e que ligam as estradas aos rios.

em festas é muito grande, de acordo com informações adicionais da polícia civil e do Assistente Social do presídio que obtiveram informações dos donos de bar.

Só para ter uma ideia, segundo esses entrevistados, em Costa Marques, consome-se uma carreta de bebida alcoólica por semana. Eu perguntei novamente para checar. É um caminhão? E eles foram enfáticos. Não! É uma carreta mesmo.

Na noite do dia 17 de abril, quarta-feira, fui até a lanchonete Esquinão, não só por estar com fome, mas também porque naquele trajeto eu passaria pela praça da prefeitura, onde alguns entrevistados já haviam dito ser um ponto de encontro de jovens consumidores de drogas e álcool que usariam o local para um tipo de aquecimento antes de irem para as festas. Já passava das 22 horas quando, já retornando para o hotel, fui me aproximando do local e percebi que o número de pessoas havia aumentado, foi aí que vi um grupo de jovens no último banco da praça com dois pets de dois litros e mais uma garrafa de bebida que eu não consegui identificar, todos em estado de embriaguez. Nesse momento passava pela outra pista da Avenida Chianca a viatura da polícia militar. Um dos jovens, o mais agitado, começou a se exhibir com o copo cheio de bebida, perguntando aos policiais, o que eles estavam olhando. Os policiais seguiram o seu curso.

Observo que o problema de Costa Marques está de fato nas questões estruturais, falta de emprego, as pessoas vivem da agricultura familiar, o potencial ecológico e turístico é mal explorado, faltam empresas que invistam no município, o comércio é fraco e por isso absorve pouco da mão de obra local, faltam também projetos sociais que resgate os valores da família, gere renda para os pais e ocupe a juventude local.

Guajará-Mirim

Guajará-mirim é o segundo município de Rondônia em extensão territorial e o oitavo em densidade populacional, são 41.646 habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2010. Ele dispõe das polícias: federal, civil, delegacia especializada em violência contra a mulher, polícia militar, rodoviária federal, Exército, Fórum de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar. A cidade é antiga e parte da história do ciclo da borracha.

Mapa – Município de Guajará-Mirim e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110010&search=rondonia|guajara-mirim>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 991 de 12 de julho de 1928.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 24.885,724 km ²
Fronteiras: Bolívia e municípios de Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, São Miguel do Guaporé, Seringueira e Costa Marques
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: Sim
População (2010): 41.656 habitantes
Densidade demográfica: 1,68 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 650.142,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.611,15
IDH-M (2010): 0,657
Gentílico: guajará-mirense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD.

Histórico

Foi desde 1749, quando a expedição exploradora chefiada por Fagundes Machado denominou de Guajará-Mirim à décima-sétima cachoeira dos rios Madeira e Mamoré, que a localidade nas suas proximidades, à margem do Mamoré, passou a ser conhecida por esse nome. A localidade cresceu com o ciclo da borracha e com a chegada, em 1912, da estação terminal da célebre ferrovia Madeira-Mamoré, que passou a integrar através dos seus 364 km a fronteira boliviana a Porto Velho e daí a Manaus e a Belém, através dos rios Madeira e do Amazonas. O Município de Guajará-Mirim foi criado em 12 de julho de 1928 como parte do Estado de Mato Grosso até que, com a criação do Território Federal do Guaporé, em 13 de setembro de 1943, ele passasse a integrar este território federal, cujo nome atual é Rondônia.

Diagnóstico da Segurança Pública em Guajará-Mirim

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2010):	41.656 habitantes
Homicídios (2011):	19,08/100.000 habitantes
Instituições de segurança presentes no município:	Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Força Nacional, Justiça, Ministério Público, Juizado Especial da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Taxas:	
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População =	4,63 policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População =	0,57 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 42.202 habitantes				
Homicídios (2012) = 10				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	2 delegacias		1 Batalhão, 2 Unidades e 3 Quartéis	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	13
	Peritos	4	Praças	180
	Agentes	17		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas em boas condições		Antiga, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas adequadas e em boas condições		Antiga, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	38		23	
Impressora	28		8	
Telefone fixo	10		6	
Fax	-		1	
Scanner	8		5	
Internet	Com acesso		Com Acesso	
Estação de rádio analógica	2		1	
Estação de rádio digital	-		-	

Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	1	-	-	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	3	-	3	-
Filmadora	3	-	1	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	11	4	8	22
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	5	-	7	7
Embarcação sem motor	-	-	2	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	1	2	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	10	10
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
A quantidade atende às necessidades	Muito frequentemente		Muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	-	1	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	10	-	15	-
Rádio portátil (HT)	13	-	22	-
Equipamentos de interceptação telefônica	1	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	1	-	2	-
Arquivos em ficha de papel	7	-	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	**	-	11	-
Colete antibalísticos	25	-	-	-
Escudos	-	-	2	-
Capacetes	-	-	46	-
Placa balística	-	-	230	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	53	-
Carabina	4	-	9	-
Espingarda	5	-	1	-
Metralhadora	0	-	4	-
Submetralhadora	10	-	4	-
Fuzil	3	-	11	-
Revólver	**	-	53	-
Pistola	**	-	153	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	*	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente, mas tipos de munição insuficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	30		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2010	
Efetivo	1 oficial	5 agentes
Veículos	Em funcionamento	Avariados
	2	*
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas e armas	
	Combate ao contrabando	
	Apoio à Polícia Federal	

Polícia Civil

A delegacia de Guajará-Mirim, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet, cuja velocidade é avaliada como boa. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza quaisquer sistemas de administração. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel. São utilizados também fichas em papel em fichários e há sistema de registro de ocorrências, não sendo realizada a inclusão no Infoseg. Portanto, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, Judiciário, o Ministério Público e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Exército para monitorar as fronteiras diariamente.

Em Guajará-Mirim, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e amigáveis, ainda que também de desconfiança. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, no entanto considera que a participação modificaria e melhoraria as condições de sua atuação. Também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Guajará-Mirim há um batalhão da Polícia Militar, duas unidades e três quartéis em atividade. No que se refere à estrutura de comunicação, esse Batalhão possui conexão à internet com velocidade é de 1 mega. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza uma série de sistemas de administração e computadores são

utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque e de controle de viaturas, armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, há pelo menos 3 anos são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. Além dos sistemas informatizados também são utilizadas fichas em papel e fichários de ocorrências, sendo o controle dos dados criminais feitos através de planilhas e tabelas em papel. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e roubo.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, Forças Armadas, Polícia Federal e Bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Em Guajará-Mirim, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa, mas também de desconfiança com órgão de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Também se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Militar deste município participa de um coletivo de gestão de Segurança Pública e acredita que tal participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Participa também do grupo de patrulhamento fluvial nos portos clandestinos por terra. No ano de 2012, participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Federal

O delegado da Polícia Federal do município de Guajará-Mirim recebeu ordens por escrito para não responder qualquer questionário antes da avaliação da Polícia Federal em Brasília.

Força Nacional de Segurança Pública

No município de Guajará-Mirim, a Força Nacional, que vem atuando desde 2010, utiliza como base para as suas operações um hotel. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Não há médicos nem peritos legistas participando da operação da Força Nacional. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas e de armas, o combate ao contrabando, oferecendo apoio a um de seus principais parceiros a Polícia Federal, sobretudo o exército. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são Receita Federal, Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Militar.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária							
Efetivo	Juízes	4	Promotores	3	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	60						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas precisando de reformas		**		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas precisando de reformas		**		*		Adequadas	

Justiça

O município de Guajará-Mirim possui uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, criminais, além de um Juizado Especial Criminal. Também faz parte desta comarca o município de Nova Mamoré. Esta sede judiciária dispõe de um carro para mais de cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade. Há conexão com a internet cuja velocidade é avaliada como boa. Segundo a Juíza entrevistada, não há como conseguir uma estimativa de mandados de prisão expedidos, em média, no ano de 2012. Há diversos sistemas de administração em uso nesta comarca e computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle e manutenção de equipamentos e controle de armas, de distribuição de autos e financeiro. Quanto aos sistemas de informação, é feita a produção e divulgação de estatísticas. Há banco de dados, porém este não está integrado aos demais sistemas de informação. Os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. As estatísticas são produzidas desde 1999. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. No entanto, participam da Operação Curare, entre outras operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, tampouco soube informar quais são os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012.

Ministério Público

Este subgrupo não pode ser respondido tendo em vista que nenhum promotor se dispôs a respondê-lo ou indicar alguém que o fizesse.

Conselho Tutelar

Há no município de Guajará-Mirim um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar do município de Guajará-Mirim encontra dificuldade na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, carece também de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e também de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe A	
Efetivo	Auditores	8
	Técnicos	11
	Terceirizados	13
Qualidade das instalações internas	Antigas, mas precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antigas, mas precisando de reformas	

A Receita Federal de Guajará-Mirim dispõe de cinco veículos oficiais funcionando, destes são, quatro carros e um caminhão. Muito frequentemente a quantidade de combustível disponível atende às necessidades desta unidade. Os principais problemas da Receita Federal deste município é a falta de funcionários. Há internet, porém esta é avaliada como ruim, tendo em vista as falhas frequentes. O município de Nova Mamoré também faz parte desta jurisdição fiscal. A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas no ano de 2012, participou de operações rotineiras.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Segundo os representantes da Polícia Militar e da Receita Federal entrevistados, o fato de o município de Guajará-Mirim estar situado próximo à fronteira é positivo para seu desenvolvimento econômico, tendo em vista a geração de emprego através do comércio, do turismo e das empresas que realizam exportação no município. Em

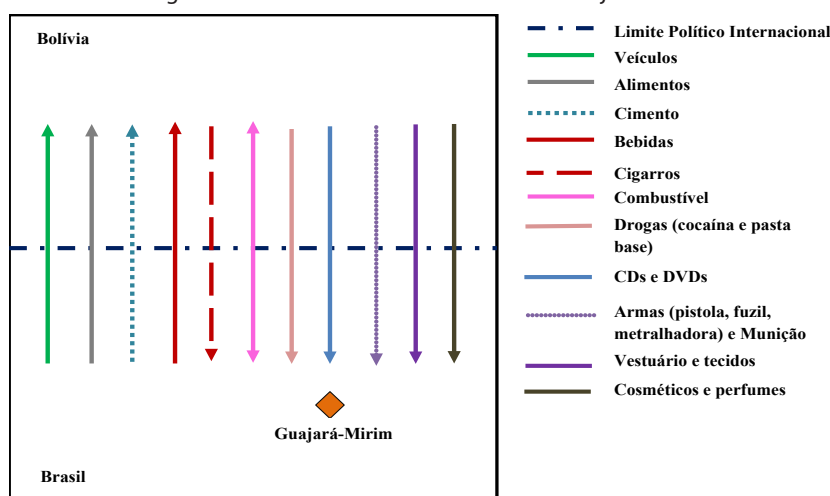
contrapartida, para o representante da Polícia Civil entrevistado, esse aspecto não seria positivo porque o fato do município estar próximo a fronteira torna pior o tráfico e uso de drogas. Da mesma maneira não há consenso entre os operadores em relação às seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Guajará-Mirim possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Enquanto os entrevistados da Polícia Civil e da Receita Federal estão em desacordo com a afirmativa 1), o entrevistado da Polícia Militar está em total acordo. O representante da Polícia Civil também discorda das afirmativas 2) e 3), cujas quais o representante da Polícia Militar está de acordo.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Guajará-Mirim foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e armas, contrabando, exploração sexual infanto-juvenil, sendo mencionadas também ocorrências de imigração ilegal, mineração ilegal, disputas de terras e crimes ambientais.

Figura: Fluxo de mercadorias na fronteira Guajará-Mirim x Bolívia



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, bebidas e alimentos. No entanto, foi também mencionada a circulação de combustível e cimento. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam cigarros, pistola,

cocaína, pasta base e munição. Também foram mencionados CDs e DVDs, vestuário e tecidos, cosméticos e perfumes, fuzil, metralhadora e combustível.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram os cigarros, vestuário e tecidos e bebidas, tendo sido também citado cocaína, pasta base, pistola, revolver, fuzil, metralhadora, munição, CDs e DVDs, eletroeletrônicos e cosméticos e perfume. Tomando este mesmo ano por referência, todos concordaram ser muito frequente as ocorrências envolvendo drogas no município. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram cocaína, pasta base, crack, maconha, inalantes e os sintéticos.

Neste município há uma barreira móvel (*blitz*) da Polícia Militar e sete a oito barreiras móveis da Polícia Civil. Segundo os entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas. Já para um dos entrevistados, tais mudanças ocorreram sobretudo no deslocamento das mesmas para o meio fluvial e aéreo.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto, roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Guajará-Mirim

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Muito frequentemente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio, e em terceiro lugar o furto de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, de motocicletas e a transeunte.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e fraudes como a aplicação de cheque sem fundo. O tipo de extorsão citado foi a extorsão simples, ainda que alguns desacreditassem que há ocorrências de extorsão em Guajará-Mirim.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: conflitos domésticos e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflitos políticos, conflitos domésticos e pistolagem.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Guajará-Mirim são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, estupro ou atentado violento ao pudor e a explora o sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilita o apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os entrevistados não souberam responder quais seriam os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Guajará-Mirim.

Aspectos Qualitativos da Segurança Pública

Os pesquisadores chegaram a Guajará-mirim em 07 de abril de 2013, com vistas a realizar o trabalho de campo durante uma semana.

Guajará Mirim   cidade gêmea de Guayaramerin (Bolívia). A cidade de Guajará-Mirim fica há 372 km de Porto Velho, sendo que os últimos 200 km de estrada estão em péssimas condi es. Asfalto completamente esburacado pelo trânsito intenso de caminhões que vão até o município "esquentar a nota", como se diz por l , já que o município   zona franca. Eles vão e voltam carregados de mercadorias, o que destrói o asfalto, conforme revelaram vários entrevistados.

O delegado da Polícia Federal em Guajará-Mirim conversou informalmente. Não quis responder o questionário porque tem ordens expressas para não fazê-lo. "Quem está na ponta está mais exposto". "Policiais não podem ficar muito tempo num lugar". Em suma, o que ele disse informalmente aos pesquisadores é que:

1. O efetivo da PF é pouco, e  s vezes contam com ajuda da Força Nacional;
2. O problema maior no município é a passagem de dinheiro do Brasil para Bolívia e passagem de drogas e muni o da Bolívia para o Brasil;
3. Que todas as empresas e todas as pessoas da cidade, até certo ponto, tem alguém da família ou das suas rela es envolvidas no tráfico de drogas. Se não diretamente, como portadores de contas onde são depositados dinheiro para serem enviados para Bolívia. Na sua opinião, a popula o   condescendente, senão como seria feito pagamento para os bolivianos?

4. O dinheiro é esquentado, também, transitando na conta das grandes empresas brasileiras, que vendem para a Bolívia e recebem para pagar o traficante. O acerto tem que ter a conivência das pessoas;
5. As carretas vem para Guajará Mirim por causa da Zona Franca, mas elas tem que ficar no município e voltar com outra nota. Há 3 distribuidores de medicamentos em Guajará Mirim que não vendem aqui, só em Porto Velho. Isso é parte do trafico de drogas;
6. Os taxistas que ficam no porto fazem tráfico. Cobram 500 reais para levar cocaína até Porto Velho. Por isso os pesquisadores tiveram dificuldade de chamar um taxi para fazer corrida local, eles não queriam fazer.
7. A estrada para Campo Novo de Rondônia teve a ponte explodida pela polícia, mas o tráfico continua acontecendo, principalmente de moto.

Ele pergunta: Qual seria então a alternativa da população? E ele mesmo responde: a questão social, a impunidade, são leis de primeiro mundo num país de terceiro mundo. As mulas presas estão em regime aberto, não é feito avaliação se o condenado pode progredir ou não. São muito preocupados com direitos individuais, por exemplo, não podemos manifestar opinião sobre homoafetivos, e não querem pensar a questão social.

Por fim, o delegado da PF informou aos pesquisadores que a Pousada Alfa, onde nos hospedamos, é “limpa”. “No dia seguinte nos encontrou na padaria e nem nos cumprimentou. Fez que não nos viu. “Estava tenso”, afirmou uma pesquisadora.

Os pesquisadores entrevistaram a administradora do hospital Bom Pastor em Guajará Mirim, que disse que o maior problema com que ela se depara no hospital é a demanda de atendimento por parte dos bolivianos. O hospital não tem convênio com mulheres bolivianas, não recebe pagamento quando atende mulheres bolivianas, e também não tem dados sobre violência contra mulheres bolivianas.

O hospital pertence à Igreja católica e hoje está com o Pró-Saúde. Médico contratado como perito para Guajará Mirim falou que os casos de estupro e violência contra mulher são encaminhados para este hospital. Há convênio com o município nas especialidades de ginecologia e obstetrícia. A violência com outro público fica no Hospital Regional.

A administradora do hospital Bom Pastor afirmou que violências contra mulheres e crianças não tem relação com a fronteira. Antes havia o SIS FRONTEIRA, que não há mais.

A cidade é penalizada porque vem muitos brasileiros de fora, e o dinheiro vai todo para Guayaramerin, na Bolívia, sem ficar no Brasil. “Ficamos com as despesas sem a receita”, afirmou a mesma administradora.

A cidade tem muito roubo de moto, aliciamento de mulheres para ir para Bolívia trabalhar como prostitutas. Os acusados de homicídio vão para Bolívia se refugiar.

Na Bolívia também há o caso de mulheres brasileiras que vão fazer cirurgias plásticas ou lipoaspiração, e há mortes por complicações na cirurgia.

O hospital recebe muitos casos de aborto, porque na Bolívia o medicamento Cytotec é livremente vendido.

O hospital Bom Pastor foi criado para atender indígenas, há 50 anos. Entidade filantrópica, pró-social indígena, CASAI, FUNAI, CIMI. Hoje atende mulheres.

Nas aldeias há muitos casos de estupro de crianças, e se chega na FUNAI a situação é grave, é quando as mulheres falam. Para a administradora do hospital sexo com menor de 14 anos não é incomum, a casa do índio tenta abafar. O hospital faz palestra para mostrar que não é normal o sexo com menor de 14 anos. Não é incomum meninas de 13 anos, grávidas e vivendo com um rapaz.

Há mais violência dentro da terra indígena do que na situação de fronteira.

Os pesquisadores entrevistaram também uma psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). No presídio há 250 presos. Atendimento de bolivianos ocorre aqui, na Bolívia não são atendidos os casos de HIV. São 50-60 casos. Hepatite B – Delta. Segundo a entrevistada, a desvantagem da cidade é a ser um corredor de drogas, com muita marginalidade e abuso sexual.

A estrutura da qual dispõem a polícia civil e militar é um tanto precária, os prédios são antigos, inadequados para as atividades ali realizadas, por serem pequenos. Faltam viaturas, computadores, outros recursos. Assim como em Abunã e outros municípios, as algemas são de propriedade dos policiais, haja vista que o Estado não disponibiliza esse material, sem falar da necessidade de aumento no efetivo, uma reclamação geral.

Falando especificamente da alfândega, a falta de funcionários, por exemplo, gera um processo de fiscalização deficiente durante o dia no Porto de Guajará-mirim e de abandono no período noturno, pois não há fiscalização nesse turno, todavia o fluxo de pessoas e mercadorias é intenso e permanente, não pára.

Sobre armas e munições o delegado disse: *"munição pra matar bandido? Nós temos muitas, não falta munição aqui não"*, continuamos com as perguntas e ao questioná-lo se treinamento era importante para preparar seus homens ele disse: *"não!"*. Nesse momento o agente administrativo interrompe dizendo: *"eu acho muito importante sim o treinamento, doutor!"* e o delegado de forma ríspida o repreendeu: *"que treinamento o que! Treinamento a gente faz na rua atirando em bandido"*.

Os policiais e o delegado falaram daquilo que mais os preocupava no município, os temas que apareceram com frequência foram: tráfico de drogas e armas, roubo de carros, roubo de motocicletas, furto de bens, contrabando de mercadorias e violência doméstica. Esse foi o discurso mais ouvido, na polícia civil, no Fórum, no jornal local e durante a realização do grupo focal. Sendo que entre esses temas o tráfico de drogas foi um dos assuntos mais enfatizados. Durante as entrevistas, os pesquisadores perceberam que se atribui ao tráfico muito do peso da violência gerada dentro do município.

Muitos dos funcionários das polícias e demais órgãos de segurança pública e saúde não são nascidos nos municípios de Guajará-mirim e por isso não ficam por muito tempo trabalhando lá, a rotatividade é grande, prejudicando o andamento das atividades.

Foi interessante perceber também que ao pensar a segurança, todos os aspectos negativos são projetados no outro (bolivianos), os brasileiros culpam os bolivianos pela maior parte das mazelas do município, os crimes de agressão e abuso sexual contra mulheres e crianças, também são atribuídos, em geral, aos bolivianos.

Algumas considerações são necessárias para compor um quadro mais denso da cidade de Guajará-Mirim e da cidade de Guayaramerin, e, uma vez que são cidades gêmeas, não é possível falar somente do lado brasileiro. Em entrevista com um Oficial da Polícia militar de Guajará-mirim obtivemos algumas informações, além daquelas incitadas pelo questionário. O batalhão de polícia que ele comanda, possui um pelotão de fronteira, que atua em Guajará-Mirim. Esta atuação se dá mais efetivamente do lado brasileiro, pois a polícia brasileira, segundo ele, não confia nos policiais bolivianos, desse modo uma atuação em conjunto é pouco provável e raramente acontece.

Com relação aos crimes mais usuais, segundo o Comandante o de tráfico de drogas ou envolvimento com ele é o mais recorrente. *"As pessoas vivem da droga aqui"*, disse o comandante. Ele quis dizer que as pessoas que não praticam o tráfico diretamente, o fazem, emprestando suas contas bancárias e suas residências para servir ao tráfico de drogas e contrabando.

Foram elencados também crimes de ordem sexual de pais contra os filhos e uma média de 2 a 3 estupros de mulheres por mês, porém o comandante aponta que ocorrem muito mais, mas dificilmente as mulheres vêm reclamar deste crime.

Os roubos também figuram como um dos principais crimes, sendo o fruto desse roubo empregado em drogas (tráfico ou uso). Os objetos prediletos são motos e carros.

No Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) informaram aos pesquisadores que há necessidade de ter programas para combater o uso de drogas entre os adolescentes de Guajará-mirim, pois o consumo entre os jovens têm causado muitos problemas, principalmente nas famílias, que não sabem como lidar com o problema. Além disso, as escolas também enfrentam a evasão e os conflitos devido ao uso de drogas.

A assistente social do Creas de Guajará-mirim também nos informou que muitas famílias são ligadas ao lado boliviano e transitam entre uma cidade e outra, possuem parentes em ambos, e por vezes chegam a morar um tempo no lado boliviano e um tempo no lado brasileiro, isso faz com que as crianças e adolescentes estudem um período no lado boliviano e outro no Brasil.

Relatou também que muitas adolescentes, vestidas ainda com o uniforme escolar atravessam o rio para o lado boliviano, onde são exploradas sexualmente, e, segundo a assistente social, não há como ter um controle, pois muitas moram do lado boliviano e vem a Guajará-mirim estudar. Assim, não há como saber quais estão voltando para casa e quais estão indo para a exploração sexual.

Na receita federal um auditor fiscal nos informa que, apesar do rio, o porto naquela região é considerado seco.

E com relação aos equipamentos de uso da receita, umas das dificuldades apresentadas ocorrem quando os equipamentos quebram, pois só podem ser consertados em Porto Velho, causando atrasos e dificuldades de atendimento. Outra dificuldade, já apontada no caso das polícias, é com relação aos funcionários que não querem ficar na cidade trabalhando, a rotatividade é muito grande, pois são todos de fora da cidade.

Para o auditor fiscal o contrabando não gera desenvolvimento econômico, pois o dinheiro e as mercadorias vão para outras cidades. Para ele as atividades ilegais não trazem desenvolvimento econômico.

O auditor também nos forneceu uma estimativa do quantitativo de apreensões dessas mercadorias contrabandeadas, em reais, incluindo apreensões da polícia federal e outros órgãos. Os valores são:

Ano da Apreensão	Valor em reais
2009	981.843
2010	1.901.694,60
2011	1.829.850,50
2012	963.606,670

Fomos muito bem recebidos em diversos órgãos, principalmente nas polícias civil e militar, que nos foram prestativas e atenciosas, talvez devido ao comunicado prévio enviado pela Senasp e Enafron.

O mesmo não ocorreu em alguns órgãos da justiça, como o ministério público, fórum e polícia federal. Nesses órgãos fomos questionados sobre a seriedade e veracidade de nossa pesquisa, já que não haviam recebido comunicado nenhum do ministério da justiça. Muitos se recusaram a responder nossos questionários e a conceder entrevistas, alguns marcando e logo em seguida desmarcando, até a data do fim da pesquisa na cidade, outros de forma direta e absolutamente grosseira.

Em relação à infraestrutura de Guajará-mirim, a cidade possui hospitais e postos de saúde, escolas, conselho tutelar e delegacias, comércio variado, restaurantes e hotéis de boa qualidade. Muitas pessoas com quem conversamos nos disseram que a cidade também vive do comércio boliviano, pois várias pessoas vão fazer compras, tratamento médico ou cirurgias estéticas em Guayaramerin e usa os serviços de Guajará-mirim. Além disso, os serviços públicos também são fonte de renda da cidade e, segundo os órgãos de segurança pública, também do tráfico de drogas e contrabando de mercadorias. Muitas casas da cidade servem como depósito de mercadoria contrabandeada.

A população que vive na cidade de Guajará-mirim tem parentes em Guayaramerin ou são da cidade boliviana e só trabalham, ou moram e trabalham no lado brasileiro ou vice-versa. As comidas são um misto de comidas brasileiras e bolivianas. Os moradores de ambas as cidades, em sua maioria, falam as duas línguas ou um misto, o famoso portunhol. O trânsito de pessoas e mercadorias é intenso.

Podemos perceber, deste modo, que entre o lado brasileiro e o lado boliviano há fortes inter-relações entre os povos, não havendo uma “separação” total entre Guajará-mirim e Guayaramerin, são cidades gêmeas não somente no nome, mas, principalmente na relação entre seus povos.

Relatos e impressões dos pesquisadores

Ao chegarmos à sede da polícia civil de Guajará-mirim, nos apresentamos como pesquisadores do “Projeto Fronteiras, diagnóstico de segurança pública, da SENASP e vinculada ao ENAFRON”. Nossa conversa, para preenchimento de um dos questionários,

com o Delegado Regional estava agendada há cerca de duas semanas antes daquele dia. Fomos bem recebidos, principalmente por um escrivão, que nos anunciou ao delegado.

A pequena sala foi preenchida por cerca de cinco agentes da inteligência da Polícia Civil, enquanto o delegado estava sentado em sua cadeira, atrás do birô de madeira. O delegado nos perguntou o que queríamos ali, e lhe explicamos que precisávamos que ele respondesse um questionário elaborado pela equipe de pesquisa. O delegado perguntava para que seria esse questionário, e enquanto explicávamos, puxou a arma, que estava no Coltri e colocou-a, com a “boca” apontada em nossa direção, em cima da mesa.

Perguntamos se poderíamos gravar a conversa. O delegado disse que não éramos jornalistas então não precisávamos gravar nada. Mesmo que tivéssemos explicado muitas vezes até ali qual o propósito da pesquisa, o delegado regional perguntava, vez em quando, o que é que queríamos. Ao dizer que nos guiaria para conhecermos outras instalações da Polícia Civil em Guajará-mirim, o delegado perguntou se estávamos de carro, e ao afirmarmos que não, ele nos disse que tínhamos de ter cuidado com esses dados “porque pode ser que vocês voltem pra Brasília num caixão”.

Depois de aplicarmos o questionário da Polícia Civil, fomos convidados a assistir uma apresentação preparada pelos agentes da inteligência. A apresentação de *slides* demonstrava as principais ações da Polícia Civil no combate ao tráfico de drogas, armas e motos. Havia também mapas da região de fronteira, onde há passagem de mercadorias, através dos “portos clandestinos”. Esses “portos” são inúmeros, segundo os policiais, pois se trata de barrancos onde o barco encosta e passa a “mercadoria”. Foram demonstradas também as imagens das pistas de pouso clandestinas.

Quando os agentes terminaram a demonstração, o delegado nos convidou para ver os outros prédios da Polícia Civil em Guajará-mirim. Perguntou se estávamos de carro, e lhe respondemos que a pesquisa não nos forneceu carros para usarmos nas cidades visitadas. O delegado zombou de nós, dizendo que era irresponsável ficarmos andando de táxi ou a pé, portando os dados que colhíamos nas delegacias e demais órgãos da justiça.

Fomos a um depósito de barcos e motos, onde agentes aposentados ficavam responsáveis pela manutenção do lugar. Em seguida, fomos levados para conhecer a delegacia da mulher. O delegado regional nos apresentou à delegada e indicou que podíamos entrevistá-la, coisa que fizemos dias depois. Em seguida o delegado regional nos levou para o hotel.

À tarde, tínhamos agendado com o responsável pelo posto da Receita Federal em Guajará-mirim, que também nos esperava. O titular do posto, respondeu rapidamente todas as questões, mas não sabia muito sobre a cidade. Na verdade, deixou explícito que não gostava de trabalhar ali.

Descobrimos que Guajará-mirim estava sem conselheiros efetivos, e quem estava respondendo pelo conselho tutelar eram membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Chegando ao Fórum que, embora contatado anteriormente, o Juiz da Vara da Infância, no entanto, se negou a responder ao questionário. Ambos os pesquisadores ficaram abalados, pois o juiz lhes tratou grosseiramente. Quando chegamos ao MP nos apresentamos e pedimos ao rapaz que nos atendeu que nos informasse se o promotor estava e se poderia nos atender para responder algumas perguntas do questionário proposto. O promotor estava no MP, no entanto não podia nos atender naquele momento, pois estava preparando-se para uma defesa no dia seguinte. Agendamos o encontro para o dia 11/04, no entanto este não se realizou, sob o pretexto de que o promotor havia tido um compromisso extraordinário naquele dia. Remarcamos outra vez, mas novamente o promotor recusou-se a atender-nos.

No segundo dia de trabalho, nos dedicamos a três entrevistas. Pela manhã conversamos com a delegada responsável pela Delegacia da Mulher em Guajará-mirim. Tivemos de aguarda-la por muito tempo, pois chegamos cedo a delegacia, e ela havia feito plantão na madrugada, mas viria para dar flagrante um caso de violência doméstica. Nesse espaço temporal conversamos com algumas escritãs ou agentes policiais da delegacia. Elas nos contaram sobre a vida em Guajará-mirim, e uma delas se identificou como esposa do comandante do Batalhão da Polícia Militar. A delegada chegou algum tempo depois.

Depois de resolver alguns problemas a delegada, ainda muito agitada, nos recebeu. Fizemos perguntas sobre as ocorrências de violência contra mulheres e crianças no município. Ela contou que são muitos os casos de violência doméstica e comentou sobre a grande quantidade de denúncias de abuso sexual. Instigamos a delegada a falar suas opiniões sobre os motivos de haverem tantos casos. Ela argumentou que é um problema decorrente da cultura dos bolivianos, da mistura com os brasileiros. Disse que os bolivianos têm a cultura de os pais iniciarem sexualmente as filhas.

Depois de concluirmos a entrevista com a delegada, fomos conversar com a diretora da penitenciária feminina, cujas dependências ficam ao lado do prédio da delegacia da mulher. Havia uma equipe de agentes penitenciários que nos recebeu. Algumas presas nos olharam com curiosidade. Fomos levados à sala da diretora, acompanhados por um agente.

Muito simpática, a diretora da penitenciária feminina aceitou prontamente responder a entrevista. Formada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia, a jovem diretora era agente penitenciária e foi escolhida no fim do ano anterior como diretora da penitenciária feminina.

Perguntamos de onde vinham as presas, se eram brasileiras ou bolivianas, e quais os principais crimes cometidos. A diretora do presídio nos informou que apenas uma presa era boliviana, que a maioria dos casos ali havia sido de moças que foram acusadas de tráfico com os namorados. No decorrer da conversa ficou evidente que a diretora do presídio, mesmo trabalhando em um órgão de segurança pública, tinha poucos dados a oferecer sobre essa questão na região.

Em nossa saída da penitenciária fomos abordados por alguns agentes, que pediram que colocássemos no relatório as más condições de trabalho, a remuneração ruim e outras questões associadas ao seu ofício. Semanas depois os agentes penitenciários entraram em greve no estado de Rondônia.

À tarde falamos com a coordenadora do Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Guajará-mirim. Do Rio de Janeiro, mas trazida desde pequena, pelos pais para Guajará-mirim, a coordenadora do Creas destacou que os problemas que mais preocupam as pessoas da cidade, são a falta de perspectiva para os jovens, e apontou como consequência disso o envolvimento de crianças e adolescentes com o uso e tráfico de drogas. Ela nos disse que é comum saber de meninos de treze anos que são pegos com drogas na escola.

Depois da conversa, fomos conhecer as dependências do Creas de Guajará-mirim. Havia uma grande brinquedoteca, uma cozinha grande e um quintal com plantas e árvores. A coordenadora mencionou o ambiente acolhedor que o Creas buscava criar, além das salas de atendimento. Falou também das parcerias com a Receita Federal, que recebe os adolescentes que estão em situação de ressocialização e os coloca em estágios com pequenas tarefas auxiliando os agentes do órgão. Segundo a coordenadora, quando esses jovens veem outras pessoas trabalhando daquela forma, sendo bem remunerados, pode despertar o desejo de ser como eles, de que há perspectivas além do tráfico ou do consumo de drogas.

A coordenadora nos disse que agora, principalmente no sudeste do Brasil, se fala muito em Crack. Mas em Guajará-mirim isso é antigo. É comum ver os jovens dali andando de bicicleta “como uns zumbis”, porque naquele município, além do crack, há o Oxi, uma droga mais forte e que vicia muito mais rápido.

No dia seguinte era feriado na cidade. Nenhum órgão público estaria aberto. Nesse dia conversamos sobre o que tínhamos visto até ali, sobre Guajará-mirim e as outras cidades que já haviam sido visitadas.

Soubemos então de fatos que até ali não haviam sido ditos, e construímos relações entre o que cada pesquisador havia descoberto. Uma nossa pesquisadora nos contou

que havia ido ao CIMI, que conversou com um indigenista francês que trabalha há muitos anos no estado de Rondônia. No entanto, o homem não quis ser identificado e inclusive falou que não era para citar o nome dele que é muito arriscado, que por qualquer coisa perde a vida quem batalha pelos direitos indígenas.

Falou que a situação dos povos indígenas da região era muito precária e que as Polícias prendiam só o que queriam e não o que deviam, porque – referindo-se à pesquisadora–já tinha trabalhado com o CIMI e sabia como era.

O grande problema é o consumo de álcool, produzido em Sta. Cecília, que misturado com a Xixa (caçuma, bebida feita de aipim/mandioca/macaxeira) tem um efeito fortíssimo. Falou do desmatamento monstro e que são os grandes fazendeiros que derrubam o percentual permitido, depois compram outras terras e assim vão indo, fatiando a terra. Os departamentos da Polícia Federal da Funai não são verdadeiros, não existem. Em 30 anos ali, nunca a Funai pegou um só caminhão de madeira dentro das Terras Indígenas. Só pega algum maquinário, mas não faz o registro/denúncia, passa pouco tempo, devolve. Nunca um barco pesqueiro foi autuado. Só autuam os pequenos.

Há 8 anos no baixo Guaporé estava cheio de balsas bolivianas cheias de um minério que ninguém sabe de onde vem ou para onde vai. A Operação Ágata I, II, prendeu apenas faca de seringueiro, um tracajá, uma moto sem documento, um pacotinho de cocaína. A Polícia Federal não tem efetivo para ir lá.

Esses dados foram coerentes com o que o Delegado da Polícia Federal em Guajará-mirim falou para a coordenadora regional da pesquisa. Mesmo com os documentos comprovando a credibilidade da pesquisa, a Superintendência da Polícia Federal havia emitido ordens às delegacias para que não respondessem aos questionários dessa pesquisa ou qualquer pergunta que fizéssemos.

O delegado da PF em Guajará mostrou esse documento para as pesquisadoras, que mesmo assim não se intimidaram em tentar colher algumas informações. Sob certa pressão das pesquisadoras, o delegado da Polícia Federal em Guajará-mirim conversou informalmente e estava muito nervoso.

Contou que o efetivo da Polícia Federal ali é pouco, e às vezes contam com ajuda da Força Nacional. O problema maior no município é a passagem de dinheiro do Brasil para Bolívia e passagem de drogas e munição para o Brasil. Que todas as empresas e todas as pessoas da cidade, até certo ponto tem alguém da família ou das suas relações envolvidas no tráfico de drogas. Se não diretamente, como portadores de contas onde são depositados dinheiro para serem enviados para Bolívia.

Mencionou o fato de haverem muitas casas grandes na cidade, que é visivelmente pobre, que são alugadas para o tráfico e lavagem de dinheiro. Falou que existem muitas transportadoras de alimentos que são apenas um meio para “esquentar notas”.

Passado o feriado, e depois das informações colhidas, inclusive algumas delas sob ameaça, como no caso do delegado regional da Polícia Civil, procuramos tomar mais cuidado com nossa permanência ali. Todos na cidade sabiam onde estávamos hospedados, e onde comíamos frequentemente. Soubemos disso ao falar com policiais e com pessoas dos restaurantes que já nos chamavam de “pesquisadores”, ou “o pessoal da pesquisa”, sem sequer termos mencionado isso.

Um dos pesquisadores buscou entrevistar uma jornalista antiga na cidade, editora do Jornal “O Mamoré”, de descendência boliviana. Outros pesquisadores buscaram o contato com a associação de moradores e tentaram falar novamente com o Promotor, que, mais uma vez, não os atendeu.

Pela manhã entrevistamos Kátia, representante dos bolivianos e membro do Conselho Regional de Saúde. O encontro foi na sede do conselho, numa sala em formato de oca. Kátia falou bastante, principalmente dos problemas relacionados à vida dos bolivianos em Guajará-mirim. O preconceito e a dificuldade de legalização dos imigrantes bolivianos geram problemas no acesso às políticas públicas desenvolvidas no Brasil. É difícil que as crianças tenham acesso à escola e o atendimento na saúde causa problemas. As mulheres se submetem a ser empregadas domésticas nas casas dos brasileiros recebendo menos do que um salário mínimo, porque na Bolívia elas ganhariam menos do que no Brasil.

Kátia disse que esses cidadãos que transitam (entre Brasil e Bolívia), não são brasileiros nem bolivianos, ou seja, não exercem cidadania plena em nenhum dos países. De alguma forma, aqueles que “não são daqui nem de lá” nunca são beneficiados plenamente pelas políticas públicas de cada país.

Mais tarde foi realizado o Grupo Focal, na Escola Estadual Nunes Rocha. A mediação do diálogo no Grupo ficou sob a responsabilidade da coordenadora regional da pesquisa, enquanto outros dois pesquisadores fizeram os relatos do que seria discutido. A hora da reunião se aproximava e poucos convidados haviam chegado, no entanto, tivemos oito pessoas presentes.

Nas falas, quase todos falavam sobre a insegurança como sendo o problema da cidade. A falta de perspectiva para os jovens, como uma universidade com mais cursos, mais entretenimento, falta de emprego, foram elementos apontados como possíveis causas da violência em Guajará-mirim. No entanto um das falas destoou do argumento que parecia compartilhado por todos.

O enfermeiro da penitenciária masculina, ao ouvir os argumentos dos demais, disse que não concordava. Apontou a pobreza e a concentração da riqueza nas mãos de poucos como o que gera os problemas sociais de Guajará-mirim, que marginalizam e segregam os jovens pobres. Argumentou que nada fica na cidade, tudo só passa. Disse que educação e saúde são ruins e acreditava que investir em policiamento e armas não iria adiantar.

Os demais discordaram. Insistiram que a falta de segurança era um problema que só seria resolvido com investimentos em equipamentos das polícias e abertura de concursos para mais policiais. E o debate ocorreu até o fim da reunião do Grupo Focal, tendo falado menos a voz que pareceu dissonante.

Durante nossa estada em Guajará-mirim, vimos muita pobreza e muitos jovens, principalmente rapazes subnutridos passeando sem rumo, de bicicleta, pela cidade. Muitos caíam ou batiam-se nas árvores. Via-se que estavam entorpecidos.

O sentimento de preocupação com o futuro da cidade e com a vida ali, era muito forte. Vimos poucos jovens de Guajará-mirim ocupando cargos públicos. A maioria das pessoas que entrevistamos tinha mais de 30 anos e aqueles que eram mais novos não haviam nascido ali.

Até mesmo entre as pessoas que pareciam preocupadas com o destino da cidade, havia um sentimento de sair dali, ir embora quando fosse possível. Foi o que ouvimos do rapaz responsável pelo posto da Receita Federal. Foi também o que nos explicou a esposa do tenente da Polícia Militar, que semanas depois foram transferidos para a capital do estado de Rondônia. O delegado regional da Polícia Civil, mesmo argumentando que um dos problemas era o pequeno efetivo de agentes visto que os jovens policiais faziam concurso e depois pediam transferência para Porto Velho, alguns meses depois, também escolheu o mesmo destino.

Estatísticas Criminais Obtidas em Guajará-Mirim

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM	1a. DP
	2012
Furto (total)	1372
Furto	453
Furto a Estabel. Comercial	81
Furto a Transeunte	54
Furto a Residencia	455
Furto de Veículo	57
Furto de Bibicleta	186
Furto em Veículo	46
Tentativa de Furto	40

Segurança Pública nas Fronteiras

Roubo (total)	123
Roubo	28
Roubo de Estabel. Comercial	5
Roubo a Transeunte	41
Roubo a Residencia	5
Roubo de Veículo	30
Tentativa de Roubo	14
Latrocínio	0
Homicídio	12
Tentativa de Homicídio	10
Entorpecentes (posse)	108
Entorpecentes (tráfico)	49
Estupro	3
Porte ilegal Arma de Fogo	7

GUAJARÁ-MIRIM-POLÍCIA MILITAR			
	2010	2011	2012
Ocorrências Registradas	2973	3293	3190
Menores recapturados	27	23	27
Foragidos recapturados	147	62	51
Pessoas conduzidas	2530	2599	1678
Menores apreendidos	275	283	249
Homicídios	6	7	9
Roubos	87	62	66
Furtos	411	424	527
Lesão Corporal	334	331	260
Carros recuperados	3	15	4
Motos recuperados	20	19	27
Armas apreendidas	16	13	25
Entorpecentes apreendidos	97,280 kg	40,475 kg	26,334 kg
Acidentes de trânsito	425	373	389

2a. DP-DELEGACIA DA MULHER E FAMÍLIA	
MUNIC. DE GUAJARÁ-MIRIM	2012
Abandono de lar	19
Ameaça	221
Ato Infracional Criança/Adols.	2
Calúnia	34
Captura de Menor Infrator	1
Comunicação	138
Crime contra a família	4
Danos	7

Danos materiais	4
Difamação	20
Estelionato	1
Estupro a maior de idade	5
Furto (consumado ou tentado)	3
Injúria	120
Lesão corporal	178
Mãos tratos a criança/adol.	1
Pessoa desaparecida	1
Roubo	2
Tentativa de Homicídio	3
Vias de Fato	27

Fotos de Guajará-Mirim

Estação histórica de Guajará-Mirim



Travessia Brasil-Bolívia



Armada Boliviana na fronteira de Guajará-Mirim



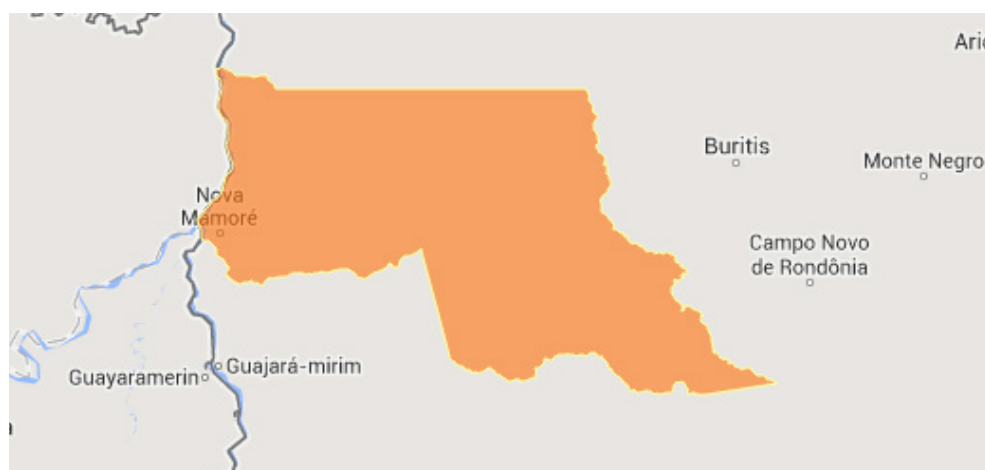
Aduana – Receita Federal em Guajará-Mirim



Nova Mamoré

O município foi criado em 1988, mas antes a vila que lhe origem, Vila Murтинho, localizava-se defronte à foz do Rio Beni no rio Mamoré, que dali se juntam para formar o Madeira.

Mapa–Município de Nova Mamoré e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110033&search=rondonia|nova-mamore>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: 6 de julho de 1988, através da Lei Nº 207 (com o nome de Vila Nova do Mamoré).
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 10.071,643 km ²
Fronteiras: ao norte com Porto Velho, ao leste com Buritis e com Campo Novo de Rondônia, ao sul com Guajará-mirim e a oeste com a Bolívia.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 22.546 habitantes
Densidade demográfica: 2,24 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 256.023,00
PIB per capita (2010): R\$ 11.352,56
IDH-M (2010): 0,587
Gentílico: nova-mamoreense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no início do Século XX, surgiram várias povoações ao longo do percurso da ferrovia entre Porto Velho e Guajará-Mirim, dentre elas existia a Vila Murтинho que se localizava em frente à foz do rio Beni no rio Mamoré, que a partir dali se juntam para formar o rio Madeira.

No início da década de 60 foi construída a BR-29 (hoje BR-364), que ligaria Brasília ao Acre, última obra de grande vulto do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A partir da BR-29 (hoje BR-364) surgiu a BR-425, que liga a Vila de Abunã à cidade de Guajará-Mirim.

A abertura do trecho de estrada que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim e a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, em 1966, provocaram a decadência de Vila Murtinho, que vivia em torno do movimento da ferrovia.

Com a abertura do ramal ligando o povoado com a BR-425, os moradores migraram para a margem da rodovia e fundaram uma nova povoação, que chamaram de Vila Nova, em alusão a Vila Murtinho, que passava a ser a “Vila Velha”.

O projeto de emancipação tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Vila Nova, porém, ao ser encaminhado ao IBGE, foi devolvido, porque já existiam unidades político-administrativas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná com o nome escolhido. O deputado Rigomero Agra, autor do projeto, escolheu o nome de Vila Nova do Mamoré em homenagem ao importante rio que banha o município, separa o Brasil da Bolívia e se junta ao rio Beni para formar o rio Madeira.

Mamoré, significa mãe dos homens, ou é uma alteração de mamuri, nome de um peixe comum na região, também conhecido como matrinchã. Com o nome de Vila Nova do Mamoré o município foi criado em 6 de julho de 1988, através da Lei Nº 207, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do Município de Guajará-Mirim, foi revogada a Lei nº 202, de 15 de junho de 1988.

Por iniciativa da Câmara Municipal o nome do município foi mudado para Nova Mamoré, através da Lei Municipal Nº 081, de 13 de setembro de 1991, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa. A mudança do nome não teve validade porque uma lei municipal não pode modificar uma lei estadual.

O nome de Vila Nova Mamoré foi mudado para Nova Mamoré no dia 17 de dezembro de 1993, através da Lei Nº 531, assinada pelo deputado Silvernani César dos Santos, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Diagnóstico da segurança pública

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 22.546 habitantes
Homicídios (2011): 64,81/100.000 habitantes
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar

Índices:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 0,84 policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 2,30 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 23.719 habitantes				
Homicídios (2012) = 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão, 2 unidades e 2 quartéis	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	18	Praças	50
	Legistas	1		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Antigas, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	10		3	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	3		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	2	5	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	1	2	2
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	6	-
Outros	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		6	
Rádio portátil (HT)	7		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	

Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	1
Arquivos em ficha de papel	8	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	3	6
Colete antibalísticos	10	38
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	10	38
Outros		**
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	22
Carabina	2	1
Espingarda	1	1
Metralhadora	**	-
Submetralhadora	1	3
Fuzil	2	2
Revólver	2	3
Pistola	10	23
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	**	*
Outro	Granadas de efeito moral	**
	Spray de pimenta	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	3	*
Média de presos/mês	30	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, o maior parceiro da instituição nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar e, segundo entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público e com as Forças Armadas.

A Polícia Civil não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e tampouco participou do ENAFRON e das Operações Sentinela.

A Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos consideradas amigáveis. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza os seguintes sistemas de administração: de recursos humanos, de estoque, de munição, de controle de viaturas e de armas e de protocolo. Quanto ao sistema de informação, a instituição dispõe dos seguintes: registro de ocorrências e de inquéritos; dados em tabelas ou em litas de papel. A inclusão no Infoseg não é realizada. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. O entrevistado não soube responder se há produção de estatísticas criminais apenas desde 2011.

A conexão de internet existente é avaliada como lenta.

Polícia Militar

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Federal, Polícia Civil, Forças Armadas e o Judiciário, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, embora a Polícia Militar deste município não participe de nenhum. A Polícia Militar participa do grupo de Patrulhamento Fático Rural, participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), mas não tem participado das Operações Sentinela.

A Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho, bem como não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição estão em uso os seguintes sistemas de administração: de recursos humanos, de controle de viaturas, de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, foi informado apenas que é realizada inclusão no Infoseg.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	1
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

Segundo o representante do Conselho Tutelar entrevistado, dentre as violações de direitos registradas pela instituição, as mais comuns são: envolvimento com o ato infracional, abandono da escola e auso sexual ou exploração sexual. O Conselho Tutelar do município de Nova Mamoré encontra as seguintes dificuldades: dificuldades no relacionamento com o Poder Executivo, falta de articulação com outros órgãos do poder ou da administração pública e o despreparo dos conselheiros.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Os representantes da Polícia Civil e Militar entrevistados discordam quanto à importância da proximidade da fronteira do ponto de vista do desenvolvimento econômico da cidade, o primeiro acredita que tal proximidade é positiva enquanto o segundo pensa que ela é negativa.

Confrontados com as afirmativas abaixo, os entrevistados também discordam no que se refere à primeira (o representante da Polícia Civil posicionando de acordo e o da Militar em desacordo), mas apresentam uma posição comum no que se refere às duas últimas, ambos concordando:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município do Oiapoque possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”;

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Nova Mamoré foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e armas, e crimes ambientais, sendo mencionada também a ocorrência de contrabando, tráfico de mulheres e imigração ilegal. Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, moeda, alimentos e ouro. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação são cigarros, crack, cocaína. Foram mencionadas ainda auto peças e pneus, maconha, pasta base, pistola, revolver, fuzil, metralhadora, munição e medicamentos. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram crack, cocaína

e pasta base, tendo sido também citado maconha, cigarros, munição e medicamentos. Tomando este mesmo ano por referência, ambos os representantes da Polícia Civil e Militar concordaram que a incidência de venda de drogas eram muito frequentes. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, foram pasta base, crack, cocaína e maconha.

Neste município há quinze barreiras móveis por mês da Polícia Militar. O representante da Polícia Militar concorda que as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, principalmente a transferência destas para outros municípios e para o meio fluvial. Já o representante da Polícia Civil discorda desta afirmativa.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar entrevistados, entende-se que no município os crimes mais frequentes parecem ser o furto e a venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Nova Mamoré

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio, tendo sido citado os furtos de motocicleta e de gado. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, seguidos dos em residência, de motocicletas e a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados as fraudes no comércio, os pequenos golpes populares e cheque sem fundos. Quanto às ocorrências de extorsão, ambos os entrevistados disseram não ocorrer. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as situações em que mais ocorrem homicídios dolosos foram conflito legal com a polícia e de acerto de contas entre criminosos, em situação doméstica e rixa pessoal. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o tráfico de pessoas para fins sexuais e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências.

Informações dos pesquisadores

O município é considerado como rota de tráfico de drogas internacional.

Os pesquisadores chegaram a Nova Mamoré de carona em carro da polícia militar. Dormiram no alojamento da Companhia da polícia militar. O quartel está em boas condições. Todos os policiais foram muito atenciosos com os pesquisadores, ajudaram no que foi preciso. No dia seguinte, os pesquisadores foram à delegacia de polícia civil, onde foram fornecidos os dados de registros de ocorrência do ano de 2012.

No Conselho Tutelar aplicamos questionário. As conselheiras foram muito empenhadas e disponíveis para colaborar com a pesquisa, inclusive vieram no domingo nos atender.

Foi-nos informado que por ser um município de fronteira chegam muitos casos de menor de idade – entre 14 e 17 anos – que são presos trazendo motos roubadas de Porto Velho ou levando drogas. Nestes casos a PM prende e chama o conselho tutelar. Os menores são detidos e ficam esperando o responsável para poderem ser liberados, o que muitas vezes demora. Nos últimos meses estes casos diminuíram, não souberam dizer o que houve para provocar a mudança. O maior problema é não terem onde encaminhar estes jovens, que muitas vezes precisam ficar no mesmo lugar que crianças e adolescentes que foram retirados do lar por problemas familiares de abusos e violências, ou mãe usuária de drogas.

Necessitam de profissionais capacitadas e locais onde estes jovens possam aguardar a chegada dos responsáveis. Há um juiz em Guajará-Mirim, que está de férias, e então é difícil de fazer o encaminhamento dos casos. O conselho tutelar não conta com viatura nem estrutura suficiente para resolução dos problemas. Um órgão que os apoia é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), mas está sem psicólogo atualmente. Além disso, estas conselheiras tutelares reivindicam cursos de capacitação.

Observações dos pesquisadores

Em nossa programação da pesquisa uma parte da equipe iria de Nova Mamoré até Campo Novo de Rondônia de ônibus e voltaria para ajudar a fazer Guajará-Mirim que é um município bastante complexo. Mas a rodovia que aparecia no mapa como existente e medindo 280 km, na verdade só há uma parte de 100 km e depois é encerrada, porque fica em uma ponta da reserva ambiental. Nesta só passa motocicletas. Há pressão política por parte de madeireiros e “traficantes” para abrir a estrada.

O Delegado da Polícia Federal de Guajará-Mirim nos falou que o caminho de Nova Mamoré até Campo Novo de Rondônia é intransitável somente para carros, mas os motoqueiros passam por dentro da parte da reserva. Que a juíza de Ariquemes foi ameaçada de morte quando manteve a interdição da construção da rodovia entre Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia. A ameaça partiu de madeireiros de Buritis e Ariquemes. Querem a abertura da estrada para tirar madeira e facilitar o trânsito de caminhões.

Os policiais explicaram que um dos problemas da cidade é a estrada que está em péssimas condições e que dificulta o acesso da polícia quando chamam para atender um caso em outro distrito, além disso, as distâncias são bastante grandes entre os municípios, e no que tange ao acesso nos ramais, há muita insegurança.

Uma informação importante sobre Nova Mamoré é sobre o número de cabeças de gado existentes no município. É o terceiro colocado em rebanho bovino, em números de bois no estado de Rondônia. No ano de 2012, segundo os dados fornecidos pelo IDARON, havia na região cerca de 445 mil cabeças de bois. A extensão da pecuária como se sabe derruba a floresta.

A delegada estava muito atarefada durante a semana em que estivemos em Nova Mamoré e Guajará-Mirim, porque foi uma semana atípica em que houve cinco homicídios. No domingo em que chegamos os policiais militares estavam às voltas com uma chamada que a princípio era para atendimento de um acidente de moto com uma morte. Mas no decorrer do caso, foram descobrindo que foi assassinato. O rapaz recebeu um tiro na testa.

Foi chamada a perícia de Guajará-Mirim e foi com o carro dos peritos que dois membros da equipe foram de Nova Mamoré até Guajará.

Nova Mamoré é um município bem diferente do distrito de Abunã, bem próximo, com um desenho urbano melhor elaborado, mas com boa parte das vias sem pavimentação, cidade aparentemente tranquila, mas que também passa por sérios problemas de segurança, segundo os responsáveis pela segurança pública do local.

Segundo informações da polícia civil e militar, é preocupante o envolvimento das pessoas da cidade, principalmente os jovens, com o tráfico de drogas e roubo de motos, que são levadas para a Bolívia, onde são trocadas por drogas e armas, problema enfrentado também por Abunã.

No entanto, é importante atentar para a estrutura dessas cidades no todo. As instalações da 3ª Companhia do Policiamento Ostensivo da Polícia Militar não estão em bom estado, as ferramentas de trabalho são obsoletas. A Polícia Civil vive a mesma situação, tem um prédio antigo, com salas pequenas, não adequadas para as necessidades dos funcionários, computadores sucateados, uma carceragem muito pequena e abafada, onde podemos presenciar condições subumanas dos presos.

Fotos de Nova Mamoré

Polícia Militar em Nova Mamoré – nova sede da 3ª. Cia.



Antiga sede da 3ª. Cia. da Polícia Militar de Nova Mamoré.



Polícia Civil de Nova Mamoré



Prefeitura de Nova Mamoré



Pimenteiras do Oeste

Mapa – Município de Pimenteiras do Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110146&search=rondonia|pimenteiras-do-oeste>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei nº. 645, de 27 de dezembro de 1995.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 6.014,733 km ²
Fronteiras: Bolívia e municípios de Alto Alegre dos Parecis, Parecis, Chupinguaia, Corumbiara, Cerejeiras e Cabixi.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 2.315 habitantes
Densidade demográfica: 0,38hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 89.191,00
PIB per capita (2010): R\$ 38.411,33
IDH-M (2010): 0,665
Gentílico: pimenteirense-do-oeste

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto):IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M):Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 03 de abril de 1929 o governo do Estado de Mato Grosso doou a João Nepobuceno Cebalho o lote Pimenteiras, situado na margem direita do Rio Guaporé na foz do Igarapé Santa Cruz, que também passou a ser chamado de Pimenteiras, bem como o povoado que surgiu em sua foz recebeu o nome do lote doado. Em 10 de fevereiro de

1943 a Secretaria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso emitiu certidão confirmando que o lote Pimenteiras era contíguo ao lote Barranco Vermelho, situado no pontal do Rio Cabixi com o Rio Guaporé, doado a firma Stofen, Sechenack, Muler & Cia., em 25 de janeiro de 1913. A localidade de Pimenteiras foi elevada à categoria de distrito do Município de Cerejeiras no dia 10 de agosto de 1983, através do decreto nº. 1.396 e reafirmado pela lei nº. 005, de 21 de novembro do mesmo ano. Através da lei nº. 645, de 27 de dezembro de 1995, assinada pelo Governador Valdir Raupp de Matos, o distrito obteve sua emancipação com o nome de Pimenteiras do Oeste, porque a lei não permite a criação de um novo município com o nome de outro já existente.

Diagnóstico da Segurança Pública em Pimenteiras do Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2010): 2.315 habitantes	
Homicídios (2011): não houve registros de homicídios	
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça e Conselho Tutelar.	
Taxas:	
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 5,18 policiais/1.000 hab.	

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar e Polícia Federal				
População (estimativa em 2012) = 2.283 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Militar		Polícia Federal	
Unidades	1 Grupamento e 1 Quartel		1 Posto Avançado	
Efetivo	Oficiais	-	Delegados	-
	Praças	12	Agentes	-
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar		Polícia Federal	
	Antigas, mas precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar		Polícia Federal	
	Antigas, mas precisando de reformas		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar		Polícia Federal	
Computador	3		2	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	2		2	
Fax	-		1	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		**	
Estação de rádio digital	-		**	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	1		**	
Gravadores	-		**	
Máquina Fotográfica	-		**	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	2	-

Segurança Pública nas Fronteiras

Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	2	-	5	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar		Polícia Federal	
	Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar		Polícia Federal	
Celulares corporativos	-	-	**	
Rádio em viaturas (digital)	-	-	**	
Rádio em viaturas (analógico)	2	-	**	
Rádio portátil (HT)	3	-	**	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	**	
Notebooks	-	-	**	
Arquivos em ficha de papel	1	-	**	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar		Polícia Federal	
Algemas	7	-	**	
Colete antibalísticos	14	-	**	
Escudos	-	-	**	
Capacetes	-	-	**	
Placa balística	14	-	**	
Outros	-	-	**	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar		Polícia Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	-	-	*	
Carabina	1	-	**	
Espingarda	2	-	**	
Metralhadora	-	-	**	
Submetralhadora	-	-	**	
Fuzil	1	-	**	
Revólver	5	-	**	
Pistola	8	-	**	
Arma de condutividade elétrica	-	-	**	
Bomba de efeito moral	-	-	**	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	-	**	
Outro	*	-	**	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar		Polícia Federal	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar		Polícia Federal	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar		Polícia Federal	
	*		6	

Polícia Militar

Na Polícia Militar de Pimenteiras do Oeste está em uso uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados fichas em papel e fichários de ocorrências, não sendo realizada, portanto, a inclusão no Infoseg. Há conexão com a internet cuja velocidade é de 1 mega. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os referentes à Lei Maria da Penha.

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado não existe nenhuma parceria com instituições nas operações realizadas neste município, porém acredita que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Em Pimenteiras do Oeste, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho e também não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Militar desse município não participa de coletivos de gestão de segurança e não soube responder se a participação modificaria e melhoraria as condições de sua atuação. Entretanto esta instituição, ocasionalmente, participa de um grupo de patrulhamento ambiental e de operação de fronteira com o exército. O oficial entrevistado não soube informar se participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas ressaltou que não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Federal

No município de Pimenteiras do Oeste, a Polícia Federal conta com uma delegacia, inaugurada há mais de 13 anos. A rotatividade de pessoal é muito alta. Não há nesta unidade sistemas de administração em uso. Existe conexão com a internet, mas a velocidade é baixa. O sistema de informação existente e em uso é o registro de ocorrências. Não há banco de dados e deste modo não há integração com quaisquer outros sistemas de informação.

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as principais foram o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e ao tráfico de armas e pessoas. A Polícia Federal do município de Pimenteiras do Oeste participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Esta unidade também participou no ano de 2012, do ENAFRON e do Plano Estratégico de Fronteiras com barreiras e controle de fronteiras. Neste mesmo ano, a Polícia Federal de Pimenteiras do Oeste participou da Operação Ágata, Sentinela e Brabo. Quanto às especificidades das Operações Sentinela, o entrevistado não soube informar o número de polícias federais designados para participar em apoio à Força Nacional. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) atua neste município frequentemente.

Nas operações realizadas neste município, a Polícia Federal tem estabelecido parceria com a Força Nacional, que para o entrevistado tal parceria deveria ser ainda mais incrementada. Não há cooperação com as polícias de outros países.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades	1	
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Pimenteiras do Oeste encontra dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: abandono da escola e maus tratos e abandonos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

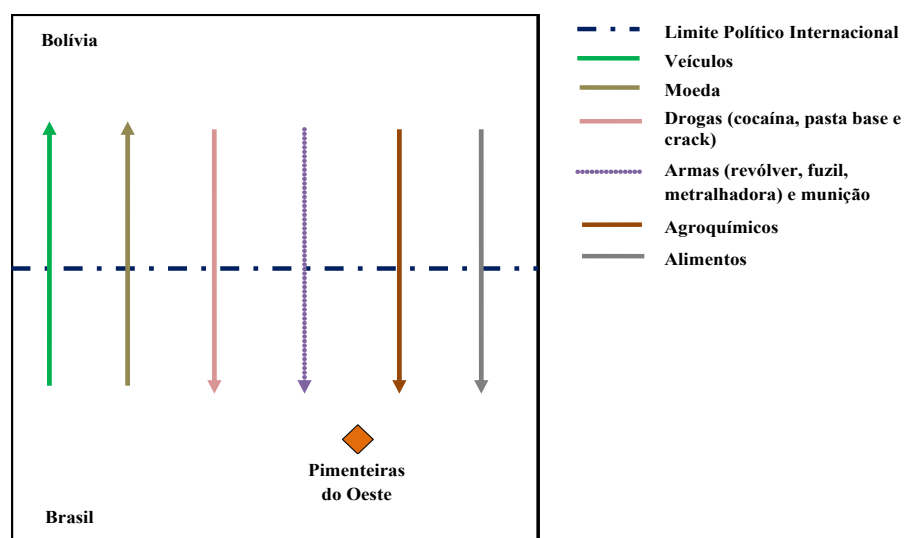
Particularidades da Situação de Fronteira

Quanto à afirmação de que o município de Pimenteiras do Oeste estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Enquanto um dos entrevistados locais não soube responder, o outro considerou positivo tendo em vista que fazem os recursos circular na cidade, como o tráfico, as pessoas, possibilitando a pesca e o turismo com mais segurança. Os operadores das instituições entrevistados discordam das seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Pimenteiras do Oeste possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Pimenteiras do Oeste foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e armas, crimes ambientais como a pesca predatória, sendo mencionada também a ocorrência de contrabando e imigração ilegal.

Figura: Fluxo de mercadorias na fronteira Pimenteira do Oeste x Bolívia



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Não houve concordância entre entrevistados quanto a que mercadorias circulam como maior frequência do Brasil para o país vizinho. Enquanto a Polícia Federal apontou veículos e moedas, para a Polícia Militar há nada que circule nesta direção. Já do país vizinho para o Brasil a principal mercadoria em circulação seria a cocaína, sendo também mencionados os agroquímicos, crack, pasta base, revólver, fuzil, metralhadora, munição e alimentos. Entretanto na percepção do entrevistado da polícia Militar tal circulação não existe mais, depois que a Polícia Federal começou a realizar batidas.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012, foram as drogas como o crack, a cocaína e a pasta base, ainda que um dos entrevistados não tenha citado nenhuma mercadoria. Já os tipos de drogas apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para menor volume, foram a pasta base, cocaína e crack. Onde um dos entrevistados considerou raras as ocorrências, o outro em contrapartida as avaliou como frequentes.

Neste município há uma barreira móvel da Polícia Federal e uma barreira (fixa ou móvel) da Polícia Militar. Segundo ambos os entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo na sua redução e transferência para outros municípios, havendo, contudo, quem acreditasse que tal transformação teria reduzido o comércio ilegal em geral e mas também se deslocado para o meio aéreo.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção do entrevistado da Polícia Militar, no município de Pimenteiras do Oeste há apenas a incidência rara de furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Pimenteiras do Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente

Para o representante da Polícia Militar, os crimes de furto e venda de drogas acontecem raramente, já os crimes de roubo, extorsão e propina a funcionários públicos jamais ocorrem. O tipo de furto apontado como o mais frequente foi à residência e dentre os casos de fraude comuns, os mais frequentes são os pequenos golpes populares.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: conflitos domésticos e brigas de bar. Já no que se refere aos homicídios dolosos, o representante da polícia militar diz não existir registro neste município no ano de 2012.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências.

Aspectos Qualitativos da Segurança Pública

Nos dias da pesquisa em Pimenteiras houve a morte e enterro da matriarca de uma das famílias fundadoras do município, e estavam todos os moradores e representantes de cargos públicos do município envolvidos com o velório e o enterro.

A escola tem uma excelente biblioteca com ótimo acervo bem como uma ótima estrutura física, inclusive com sala com computadores.

Relatos dos pesquisadores

Chegamos a Vilhena de madrugada, e descobrimos que não havia ônibus para Pimenteiras do Oeste. Tivemos de dormir num hotel perto da rodoviária, e no dia seguinte alugamos um carro, que serviria para toda a nossa locomoção a partir dali. Seguimos imediatamente para Pimenteiras do Oeste, e recebemos orientações de onde haveríamos de ter cuidado por conta dos buracos na estrada, depois da curva para Cabixi, onde a estrada para Pimenteiras do Oeste era barro e lama. Apenas Raquel dirigia, e foi extremamente habilidosa em todo o percurso difícil, pois o trecho de barro estava muito ruim, lamacento e havia muitas pontes de madeira, cujas cabeceiras estavam cobertas pelo barro.

Chegamos por volta das 15 horas em Pimenteiras do Oeste. Na entrada da cidade vimos logo o posto da Polícia Militar, e fomos nos informar sobre a possibilidade de fazermos a aplicação do questionário ainda naquele dia. O cabo PM, um senhor de estatura média e olhos azuis, foi quem nos atendeu. Informou-nos que não poderia responder o questionário, pois precisava da autorização do seu superior. Conversamos um pouco com ele, que parecia temeroso diante das pretensões da pesquisa, sabia muito sobre as condições da segurança daquela parte da fronteira, mas falava tudo baixinho, dirigindo-se à coordenadora da pesquisa.

Perguntamos se passava algo da Bolívia para Pimenteiras do Oeste, se algo ficava na cidade. Ele nos contou que raramente se pegava algo, que era muito difícil, porque ninguém vinha pela cidade. O contrabando que passava, entrava pelas “linhas”, que passam por dentro das terras das fazendas que cercam a região. Perguntamos se haviam muitos homicídios na região. O cabo nos disse que em onze anos houve apenas três homicídios (mas não nos contou quem ou como haviam sido esses homicídios). Perguntamos ao cabo se ele aceitaria gravar uma entrevista contando essas coisas. Ele disse que talvez, que pensaria e nos responderia no dia seguinte. Foi ele quem indicou a maioria das pessoas influentes na cidade que convidamos para o Grupo Focal.

Em seguida fomos ao Conselho Tutelar, aplicar um questionário e fazer uma entrevista. A casa do conselho era muito simples. Feita de madeira, um pouco quente e muito próximo a escola municipal. Ali, soubemos que havia um conflito entre a colônia de pescadores e os políticos do estado, mas nossas interlocutoras não souberam explicar detalhes da situação. Disseram apenas que queriam banir a pesca exploratória e permitir apenas o turismo de pesca.

Buscamos um hotel, vimos cerca de duas pousadas na parte central da cidade. Entramos num ramal, que ficava depois das quatro ruas paralelas que compõem o centro de Pimenteiras do Oeste. Nesse ramal encontramos dois garotos e lhes indagamos se havia alguma coisa ainda pra lá, alguma pousada. Eles falaram que havia apenas a “pousada do Renato”. Seguimos um pouco adiante e vimos algumas placas em postes indicando a tal pousada. Achamos o caminho “estranho” e preferimos voltar e ficar no Hotel “Pimenteiras”, situado na terceira rua do centro da cidade.

Deixamos nossas bagagens no quarto e fomos conhecer as águas do Rio Guaporé, que banham o município de Pimenteiras do Oeste. Ficamos um tempo em frente ao posto da Polícia Federal, que estava fechado, e onde havia dois barcos novos e grandes.

No dia seguinte fizemos contatos para o Grupo Focal e aplicamos o questionário na Polícia Militar. Conversamos com o sargento PM, vimos de longe o cabo, que pareceu desconfortável. Segundo o sargento, a cidade não é violenta. Quase não há equipamentos, e a Polícia Militar, sob o seu comando, nunca fizera apreensões de drogas ou contrabando. Havia uma televisão e acesso a internet nos computadores, mas tudo foi pago pelos policiais.

Descobrimos que havia também, uma divisão de policiamento ambiental em Pimenteiras do Oeste. Segundo o sargento, raramente as polícias faziam alguma ação integrada. Depois, no fim do período que passamos na cidade, descobrimos que um das atuações daquele policiamento, era o controle sobre a comunidade de pescadores da região.

Ao terminarmos o questionário o sargento saiu para fazer um ronda de rotina. O cabo foi até nós querendo saber como tinha sido a conversa com seu superior. Argumentou que havia muitas coisas não ditas na história da cidade. Perguntamos se ele gostaria de gravar uma entrevista conosco. Ele pareceu temer e, pedindo desculpas, disse que não, mas falou que descobriríamos muitas coisas durante a pesquisa, e que as pessoas que indicou diriam muito sobre Pimenteiras do Oeste.

Depois dessa conversa ficamos muito intrigados acerca dos problemas do município. Por onde andávamos todos diziam que a cidade era calma, falavam dos assassinatos, mas não entravam em detalhes.

Em seguida fomos à paróquia da cidade, procurar uma freira que havia sido indicada pelo cabo. Conversamos cerca de vinte minutos com a mulher, que não nos disse quase nada de interessante, mas nos trouxe um dado importante sobre a população local. Segundo a freira, e como pudemos atestar mais tarde, Pimenteiras do Oeste foi fundada por um povoado de pescadores, brasileiros e bolivianos casados entre si, que formavam famílias dali.

Mais afastados da parte central da cidade havia comunidades quilombolas que ora se afastavam ou se aproximavam realizando casamentos com os brasileiros nativos daquela região ou com os bolivianos. Associada a essa miscigenação estava a recente colonização das famílias do sul do Brasil, brancos descendentes de europeus, que receberam terras do Incra pra “povoar” a região. Saímos dali e fomos, à tarde, tentar a aplicação do questionário na Polícia Federal.

Foi conversando com dois agentes da Polícia Federal que descobrimos os fatos implícitos da insegurança (ou da lembrança dela) que pairavam naquele lugar. Sem falar demais sobre as proibições que havíamos recebido da Superintendência da Polícia Federal, que inclusive nos havia

impedido de realizar algum contato com outros postos da PF, chegamos ao prédio de Pimenteiras do Oeste, no qual estava apenas um agente. Sozinho e desavisado, quase sem contato com o comando da Polícia Federal no estado de Rondônia, o agente nos recebeu e aceitou responder o questionário. No meio daquela conversa chegou outro agente, mais velho e há mais tempo na cidade. Logo, nos questionou sobre os motivos da pesquisa, e pediu para apagarmos os itens sobre o arsenal que já haviam sido respondidos.

Depois de fazermos mais algumas perguntas conversamos sobre a cidade, e as condições da segurança pública ali. Soubemos então quem haviam sido duas das vítimas desses tão comentados assassinatos. Houve um tempo em que Pimenteiras do Oeste era uma zona de tráfico de drogas, e havia muitos conflitos entre os traficantes e a polícia militar. Não havia posto da Polícia Federal no município nem havia ainda a presença da Força Nacional. Houve então dois assassinatos. O primeiro foi o de um cabo da polícia militar, mesma patente do inseguro homem que havia nos recebido na entrada da cidade. O cabo foi assassinado pelas costas, em razão da recente descoberta de uma caixa onde havia várias armas que serviriam ao tráfico. O segundo assassinato foi no meio do rio Guaporé. Enquanto preparavam-se para atravessar as drogas que seriam distribuídas, a partir de Pimenteiras do Oeste, os traficantes se depararam com três agentes da Polícia Federal, que estavam fazendo uma operação na região. Um deles foi assassinado e outro ficou ferido. O posto da Polícia Federal existe em Pimenteiras do Oeste a partir dessa ocasião, e em seguida veio também o reforço da Força Nacional.

Os agentes, mais calmos por conta da “leveza” da conversa, saíram para nos falar dos belos barcos que havíamos admirado no dia anterior. Dois barcos estavam ali, mas havia mais dois que estavam a caminho de Costa Marques, pelo rio Guaporé. Eram muito bem equipados com radares, rádios e telefones para comunicação direta, que serviam para que o Idaron, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, proprietário daqueles barcos, fizesse a fiscalização dos pastos no entorno do Guaporé, controlassem a entrada de animais da Bolívia para o Brasil, e controlassem também o trabalho dos pescadores na região.

Em seguida conversamos com os agentes da Polícia Federal sobre nosso itinerário depois de terminarmos a pesquisa em Pimenteiras do Oeste. Dissemos que precisávamos chegar a Cabixi, e Raquel perguntou ao agente mais velho, se havia um caminho mais próximo até lá.

O agente seguiu explicando, qual o caminho seria mais curto, até que, quando lembrou a existência de um terreno de mineração no

caminho (e pareceu rememorar outras coisas também), voltou atrás e sugeriu para não irmos por lá. Raquel disse que iria, já que esse era o caminho mis curto. O agente ficou pálido e pediu insistentemente para não passarmos por lá porque era perigoso. Diante da insistência de Raquel, que entendeu que o perigo era por causa da estrada ruim, ele só pediu que não entrássemos ou parássemos no campo de mineração. Eu desenhei no caderno um mapa desse trajeto e ele ficou enfatizando, “quando você vir uma placa onde está escrito ‘cantinho do céu’, não entre, siga o caminho oposto”. Agradecemos e nos despedimos.

Fomos buscar algum contato no posto de saúde de Pimenteiras do Oeste, mas a médica da cidade estava ali há apenas três meses e havia conseguido transferência para uma cidade maior, dali a uma semana. Falamos com a secretária municipal de saúde, que sabia pouco, mas nos indicou uma enfermeira que conhecia mais sobre o município. Conversamos rapidamente, pois tudo estava muito agitado. Percebemos que havia uma relutância em atender as famílias que vinham da Bolívia em busca de socorro médico. Havia um projeto em parceria com a polícia federal para proibir a entrada de pessoas da comunidade boliviana que procurava o posto de saúde em Pimenteiras do Oeste.

Saímos dali para falar com a secretária de assistência social, também esposa do prefeito de Pimenteiras do Oeste, mas não a encontramos na sede da secretaria, deixando apenas nosso contato. Mais tarde a primeira dama ligou para Raquel e confirmou sua participação no Grupo Focal.

Noutro momento, fomos no Creas da cidade, onde havia apenas um Assistente Social. Pedimos que ele gravasse uma entrevista conosco. Na conversa que surgiu depois da gravação, ele reclamou da pequenez da cidade, do salário, da alimentação cara. Perguntou como era o salário dos assistentes sociais em Manaus e disse que estava em busca de outros concursos, onde fosse melhor e onde ganhasse mais. Ao longo da pesquisa em Pimenteiras do Oeste, percebemos que havia muitos casos de profissionais que entram nos cargos públicos por conta do salário, mas que não gostam e não têm compromisso com o lugar. Em contrapartida, pudemos ver nesse município as diferenças que o comprometimento com a cidade trás para vida das pessoas ali.

No Grupo Focal, realizado na Escola Estadual Inácio de Castro, a única escola estadual na cidade (e havia apenas outras duas escolas que eram municipais), tivemos contato com muitas das pessoas indicadas pelo cabo. Destacamos a presença de um Pastor, de uma Professora, de um vereador e da primeira-dama do município, Sra. Rosely, pessoas que demonstraram conhecer os projetos sociais na cidade e que estavam

muito interessadas em contribuir com a pesquisa através do Grupo Focal.

O pastor pareceu diferente do que se costuma ver nos pastores. Foi uma pessoa indicada por todos com os quais fizemos contato, e inclusive pela freira, dizendo-nos que ele era um homem engajado na cidade. O pastor, que não é de Pimenteiras do Oeste, contou que havia chegado ali há doze anos, na época em que a cidade ainda era violenta. Segundo seu relato, o que mais marcou a cidade foi o tratamento dado pelos agentes da Força Nacional aos moradores. Ouvimos muitos relatos na cidade, de pessoas apreciando a atuação da Força Nacional ali. Foram cerca de três anos seguidos, onde havia uma equipe da Força Nacional presente o tempo todo.

No entanto, no Grupo Focal pudemos acessar outras versões da história. Foi-nos contado que as equipes da Força Nacional tratavam os moradores locais como suspeitos, que havia uma constante vigilância sobre quem morava na cidade.

O vereador, um rapaz jovem e simples, argumentou que havia ficado um estigma sobre o cidadão de Pimenteiras do Oeste. Segundo ele, nenhuma política de segurança pública até ali foi para proteção das pessoas da cidade, ou para trazer-lhes uma vida melhor. A presença da Força Nacional e da Polícia Federal estavam associadas a morte “de um deles”. Para o vereador, apenas quando alguém igual a “eles” morreu é que trouxeram todas essas polícias para o município.

Segundo os relatos, havia um período em que Pimenteiras do Oeste não era uma cidade tranquila. Antes do assassinato dos dois policiais, ali era uma zona de tráfico aberto. No entanto, com a chegada das polícias houve uma perseguição a todas as pessoas. Todos se tornaram suspeitos, e essa dúvida da segurança pública sobre a lógica do lugar foi nociva às práticas de intercâmbio com a comunidade de Remanso, do lado boliviano. As comunidades tradicionais, principalmente aqueles que viviam do rio Guaporé, foram as principais fontes de desconfiança tendo, continuamente, as canoas revistadas pelos agentes da Força Nacional e da Polícia Federal, e posteriormente, da Polícia Ambiental. O relato mais impressionante foi o da professora, que fez uma revisão completa da história da cidade, e de como seus moradores conseguiram transformá-la. Segundo a professora, a população da cidade era composta de pescadores, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e bolivianos. Essas pessoas viviam em trânsito pelo rio Guaporé. No entanto há vinte anos atrás, começou a colonização das terras da cidade pelas pessoas que vinham do Sul do Brasil, incentivadas pelas políticas de assentamento do Incra. No entanto, a população local, que não

tinha o registro das terras, afastou-se do centro da cidade, que foi logo povoado pelas pessoas do sul.

Porém com os colonos e o Incra, vieram também as políticas de controle da pesca. Surgiram as grandes fazendas no entorno do centro da cidade. Pobres, as pessoas que compunham a população nativa foram acolhidas pelas redes de tráfico internacional. De fato, os pescadores aceitavam transportar drogas nas canoas. E realmente, segundo os relatos da professora, a população de Pimenteiras do Oeste, toda ela, contribuiu com tráfico para sobreviver. A professora se dirigiu aos demais, que já estavam cabisbaixos, e disse “todos nós daqui sabemos que foi assim, a gente era pobre e as famílias precisavam comer”.

Continuando, a professora relatou que a transformação da cidade veio com esforço da comunidade, cujos jovens saíram de Pimenteiras do Oeste para estudar, fazer faculdade, e voltaram, como professores, funcionários públicos, modificando a economia do lugar. A professora disse que não foram as polícias que mudaram a situação da segurança pública na cidade. As pessoas do município estudaram, deixaram de ser pobres e de depender das estratégias do tráfico.

A primeira-dama concordou com a professora e lembrou os tempos de violência em Pimenteiras do Oeste. Disse que todas as noites, era possível ouvir os tiros, muitos tiros, dos conflitos entre traficantes e policiais. Contou que não se podia deixar uma moto no quintal, porque provavelmente seria roubada. Rememorou que, nos tempos em que a Força Nacional estava ali, havia sensação de segurança, mas que agora pairava o medo de que o município voltasse a ser violento com antes. Após muitas dessas reflexões, encerramos o Grupo Focal. Todos ficaram muito empolgados com a conversa e continuaram a dialogar. Depois que muitos já haviam ido embora, ficamos nós, os pesquisadores, e a Primeira-dama, conversando. Ela nos mostrou a escola, que tem uma biblioteca incrível, e uma sala enorme com vários computadores para os alunos. A Professora comentou que a escola era muito boa, mas a remuneração do estado não era tão condizente.

Depois de sairmos da escola, fomos jantar e, no retorno para o Hotel encontramos as duas, a professora e a primeira-dama, conversando sobre a cidade. Elas estavam em pé, numa esquina escura, distraídas até que lhes cumprimentamos.

Na manhã seguinte, antes de seguirmos para Cabixi, fomos buscar uma entrevista no Idaron, órgão responsável pela vigilância sanitária dos animais de pasto e avicultura. As únicas informações significantes obtidas nesse órgão são a quantidade de funcionários e o peso dos investimentos atribuídos a essa fiscalização. Em seguida fomos à colônia

de pescadores e conversamos com a presidente da organização.

A presidente da associação de pescadores e pescadoras de Pimenteiras do Oeste é a grande mobilizadora das reivindicações desses trabalhadores no estado. Segundo ela, a dificuldade de pescar surgiu diante das burocracias impostas pelo governo do estado e o controle dos órgãos de policiamento. A cota de peixes por semana foi sendo diminuída gradualmente, até que se tornou impossível manter-se através da pesca.

O limite de pesca semanal estabelecido pelo governo do estado, não é suficiente para manter uma família, e os jovens não querem mais seguir a tradição de pescar, porque, economicamente, não é algo que valha a pena. O temor dos pescadores é de que além das proibições impostas para a pesca em Pimenteiras do Oeste, essas limitações também impeçam a transmissão da cultura da pesca.

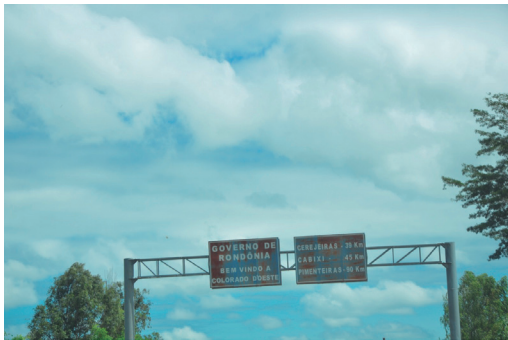
Trava-se, portanto, uma luta árdua contra o governo do estado de Rondônia. Os pescadores da colônia em Pimenteiras chegaram a ir no palácio do governo, no período em que Ivo Cassol era o governador, para reivindicar o aumento das cota máxima de pesca semanal. Por conta das pressões, o governador aumentou o limite, mas de quatro para setenta quilos por semana. Cabe ressaltar que o limite para pesca em Pimenteiras do Oeste, é diferente dos demais lugares do estado. Além disso, há uma acusação dos órgãos do governo estadual de que os pescadores daquela região seriam os responsáveis pela quase extinção de algumas espécies.

Entretanto, segundo a presidente da associação, há várias fazendas no entorno do centro de Pimenteiras do Oeste, e muitas delas são as terras do ex-governador, e agora senador, Ivo Cassol, que usa agrotóxicos pesados sem cuidado com o solo e com o rio Guaporé. Assim, os peixes têm morrido por conta dos agrotóxicos lançados pelas fazendas da região.

Há um estudo feito em parceria com a Universidade de Rondônia (UNIR), que comprovou a toxicidade da água do rio Guaporé, marcada pelos mesmos agrotóxicos encontrados nos solos das fazendas da região. Os pescadores de Pimenteiras do Oeste são uma forma de resistência da tradição sobre os interesses hegemônicos. Mas, até quando resistirão? Impactados com os relatos daquela manhã, seguimos por uma das linhas explicadas pelo agente da Polícia Federal no dia anterior. Passamos em frente ao “Cantinho do Céu”, mas seguimos o caminho oposto. Muitas fazendas cercavam o trajeto, pastos e plantações de arroz por toda a parte. Aquilo ainda era Pimenteiras do Oeste, e como o cabo nos disse “Pimenteiras é muito grande”.

Fotos de Pimenteiras do Oeste

Estrada para Pimenteiras do Oeste



As águas do Rio Guaporé nas margens da estrada para Pimenteiras do Oeste



Garagem de barcos da Polícia Federal em Pimenteiras do Oeste



Barco do Idaron no Rio Guaporé em Pimenteiras do Oeste



Conselho Tutelar em Pimenteiras do Oeste



Polícia Federal em Pimenteiras do Oeste



Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste



Posto da Polícia Militar em Pimenteiras do Oeste



CRAS – Casa da Família em Pimenteiras do Oeste



Vários trechos da estrada tinham grupos de soldados do Exército brasileiro



Vilhena

Mapa – Município de Vilhena e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110030&search=rondonia|vilhena>, acessado em 01/10/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: artigo 47º da lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 11.518,941km ²
Fronteiras: Mato Grosso e municípios de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Colorado do Oeste
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: não
Acesso viário: sim
População (2010): 76.202 habitantes
Densidade demográfica: 6,62 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 1.415.220,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.575,61
IDH-M (2010): 0,731
Gentílico: vilhenense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A Comissão Rondon, que abria a picada da linha telegráfica, chegou à região dos Campos Novos dos Parecis, onde hoje está localizado o Município de Vilhena, no dia 29 de junho de 1909, acampando nas nascentes de um rio que o Cel. Rondon denominou de Comemoração de Floriano. Em 12 de outubro de 1911 Cel. Rondon inaugurou a estação telegráfica de Nhambiquara e Vilhena. (Rondon Conta sua Vida, Pág. 350, 1969, Esther de Viveiros). Em 1912, a Comissão Rondon, passando por aquele local na faina de estender a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio no Rio Madeira, instalara o posto teleográfico de Vilhena. De 1912 até março de 1960, nada mais se acrescentara à região, além da casa do posto teleográfico. Ali não se formara nenhuma fazenda, nenhum outro morador ali viera se estabelecer. Naquela imensa solidão da Serra dos Parecis, somente permanecia uma casa onde estava instalado o posto teleográfico do qual cuidava um índio Pareci que aprendera a ler, escrever e manejar o aparelho Morse. Aquilo era Vilhena.

Um único morador em uma casa situada no vasto sertão da Serra dos Parecis, onde os campos cerrados do planalto central começam a dar lugar à floresta equatorial que se estende contínua em direção à planície amazônica". (Nas Selvas Amazônicas, Página 322, 1961, de Manoel Rodrigues Ferreira). O atual núcleo urbano de Vilhena surgiu em março de 1960 quando foi instalado o acampamento da Firma de Engenharia, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., situado a 8 quilômetros do antigo posto teleográfico da Comissão Rondon. A Camargo Corrêa recebera do DNER a tarefa de construir o trecho da BR-29 (hoje BR-364) entre Barracão Queimado, MT e Pimenta Bueno, RO. Em 18 de maio de 1960 foi estabelecido oficialmente o tráfego rodoviário entre Cuiabá e Vilhena.

No povoado de Vilhena, surgido de um acampamento da Firma Construtora Camargo Corrêa, em 04 de julho de 1960, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, inaugurou oficialmente a abertura do tráfego precário da rodovia Br-29 (hoje Br-364), ligando Brasília a Rio Branco, Acre, derrubando a "última" árvore do desmatamento do leito da estrada.

Diagnóstico da Segurança Pública em Vilhena

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 76.202 habitantes
Homicídios (2011): 17,96/100.000 habitantes
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Juizado Especial da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Ministério Público, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 2,66 policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 1,58 policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012) = 79.616 habitantes						
Homicídios (2012) = 23						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	4 delegacias		1 Batalhão 2 Companhias 6 Unidades 4 Quartéis		1 Delegacia 1 Posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	7	Oficiais	13	Autoridades/delegados	1
	Peritos	7	Praças	190	Agentes/ Policiais rodoviários federais	24
	Agentes	107				
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Antiga, mas precisando de reformas		Antiga, mas precisando de reformas		Antiga, mas precisando de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Antigas, mas precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	-		20		11	
Impressora	-		15		4	
Telefone fixo	7		4		3	
Fax	-		1		-	
Scanner	-		10		2	
Internet	Com acesso		1		8	
Estação de rádio analógica	1		1		1	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		2		-	
Aparelho de TV	1		5		1	
Gravadores	2		3		-	
Máquina Fotográfica	2		3		2	
Filmadora	1		2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	13	1	13	3	7
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-	-	-
Moto	-	-	9	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	10	3	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Suficiente		Suficiente		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	1		1		2	

Rádio em viaturas (digital)	-	10	-
Rádio em viaturas (analógico)	11	-	7
Rádio portátil (HT)	10	20	6
Equipamentos de interceptação telefônica	1	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	1	-	-
Notebooks	3	5	4
Arquivos em ficha de papel	4	20	2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	-	30	23
Colete antibalísticos	30	150	23
Escudos	-	20	-
Capacetes	-	20	-
Placa balística	-	150	-
Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	30	*
Carabina	6	5	1
Espingarda	2	10	2
Metralhadora	-	5	-
Submetralhadora	6	-	1
Fuzil	1	5	-
Revólver	14	30	-
Pistola	76	100	25
Arma de condutividade elétrica	*	-	*
Bomba de efeito moral	*	20	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	1
Outro	-	*	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes, mas tipos de munição insuficientes	Suficientes, mas quantidade insuficiente	Suficientes, mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Não		*
Capacidade	*	*	*
Média de presos/mês	*	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	142	*	*

Polícia Civil

A delegacia de Vilhena, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet com velocidade de 1 Mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de estoque e de manutenção de

equipamentos. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em fichas em papel ou fichários e há sistema de registro de ocorrência e inquéritos. Há inclusão no Infoseg. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais por sistema online desde 2005.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Vilhena, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho, assim como não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. Esta instituição não apóia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Contudo, no ano de 2012 participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Vilhena, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet com velocidade de 1Mbps. Está em uso nesta instituição uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel, além de fichas e fichários de ocorrência. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furto e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O entrevistado não sabe responder se a Polícia Militar deste município se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Militar deste município participa e apóia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, como o GESFRON (SESDEC),

mas não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, não sabendo o entrevistado responder se tal participação melhoraria as condições de sua atuação. Esta instituição também não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, entretanto, tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

A quantidade de equipamento de salvamento e resgate em uso nesta unidade foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamento de proteção individual em uso nesta unidade não foi considerada suficiente, faltando equipamentos individuais para todos, ainda que estejam sendo adquiridos. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade, não existindo roupa especial adequada. A quantidade de armamento não foi considerada suficiente, pois esta unidade não precisa usar tais armamentos. Em contrapartida a quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal foi tida como suficiente.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades principais são: rádios para viaturas e rádios portáteis. Esta unidade possui computadores ligados à internet com velocidade de 1 megabyte. Há produção de estatísticas sobre atendimento e ocorrências, embora não faça registros de ocorrência no INFOSEG. Os três tipos de ocorrências mais frequentes são: auxílio a doentes, acidentes de trânsito e combate a incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Vilhena não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, ainda que o entrevistado acredite que tal participação melhoraria as condições da atuação desta instituição no município. Esta unidade também não participa ou apóia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Não participou no ano de 2012, do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras, assim como não tem participado nas Operações Sentinelas. Em contrapartida, o Corpo de Bombeiros deste município troca informações ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são consideradas colaborativas com troca de informação e com realização de missões conjuntas. Os principais parceiros do Corpo de bombeiros de Vilhena são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o IBAMA, sendo desejado o incremento de parcerias com a Polícia Militar.

Polícia Rodoviária Federal

Na unidade da Polícia Rodoviária Federal de Vilhena, os sistemas de administração existentes e em uso nesta unidade são de protocolo e de controle de viaturas e armas. Os sistemas de informação existentes e em uso são banco de dados, havendo integração do mesmo aos sistemas Siger, Serpro, Infoseg e Sinivem. Além dos sistemas informatizados,

também há controle dos dados em tabelas, listas, fichas ou fichários em papel. O posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal dispõe de internet que conta com uma conexão de 1G.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou no ano de 2012 das operações Ágata, Sentinela e Curare, além de Operações do Calendário Nacional. Cinco de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Vilhena foram a Polícia Federal, a Polícia Militar, os Bombeiros e o IBAMA. Na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância Mista							
Efetivo	Juízes	5	Promotores	5	Defensores	5	Conselheiros	5
	Funcionários	10						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	

Justiça

O município de Vilhena é sede da comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, além de um juizado especial criminal, duas varas criminais, uma vara de execução penal e uma vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de dois carros, um para mais de cinco pessoas e um para até cinco. Há internet, com a velocidade de 10 mbps. Estima-se que por volta de 166 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Há sistemas de administração existentes e em uso nesta unidade, sendo utilizado o sistema de estoque, protocolo, distribuição de autos e controle de viaturas. Há, também, sistema de informação computadorizado e produção de estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado não sabe se tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes, entretanto, participam ou apoiam operações de fronteira que forem solicitadas.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Apesar de não haver Juizado, nem defensoria pública, nem equipe interprofissional exclusiva para a Infância e Juventude, há nesta comarca uma promotoria especializada para esta área. Em 2012, cerca de 350 adolescentes passaram pelo Juizado, sendo que aproximadamente 100 deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 300 receberam medida em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade (PSC) é a prefeitura e o Estado e suas secretarias. Os três atos infracionais mais frequente neste município no ano de 2012 são: furto, roubo e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Vilhena são, em ordem de importância, a comunicação deficiente com outros órgãos, a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e a falta de apoio do poder público municipal. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Vilhena são: a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal. Para o promotor entrevistado deveria ser incrementada a parceria com todos os citados. No ano de 2012 as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi no tráfico de drogas, na disputa de terras e nos crimes ambientais.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Vilhena encontra dificuldade no excesso de demanda que dificulta o atendimento adequado, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e no despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os tipos mais comuns são violência doméstica, maus tratos e abandonos.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	1 Inspetoria Classe C 1 Posto Fiscal 1 Centro de Atendimento ao Contribuinte	
Efetivo	Audidores	5
	Analistas-tributários	3
	Técnicos	20
	Terceirizados	8
Qualidade das instalações internas	Antigas, mas precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antigas, mas precisando de reformas	

A Receita Federal de Vilhena dispõe de dois carros oficiais funcionando e frequentemente a quantidade de combustível disponível atende às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 2 Mbps. Os principais problemas da Receita Federal deste município são infraestruturas de contenção e de fiscalização deficientes.

A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado concorda totalmente que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou ou apoiou algum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a maioria dos representantes locais entrevistados, excetuando o juiz entrevistado, que não soube responder, o fato de o município de Vilhena estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Os entrevistados não chegaram a um consenso no que se refere às seguintes questões:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”,

A maioria se posicionou em total desacordo com a afirmativa, excetuando novamente o juiz, que não soube responder.

2. “o município de Vilhena possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”,

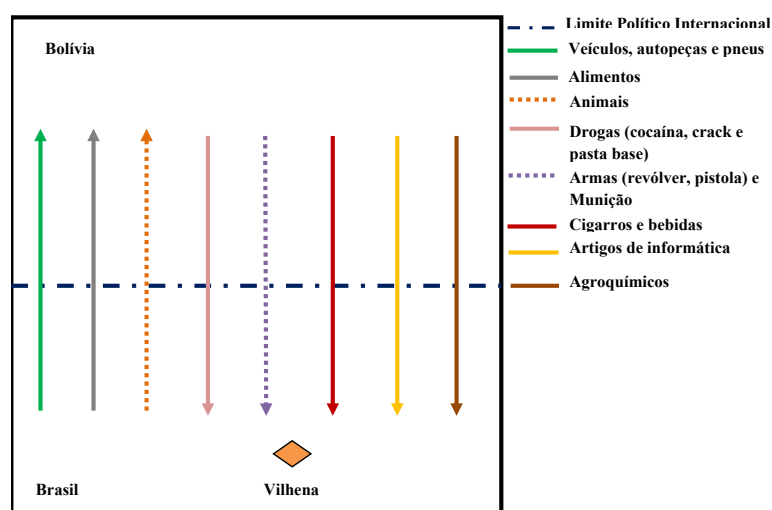
A maioria não concordou com a afirmação, excetuando o juiz que se posicionou de acordo.

3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

A Polícia Civil e Polícia Militar se posicionaram de acordo com a afirmativa, enquanto o representante da Polícia Rodoviária Federal manteve-se em desacordo e o juiz não soube responder.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Vilhena foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e armas, crimes ambientais, sendo também citado o contrabando e as disputas de terras.

Figura: Fluxo de mercadorias na fronteira Vilhena e Bolívia



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os veículos, sendo também citados os alimentos e os animais. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam cocaína, crack, pasta base, revólver, munição e pistola. Também foram mencionados cigarros, artigos de informática, autopeças e pneus, bebidas e agroquímicos.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram crack, cocaína, pasta base, maconha e madeira, sendo também citados vestuário e tecidos, pistola, cigarros e artigos de informática. Os tipos de drogas apontados como os mais comercializados em ordem de maior para o menor volume, foram cocaína, crack, maconha e pasta base, sendo também citados os sintéticos.

Neste município há uma barreira fixa da Polícia Rodoviária Federal, além de duas fixas ou móveis da Polícia Civil e uma da Militar. Quanto às transformações recentes nas políticas de fronteiras, os representantes da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal consideram que estas teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo no deslocamento para o meio aéreo e para outros municípios.

Percepção da criminalidade local

Tomando como base a percepção dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Vilhena

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Há consenso sobre os tipos mais frequente de furto ser em residência e no comércio, sendo também citados furtos de veículos, a transeunte e de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a residência e a transeunte, também citados os roubos de veículos.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes em operações mobiliárias e fraudes financeiras ou comerciais. O único tipo de extorsão citado foi o simples.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: conflitos domésticos e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflitos de acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Vilhena são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o tráfico de pessoas para fins sexuais e a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu, de maneira unânime, como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Vilhena, segundo a percepção dos entrevistados, furto, roubo e uso de entorpecentes.

Aspectos Qualitativos da Segurança Pública

Relato dos pesquisadores

Chegamos a Vilhena no fim de semana. Não havia mais tempo para correremos atrás dos órgãos para aplicar os questionários. Esperamos a outra parte da equipe chegar, o que ocorreu apenas no domingo a tarde. Na segunda-feira, fizemos contatos na prefeitura, nos órgãos da Justiça, enquanto os demais pesquisadores voltavam a Colorado do

Oeste para aplicar os questionários com a Juíza e a Promotora.

Mais tarde, depois de havermos chegado de Colorado do Oeste, fomos à Secretaria de Educação e conversamos com o secretário, um policial militar aposentado que nos indicou a escola onde poderíamos fazer o Grupo Focal. Nessa conversa descobrimos que nenhuma Escola Municipal da cidade tinha nome. Enquanto “Os Donadon” estavam na administração da cidade deram seus nomes a todas as escolas. O Ministério Público fez queixa e, enquanto a situação não fosse julgada, as escolas permaneceriam sem nome.

Ao chegarmos no hotel fizemos alguns contatos por telefone com a Polícia Federal e a Receita Federal para confirmar as datas de aplicação dos questionários que haviam sido previamente marcadas. Outros pesquisadores foram nesses lugares.

No dia seguinte, aplicamos o questionário da Polícia Civil, na Delegacia Regional de Vilhena. Fomos bem atendidos e conseguimos os dados que precisávamos. Em Vilhena não ocorrem muitos homicídios nem casos de roubo. Mas todos estavam impactados com o caixa eletrônico na praça da prefeitura que havia sido explodido dias antes de nossa chegada. Havia uma sensação de insegurança entre as pessoas, e durante nossa estada naquele município ouvimos muitas pessoas comentarem o ocorrido.

Em seguida, fomos na Unidade Socioeducativa de Vilhena. Lá conversamos com a psicóloga do lugar. Entramos no prédio e passamos na frente de algumas celas. Os rapazes gritavam pra irmos lá também. Não fomos.

Passamos reto para a sala da psicóloga. Perguntamos sobre as causas que traziam os adolescentes à Unidade. Ela falou sobre pequenos roubos e enfatizou o uso de drogas. Comentou que a equipe do “Tiro de Guerra” do Exército faz um trabalho de educação física e disciplina com os internos. Disse que no começo de seu trabalho ali, perguntava aos jovens se eles usavam drogas, e eles respondiam que não. Até que ela começou a perguntar se eles usavam maconha, e eles respondiam abertamente que sim.

Ela nos indicou onde ficavam as moças. Enquanto os adolescentes usufruíam mais espaço, e mais projetos, as meninas ficavam num cômodo fechado, bem afastado de onde os rapazes ficavam. A impressão que tivemos é de que o atendimento era prioritariamente voltado pra os homens, enquanto as moças ficavam escondidas (ou eram escondidas) deles.

Fomos tentar aplicar o questionário nos bombeiros, mas o comandante não sabia responder as perguntas. Depois ele nos encaminhou para outra pessoa que também se recusou a responder as questões.

Fomos no “Vilhena Notícias” falar com o jornalista responsável pelas notícias policiais. O jornalista nos recebeu gentilmente e conversamos informalmente por um bom tempo. Falamos por onde havíamos passado. Ele comentou sobre Pimenteiras do Oeste e nos perguntou se havíamos “achado alguma coisa lá”. Respondemos que tivemos a impressão de ser uma cidade tranquila. Mas ele nos falou que era tranquilo apenas no centro.

Começou a falar dos assassinatos, que já conhecíamos, dos policiais. Perguntou se tínhamos ido falar com os pescadores e se “sabíamos das fazendas”. Respondemos que sim. Ele nos disse que o grande problema de Pimenteiras do Oeste são as fazendas, pois é ali que o tráfico passa, pois usam os caminhos, as “linhas” feitas nas fazendas e os fazendeiros sabem.

Perguntou se eu sabíamos que aquelas terras pertenciam a Ivo Cassol. Mais uma vez, respondemos que sabíamos. O jornalista então nos contou que há uma comunidade do outro lado do Rio Guaporé de onde os fazendeiros pegam as meninas e levam pra ser exploradas sexualmente pelos traficantes na Pousada do Renato. “Você deve ter visto falarem dessa pousada do Renato, ela é famosa lá. Os fazendeiros é que mandam naqueles traficantes. E dão as festinhas pra eles lá naquela pousada que você viu. Não pense que ninguém sabe”.

Fizemos uma entrevista simples e rápida. Ao terminarmos a conversa, o jornalista pediu que lhe concedêssemos uma entrevista também. Falamos sobre o propósito do projeto, e tiramos fotos. A notícia foi veiculada mais tarde no site do “Vilhena Notícias”. Não verificamos muitas distorções nas informações, mas nos chamou atenção o seguinte comentário:

Nome: **ESSA PESQUISA DEVE SER RÁPIDA..**
E-mail: _____ Idade: **55 anos**
Comentário:
EMBORA OS DINÂMICOS PESQUISADORES MANAUÁRAS (FOTO)SEJAM EFICIENTES, O IMPORTANTE TRABALHO QUE REALIZAM DEVE CUMPRIR UMA VELOCIDADE, PELO MENOS COMPATÍVEL COM O CRESCIMENTO DO CRIME - NAS REGIÕES DE FRONTEIRA - QUE VEM SENDO O ALVO DA COLHEITA DE DADOS.ESSA NOSSA OBSERVAÇÃO É PELO FATO DA ENORME FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA E QUANDO TAL PESQUISA CONCLUIR...OS DADOS JÁ PODERÃO ESTAR CADUCOS NA EFICIÊNCIA DO APROVEITAMENTO...NÃO ESQUEÇAM QUE AS QUADRILHAS INTERNACIONAIS QUE ATUAM NA REGIÃO ESTUDADA SÃO PODEROSOS EM RECURSOS FINANCEIROS, COM ORGANIZAÇÃO TRADICIONAL DE ATIVIDADES NO MUNDO CRIME DO CONTRABANDO, TRÁFICO DE ENTORPECENTES, DE ARMAS E OUTRAS MODALIDADES LUCRATIVAS...AGEM COM AMPLA COBERTURA DE INFORMAÇÕES E PROTEÇÃO ARMADA POR UMA LEGIÃO DE BANDIDOS DE SANGUE FRIO, IMPLACÁVEIS...

Data: 26/04/2013 - 18:21:07 IP: 189.68.136.2 Provedor: _____

Depois de saber que também tínhamos de entrevistar órgãos das Forças Armadas, fomos ao comando da Aeronáutica. Lá conversamos com o Tenente, comandante do lugar, que nos recebeu numa sala de reuniões. Ele nos explicou que não participava de nenhuma operação de fronteira ou ligada à segurança pública, mas isso poderia ocorrer indiretamente. Mencionou que não havia encontrado problemas em trabalhar com os soldados de Vilhena, mas quando trabalhou no Rio de Janeiro era comum saber de jovens soldados envolvidos com drogas. Essa informação refuta aquela que ouvíamos na cidade acerca do perigo das drogas sobre a juventude vilhenense.

No dia seguinte seguimos para o “Tiro de Guerra”. Lá fomos, também, bem recebidos, mas o Subtenente não sabia ou não tinha autorização para responder a maioria das nossas perguntas. Havia vários soldados com ele, aos quais mandava fazer coisas o tempo todo, inclusive nos levar café.

No fim da entrevista o subtenente pediu pra tirarmos várias fotos, pois ele divulgaria nossa visita na imprensa local. Juntamos-nos aos soldados e tiramos várias fotos, com a bandeira, na frente de uma placa e etc.

Fizemos o Grupo Focal em Vilhena, na quinta-feira, dia 25/04, iniciando a reunião as 18h. O local indicado foi uma escola Municipal com o maior prédio na cidade. A escola, enquanto fazíamos a pesquisa, não tinha nome, por conta do processo movido pelo Ministério Público contra a nomeação das escolas enquanto a família Donadon estava na prefeitura de Vilhena. Estavam presentes nessa reunião grande parte das pessoas de maior influência econômica e política na cidade. Havia uma vereadora, a primeira dama, acompanhada de uma assessora direta e

outros assessores, havia um representante dos empresários da região, a diretora do IFRO e professores das maiores escolas públicas da cidade e do conselho regional de educação. Havia também um representante da Associação de Produtores Rurais.

Vimos que naquele município a preocupação com a segurança pública era muito forte. Havia vários projetos que visavam melhorar as condições do município. Uma das ações, talvez a mais comentada, era a implantação de um sistema de monitoramento por câmeras. Essa ação é realizada a partir da parceria entre a prefeitura, exército, Polícia Militar, Polícia Civil e a associação de empresários comerciantes de Vilhena. Os representantes do poder público referenciam o apoio dos empresários, enquanto o empresário reforça o apoio da Prefeitura de Vilhena.

Enquanto uma parcela dos convidados para o Grupo Focal articula “soluções” para os problemas de segurança na cidade, os demais debatem sobre os problemas do cotidiano. A representante do Conselho Municipal de Educação ressalta como problema o envolvimento de adolescentes com o uso de “drogas ilícitas”. Relata sobre um projeto de apoio da polícia nas escolas para colaborar nessa situação.

A primeira dama comenta sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em Chupinguaia, município próximo a Vilhena. Comenta sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas. A vereadora comenta que Vilhena deve ser “olhada” como município de fronteira, visto que há, no atendimento de órgãos públicos, demandas de municípios vizinhos.

O representante da Associação de Produtores Rurais comenta que é necessário esclarecer contra quem deve agir a polícia. Diz que não há investimento na educação nem nas pessoas pobres que não tem oportunidade, mas logo é interrompido pelo representante dos empresários da cidade. Este fala que quem não quer trabalhar é vagabundo, pois há emprego na cidade. A primeira dama finaliza propondo a união dos poderes para investir em policiamento e no combate as drogas.

Dias depois, quando estávamos no aeroporto de Vilhena, esperando o voo para Porto Velho, chegaram carros luxuosos, de onde saíram pessoas muito bem vestidas. Quase todos tinham um botom do PMDB no terno ou casaco, mas dois não tinham. Os dois, especialmente um homem mais baixo, estavam cercados o tempo todo por aqueles que portavam a sigla no peito.

Um homem abriu uma revista na qual havia uma foto grande de Nathan Donadon, e mostrava ao homem baixo a matéria que seguia, dizendo, “tem que aprovar esse projeto antes de outubro, tem que fazer logo se não acaba não saindo”.

No voo falavam de uma Usina, um deles, portador de um boton explicava mais detalhadamente os lucros gerados e os gastos com a infraestrutura da “coisa”. No entanto, falavam sempre baixo, as vezes cochichavam nos ouvidos dos dois homens sem boton.

Quando chegamos a Vilhena, ainda com a intenção de encontrar um meio de seguir para Pimenteiras do Oeste, um velho exclamou dentro do ônibus: “Essa que era pra ser a capital de Rondônia! Não Porto Velho! Porto Velho é toda desorganizada, suja! Vilhena tem o melhor clima do Norte, é bem organizada e limpa! Isso foi um golpe!”

De todos os acontecimentos pudemos perceber que Vilhena é uma arena onde a disputa política interessada ainda é “fresca”. Ali “não deve” haver pobreza, não existem políticas para populações “mais pobres” pois como foi falado durante o Grupo Focal, eles “são todos de Chupinguaia”.

Fotos de Vilhena

Quartel do tiro de guerra em Vilhena



Quartel do 3º. Grupamento de Bombeiros de Vilhena



Acesso a Vilhena



Conselho Tutelar de Vilhena



Área militar em Vilhena



Secretaria de Assistência Social de Vilhena



Unidade sócio-educativa em Vilhena



Batalhão da Polícia Militar de Vilhena



Terminal rodoviário de Vilhena



Receita Federal em Vilhena



Posto da Polícia Rodoviária Federal em Vilhena



Forum de Vilhena



Promotoria de Justiça de Vilhena



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Vilhena



Secretaria de Finanças na entrada Sul da cidade de Vilhena



Conselho Tutelar de Vilhena



Grupo Focal em Vilhena



ANEXO

Encontros técnicos e atores dos Órgãos Federais e dos Estados de Fronteira que participaram das discussões e apoio na execução do Projeto

Secretários de Segurança Pública dos Estados de Fronteira

Alexandre Bustamante dos Santos (Mato Grosso)
Paulo Roberto Vital de Menezes (Amazonas)
Marcos Roberto Marques da Silva (Amapá)
Wantuir Francisco Brasil Jacini (Mato Grosso do Sul)
Cid Marcus Vasques (Paraná)
Marcelo Nascimento Bessa (Rondônia)
Francisco Sá Cavalcante (Roraima)
Airton Aloisio Michels (Rio Grande do Sul)
César Augusto Grubba (Santa Catarina)
Ildor Reni Graebner (Acre)
Luiz Fernandes Rocha (Pará)

Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal

Maria Alice Nascimento Souza

Diretor-Geral da Polícia Federal

Leandro Daiello Coimbra

Interlocutores da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, Secretários Executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Coordenadores das Câmaras Temáticas de Fronteiras

Participantes

Alberto da Paixão Nascimento (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre)
Almir Lopes de Souza (Secretário Executivo do GGI-E no Estado do Acre)
André Luiz Glanert (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Rondônia)
Ary Renato Oliveira da Silva (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amazonas)
Átila Wanderley da Silva (Secretário Executivo do GGI-E no Estado de Mato Grosso)
Bernardo Trojan Neto (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul)
Carlos Roberto Sant'ana da Rosa (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Rio Grande do Sul)
Cleaci Gertrudes de Andrade (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira do Amazonas)
Eneas Soares de Freitas (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado de Rondônia)

Erich Wagner Osternack (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná)
Geraldo Garcia Orti (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso do Sul)
Henua Patrícia Lima Andrade (Secretária Executiva do GGI-E de Roraima)
Jimmy Santana de Carvalho segundo (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Roraima)
Jorge Cajango (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado do Pará)
José Paulo Matias dos Santos (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá)
José Roberto Pereira Damasceno (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará)
Jurandir Pereira Rebouças (Coordenador da Câmara Temática do Estado de Roraima)
Márcio Skovronski (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Paraná)
Marcos Roberto Weber Hübner (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso)
Moisés Dionísio da Silva - Inspetor e interlocutor da Polícia Rodoviária Federal
Luciano Walfredo Pinho (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Santa Catarina)
Ronaldo Nazareno da Silva Coelho (Secretário Estadual do GGI-E no Estado do Amapá)
Tatiana Klein Samuel (Coordenadora da Câmara Temática de Fronteira do Estado de Santa Catarina)
Valter Godoy Rojas (Secretário Executivo do GGIF no Estado do Mato Grosso do Sul)

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais Ocasão: I Encontro Técnico da Pesquisa, Brasília – DF, 23 de fevereiro de 2012

Participantes

Virgina Toniatti – Embaixadora e Assessora Internacional/MJ
João Luiz Pereira Pinto – Embaixador Diretor do DAS – I MRE
Everton Lucero – Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais - MRE
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO / SENASP
Alexandre Augusto Aragon – Diretor do DFNSP / SENASP
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa / SENASP
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON / SENASP
Marcelo Barros de Oliveira – Coordenador Geral de Inteligência da SENASP
Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da PF/MJ
Luis Felipe de Barros de Oliveira – Receita Federal / MF
Waltoedson Dourado de Arruda - Receita Federal / MF
Rodney Portilho – Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ
Lorena de Oliveira Lopes – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
José Alberto Maciel Costa – Departamento de Polícia Federal / MJ
Rafael Gomes França – Ministério da Integração Nacional
Suzana Lena Lins Góis – Ministério da Integração Nacional
Danniel Gobbi Franga da Silva – Presidência da República
Thiago Gehre Galvão – Presidência da República

José Carlos Martins da Cunha – Agência Brasileira de Inteligência
Edgar Ribeiro Dias – Agência Brasileira de Inteligência
João Paulo de Freitas Lamas – Agência Brasileira de Inteligência
Thomás Simões Sottili – Fundação Nacional do Índio
Victor Martins Pimenta – Secretaria Executiva do Ministério da Justiça
Arnaldo José Alves Silveira – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Fagundes – Coordenação Geral de Inteligência da SENASP
Alexandre Herculano – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Flávio Sapha – Ministério das Relações Exteriores
Marcelo Berdet – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Patricia Moellman – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Hernany Bueno – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Gileno Euzébio da Silva – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodrigo Quintino – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodolfo Farah Valente Filho – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais e Estaduais

Ocasão: II Encontro Técnico da Pesquisa, Ministério da Justiça, Brasília – DF, 01 de março de 2013

Participantes

Isabel Seixas de Figueiredo – Diretora do DEPAID
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa do DEPAID
Cristiane Torisu – Coordenadora de Pesquisa do DEPAID
Raphael Carvalho – Secretaria Executiva do MJ
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON
Lia Osório Machado – Coordenadora do Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Michel Misse – Coordenador do NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steimann – Pesquisadora Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Felipe Zilli – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fernando Rabossi – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edivaldo Fortunato Pereira – Equipe técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Cléverson Luis Müller – Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Patrícia Moellmann - Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Antonio Ricardo de Alcântara Lima - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
Cejana Brasil Cirilo Passos – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ
Edison Benedito da Silva Filho – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

Joana Akiyo Nemoto – Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

Marcelo Giavoni - Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

Maria Lais do Socorro Chaves Costa – Receita Federal

Mariana Siqueira de Carvalho – Secretaria Nacional de Justiça/MJ

Rodrigo Fracalossi de Moraes - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

Severino Moreira as Silva – Departamento de Polícia Federal

Stênio Pires Benevides – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Aline Yamamoto – Secretaria de Políticas para Mulheres – Presidência da República

Fernando H. Lima Martins – Departamento Penitenciário Nacional

Márcio Gimene – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Lucicléia S. e Silva – Secretaria Nacional de Justiça / MJ

André Sousa de Sena - Secretaria Executiva Adjunta / MJ

Alberto da Paixão Nascimento – Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre

Sérgio de Jesus Braga – Secretaria de Segurança Pública do Acre

José Paulo Matias dos Santos - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá

Marcos Roberto Fonseca Magalhães – Secretaria de Segurança Pública do Amapá

José Almir Cavalcante Rodrigues – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

José Camilo da Silva – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

Marcos Roberto Webner Hübner - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso

Tatiana Eloá Pilger – Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso

Geraldo Garcia Orti - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso do Sul

Francisco Duarte de Almeida – Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso do Sul

José Roberto Pereira Damasceno - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará

Brenno Morais Miranda – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Erich Wagner Osternack - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná

Bernardo Trojan Neto - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul

Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa – Secretário Executivo do GGIF do Rio Grande do Sul

Enéas Soares de Freitas – Coordenador da Câmara Temática de Fronteira de Rondônia

Antônio Vicente Cocco Cargnin – Secretário Executivo do GGIE de Rondônia

Jimmy S. de Carvalho Segundo - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná

Henua Patrícia Lima Andrade – Secretária Executiva do GGIE de Roraima

Luciano Walfredo Pinho – Interlocutor Substituto da ENAFRON no Estado de Santa Catarina

Davi Novelo – Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

Coordenadores Regionais da Pesquisa

Ocasão: IX Encontro Técnico da ENFRON – Chapecó, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste – SC, 26 a 28 de novembro de 2013

Participantes

Cintia Liara Engel - Coordenadora de Pesquisa do DEPAID

Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON – Cap PMGO

Michel Misse – Coordenador-Geral da Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (NECVU-UFRJ)

Rebeca Steiman– Pesquisadora do Grupo Retis - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Felipe Zilli – NECVU/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fernando Rabossi- NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brigida Renoldi - NECVU/UFRJ e CONISET

Daniel Hirata – NECVU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lício Caetano do Rego Monteiro – RETIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Naldson Ramos da Costa – Universidade Federal de Mato Grosso

Jânia Perla Diógenes de Aquino - Universidade Federal do Ceará

Wilson José Barp – Universidade Federal do Pará

Raquel Wiggers – Universidade Federal do Amazonas

Adriana Dorffman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

